



Relatório de Mídia-TCE-TO
01/03 a 31/03/2026

Sumário

Número de notícias: 422 | Número de veículos: 387

RÁDIO 96 FM - PALMAS - TO - MOMENTO INFORMAÇÃO
TCE - TO

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência 42

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Setor técnico do TCE/TO aponta indícios de desvio de finalidade em bolsas da saúde de Palmas e amplia investigação 43

RÁDIO LÍDER FM - PARAISO - TO - TRIBUNA TOCANTINS
TCE - TO

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência 45

PORTAL CT - CLEBER TOLEDO -TO - TOCANTINS
TCE - TO

Controladoria-Geral entrega contas consolidadas de 2025 ao Tribunal de Contas para emissão do parecer prévio; julgamento cabe à Aletto 46

RÁDIO PARAÍSO FM - 104 FM - A VOZ DO TOCANTINS
TCE - TO

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência 47

VOZ DO BICO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência 48

PORTAL VEM COM NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência Clique para ensinar ao produto Gmail que esta conversa é importante (Notícias) 50

PALMAS EM FOCO - PALMAS
TCE - TO

ESTADO ENTREGA CONTAS CONSOLIDADAS DE 2025 AO TCE ANTES DO PRAZO REGIMENTAL REFORÇANDO COMPROMISSO COM A TRANSPARÊNCIA (Notícias) 52

GAZETA DE GURUPI - TO
TCE - TO

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência (Governo do Tocantins) 54

AWTV NEWS - ONLINE
TCE - TO

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência	56

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO
TCE - TO

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência Clique para indicar a (TOCANTINS)	58

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência	60

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência	62

BURITI NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência (Geral)	64

CN TOCANTINS
TCE - TO

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência (Geral)	66

BOLETIM POLITICO - SP - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência	68

JALAPÃO NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência	70

ENFOQUE PRESS - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência	72

VOZ DO BICO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE percorre o Bico do Papagaio e fiscaliza hospitais de pequeno porte em três municípios	74

PORTAL STYLO - TO - INTERIOR
TCE - TO

TCE vistoria hospitais no Bico do Papagaio e avalia qualidade dos serviços de saúde 75

TOCANTINS HOJE - NOTÍCIAS
TCE - TO

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores.....76

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Fiscalização do TCE faz pente-fino em hospitais de Ananás, Sítio Novo e Tocantinópolis 77

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Tribunal realiza fiscalização para avaliar qualidade de hospitais em três municípios do TO 78

CONEXÃO TOCANTINS - ESTADO
TCE - TO

TCE/TO percorre o Bico do Papagaio e fiscaliza hospitais de pequeno porte em três municípios 79

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE-TO fiscaliza hospitais no Bico do Papagaio e avalia serviços de saúde 80

TV ANHANGUERA - PALMAS/ AF. GLOBO - TO - BOM DIA TOCANTINS
TCE - TO

Prefeito de Palmas fala sobre administração das UPAs após terceirização 81

VIDA E HARMONIA - PALMAS - TO
TCE - TO

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência (Tocantins) 82

BICO 24 HORAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE realiza fiscalização para avaliar a qualidade dos hospitais de Ananás, Sítio Novo e Tocantinópolis 84

NORTE DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE percorre o Bico do Papagaio e fiscaliza hospitais de pequeno porte em três municípios 85

CONEXÃO TOCANTINS - SAÚDE
TCE - TO

CMS rejeita proposta de terceirização das Upas, tranca pauta contra a Semus e aciona o MP/TO 86

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Viagem de oito dias do presidente do TCE/TO a Portugal prevê pouco mais de R\$ 40 mil em diárias; ida à Itália foi cancelada 87

R1 PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para ASSCAM..... 88

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO
TCE - TO

SEDE DA ASCAM: Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores (AÇÃO PARLAMENTAR) 89

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeita de Goianorte realiza visita institucional ao TCE em Palmas..... 91

VOZ DO BICO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores..... 92

BLOG DO HP - ABREULÂNDIA - TO
TCE - TO

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores..... 93

O COLETIVO ONLINE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores..... 95

CORREIO DO BICO - TO
TCE - TO

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores..... 96

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Amélio Cayres garante apoio da Assembleia para doação de lote à associação de vereadores 97

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para sede da associação de vereadores 98

PORTAL DO AMARAL - TO
TCE - TO

Amélio Cayres consolida aliança histórica entre o Parlamento Estadual e as Câmaras Municipais (Cidades) 99

CONEXÃO TOCANTINS - POLÍ-TICA
TCE - TO

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores..... 101

PORTAL GILDA BONFIM - TO
TCE - TO

Encontro de vereadores homenageia o TCETO por fortalecimento da gestão pública e do controle externo (Notícias) 102

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Prefeita Nega realiza visita ao TCE-TO em Palmas (CIDADES)..... 103

TO EM FOCO
TCE - TO

Doação de lote para associação de vereadores avança com apoio de Amélio Cayres (Políticas Públicas)	104

ARAGUAÍNA URGENTE - TO
TCE - TO

Presidente Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores (Notícias)	105

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO TOCANTINS - NOTÍCIAS
TCE - TO

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores	106

TV NORTE TOCANTINS / AF. SBT - TO - O POVO NA TV
TCE - TO

TCE antecipa em 10 dias o pagamento de salário dos conselheiros	107

PORTAL LEAL JÚNIOR -TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins e municípios discutem políticas de assistência social durante a Comissão Intergestores Bipartite	108

CONEXÃO TOCANTINS - POLÍ-TICA
TCE - TO

Palmas sedia encontro de vereadores, vereadoras e servidores das Câmaras Municipais do Tocantins	110

SURTIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Reunião no Tocantins chama atenção e pode impactar assistência social nos municípios	112

SOU DE PALMAS - PALMAS - TOCANTINS - NOTÍCIAS
TCE - TO

Vereador Márcio Reis participa do 2º Encontro de Vereadores do Tocantins realizado em Palmas	113

SOU DE PALMAS - PALMAS - TOCANTINS - NOTÍCIAS
TCE - TO

Vereador Márcio Reis participou do 2º Encontro dos Vereadores, Vereadoras e Servidores das Câmaras Municipais do Tocantins, realizado nos dias 26 e 27 de março, em Palmas.	114

FOLHA DO BICO - TO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - TO

ASSCAM reúne quase mil vereadores e reforça busca por capacitação no Tocantins	115

FOLHA DO BICO - TO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - TO

Amélio Cayres reforça compromisso com legislativo municipal em evento da ASSCAM	117

FOLHA DO BICO - TO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - TO

ASCAM reúne quase mil vereadores e reforça busca por capacitação no Tocantins	118

Quarta-Feira, 1 de Abril de 2026

PORTAL GILDA BONFIM - TO
TCE - TO

DISCURSO - II ENCONTRO DE VEREADORES E SERVIDORES DE CÂMARAS MUNICIPAIS DO TOCANTINS - 2026 (No"ticias)

.....120

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - TJTO
TCE - TO

Poder Judiciário Tocantinense prepara plano de contingência socioambiental.....122

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Associação das Câmaras Municipais do Tocantins reúne cerca de mil vereadores para debater gestão pública nesta semana
.....124

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO
TCE - TO

Governo do Tocantins e municípios discutem políticas de assistência social durante a Comissão Intergestores Bipartite É importante de acordo com (TOCANTINS)
.....126

AWTV NEWS - ONLINE
TCE - TO

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite
.....128

GAZETA TOCANTINA
TCE - TO

Palmas sedia o maior Encontro de Vereadores, Vereadoras, do Estado Tocantins.....130

GAZETA TOCANTINA
TCE - TO

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite
.....132

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Encontro da ASCAM deve reunir mais de 1.000 vereadores e a cúpula política do Tocantins
.....134

BURITI NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite (Assistência Social)
.....136

JALAPÃO NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite
.....138

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite
.....140

CN TOCANTINS
TCE - TO

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite (Assistência Social)	142

ENFOQUE PRESS - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite	144

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite	146

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Associação das Câmaras Municipais do Tocantins reúne cerca de mil vereadores para debater gestão pública nesta semana	148

CONEXÃO TOCANTINS - ESTADO
TCE - TO

Governo e municípios discutem políticas de assistência social durante a Comissão Intergestores Bipartite	150

PORTAL DO AMARAL - TO - ESTADO
TCE - TO

Governo do Tocantins e municípios discutem políticas de assistência social durante a Comissão Intergestores Bipartite	152

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
TCE - TO

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite	155

GAZETA DE GURUPI - TO
TCE - TO

Governo do Tocantins e municípios discutem políticas de assistência social durante a Comissão Intergestores Bipartite (Governo do Tocantins)	157

PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPNIÃO
TCE - TO

Governo do Tocantins e municípios discutem políticas de assistência social durante a Comissão Intergestores Bipartite	159

VIDA E HARMONIA - PALMAS - TO
TCE - TO

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite (Tocantins)	

.....	161
PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPNIÃO TCE - TO	
Palmas recebe maior encontro de vereadores do Tocantins com foco em gestão e fortalecimento do Legislativo	163
.....	163
BLOG DO LUIZ ARMANDO COSTA - TO TCE - TO	
Qual é a Política Fiscal do Tocantins?	164
.....	164
PORTAL WR NEWS - GO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias	166
.....	166
PORTAL BRASIL NEWS - PONTA GROSSA - PR - NOTÍCIAS TCE - TO	
Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias	168
.....	168
DIGA NOTÍCIAS - CAMAÇARI - BA - NOTÍCIAS TCE - TO	
Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias	170
.....	170
GAZETA TOCANTINA TCE - TO	
Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias	172
.....	172
ENFOQUE PRESS - NOTÍCIAS TCE - TO	
Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias	174
.....	174
AWTV NEWS - ONLINE TCE - TO	
Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias	176
.....	176
CN TOCANTINS TCE - TO	
Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias (Geral)	178
.....	178
TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias	180
.....	180

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias 182

BURITI NOTÍCIAS
TCE - TO

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias (Geral) 184

JALAPÃO NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias 186

BOLETIM POLITICO - SP - NOTICIAS
TCE - TO

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias 188

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
TCE - TO

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias 190

REPORTER TOCANTINS - TO
TCE - TO

Câmara de Santa Tereza do Tocantins realiza sessão com criação de comissões, aprovação de requerimentos e debate sobre transporte universitário (Ação Parlamentar) 192

VIDA E HARMONIA - PALMAS - TO
TCE - TO

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias (Tocantins) 194

ARENA DE NOTÍCIAS - GO
TCE - TO

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias 196

CARIRI ATIVO - CE
TCE - TO

TCE-CE cria aparato de monitoramento de emendas parlamentares; lacunas podem gerar bloqueios em 2026 (Justiça,) 198

T1 NOTICIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE-TO abre 300 vagas para curso sobre fiscalização do Fundeb. 201

Quarta-Feira, 1 de Abril de 2026

CLAUDEMIR BRITO - TO - TOCANTINS
TCE - TO

TCE-TO determina devolução de R\$ 65 mil por ex-gestora da Saúde de Dueré.....202

PORTAL UOL - COLUNA
TCE - TO

Mal das contas, cidades gastam mais de R\$ 2 bilhões em shows.....203

ARAGUAÍNA URGENTE - TO
TCE - TO

TCE constata regularidade na movimentação da Prefeitura em relação aos R\$ 502 milhões do Fundeb em Araguaína (Notícias)
.....206

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

TCE não vê ilegalidades e arquiva apuração sobre R\$ 502 milhões do Fundeb em Araguaína
.....207

PORTAL CT - CLEBER TOLEDO -TO - TOCANTINS
TCE - TO

Após gestão indicar falha de banco, TCE atesta regularidade de movimentação de R\$ 502 milhões do Fundeb de Araguaína
.....208

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Recursos do Fundeb: TCE atesta correção da Prefeitura de Araguaína e arquiva processo sobre recursos
.....209

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Recursos do Fundeb: TCE-TO atesta correção da Prefeitura de Araguaína e arquiva processo sobre recursos
.....211

ARAGUAÍNA NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE-TO arquiva processo e reconhece aplicação dos R\$ 500 milhões do Fundeb na educação de Araguaína
.....213

PORTAL STYLO - TO - INTERIOR
TCE - TO

TCE-TO arquiva investigação sobre R\$ 502 milhões do Fundeb em Araguaína e descarta irregularidades; entenda o caso
.....214

JORNAL TOCANTINS NEWS - TO
TCE - TO

Prefeitura de Paraíso oficializa doação de área para expansão do Centro de Formação do SENAI (Sem categoria)
.....215

CN TOCANTINS
TCE - TO

Com certidão do TCE e STN, Marilon Barbosa prova que Relatório de Gestão Fiscal da Câmara de 2025 foram entregues no prazo aos órgãos de controle e não há irregularidades (Política)

.....	217
FOCO TOCANTINS - TO TCE - TO	
Com certidão do TCE e STN, Marilon Barbosa prova que Relatório de Gestão Fiscal da Câmara de 2025 foram entregues no prazo aos órgãos de controle e não há irregularidades (Política)	218
O COLETIVO ONLINE - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Marilon Barbosa desmente "Blog" e prova que Relatório de Gestão Fiscal da Câmara de 2025 foram entregues no prazo e que não há irregularidades	219
TO NOTÍCIAS TCE - TO	
Prefeitura de Palmas lança Imposto Solidário e destaca importância da destinação do IR para políticas públicas municipais (Notícias)	220
FIETO - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Prefeitura de Paraíso oficializa doação de área para expansão do Centro de Formação do SENAI	221
PORTAL CT - CLEBER TOLEDO - TO - TOCANTINS TCE - TO	
Prefeitura de Paraíso oficializa doação de área no setor Nova Fronteira para expansão do Centro de Formação do Senai	223
PRIMEIRA PÁGINA ONLINE- PALMAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Após boatos, Marilon Barbosa comprova que o relatórios da Câmara de 2025 foram entregues no prazo	225
PRIMEIRA PÁGINA ONLINE- PALMAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Campanha Imposto Solidário de Palmas visa fortalecer políticas para a Infância e Idosos	226
PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPINIÃO TCE - TO	
Tribunal abre prazo para municípios definirem periodicidade do Relatório de Gestão Fiscal em 2026	227
TO EM FOCO TCE - TO	
Prefeitura de Palmas lança campanha Imposto Solidário e incentiva destinação do IR para projetos sociais (Políticas Públicas)	228
BLOG DO LUIZ ARMANDO COSTA - TO TCE - TO	

Marilon nega atraso na prestação de contas, apresenta certidão marota do TCE diferente do Siconfi mas o cidadão só teve acesso à sua contabilidade ontem quando as publicou no portal e mesmo assim com data de 30 de janeiro	230
.....	
ATITUDE TOCANTINS - TO TCE - TO	
Parceria na recuperação da TO-387 com o governo do Tocantins avança e reforça perfil de gestão por resultados do prefeito Wlisses Barros em Palmeirópolis (Cidades)	232
.....	
GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Palmas lança campanha com foco em destinar Imposto de Renda em apoio social para crianças, adolescentes e idosos	233
.....	
O PARALELO 13 ONLINE - TO - ESTADO TCE - TO	
Prefeitura de Palmas lança Imposto Solidário e destaca importância da destinação do IR para políticas públicas municipais	234
.....	
O COLETIVO ONLINE - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Prefeitura de Palmas lança Imposto Solidário e destaca importância da destinação do IR para políticas públicas municipais	235
.....	
PORTAL DO AMARAL - TO TCE - TO	
Prefeitura de Palmas lança Imposto Solidário e destaca importância da destinação do IR para políticas públicas municipais (Cidades)	236
.....	
FOCO TOCANTINS - TO TCE - TO	
Prefeitura de Palmas lança Imposto Solidário e destaca importância da destinação do IR para políticas públicas municipais (Cidades)	238
.....	
O PARALELO 13 ONLINE - TO - ESTADO TCE - TO	
Tribunal abre prazo para municípios definirem periodicidade do Relatório de Gestão Fiscal em 2026	239
.....	
AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Tribunal abre prazo para municípios definirem periodicidade do Relatório de Gestão Fiscal em 2026	240
.....	
CONEXÃO TOCANTINS - CONTAS PÚBLICAS TCE - TO	
Tribunal abre prazo para municípios definirem periodicidade do Relatório de Gestão Fiscal em 2026	241
.....	

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeituras têm prazo até abril para decidir como divulgar relatório fiscal no Tocantins 242

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Taboão recebe Selo Município Amigo do Futuro do TCE 243

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Paraíso oficializa doação de área para expansão do Centro de Formação do SENAI 244

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Paraíso oficializa doação de área para expansão do Centro de Formação do SENAI 246

BURITI NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Paraíso oficializa doação de área para expansão do Centro de Formação do SENAI (Cidades) 248

JALAPÃO NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Prefeitura de Paraíso oficializa doação de área para expansão do Centro de Formação do SENAI 250

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Tribunal de Contas do Tocantins erra em despacho e retira valor de R\$ 1,12 milhão sobre licitação suspensa em Santa Maria 252

CLAUDEMIR BRITO - TO - TOCANTINS
TCE - TO

ALVORADA É DESTAQUE E RECEBE SELO "MUNICÍPIO AMIGO DO FUTURO" EM PALMAS 254

PORTAL BENÍCIO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Palmas lança Imposto Solidário e destaca importância da destinação do IR para políticas públicas municipais 255

BICO 24 HORAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

SANTA TEREZINHA: Justiça reverte absolvição e condena ex-prefeita por prejuízo aos cofres públicos 256

ESPORTES E NOTÍCIAS - CUIABÁ - MT - NOTÍCIAS
TCE - TO

Adversário do Cuiabá na Copa Verde é investigado por suspeita de repasses irregulares de recursos públicos	257
24 HORAS MT - CUIABÁ - MT - ESPORTES TCE - TO	
Polícia investiga adversário do Cuiabá na Copa Verde por recebimento irregular de recursos públicos	258
PALMAS EM FOCO - PALMAS TCE - TO	
PREFEITURA DE PALMAS LANÇA IMPOSTO SOLIDÁRIO E DESTACA IMPORTÂNCIA DA DESTINAÇÃO DO IR PARA POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS (Notícias)	259
T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Prefeitura, MPTO e CMDCA convocam contribuintes a destinar IR	260
T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE/TO abre prazo para municípios definirem gestão fiscal de 2026	261
OPINATIVO POLÍTICO - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE investiga contratos de carro de som de mais de R\$ 130 mil na Prefeitura de Aurora; parecer pede multa ao prefeito	262
PORTAL BENÍCIO - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Prefeitura de Paraíso oficializa doação de área para expansão do Centro de Formação do SENAI	264
GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE declara irregular contrato de consultoria em Câmara no TO e manda apurar possível prejuízo de R\$ 31,5 mil	266
DEFENSORIA PÚBLICA - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Defensoria Pública prestigia posse do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Tocantins	267
VOZ DO BICO - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCETO entrega Selo Município Amigo do Futuro a 137 cidades e lança edição 2026 do programa	268
PORTAL STYLO - TO - ESTADO TCE - TO	
Tribunal de Contas do Tocantins estabelece prazo para municípios definirem periodicidade do Relatório de Gestão Fiscal	270

FOLHA CAPITAL - ONLINE - TO
TCE - TO

TCE julga procedente representação sobre falta de medicamentos e profissionais em unidade de saúde de Palmas (CIDADES) 271

PALMAS AQUI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Tribunal mantém decisão que apontou registro indevido de R\$ 7,5 milhões nas contas da Infraestrutura de Porto Nacional 272

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Tribunal mantém decisão que apontou registro indevido de R\$ 7,5 milhões nas contas da Infraestrutura de Porto Nacional 273

FOLHA CAPITAL - ONLINE - TO
TCE - TO

Contas de 2022 da Prefeitura de Paranã recebem parecer pela rejeição no TCE (CIDADES) 274

JORNAL TOCANTINS NEWS - TO
TCE - TO

Ao receber Selo Município Amigo do Futuro, Eduardo Siqueira Campos destaca reconstrução das políticas sociais em Palmas (Banner Principal) 275

JORNAL TOCANTINS NEWS - TO
TCE - TO

Política pública de atendimento às crianças de Porto Nacional recebe reconhecimento do TCE (Banner Principal) 277

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

TCE suspende licitação de R\$ 2,5 milhões em Santa Maria do Tocantins após suspeita de sobrepreço 278

ATITUDE TOCANTINS - TO
TCE - TO

Cariri do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Cariri do TO) 279

PORTAL DO AMARAL - TO
TCE - TO

Cariri do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Cariri) 280

PORTAL DO AMARAL - TO
TCE - TO

Talismã recebe Selo Município Amigo do Futuro e é destaque em políticas para a primeira infância (Cidades) 281

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Após contrato emergencial, empresa vence licitação bilionária do transporte coletivo de Palmas
..... 283

CANAL 63 - PALMAS - TO - CIDADES
TCE - TO

Palmas recebe Selo Município Amigo do Futuro 284

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Araguacema recebe Selo Município Amigo do Futuro do TCE-TO 285

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO
TCE - TO

ACIMA DO TETO: Altos valores pagos a conselheiros do TCE-TO em fevereiro geram
repercussão (TOCANTINS)
..... 286

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO
TCE - TO

No Tocantins: Altos valores pagos a conselheiros do TCE-TO em fevereiro geram repercussão
(TOCANTINS)
..... 287

BOCA MIÚDA DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro pelo Tribunal de Contas 288

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Cariri do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas
voltadas à primeira infância (CIDADES)
..... 289

CENTRAL TO - PALMAS - TO
TCE - TO

Paraíso do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em cerimônia no TJTO 290

PORTAL WR NEWS - GO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à
primeira infância
..... 292

A NOTÍCIA DIGITAL - PONTA GROSSA - PR
TCE - TO

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à
primeira infância
..... 293

PORTAL DO AMARAL - TO
TCE - TO

Peixe recebe Selo Município Amigo do Futuro e reforça compromisso com a primeira infância
(Cidades)
..... 294

PORTAL BRASIL NEWS - PONTA GROSSA - PR - NOTÍCIAS
TCE - TO

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância	295
JALAPÃO NOTÍCIAS - TO TCE - TO	
Paraíso do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em cerimônia no TJTO	296
JALAPÃO NOTÍCIAS - TO TCE - TO	
Política pública de atendimento às crianças de Porto Nacional recebe reconhecimento do TCE	298
JALAPÃO NOTÍCIAS - TO TCE - TO	
Mantoan participa da entrega do Selo Município Amigo do Futuro	299
OLHAR DINÂMICO - SÃO PAULO - SP TCE - TO	
Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância	300
DEFENSORIA PÚBLICA - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Projeto Verde Defensoria: práticas socioambientais e valorização de catadoras e catadores	301
PORTAL DO AMARAL - TO TCE - TO	
Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Cidades)	303
RÁDIO PORTO FM - PORTO NACIONAL - TO - GIRO DE NOTÍCIAS TCE - TO	
Polícia Civil investiga repasses de mais de R\$ 5 milhões recebidos pelo Tocantinópolis	304
PORTAL CT - CLEBER TOLEDO - TO TCE - TO	
EM OFF Laurez Moreira receberá filiação de Danilo Alencar no PSD, partido que vai receber também Gutierrez Torquato; Vicentinho Jr engrossa discurso contra gestão Wanderlei (Em Off)	305
TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância	307
CN TOCANTINS TCE - TO	
Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Assistência Social)	308
ENFOQUE PRESS - NOTÍCIAS TCE - TO	

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância	309
BURITI NOTÍCIAS TCE - TO	
Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Assistência Social)	310
JALAPÃO NOTÍCIAS - TO TCE - TO	
Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância	311
PORTAL DO AMARAL - TO TCE - TO	
São Valério conquista Selo Município Amigo do Futuro e se destaca em políticas para a primeira infância (Cidades)	312
SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Paraíso recebe Selo Município Amigo do Futuro em cerimônia no TJTO	314
PORTAL CT - CLEBER TOLEDO - TO - TOCANTINS TCE - TO	
TCE entrega Selo "Amigo do Futuro" a 137 municípios e lança edição de 2026 do programa	316
CORREIO DO BICO - TO TCE - TO	
Paraíso do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em cerimônia no TJTO	318
SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Prefeito Enoque Portílio participa da entrega do Selo Município Amigo do Futuro	320
PORTAL DO AMARAL - TO - EDUCAÇÃO TCE - TO	
TCETO entrega Selo Município Amigo do Futuro a 137 cidades e lança edição 2026 do programa	321
BLOG DO HP - ABREULÂNDIA - TO TCE - TO	
Política pública de atendimento às crianças de Porto Nacional recebe reconhecimento do TCE	323
NOTÍCIAS 105 TOCANTINS TCE - TO	
Investigação sobre repasse de R\$ 5 milhões a time de futebol no TO começou após movimentações suspeitas (Polícia)	325
SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Professor Deley comemora reconhecimento a Paraíso em programa do Tribunal de Contas	327

IMPACTO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

CAOS EM NOVO ALEGRE: Vereador Josemar denuncia abandono da gestão municipal e falta de água potável há mais 13 dias

..... 328

GAZETA DE GURUPI - TO
TCE - TO

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Prefeitura de Gurupi)

..... 329

PORTAL BENÍCIO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Paraíso do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em cerimônia no TJTO..... 330

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Ao receber Selo Município Amigo do Futuro, prefeito Felipe Miranda destaca compromisso com a infância em Brasilândia (CIDADES)

..... 332

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Após receber Selo Município Amigo do Futuro, prefeita Aparecida afirma que continuará investindo em políticas para a infância em Itacajá (CIDADES)

..... 333

FOLHA DO BICO - TO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - TO

SÃO BENTO: Município é reconhecido com Selo Município Amigo do Futuro..... 334

RADAR TOCANTINENSE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Paraíso do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em cerimônia no TJTO..... 335

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Ao receber Selo Município Amigo do Futuro, prefeito Maquinho destaca investimentos na primeira infância em Araguacema (CIDADES)

..... 337

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Prefeito Denison ressalta trabalho voltado às crianças que garantiu o Selo Município Amigo do Futuro a Lavandeira (CIDADES)

..... 338

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

São Félix do Tocantins é reconhecido por investir em políticas para a infância e recebe Selo Município Amigo do Futuro (CIDADES)

..... 339

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Prefeito Divino Moraes recebe Selo Município Amigo do Futuro concedido pelo TCE (CIDADES)

..... 340

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (CIDADES) 341

PREFEITURA DE GURUPI - TO
TCE - TO

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Assistência Social) 342

VIDA E HARMONIA - PALMAS - TO
TCE - TO

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Gurupi - TO) 343

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Figueirópolis recebe Selo Município Amigo do Futuro e se destaca em ações voltadas à primeira infância (CIDADES) 344

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Palmeirópolis é reconhecida pelos investimentos na primeira infância com Selo Município Amigo do Futuro (CIDADES) 345

BOCA MIÚDA DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

São Valério conquista Selo Município Amigo do Futuro por ações na primeira infância 346

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Prefeito Neri Xavier destaca que Almas tem responsabilidade com a primeira infância durante recebimento do Selo Município Amigo do Futuro (CIDADES) 348

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Ao receber o Selo Município Amigo do Futuro, prefeito Elio Dionisio destaca que Chapada da Natividade é comprometida com a infância (CIDADES) 349

PALMAS EM FOCO - PALMAS
TCE - TO

AO RECEBER SELO MUNICÍPIO AMIGO DO FUTURO, EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS DESTACA RECONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS EM PALMAS (Notícias) 350

PORTAL GILDA BONFIM - TO
TCE - TO

DISCURSO - EVENTO PROJETO VERDE DEFENSORIA (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS) (No"ticias) 351

Quarta-Feira, 1 de Abril de 2026

BICO 24 HORAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TOCANTINÓPOLIS: Conheça o TEC, 2º maior vencedor estadual, alvo da polícia por repasse de dinheiro público

.....353

PRIMEIRA PÁGINA ONLINE- PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCETO entrega "Selo Município Amigo do Futuro" a 137 municípios tocantinenses.....354

PORTAL STYLO - TO - INTERIOR
TCE - TO

Prefeito de Tocantinópolis se manifesta após operação policial que investiga repasses a clube de futebol; VEJA O VIDEO

.....355

PORTAL STYLO - TO - ESTADO
TCE - TO

TCETO entrega Selo Município Amigo do Futuro a 137 cidades e lança edição 2026 do programa

.....357

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE/TO entrega Selo Amigo do Futuro a 137 cidades; Eduardo Siqueira destaca gestão

.....359

GERONIMO CARDOSO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE encontra aparelhos de exames guardados há mais de 6 anos em hospital de Dueré enquanto prefeitura paga laboratórios terceirizados

.....360

PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPINIÃO
TCE - TO

Eduardo Siqueira Campos destaca reconstrução das políticas sociais em Palmas, ao receber Selo Município Amigo do Futuro

.....361

PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPINIÃO
TCE - TO

TCETO entrega Selo Município Amigo do Futuro a 137 cidades e lança edição 2026 do programa

.....363

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Selo Município Amigo do Futuro é entregue a 137 cidades do Tocantins.....365

PORTAL VOCE NEWS - PA - NOTÍCIAS
TCE - TO

Investigação sobre repasse de R\$ 5 milhões a time de futebol no TO começou após movimentações suspeitas

.....367

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO
TCE - TO

PRIMEIRA INFÂNCIA: Mantoan participa da entrega do Selo Município Amigo do Futuro (AÇÃO PARLAMENTAR)

.....368

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCETO entrega Selo Município Amigo do Futuro a 137 cidades e lança edição 2026 do programa 369

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Combinado recebe Selo Município Amigo do Futuro em cerimônia promovida pelo Tribunal de Contas do Tocantins 371

PORTAL DO AMARAL - TO
TCE - TO

Figueirópolis conquista Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Cidades) 372

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Palmas recebe Selo Município Amigo do Futuro por avanços em políticas para a primeira infância 374

TV ANHANGUERA - PALMAS/ AF. GLOBO - TO - JA 2ª EDIÇÃO - TO
TCE - TO

TCE entrega selo a 137 municípios do TO por promoverem a defesa da primeira infância 376

TV ANHANGUERA - PALMAS/ AF. GLOBO - TO - JA 2ª EDIÇÃO - TO
TCE - TO

Polícia investiga suposto desvio de dinheiro de prefeitura para time no Tocantins 377

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Goianorte recebe selo do TCE por boas práticas voltadas à primeira infância 379

DEFENSORIA PÚBLICA - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Por parceria em defesa da primeira infância, Defensoria Pública recebe selo de menção honrosa 380

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO TOCANTINS - NOTÍCIAS
TCE - TO

Mantoan participa da entrega do Selo Município Amigo do Futuro 381

O COLETIVO ONLINE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Mantoan participa da entrega do Selo Município Amigo do Futuro 382

O COLETIVO ONLINE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Ao receber Selo Município Amigo do Futuro, Eduardo Siqueira Campos destaca reconstrução das políticas sociais em Palmas 383

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeito de Palmas recebe Selo Município Amigo do Futuro e destaca fortalecimento das políticas sociais	384

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Eduardo Siqueira destaca ações sociais em Palmas ao receber Selo Município Amigo do Futuro: "nos dedicamos ao que há de melhor na nossa sociedade, que são as nossas crianças"	385

O PARALELO 13 ONLINE - TO - ESTADO
TCE - TO

Ao receber Selo Município Amigo do Futuro, Eduardo Siqueira Campos destaca reconstrução das políticas sociais em Palmas	386

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
TCE - TO

Polícia investiga repasses de mais de R\$ 5 milhões a clube brasileiro	387

ESPORTE NEWS MUNDO- RIO DE JANEIRO-RJ
TCE - TO

Polícia investiga repasses de mais de R\$ 5 milhões a clube brasileiro (Outro lado)	389

BLOG DO HP - ABREULÂNDIA - TO
TCE - TO

Polícia Civil deflagra Operação 2º Tempo para investigar esquema de desvio de recursos públicos destinados a clube de futebol em Tocantinópolis	391

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Polícia Civil deflagra Operação 2º Tempo para investigar desvio de recursos públicos destinados a clube de futebol em Tocantinópolis	393

G1 - TOCANTINS - TO - TOCANTINS
TCE - TO

Investigação sobre repasse de R\$ 5 mi a time de futebol no TO começou após movimentações suspeitas	395

VOZ DO BICO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Polícia Civil investiga desvio de verbas públicas em clube de futebol de Tocantinópolis	397

TV ANHANGUERA - PALMAS/ AF. GLOBO - TO - JA 1ª EDIÇÃO - TO
TCE - TO

Dinheiro da Prefeitura para time é investigado	399

TV NORTE TOCANTINS / AF. SBT - TO - O POVO NA TV
TCE - TO

Municípios recebem Selo Município Amigo do Futuro	400

RÁDIO PARAÍSO FM - 104 FM - TRIBUNA PARAÍSO
TCE - TO

Operação "2º Tempo" investiga desvio de mais de R\$ 5,1 milhões envolvendo prefeitura e clube de futebol em Tocantinópolis	401
PORTAL CT - CLEBER TOLEDO - TO - POLÍTICA TCE - TO	
Operação 2º Tempo apura desvios nos repasses da Prefeitura de Tocantinópolis ao TEC e calcula prejuízo em R\$ 5,1 milhões; prefeito Fabion nega irregularidades: "Não temos nada a esconder"	402
O COLETIVO ONLINE - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Polícia Civil investiga esquema de desvio de recursos públicos em mais de R\$ 5 milhões destinados ao time do Tocantinópolis	404
GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Operação contra repasse irregular de mais de R\$ 5 milhões em Tocantinópolis cumpriu mandados na casa do prefeito e presidente do clube; Fabion se defende	406
RÁDIO PARAÍSO FM - 104 FM - A VOZ DO TOCANTINS TCE - TO	
Operação "2º Tempo" investiga desvio de mais de R\$ 5,1 milhões envolvendo prefeitura e clube de futebol em Tocantinópolis	407
JORNAL OPÇÃO - ONLINE - TO TCE - TO	
Operação que envolve o Tocantinópolis ocorre em meio a lei municipal que autoriza 30 salários mínimos em repasses da prefeitura ao clube	408
SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Polícia Civil faz operação contra suposto esquema de R\$ 5 milhões envolvendo clube em Tocantinópolis	410
AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS TCE - TO	
Operação investiga possível desvio de R\$ 5,1 milhões repassados ao time do Tocantinópolis	411
NOTÍCIAS 105 TOCANTINS TCE - TO	
Operação investiga repasse de R\$ 5,1 milhões da Prefeitura de Tocantinópolis para time de futebol (Polícia)	413
ARAGUAÍNA NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
PC mira suposto esquema que teria desviado R\$ 5 milhões destinados ao clube Tocantinópolis	414

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Operação mira suposto esquema de R\$ 5,1 milhões em recursos públicos destinados a clube de futebol no Bico 416

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Operação investiga desvio de R\$ 5 milhões em repasses ao Tocantinópolis e cumpre mandados contra prefeito e presidente do clube 417

G1 - TOCANTINS - TO - TOCANTINS
TCE - TO

Prefeito e presidente de time de futebol do TO são alvos da PC em operação contra repasse irregular de mais de R\$ 5 milhões 419

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Operação "2º Tempo" investiga desvio de mais de R\$ 5,1 milhões envolvendo prefeitura e clube de futebol em Tocantinópolis 421

TV ANHANGUERA - PALMAS/ AF. GLOBO - TO - BOM DIA TOCANTINS
TCE - TO

Investigação sobre suposta lavagem de dinheiro em Tocantinópolis 422

PRIMEIRA PÁGINA IMPRESSO - PALMAS - TO - GERAL
TCE - TO

Polícia Civil investiga desvio de mais de 5,1 milhões em repasses a clube de futebol 423

PORTAL STYLO - TO - CAPITAL
TCE - TO

Prefeito Eduardo Siqueira Campos recebe Selo Município Amigo do Futuro para Palmas 425

JORNAL TOCANTINS NEWS - TO
TCE - TO

Ao receber Selo Município Amigo do Futuro, Eduardo Siqueira Campos destaca reconstrução das políticas sociais em Palmas (Banner Principal) 426

RADAR TOCANTINENSE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Aragominas recebe o Selo Amigo do Futuro em reconhecimento às ações pela Primeira Infância 428

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Goianorte recebe o "Selo Município Amigo do Futuro" (CIDADES) 429

BICO 24 HORAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TOCANTINÓPOLIS: Lei de 1991 que autorizava repasses ao TEC surge em meio à investigação de R\$ 5 milhões 430

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - TJTO
TCE - TO

TJTO recebe Selo de Menção Honrosa por atuação em defesa da primeira infância no projeto "TCE de Olho no Futuro"

432

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Mantoan participa da entrega do Selo Município Amigo do Futuro do TCE-TO

433

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Jaú do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (CIDADES)

434

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Ao receber Selo Município Amigo do Futuro, Eduardo Siqueira Campos destaca reconstrução das políticas sociais em Palmas (CIDADES)

435

FOLHA DE TAQUARUSSU - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Entenda como começou investigação do repasse R\$ 5 mi a time de futebol | G1

436

GIRO 360 TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Polícia Civil deflagra Operação 2º Tempo para investigar esquema de desvio de recursos públicos destinados a clube de futebol em Tocantinópolis

438

RIO FM ONLINE - NOTÍCIAS
TCE - TO

Investigação sobre repasse de R\$ 5 mi a time de futebol no TO começou após movimentações suspeitas

440

IMPACTO TOCANTINS - TO
TCE - TO

Polícia Civil deflagra Operação 2º Tempo para investigar esquema de desvio de recursos públicos destinados a clube de futebol em Tocantinópolis (Policia)

442

DIRETO E RETO NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeito e presidente de time de futebol do TO são alvos da PC em operação contra repasse irregular de mais de R\$ 5 milhões (Tocantins)

444

DIRETO E RETO NOTÍCIAS
TCE - TO

Investigação sobre repasse de R\$ 5 mi a time de futebol no TO começou após movimentações suspeitas (Tocantins)

446

BOAS NOVAS FM
TCE - TO

Investigação sobre repasse de R\$ 5 mi a time de futebol no TO começou após movimentações suspeitas (SLIDE)

.....	448
ARAGUAÍNA URGENTE - TO TCE - TO	
PC investiga esquema de desvio de recursos públicos destinados a clube de futebol; prejuízo ultrapassa R\$ 5 mi (Notícias)	450
.....	452
RÁDIO NOVA 104,9 FM - ONLINE - NOTÍCIAS TCE - TO	
Investigação sobre repasse de R\$ 5 mi a time de futebol no TO começou após movimentações suspeitas	452
.....	454
PORTAL VEM COM NOTÍCIAS TCE - TO	
Polícia Civil deflagra Operação 2º Tempo para investigar esquema de desvio de recursos públicos destinados a clube de futebol em Tocantinópolis (Notícias)	454
.....	456
PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPNIÃO TCE - TO	
Polícia Civil deflagra Operação 2º Tempo para investigar esquema de desvio de recursos públicos destinados a clube de futebol em Tocantinópolis	456
.....	458
PORTAL BENÍCIO - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
O Tocantinópolis na Mira: Polícia Civil deflagra Operação 2º Tempo para investigar esquema de desvio de recursos públicos	458
.....	460
BICO 24 HORAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TOCANTINÓPOLIS: Operação investiga desvio de R\$ 5 milhões e tem prefeito e presidente do TEC como alvos	460
.....	462
PRIMEIRA PÁGINA ONLINE- PALMAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Polícia Civil investiga desvio de mais de R\$ 5,1 milhões em repasses a clube de futebol em Tocantinópolis	462
.....	464
FOLHA CAPITAL - ONLINE - TO TCE - TO	
TCE abre representação e cita prefeito e secretários de Paranã por falhas em licitação de R\$ 2,4 milhões (Irregularidades)	464
.....	465
FOLHA DE TAQUARUSSU - PALMAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Operação investiga repasses de prefeitura do TO para time de futebol G1.....	465
.....	466
FOLHA DO BICO - TO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS TCE - TO	
TOCANTINÓPOLIS: Esquema teria desviado do Tocantinópolis EC mais de R\$ 5 milhões..	466

PORTAL GILDA BONFIM - TO
TCE - TO

Equipamentos comprados há 6 anos seguem encaixotados em hospital público no Tocantins (Notícias) 468

RIO FM ONLINE - NOTÍCIAS
TCE - TO

Operação investiga repasse de R\$ 5,1 milhões da Prefeitura de Tocantinópolis para time de futebol 470

BOAS NOVAS FM
TCE - TO

Operação investiga repasse de R\$ 5,1 milhões da Prefeitura de Tocantinópolis para time de futebol (SLIDE) 472

BLOG DO LUIZ ARMANDO COSTA - TO
TCE - TO

TCE encontra equipamentos comprados há seis anos ainda encaixotados em hospital de Dueré 474

RÁDIO NOVA 104,9 FM - ONLINE - NOTÍCIAS
TCE - TO

Operação investiga repasse de R\$ 5,1 milhões da Prefeitura de Tocantinópolis para time de futebol 475

PORTAL STYLO - TO - INTERIOR
TCE - TO

Operação 2º Tempo: Polícia Civil investiga suposto desvio de mais de R\$ 5,1 milhões destinados a clube de futebol em Tocantinópolis 477

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Prefeito de Ananás esclarece contrato de eventos e critica onda de denunciismo da oposição 479

TV ANHANGUERA - PALMAS/ AF. GLOBO - TO - 2ª EDIÇÃO - TO
TCE - TO

Vistoria do TCE registra falhas em hospital de Dueré 481

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Gestores municipais serão reconhecidos com Selo Município Amigo do Futuro no Tocantins 482

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Municípios do Tocantins serão reconhecidos por ações voltadas à primeira infância nesta quinta em Palmas 483

PORTAL CT - CLEBER TOLEDO -TO - POLÍTICA
TCE - TO

Vinícius Pires denuncia supostas irregularidades na compra de uniformes da rede municipal de ensino; Eudes Assis reage e batiza colega de "mentirinha"

.....	484
ATITUDE TOCANTINS - TO TCE - TO	
Compras sem planejamento em hospital de Dueré; TCE encontra equipamentos de laboratório comprados há seis anos e ainda encaixotados (Cidades)	486
AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS TCE - TO	
Equipamentos comprados há 6 anos seguem encaixotados em hospital público no Tocantins	487
PORTAL CT - CLEBER TOLEDO -TO - TOCANTINS TCE - TO	
TCE e Seciju discutem plano para melhorar qualidade da alimentação em presídios do Tocantins	488
GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE abre licitação de R\$ 2,5 milhões para banco pagar folha salarial	489
O PARALELO 13 ONLINE - TO - ESTADO TCE - TO	
TCE encontra equipamentos comprados há seis anos ainda encaixotados em hospital de Dueré	490
CONEXÃO TOCANTINS - ESTADO TCE - TO	
TCE/TO encontra equipamentos comprados há seis anos ainda encaixotados em hospital municipal	491
JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO TCE - TO	
Hospital de Dueré mantém equipamentos laboratoriais sem uso enquanto município contrata exames terceirizados, diz TCE	492
TV NORTE TOCANTINS / AF. SBT - TO - O POVO NA TV TCE - TO	
Auditoria aponta falhas em hospital de Dueré	493
O COLETIVO ONLINE - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE encontra equipamentos comprados há seis anos ainda encaixotados em hospital de Dueré	494
JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO TCE - TO	
TCE/TO abre licitação de R\$ 2,5 milhões para banco operar folha de servidores	495
GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Tribunal encontra equipamentos comprados há seis anos ainda encaixotados em hospital no sul do TO	496

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Conselheiros do TCE faturaram próximo de meio milhão com verbas indenizatórias e rendimentos em fevereiro. Subsídio é R\$ 41 mil e teto do STF de R\$ 46 mil. Uma esculhambação no nariz do Judiciário, MPE e Legislativo

497

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Plano de ação para melhorar alimentação no sistema penitenciário é discutido pelo TCETO e Seciju

498

O PARALELO 13 ONLINE - TO - PODERES
TCE - TO

Plano de ação para aprimorar alimentação no sistema penitenciário é pauta de reunião do TCETO e Seciju

500

PALMAS AQUI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Tribunal declara ilegal contrato de R\$ 3,27 milhões da educação e manda apurar reforma em prédio alugado na gestão de Cinthia Ribeiro

501

PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPINIÃO
TCE - TO

Vistoria do TCE-TO localiza equipamentos comprados há seis anos ainda encaixotados em hospital de Dueré

503

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE identifica aparelhos parados há seis anos em hospital e cobra plano da prefeitura

504

PORTAL GILDA BONFIM - TO
TCE - TO

Servidores do TCETO podem destinar parte do Imposto de Renda ao Hospital de Amor (No"ticias)

505

BLOG DO LUIZ ARMANDO COSTA - TO
TCE - TO

Plano de ação para aprimorar alimentação no sistema penitenciário é pauta de reunião do TCETO e Seciju

506

BLOG DO LUIZ ARMANDO COSTA - TO
TCE - TO

Conselheiros do TCE faturaram próximo de meio milhão com verbas indenizatórias e rendimentos em fevereiro. Subsídio é R\$ 41 mil e teto do STF de R\$ 46 mil. Uma esculhambação no nariz do Judiciário, MPE e Legislativo

507

R1 PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Ministério Público investiga contrato de R\$ 1,9 milhão da Prefeitura de Ananás com empresa ligada a ex-servidor da Câmara	508
JORNAL OPÇÃO - ONLINE - TO TCE - TO	
Criação de empresa dias antes da contratação e com vínculo familiar com secretário leva à investigação na Prefeitura de Tupiratis	511
RÁDIO PARAÍSO FM - 104 FM - A VOZ DO TOCANTINS TCE - TO	
Fiscalização surpresa do TCE chega a hospitais de Itacajá e Goiatins para avaliar atendimento à população	512
PRIMEIRA PÁGINA IMPRESSO - PALMAS - TO - ESTADO TCE - TO	
Servidores protestam contra proposta de terceirização das UPAs de Palmas	513
FOLHA CAPITAL - ONLINE - TO TCE - TO	
Prefeitura de Paranã ultrapassa limite prudencial de gastos com pessoal e recebe alerta do TCE (Paraná)	514
IMPACTO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE apura possível esquema de abastecimentos irregulares na Prefeitura de Combinado; prefeito e presidente da Câmara são intimados a prestar esclarecimentos	515
REDE TOCANTINS DE NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE aponta falta de remédios e falhas na manutenção de equipamentos no Hospital Municipal de Figueirópolis	517
JORNAL OPÇÃO - ONLINE - TO TCE - TO	
Com recomendação do MPTO para revogação de dispositivo de lei sobre regra de gratificações, TCE/TO confirma ter acatado medidas cabíveis	519
JALAPÃO NOTÍCIAS - TO TCE - TO	
I Ecocidadania transforma reconhecimento em cuidado e acesso a direitos para catadores de Palmas	520
PORTAL STYLO - TO - ESTADO TCE - TO	
TCETO entrega Selo Município Amigo do Futuro a prefeitos do Tocantins	522
PRIMEIRA PÁGINA ONLINE- PALMAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Servidores protestam contra proposta de terceirização das UPAs de Palmas	523

BLOG DO LUIZ ARMANDO COSTA - TO
TCE - TO

STF deu prazo de 72 horas ontem para PGJ do Rio de Janeiro informe penduricalhos enquanto TCE do Tocantins ainda não publicou salários de fevereiro. Em janeiro teve conselheiro com rendimentos de R\$ 200 mil

524

PORTAL GILDA BONFIM - TO
TCE - TO

Hospital municipal de Figueirópolis acumula problemas em todos os setores, aponta TCE (No"ticias)

526

PORTAL DO AMARAL - TO
TCE - TO

Prefeito Flávio Cristo Rei reforça compromisso de Talismã com sustentabilidade em parceria histórica (Cidades)

528

PORTAL DO AMARAL - TO
TCE - TO

Prefeito Cezinha lidera acordo histórico para fortalecer reciclagem e inclusão social no Tocantins (Cidades)

530

TO NOTÍCIAS
TCE - TO

Problemas de medicação, , profissionais da saúde e até em ambulâncias foram identificados no Hospital de Figueirópolis pelo TCE (Notícias)

532

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Hospital municipal de Figueirópolis acumula problemas em todos os setores, aponta TCE

533

REDE TOCANTINS DE NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitura de Palmas autoriza construção de policlínica, dois Caps, um Centro de Parto Natural e uma USF

535

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - TJTO
TCE - TO

I Ecocidadania transforma reconhecimento em cuidado e acesso a direitos para catadores de Palmas

537

FOLHA CAPITAL IMPRESSO - PALMAS - TO - CIDADES
TCE - TO

Vistoria do TCE identifica problemas estruturais e administrativos no hospital municipal de Figueirópolis

539

ATITUDE TOCANTINS - TO - SAÚDE
TCE - TO

Vistoria do TCE identifica problemas estruturais e administrativos no hospital municipal de Figueirópolis

540

O PARALELO 13 ONLINE - TO - PODERES
TCE - TO

Vistoria do TCE identifica problemas estruturais e administrativos no hospital municipal de Figueirópolis 542

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Vistoria identifica falhas na gestão, ambulâncias irregulares e problemas estruturais em hospital do TO 544

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Vistoria do TCE identifica problemas estruturais e administrativos no hospital municipal de Figueirópolis 545

CONEXÃO TOCANTINS - ESTADO
TCE - TO

Vistoria do TCE identifica problemas estruturais e administrativos no hospital de Figueirópolis 547

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Instituições discutem fortalecimento de fundos da infância e adolescência e apoio aos Conselhos Tutelares do Tocantins 548

TO NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeito José Salomão deixa legado de obras e projetos estruturantes em Dianópolis e se prepara para disputar vaga na Câmara Federal (Notícias) 550

CONEXÃO TOCANTINS - ESTADO
TCE - TO

Instituições discutem fortalecimento de fundos da infância e adolescência e apoio aos Conselhos Tutelares 552

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Fiscalizações do TCE buscam garantir eficiência e segurança nos hospitais do Estado 554

CONEXÃO TOCANTINS - ESTADO
TCE - TO

Fiscalização surpresa do TCE chega a hospitais de Itacajá e Goiatins 555

AGÊNCIA TOCANTINS - PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Fiscalização surpresa do TCE avalia atendimento em hospitais de Itacajá e Goiatins 556

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO
TCE - TO

Ecocidadania leva serviços de saúde, cidadania e orientação jurídica a catadores em Palmas TO

.....	557
PRIMEIRA PÁGINA ONLINE- PALMAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE realiza fiscalizações surpresa em hospitais municipais de Itacajá e Goiatins.....	559
T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Catadores de materiais recicláveis da Capital ganham programação especial.....	560
OPINATIVO POLÍTICO - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
TCE realiza fiscalização surpresa em hospitais de Itacajá e Goiatins para avaliar atendimento à população.....	561
GERONIMO CARDOSO - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Relatório do TCE aponta possível servidor fantasma que recebia como farmacêutico em hospital no interior do Tocantins.....	562
JALAPÃO NOTÍCIAS - TO TCE - TO	
Porto Nacional é destaque no resultado preliminar do Selo "Amigo do Futuro".....	563
JALAPÃO NOTÍCIAS - TO TCE - TO	
Araguaína é destaque em premiação para políticas públicas voltadas à Primeira Infância.....	564
DEFENSORIA PÚBLICA - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Defensoria Pública prestará atendimento jurídico durante o I Ecocidadania em Palmas.....	565
ARAGUAÍNA NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Araguaína recebe Selo Município Amigo do Futuro por políticas voltadas à Primeira Infância.....	566
TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Prefeitura de Palmas define regras e prazos para execução de emendas parlamentares em 2026.....	567
JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO TCE - TO	
Prefeitura de Palmas define regras e prazos para execução de emendas parlamentares em 2026.....	569
VOZ DO BICO - TO - NOTÍCIAS TCE - TO	
Ex-presidente da Câmara de São Miguel tem contas do exercício do biênio 2023/24 aprovadas pelo Tribunal de Contas.....	571

Quarta-Feira, 1 de Abril de 2026

CONEXÃO TOCANTINS - SAÚDE
TCE - TO

Sindifato acompanha apuração contra possível servidor fantasma e faz alerta sobre registro profissional: erro grave

572

RÁDIO HITS - PALMAS - TO - DIRETO DA REDAÇÃO
TCE - TO

TCE/TO identifica possível servidor fantasma e irregularidades em hospital de Lagoa da Confusão

573

FOLHA CAPITAL - ONLINE - TO
TCE - TO

TCE barra concorrência milionária da publicidade de Palmas e manda suspender certame (Suspeita de Vazamento)

574

ARAGUAÍNA URGENTE - TO
TCE - TO

Araguaína é destaque no resultado preliminar divulgado pelo Tribunal de Contas sobre à Primeira Infância (Notícias)

575

BOCA MIÚDA DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Pente-fino do TCE encontra "servidor fantasma" e caos estrutural em hospital de Lagoa da Confusão

576

PORTAL STYLO - TO - INTERIOR
TCE - TO

Tribunal de Contas aponta suspeita de servidor fantasma e diversas irregularidades em hospital de Lagoa da Confusão

577

PORTAL GILDA BONFIM - TO
TCE - TO

TCE flagra possível servidor fantasma e problemas graves em hospital de Lagoa da Confusão (No"ticias)

579

PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPINIÃO
TCE - TO

TCE identifica possível servidor fantasma e irregularidades em hospital de Lagoa da Confusão

581

TV ANHANGUERA - PALMAS/ AF. GLOBO - TO - JA 2ª EDIÇÃO - TO
TCE - TO

Presidente da Câmara de Monte do Carmo é multado pelo TCE

583

TV ANHANGUERA - PALMAS/ AF. GLOBO - TO - JA 2ª EDIÇÃO - TO
TCE - TO

Suspeita de funcionário fantasma em Lagoa da Confusão

584

RÁDIO JOVEM FM - PALMAS - TO - OPINIÃO E DEBATE
TCE - TO

TCE/TO identifica possível servidor fantasma e irregularidades em hospital de Lagoa da Confusão

585

RÁDIO JOVEM FM - PALMAS - TO - OPINIÃO E DEBATE
TCE - TO

TCE/TO determina nova suspensão de contratação de show de R\$ 1,1 milhão em Axixá. . . . 586

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

TCE flagra possível servidor fantasma e problemas graves em hospital de Lagoa da Confusão
..... 587

O COLETIVO ONLINE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE identifica possível servidor fantasma e irregularidades em hospital de Lagoa da Confusão
..... 588

CONEXÃO TOCANTINS - ESTADO
TCE - TO

TCE/TO identifica possível servidor fantasma e irregularidades em hospital de Lagoa da Confusão
..... 590

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Após vistoria, Tribunal aponta suspeita de servidor fantasma e irregularidades em hospital no interior do TO
..... 592

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Fiscalização surpresa do TCE encontra irregularidades e suspeita de servidor que recebia sem trabalhar em hospital de Lagoa da Confusão
..... 594

JORNAL OPÇÃO - ONLINE -TO
TCE - TO

Prefeitos discutem com TCE-TO impacto da queda de receitas e pedem flexibilização de controle fiscal
..... 596

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE aponta suspeita de servidor fantasma e falhas no hospital de Lagoa da Confusão
..... 598

RÁDIO PARAÍSO FM - 104 FM - TRIBUNA PARAÍSO
TCE - TO

Prefeitos reúnem-se com conselheiros do Tribunal de Contas e relatam preocupações com déficits financeiros
..... 600

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Com queda de receitas, prefeitos das maiores cidades vão ao TCE discutir déficits nas contas
..... 601

PORTAL CT - CLEBER TOLEDO -TO - TOCANTINS
TCE - TO

Com aperto nas contas, comitiva de prefeitos pede TCE mais flexível no controle do quadriênio
..... 602

Quarta-Feira, 1 de Abril de 2026

CONEXÃO TOCANTINS - ESTADO
TCE - TO

Comitiva de 11 prefeitos tocaninenses reúne-se com o TCE-TO para discutir crise fiscal 603

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO
TCE - TO

MUNICIPIOS NO SUFOCO: Prefeitos se reúnem com conselheiros do Tribunal de Contas e relatam preocupações com déficits financeiros orçamentários (MUNICIPIOS) 604

JORNAL TRIBUNA DO INTERIOR - TO
TCE - TO

Prefeitos se reúnem com conselheiros do Tribunal de Contas e relatam preocupações com déficits financeiros orçamentários (MUNICIPIOS) 605

PORTAL CT - CLEBER TOLEDO -TO - TOCANTINS
TCE - TO

TCE suspende pela 2ª vez contratação de Bruno prefeito Auri lamenta decisão e vê "criação de narrativa" para pressionar órgãos 606

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Redução de 15% no FPM de Palmas, de 20% no ICMS de Porto: a luta dos prefeitos tocaninenses contra a frustração de receitas 608

NORTE DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Presidente da Aleto, Amélio Cayres, prestigia solenidade pelos 37 anos do TCE-TO e reforça importância da Corte 609

O JORNAL - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

TCE identifica possível servidor fantasma e irregularidades em hospital de Lagoa da Confusão 611

GRIFON - SÃO PAULO - SP
TCE - TO

Rede TO Sustentável: TJTO e parceiros realizam I Ecocidadania para catadores(as) de materiais recicl 613

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - TJTO
TCE - TO

Rede TO Sustentável: TJTO e parceiros realizam I Ecocidadania para catadores(as) de materiais recicláveis neste sábado (7/3) 614

PRIMEIRA PÁGINA ONLINE- PALMAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitos discutem queda do FPM e déficit financeiro em reunião com TCE-TO 615

T1 NOTÍCIAS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Comitiva de prefeitos e TCE discutem crise fiscal e queda de receitas 616

Quarta-Feira, 1 de Abril de 2026

BLOG DO LUIZ ARMANDO COSTA - TO
TCE - TO

Prefeitos do Tocantins discutem crise fiscal com TCE em Palmas 617

PORTAL STYLO - TO - ESTADO
TCE - TO

Prefeitos se reúnem com presidente do TCE-TO para discutir crise fiscal e queda no FPM
..... 618

ATITUDE TOCANTINS - TO
TCE - TO

Prefeitos de 11 cidades do Tocantins cobram flexibilidade do TCE diante de crise fiscal nos
municípios e Eduardo Siqueira destaca ajuste fiscal em Palmas. (Cidades)
..... 619

SURGIU - PARAÍSO DO TOCANTINS - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitos do Tocantins discutem crise fiscal com Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
em Palmas
..... 620

O COLETIVO ONLINE - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitos do Tocantins discutem crise fiscal com TCE em Palmas 622

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitos do TO se reúnem com TCE para discutir queda do FPM e pedem flexibilização diante
da crise fiscal
..... 623

CONEXÃO TOCANTINS - CONTAS PÚBLICAS
TCE - TO

Prefeitos reúnem-se com conselheiros do Tribunal de Contas e relatam preocupações com
déficits financeiros
..... 624

PORTAL CT - CLEBER TOLEDO - TO - TOCANTINS
TCE - TO

Sefaz conclui balanço de 2025 e CGE inicia auditoria final antes de envio ao Tribunal de
Contas
..... 625

GAZETA DO CERRADO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeito e vice propõem aumento de 42% nos próprios salários e criação de 13º e férias no TO
..... 626

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
TCE - TO

Secretaria da Fazenda entrega Balanço Geral do Estado à Controladoria e reforça
compromisso com a transparência
..... 627

AF NOTÍCIAS - TO - ÚLTIMAS
TCE - TO

Aumento de 42% para prefeito e vice e criação de 13º e férias geram críticas em Formoso
..... 629

Quarta-Feira, 1 de Abril de 2026

RÁDIO 96 FM - PALMAS - TO - MOMENTO INFORMAÇÃO
TCE - TO

Governo do Tocantins integra projeto TCE de Olho no Futuro e fortalece políticas para a primeira infância

630

BLOG DO HP - ABREULÂNDIA - TO
TCE - TO

Governo do Tocantins entrega prestações de contas dos ordenadores ao Tribunal de Contas dentro do prazo

631

PORTAL STYLO - TO - ESTADO
TCE - TO

Sefaz entrega à CGE/TO Balanço Geral do Governo referente a 2025

632

PALMAS AQUI - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitos do Tocantins discutem crise fiscal com TCE em Palmas

634

FOLHA DO BICO - TO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - TO

Prefeitos se reúnem com conselheiros do TCE e relatam preocupações com déficits financeiros orçamentários

636

RR 10 NOTÍCIAS - TO
TCE - TO

Prefeitos se reúnem com conselheiros do Tribunal de Contas e relatam preocupações com déficits financeiros orçamentários (CIDADES)

637

FOLHA DO BICO - TO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - TO

ESPERANTINA: Gestão Tota alcança desempenho expressivo em selo que mede planejamento e responsabilidade fiscal

638

PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPINIÃO
TCE - TO

Grupo de prefeitos do Tocantins discute crise fiscal com TCE-TO em Palmas

639

FOLHA DO BICO - TO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - TO

AXIXÁ: TCE apontou sobrepreço de R\$ 350 mil em show de Bruno & Marrone

640

ATUALIZA TOCANTINS - TO
TCE - TO

Prefeitos do Tocantins discutem crise fiscal com TCE em Palmas (ATUALIZAÇÕES)

641

GAZETA DE GURUPI - TO
TCE - TO

Governo do Tocantins integra projeto TCE de Olho no Futuro e fortalece políticas para a primeira infância (Governo do Tocantins)

642

GAZETA DE GURUPI - TO
TCE - TO

Governo do Tocantins entrega prestações de contas dos ordenadores ao Tribunal de Contas dentro do prazo (Governo do Tocantins)

643

VOZ DO BICO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Governo do Tocantins entrega prestações de contas dos ordenadores ao Tribunal de Contas dentro do prazo

..... 644

VOZ DO BICO - TO - NOTÍCIAS
TCE - TO

Augustinópolis alcança nota máxima na 1ª etapa do programa "TCE de Olho no Futuro"

..... 645

CANAL 63 - PALMAS - TO - ECONOMIA
TCE - TO

Governo do Tocantins entrega prestações de contas dos ordenadores ao Tribunal de Contas

..... 646

PORTAL AGORA-TO - PALMAS - TO - OPINIÃO
TCE - TO

Governo do Tocantins entrega prestações de contas dos ordenadores ao TCE dentro do prazo

..... 647

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/03/31/RDIO96FMPALM>

ASTO-17.03.18-17.04.45-1774989221.mp3

Setor técnico do TCE/TO aponta indícios de desvio de finalidade em bolsas da saúde de Palmas e amplia investigação

Samir Leão

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** identificou indícios de desvio de finalidade no uso de bolsistas vinculados ao Programa Municipal de Bolsas de Estudo e Pesquisa (PET/**Palmas**), mantido pela Secretaria Municipal de Saúde de **Palmas**.

A conclusão consta na Análise de Defesa nº 58/2026, elaborada pela área técnica da Corte, no âmbito do Procedimento Apuratório Preliminar (PAP) nº 14733/2025, instaurado a partir de comunicação de irregularidade encaminhada à Ouvidoria do tribunal.

Segundo o documento, há elementos que indicam a atuação de bolsistas em atividades assistenciais contínuas em unidades da rede municipal, como Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), funções típicas de servidores efetivos.

A análise técnica registra que, embora a defesa sustente caráter formativo e indenizatório das bolsas, há indícios de prestação de serviço continuado, com jornada definida e subordinação, o que pode caracterizar desvio de finalidade do programa previsto na Lei Municipal nº 2.240/2016.

O relatório também aponta possível conflito entre a legislação municipal, que define as bolsas para atividades de estudo e pesquisa, e norma administrativa que autoriza a realização de atividades assistenciais.

Outro ponto envolve a classificação contábil das despesas. A área técnica indica que, caso confirmada a prestação de serviços, os valores podem se enquadrar como despesa de pessoal, com incidência das regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A análise inclui ainda questionamentos sobre acúmulo de vínculos por uma profissional da área da saúde. Conforme os autos, há divergência entre a carga horária informada pela gestão e registros internos, além de ausência de comprovação integral das atividades vinculadas à bolsa.

A área técnica apontou indícios de irregularidades e sugeriu a conversão do procedimento preliminar em representação. O relator do processo, conselheiro-substituto Leondiniz Gomes, acolheu a sugestão e determinou o prosseguimento da apuração.

Em despacho assinado nesta terça-feira, 31, o relator determinou a citação da secretária municipal de Saúde, Dhieine Caminski, para apresentação de nova defesa no prazo de 15 dias, com base nos apontamentos técnicos.

Também foi incluído no processo o secretário estadual da Administração, Paulo César Benfica Filho, que deverá apresentar informações sobre vínculos funcionais de servidora citada nos autos, no mesmo prazo.

Após o recebimento das manifestações, o processo retorna à área técnica do tribunal para reexame e posterior deliberação. O caso apura possíveis irregularidades na execução do programa de bolsas, incluindo eventual substituição de servidores efetivos por bolsistas na rede municipal de saúde.

Levantamento

Em fevereiro deste ano, o Jornal Opção **Tocantins** revelou aumento nas despesas com bolsistas vinculados ao programa, com a folha passando de R\$ 962,8 mil em janeiro para R\$ 1,7 milhão em dezembro de 2025. O levantamento também apontou a presença de bolsistas em unidades de saúde e setores administrativos da rede municipal, em meio ao andamento da apuração no **TCE** sobre o modelo adotado.

À época, a Secretaria Municipal de Saúde de **Palmas** (Semus) informou que o aumento das despesas decorre do início de novos ciclos de programas de residência e formação em saúde, com ingresso de residentes, preceptores, tutores, coordenadores e pesquisadores multiprofissionais. A pasta afirmou ainda que as bolsas possuem natureza exclusivamente formativa, sem vínculo empregatício, e que a atuação nas unidades ocorre como parte do processo de formação, em conformidade com a

Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

Site: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/cidades/setor-tecnico-do-tce-to-aponta-indicios-de-desvio-de-finalidade-em-bolsas-da-saude-de-palmas-e-amplia-investigacao-585282/>

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/03/31/RDIOLDERFMPA>

RAISOTO-11.32.38-11.33.52-1774968424.mp3

Controladoria-Geral entrega contas consolidadas de 2025 ao Tribunal de Contas para emissão do parecer prévio; julgamento cabe à Aleto

por Redação

A Controladoria-Geral do Estado (CGE) entregou ao **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** nesta segunda-feira, 30, as contas consolidadas referentes ao exercício financeiro de 2025. A entrega ocorreu antes da conclusão do prazo regimental e apresenta os resultados da aplicação dos recursos públicos, conforme determinação legal.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas consolidadas relativas ao exercício financeiro de 2025 é constituída por 11 volumes, além dos anexos. O material inclui o balanço geral do Estado - que abrange os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, além da demonstração das variações patrimoniais, fluxo de caixa e notas explicativas às demonstrações contábeis.

ENTENDA

Como órgão auxiliar da Assembleia Legislativa, o **Tribunal de Contas** analisa as contas consolidadas do Estado, avaliando a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Após este trabalho, a Corte emite um parecer prévio que servirá de base para o julgamento pelos deputados estaduais.

ANALISAR AS CONTAS

O secretário-chefe da Controladoria, Murilo Centeno, conduziu a entrega, acompanhado dos titulares do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, e da Fazenda, Donizeth Aparecido Silva. "A CGE é responsável por analisar as contas consolidadas e emitir o relatório como órgão central do controle interno do Poder Executivo. Nesse trabalho, a Controladoria verifica a conformidade da execução orçamentária, a regularidade dos atos de gestão e contribui, assim, para a governança pública e para a promoção da transparência, que vem sendo incrementada continuamente como uma prioridade da

gestão", destacou.

TCE

Os relatórios foram recebidos pelo presidente do **TCE**, **Alberto Sevilha**, e pelo relator das contas de 2025 na Corte, conselheiro Severiano José Costandrade. "Isso para nós é muito promissor, pois todas as contas que vieram da gestão foram julgadas, e receberam parecer favorável e esperamos que nesse último ano também seja assim. Isso é muito salutar para a própria população, e traz calma, tranquilidade para os gestores, que podem continuar desenvolvendo o seu trabalho sabendo que as coisas estão sendo feitas da maneira certa", disse o chefe do órgão de controle.

ANÁLISE DAS CONTAS

O superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano da Costa, pontuou sobre a análise das contas. "A controladoria tem um papel crucial institucionalmente. Realizamos a análise orçamentária, financeira e contábil das contas, para que ao final, seja gerado o relatório e entregue ao **Tribunal de Contas**, dentro do prazo regimental, que exerce esse papel de apreciação e emite o parecer prévio em relação às contas consolidadas do exercício de 2025", explicou.

PRESENCAS

Além dos gestores, participaram da entrega das contas a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda, o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas da CGE-TO, Fleuri Pereira dos Santos, a contadora-geral do Estado, Maria Helany da Silva e o coordenador do Protocolo do **TCE**, Edmilson Lacerda.

Site: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/controladoria-geral-entrega-contas-consolidadas-de-2025-ao-tribunal-de-contas-para-emissao-do-parecer-previo-julgamento-cabe-a-aleto/>

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência

Multimídia:

**<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/03/31/RDIOPARASOFM>
104FM-10.57.46-10.59.01-1774967826.mp3**

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência

PALMAS - O Governo do **Tocantins**, através da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), entregou nesta segunda-feira, 30, a prestação anual das Contas Consolidadas, referentes ao exercício financeiro de 2025, ao **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**. A entrega ocorreu antes da conclusão do prazo regimental e apresenta os resultados da aplicação dos recursos públicos, conforme determinação legal.

O secretário-chefe da CGE, Murilo Centeno, conduziu a entrega, acompanhado dos secretários do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, e da Fazenda, Donizeth Aparecido Silva.

"A Controladoria-Geral do Estado é responsável por analisar as contas consolidadas e emitir o relatório como órgão central do controle interno do Poder Executivo Estadual. Nesse trabalho, a Controladoria verifica a conformidade da execução orçamentária, a regularidade dos atos de gestão e contribui, assim, para a governança pública e para a promoção da transparência, que vem sendo incrementada continuamente como uma prioridade da Gestão Estadual", destacou Murilo Centeno.

Os relatórios foram recebidos pelo presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha** e pelo conselheiro relator das contas de 2025, Severiano José Costandrade, no gabinete da presidência.

O presidente do **TCE** explicou sobre os próximos passos após a entrega, que passa pela distribuição ao conselheiro relator e análise do corpo técnico, além de destacar o compromisso no processo de prestação de contas.

"Isso para nós é muito promissor, pois todas as contas que vieram da gestão foram julgadas, e receberam parecer favorável e esperamos que nesse último ano também seja assim. Isso é muito salutar para a própria população, e traz calma, tranquilidade para os gestores, que podem continuar desenvolvendo o seu trabalho sabendo que as coisas estão sendo

feitas da maneira certa", completou o conselheiro.

Contas Consolidadas

A Prestação de Contas Consolidadas relativas ao exercício financeiro de 2025 é constituída por 11 volumes, além dos anexos. Esse material inclui o Balanço Geral do Estado - que abrange os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, além da demonstração das variações patrimoniais, fluxo de caixa e notas explicativas às demonstrações contábeis.

Também faz parte da prestação o Balanço Geral por Gestão, que detalha as demonstrações contábeis da administração direta e indireta, além do Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas e seus anexos.

"A controladoria tem um papel crucial institucionalmente. Realizamos a análise orçamentária, financeira e contábil das contas, para que ao final, seja gerado o relatório e entregue ao **Tribunal de Contas**, dentro do prazo regimental, que exerce esse papel de apreciação e emite o parecer prévio em relação às contas consolidadas do exercício de 2025", explicou o superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano da Costa.

Presenças

Além dos gestores, participaram da entrega das contas a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda, o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas da CGE-TO, Fleuri Pereira dos Santos, a contadora geral do Estado, Maria Helany da Silva e o coordenador do Protocolo do **TCE**, Edmilson Lacerda.

Prestação de Contas

A Prestação de Contas do Governo, ato privativo do Chefe do Poder Executivo, segue os princípios

fundamentais do Direito Administrativo - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência - e deve atender às instruções do **TCE/TO**. Como órgão auxiliar da Assembleia Legislativa, o **Tribunal de Contas** analisa as contas consolidadas do Estado, avaliando a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Após essa análise, o **TCE/TO** emite um parecer prévio que servirá de base para o julgamento pela Assembleia Legislativa.

(ASCOM GCE-TO)

Site: <https://www.vozdobico.com.br/destaques/governo-do-tocantins-antecipa-entrega-das-contas-consolidadas-ao-tribunal-de-contas-reforcando-compromisso-com-a-transparencia/>

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência Clique para ensinar ao produto Gmail que esta conversa é importante (Notícias)

Documentos que detalham resultados da aplicação dos recursos públicos pelo Executivo Estadual foram entregues nesta segunda-feira, 30.

O Governo do **Tocantins**, através da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), entregou nesta segunda-feira, 30, a prestação anual das Contas Consolidadas, referentes ao exercício financeiro de 2025, ao **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**. A entrega ocorreu antes da conclusão do prazo regimental e apresenta os resultados da aplicação dos recursos públicos, conforme determinação legal.

O secretário-chefe da CGE, Murilo Centeno, conduziu a entrega, acompanhado dos secretários do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, e da Fazenda, Donizeth Aparecido Silva.

"A Controladoria-Geral do Estado é responsável por analisar as contas consolidadas e emitir o relatório como órgão central do controle interno do Poder Executivo Estadual. Nesse trabalho, a Controladoria verifica a conformidade da execução orçamentária, a regularidade dos atos de gestão e contribui, assim, para a governança pública e para a promoção da transparência, que vem sendo incrementada continuamente como uma prioridade da Gestão Estadual", destacou Murilo Centeno.

Os relatórios foram recebidos pelo presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha** e pelo conselheiro relator das contas de 2025, Severiano José Costandrade, no gabinete da presidência.

O presidente do **TCE** explicou sobre os próximos passos após a entrega, que passa pela distribuição ao conselheiro relator e análise do corpo técnico, além de destacar o compromisso no processo de prestação de contas.

"Isso para nós é muito promissor, pois todas as contas que vieram da gestão foram julgadas, e receberam parecer favorável e esperamos que nesse último ano também seja assim. Isso é muito salutar para a própria população, e traz calma, tranquilidade para os gestores, que podem continuar desenvolvendo o seu trabalho sabendo que as coisas estão sendo feitas da maneira certa", completou o conselheiro.

Contas Consolidadas

A Prestação de Contas Consolidadas relativas ao exercício financeiro de 2025 é constituída por 11 volumes, além dos anexos. Esse material inclui o Balanço Geral do Estado - que abrange os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, além da demonstração das variações patrimoniais, fluxo de caixa e notas explicativas às demonstrações contábeis.

Também faz parte da prestação o Balanço Geral por Gestão, que detalha as demonstrações contábeis da administração direta e indireta, além do Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas e seus anexos.

"A controladoria tem um papel crucial institucionalmente. Realizamos a análise orçamentária, financeira e contábil das contas, para que ao final, seja gerado o relatório e entregue ao **Tribunal de Contas**, dentro do prazo regimental, que exerce esse papel de apreciação e emite o parecer prévio em relação às contas consolidadas do exercício de 2025", explicou o superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano da Costa.

Presenças

Além dos gestores, participaram da entrega das contas a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda, o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas da CGE-TO, Fleuri Pereira dos Santos, a contadora geral do Estado, Maria Helany da Silva e o coordenador do Protocolo do **TCE**, Edmilson Lacerda.

Prestação de Contas

A Prestação de Contas do Governo, ato privativo do Chefe do Poder Executivo, segue os princípios fundamentais do Direito Administrativo - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência - e deve atender às instruções do **TCE/TO**. Como órgão auxiliar da Assembleia Legislativa, o **Tribunal de Contas** analisa as contas consolidadas do Estado, avaliando a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Após essa análise, o **TCE/TO** emite um parecer prévio que servirá de base para o julgamento pela Assembleia Legislativa.

Fotos: Ademir dos Anjos/Governo do **Tocantins**

Gabrielle Farias/Governo do **Tocantins**

Site: <https://portalvemcomnoticias.com/governo-do-tocantins-antecipa-entrega-das-contas-consolidadas-ao-tribunal-de-contas-reforcando-compromisso-com-a-transparencia-clique-para-ensinar-ao-produto-gmail-que-esta-conversa-e-importante/>

ESTADO ENTREGA CONTAS CONSOLIDADAS DE 2025 AO TCE ANTES DO PRAZO REGIMENTAL REFORÇANDO COMPROMISSO COM A TRANSPARÊNCIA (Notícias)

Palmas em Foco

O Governo do **Tocantins**, através da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), entregou nesta segunda-feira, 30, a prestação anual das Contas Consolidadas, referentes ao exercício financeiro de 2025, ao **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**. A entrega ocorreu antes da conclusão do prazo regimental e apresenta os resultados da aplicação dos recursos públicos, conforme determinação legal.

O secretário-chefe da CGE, Murilo Centeno, conduziu a entrega, acompanhado dos secretários do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, e da Fazenda, Donizeth Aparecido Silva.

"A Controladoria-Geral do Estado é responsável por analisar as contas consolidadas e emitir o relatório como órgão central do controle interno do Poder Executivo Estadual. Nesse trabalho, a Controladoria verifica a conformidade da execução orçamentária, a regularidade dos atos de gestão e contribui, assim, para a governança pública e para a promoção da transparência, que vem sendo incrementada continuamente como uma prioridade da Gestão Estadual", destacou Murilo Centeno.

Os relatórios foram recebidos pelo presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha** e pelo conselheiro relator das contas de 2025, Severiano José Costandrade, no gabinete da presidência.

O presidente do **TCE** explicou sobre os próximos passos após a entrega, que passa pela distribuição ao conselheiro relator e análise do corpo técnico, além de destacar o compromisso no processo de prestação de contas.

"Isso para nós é muito promissor, pois todas as contas que vieram da gestão foram julgadas, e receberam parecer favorável e esperamos que nesse último ano

também seja assim. Isso é muito salutar para a própria população, e traz calma, tranquilidade para os gestores, que podem continuar desenvolvendo o seu trabalho sabendo que as coisas estão sendo feitas da maneira certa", completou o conselheiro.

Contas Consolidadas

A Prestação de Contas Consolidadas relativas ao exercício financeiro de 2025 é constituída por 11 volumes, além dos anexos. Esse material inclui o Balanço Geral do Estado - que abrange os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, além da demonstração das variações patrimoniais, fluxo de caixa e notas explicativas às demonstrações contábeis.

Também faz parte da prestação o Balanço Geral por Gestão, que detalha as demonstrações contábeis da administração direta e indireta, além do Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas e seus anexos.

"A controladoria tem um papel crucial institucionalmente. Realizamos a análise orçamentária, financeira e contábil das contas, para que ao final, seja gerado o relatório e entregue ao **Tribunal de Contas**, dentro do prazo regimental, que exerce esse papel de apreciação e emite o parecer prévio em relação às contas consolidadas do exercício de 2025", explicou o superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano da Costa.

Presenças

Além dos gestores, participaram da entrega das contas a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda, o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas da CGE-TO, Fleuri Pereira dos Santos, a contadora geral do

Estado, Maria Helany da Silva e o coordenador do Protocolo do **TCE**, Edmilson Lacerda.

Prestação de Contas

A Prestação de Contas do Governo, ato privativo do Chefe do Poder Executivo, segue os princípios fundamentais do Direito Administrativo - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência - e deve atender às instruções do **TCE/TO**. Como órgão auxiliar da Assembleia Legislativa, o **Tribunal de Contas** analisa as contas consolidadas do Estado, avaliando a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Após essa análise, o **TCE/TO** emite um parecer prévio que servirá de base para o julgamento pela Assembleia Legislativa.

Site: <https://palmasemfoco.com.br/politica/estado-entrega-contas-consolidadas-de-2025-ao-tce-antes-do-prazo-regimental-reforcando-compromisso-com-a-transparencia/>

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência (Governo do Tocantins)

Redação

O Governo do **Tocantins**, através da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), entregou nesta segunda-feira, 30, a prestação anual das Contas Consolidadas, referentes ao exercício financeiro de 2025, ao **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**. A entrega ocorreu antes da conclusão do prazo regimental e apresenta os resultados da aplicação dos recursos públicos, conforme determinação legal.

O secretário-chefe da CGE, Murilo Centeno, conduziu a entrega, acompanhado dos secretários do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, e da Fazenda, Donizeth Aparecido Silva.

"A Controladoria-Geral do Estado é responsável por analisar as contas consolidadas e emitir o relatório como órgão central do controle interno do Poder Executivo Estadual. Nesse trabalho, a Controladoria verifica a conformidade da execução orçamentária, a regularidade dos atos de gestão e contribui, assim, para a governança pública e para a promoção da transparência, que vem sendo incrementada continuamente como uma prioridade da Gestão Estadual", destacou Murilo Centeno.

Os relatórios foram recebidos pelo presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha** e pelo conselheiro relator das contas de 2025, Severiano José Costandrade, no gabinete da presidência.

O presidente do **TCE** explicou sobre os próximos passos após a entrega, que passa pela distribuição ao conselheiro relator e análise do corpo técnico, além de destacar o compromisso no processo de prestação de contas.

"Isso para nós é muito promissor, pois todas as contas que vieram da gestão foram julgadas, e receberam parecer favorável e esperamos que nesse último ano também seja assim. Isso é muito salutar para a própria população, e traz calma, tranquilidade para os gestores, que podem continuar desenvolvendo

o seu trabalho sabendo que as coisas estão sendo feitas da maneira certa", completou o conselheiro.

Contas Consolidadas

Contas Consolidadas

A Prestação de Contas Consolidadas relativas ao exercício financeiro de 2025 é constituída por 11 volumes, além dos anexos. Esse material inclui o Balanço Geral do Estado - que abrange os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, além da demonstração das variações patrimoniais, fluxo de caixa e notas explicativas às demonstrações contábeis.

Também faz parte da prestação o Balanço Geral por Gestão, que detalha as demonstrações contábeis da administração direta e indireta, além do Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas e seus anexos.

"A controladoria tem um papel crucial institucionalmente. Realizamos a análise orçamentária, financeira e contábil das contas, para que ao final, seja gerado o relatório e entregue ao **Tribunal de Contas**, dentro do prazo regimental, que exerce esse papel de apreciação e emite o parecer prévio em relação às contas consolidadas do exercício de 2025", explicou o superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano da Costa.

Presenças

Presenças

Além dos gestores, participaram da entrega das contas a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda, o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas da CGE-TO, Fleuri Pereira dos Santos, a contadora geral do Estado, Maria Helany da Silva e o coordenador do Protocolo do **TCE**, Edmilson Lacerda.

Prestação de Contas

Prestação de Contas

A Prestação de Contas do Governo, ato privativo do Chefe do Poder Executivo, segue os princípios fundamentais do Direito Administrativo - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência - e deve atender às instruções do **TCE/TO**. Como órgão auxiliar da Assembleia Legislativa, o **Tribunal de Contas** analisa as contas consolidadas do Estado, avaliando a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Após essa análise, o **TCE/TO** emite um parecer prévio que servirá de base para o julgamento pela Assembleia Legislativa.

Site: <https://gazetadegurupi.com.br/tocantins/governo-do-tocantins-antecipa-entrega-das-contas-consolidadas-ao-tribunal-de-contas-reforcando-compromisso-com-a-transparencia/>

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência

O Governo do **Tocantins**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), entregou nesta segunda-feira, 30, a prestação anual das Contas Consolidadas, referentes ao exercício financeiro de 2025, ao **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**. A entrega ocorreu antes da conclusão do prazo regimental e apresenta os resultados da aplicação dos recursos públicos, conforme determinação legal.

O secretário-chefe da CGE, Murilo Centeno, conduziu a entrega, acompanhado dos secretários do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, e da Fazenda, Donizeth Aparecido Silva. "A Controladoria-Geral do Estado é responsável por analisar as contas consolidadas e emitir o relatório como órgão central do controle interno do Poder Executivo Estadual. Nesse trabalho, a Controladoria verifica a conformidade da execução orçamentária, a regularidade dos atos de gestão e contribui, assim, para a governança pública e para a promoção da transparência, que vem sendo incrementada continuamente como uma prioridade da Gestão Estadual", destacou.

Os relatórios foram recebidos pelo presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha** e pelo conselheiro relator das contas de 2025, Severiano José Costandrade, no gabinete da presidência.

O presidente do **TCE** explicou sobre os próximos passos após a entrega, que passam pela distribuição ao conselheiro relator e análise do corpo técnico, além de destacar o compromisso no processo de prestação de contas. "Isso para nós é muito promissor, pois todas as contas que vieram da gestão foram julgadas, e receberam parecer favorável e esperamos que nesse último ano também seja assim. Isso é muito salutar para a própria população, e traz calma, tranquilidade para os gestores, que podem continuar desenvolvendo o seu trabalho sabendo que as coisas estão sendo feitas da maneira certa", completou.

Contas Consolidadas

A Prestação de Contas Consolidadas relativas ao

exercício financeiro de 2025 é constituída por 11 volumes, além dos anexos. Esse material inclui o Balanço Geral do Estado - que abrange os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, além da demonstração das variações patrimoniais, fluxo de caixa e notas explicativas às demonstrações contábeis.

Também faz parte da prestação o Balanço Geral por Gestão, que detalha as demonstrações contábeis da administração direta e indireta, além do Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas e seus anexos.

"A controladoria tem um papel crucial institucionalmente. Realizamos a análise orçamentária, financeira e contábil das contas, para que ao final, seja gerado o relatório e entregue ao **Tribunal de Contas**, dentro do prazo regimental, que exerce esse papel de apreciação e emite o parecer prévio em relação às contas consolidadas do exercício de 2025", explicou o superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano da Costa.

Presenças

Além dos gestores, participaram da entrega das contas a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda, o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas da CGE-TO, Fleuri Pereira dos Santos, a contadora-geral do Estado, Maria Helany da Silva e o coordenador do Protocolo do **TCE**, Edmilson Lacerda.

Prestação de Contas

A Prestação de Contas do Governo, ato privativo do Chefe do Poder Executivo, segue os princípios fundamentais do Direito Administrativo - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência - e deve atender às instruções do **TCE/TO**. Como órgão auxiliar da Assembleia Legislativa, o **Tribunal de Contas** analisa as contas consolidadas do Estado,

avaliando a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Após essa análise, o TCE/TO emite um parecer prévio que servirá de base para o julgamento pela Assembleia Legislativa.

Site: <https://awtvnews.com.br/noticia/230761/governo-do-tocantins-antecipa-entrega-das-contas-consolidadas-nao-tribunal-de-contas-reforcando-ncompromisso-com-a-transparencia>

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência Clique para indicar a (TOCANTINS)

Gabrielle Farias/Governo do Tocantins

O Governo do **Tocantins**, através da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), entregou nesta segunda-feira, 30, a prestação anual das Contas Consolidadas, referentes ao exercício financeiro de 2025, ao **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**. A entrega ocorreu antes da conclusão do prazo regimental e apresenta os resultados da aplicação dos recursos públicos, conforme determinação legal.

O secretário-chefe da CGE, Murilo Centeno, conduziu a entrega, acompanhado dos secretários do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, e da Fazenda, Donizeth Aparecido Silva.

A Controladoria-Geral do Estado é responsável por analisar as contas consolidadas e emitir o relatório como órgão central do controle interno do Poder Executivo Estadual. Nesse trabalho, a Controladoria verifica a conformidade da execução orçamentária, a regularidade dos atos de gestão e contribui, assim, para a governança pública e para a promoção da transparência, que vem sendo incrementada continuamente como uma prioridade da Gestão Estadual, destacou Murilo Centeno.

Os relatórios foram recebidos pelo presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha** e pelo conselheiro relator das contas de 2025, Severiano José Costandrade, no gabinete da presidência.

O presidente do **TCE** explicou sobre os próximos passos após a entrega, que passa pela distribuição ao conselheiro relator e análise do corpo técnico, além de destacar o compromisso no processo de prestação de contas.

Isso para nós é muito promissor, pois todas as contas que vieram da gestão foram julgadas, e receberam parecer favorável e esperamos que nesse último ano

também seja assim. Isso é muito salutar para a própria população, e traz calma, tranquilidade para os gestores, que podem continuar desenvolvendo o seu trabalho sabendo que as coisas estão sendo feitas da maneira certa, completou o conselheiro.

Contas Consolidadas

A Prestação de Contas Consolidadas relativas ao exercício financeiro de 2025 é constituída por 11 volumes, além dos anexos. Esse material inclui o Balanço Geral do Estado - que abrange os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, além da demonstração das variações patrimoniais, fluxo de caixa e notas explicativas às demonstrações contábeis.

Também faz parte da prestação o Balanço Geral por Gestão, que detalha as demonstrações contábeis da administração direta e indireta, além do Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas e seus anexos.

A controladoria tem um papel crucial institucionalmente. Realizamos a análise orçamentária, financeira e contábil das contas, para que ao final, seja gerado o relatório e entregue ao **Tribunal de Contas**, dentro do prazo regimental, que exerce esse papel de apreciação e emite o parecer prévio em relação às contas consolidadas do exercício de 2025, explicou o superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano da Costa.

Presenças

Além dos gestores, participaram da entrega das contas a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda, o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas da CGE-TO, Fleuri Pereira dos Santos, a contadora geral do

Estado, Maria Helany da Silva e o coordenador do Protocolo do **TCE**, Edmilson Lacerda.

Prestação de Contas

A Prestação de Contas do Governo, ato privativo do Chefe do Poder Executivo, segue os princípios fundamentais do Direito Administrativo - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência - e deve atender às instruções do **TCE/TO**. Como órgão auxiliar da Assembleia Legislativa, o **Tribunal de Contas** analisa as contas consolidadas do Estado, avaliando a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Após essa análise, o **TCE/TO** emite um parecer prévio que servirá de base para o julgamento pela Assembleia Legislativa.

Site: <http://jtinoticias.com.br/noticia/governo-do-tocantins-antecipa-entrega-das-contas-consolidadas-ao-tribunal-de-contas-reforcando-compromisso-com-a-transparencia-clique-para-indicar-a/14317>

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência

Por: Redação | Tribuna do Povo

O Governo do **Tocantins**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), entregou nesta segunda-feira, 30, a prestação anual das Contas Consolidadas, referentes ao exercício financeiro de 2025, ao **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**. A entrega ocorreu antes da conclusão do prazo regimental e apresenta os resultados da aplicação dos recursos públicos, conforme determinação legal.

O secretário-chefe da CGE, Murilo Centeno, conduziu a entrega, acompanhado dos secretários do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, e da Fazenda, Donizeth Aparecido Silva. "A Controladoria-Geral do Estado é responsável por analisar as contas consolidadas e emitir o relatório como órgão central do controle interno do Poder Executivo Estadual. Nesse trabalho, a Controladoria verifica a conformidade da execução orçamentária, a regularidade dos atos de gestão e contribui, assim, para a governança pública e para a promoção da transparência, que vem sendo incrementada continuamente como uma prioridade da Gestão Estadual", destacou.

Os relatórios foram recebidos pelo presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha** e pelo conselheiro relator das contas de 2025, Severiano José Costandrade, no gabinete da presidência.

O presidente do **TCE** explicou sobre os próximos passos após a entrega, que passam pela distribuição ao conselheiro relator e análise do corpo técnico, além de destacar o compromisso no processo de prestação de contas. "Isso para nós é muito promissor, pois todas as contas que vieram da gestão foram julgadas, e receberam parecer favorável e esperamos que nesse último ano também seja assim. Isso é muito salutar para a própria população, e traz calma, tranquilidade para os gestores, que podem continuar desenvolvendo o seu trabalho sabendo que as coisas estão sendo feitas da maneira certa", completou.

Contas Consolidadas

A Prestação de Contas Consolidadas relativas ao exercício financeiro de 2025 é constituída por 11 volumes, além dos anexos. Esse material inclui o Balanço Geral do Estado - que abrange os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, além da demonstração das variações patrimoniais, fluxo de caixa e notas explicativas às demonstrações contábeis.

Também faz parte da prestação o Balanço Geral por Gestão, que detalha as demonstrações contábeis da administração direta e indireta, além do Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas e seus anexos.

"A controladoria tem um papel crucial institucionalmente. Realizamos a análise orçamentária, financeira e contábil das contas, para que ao final, seja gerado o relatório e entregue ao **Tribunal de Contas**, dentro do prazo regimental, que exerce esse papel de apreciação e emite o parecer prévio em relação às contas consolidadas do exercício de 2025", explicou o superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano da Costa.

Presenças

Além dos gestores, participaram da entrega das contas a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda, o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas da CGE-TO, Fleuri Pereira dos Santos, a contadora-geral do Estado, Maria Helany da Silva e o coordenador do Protocolo do **TCE**, Edmilson Lacerda.

Prestação de Contas

A Prestação de Contas do Governo, ato privativo do Chefe do Poder Executivo, segue os princípios fundamentais do Direito Administrativo - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência - e deve atender às instruções do **TCE/TO**. Como órgão

auxiliar da Assembleia Legislativa, o **Tribunal de Contas** analisa as contas consolidadas do Estado, avaliando a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Após essa análise, o **TCE/TO** emite um parecer prévio que servirá de base para o julgamento pela Assembleia Legislativa.

Site:

<https://www.tribunadopovo.com.br/noticia/97229/governo-do-tocantins-antecipa-entrega-das-contas-consolidadas-ao-tribunal-de-contas-reforcando-compromisso-com-a-transparencia>

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência

O Governo do **Tocantins**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), entregou nesta segunda-feira, 30, a prestação anual das Contas Consolidadas, referentes ao exercício financeiro de 2025, ao **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**. A entrega ocorreu antes da conclusão do prazo regimental e apresenta os resultados da aplicação dos recursos públicos, conforme determinação legal.

O secretário-chefe da CGE, Murilo Centeno, conduziu a entrega, acompanhado dos secretários do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, e da Fazenda, Donizeth Aparecido Silva. "A Controladoria-Geral do Estado é responsável por analisar as contas consolidadas e emitir o relatório como órgão central do controle interno do Poder Executivo Estadual. Nesse trabalho, a Controladoria verifica a conformidade da execução orçamentária, a regularidade dos atos de gestão e contribui, assim, para a governança pública e para a promoção da transparência, que vem sendo incrementada continuamente como uma prioridade da Gestão Estadual", destacou.

Os relatórios foram recebidos pelo presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha** e pelo conselheiro relator das contas de 2025, Severiano José Costandrade, no gabinete da presidência.

O presidente do **TCE** explicou sobre os próximos passos após a entrega, que passam pela distribuição ao conselheiro relator e análise do corpo técnico, além de destacar o compromisso no processo de prestação de contas. "Isso para nós é muito promissor, pois todas as contas que vieram da gestão foram julgadas, e receberam parecer favorável e esperamos que nesse último ano também seja assim. Isso é muito salutar para a própria população, e traz calma, tranquilidade para os gestores, que podem continuar desenvolvendo o seu trabalho sabendo que as coisas estão sendo feitas da maneira certa", completou.

Contas Consolidadas

A Prestação de Contas Consolidadas relativas ao

exercício financeiro de 2025 é constituída por 11 volumes, além dos anexos. Esse material inclui o Balanço Geral do Estado - que abrange os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, além da demonstração das variações patrimoniais, fluxo de caixa e notas explicativas às demonstrações contábeis.

Também faz parte da prestação o Balanço Geral por Gestão, que detalha as demonstrações contábeis da administração direta e indireta, além do Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas e seus anexos.

"A controladoria tem um papel crucial institucionalmente. Realizamos a análise orçamentária, financeira e contábil das contas, para que ao final, seja gerado o relatório e entregue ao **Tribunal de Contas**, dentro do prazo regimental, que exerce esse papel de apreciação e emite o parecer prévio em relação às contas consolidadas do exercício de 2025", explicou o superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano da Costa.

Presenças

Além dos gestores, participaram da entrega das contas a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda, o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas da CGE-TO, Fleuri Pereira dos Santos, a contadora-geral do Estado, Maria Helany da Silva e o coordenador do Protocolo do **TCE**, Edmilson Lacerda.

Prestação de Contas

A Prestação de Contas do Governo, ato privativo do Chefe do Poder Executivo, segue os princípios fundamentais do Direito Administrativo - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência - e deve atender às instruções do **TCE/TO**. Como órgão auxiliar da Assembleia Legislativa, o **Tribunal de Contas** analisa as contas consolidadas do Estado,

avaliando a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Após essa análise, o **TCE/TO** emite um parecer prévio que servirá de base para o julgamento pela Assembleia Legislativa.

Site:

***[https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/106437/gov
erno-do-tocantins-antecipa-entrega-
dasncontasnconsolidadasnao-tribunal-de-
contasnreforcandoncompromisso-com-a-transparencia](https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/106437/governo-do-tocantins-antecipa-entrega-das-contas-consolidadas-nao-tribunal-de-contas-reforcando-nosso-compromisso-com-a-transparencia)***

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência (Geral)

Por: Redação

O Governo do **Tocantins**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), entregou nesta segunda-feira, 30, a prestação anual das Contas Consolidadas, referentes ao exercício financeiro de 2025, ao **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**. A entrega ocorreu antes da conclusão do prazo regimental e apresenta os resultados da aplicação dos recursos públicos, conforme determinação legal.

O secretário-chefe da CGE, Murilo Centeno, conduziu a entrega, acompanhado dos secretários do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, e da Fazenda, Donizeth Aparecido Silva. "A Controladoria-Geral do Estado é responsável por analisar as contas consolidadas e emitir o relatório como órgão central do controle interno do Poder Executivo Estadual. Nesse trabalho, a Controladoria verifica a conformidade da execução orçamentária, a regularidade dos atos de gestão e contribui, assim, para a governança pública e para a promoção da transparência, que vem sendo incrementada continuamente como uma prioridade da Gestão Estadual", destacou.

Os relatórios foram recebidos pelo presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha** e pelo conselheiro relator das contas de 2025, Severiano José Costandrade, no gabinete da presidência.

O presidente do **TCE** explicou sobre os próximos passos após a entrega, que passam pela distribuição ao conselheiro relator e análise do corpo técnico, além de destacar o compromisso no processo de prestação de contas. "Isso para nós é muito promissor, pois todas as contas que vieram da gestão foram julgadas, e receberam parecer favorável e esperamos que nesse último ano também seja assim. Isso é muito salutar para a própria população, e traz calma, tranquilidade para os gestores, que podem continuar desenvolvendo o seu trabalho sabendo que as coisas estão sendo feitas da maneira certa", completou.

Contas Consolidadas

A Prestação de Contas Consolidadas relativas ao exercício financeiro de 2025 é constituída por 11 volumes, além dos anexos. Esse material inclui o Balanço Geral do Estado - que abrange os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, além da demonstração das variações patrimoniais, fluxo de caixa e notas explicativas às demonstrações contábeis.

Também faz parte da prestação o Balanço Geral por Gestão, que detalha as demonstrações contábeis da administração direta e indireta, além do Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas e seus anexos.

"A controladoria tem um papel crucial institucionalmente. Realizamos a análise orçamentária, financeira e contábil das contas, para que ao final, seja gerado o relatório e entregue ao **Tribunal de Contas**, dentro do prazo regimental, que exerce esse papel de apreciação e emite o parecer prévio em relação às contas consolidadas do exercício de 2025", explicou o superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano da Costa.

Presenças

Além dos gestores, participaram da entrega das contas a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda, o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas da CGE-TO, Fleuri Pereira dos Santos, a contadora-geral do Estado, Maria Helany da Silva e o coordenador do Protocolo do **TCE**, Edmilson Lacerda.

Prestação de Contas

A Prestação de Contas do Governo, ato privativo do Chefe do Poder Executivo, segue os princípios fundamentais do Direito Administrativo - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência - e deve atender às instruções do **TCE/TO**. Como órgão

auxiliar da Assembleia Legislativa, o **Tribunal de Contas** analisa as contas consolidadas do Estado, avaliando a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Após essa análise, o **TCE/TO** emite um parecer prévio que servirá de base para o julgamento pela Assembleia Legislativa.

Site: <https://buritinoticias.com.br/noticia/50510/governo-do-tocantins-antecipa-entrega-das-contas-consolidadas-nao-tribunal-de-contas-reforcando-nosso-compromisso-com-a-transparencia>

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência (Geral)

Por: Redação

O Governo do **Tocantins**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), entregou nesta segunda-feira, 30, a prestação anual das Contas Consolidadas, referentes ao exercício financeiro de 2025, ao **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**. A entrega ocorreu antes da conclusão do prazo regimental e apresenta os resultados da aplicação dos recursos públicos, conforme determinação legal.

O secretário-chefe da CGE, Murilo Centeno, conduziu a entrega, acompanhado dos secretários do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, e da Fazenda, Donizeth Aparecido Silva. "A Controladoria-Geral do Estado é responsável por analisar as contas consolidadas e emitir o relatório como órgão central do controle interno do Poder Executivo Estadual. Nesse trabalho, a Controladoria verifica a conformidade da execução orçamentária, a regularidade dos atos de gestão e contribui, assim, para a governança pública e para a promoção da transparência, que vem sendo incrementada continuamente como uma prioridade da Gestão Estadual", destacou.

Os relatórios foram recebidos pelo presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha** e pelo conselheiro relator das contas de 2025, Severiano José Costandrade, no gabinete da presidência.

O presidente do **TCE** explicou sobre os próximos passos após a entrega, que passam pela distribuição ao conselheiro relator e análise do corpo técnico, além de destacar o compromisso no processo de prestação de contas. "Isso para nós é muito promissor, pois todas as contas que vieram da gestão foram julgadas, e receberam parecer favorável e esperamos que nesse último ano também seja assim. Isso é muito salutar para a própria população, e traz calma, tranquilidade para os gestores, que podem continuar desenvolvendo o seu trabalho sabendo que as coisas estão sendo feitas da maneira certa", completou.

Contas Consolidadas

A Prestação de Contas Consolidadas relativas ao exercício financeiro de 2025 é constituída por 11 volumes, além dos anexos. Esse material inclui o Balanço Geral do Estado - que abrange os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, além da demonstração das variações patrimoniais, fluxo de caixa e notas explicativas às demonstrações contábeis.

Também faz parte da prestação o Balanço Geral por Gestão, que detalha as demonstrações contábeis da administração direta e indireta, além do Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas e seus anexos.

"A controladoria tem um papel crucial institucionalmente. Realizamos a análise orçamentária, financeira e contábil das contas, para que ao final, seja gerado o relatório e entregue ao **Tribunal de Contas**, dentro do prazo regimental, que exerce esse papel de apreciação e emite o parecer prévio em relação às contas consolidadas do exercício de 2025", explicou o superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano da Costa.

Presenças

Além dos gestores, participaram da entrega das contas a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda, o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas da CGE-TO, Fleuri Pereira dos Santos, a contadora-geral do Estado, Maria Helany da Silva e o coordenador do Protocolo do **TCE**, Edmilson Lacerda.

Prestação de Contas

A Prestação de Contas do Governo, ato privativo do Chefe do Poder Executivo, segue os princípios fundamentais do Direito Administrativo - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência - e deve atender às instruções do **TCE/TO**. Como órgão

auxiliar da Assembleia Legislativa, o **Tribunal de Contas** analisa as contas consolidadas do Estado, avaliando a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Após essa análise, o **TCE/TO** emite um parecer prévio que servirá de base para o julgamento pela Assembleia Legislativa.

Site: <https://cntocantins.com.br/noticia/40291/governo-do-tocantins-antecipa-entrega-das-contas-consolidadas-nao-tribunal-de-contas-reforcando-nosso-compromisso-com-a-transparencia>

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência

O Governo do **Tocantins**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), entregou nesta segunda-feira, 30, a prestação anual das Contas Consolidadas, referentes ao exercício financeiro de 2025, ao **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**. A entrega ocorreu antes da conclusão do prazo regimental e apresenta os resultados da aplicação dos recursos públicos, conforme determinação legal.

O secretário-chefe da CGE, Murilo Centeno, conduziu a entrega, acompanhado dos secretários do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, e da Fazenda, Donizeth Aparecido Silva. "A Controladoria-Geral do Estado é responsável por analisar as contas consolidadas e emitir o relatório como órgão central do controle interno do Poder Executivo Estadual. Nesse trabalho, a Controladoria verifica a conformidade da execução orçamentária, a regularidade dos atos de gestão e contribui, assim, para a governança pública e para a promoção da transparência, que vem sendo incrementada continuamente como uma prioridade da Gestão Estadual", destacou.

Os relatórios foram recebidos pelo presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha** e pelo conselheiro relator das contas de 2025, Severiano José Costandrade, no gabinete da presidência.

O presidente do **TCE** explicou sobre os próximos passos após a entrega, que passam pela distribuição ao conselheiro relator e análise do corpo técnico, além de destacar o compromisso no processo de prestação de contas. "Isso para nós é muito promissor, pois todas as contas que vieram da gestão foram julgadas, e receberam parecer favorável e esperamos que nesse último ano também seja assim. Isso é muito salutar para a própria população, e traz calma, tranquilidade para os gestores, que podem continuar desenvolvendo o seu trabalho sabendo que as coisas estão sendo feitas da maneira certa", completou.

Contas Consolidadas

A Prestação de Contas Consolidadas relativas ao

exercício financeiro de 2025 é constituída por 11 volumes, além dos anexos. Esse material inclui o Balanço Geral do Estado - que abrange os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, além da demonstração das variações patrimoniais, fluxo de caixa e notas explicativas às demonstrações contábeis.

Também faz parte da prestação o Balanço Geral por Gestão, que detalha as demonstrações contábeis da administração direta e indireta, além do Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas e seus anexos.

"A controladoria tem um papel crucial institucionalmente. Realizamos a análise orçamentária, financeira e contábil das contas, para que ao final, seja gerado o relatório e entregue ao **Tribunal de Contas**, dentro do prazo regimental, que exerce esse papel de apreciação e emite o parecer prévio em relação às contas consolidadas do exercício de 2025", explicou o superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano da Costa.

Presenças

Além dos gestores, participaram da entrega das contas a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda, o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas da CGE-TO, Fleuri Pereira dos Santos, a contadora-geral do Estado, Maria Helany da Silva e o coordenador do Protocolo do **TCE**, Edmilson Lacerda.

Prestação de Contas

A Prestação de Contas do Governo, ato privativo do Chefe do Poder Executivo, segue os princípios fundamentais do Direito Administrativo - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência - e deve atender às instruções do **TCE/TO**. Como órgão auxiliar da Assembleia Legislativa, o **Tribunal de Contas** analisa as contas consolidadas do Estado,

avaliando a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Após essa análise, o **TCE/TO** emite um parecer prévio que servirá de base para o julgamento pela Assembleia Legislativa.

Site:

<https://boletimpolitico.com.br/noticia/73876/governo-do-tocantins-antecipa-entrega-das-contas-consolidadas-nao-tribunal-de-contas-reforcando-nosso-compromisso-com-a-transparencia>

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência

O Governo do **Tocantins**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), entregou nesta segunda-feira, 30, a prestação anual das Contas Consolidadas, referentes ao exercício financeiro de 2025, ao **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**. A entrega ocorreu antes da conclusão do prazo regimental e apresenta os resultados da aplicação dos recursos públicos, conforme determinação legal.

O secretário-chefe da CGE, Murilo Centeno, conduziu a entrega, acompanhado dos secretários do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, e da Fazenda, Donizeth Aparecido Silva. "A Controladoria-Geral do Estado é responsável por analisar as contas consolidadas e emitir o relatório como órgão central do controle interno do Poder Executivo Estadual. Nesse trabalho, a Controladoria verifica a conformidade da execução orçamentária, a regularidade dos atos de gestão e contribui, assim, para a governança pública e para a promoção da transparência, que vem sendo incrementada continuamente como uma prioridade da Gestão Estadual", destacou.

Os relatórios foram recebidos pelo presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha** e pelo conselheiro relator das contas de 2025, Severiano José Costandrade, no gabinete da presidência.

O presidente do **TCE** explicou sobre os próximos passos após a entrega, que passam pela distribuição ao conselheiro relator e análise do corpo técnico, além de destacar o compromisso no processo de prestação de contas. "Isso para nós é muito promissor, pois todas as contas que vieram da gestão foram julgadas, e receberam parecer favorável e esperamos que nesse último ano também seja assim. Isso é muito salutar para a própria população, e traz calma, tranquilidade para os gestores, que podem continuar desenvolvendo o seu trabalho sabendo que as coisas estão sendo feitas da maneira certa", completou.

Contas Consolidadas

A Prestação de Contas Consolidadas relativas ao

exercício financeiro de 2025 é constituída por 11 volumes, além dos anexos. Esse material inclui o Balanço Geral do Estado - que abrange os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, além da demonstração das variações patrimoniais, fluxo de caixa e notas explicativas às demonstrações contábeis.

Também faz parte da prestação o Balanço Geral por Gestão, que detalha as demonstrações contábeis da administração direta e indireta, além do Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas e seus anexos.

"A controladoria tem um papel crucial institucionalmente. Realizamos a análise orçamentária, financeira e contábil das contas, para que ao final, seja gerado o relatório e entregue ao **Tribunal de Contas**, dentro do prazo regimental, que exerce esse papel de apreciação e emite o parecer prévio em relação às contas consolidadas do exercício de 2025", explicou o superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano da Costa.

Presenças

Além dos gestores, participaram da entrega das contas a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda, o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas da CGE-TO, Fleuri Pereira dos Santos, a contadora-geral do Estado, Maria Helany da Silva e o coordenador do Protocolo do **TCE**, Edmilson Lacerda.

Prestação de Contas

A Prestação de Contas do Governo, ato privativo do Chefe do Poder Executivo, segue os princípios fundamentais do Direito Administrativo - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência - e deve atender às instruções do **TCE/TO**. Como órgão auxiliar da Assembleia Legislativa, o **Tribunal de Contas** analisa as contas consolidadas do Estado,

avaliando a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Após essa análise, o **TCE/TO** emite um parecer prévio que servirá de base para o julgamento pela Assembleia Legislativa.

Site:

<https://jalapaonoticias.com.br/noticia/46082/governo-do-tocantins-antecipa-entrega-das-contas-consolidadas-nao-tribunal-de-contas-reforcando-compromisso-com-a-transparencia>

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência

Por: Redação

O Governo do **Tocantins**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), entregou nesta segunda-feira, 30, a prestação anual das Contas Consolidadas, referentes ao exercício financeiro de 2025, ao **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**. A entrega ocorreu antes da conclusão do prazo regimental e apresenta os resultados da aplicação dos recursos públicos, conforme determinação legal.

O secretário-chefe da CGE, Murilo Centeno, conduziu a entrega, acompanhado dos secretários do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, e da Fazenda, Donizeth Aparecido Silva. "A Controladoria-Geral do Estado é responsável por analisar as contas consolidadas e emitir o relatório como órgão central do controle interno do Poder Executivo Estadual. Nesse trabalho, a Controladoria verifica a conformidade da execução orçamentária, a regularidade dos atos de gestão e contribui, assim, para a governança pública e para a promoção da transparência, que vem sendo incrementada continuamente como uma prioridade da Gestão Estadual", destacou.

Os relatórios foram recebidos pelo presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha** e pelo conselheiro relator das contas de 2025, Severiano José Costandrade, no gabinete da presidência.

O presidente do **TCE** explicou sobre os próximos passos após a entrega, que passam pela distribuição ao conselheiro relator e análise do corpo técnico, além de destacar o compromisso no processo de prestação de contas. "Isso para nós é muito promissor, pois todas as contas que vieram da gestão foram julgadas, e receberam parecer favorável e esperamos que nesse último ano também seja assim. Isso é muito salutar para a própria população, e traz calma, tranquilidade para os gestores, que podem continuar desenvolvendo o seu trabalho sabendo que as coisas estão sendo feitas da maneira certa", completou.

Contas Consolidadas

A Prestação de Contas Consolidadas relativas ao exercício financeiro de 2025 é constituída por 11 volumes, além dos anexos. Esse material inclui o Balanço Geral do Estado - que abrange os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, além da demonstração das variações patrimoniais, fluxo de caixa e notas explicativas às demonstrações contábeis.

Também faz parte da prestação o Balanço Geral por Gestão, que detalha as demonstrações contábeis da administração direta e indireta, além do Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas e seus anexos.

"A controladoria tem um papel crucial institucionalmente. Realizamos a análise orçamentária, financeira e contábil das contas, para que ao final, seja gerado o relatório e entregue ao **Tribunal de Contas**, dentro do prazo regimental, que exerce esse papel de apreciação e emite o parecer prévio em relação às contas consolidadas do exercício de 2025", explicou o superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano da Costa.

Presenças

Além dos gestores, participaram da entrega das contas a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda, o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas da CGE-TO, Fleuri Pereira dos Santos, a contadora-geral do Estado, Maria Helany da Silva e o coordenador do Protocolo do **TCE**, Edmilson Lacerda.

Prestação de Contas

A Prestação de Contas do Governo, ato privativo do Chefe do Poder Executivo, segue os princípios fundamentais do Direito Administrativo - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência - e deve atender às instruções do **TCE/TO**. Como órgão

auxiliar da Assembleia Legislativa, o **Tribunal de Contas** analisa as contas consolidadas do Estado, avaliando a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Após essa análise, o **TCE/TO** emite um parecer prévio que servirá de base para o julgamento pela Assembleia Legislativa.

Site:

<https://agenciaenfoque.com.br/noticia/12670/governo-do-tocantins-antecipa-entrega-das-contas-consolidadas-ao-tribunal-de-contas-reforcando-nosso compromisso-com-a-transparencia>

TCE percorre o Bico do Papagaio e fiscaliza hospitais de pequeno porte em três municípios

Ação do projeto **TCE** de Olho avaliou estrutura, atendimento e gestão nas unidades de Ananás, Sítio Novo e Tocantinópolis

BICO - O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO) percorreu, ao longo da última semana (23 a 27), municípios da região do Bico do Papagaio para fiscalizar hospitais de pequeno porte. A ação faz parte do projeto **TCE** de Olho e contemplou as unidades de saúde de Ananás, Sítio Novo e Tocantinópolis. O Tribunal já fiscalizou 16 hospitais municipais, dez somente em 2026.

Durante as visitas, a equipe técnica realizou uma avaliação completa do funcionamento das unidades, com foco na qualidade dos serviços prestados à população. Entre os pontos analisados estão a documentação administrativa, a estrutura física dos hospitais, o atendimento oferecido, além do funcionamento da farmácia e da disponibilidade de medicamentos.

Mais do que apontar falhas, o projeto **TCE** de Olho tem como objetivo orientar os gestores públicos e contribuir para a melhoria dos serviços. A proposta é atuar de forma preventiva e consensual, promovendo ajustes que garantam mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e melhores condições tanto para os usuários do sistema de saúde quanto para os servidores que atuam nas unidades.

De acordo com o responsável pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) do **TCETO**, Saulo Souza, a iniciativa busca compreender a realidade de cada município para propor soluções efetivas. "O **TCE** de Olho é um projeto que vai além da fiscalização tradicional. A gente vem até os municípios para entender como o serviço está sendo prestado, analisando desde a parte documental até o atendimento à população. O objetivo é trabalhar de forma conjunta com os gestores, apontando melhorias que possam garantir um serviço mais eficiente, com qualidade e mais resolutivo para quem depende da saúde pública", destacou.

Ao percorrer os três municípios, a equipe também realizou entrevistas com gestores, diretores e

profissionais das unidades, levantando informações que ajudam a traçar um diagnóstico mais preciso da situação de cada hospital.

Relatório

A equipe de fiscalização vai elaborar três relatórios técnicos e encaminhar ao conselheiro **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, responsável pelas ações no Bico do Papagaio. No documento, são apontados tanto os pontos positivos quanto as inconsistências identificadas nas unidades vistoriadas, subsidiando a emissão de despacho que determina aos gestores a elaboração de um plano de ação para sanar as pendências.

Fiscalização no Hospital de Pequeno Porte de Ananás

Fiscalização no Hospital de Pequeno Porte de Tocantinópolis

Fiscalização no Hospital de Pequeno Porte de Sítio Novo

(Ascom **TCETO**)

TCE percorre o Bico do Papagaio e fiscaliza hospitais de pequeno porte em três municípios

Site: <https://www.vozdobico.com.br/principal/tce-percorre-o-bico-do-papagaio-e-fiscaliza-hospitais-de-pequeno-porte-em-tres-municipios/>

TCE vistoria hospitais no Bico do Papagaio e avalia qualidade dos serviços de saúde

Publicado em: 30/03/2026

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO) percorreu, ao longo da última semana (23 a 27), municípios da região do Bico do Papagaio para fiscalizar hospitais de pequeno porte. A ação faz parte do projeto **TCE** de Olho e contemplou as unidades de saúde de Ananás, Sítio Novo e Tocantinópolis. O Tribunal já fiscalizou 16 hospitais municipais, dez somente em 2026.

Durante as visitas, a equipe técnica realizou uma avaliação completa do funcionamento das unidades, com foco na qualidade dos serviços prestados à população. Entre os pontos analisados estão a documentação administrativa, a estrutura física dos hospitais, o atendimento oferecido, além do funcionamento da farmácia e da disponibilidade de medicamentos.

Mais do que apontar falhas, o projeto **TCE** de Olho tem como objetivo orientar os gestores públicos e contribuir para a melhoria dos serviços. A proposta é atuar de forma preventiva e consensual, promovendo ajustes que garantam mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e melhores condições tanto para os usuários do sistema de saúde quanto para os servidores que atuam nas unidades.

De acordo com o responsável pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) do **TCETO**, Saulo Souza, a iniciativa busca compreender a realidade de cada município para propor soluções efetivas. "O **TCE** de Olho é um projeto que vai além da fiscalização tradicional. A gente vem até os municípios para entender como o serviço está sendo prestado, analisando desde a parte documental até o atendimento à população. O objetivo é trabalhar de forma conjunta com os gestores, apontando melhorias que possam garantir um serviço mais eficiente, com qualidade e mais resolutivo para quem depende da saúde pública", destacou.

Ao percorrer os três municípios, a equipe também realizou entrevistas com gestores, diretores e profissionais das unidades, levantando informações que ajudam a traçar um diagnóstico mais preciso da situação de cada hospital.

A equipe de fiscalização vai elaborar três relatórios técnicos e encaminhar ao conselheiro **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, responsável pelas ações no Bico do Papagaio. No documento, são apontados tanto os pontos positivos quanto as inconsistências identificadas nas unidades vistoriadas, subsidiando a emissão de despacho que determina aos gestores a elaboração de um plano de ação para sanar as pendências.

Site: <https://www.portalstylo.com.br/noticia/tce-vistoria-hospitais-no-bico-do-papagaio-e-avalia-qualidade-dos-servicos-de-saude>

Relatório

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores

O presidente da Assembleia Legislativa do **Tocantins** (Aleto), deputado Amélio Cayres (Republicanos), prestigiou, na manhã desta quinta-feira, 26, o 2º Encontro de Vereadores e Servidores das Câmaras Municipais do **Tocantins**, promovido pela Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (Asscam/TO).

No evento, Amélio Cayres, juntamente com o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) e outras autoridades, assinou o termo de doação de um lote, em **Palmas**, para a construção da sede da Asscam na capital. O presidente também garantiu à entidade a aprovação da concessão do imóvel quando o projeto de doação for encaminhado à Aleto.

Importância dos vereadores

Ao destacar a importância da atuação dos vereadores, o presidente da Assembleia observou que são eles que mantêm o contato mais direto com a população, recebendo demandas e levando-as até a gestão municipal; para ele, papel importante para as prefeituras e para as comunidades. Quero registrar a importância de cada um de vocês, que estão junto ao povo em suas cidades. A Assembleia Legislativa será sempre parceira das Câmaras Municipais e de cada vereador, destacou.

Reforçando a parceria, Amélio Cayres lembrou que disponibilizou uma sala na Aleto para que a Asscam tivesse um espaço na capital para atender os vereadores. O Parlamento Estadual é parceiro na realização deste encontro, acrescentou.

O chefe do Legislativo Estadual lembrou, também, que, entre suas ações em favor dos Legislativos dos municípios, destinou R\$ 700 mil para a construção da Câmara Municipal de Buriti do **Tocantins**, além de recursos para aquisição de mobiliário por diversas outras Câmaras.

Participantes

Ao lado de Amélio Cayres, estavam outros deputados estaduais, como Cláudia Lelis (PV), Professora Janad Valcari (PL), Moisesmar Marinho (PSB), Gutierrez Torquato (PSD), Olyntho Neto (Republicanos), Eduardo Fortes (PSD), Jorge Frederico (Republicanos), Vanda Monteiro (UB) e Léo Barbosa (Republicanos).

O evento também contou com a presença de senadores e deputados federais, contando, ainda, com a participação expressiva de vereadores e servidores das Câmaras Municipais.

Durante o encontro, realizado no Espaço Prince Eventos, na TO-050, em **Palmas**, a Asscam também realizou a entrega de homenagens a profissionais da imprensa e do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**.

Site: <https://www.tocantinshoje.com.br/noticias/5376-amelio-cayres-garante-aprovacao-de-doacao-de-lote-para-associao-de-veredores>

Fiscalização do TCE faz pente-fino em hospitais de Ananás, Sítio Novo e Tocantinópolis

Notícias do **Tocantins** - O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** intensificou a fiscalização na região do Bico do Papagaio e vistoriou, entre os dias 23 e 27 de março, os hospitais municipais de Ananás, Sítio Novo e Tocantinópolis. As unidades estão entre os alvos do projeto **TCE de Olho**, que monitora o funcionamento de hospitais de pequeno porte no estado.

A ação integra uma força-tarefa que já alcançou 16 hospitais municipais, sendo dez apenas em 2026, ampliando o cerco sobre a qualidade da saúde pública no **Tocantins**.

Durante as inspeções, a equipe técnica realizou um pente-fino no funcionamento das unidades. Foram avaliados desde a documentação administrativa e a estrutura física até o atendimento prestado à população, incluindo o funcionamento das farmácias e a disponibilidade de medicamentos.

Mais do que identificar falhas, o projeto tem caráter orientativo e busca corrigir problemas antes que se agravem. A estratégia do **TCE** é atuar de forma preventiva, propondo ajustes que melhorem a eficiência na aplicação dos recursos públicos e garantam melhores condições tanto para pacientes quanto para os profissionais de saúde.

Segundo o coordenador de Auditorias Especiais (COAES), Saulo Souza, a iniciativa vai além do modelo tradicional de fiscalização. "O **TCE** de Olho busca compreender a realidade de cada município. Avaliamos desde a parte documental até o atendimento, com o objetivo de construir soluções conjuntas com os gestores e garantir um serviço mais eficiente e resolutivo para a população", afirmou.

Além das inspeções, a equipe realizou entrevistas com gestores, diretores e profissionais das unidades, reunindo informações que permitirão um diagnóstico detalhado da situação de cada hospital.

Relatórios vão apontar falhas e cobrar soluções

Ao fim das visitas, serão elaborados três relatórios técnicos, um para cada município fiscalizado - Ananás,

Sítio Novo e Tocantinópolis. Os documentos serão encaminhados ao conselheiro **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, responsável pelas ações na região.

Os relatórios vão reunir tanto os pontos positivos quanto as irregularidades identificadas e servirão de base para a emissão de determinações aos gestores, que deverão apresentar planos de ação para corrigir as falhas encontradas.

Site: <https://afnoticias.com.br/estado/tce-percorre-o-bico-do-papagaio-e-fiscaliza-hospitais-de-pequeno-porte-em-tres-municipios>

Tribunal realiza fiscalização para avaliar qualidade de hospitais em três municípios do TO

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** percorreu, ao longo da última semana (23 a 27), municípios da região do Bico do Papagaio para fiscalizar hospitais de pequeno porte. A ação faz parte do projeto **TCE** de Olho e contemplou as unidades de saúde de Ananás, Sítio Novo e Tocantinópolis. O Tribunal já fiscalizou 16 hospitais municipais, dez somente em 2026.

Durante as visitas, a equipe técnica realizou uma avaliação completa do funcionamento das unidades, com foco na qualidade dos serviços prestados à população. Entre os pontos analisados estão a documentação administrativa, a estrutura física dos hospitais, o atendimento oferecido, além do funcionamento da farmácia e da disponibilidade de medicamentos.

Mais do que apontar falhas, o projeto **TCE** de Olho tem como objetivo orientar os gestores públicos e contribuir para a melhoria dos serviços. A proposta é atuar de forma preventiva e consensual, promovendo ajustes que garantam mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e melhores condições tanto para os usuários do sistema de saúde quanto para os servidores que atuam nas unidades.

De acordo com o responsável pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) do **TCETO**, Saulo Souza, a iniciativa busca compreender a realidade de cada município para propor soluções efetivas. "O **TCE** de Olho é um projeto que vai além da fiscalização tradicional. A gente vem até os municípios para entender como o serviço está sendo prestado, analisando desde a parte documental até o atendimento à população. O objetivo é trabalhar de forma conjunta com os gestores, apontando melhorias que possam garantir um serviço mais eficiente, com qualidade e mais resolutivo para quem depende da saúde pública", destacou.

Ao percorrer os três municípios, a equipe também realizou entrevistas com gestores, diretores e profissionais das unidades, levantando informações que ajudam a traçar um diagnóstico mais preciso da situação de cada hospital.

A equipe de fiscalização vai elaborar três relatórios técnicos e encaminhar ao conselheiro **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, responsável pelas ações no Bico do Papagaio. No documento, são apontados tanto os pontos positivos quanto as inconsistências identificadas nas unidades vistoriadas, subsidiando a emissão de despacho que determina aos gestores a elaboração de um plano de ação para sanar as pendências.

Fotos: Fernando Passos/Ascom **TCETO**

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/tribunal-realiza-fiscalizacao-para-avaliar-qualidade-de-hospitais-em-tres-municipios-do-to/>

TCE/TO percorre o Bico do Papagaio e fiscaliza hospitais de pequeno porte em três municípios

Redação

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** percorreu, ao longo da última semana (23 a 27), municípios da região do Bico do Papagaio para fiscalizar hospitais de pequeno porte. A ação faz parte do projeto **TCE** de Olho e contemplou as unidades de saúde de Ananás, Sítio Novo e Tocantinópolis. O Tribunal já fiscalizou 16 hospitais municipais, dez somente em 2026.

Durante as visitas, a equipe técnica realizou uma avaliação completa do funcionamento das unidades, com foco na qualidade dos serviços prestados à população. Entre os pontos analisados estão a documentação administrativa, a estrutura física dos hospitais, o atendimento oferecido, além do funcionamento da farmácia e da disponibilidade de medicamentos.

Mais do que apontar falhas, o projeto **TCE** de Olho tem como objetivo orientar os gestores públicos e contribuir para a melhoria dos serviços. A proposta é atuar de forma preventiva e consensual, promovendo ajustes que garantam mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e melhores condições tanto para os usuários do sistema de saúde quanto para os servidores que atuam nas unidades.

Foto: Fernando Passos/**TCE-TO**

De acordo com o responsável pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) do **TCETO**, Saulo Souza, a iniciativa busca compreender a realidade de cada município para propor soluções efetivas. "O **TCE** de Olho é um projeto que vai além da fiscalização tradicional. A gente vem até os municípios para entender como o serviço está sendo prestado, analisando desde a parte documental até o atendimento à população. O objetivo é trabalhar de forma conjunta com os gestores, apontando melhorias que possam garantir um serviço mais eficiente, com qualidade e mais resolutivo para quem depende da saúde pública", destacou.

Ao percorrer os três municípios, a equipe também realizou entrevistas com gestores, diretores e

profissionais das unidades, levantando informações que ajudam a traçar um diagnóstico mais preciso da situação de cada hospital.

A equipe de fiscalização vai elaborar três relatórios técnicos e encaminhar ao conselheiro **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, responsável pelas ações no Bico do Papagaio. No documento, são apontados tanto os pontos positivos quanto as inconsistências identificadas nas unidades vistoriadas, subsidiando a emissão de despacho que determina aos gestores a elaboração de um plano de ação para sanar as pendências.

Site: <http://conexaoto.com.br/2026/03/30/tce-to-percorre-o-bico-do-papagaio-e-fiscaliza-hospitais-de-pequeno-porte-em-tres-municipios>

TCE-TO fiscaliza hospitais no Bico do Papagaio e avalia serviços de saúde

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** percorreu, na última semana (23 a 27), municípios da região do Bico do Papagaio para fiscalizar hospitais de pequeno porte.

A ação integra o projeto **TCE** de Olho e contemplou unidades de saúde em Ananás, Sítio Novo e Tocantinópolis. Ao todo, o Tribunal já fiscalizou 16 hospitais municipais, sendo dez somente em 2026.

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** percorreu, na última semana (23 a 27), municípios da região do Bico do Papagaio para fiscalizar hospitais de pequeno porte.

A ação integra o projeto **TCE** de Olho e contemplou unidades de saúde em Ananás, Sítio Novo e Tocantinópolis. Ao todo, o Tribunal já fiscalizou 16 hospitais municipais, sendo dez somente em 2026.

Durante as visitas, a equipe técnica realizou uma avaliação completa do funcionamento das unidades. O foco foi a qualidade dos serviços prestados à população.

Entre os pontos analisados estão a documentação administrativa, a estrutura física dos hospitais e o atendimento oferecido. Também foram avaliados o funcionamento das farmácias e a disponibilidade de medicamentos.

Além de identificar possíveis falhas, o projeto tem caráter orientativo. A proposta é contribuir com os gestores públicos para melhorar os serviços prestados.

A iniciativa busca atuar de forma preventiva e consensual. O objetivo é promover ajustes que garantam mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e melhores condições para usuários e servidores.

Entre os pontos analisados estão a documentação administrativa, a estrutura física dos hospitais e o atendimento oferecido. Também foram avaliados o funcionamento das farmácias e a disponibilidade de medicamentos.

Além de identificar possíveis falhas, o projeto tem caráter orientativo. A proposta é contribuir com os

gestores públicos para melhorar os serviços prestados.

A iniciativa busca atuar de forma preventiva e consensual. O objetivo é promover ajustes que garantam mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e melhores condições para usuários e servidores.

De acordo com o responsável pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) do **TCETO**, Saulo Souza, a ação vai além da fiscalização tradicional.

"O **TCE** de Olho é um projeto que vai além da fiscalização tradicional. A gente vem até os municípios para entender como o serviço está sendo prestado, analisando desde a parte documental até o atendimento à população. O objetivo é trabalhar de forma conjunta com os gestores, apontando melhorias que possam garantir um serviço mais eficiente, com qualidade e mais resolutivo para quem depende da saúde pública", destacou.

Durante as visitas, também foram realizadas entrevistas com gestores, diretores e profissionais das unidades. As informações coletadas ajudam na elaboração de um diagnóstico mais preciso.

A equipe de fiscalização vai elaborar três relatórios técnicos. Os documentos serão encaminhados ao conselheiro **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, responsável pelas ações no Bico do Papagaio.

Os relatórios devem apontar tanto os aspectos positivos quanto as inconsistências encontradas. Com base nisso, será emitido despacho determinando aos gestores a elaboração de um plano de ação para corrigir as pendências.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiuunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/30/tce-to-fiscaliza-hospitais-no-bico-do-papagaio-e-avalia-servicos-de-saude/>

Prefeito de Palmas fala sobre administração das UPAs após terceirização

Multimídia: <http://midia.smi.srv.br/video/2026/03/30/BDT2>
- 30-03-2026 - Prefeito de Palmas fala sobre administração das UPAs após terceirização.mp4

Governo do Tocantins antecipa entrega das Contas Consolidadas ao Tribunal de Contas reforçando compromisso com a transparência (Tocantins)

Carlla Morena

O Governo do **Tocantins**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), entregou nesta segunda-feira, 30, a prestação anual das Contas Consolidadas, referentes ao exercício financeiro de 2025, ao **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)**. A entrega ocorreu antes da conclusão do prazo regimental e apresenta os resultados da aplicação dos recursos públicos, conforme determinação legal.

O secretário-chefe da CGE, Murilo Centeno, conduziu a entrega, acompanhado dos secretários do Planejamento e Orçamento, Maurício Parizotto, e da Fazenda, Donizeth Aparecido Silva. "A Controladoria-Geral do Estado é responsável por analisar as contas consolidadas e emitir o relatório como órgão central do controle interno do Poder Executivo Estadual. Nesse trabalho, a Controladoria verifica a conformidade da execução orçamentária, a regularidade dos atos de gestão e contribui, assim, para a governança pública e para a promoção da transparência, que vem sendo incrementada continuamente como uma prioridade da Gestão Estadual", destacou.

Os relatórios foram recebidos pelo presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha** e pelo conselheiro relator das contas de 2025, Severiano José Costandrade, no gabinete da presidência.

O presidente do **TCE** explicou sobre os próximos passos após a entrega, que passam pela distribuição ao conselheiro relator e análise do corpo técnico, além de destacar o compromisso no processo de prestação de contas. "Isso para nós é muito promissor, pois todas as contas que vieram da gestão foram julgadas, e receberam parecer favorável e esperamos que nesse último ano também seja assim. Isso é muito salutar para a própria população, e traz calma, tranquilidade para os gestores, que podem continuar desenvolvendo o seu trabalho sabendo que as coisas estão sendo feitas da maneira certa", completou.

Contas Consolidadas

A Prestação de Contas Consolidadas relativas ao exercício financeiro de 2025 é constituída por 11 volumes, além dos anexos. Esse material inclui o Balanço Geral do Estado - que abrange os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, além da demonstração das variações patrimoniais, fluxo de caixa e notas explicativas às demonstrações contábeis.

Também faz parte da prestação o Balanço Geral por Gestão, que detalha as demonstrações contábeis da administração direta e indireta, além do Relatório do Órgão Central de Controle Interno sobre as Contas Consolidadas e seus anexos.

"A controladoria tem um papel crucial institucionalmente. Realizamos a análise orçamentária, financeira e contábil das contas, para que ao final, seja gerado o relatório e entregue ao **Tribunal de Contas**, dentro do prazo regimental, que exerce esse papel de apreciação e emite o parecer prévio em relação às contas consolidadas do exercício de 2025", explicou o superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano da Costa.

Presenças

Além dos gestores, participaram da entrega das contas a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda, o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas da CGE-TO, Fleuri Pereira dos Santos, a contadora-geral do Estado, Maria Helany da Silva e o coordenador do Protocolo do **TCE**, Edmilson Lacerda.

Prestação de Contas

A Prestação de Contas do Governo, ato privativo do Chefe do Poder Executivo, segue os princípios fundamentais do Direito Administrativo - Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência - e deve atender às instruções do **TCE/TO**. Como órgão

auxiliar da Assembleia Legislativa, o **Tribunal de Contas** analisa as contas consolidadas do Estado, avaliando a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Após essa análise, o **TCE/TO** emite um parecer prévio que servirá de base para o julgamento pela Assembleia Legislativa.

Site:

<https://vidaeharmonia.com.br/noticia/47820/governo-do-tocantins-antecipa-entrega-das-contas-consolidadas-ao-tribunal-de-contas-reforcando-nosso compromisso com a transparência>

TCE realiza fiscalização para avaliar a qualidade dos hospitais de Ananás, Sítio Novo e Tocantinópolis

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** percorreu, ao longo da última semana (23 a 27), os municípios de Ananás, Sítio Novo e Tocantinópolis para fiscalizar hospitais de pequeno porte. A ação integra o projeto **TCE** de Olho, que tem como objetivo avaliar a qualidade dos serviços prestados à população e orientar gestores públicos na melhoria da saúde municipal.

Ao todo, o Tribunal já fiscalizou 16 hospitais municipais, sendo dez somente em 2026. Durante as visitas, a equipe técnica realizou uma análise detalhada do funcionamento das unidades, com foco na eficiência e na qualidade do atendimento.

Entre os pontos avaliados estão a documentação administrativa, a estrutura física dos hospitais, o atendimento oferecido à população, além do funcionamento da farmácia e da disponibilidade de medicamentos.

Mais do que apontar falhas, o projeto **TCE** de Olho busca atuar de forma preventiva e orientativa, contribuindo para a melhoria dos serviços públicos. A proposta é promover ajustes que garantam maior eficiência na aplicação dos recursos e melhores condições tanto para os usuários quanto para os profissionais da saúde.

De acordo com o responsável pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) do **TCETO**, Saulo Souza, a iniciativa vai além da fiscalização tradicional. "O **TCE** de Olho é um projeto que busca entender a realidade de cada município, analisando desde a parte documental até o atendimento à população. O objetivo é trabalhar em conjunto com os gestores, apontando melhorias que garantam um serviço mais eficiente, com qualidade e mais resolutivo para quem depende da saúde pública", destacou.

Durante a passagem pelos municípios, a equipe também realizou entrevistas com gestores, diretores e profissionais das unidades, reunindo informações que contribuem para um diagnóstico mais preciso da situação de cada hospital.

Ao final das visitas, serão elaborados três relatórios técnicos, que serão encaminhados ao conselheiro **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, responsável pelas ações na região. Os documentos irão apontar tanto os aspectos positivos quanto as inconsistências identificadas, subsidiando a emissão de despacho que determinará aos gestores a elaboração de um plano de ação para corrigir as pendências.

Site: <https://bico24horas.com.br/bico-do-papagaio/tce-realiza-fiscalizacao-para-avaliar-a-qualidade-dos-hospitais-de-ananas-sitio-novo-e-tocantinopolis/>

TCE percorre o Bico do Papagaio e fiscaliza hospitais de pequeno porte em três municípios

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** percorreu, ao longo da última semana (23 a 27), municípios da região do Bico do Papagaio para fiscalizar hospitais de pequeno porte. A ação faz parte do projeto **TCE** de Olho e contemplou as unidades de saúde de Ananás, Sítio Novo e Tocantinópolis. O Tribunal já fiscalizou 16 hospitais municipais, dez somente em 2026.

Durante as visitas, a equipe técnica realizou uma avaliação completa do funcionamento das unidades, com foco na qualidade dos serviços prestados à população. Entre os pontos analisados estão a documentação administrativa, a estrutura física dos hospitais, o atendimento oferecido, além do funcionamento da farmácia e da disponibilidade de medicamentos.

Mais do que apontar falhas, o projeto **TCE** de Olho tem como objetivo orientar os gestores públicos e contribuir para a melhoria dos serviços. A proposta é atuar de forma preventiva e consensual, promovendo ajustes que garantam mais eficiência na aplicação dos recursos públicos e melhores condições tanto para os usuários do sistema de saúde quanto para os servidores que atuam nas unidades.

De acordo com o responsável pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) do **TCETO**, Saulo Souza, a iniciativa busca compreender a realidade de cada município para propor soluções efetivas. "O **TCE** de Olho é um projeto que vai além da fiscalização tradicional. A gente vem até os municípios para entender como o serviço está sendo prestado, analisando desde a parte documental até o atendimento à população. O objetivo é trabalhar de forma conjunta com os gestores, apontando melhorias que possam garantir um serviço mais eficiente, com qualidade e mais resolutivo para quem depende da saúde pública", destacou.

Ao percorrer os três municípios, a equipe também realizou entrevistas com gestores, diretores e profissionais das unidades, levantando informações que ajudam a traçar um diagnóstico mais preciso da situação de cada hospital.

Relatório

A equipe de fiscalização vai elaborar três relatórios técnicos e encaminhar ao conselheiro **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, responsável pelas ações no Bico do Papagaio. No documento, são apontados tanto os pontos positivos quanto as inconsistências identificadas nas unidades vistoriadas, subsidiando a emissão de despacho que determina aos gestores a elaboração de um plano de ação para sanar as pendências.

Site: <https://www.nortedotocantins.com.br/03/2026/tce-percorre-o-bico-do-papagaio-e-fiscaliza-hospitais-de-pequeno-porte-em-tres-municipios/>

CMS rejeita proposta de terceirização das UPAs, tranca pauta contra a Semus e aciona o MP/TO

Redação

O Conselho Municipal de Saúde (CMS) de **Palmas**, em reunião plenária na sexta-feira, 27, rejeitou por unanimidade proposta de terceirização integral das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) Norte e Sul para a Santa Casa de Itatiba. Os conselheiros denunciam manobras da gestão da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) para impor uma decisão sem transparência e em clara violação ao controle social.

Além da rejeição categórica, o CMS deliberou pelo trancamento imediato de pauta para qualquer demanda oriunda da Semus. De acordo com os conselheiros, nada será votado até que a terceirização seja totalmente esclarecida e as possíveis ilegalidades sanadas, reforçando o papel fiscalizador do Conselho como barreira contra abusos administrativos.

De acordo com o CMS, a gestão da secretária Dhieine Caminski agiu com dolo específico e omissão deliberada, tentando enganar o controle social. Prova disso, como argumenta o conselho, é a reunião do CMS em 9 de março de 2026, quando a secretária afirmou que o projeto era apenas uma "proposta em construção e fase de consulta". Na realidade, o empenho de recursos já havia sido realizado em 13 de fevereiro de 2026, e a liquidação de R\$ 11.599.827,26 ocorreu exatamente no dia daquela reunião, consumando financeiramente a decisão às escondidas, destaca o CMS.

* Ausência de planejamento : Nem o Plano Municipal de Saúde (PMS) 2026-2029 nem a Programação Anual de Saúde (PAS) 2026 preveem a terceirização das UPAs, contrariando o foco na expansão da rede pública física.

* Desvio de finalidade orçamentária : O contrato de R\$ 139.197.927,12 utiliza a Ação Orçamentária 2742, destinada exclusivamente à manutenção da rede própria (servidores concursados, insumos hospitalares e folha de pagamento), e não a repasses para entidades privadas.

* Afronta ao teto aprovado : O valor excede em quase

R\$ 90 milhões o limite fixado pelo CMS para manutenção das unidades, configurando lesão ao patrimônio público e violação ao art. 10, VIII, da Lei 8.429/1992 (Improbidade Administrativa).

O Conselho Municipal da Saúde comunicou que o segmento dos trabalhadores, representado por sindicatos de profissionais da saúde, formalizou denúncia robusta ao Ministério Público Estadual (MP/TO) e ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)**. A ação coletiva busca a anulação imediata do contrato e a punição da gestora por improbidade, comprovada pelo ocultamento de atos oficiais para frustrar o controle social, acrescenta o CMS.

De acordo com o vice-presidente do Conselho e presidente do Sindifato, Renato Soares, a decisão do CMS representa vitória ao tocantinense. O Sindifato e as entidades aliadas não aceitarão a precarização do SUS público e o desvio de recursos vitais da saúde para entidades de histórico duvidoso, sob o pretexto de uma "emergência fabricada". A decisão do CMS é a vitória do povo tocantinense!", afirma a direção.

Site: <http://conexaoto.com.br/2026/03/29/cms-rejeita-proposta-de-terceirizacao-das-upas-tranca-pauta-contr-a-semus-e-aciona-o-mp-to>

Viagem de oito dias do presidente do TCE/TO a Portugal prevê pouco mais de R\$ 40 mil em diárias; ida à Itália foi cancelada

Samir Leão

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** autorizou o pagamento de cerca de R\$ 40,9 mil em diárias para viagem do presidente da Corte, **Alberto Sevilha**, a Portugal, prevista para abril deste ano.

A Portaria, que o Jornal Opção **Tocantins** teve acesso, nº 275/2026 prevê deslocamento a Lisboa, entre os dias 18 e 25 de abril, para participação em curso de formação promovido em parceria com a Universidade de Lisboa. O documento autoriza o pagamento de 8 diárias, no total de US\$ 7.791,43, além de adicional de embarque e desembarque de US\$ 390,15.

Somados, os valores chegam a US\$ 8.181,58, o que corresponde a pouco mais de R\$ 40,9 mil, considerando a cotação média do dólar em R\$ 5.

Cancelamento

Outra portaria, nº 276/2026, também havia autorizado viagem a Roma, na Itália, entre 22 e 28 de agosto, com previsão de 7 diárias no valor de US\$ 6.866,27, além de adicional de US\$ 390,15. No entanto, em resposta à reportagem, o **TCETO** informou que o deslocamento foi cancelado por incompatibilidade de agenda.

Segundo o órgão, a decisão consta no Despacho nº 11218/2026, que determinou o arquivamento do processo. Com isso, não haverá realização da viagem à Itália nem pagamento de diárias, passagens ou outros custos relacionados.

As despesas estão vinculadas à Ação nº 2177, conforme previsto nos atos administrativos. O Tribunal informou ainda que as viagens institucionais seguem critérios normativos internos, pautados no interesse público e na legalidade.

Nota do **TCE** na íntegra

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** informa que a viagem à cidade de Roma

(Itália), prevista na Portaria nº 276/2026, foi cancelada.

A decisão consta no Despacho nº 11218/2026 e decorre de incompatibilidade superveniente de agenda, com consequente desistência da participação no evento "EGPA 2026 Conference". O processo foi devidamente arquivado.

Com isso, não haverá realização da viagem à Itália nem qualquer despesa relacionada, como pagamento de diárias, passagens ou outros custos vinculados a esse deslocamento.

A viagem prevista na Portaria nº 275/2026, com destino a Lisboa (Portugal), permanece inalterada.

O **TCETO** esclarece ainda que as viagens institucionais seguem critérios normativos internos, pautados no interesse público e na legalidade.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/justica/viagem-de-oito-dias-do-presidente-do-tce-to-a-portugal-preve-pouco-mais-de-r-40-mil-em-diarias-ida-a-italia-foi-cancelada-585042/>

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para ASSCAM

O presidente da Assembleia Legislativa do **Tocantins** (Aleto) , deputado Amélio Cayres (Republicanos), prestigiou, na manhã desta quinta-feira, 26, o 2º Encontro de Vereadores e Servidores das Câmaras Municipais do **Tocantins**, promovido pela Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (Asscam/TO).

No evento, Amélio Cayres, juntamente com o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) e outras autoridades, assinou o termo de doação de um lote, em **Palmas**, para a construção da sede da Asscam na capital. O presidente também garantiu à entidade a aprovação da concessão do imóvel quando o projeto de doação for encaminhado à Aleto.

Importância dos vereadores

Ao destacar a importância da atuação dos vereadores, o presidente da Assembleia observou que são eles que mantêm o contato mais direto com a população, recebendo demandas e levando-as até a gestão municipal; para ele, papel importante para as prefeituras e para as comunidades. "Quero registrar a importância de cada um de vocês, que estão junto ao povo em suas cidades. A Assembleia Legislativa será sempre parceira das Câmaras Municipais e de cada vereador" , destacou.

Reforçando a parceria, Amélio Cayres lembrou que disponibilizou uma sala na Aleto para que a Asscam tivesse um espaço na capital para atender os vereadores. "O Parlamento Estadual é parceiro na realização deste encontro" , acrescentou.

O chefe do Legislativo Estadual lembrou, também, que, entre suas ações em favor dos Legislativos dos municípios, destinou R\$ 700 mil para a construção da Câmara Municipal de Buriti do **Tocantins**, além de recursos para aquisição de mobiliário por diversas outras Câmaras.

Participantes

Ao lado de Amélio Cayres, estavam outros deputados estaduais, como Cláudia Lelis (PV), Professora Janad Valcari (PL), Moisesmar Marinho (PSB), Gutierrez Torquato (PSD), Olyntho Neto (Republicanos), Eduardo Fortes (PSD), Jorge Frederico (Republicanos), Vanda Monteiro (UB) e Léo Barbosa (Republicanos).

O evento também contou com a presença de senadores e deputados federais, contando, ainda, com a participação expressiva de vereadores e servidores das Câmaras Municipais.

Durante o encontro, realizado no Espaço Prince Eventos, na TO-050, em **Palmas**, a Asscam também realizou a entrega de homenagens a profissionais da imprensa e do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**.

Site: <https://r1palmas.com.br/noticia/1800/melio-cayres-garante-aprovacao-de-doacao-de-lote-para-asscam>

SEDE DA ASCAM: Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores (AÇÃO PARLAMENTAR)

Dicom ALETO

O

presidente da Assembleia Legislativa do **Tocantins** (Aleto), deputado Amélio

Cayres (Republicanos), prestigiou, na manhã desta quinta-feira, 26, o 2º

Encontro de Vereadores e Servidores das Câmaras Municipais do **Tocantins**,

promovido pela Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (Asscam/TO).

No

evento, Amélio Cayres, juntamente com o governador Wanderlei Barbosa

(Republicanos) e outras autoridades, assinou o termo de doação de um lote, em

Palmas, para a construção da sede da Asscam na capital. O presidente também

garantiu à entidade a aprovação da concessão do imóvel quando o projeto de

doação for encaminhado à Aleto.

Importância

dos vereadores

Ao

destacar a importância da atuação dos vereadores, o presidente da Assembleia

observou que são eles que mantêm o contato mais direto com a população,

recebendo demandas e levando-as até a gestão municipal; para ele, papel

importante para as prefeituras e para as comunidades. Quero registrar a

importância de cada um de vocês, que estão junto ao povo em suas cidades. A

Assembleia Legislativa será sempre parceira das Câmaras Municipais e de cada

vereador, destacou.

Reforçando

a parceria, Amélio Cayres lembrou que disponibilizou uma sala na Aleto para que

a Asscam tivesse um espaço na capital para atender os vereadores. O Parlamento

Estadual é parceiro na realização deste encontro, acrescentou.

O

chefe do Legislativo Estadual lembrou, também, que, entre suas ações em favor

dos Legislativos dos municípios, destinou R\$ 700 mil para a construção da

Câmara Municipal de Buriti do **Tocantins**, além de recursos para aquisição de

mobiliário por diversas outras Câmaras.

Participantes

Ao

lado de Amélio Cayres, estavam outros deputados estaduais, como Cláudia Lelis

(PV), Professora Janad Valcari (PL), Moisesmar Marinho (PSB), Gutierrez Torquato

(PSD), Olyntho Neto (Republicanos), Eduardo Fortes (PSD), Jorge Frederico

(Republicanos), Vanda Monteiro (UB) e Léo Barbosa (Republicanos).

O

evento também contou com a presença de senadores e deputados federais,

contando, ainda, com a participação expressiva de vereadores e servidores das

Câmaras Municipais.

Durante

o encontro, realizado no Espaço Prince Eventos, na TO-050, em Palmas, a Asscam

também realizou a entrega de homenagens a profissionais da imprensa e do

Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Site: <http://jtnoticias.com.br/noticia/sede-da-ascam-amelio-cayres-garante-aprovacao-de-doacao-de-lote-para-associacao-de-vereadores/14294>

Prefeita de Goianorte realiza visita institucional ao TCE em Palmas

A prefeita de Goianorte, Maria de Jesus Amaro de Oliveira Parente, conhecida como Nega, realizou nesta sexta-feira, em **Palmas**, uma visita institucional ao **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**.

Durante a agenda, a gestora buscou alinhar orientações e protocolos para a realização das comemorações dos 37 anos de emancipação política do município. Assim, a prefeitura pretende garantir que todos os atos sigam a legislação e as normas de controle.

Além disso, a prefeita destacou a importância do suporte técnico do Tribunal. Ela também reconheceu a atuação do conselheiro **Manoel Pires dos Santos** no fortalecimento de uma gestão responsável.

Durante a agenda, a gestora buscou alinhar orientações e protocolos para a realização das comemorações dos 37 anos de emancipação política do município. Assim, a prefeitura pretende garantir que todos os atos sigam a legislação e as normas de controle.

Além disso, a prefeita destacou a importância do suporte técnico do Tribunal. Ela também reconheceu a atuação do conselheiro **Manoel Pires dos Santos** no fortalecimento de uma gestão responsável.

Com isso, a iniciativa reforça a integração entre os órgãos públicos. Ao mesmo tempo, evidencia o compromisso da administração municipal com planejamento, transparência e uso adequado dos recursos.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiuunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/27/prefeita-de-goianorte-realiza-visita-institucional-ao-tce-em-palmas/>

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores

PALMAS - O presidente da Assembleia Legislativa do **Tocantins** (Aleto), deputado Amélio Cayres (Republicanos), prestigiou, na manhã desta quinta-feira, 26, o 2º Encontro de Vereadores e Servidores das Câmaras Municipais do **Tocantins**, promovido pela Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (Asscam/TO).

No evento, Amélio Cayres, juntamente com o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) e outras autoridades, assinou o termo de doação de um lote, em **Palmas**, para a construção da sede da Asscam na capital. O presidente também garantiu à entidade a aprovação da concessão do imóvel quando o projeto de doação for encaminhado à Aleto.

Importância dos vereadores

Ao destacar a importância da atuação dos vereadores, o presidente da Assembleia observou que são eles que mantêm o contato mais direto com a população, recebendo demandas e levando-as até a gestão municipal; para ele, papel importante para as prefeituras e para as comunidades. "Quero registrar a importância de cada um de vocês, que estão junto ao povo em suas cidades. A Assembleia Legislativa será sempre parceira das Câmaras Municipais e de cada vereador", destacou.

Reforçando a parceria, Amélio Cayres lembrou que disponibilizou uma sala na Aleto para que a Asscam tivesse um espaço na capital para atender os vereadores. "O Parlamento Estadual é parceiro na realização deste encontro", acrescentou.

O chefe do Legislativo Estadual lembrou, também, que, entre suas ações em favor dos Legislativos dos municípios, destinou R\$ 700 mil para a construção da Câmara Municipal de Buriti do **Tocantins**, além de recursos para aquisição de mobiliário por diversas outras Câmaras.

Participantes

Ao lado de Amélio Cayres, estavam outros deputados estaduais, como Cláudia Lelis (PV), Professora Janad Valcari (PL), Moisesmar Marinho (PSB), Gutierrez Torquato (PSD), Olyntho Neto (Republicanos), Eduardo Fortes (PSD), Jorge Frederico (Republicanos), Vanda Monteiro (UB) e Léo Barbosa

(Republicanos).

O evento também contou com a presença de senadores e deputados federais, contando, ainda, com a participação expressiva de vereadores e servidores das Câmaras Municipais.

Durante o encontro, realizado no Espaço Prince Eventos, na TO-050, em **Palmas**, a Asscam também realizou a entrega de homenagens a profissionais da imprensa e do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**.

(Assessoria Aleto)

Site: <https://www.vozdobico.com.br/destaques/amelio-cayres-garante-aprovacao-de-doacao-de-lote-para-associacao-de-vereadores/>

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores

Por: Helder Peixoto

O presidente da Assembleia Legislativa do **Tocantins** (Aleto), deputado

Amélio Cayres (Republicanos), prestigiou, na manhã desta quinta-feira,

26, o 2º Encontro de Vereadores e Servidores das Câmaras Municipais do

Tocantins, promovido pela Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins**

(Asscam/TO).

No evento, Amélio Cayres, juntamente com o governador Wanderlei Barbosa

(Republicanos) e outras autoridades, assinou o termo de doação de um

lote, em **Palmas**, para a construção da sede da Asscam na capital. O

presidente também garantiu à entidade a aprovação da concessão do imóvel

quando o projeto de doação for encaminhado à Aleto.

Importância dos vereadores

Ao destacar a importância da atuação dos vereadores, o presidente da

Assembleia observou que são eles que mantêm o contato mais direto com a

população, recebendo demandas e levando-as até a gestão municipal; para

ele, papel importante para as prefeituras e para as comunidades. "Quero

registrar a importância de cada um de vocês, que estão junto ao povo em

suas cidades. A Assembleia Legislativa será sempre parceira das Câmaras

Municipais e de cada vereador", destacou.

Reforçando a parceria, Amélio Cayres lembrou que disponibilizou uma sala

na Aleto para que a Asscam tivesse um espaço na capital para atender os

vereadores. "O Parlamento Estadual é parceiro na realização deste

encontro", acrescentou.

O chefe do Legislativo Estadual lembrou, também, que, entre suas ações

em favor dos Legislativos dos municípios, destinou R\$ 700 mil para a

construção da Câmara Municipal de Buriti do **Tocantins**, além de recursos

para aquisição de mobiliário por diversas outras Câmaras.

Participantes

Ao lado de Amélio Cayres, estavam outros deputados estaduais, como

Cláudia Lelis (PV), Professora Janad Valcari (PL), Moisemar Marinho

(PSB), Gutierrez Torquato (PSD), Olyntho Neto (Republicanos), Eduardo

Fortes (PSD), Jorge Frederico (Republicanos), Vanda Monteiro (UB) e Léo

Barbosa (Republicanos).

O evento também contou com a presença de senadores e deputados federais,

contando, ainda, com a participação expressiva de vereadores e

servidores das Câmaras Municipais.

Durante o encontro, realizado no Espaço Prince

Eventos, na TO-050, em

Palmas, a Asscam também realizou a entrega de homenagens a profissionais

da imprensa e do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**.

Site: <https://www.blogdohp.com/noticia/228004/amelio-cayres-garante-aprovacao-de-doacao-de-lote-para-associacao-de-vereadores>

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores

O presidente da Assembleia Legislativa do **Tocantins** (Aleto), deputado Amélio Cayres (Republicanos), prestigiou, na manhã desta quinta-feira, 26, o 2º Encontro de Vereadores e Servidores das Câmaras Municipais do **Tocantins**, promovido pela Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (Asscam/TO).

No evento, Amélio Cayres, juntamente com o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) e outras autoridades, assinou o termo de doação de um lote, em **Palmas**, para a construção da sede da Asscam na capital. O presidente também garantiu à entidade a aprovação da concessão do imóvel quando o projeto de doação for encaminhado à Aleto.

Importância dos vereadores

Ao destacar a importância da atuação dos vereadores, o presidente da Assembleia observou que são eles que mantêm o contato mais direto com a população, recebendo demandas e levando-as até a gestão municipal; para ele, papel importante para as prefeituras e para as comunidades. "Quero registrar a importância de cada um de vocês, que estão junto ao povo em suas cidades. A Assembleia Legislativa será sempre parceira das Câmaras Municipais e de cada vereador", destacou.

Reforçando a parceria, Amélio Cayres lembrou que disponibilizou uma sala na Aleto para que a Asscam tivesse um espaço na capital para atender os vereadores. "O Parlamento Estadual é parceiro na realização deste encontro", acrescentou.

O chefe do Legislativo Estadual lembrou, também, que, entre suas ações em favor dos Legislativos dos municípios, destinou R\$ 700 mil para a construção da Câmara Municipal de Buriti do **Tocantins**, além de recursos para aquisição de mobiliário por diversas outras Câmaras.

Participantes

Ao lado de Amélio Cayres, estavam outros deputados estaduais, como Cláudia Lelis (PV), Professora Janad Valcari (PL), Moisesmar Marinho (PSB), Gutierrez Torquato (PSD), Olyntho Neto (Republicanos), Eduardo Fortes (PSD), Jorge Frederico (Republicanos), Vanda Monteiro (UB) e Léo Barbosa (Republicanos).

O evento também contou com a presença de senadores e deputados federais, contando, ainda, com a participação expressiva de vereadores e servidores das Câmaras Municipais.

Durante o encontro, realizado no Espaço Prince Eventos, na TO-050, em **Palmas**, a Asscam também realizou a entrega de homenagens a profissionais da imprensa e do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**.

Site: <https://ocoletivo.com.br/amelio-cayres-garante-aprovacao-de-doacao-de-lote-para-associao-de-veredores/>

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores

Por Luís Poeta

O presidente da Assembleia Legislativa do **Tocantins** (Aleto), deputado Amélio Cayres (Republicanos), prestigiou, na manhã desta quinta-feira, 26, o 2º Encontro de Vereadores e Servidores das Câmaras Municipais do **Tocantins**, promovido pela Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (Asscam/TO).

No evento, Amélio Cayres, juntamente com o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) e outras autoridades, assinou o termo de doação de um lote, em **Palmas**, para a construção da sede da Asscam na capital. O presidente também garantiu à entidade a aprovação da concessão do imóvel quando o projeto de doação for encaminhado à Aleto.

Importância dos vereadores

Ao destacar a importância da atuação dos vereadores, o presidente da Assembleia observou que são eles que mantêm o contato mais direto com a população, recebendo demandas e levando-as até a gestão municipal; para ele, papel importante para as prefeituras e para as comunidades. "Quero registrar a importância de cada um de vocês, que estão junto ao povo em suas cidades. A Assembleia Legislativa será sempre parceira das Câmaras Municipais e de cada vereador", destacou.

Reforçando a parceria, Amélio Cayres lembrou que disponibilizou uma sala na Aleto para que a Asscam tivesse um espaço na capital para atender os vereadores. "O Parlamento Estadual é parceiro na realização deste encontro", acrescentou.

O chefe do Legislativo Estadual lembrou, também, que, entre suas ações em favor dos Legislativos dos municípios, destinou R\$ 700 mil para a construção da Câmara Municipal de Buriti do **Tocantins**, além de recursos para aquisição de mobiliário por diversas outras Câmaras.

Participantes

Ao lado de Amélio Cayres, estavam outros deputados estaduais, como Cláudia Lelis (PV), Professora Janad Valcari (PL), Moiseimar Marinho (PSB), Gutierrez Torquato (PSD), Olyntho Neto (Republicanos), Eduardo Fortes (PSD), Jorge Frederico

(Republicanos), Vanda Monteiro (UB) e Léo Barbosa (Republicanos).

O evento também contou com a presença de senadores e deputados federais, contando, ainda, com a participação expressiva de vereadores e servidores das Câmaras Municipais.

Durante o encontro, realizado no Espaço Prince Eventos, na TO-050, em **Palmas**, a Asscam também realizou a entrega de homenagens a profissionais da imprensa e do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**.

Site: <https://www.correiodobico.com.br/artigo/amelio-cayres-garante-aprovacao-de-doacao-de-lote-para-associacao-de-veredores>

Amélio Cayres garante apoio da Assembleia para doação de lote à associação de vereadores

O presidente da Assembleia Legislativa do **Tocantins**, deputado Amélio Cayres (Republicanos), garantiu a aprovação da doação de um lote em Palmas para a construção da sede da Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (Asscam/TO). O compromisso foi firmado durante o 2º Encontro de Vereadores e Servidores das Câmaras Municipais do Estado, realizado na manhã desta quinta-feira, 26, na capital.

Na ocasião, Amélio Cayres assinou o termo de doação ao lado do governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) e de outras autoridades. O parlamentar assegurou que a Assembleia Legislativa irá aprovar a concessão do imóvel assim que o projeto for encaminhado para apreciação na Casa.

Valorização do legislativo municipal

Durante o evento, promovido pela Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins**, o presidente da Aletto destacou o papel essencial dos vereadores na estrutura política dos municípios. Segundo ele, são esses agentes públicos que mantêm contato direto com a população, recebendo demandas e encaminhando soluções junto às prefeituras.

Reforçando o apoio institucional, Amélio Cayres lembrou que já disponibilizou um espaço físico dentro da Assembleia para uso da Asscam em Palmas, facilitando o atendimento aos vereadores que atuam no interior do Estado.

Investimentos e apoio às câmaras

O parlamentar também destacou ações concretas em benefício dos legislativos municipais. Entre elas, a destinação de R\$ 700 mil para a construção da Câmara Municipal de Buriti do **Tocantins**, além de recursos para aquisição de mobiliário para diversas outras casas legislativas.

Segundo ele, o fortalecimento das câmaras municipais é fundamental para melhorar a representatividade política e a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população.

Encontro reúne autoridades

O evento reuniu diversos parlamentares estaduais, entre eles Cláudia Lelis, Janad Valcari, Moiseimar Marinho, Gutierrez Torquato, Olyntho Neto, Eduardo Fortes, Jorge Frederico, Vanda Monteiro e Léo Barbosa.

Além deles, participaram senadores, deputados federais, vereadores e servidores das câmaras municipais de diversas regiões do **Tocantins**, evidenciando a relevância do encontro para o fortalecimento do legislativo local.

Realizado no Espaço Prince Eventos, na TO-050, em Palmas, o evento também foi marcado pela entrega de homenagens a profissionais da imprensa e do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, reconhecendo a contribuição dessas instituições para a transparência e o controle da gestão pública.

Reportagem: Patrícia Alves / Agência **Tocantins**

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/106348/amelio-cayres-garante-apoio-da-assembleia-para-doacao-de-lote-a-associacao-de-vereadores>

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para sede da associação de vereadores

O presidente da Assembleia Legislativa do **Tocantins** (Aleto), deputado Amélio Cayres (Republicanos), prestigiou, na manhã desta quinta-feira, 26, o 2º Encontro de Vereadores e Servidores das Câmaras Municipais do **Tocantins**, promovido pela Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (Asscam/TO).

No evento, Amélio Cayres, juntamente com o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) e outras autoridades, assinou o termo de doação de um lote, em **Palmas**, para a construção da sede da Asscam na capital. O presidente também garantiu à entidade a aprovação da concessão do imóvel quando o projeto de doação for encaminhado à Aleto.

Ao destacar a importância da atuação dos vereadores, o presidente da Assembleia observou que são eles que mantêm o contato mais direto com a população, recebendo demandas e levando-as até a gestão municipal; para ele, papel importante para as prefeituras e para as comunidades. "Quero registrar a importância de cada um de vocês, que estão junto ao povo em suas cidades. A Assembleia Legislativa será sempre parceira das Câmaras Municipais e de cada vereador", destacou.

Reforçando a parceria, Amélio Cayres lembrou que disponibilizou uma sala na Aleto para que a Asscam tivesse um espaço na capital para atender os vereadores. "O Parlamento Estadual é parceiro na realização deste encontro", acrescentou.

O chefe do Legislativo Estadual lembrou, também, que, entre suas ações em favor dos Legislativos dos municípios, destinou R\$ 700 mil para a construção da Câmara Municipal de Buriti do **Tocantins**, além de recursos para aquisição de mobiliário por diversas outras Câmaras.

Ao lado de Amélio Cayres, estavam outros deputados estaduais, como Cláudia Lelis (PV), Professora Janad Valcari (PL), Moisesmar Marinho, (PSB), Gutierrez Torquato (PSD), Olyntho Neto (Republicanos), Eduardo Fortes (PSD), Jorge Frederico (Republicanos), Vanda Monteiro (UB) e Léo Barbosa (Republicanos).

O evento também contou com a presença de senadores e deputados federais, contando, ainda, com a participação expressiva de vereadores e servidores

das Câmaras Municipais.

Durante o encontro, realizado no Espaço Prince Eventos, na TO-050, em **Palmas**, a Asscam também realizou a entrega de homenagens a profissionais da imprensa e do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/amelio-cayres-garante-aprovacao-de-doacao-de-lote-para-sede-da-associao-de-veredores/>

Amélio Cayres consolida aliança histórica entre o Parlamento Estadual e as Câmaras Municipais (Cidades)

Jonas Amaral | Portal do Amaral / Fotos: Koró Rocha

- Publicidade -

- Publicidade -

Em evento na capital, o presidente da Aleto viabiliza doação de terreno para sede da Asscam e reafirma o papel do vereador como base da democracia.

Em evento na capital, o presidente da Aleto viabiliza doação de terreno para sede da Asscam e reafirma o papel do vereador como base da democracia.

Em evento na capital, o presidente da Aleto viabiliza doação de terreno para sede da Asscam e reafirma o papel do vereador como base da democracia.

O fortalecimento do municipalismo ganhou um novo capítulo nesta quinta-feira, 26 de março, em **Palmas**. Durante o 2º Encontro de Vereadores e Servidores das Câmaras Municipais, o presidente da Assembleia Legislativa do **Tocantins** (Aleto), deputado Amélio Cayres (Republicanos), protagonizou um momento decisivo para a categoria. Ao lado do governador Wanderlei Barbosa, o chefe do Legislativo estadual assinou o termo de doação do lote que abrigará a futura sede da Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (Asscam/TO), garantindo agilidade na aprovação do projeto assim que este tramitar no Parlamento.

Legado e Infraestrutura Própria

Legado e Infraestrutura Própria

Legado e Infraestrutura Própria

A construção da sede própria representa um marco de independência e suporte para os parlamentares do interior. Amélio Cayres não apenas assegurou o terreno, mas lembrou que a Aleto já atua como um braço direito da associação, disponibilizando inclusive uma sala no prédio do Parlamento Estadual para o atendimento direto aos vereadores. "A Assembleia será sempre parceira de cada vereador que está lá na ponta, cuidando das nossas cidades", afirmou Cayres,

evidenciando sua visão de uma política integrada.

Vereador: Elo com Povo

Vereador: Elo com Povo

Vereador: Elo com Povo

Para o presidente da Aleto, a relevância do vereador é indiscutível por ser este o político que mantém o contato mais íntimo e diário com a população. Cayres destacou que as demandas das comunidades chegam primeiro às mãos dos legisladores municipais, que funcionam como o filtro essencial para as prefeituras e para o Estado. Esse reconhecimento foi acompanhado por ações práticas, como o destino de R\$ 700 mil para a construção da sede da Câmara de Buriti do **Tocantins** e recursos para mobiliário em diversas outras cidades.

Articulação Política e Parcerias

Articulação Política e Parcerias

Articulação Política e Parcerias

O prestígio de Amélio Cayres foi chancelado pela presença de uma expressiva bancada de deputados estaduais, incluindo Cláudia Lelis, Professora Janad Valcari, Moiseimar Marinho, Gutierrez Torquato, Olyntho Neto, Eduardo Fortes, Jorge Frederico, Vanda Monteiro e Léo Barbosa. Além do apoio estadual, o evento no Espaço Prince contou com a força de senadores e deputados federais, todos unindo vozes para exaltar o trabalho técnico e político realizado pelos servidores e parlamentares municipais.

Reconhecimento e Valorização Técnica

Reconhecimento e Valorização Técnica

Reconhecimento e Valorização Técnica

Além da pauta política, o encontro serviu para homenagear aqueles que contribuem com a transparência e o controle social. A Asscam realizou a entrega de honrarias a profissionais da imprensa e do

Tribunal de Contas do Estado (TCE). Para Cayres, valorizar esses setores é essencial para que a gestão pública evolua de forma consciente, garantindo que o orçamento municipal seja executado com a responsabilidade que o cidadão tocantinense merece e espera de seus representantes.

- Publicidade -

- Publicidade -

Tags: Aleto Amélio Cayres Asscam **Tocantins** Gestão municipal **Palmas** Vereadores 2026

Aleto

Amélio Cayres

Asscam **Tocantins**

Gestão municipal

Palmas

Vereadores 2026

Site: <https://portaldoamaral.com.br/amelio-cayres-consolida-alianca-historica-entre-o-parlamento-estadual-e-as-camaras-municipais/>

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores

Redação

O presidente da Assembleia Legislativa do **Tocantins** (Aleto), deputado Amélio Cayres (Republicanos), prestigiou, nessa quinta-feira, 26, o 2º Encontro de Vereadores e Servidores das Câmaras Municipais do **Tocantins**, promovido pela Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (Asscam/TO).

No evento, Amélio Cayres, juntamente com o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) e outras autoridades, assinou o termo de doação de um lote, em **Palmas**, para a construção da sede da Asscam na capital. O presidente também garantiu à entidade a aprovação da concessão do imóvel quando o projeto de doação for encaminhado à Aleto.

Ao destacar a importância da atuação dos vereadores, o presidente da Assembleia observou que são eles que mantêm o contato mais direto com a população, recebendo demandas e levando-as até a gestão municipal; para ele, papel importante para as prefeituras e para as comunidades. "Quero registrar a importância de cada um de vocês, que estão junto ao povo em suas cidades. A Assembleia Legislativa será sempre parceira das Câmaras Municipais e de cada vereador", destacou.

Reforçando a parceria, Amélio Cayres lembrou que disponibilizou uma sala na Aleto para que a Asscam tivesse um espaço na capital para atender os vereadores. "O Parlamento Estadual é parceiro na realização deste encontro", acrescentou.

O chefe do Legislativo Estadual lembrou, também, que, entre suas ações em favor dos Legislativos dos municípios, destinou R\$ 700 mil para a construção da Câmara Municipal de Buriti do **Tocantins**, além de recursos para aquisição de mobiliário por diversas outras Câmaras.

Ao lado de Amélio Cayres, estavam outros deputados estaduais, como Cláudia Lelis (PV), Professora Janad Valcari (PL), Moiseimar Marinho (PSB), Gutierrez Torquato (PSD), Olyntho Neto (Republicanos), Eduardo Fortes (PSD), Jorge Frederico (Republicanos), Vanda Monteiro (UB) e Léo Barbosa (Republicanos).

O evento também contou com a presença de

senadores e deputados federais, contando, ainda, com a participação expressiva de vereadores e servidores das Câmaras Municipais.

Durante o encontro, realizado no Espaço Prince Eventos, na TO-050, em **Palmas**, a Asscam também realizou a entrega de homenagens a profissionais da imprensa e do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**.

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/03/27/amelio-cayres-garante-aprovacao-de-doacao-de-lote-para-associacao-de-vereadores>

Encontro de vereadores homenageia o TCETO por fortalecimento da gestão pública e do controle externo (No"ticias)

Girodo

O Encontro de Vereadores e Servidores das Câmaras Municipais do **Tocantins**, voltado à gestão pública e ao conhecimento estratégico, teve um momento de homenagens a profissionais da imprensa e aos conselheiros do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)**.

A honraria foi concedida na manhã desta quinta-feira, 26, pela Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins (ASCAM)**, no Espaço Prince, em **Palmas**. A homenagem foi em reconhecimento ao trabalho da Corte de Contas no fortalecimento da gestão pública, do controle externo e da promoção da boa governança.

O conselheiro substituto, Márcio Aluízio Moreira Gomes, falou em nome dos homenageados. "Este reconhecimento muito nos honra e reforça a importância do trabalho desenvolvido por esta corte na missão de orientar, fiscalizar e contribuir para o aprimoramento da administração pública", ressaltou.

Palestras

O evento segue até essa sexta-feira, 27, com palestras de profissionais das áreas jurídica, marketing, estratégia política e economia. Dentre os palestrantes, estão o conselheiro do **Tribunal de Contas do Tocantins, André Matos**, e o assessor de gabinete da Quinta Relatoria, João Paulo Landim Macedo.

Estande **TCETO**

Durante os dois dias do encontro, o Tribunal está com um estande do **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância e os participantes podem deixar escrito os anseios por políticas públicas voltadas às crianças tocantinenses e depositar na cápsula do tempo do programa.

Site: <https://portalgildabonfim.com.br/encontro-de-vereadores-homenageia-o-tceto-por-fortalecimento-da-gestao-publica-e-do-controle-externo/>

Prefeita Nega realiza visita ao TCE-TO em Palmas (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

A prefeita de Goianorte, Maria de Jesus Amaro de Oliveira Parente (Nega), acompanhada de sua assessoria, realizou nesta sexta-feira, em Palmas, uma visita institucional de cortesia ao **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

A agenda teve como objetivo alinhar orientações e protocolos para a realização das comemorações dos 37 anos de emancipação política do município, reforçando o compromisso da gestão com a legalidade e a boa aplicação dos recursos públicos.

Na ocasião, a prefeita agradeceu o trabalho técnico e orientador do Tribunal, destacando a atuação do conselheiro **Manoel Pires dos Santos** no fortalecimento da gestão pública responsável.

A iniciativa evidencia a integração institucional e o compromisso de Goianorte com uma administração planejada, transparente e eficiente.

Site: <https://rr10noticias.com.br/prefeita-nega-realiza-visita-ao-tce-to-em-palmas/>

Doação de lote para associação de vereadores avança com apoio de Amélio Cayres (Políticas Públicas)

Redação

O presidente da Assembleia Legislativa do **Tocantins** (Aleto), deputado

Amélio Cayres (Republicanos), prestigiou, na manhã desta quinta-feira,

26, o 2º Encontro de Vereadores e Servidores das Câmaras Municipais do

Tocantins, promovido pela Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (Asscam/TO).

No evento, Amélio Cayres, juntamente com o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) e outras autoridades, assinou o termo de doação de um lote, em **Palmas**, para a construção da sede da Asscam na capital. O

presidente também garantiu à entidade a aprovação da concessão do imóvel quando o projeto de doação for encaminhado à Aleto.

Importância dos vereadores

Ao destacar a importância da atuação dos vereadores, o presidente da

Assembleia observou que são eles que mantêm o contato mais direto com a população, recebendo demandas e levando-as até a gestão municipal; para ele, papel importante para as prefeituras e para as comunidades. "Quero registrar a importância de cada um de vocês, que estão junto ao povo em suas cidades. A Assembleia Legislativa será sempre parceira das Câmaras Municipais e de cada vereador", destacou.

Reforçando a parceria, Amélio Cayres lembrou que disponibilizou uma sala

na Aleto para que a Asscam tivesse um espaço na capital para atender os

vereadores. "O Parlamento Estadual é parceiro na realização deste

encontro", acrescentou.

O chefe do Legislativo Estadual lembrou, também, que, entre suas ações

em favor dos Legislativos dos municípios, destinou R\$ 700 mil para a

construção da Câmara Municipal de Buriti do **Tocantins**, além de recursos

para aquisição de mobiliário por diversas outras Câmaras.

Participantes

Ao lado de Amélio Cayres, estavam outros deputados estaduais, como

Cláudia Lelis (PV), Professora Janad Valcari (PL), Moiseimar Marinho

(PSB), Gutierrez Torquato (PSD), Olyntho Neto (Republicanos), Eduardo

Fortes (PSD), Jorge Frederico (Republicanos), Vanda Monteiro (UB) e Léo

Barbosa (Republicanos).

O evento também contou com a presença de senadores e deputados federais, contando, ainda, com a participação expressiva de vereadores e

servidores das Câmaras Municipais.

Durante o encontro, realizado no Espaço Prince Eventos, na TO-050, em

Palmas, a Asscam também realizou a entrega de homenagens a profissionais da imprensa e do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**.

Site: <https://toemfoco.com.br/politicas-publicas/doacao-de-lote-para-associao-de-vereadores-avanca-com-apoio-de-amelio-cayres/>

Presidente Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores (Notícias)

O presidente da Assembleia Legislativa do **Tocantins** (Aleto), deputado Amélio Cayres (Republicanos), prestigiou, na manhã desta quinta-feira, 26, o 2º Encontro de Vereadores e Servidores das Câmaras Municipais do **Tocantins**, promovido pela Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (Asscam/TO).

No evento, Amélio Cayres, juntamente com o governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) e outras autoridades, assinou o termo de doação de um lote, em **Palmas**, para a construção da sede da Asscam na capital. O presidente também garantiu à entidade a aprovação da concessão do imóvel quando o projeto de doação for encaminhado à Aleto.

Importância dos vereadores

Ao destacar a importância da atuação dos vereadores, o presidente da Assembleia observou que são eles que mantêm o contato mais direto com a população, recebendo demandas e levando-as até a gestão municipal; para ele, papel importante para as prefeituras e para as comunidades.

"Quero registrar a importância de cada um de vocês, que estão junto ao povo em suas cidades. A Assembleia Legislativa será sempre parceira das Câmaras Municipais e de cada vereador", destacou.

Reforçando a parceria, Amélio Cayres lembrou que disponibilizou uma sala na Aleto para que a Asscam tivesse um espaço na capital para atender os vereadores. "O Parlamento Estadual é parceiro na realização deste encontro", acrescentou.

O chefe do Legislativo Estadual lembrou, também, que, entre suas ações em favor dos Legislativos dos municípios, destinou R\$ 700 mil para a construção da Câmara Municipal de Buriti do **Tocantins**, além de recursos para aquisição de mobiliário por diversas Câmaras.

Participantes

Ao lado de Amélio Cayres, estavam outros deputados estaduais, como Cláudia Lelis (PV), Professora Janad Valcari (PL), Moisemar Marinho (PSB), Gutierrez

Torquato (PSD), Olyntho Neto (Republicanos), Eduardo Fortes (PSD), Jorge Frederico (Republicanos), Vanda Monteiro (UB) e Léo Barbosa (Republicanos).

O evento também contou com a presença de senadores e deputados federais, contando, ainda, com a participação expressiva de vereadores e servidores das Câmaras Municipais.

Durante o encontro, realizado no Espaço Prince Eventos, na TO-050, em **Palmas**, a Asscam também realizou a entrega de homenagens a profissionais da imprensa e do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**.

Site: <https://araguainaurgente.com.br/presidenteamelio-cayres-garante-aprovacao-de-doacao-de-lote-para-associao-de-veredores/>

Amélio Cayres garante aprovação de doação de lote para associação de vereadores

Elpídio Lopes

O presidente da Assembleia Legislativa do **Tocantins**, Amélio Cayres, participou na manhã desta quinta-feira (26), em Palmas, do 2º Encontro de Vereadores e Servidores das Câmaras Municipais, reforçando o alinhamento institucional entre o parlamento estadual e os legislativos municipais. Durante o evento, promovido pela Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (Asscam/TO), o deputado destacou o papel estratégico dos vereadores como principais interlocutores das demandas da população junto às prefeituras, classificando a atuação desses agentes como essencial para o funcionamento da gestão pública local.

Na ocasião, Amélio Cayres assinou, ao lado do governador Wanderlei Barbosa e de outras autoridades, o termo de doação de um lote em Palmas destinado à construção da sede da Asscam. O presidente da Aletto também assegurou que a Assembleia dará celeridade à aprovação da concessão do imóvel quando o projeto for encaminhado ao Legislativo, ampliando o suporte estrutural às câmaras municipais. A iniciativa foi apresentada como parte de uma política de fortalecimento institucional, que inclui ainda a disponibilização de espaço físico para atendimento de vereadores na capital.

Nos bastidores, a participação do chefe do Legislativo estadual foi interpretada como um movimento de consolidação de parcerias com as bases municipais. Amélio destacou investimentos já realizados, como a destinação de recursos para a construção de sedes legislativas e aquisição de mobiliário em diferentes municípios, reforçando a presença da Assembleia no interior. O encontro reuniu parlamentares estaduais e federais, além de vereadores e servidores, e também foi marcado por homenagens a profissionais da imprensa e do **Tribunal de Contas do Estado**, evidenciando o papel conjunto das instituições na fiscalização e transparência da gestão pública.

Site: <https://al.to.leg.br/noticia/16826/amelio-cayres-garante-aprovacao-de-doacao-de-lote-para-associacao-de-veredores>

TCE antecipa em 10 dias o pagamento de salário dos conselheiros

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2026/03/26/SSBTTO - 26-03-2026 - tce.mp4>

Governo do Tocantins e municípios discutem políticas de assistência social durante a Comissão Intergestores Bipartite

por Ascom

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), e os municípios tocaninenses participaram da 174ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), nesta quarta-feira, 25, no auditório da Escola Estadual Professora Elizângela Glória Cardoso, em **Palmas**. A CIB reuniu gestores municipais, técnicos e todos os envolvidos na política de assistência social de todo o estado para pactuações, alinhamentos técnicos e informes estratégicos voltados ao fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas), de forma integrada, democrática e adequada às realidades tocaninenses.

A secretária estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social, Cleizenir dos Santos, avaliou a reunião como produtiva e estratégica, ressaltando a relevância da Comissão na garantia da transparência e otimização dos recursos. "A cada reunião percebemos que estamos avançando na política de assistência social por todo o Estado, graças à participação e colaboração das equipes municipais que fazem os atendimentos na ponta", reforçou.

Entre os informes da comissão, destacou-se a descentralização das reuniões da CIB, que ocorrerão especialmente também nos municípios de Araguaína no mês de maio, e em Gurupi em junho. Na ocasião, também foi pactuado o Plano de Ação da Assistência Social para 2026.

O Plano de Ação é um planejamento anual, em consonância com as diretrizes e metas do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) e alinhado às ações previstas no Plano Plurianual, trazendo as ações que serão executadas no exercício de 2026.

Pautas

Entre os principais pontos deliberados destaca-se a segunda edição do Programa **TCE** de Olho no Futuro, iniciativa do **Tribunal de Contas do Tocantins** em parceria com diversas instituições públicas. O objetivo das orientações é apoiar e mobilizar os órgãos gestores, equipes técnicas, as políticas intersetoriais e

os demais órgãos sobre a importância da iniciativa que, entre outros objetivos busca garantir os direitos fundamentais da primeira infância.

A gerente de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, Katilvânia Guedes, também apresentou orientações aos municípios sobre a concessão de Benefícios Eventuais às famílias em situação de calamidade ou emergência. Segundo ela, é fundamental que os municípios adequem suas legislações para garantir critérios mais claros e acessíveis: "A provisão dos Benefícios Eventuais em situação de emergência e calamidade é uma das modalidades de concessão, mas é essencial que os critérios adotados não dificultem o acesso das famílias. Muitas vezes, elas já se encontram em situação de vulnerabilidade agravada e precisam de uma resposta rápida da assistência social. Por isso, é importante que gestores, equipes técnicas e conselhos municipais estabeleçam parâmetros que garantam o atendimento no momento certo", destacou.

Outro ponto de pauta foi as orientações e esclarecimentos aos municípios participantes do Selo UNICEF edição 2026/2028 sobre o formato de entrega do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). O objetivo das orientações foi garantir que os municípios elaborem, aprovem e submetam o PMAS em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com o Guia Metodológico do Selo UNICEF, fortalecendo a gestão e o planejamento da política de assistência social.

A articuladora do Selo UNICEF, Edilene Marinho, disse que todos os municípios devem entregar o PMAS ao selo Unicef até a data de 31 de março de 2026, contemplando entre as alterações o planejamento local para 2026/2029, e uma sessão dedicada ao diagnóstico socioassistencial, identificando e informando sobre as desproteções à população indígena e quilombola: "É importante os municípios ficarem atentos à necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Se o município já tiver o PMAS aprovado pelo conselho, mas perceber que precisa acrescentar informações para atender aos critérios do Selo Unicef, ele pode ajustar o plano e enviá-lo

novamente ao CMAS para nova aprovação. O UNICEF aceitará o documento ajustado, desde que tenha sido aprovado pelo CMAS".

Participações

A reunião contou com mais de 250 participantes e debateu demandas da CIB, Setas e do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas).

O técnico do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de Pugmil, Elmo de Oliveira, disse que a reunião reforça o papel estratégico da CIB no alinhamento das políticas públicas entre estado e municípios. "Esse espaço é fundamental para que os municípios possam discutir suas demandas e fortalecer a execução das políticas de assistência social. A CIB garante esse diálogo direto com o Estado, contribuindo para que as ações cheguem com mais eficiência à população", afirmou.

A secretária de Assistência Social do município de Peixe, Joana Pereira da Cruz Rodrigues, estava atenta às pautas e disse que seu município terá que fazer as adaptações necessárias ao PMAS, e encaminhá-lo para aprovação do Conselho, conforme foi solicitado.

CIB

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) constitui-se como espaço de articulação e interlocução dos gestores municipais e estaduais da Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do SUAS.

Site: <https://lealjunior.com.br/governo-do-tocantins-e-municipios-discutem-politicas-de-assistencia-social-durante-a-comissao-intergestores-bipartite/>

Palmas sedia encontro de vereadores, vereadoras e servidores das Câmaras Municipais do Tocantins

Redação

A Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (ASCAM/TO) promove nesta quinta-feira, 26, seguindo até amanhã, sexta-feira, o 2º. Encontro dos Vereadores, Vereadoras e Servidores das Câmaras Municipais do Estado **Tocantins**. O evento tem o objetivo de proporcionar aos parlamentares e servidores ouvir e trocar experiência sobre temas: A comunicação como uma ferramenta estratégica de mandato; O que os parlamentares municipais (vereador e vereadora), exercerem um mandato de excelência; Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas, no Parlamento Municipal e a importância da Sustentabilidade e o desenvolvimento das cidades.

Ao todo mais de 990 vereadores e vereadoras de 110 câmaras municipais filiadas já confirmaram presença. E este total representa quase 80% dos parlamentares municipais do Estado. Mais de 200 servidores também confirmaram presença no encontro.

De acordo com o presidente da ASSCAM/TO, o vereador de Araguatins, Miguel Cajueiro o encontro já superou todas as expectativas em relação ao ano passado.

De acordo com a organização, o evento tem confirmadas as presenças de deputados federais, estaduais, senadores e o governador Wanderli Barbosa.

A solenidade de abertura aconteceu nesta manhã com pronunciamento das autoridades e segue até às 18 horas. Nessa sexta-feira, 27, o evento encerrará às 12 horas.

Serão abordados temas como: Controle Interno, O novo perfil do parlamentar municipal, Emendas Impositivas Municipais, o Papel fiscalizador do parlamentar municipal. dentre outros, na área de Gestão Pública, Marketing voltadas atuação do parlamento municipal.

Palestras dia 26/03

Palestra: O Fortalecimento do Poder Legislativo

Municipal no Brasil.

Horário: 14h

Palestrante: Prof. Elioanai Biela - Mestre em Direito Constitucional Especialista em Leis de Regimento Interno.

Palestrante: Kátia Chaves - Secretária Estadual da Governadoria

Horário: 14h

Palestra: Contribuições Patronais

Horário: (a confirmar)

Palestrante: Prof. Ramon Gomes - Especialista em Estratégia Política e Organização de Conteúdo em Formato Iceberg

Palestra: A Força do Chão: Como Transformar a Maior Base Política do Brasil no Maior Legado do **Tocantins**.

Horário: 17h10

Palestrante: Vinícius Cauê Del Moura - Advogado especialista em Direito Público e Consultoria Legislativa, com atuação em Câmaras Municipais do TO.

Palestras dia 27/03

Palestra: Desvendando as Emendas Impositivas Municipais.

Horário: 9 h

Palestrante: Prof. João Paulo - Doutorando em Gestão Públicas/UFT. Mestre em Direito e Políticas/UFG. Especialista em Estado de Direito e Combate a corrupção/ ESMAT.

Palestra: Fortalecimento do Controle Legislativo

Horário: 9h30

Palestrante: Prof. Alessandro Callil - Mestre em Direito e Especialista em Economia do Setor Público.

Palestra: Potencializando o seu apoio nas Eleições 2026

Horário: 10h30

Palestrante: Marcelo Silva - Consultor Político - Consultor de marketing político advogado, documentarista e sócio da Agência Public.

Palestra: Igual o Cartaz

Horário: 11h

Palestrante: **André Matos** - Conselheiro do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins/TCE-TO** é Especialista em Direito Administrativo

Palestra: Fiscaliza Vereador - Eleitor Presente o ano todo!

Horário: 11h30

Palestrante: Guilherme Lucas - Publicitário e Designer Político de Sistema WEB

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/03/26/palmas-sedia-encontro-de-vereadores-vereadoras-e-servidores-das-camaras-municipais-do-tocantins>

Reunião no Tocantins chama atenção e pode impactar assistência social nos municípios

Encontro reúne gestores em Palmas e define ações estratégicas para 2026 em todo o estado

A assistência social no **Tocantins** foi tema de uma reunião que chamou atenção nesta semana. Além disso, o encontro reuniu gestores de todo o estado em Palmas.

A discussão ocorreu durante a Comissão Intergestores Bipartite (CIB). Com isso, foram definidos alinhamentos importantes para 2026.

A assistência social no **Tocantins** foi tema de uma reunião que chamou atenção nesta semana. Além disso, o encontro reuniu gestores de todo o estado em Palmas.

A discussão ocorreu durante a Comissão Intergestores Bipartite (CIB). Com isso, foram definidos alinhamentos importantes para 2026.

O evento foi promovido pelo Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Além disso, contou com participação de técnicos e gestores municipais.

Durante a reunião, foram discutidas estratégias para fortalecer o Sistema Único de Assistência Social. Assim, o objetivo é melhorar o atendimento à população.

Um dos principais pontos foi a aprovação do Plano de Ação da Assistência Social para 2026. Nesse sentido, o documento orienta as ações do próximo ano.

O plano segue diretrizes do planejamento estadual. Além disso, está alinhado com metas de longo prazo.

Durante a reunião, foram discutidas estratégias para fortalecer o Sistema Único de Assistência Social. Assim, o objetivo é melhorar o atendimento à população.

Um dos principais pontos foi a aprovação do Plano de Ação da Assistência Social para 2026. Nesse sentido, o documento orienta as ações do próximo ano.

O plano segue diretrizes do planejamento estadual. Além disso, está alinhado com metas de longo prazo.

Outro destaque foi a descentralização das reuniões. Ou seja, novos encontros ocorrerão em cidades como Araguaína e Gurupi.

Essa medida busca ampliar a participação regional. Dessa forma, fortalece o diálogo com os municípios.

A reunião também abordou iniciativas importantes. Entre elas, o programa **Tribunal de Contas do Tocantins** de Olho no Futuro.

O foco é garantir direitos da primeira infância. Além disso, foram discutidos benefícios para famílias em situação de vulnerabilidade.

Durante o encontro, gestores receberam orientações técnicas. Principalmente, sobre benefícios eventuais em casos de emergência.

Além disso, houve esclarecimentos sobre o UNICEF. Nesse caso, envolvendo o envio de planos municipais.

O prazo para entrega vai até 31 de março de 2026. Assim, os municípios precisam se organizar.

A reunião contou com mais de 250 participantes. Com isso, reforçou o papel estratégico da comissão.

A CIB atua como espaço de negociação entre estado e municípios. Dessa forma, contribui para políticas mais eficientes.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/26/reuniao-no-tocantins-chama-atencao-e-pode-impactar-assistencia-social-nos-municipios/>

Vereador Márcio Reis participa do 2º Encontro de Vereadores do Tocantins realizado em Palmas

O vereador Márcio Reis participa do 2º Encontro dos Vereadores, Vereadoras e Servidores das Câmaras Municipais do **Tocantins**, realizado nos dias 26 e 27 de março, em Palmas. O evento reúne parlamentares, servidores e autoridades de diversas regiões do estado para discutir temas ligados à atuação legislativa e à gestão pública.

Promovido pela Associação das Câmaras Municipais do Estado do **Tocantins** (ASCAM/TO), o encontro conta com a presença de mais de 990 vereadores, representando cerca de 80% das 110 câmaras municipais filiadas à entidade, além de mais de 200 servidores. A expectativa da organização foi superar a edição anterior, com público superior a 1.100 participantes.

Durante o evento, foram abordados temas como comunicação estratégica no mandato, planejamento e finanças públicas, sustentabilidade e o papel fiscalizador dos vereadores. A programação também incluiu palestras voltadas ao fortalecimento do Poder Legislativo, controle interno, emendas impositivas e estratégias políticas com foco nas eleições de 2026.

Para Márcio Reis, a participação no encontro reforça a importância da troca de experiências entre parlamentares e da atualização constante sobre os desafios da gestão pública. O vereador destacou que iniciativas como essa contribuem para aprimorar o trabalho legislativo e fortalecer a atuação em defesa da população.

A abertura oficial ocorreu na manhã do dia 26, com atividades ao longo de todo o dia, enquanto a programação do dia 27 segue até o período da manhã. O evento foi realizado no espaço Prince Eventos, localizado na região sul de Palmas.

Além dos debates, o encontro também conta com homenagens a profissionais da imprensa e representantes de órgãos de controle externo, como o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

Site: <https://soudepalmas.com.br/politica/vereador-marcio-reis-participa-do-2o-encontro-de-vereadores-do-tocantins-realizado-em-palmas>

Vereador Márcio Reis participou do 2º Encontro dos Vereadores, Vereadoras e Servidores das Câmaras Municipais do Tocantins, realizado nos dias 26 e 27 de março, em Palmas.

O vereador Márcio Reis participa do 2º Encontro dos Vereadores, Vereadoras e Servidores das Câmaras Municipais do **Tocantins**, realizado nos dias 26 e 27 de março, em Palmas. O evento reúne parlamentares, servidores e autoridades de diversas regiões do estado para discutir temas ligados à atuação legislativa e à gestão pública.

Promovido pela Associação das Câmaras Municipais do Estado do **Tocantins** (ASCAM/TO), o encontro conta com a presença de mais de 990 vereadores, representando cerca de 80% das 110 câmaras municipais filiadas à entidade, além de mais de 200 servidores. A expectativa da organização foi superar a edição anterior, com público superior a 1.100 participantes.

Durante o evento, foram abordados temas como comunicação estratégica no mandato, planejamento e finanças públicas, sustentabilidade e o papel fiscalizador dos vereadores. A programação também incluiu palestras voltadas ao fortalecimento do Poder Legislativo, controle interno, emendas impositivas e estratégias políticas com foco nas eleições de 2026.

Para Márcio Reis, a participação no encontro reforça a importância da troca de experiências entre parlamentares e da atualização constante sobre os desafios da gestão pública. O vereador destacou que iniciativas como essa contribuem para aprimorar o trabalho legislativo e fortalecer a atuação em defesa da população.

A abertura oficial ocorreu na manhã do dia 26, com atividades ao longo de todo o dia, enquanto a programação do dia 27 segue até o período da manhã. O evento foi realizado no espaço Prince Eventos, localizado na região sul de Palmas.

Além dos debates, o encontro também conta com homenagens a profissionais da imprensa e

representantes de órgãos de controle externo, como o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

Site: <https://soudepalmas.com.br/politica/vereador-marcio-reis-participou-do-2o-encontro-dos-vereadores-vereadoras-e-servidores-das-camaras-municipais-do-tocantins-realizado-nos-dias-26-e-27-de-marco-em-palmas-o-evento-reuniu-parlamentares>

ASSCAM reúne quase mil vereadores e reforça busca por capacitação no Tocantins

Folha do Bico

A abertura do 2º Encontro dos Vereadores, Vereadoras e Servidores das Câmaras Municipais do **Tocantins** ocorreu nesta quinta-feira (26), reunindo um público expressivo e sinalizando forte mobilização do legislativo municipal no estado. Promovido pela Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (ASCAM/TO), o evento concentrou debates voltados à qualificação dos mandatos e ao aprimoramento da gestão pública, com foco em temas estratégicos como comunicação institucional, planejamento orçamentário, finanças públicas e desenvolvimento sustentável das cidades.

Com participação confirmada de mais de 990 vereadores e vereadoras, além de mais de 200 servidores, o encontro alcançou representantes de cerca de 80% das câmaras municipais filiadas, consolidando-se como um dos maiores já realizados pela entidade. Nos bastidores, o volume de inscritos foi interpretado como reflexo direto da busca por capacitação técnica e atualização diante das exigências crescentes sobre o papel do parlamentar municipal. A presença de autoridades estaduais e federais também reforçou o peso político do evento no cenário tocaninense.

Durante a programação, foram abordados temas como controle interno, emendas impositivas, fiscalização do mandato e o novo perfil do vereador, além de estratégias de comunicação voltadas à atuação parlamentar. A organização também promoveu homenagens a profissionais da imprensa e a integrantes de órgãos de controle externo, como o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (TCE/TO), destacando a importância dessas instituições na transparência e no fortalecimento da gestão pública.

O encontro, que segue até esta sexta-feira (27), foi avaliado pela direção da ASCAM/TO como um marco na capacitação política no estado. Segundo o presidente da entidade, o vereador de Araguatins Miguel Cajueiro, a edição superou as expectativas e evidenciou o interesse crescente dos parlamentares em qualificação contínua, em um momento considerado decisivo para o fortalecimento do legislativo municipal e a melhoria dos serviços prestados à população.

Site: <https://folhadobico.com.br/asscam-reune-quase-mil-vereadores-e-reforca-busca-por-capacitacao-no-tocantins/>

Amélio Cayres reforça compromisso com legislativo municipal em evento da ASSCAM

Folha do Bico

O presidente da Assembleia Legislativa do **Tocantins**, Amélio Cayres, participou na manhã desta quinta-feira (26), em Palmas, do 2º Encontro de Vereadores e Servidores das Câmaras Municipais, reforçando o alinhamento institucional entre o parlamento estadual e os legislativos municipais. Durante o evento, promovido pela Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (Asscam/TO), o deputado destacou o papel estratégico dos vereadores como principais interlocutores das demandas da população junto às prefeituras, classificando a atuação desses agentes como essencial para o funcionamento da gestão pública local.

Na ocasião, Amélio Cayres assinou, ao lado do governador Wanderlei Barbosa e de outras autoridades, o termo de doação de um lote em Palmas destinado à construção da sede da Asscam. O presidente da Aletto também assegurou que a Assembleia dará celeridade à aprovação da concessão do imóvel quando o projeto for encaminhado ao Legislativo, ampliando o suporte estrutural às câmaras municipais. A iniciativa foi apresentada como parte de uma política de fortalecimento institucional, que inclui ainda a disponibilização de espaço físico para atendimento de vereadores na capital.

Nos bastidores, a participação do chefe do Legislativo estadual foi interpretada como um movimento de consolidação de parcerias com as bases municipais. Amélio destacou investimentos já realizados, como a destinação de recursos para a construção de sedes legislativas e aquisição de mobiliário em diferentes municípios, reforçando a presença da Assembleia no interior. O encontro reuniu parlamentares estaduais e federais, além de vereadores e servidores, e também foi marcado por homenagens a profissionais da imprensa e do **Tribunal de Contas do Estado**, evidenciando o papel conjunto das instituições na fiscalização e transparência da gestão pública.

Site: <https://folhadobico.com.br/amelio-cayres-reforca-compromisso-com-legislativo-municipal-em-evento-da-asscam/>

ASCAM reúne quase mil vereadores e reforça busca por capacitação no Tocantins

Folha do Bico

A abertura do 2º Encontro dos Vereadores, Vereadoras e Servidores das Câmaras Municipais do **Tocantins** ocorreu nesta quinta-feira (26), reunindo um público expressivo e sinalizando forte mobilização do legislativo municipal no estado. Promovido pela Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (ASCAM/TO), o evento concentrou debates voltados à qualificação dos mandatos e ao aprimoramento da gestão pública, com foco em temas estratégicos como comunicação institucional, planejamento orçamentário, finanças públicas e desenvolvimento sustentável das cidades.

Com participação confirmada de mais de 990 vereadores e vereadoras, além de mais de 200 servidores, o encontro alcançou representantes de cerca de 80% das câmaras municipais filiadas, consolidando-se como um dos maiores já realizados pela entidade. Nos bastidores, o volume de inscritos foi interpretado como reflexo direto da busca por capacitação técnica e atualização diante das exigências crescentes sobre o papel do parlamentar municipal. A presença de autoridades estaduais e federais também reforçou o peso político do evento no cenário tocanтинense.

Durante a programação, foram abordados temas como controle interno, emendas impositivas, fiscalização do mandato e o novo perfil do vereador, além de estratégias de comunicação voltadas à atuação parlamentar. A organização também promoveu homenagens a profissionais da imprensa e a integrantes de órgãos de controle externo, como o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (TCE/TO), destacando a importância dessas instituições na transparência e no fortalecimento da gestão pública.

O encontro, que segue até esta sexta-feira (27), foi avaliado pela direção da ASCAM/TO como um marco na capacitação política no estado. Segundo o presidente da entidade, o vereador de Araguatins Miguel Cajueiro, a edição superou as expectativas e evidenciou o interesse crescente dos parlamentares em qualificação contínua, em um momento considerado decisivo para o fortalecimento do legislativo municipal e a melhoria dos serviços prestados à população.

Site: <https://folhadobico.com.br/ascam-reune-quase-mil-vereadores-e-reforca-busca-por-capacitacao-no-tocantins/>

DISCURSO - II ENCONTRO DE VEREADORES E SERVIDORES DE CÂMARAS MUNICIPAIS DO TOCANTINS - 2026 (No"ticias)

Girodo

SENHORAS E SENHORES,

BOM DIA.

INICIALMENTE, REGISTRO MINHA HONRA EM PARTICIPAR DO II ENCONTRO DE VEREADORES E SERVIDORES DE CÂMARAS MUNICIPAIS DO **TOCANTINS**, REALIZADO PELA ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO **TOCANTINS** - ASCAM, INICIATIVA DE GRANDE RELEVÂNCIA PARA O FORTALECIMENTO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

CUMPRIMENTO, DE FORMA ESPECIAL, O PRESIDENTE DA ASCAM, VEREADOR MIGUEL DO CAJUEIRO, PARABENIZANDO-O PELA ORGANIZAÇÃO DESTA IMPORTANTE EVENTO, QUE PROMOVE O DIÁLOGO, A QUALIFICAÇÃO E A INTEGRAÇÃO ENTRE OS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS.

NESTA OPORTUNIDADE, TENHO A HONRA DE REPRESENTAR O PRESIDENTE DO **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**, CONSELHEIRO **ALBERTO SEVILHA**, A QUEM TRANSMITO OS CUMPRIMENTOS INSTITUCIONAIS DESTA CORTE DE CONTAS, REAFIRMANDO NOSSO COMPROMISSO COM O FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE EXTERNO.

CUMPRIMENTO, AINDA, TODAS AS AUTORIDADES PRESENTES, EM ESPECIAL O GOVERNADOR DO ESTADO DO **TOCANTINS**, WANDERLEI BARBOSA; O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, DEPUTADO AMÉLIO CAYRES; O SENADOR EDUARDO GOMES; A SENADORA DORINHA SEABRA; OS DEPUTADOS FEDERAIS, BEM COMO TODOS OS VEREADORES, SERVIDORES E DEMAIS PARTICIPANTES DESTA ENCONTRO.

REGISTRO, DE FORMA MUITO ESPECIAL, NOSSO

AGRADECIMENTO ÀS HOMENAGENS PRESTADAS AOS MEMBROS DO **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**. ESTE RECONHECIMENTO MUITO NOS HONRA E REFORÇA A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DESENVOLVIDO POR ESTA CORTE NA MISSÃO DE ORIENTAR, FISCALIZAR E CONTRIBUIR PARA O APRIMORAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

RECEBEMOS ESSA HOMENAGEM COM SENTIMENTO DE RESPONSABILIDADE RENOVADA, CIENTES DE QUE O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES PASSA, NECESSARIAMENTE, PELO DIÁLOGO PERMANENTE ENTRE OS ÓRGÃOS DE CONTROLE E OS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS.

DESTACO QUE O PAPEL DAS CÂMARAS MUNICIPAIS É FUNDAMENTAL PARA A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA, SENDO ESPAÇO ESSENCIAL DE REPRESENTAÇÃO POPULAR, FISCALIZAÇÃO E PRODUÇÃO LEGISLATIVA. EVENTOS COMO ESTE CONTRIBUEM SIGNIFICATIVAMENTE PARA O APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO E INSTITUCIONAL DOS PARLAMENTARES E SERVIDORES.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS** PERMANECE À DISPOSIÇÃO PARA ATUAR DE FORMA PEDAGÓGICA E ORIENTADORA, APOIANDO OS GESTORES E LEGISLADORES NA CONSTRUÇÃO DE UMA ADMINISTRAÇÃO MAIS EFICIENTE, RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE.

PARABENIZO A ASCAM PELA REALIZAÇÃO DESTA ENCONTRO E TODOS OS ENVOLVIDOS NA ORGANIZAÇÃO, BEM COMO OS PROFISSIONAIS DA IMPRENSA HOMENAGEADOS, QUE DESEMPENHAM PAPEL ESSENCIAL NA DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO E NO FORTALECIMENTO DA CIDADANIA.

QUE ESTE EVENTO SEJA UM ESPAÇO FÉRTIL DE TROCA DE EXPERIÊNCIAS, APRENDIZADO E CONSTRUÇÃO DE SOLUÇÕES QUE IMPACTEM POSITIVAMENTE A VIDA DA POPULAÇÃO TOCANTINENSE.

MUITO OBRIGADO E CONTEM SEMPRE COM O APOIO INSTITUCIONAL DO **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**.

Site: <https://portalgildabonfim.com.br/discurso-ii-encontro-de-vereadores-e-servidores-de-camaras-municipais-do-tocantins-2026/>

Poder Judiciário Tocantinense prepara plano de contingência socioambiental

Seca severa, chuvas intensas, altas temperaturas e desastres ambientais cada vez mais frequentes compõem um cenário que exige planejamento. Diante desse contexto, o Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins** (TJTO) e a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) deram início, nessa quarta-feira (25/3), ao curso para elaboração do Plano de Contingência Socioambiental do Poder Judiciário Tocantinense. O Judiciário do **Tocantins** destaca-se como um dos pioneiros nessa iniciativa, sendo o terceiro tribunal do país a avançar na elaboração desse tipo de plano.

A ação está em consonância com a Resolução nº 646 do CNJ, de 2025, que institui o Protocolo de Crise Socioambiental do Poder Judiciário e orienta os tribunais a atuarem de forma articulada nas fases de prevenção e de preparação, resposta emergencial, continuidade jurisdicional, recuperação e reparação. A norma destaca, entre seus objetivos, a continuidade da atuação judicial, a mitigação de impactos sobre serviços e territórios vulnerabilizados, a garantia de acesso à Justiça e a promoção da cooperação interinstitucional, além de prever plano de contingência, comunicação pública acessível e capacitação sobre justiça climática, interseccionalidade e gestão de riscos socioambientais.

A capacitação reúne magistrados(as) e servidores(as) em uma imersão que vai da compreensão das mudanças climáticas à construção prática de estratégias de resposta e recuperação diante de desastres. Ao todo, serão cinco dias de atividades, somando 40 horas de formação.

Na abertura, o juiz auxiliar da Presidência do TJTO, Ariostenis Guimarães Vieira, contextualizou a dimensão do problema ao relembrar episódios recentes e enfatizou a importância da iniciativa. "A elaboração do plano de contingência socioambiental é um dever imposto aos tribunais pela Resolução nº 646 do CNJ como instrumento de gestão pública de grande relevância em tempos de crises climáticas, cada vez mais presente no cotidiano das sociedades e das instituições em todo o planeta", afirmou.

Curso

O primeiro dia do curso trouxe uma abordagem ampla

sobre o fenômeno climático e seus impactos. O professor doutor Lucas Barbosa e Souza apresentou um panorama que vai dos conceitos básicos às transformações mais complexas do clima, destacando tanto os fatores naturais quanto a intensificação provocada pela ação humana. "A gente precisa estar preparado para o que vem pela frente. Existem ameaças, e o plano de contingência vai nos ajudar a lidar melhor com essas situações, trazendo organização, clareza e evitando decisões caóticas no momento do desastre", afirmou o professor.

Na sequência, o instrutor Wherbert da Silva Araújo ampliou a discussão ao conectar os desastres ambientais à forma como são narrados ao longo da história. Em uma linha do tempo que atravessa décadas, ele apresentou casos emblemáticos como a Dust Bowl, o desastre de Bhopal, Chernobyl, o derramamento da Exxon Valdez, o furacão Katrina e, no Brasil, Mariana e Brumadinho, entre outros. Mais do que relembrar tragédias, a proposta foi provocar reflexão: o que foi mostrado, o que ficou invisível e quem, de fato, sofreu os maiores impactos. "Compreender os desastres ambientais passa, necessariamente, por entender também as desigualdades que eles revelam e o papel das instituições, até mesmo do Judiciário, diante desse cenário", enfatizou o instrutor.

Módulo II

Se o primeiro momento foi de compreensão, o segundo trouxe um chamado à ação. No Módulo II, conduzido pelo instrutor Cléber José Borges Sobrinho, o debate avançou para os fundamentos constitucionais e normativos que sustentam a atuação institucional em situações de desastre.

Ao tratar dos planos de contingência, o instrutor foi enfático ao destacar que eles precisam sair do campo teórico, ou seja, devem percorrer todas as etapas, desde a definição e análise até a aplicação e a revisão para aperfeiçoamento. "Plano de contingência precisa ser conhecido, treinado e testado. Porque, no momento do pânico, as pessoas esquecem o que está escrito e agem pelo instinto - e é aí que tudo pode dar errado. Por isso, não adianta apenas planejar: é preciso preparar as pessoas, integrar as equipes e revisar constantemente. Nenhum plano é perfeito; ele só melhora quando é colocado em prática e corrigido",

ressaltou.

Parceiros

Para ampliar o alcance e a efetividade da proposta, foram convidados(as) como parceiros(as) o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, a Universidade Federal do **Tocantins** (UFT) e a Defesa Civil, instituições estratégicas para a construção de fluxos integrados de prevenção, resposta e atendimento à população. A participação desses órgãos reforça o caráter interinstitucional da iniciativa e dialoga com a própria Resolução nº 646, de 2025, que prevê articulação com Defensorias, Ministérios Públicos, Defesa Civil e outros atores para assegurar proteção de direitos, informação acessível, atendimento descentralizado e resposta coordenada em situações de crise socioambiental.

Site: <https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/poder-judiciario-tocantinense-prepara-plano-de-contingencia-socioambiental>

Associação das Câmaras Municipais do Tocantins reúne cerca de mil vereadores para debater gestão pública nesta semana

Por: Redação

Nesta quinta-feira, 26, e sexta-feira, 27, a Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (Asscam-TO) vai realizar o encontro dos vereadores, vereadoras e servidores das Câmaras Municipais do Estado do **Tocantins**, evento que tem o objetivo de proporcionar aos parlamentares e servidores ouvir e trocar experiência sobre os temas: A comunicação como uma ferramenta estratégica de mandato; o que os parlamentares municipais necessitam para exercer um mandato de excelência; planejamento, orçamento e finanças públicas no Parlamento Municipal; e a importância da sustentabilidade e o desenvolvimento das cidades.

No total, das 110 câmaras filiadas, cerca de mil vereadores confirmaram presença. Durante o evento, a Asscam-TO vai homenagear profissionais da imprensa de vários veículos de comunicação e os profissionais que atuam nos órgãos de controle externo como **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**.

De acordo com o presidente da Associação, o vereador de Araguatins, Miguel Cajueiro (MDB), disse que o evento já superou todas as expectativas, em relação ao ano passado. "Já tínhamos mais de 1.100 inscritos, mais de 90% destes são vereadores que entenderam que o momento é de se qualificar, se "antennar", para não ficar de fora", disse Cajueiro.

De acordo com a organização, o evento tem a presença confirmada de deputados federais, estaduais e senadores (do **Tocantins**), governador e prefeitos.

Programação

Nesta quinta-feira, 26, a solenidade de abertura será às 9h, com pronunciamento das autoridades. O evento será das 8h às 18h. Já na sexta-feira, 27, o evento encerra às 12 horas.

Palestra: O Fortalecimento do Poder Legislativo Municipal no Brasil.

Horário: 14h

Palestrante: Prof. Elioanai Biela - Mestre em Direito Constitucional Especialista em Leis de Regimento Interno.

Palestrante: Kátia Chaves - Secretária Estadual da Governadoria

Horário: 14h

Palestra: Contribuições Patronais

Horário: (a confirmar)

Palestrante: Prof. Ramon Gomes - Especialista em Estratégia Política e Organização de Conteúdo em Formato Iceberg

Palestra: A Força do Chão: Como Transformar a Maior Base Política do Brasil no Maior Legado do **Tocantins**.

Horário: 17h10

Palestrante: Vinícius Cauê Del Moura - Advogado especialista em Direito Público e Consultoria Legislativa, com atuação em Câmaras Municipais do TO.

Palestra: Desvendando as Emendas Impositivas Municipais.

Horário: 9 h

Palestrante: Prof. João Paulo - Doutorando em Gestão Públicas/UFT. Mestre em Direito e Políticas/UFG. Especialista em Estado de Direito e Combate a corrupção/ ESMAT.

Palestra: Fortalecimento do Controle Legislativo

Horário: 9h30

Palestrante: Prof. Alessandro Callil - Mestre em Direito e Especialista em Economia do Setor Público.

Palestra: Potencializando o seu apoio nas Eleições 2026

Horário: 10h30

Palestrante: Marcelo Silva - Consultor Político - Consultor de marketing político, advogado, documentarista e sócio da Agência Public.

Palestra: Igual o Cartaz

Horário: 11h

Palestrante: **André Matos** - Conselheiro do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins/TCE-TO** é Especialista em Direito Administrativo

Palestra: FISCALIZA VEREADOR - Eleitor Presente o ano todo!

Horário: 11h30

Palestrante: Guilherme Lucas - Publicitário e Designer Político de Sistema WEB

A programação está sujeita a alterações.

Site:

<https://www.tribunadopovoto.com.br/noticia/96896/associacao-das-camaras-municipais-do-tocantins-reune-cerca-de-mil-vereadores-para-debater-gestao-publica-nesta-semana>

Governo do Tocantins e municípios discutem políticas de assistência social durante a Comissão Intergestores Bipartite É importante de acordo com (TOCANTINS)

Cláudio Duarte/Governo do Tocantins

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), e os municípios tocaninenses participaram da 174ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), nesta quarta-feira, 25, no auditório da Escola Estadual Professora Elizângela Glória Cardoso, em **Palmas**. A CIB reuniu gestores municipais, técnicos e todos os envolvidos na política de assistência social de todo o estado para pactuações, alinhamentos técnicos e informes estratégicos voltados ao fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas), de forma integrada, democrática e adequada às realidades tocaninenses.

A secretária estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social, Cleizenir dos Santos, avaliou a reunião como produtiva e estratégica, ressaltando a relevância da Comissão na garantia da transparência e otimização dos recursos. A cada reunião percebemos que estamos avançando na política de assistência social por todo o Estado, graças à participação e colaboração das equipes municipais que fazem os atendimentos na ponta, reforçou.

Entre os informes da comissão, destacou-se a descentralização das reuniões da CIB, que ocorrerão especialmente também nos municípios de Araguaína no mês de maio, e em Gurupi em junho. Na ocasião, também foi pactuado o Plano de Ação da Assistência Social para 2026.

O Plano de Ação é um planejamento anual, em consonância com as diretrizes e metas do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) e alinhado às ações previstas no Plano Plurianual, trazendo as ações que serão executadas no exercício de 2026.

Pautas

Entre os principais pontos deliberados destaca-se a segunda edição do Programa **TCE** de Olho no Futuro, iniciativa do **Tribunal de Contas** do **Tocantins** em

parceria com diversas instituições públicas. O objetivo das orientações é apoiar e mobilizar os órgãos gestores, equipes técnicas, as políticas intersetoriais e os demais órgãos sobre a importância da iniciativa que, entre outros objetivos busca garantir os direitos fundamentais da primeira infância.

A gerente de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, Katilvânia Guedes, também apresentou orientações aos municípios sobre a concessão de Benefícios Eventuais às famílias em situação de calamidade ou emergência. Segundo ela, é fundamental que os municípios adequem suas legislações para garantir critérios mais claros e acessíveis: A provisão dos Benefícios Eventuais em situação de emergência e calamidade é uma das modalidades de concessão, mas é essencial que os critérios adotados não dificultem o acesso das famílias. Muitas vezes, elas já se encontram em situação de vulnerabilidade agravada e precisam de uma resposta rápida da assistência social. Por isso, é importante que gestores, equipes técnicas e conselhos municipais estabeleçam parâmetros que garantam o atendimento no momento certo, destacou.

Outro ponto de pauta foi as orientações e esclarecimentos aos municípios participantes do Selo UNICEF edição 2026/2028 sobre o formato de entrega do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). O objetivo das orientações foi garantir que os municípios elaborem, aprovem e submetam o PMAS em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com o Guia Metodológico do Selo UNICEF, fortalecendo a gestão e o planejamento da política de assistência social.

A articuladora do Selo UNICEF, Edilene Marinho, disse que todos os municípios devem entregar o PMAS ao selo Unicef até a data de 31 de março de 2026, contemplando entre as alterações o planejamento local para 2026/2029, e uma sessão dedicada ao diagnóstico socioassistencial, identificando e informando sobre as desproteções à população indígena e quilombola: É importante os

municípios ficarem atentos à necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Se o município já tiver o PMAS aprovado pelo conselho, mas perceber que precisa acrescentar informações para atender aos critérios do Selo Unicef, ele pode ajustar o plano e enviá-lo novamente ao CMAS para nova aprovação. O UNICEF aceitará o documento ajustado, desde que tenha sido aprovado pelo CMAS.

Participações

A reunião contou com mais de 250 participantes e debateu demandas da CIB, Setas e do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas).

O técnico do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de Pugmil, Elmo de Oliveira, disse que a reunião reforça o papel estratégico da CIB no alinhamento das políticas públicas entre estado e municípios. Esse espaço é fundamental para que os municípios possam discutir suas demandas e fortalecer a execução das políticas de assistência social. A CIB garante esse diálogo direto com o Estado, contribuindo para que as ações cheguem com mais eficiência à população, afirmou.

A secretária de Assistência Social do município de Peixe, Joana Pereira da Cruz Rodrigues, estava atenta às pautas e disse que seu município terá que fazer as adaptações necessárias ao PMAS, e encaminhá-lo para aprovação do Conselho, conforme foi solicitado.

CIB

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) constitui-se como espaço de articulação e interlocução dos gestores municipais e estaduais da Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do SUAS.

Site: <http://jtinoticias.com.br/noticia/governo-do-tocantins-e-municipios-discutem-politicas-de-assistencia-social-durante-a-comissao-intergestores-bipartite-e-importante-de-acordo-com/14272>

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), e os municípios tocaninenses participaram, nessa quarta-feira, 25, em **Palmas**, da 174ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB). O encontro reuniu gestores e técnicos de todo o estado para alinhar ações, pactuar estratégias e fortalecer a gestão da assistência social, com foco na integração e na melhoria dos serviços ofertados à população.

A secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, Cleizenir dos Santos, avaliou a reunião como produtiva e estratégica, ressaltando a relevância da Comissão na garantia da transparência e a otimização dos recursos. "A cada reunião percebemos que estamos avançando na política de assistência social por todo o estado, graças à participação e à colaboração das equipes municipais que fazem os atendimentos na ponta", reforçou.

Entre os informes da comissão, destacou-se a descentralização das reuniões da CIB, que ocorrerão especialmente também nos municípios de Araguaína no mês de maio; e em Gurupi em junho. Na ocasião, também foi pactuado o Plano de Ação da Assistência Social para 2026.

O Plano de Ação é um instrumento de planejamento anual, elaborado em consonância com as diretrizes e as metas do Plano Estadual de Assistência Social (Peas) e alinhado às ações previstas no Plano Plurianual, definindo as iniciativas que serão executadas em 2026.

Ações

Entre os principais pontos deliberados destaca-se a segunda edição do programa **TCE** de Olho no Futuro, iniciativa do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)** em parceria com diversas instituições públicas. Os objetivos das orientações são apoiar e mobilizar os órgãos gestores, as equipes técnicas, as políticas intersetoriais e demais instituições quanto à importância da iniciativa que busca, entre outros pontos, garantir os direitos fundamentais da primeira infância.

A gerente de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, Katilvânia Guedes, apresentou orientações aos municípios sobre a concessão de benefícios eventuais a famílias em situação de calamidade ou emergência, destacando a importância da adequação das legislações municipais para garantir critérios mais claros e acessíveis. "A concessão de benefícios eventuais em situações de emergência e calamidade é uma das modalidades previstas, mas é essencial que os critérios adotados não dificultem o acesso das famílias. Muitas vezes, elas já enfrentam vulnerabilidades agravadas e precisam de uma resposta rápida da assistência social. Por isso, é importante que gestores, equipes técnicas e conselhos municipais estabeleçam parâmetros que assegurem o atendimento no momento adequado", destacou.

Outro ponto de pauta foi o das orientações e dos esclarecimentos aos municípios participantes do Selo Unicef edição 2026/2028 sobre o formato de entrega do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). O objetivo das orientações foi garantir que os municípios elaborem, aprovem e submetam o PMAS em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e com o Guia Metodológico do Selo Unicef, fortalecendo a gestão e o planejamento da política de assistência social.

A articuladora do Selo Unicef, Edilene Marinho, destacou que todos os municípios devem entregar o Plano Municipal de Assistência Social ao Selo Unicef até 31 de março de 2026. O documento deve contemplar, entre as atualizações, o planejamento local para o período de 2026 a 2029, além de uma seção dedicada ao diagnóstico socioassistencial, com a identificação das desproteções que afetam populações indígenas e quilombolas. "É fundamental que os municípios observem a necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Caso o plano já tenha sido aprovado, mas precise de ajustes para atender aos critérios do Selo Unicef, o documento pode ser revisado e submetido novamente ao conselho. O Unicef aceitará a versão atualizada, desde que esteja devidamente aprovada pelo conselho", ressaltou.

Participações

A reunião contou com mais de 250 participantes e debateu demandas da CIB, da Setas e do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas).

O técnico do Centro de Referência de Assistência Social de Pugmil, Elmo de Oliveira, destacou que a reunião reforça o papel estratégico da Comissão Intergestores Bipartite no alinhamento das políticas públicas entre estado e municípios. "Esse espaço é fundamental para que os municípios apresentem suas demandas e fortaleçam a execução das políticas de assistência social. A comissão assegura o diálogo direto com o Estado, contribuindo para que as ações cheguem com mais eficiência à população", afirmou.

A secretária de Assistência Social do município de Peixe, Joana Pereira da Cruz Rodrigues, acompanhou atentamente as pautas e informou que o município realizará as adequações necessárias no Plano Municipal de Assistência Social, com posterior encaminhamento ao Conselho para aprovação, conforme orientado durante a reunião.

CIB

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) constitui-se como espaço de articulação e interlocução dos gestores municipais e estaduais da Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do Suas.

Site: <https://awtvnews.com.br/noticia/229645/governo-do-tocantins-alinha-acoes-e-fortalece-politicas-de-assistencia-social-em-reuniao-da-comissao-intergestores-bipartite>

Palmas sedia o maior Encontro de Vereadores, Vereadoras, do Estado Tocantins.

Por: Redação 01

Encontro dos Vereadores, Vereadoras e Servidores das Câmaras Municipais do Estado **Tocantins**. O evento tem o objetivo de proporcionar aos parlamentares e servidores ouvir e trocar experiência sobre temas: A Comunicação como uma ferramenta estratégica de mandato; O que os parlamentares municipais (vereador e vereadora), exercerem um mandato de excelência; Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas, no Parlamento Municipal e a importância da Sustentabilidade e o desenvolvimento das cidades.

Ao todo mais de 990 vereadores e vereadoras, já confirmaram presença, das 110 (cento e dez câmaras municipais do **Tocantins**) câmaras filiadas, já tem representantes inscritos, este total representa quase 80% dos parlamentares municipais do Estado do **Tocantins**, e mais de 200 servidores que já confirmaram presença no 2º. Encontro dos Vereadores, Vereadoras e Servidores das Câmaras Municipais do Estado **Tocantins**.

Durante o Evento a ASSCAM/TO vai homenagear profissionais da imprensa de vários veículos de comunicação e os profissionais que atuam nos órgãos de controle externo como **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins - TCE/TO**.

De acordo com o presidente da ASSCAM/TO, o vereador de Araguatins, Miguel Cajueiro ao falar sobre esta edição do encontro afirma: "já superou todas as expectativas, em relação ao ano passado, ou seja, até hoje (24/03/2026), já tínhamos mais de 1.100 inscritos, mais de 90% destes são vereadores que entenderam que o momento é de se qualificar, se "antennar", para não ficar de fora", explicou Cajueiro, parlamentar representante da entidade.

De acordo com a organização já tem confirmado a presença de deputados federais, estaduais e senadores (do **Tocantins**), governador, prefeitos e aguardando a confirmação do presidente da Câmara Federal, Hugo Mota e de outras autoridades federais.

Programação

A solenidade de abertura será às 9 h, do dia 26 de março, com pronunciamento das autoridades o evento será das 8 às 18 horas. No dia 27 o evento encerrará às 12 horas.

Serão abordados temas como: Controle Interno, O novo perfil do parlamentar municipal, Emendas Impositivas Municipais, o Papel fiscalizador do parlamentar municipal. dentre outros, na área de Gestão Pública, Marketing voltadas atuação do parlamento municipal.

Palestras dia 26/03

Palestra: O Fortalecimento do Poder Legislativo Municipal no Brasil.

Horário: 14h

Palestrante: Prof. Elioanai Biela - Mestre em Direito Constitucional Especialista em Leis de Regimento Interno.

Palestrante: Kátia Chaves - Secretária Estadual da Governadoria

Horário: 14h

Palestra: Contribuições Patronais

Horário: (a confirmar)

Palestrante : Prof. Ramon Gomes - Especialista em Estratégia Política e Organização de Conteúdo em Formato Iceberg

Palestra: A Força do Chão: Como Transformar a Maior Base Política do Brasil no Maior Legado do **Tocantins**.

Horário: 17h10

Palestrante: Vinícius Cauê Del Moura - Advogado especialista em Direito Público e Consultoria Legislativa, com atuação em Câmaras Municipais do TO.

Palestras dia 27/03

Palestra: Desvendando as Emendas Impositivas Municipais.

Horário: 9 h

Palestrante: Prof. João Paulo - Doutorando em Gestão Públicas/UFT. Mestre em Direito e Políticas/UFG. Especialista em Estado de Direito e Combate a corrupção/ ESMAT.

Palestra: Fortalecimento do Controle Legislativo

Horário: 9h30

Palestrante: Prof. Alessandro Callil - Mestre em Direito e Especialista em Economia do Setor Público.

Palestra: Potencializando o seu apoio nas Eleições 2026

Horário: 10h30

Palestrante: Marcelo Silva - Consultor Político - Consultor de marketing político advogado, documentarista e sócio da Agência Public.

Palestra: Igual o Cartaz

Horário: 11h

Palestrante: **André Matos** - Conselheiro do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins/TCE-TO** é Especialista em Direito Administrativo

Palestra: FISCALIZA VEREADOR - Eleitor Presente o ano todo!

Horário: 11h30

Palestrante: Guilherme Lucas - Publicitário e Designer Político de Sistema WEB

Programação sujeita a alterações.

REALIZAÇÃO

O 2º. Encontro de Vereadoras, Vereadores e servidores das Câmaras Municipais do Estado do **Tocantins** é realizado pela Associação das Câmaras Municipais do Estado do **Tocantins** - ASSCAM/TO, que hoje conta com 121 casas do parlamento municipal filiadas. Com apoio institucional da: Assembleia Legislativa do **Tocantins**-Aleto; Escola do Legislativo; Ordem dos Advogados Seccional **Tocantins** - OAB - TO, **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** - **TCE/TO**; Ministério Público do

Estado do **Tocantins** - MPTO; Governoweb e Fiscaliza Vereador: a Voz do Cidadão.

Assessoria de Comunicação da ASSCAM

Site:

<https://gazetatocantina.com.br/noticia/11178/palmas-sedia-o-maior-encontro-de-vereadores-vereadoras-do-estado-tocantins>

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite

Por: Redação 01

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), e os municípios tocaninenses participaram, nessa quarta-feira, 25, em **Palmas**, da 174ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB). O encontro reuniu gestores e técnicos de todo o estado para alinhar ações, pactuar estratégias e fortalecer a gestão da assistência social, com foco na integração e na melhoria dos serviços ofertados à população.

A secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, Cleizenir dos Santos, avaliou a reunião como produtiva e estratégica, ressaltando a relevância da Comissão na garantia da transparência e a otimização dos recursos. "A cada reunião percebemos que estamos avançando na política de assistência social por todo o estado, graças à participação e à colaboração das equipes municipais que fazem os atendimentos na ponta", reforçou.

Entre os informes da comissão, destacou-se a descentralização das reuniões da CIB, que ocorrerão especialmente também nos municípios de Araguaína no mês de maio; e em Gurupi em junho. Na ocasião, também foi pactuado o Plano de Ação da Assistência Social para 2026.

O Plano de Ação é um instrumento de planejamento anual, elaborado em consonância com as diretrizes e as metas do Plano Estadual de Assistência Social (Peas) e alinhado às ações previstas no Plano Plurianual, definindo as iniciativas que serão executadas em 2026.

Ações

Entre os principais pontos deliberados destaca-se a segunda edição do programa **TCE** de Olho no Futuro, iniciativa do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)** em parceria com diversas instituições públicas. Os objetivos das orientações são apoiar e mobilizar os órgãos gestores, as equipes técnicas, as políticas intersetoriais e demais instituições quanto à importância da iniciativa que busca, entre outros pontos, garantir os direitos fundamentais da primeira

infância.

A gerente de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, Katilvânia Guedes, apresentou orientações aos municípios sobre a concessão de benefícios eventuais a famílias em situação de calamidade ou emergência, destacando a importância da adequação das legislações municipais para garantir critérios mais claros e acessíveis. "A concessão de benefícios eventuais em situações de emergência e calamidade é uma das modalidades previstas, mas é essencial que os critérios adotados não dificultem o acesso das famílias. Muitas vezes, elas já enfrentam vulnerabilidades agravadas e precisam de uma resposta rápida da assistência social. Por isso, é importante que gestores, equipes técnicas e conselhos municipais estabeleçam parâmetros que assegurem o atendimento no momento adequado", destacou.

Outro ponto de pauta foi o das orientações e dos esclarecimentos aos municípios participantes do Selo Unicef edição 2026/2028 sobre o formato de entrega do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). O objetivo das orientações foi garantir que os municípios elaborem, aprovem e submetam o PMAS em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e com o Guia Metodológico do Selo Unicef, fortalecendo a gestão e o planejamento da política de assistência social.

A articuladora do Selo Unicef, Edilene Marinho, destacou que todos os municípios devem entregar o Plano Municipal de Assistência Social ao Selo Unicef até 31 de março de 2026. O documento deve contemplar, entre as atualizações, o planejamento local para o período de 2026 a 2029, além de uma seção dedicada ao diagnóstico socioassistencial, com a identificação das desproteções que afetam populações indígenas e quilombolas. "É fundamental que os municípios observem a necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Caso o plano já tenha sido aprovado, mas precise de ajustes para atender aos critérios do Selo Unicef, o documento pode ser revisado e submetido novamente ao conselho. O Unicef aceitará a versão atualizada, desde que esteja devidamente aprovada pelo conselho", ressaltou.

Participações

A reunião contou com mais de 250 participantes e debateu demandas da CIB, da Setas e do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas).

O técnico do Centro de Referência de Assistência Social de Pugmil, Elmo de Oliveira, destacou que a reunião reforça o papel estratégico da Comissão Intergestores Bipartite no alinhamento das políticas públicas entre estado e municípios. "Esse espaço é fundamental para que os municípios apresentem suas demandas e fortaleçam a execução das políticas de assistência social. A comissão assegura o diálogo direto com o Estado, contribuindo para que as ações cheguem com mais eficiência à população", afirmou.

A secretária de Assistência Social do município de Peixe, Joana Pereira da Cruz Rodrigues, acompanhou atentamente as pautas e informou que o município realizará as adequações necessárias no Plano Municipal de Assistência Social, com posterior encaminhamento ao Conselho para aprovação, conforme orientado durante a reunião.

CIB

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) constitui-se como espaço de articulação e interlocução dos gestores municipais e estaduais da Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do Suas.

Site:

<https://gazetatocantina.com.br/noticia/11166/governo-do-tocantins-alinha-acoes-e-fortalece-politicas-de-assistencia-social-em-reuniao-da-comissao-intergestores-bipartite>

Encontro da ASCAM deve reunir mais de 1.000 vereadores e a cúpula política do Tocantins

Notícias de **Palmas** - A Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (ASCAM/TO) promove, nos dias 26 e 27 de março, o 2º Encontro de Vereadores, Vereadoras e Servidores das Câmaras Municipais do Estado do **Tocantins**.

O evento tem como objetivo proporcionar aos parlamentares e servidores um espaço de capacitação e troca de experiências sobre temas estratégicos para o exercício do mandato. Entre os assuntos que serão debatidos estão: comunicação como ferramenta de mandato, atuação parlamentar de excelência, planejamento, orçamento e finanças públicas no âmbito municipal, além de sustentabilidade e desenvolvimento das cidades.

Ao todo, mais de 990 vereadores e vereadoras já confirmaram presença. Representantes de 110 câmaras municipais filiadas estão inscritos, o que corresponde a cerca de 80% dos parlamentares municipais do **Tocantins**. Também são esperados mais de 200 servidores legislativos.

Durante o encontro, a ASCAM/TO prestará homenagem a profissionais da imprensa de diversos veículos de comunicação, além de representantes de órgãos de controle externo, como o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (TCE/TO).

Segundo o presidente da entidade, o vereador de Araguatins, Miguel Cajueiro, a adesão superou as expectativas. "Já ultrapassamos os números do ano passado. Até o dia 24 de março, tínhamos mais de 1.100 inscritos, sendo a maioria vereadores que entenderam a importância de se qualificar e acompanhar as mudanças", destacou.

A organização também informou a presença confirmada de deputados federais, estaduais e senadores do **Tocantins**, além do governador e prefeitos. Ainda é aguardada a confirmação do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, e de outras autoridades federais.

Sobre o evento

O 2º Encontro é promovido pela ASCAM/TO, que

atualmente reúne 121 câmaras municipais filiadas. A iniciativa conta com apoio institucional da Assembleia Legislativa do **Tocantins** (Aleto), Escola do Legislativo, Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional **Tocantins** (OAB/TO), **Tribunal de Contas do Estado** (TCE/TO), Ministério Público do Estado do **Tocantins** (MPTO), além das plataformas Governoweb e Fiscaliza Vereador.

Programação

A abertura oficial está marcada para as 9h do dia 26 de março, com participação de autoridades. As atividades seguem das 8h às 18h no primeiro dia e se encerram ao meio-dia do dia 27.

A programação inclui debates sobre controle interno, novo perfil do parlamentar municipal, emendas impositivas, papel fiscalizador do Legislativo, além de temas ligados à gestão pública e comunicação institucional.

Palestras dia 26/03

Palestra: O Fortalecimento do Poder Legislativo Municipal no Brasil.

Horário: 14h

Palestrante: Prof. Elioanai Biela - Mestre em Direito Constitucional Especialista em Leis de Regimento Interno.

Palestrante: Kátia Chaves - Secretária Estadual da Governadoria

Horário: 14h

Palestra: Contribuições Patronais

Horário: (a confirmar)

Palestrante : Prof. Ramon Gomes - Especialista em Estratégia Política e Organização de Conteúdo em Formato Iceberg

Palestra: A Força do Chão: Como Transformar a Maior

Base Política do Brasil no Maior Legado do Tocantins.

Horário: 17h10

Palestrante: Vinícius Cauê Del Moura - Advogado especialista em Direito Público e Consultoria Legislativa, com atuação em Câmaras Municipais do TO.

Palestras dia 27/03

Palestra: Desvendando as Emendas Impositivas Municipais.

Horário: 9 h

Palestrante: Prof. João Paulo - Doutorando em Gestão Públicas/UFT. Mestre em Direito e Políticas/UFG. Especialista em Estado de Direito e Combate a corrupção/ ESMAT.

Palestra: Fortalecimento do Controle Legislativo

Horário: 9h30

Palestrante: Prof. Alessandro Callil - Mestre em Direito e Especialista em Economia do Setor Público.

Palestra: Potencializando o seu apoio nas Eleições 2026

Horário: 10h30

Palestrante: Marcelo Silva - Consultor Político - Consultor de marketing político advogado, documentarista e sócio da Agência Public.

Palestra: Igual o Cartaz

Horário: 11h

Palestrante: **André Matos** - Conselheiro do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins/TCE-TO** é Especialista em Direito Administrativo

Palestra: FISCALIZA VEREADOR - Eleitor Presente o ano todo!

Horário: 11h30

Palestrante: Guilherme Lucas - Publicitário e Designer Político de Sistema WEB

Programação sujeita a alterações.

Serviço

Evento: 2º Encontro dos vereadores

Data: 26 e 27 /03/2026 - quinta-feira, no

Horários: das 8 às 18h, no dia 27/03/2026 as atividades acontecem das: 8 às 12 h

Local: Prince Eventos - Palmas

Endereço: Quadra 512 Sul Alameda 5, 839 - Plano Diretor Sul

Site: <https://afnoticias.com.br/estado/palmas-sedia-o-maior-de-encontro-de-vereadores-e-vereadoras-do-estado-tocantins>

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite (Assistência Social)

Por: Redação

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), e os municípios tocaninenses participaram, nessa quarta-feira, 25, em **Palmas**, da 174ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB). O encontro reuniu gestores e técnicos de todo o estado para alinhar ações, pactuar estratégias e fortalecer a gestão da assistência social, com foco na integração e na melhoria dos serviços ofertados à população.

A secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, Cleizenir dos Santos, avaliou a reunião como produtiva e estratégica, ressaltando a relevância da Comissão na garantia da transparência e a otimização dos recursos. "A cada reunião percebemos que estamos avançando na política de assistência social por todo o estado, graças à participação e à colaboração das equipes municipais que fazem os atendimentos na ponta", reforçou.

Entre os informes da comissão, destacou-se a descentralização das reuniões da CIB, que ocorrerão especialmente também nos municípios de Araguaína no mês de maio; e em Gurupi em junho. Na ocasião, também foi pactuado o Plano de Ação da Assistência Social para 2026.

O Plano de Ação é um instrumento de planejamento anual, elaborado em consonância com as diretrizes e as metas do Plano Estadual de Assistência Social (Peas) e alinhado às ações previstas no Plano Plurianual, definindo as iniciativas que serão executadas em 2026.

Ações

Entre os principais pontos deliberados destaca-se a segunda edição do programa **TCE** de Olho no Futuro, iniciativa do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)** em parceria com diversas instituições públicas. Os objetivos das orientações são apoiar e mobilizar os órgãos gestores, as equipes técnicas, as

políticas intersetoriais e demais instituições quanto à importância da iniciativa que busca, entre outros pontos, garantir os direitos fundamentais da primeira infância.

A gerente de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, Katilvânia Guedes, apresentou orientações aos municípios sobre a concessão de benefícios eventuais a famílias em situação de calamidade ou emergência, destacando a importância da adequação das legislações municipais para garantir critérios mais claros e acessíveis. "A concessão de benefícios eventuais em situações de emergência e calamidade é uma das modalidades previstas, mas é essencial que os critérios adotados não dificultem o acesso das famílias. Muitas vezes, elas já enfrentam vulnerabilidades agravadas e precisam de uma resposta rápida da assistência social. Por isso, é importante que gestores, equipes técnicas e conselhos municipais estabeleçam parâmetros que assegurem o atendimento no momento adequado", destacou.

Outro ponto de pauta foi o das orientações e dos esclarecimentos aos municípios participantes do Selo Unicef edição 2026/2028 sobre o formato de entrega do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). O objetivo das orientações foi garantir que os municípios elaborem, aprovem e submetam o PMAS em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e com o Guia Metodológico do Selo Unicef, fortalecendo a gestão e o planejamento da política de assistência social.

A articuladora do Selo Unicef, Edilene Marinho, destacou que todos os municípios devem entregar o Plano Municipal de Assistência Social ao Selo Unicef até 31 de março de 2026. O documento deve contemplar, entre as atualizações, o planejamento local para o período de 2026 a 2029, além de uma seção dedicada ao diagnóstico socioassistencial, com a identificação das desproteções que afetam populações indígenas e quilombolas. "É fundamental que os municípios observem a necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência

Social. Caso o plano já tenha sido aprovado, mas precise de ajustes para atender aos critérios do Selo Unicef, o documento pode ser revisado e submetido novamente ao conselho. O Unicef aceitará a versão atualizada, desde que esteja devidamente aprovada pelo conselho", ressaltou.

Participações

A reunião contou com mais de 250 participantes e debateu demandas da CIB, da Setas e do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas).

O técnico do Centro de Referência de Assistência Social de Pugmil, Elmo de Oliveira, destacou que a reunião reforça o papel estratégico da Comissão Intergestores Bipartite no alinhamento das políticas públicas entre estado e municípios. "Esse espaço é fundamental para que os municípios apresentem suas demandas e fortaleçam a execução das políticas de assistência social. A comissão assegura o diálogo direto com o Estado, contribuindo para que as ações cheguem com mais eficiência à população", afirmou.

A secretária de Assistência Social do município de Peixe, Joana Pereira da Cruz Rodrigues, acompanhou atentamente as pautas e informou que o município realizará as adequações necessárias no Plano Municipal de Assistência Social, com posterior encaminhamento ao Conselho para aprovação, conforme orientado durante a reunião.

CIB

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) constitui-se como espaço de articulação e interlocução dos gestores municipais e estaduais da Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do Suas.

Site: <https://buritinoticias.com.br/noticia/50459/governo-do-tocantins-alinha-acoes-e-fortalece-politicas-de-assistencia-social-em-reuniao-da-comissao-intergestores-bipartite>

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), e os municípios tocaninenses participaram, nessa quarta-feira, 25, em **Palmas**, da 174ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB). O encontro reuniu gestores e técnicos de todo o estado para alinhar ações, pactuar estratégias e fortalecer a gestão da assistência social, com foco na integração e na melhoria dos serviços ofertados à população.

A secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, Cleizenir dos Santos, avaliou a reunião como produtiva e estratégica, ressaltando a relevância da Comissão na garantia da transparência e a otimização dos recursos. "A cada reunião percebemos que estamos avançando na política de assistência social por todo o estado, graças à participação e à colaboração das equipes municipais que fazem os atendimentos na ponta", reforçou.

Entre os informes da comissão, destacou-se a descentralização das reuniões da CIB, que ocorrerão especialmente também nos municípios de Araguaína no mês de maio; e em Gurupi em junho. Na ocasião, também foi pactuado o Plano de Ação da Assistência Social para 2026.

O Plano de Ação é um instrumento de planejamento anual, elaborado em consonância com as diretrizes e as metas do Plano Estadual de Assistência Social (Peas) e alinhado às ações previstas no Plano Plurianual, definindo as iniciativas que serão executadas em 2026.

Ações

Entre os principais pontos deliberados destaca-se a segunda edição do programa **TCE** de Olho no Futuro, iniciativa do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)** em parceria com diversas instituições públicas. Os objetivos das orientações são apoiar e mobilizar os órgãos gestores, as equipes técnicas, as políticas intersetoriais e demais instituições quanto à importância da iniciativa que busca, entre outros pontos, garantir os direitos fundamentais da primeira infância.

A gerente de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, Katilvânia Guedes, apresentou orientações aos municípios sobre a concessão de benefícios eventuais a famílias em situação de calamidade ou emergência, destacando a importância da adequação das legislações municipais para garantir critérios mais claros e acessíveis. "A concessão de benefícios eventuais em situações de emergência e calamidade é uma das modalidades previstas, mas é essencial que os critérios adotados não dificultem o acesso das famílias. Muitas vezes, elas já enfrentam vulnerabilidades agravadas e precisam de uma resposta rápida da assistência social. Por isso, é importante que gestores, equipes técnicas e conselhos municipais estabeleçam parâmetros que assegurem o atendimento no momento adequado", destacou.

Outro ponto de pauta foi o das orientações e dos esclarecimentos aos municípios participantes do Selo Unicef edição 2026/2028 sobre o formato de entrega do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). O objetivo das orientações foi garantir que os municípios elaborem, aprovem e submetam o PMAS em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e com o Guia Metodológico do Selo Unicef, fortalecendo a gestão e o planejamento da política de assistência social.

A articuladora do Selo Unicef, Edilene Marinho, destacou que todos os municípios devem entregar o Plano Municipal de Assistência Social ao Selo Unicef até 31 de março de 2026. O documento deve contemplar, entre as atualizações, o planejamento local para o período de 2026 a 2029, além de uma seção dedicada ao diagnóstico socioassistencial, com a identificação das desproteções que afetam populações indígenas e quilombolas. "É fundamental que os municípios observem a necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Caso o plano já tenha sido aprovado, mas precise de ajustes para atender aos critérios do Selo Unicef, o documento pode ser revisado e submetido novamente ao conselho. O Unicef aceitará a versão atualizada, desde que esteja devidamente aprovada pelo conselho", ressaltou.

Participações

A reunião contou com mais de 250 participantes e debateu demandas da CIB, da Setas e do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas).

O técnico do Centro de Referência de Assistência Social de Pugmil, Elmo de Oliveira, destacou que a reunião reforça o papel estratégico da Comissão Intergestores Bipartite no alinhamento das políticas públicas entre estado e municípios. "Esse espaço é fundamental para que os municípios apresentem suas demandas e fortaleçam a execução das políticas de assistência social. A comissão assegura o diálogo direto com o Estado, contribuindo para que as ações cheguem com mais eficiência à população", afirmou.

A secretária de Assistência Social do município de Peixe, Joana Pereira da Cruz Rodrigues, acompanhou atentamente as pautas e informou que o município realizará as adequações necessárias no Plano Municipal de Assistência Social, com posterior encaminhamento ao Conselho para aprovação, conforme orientado durante a reunião.

CIB

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) constitui-se como espaço de articulação e interlocução dos gestores municipais e estaduais da Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do Suas.

Site:

<https://jalapaonoticias.com.br/noticia/45878/governo-do-tocantins-alinha-acoes-e-fortalece-politicas-de-assistencia-social-em-reuniao-da-comissao-intergestores-bipartite>

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite

Por: Redação | Tribuna do Povo

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), e os municípios tocaninenses participaram, nessa quarta-feira, 25, em **Palmas**, da 174ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB). O encontro reuniu gestores e técnicos de todo o estado para alinhar ações, pactuar estratégias e fortalecer a gestão da assistência social, com foco na integração e na melhoria dos serviços ofertados à população.

A secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, Cleizenir dos Santos, avaliou a reunião como produtiva e estratégica, ressaltando a relevância da Comissão na garantia da transparência e a otimização dos recursos. "A cada reunião percebemos que estamos avançando na política de assistência social por todo o estado, graças à participação e à colaboração das equipes municipais que fazem os atendimentos na ponta", reforçou.

Entre os informes da comissão, destacou-se a descentralização das reuniões da CIB, que ocorrerão especialmente também nos municípios de Araguaína no mês de maio; e em Gurupi em junho. Na ocasião, também foi pactuado o Plano de Ação da Assistência Social para 2026.

O Plano de Ação é um instrumento de planejamento anual, elaborado em consonância com as diretrizes e as metas do Plano Estadual de Assistência Social (Peas) e alinhado às ações previstas no Plano Plurianual, definindo as iniciativas que serão executadas em 2026.

Ações

Entre os principais pontos deliberados destaca-se a segunda edição do programa **TCE** de Olho no Futuro, iniciativa do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)** em parceria com diversas instituições públicas. Os objetivos das orientações são apoiar e mobilizar os órgãos gestores, as equipes técnicas, as políticas intersetoriais e demais instituições quanto à importância da iniciativa que busca, entre outros pontos, garantir os direitos fundamentais da primeira

infância.

A gerente de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, Katilvânia Guedes, apresentou orientações aos municípios sobre a concessão de benefícios eventuais a famílias em situação de calamidade ou emergência, destacando a importância da adequação das legislações municipais para garantir critérios mais claros e acessíveis. "A concessão de benefícios eventuais em situações de emergência e calamidade é uma das modalidades previstas, mas é essencial que os critérios adotados não dificultem o acesso das famílias. Muitas vezes, elas já enfrentam vulnerabilidades agravadas e precisam de uma resposta rápida da assistência social. Por isso, é importante que gestores, equipes técnicas e conselhos municipais estabeleçam parâmetros que assegurem o atendimento no momento adequado", destacou.

Outro ponto de pauta foi o das orientações e dos esclarecimentos aos municípios participantes do Selo Unicef edição 2026/2028 sobre o formato de entrega do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). O objetivo das orientações foi garantir que os municípios elaborem, aprovem e submetam o PMAS em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e com o Guia Metodológico do Selo Unicef, fortalecendo a gestão e o planejamento da política de assistência social.

A articuladora do Selo Unicef, Edilene Marinho, destacou que todos os municípios devem entregar o Plano Municipal de Assistência Social ao Selo Unicef até 31 de março de 2026. O documento deve contemplar, entre as atualizações, o planejamento local para o período de 2026 a 2029, além de uma seção dedicada ao diagnóstico socioassistencial, com a identificação das desproteções que afetam populações indígenas e quilombolas. "É fundamental que os municípios observem a necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Caso o plano já tenha sido aprovado, mas precise de ajustes para atender aos critérios do Selo Unicef, o documento pode ser revisado e submetido novamente ao conselho. O Unicef aceitará a versão atualizada, desde que esteja devidamente aprovada pelo conselho", ressaltou.

Participações

A reunião contou com mais de 250 participantes e debateu demandas da CIB, da Setas e do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas).

O técnico do Centro de Referência de Assistência Social de Pugmil, Elmo de Oliveira, destacou que a reunião reforça o papel estratégico da Comissão Intergestores Bipartite no alinhamento das políticas públicas entre estado e municípios. "Esse espaço é fundamental para que os municípios apresentem suas demandas e fortaleçam a execução das políticas de assistência social. A comissão assegura o diálogo direto com o Estado, contribuindo para que as ações cheguem com mais eficiência à população", afirmou.

A secretária de Assistência Social do município de Peixe, Joana Pereira da Cruz Rodrigues, acompanhou atentamente as pautas e informou que o município realizará as adequações necessárias no Plano Municipal de Assistência Social, com posterior encaminhamento ao Conselho para aprovação, conforme orientado durante a reunião.

CIB

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) constitui-se como espaço de articulação e interlocução dos gestores municipais e estaduais da Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do Suas.

Site:

<https://www.tribunadopovo.com.br/noticia/96844/governo-do-tocantins-alinha-acoes-e-fortalece-politicas-de-assistencia-social-em-reuniao-da-comissao-intergestores-bipartite>

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite (Assistência Social)

Por: Redação

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), e os municípios tocaninenses participaram, nessa quarta-feira, 25, em **Palmas**, da 174ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB). O encontro reuniu gestores e técnicos de todo o estado para alinhar ações, pactuar estratégias e fortalecer a gestão da assistência social, com foco na integração e na melhoria dos serviços ofertados à população.

A secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, Cleizenir dos Santos, avaliou a reunião como produtiva e estratégica, ressaltando a relevância da Comissão na garantia da transparência e a otimização dos recursos. "A cada reunião percebemos que estamos avançando na política de assistência social por todo o estado, graças à participação e à colaboração das equipes municipais que fazem os atendimentos na ponta", reforçou.

Entre os informes da comissão, destacou-se a descentralização das reuniões da CIB, que ocorrerão especialmente também nos municípios de Araguaína no mês de maio; e em Gurupi em junho. Na ocasião, também foi pactuado o Plano de Ação da Assistência Social para 2026.

O Plano de Ação é um instrumento de planejamento anual, elaborado em consonância com as diretrizes e as metas do Plano Estadual de Assistência Social (Peas) e alinhado às ações previstas no Plano Plurianual, definindo as iniciativas que serão executadas em 2026.

Ações

Entre os principais pontos deliberados destaca-se a segunda edição do programa **TCE** de Olho no Futuro, iniciativa do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)** em parceria com diversas instituições públicas. Os objetivos das orientações são apoiar e mobilizar os órgãos gestores, as equipes técnicas, as

políticas intersetoriais e demais instituições quanto à importância da iniciativa que busca, entre outros pontos, garantir os direitos fundamentais da primeira infância.

A gerente de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, Katilvânia Guedes, apresentou orientações aos municípios sobre a concessão de benefícios eventuais a famílias em situação de calamidade ou emergência, destacando a importância da adequação das legislações municipais para garantir critérios mais claros e acessíveis. "A concessão de benefícios eventuais em situações de emergência e calamidade é uma das modalidades previstas, mas é essencial que os critérios adotados não dificultem o acesso das famílias. Muitas vezes, elas já enfrentam vulnerabilidades agravadas e precisam de uma resposta rápida da assistência social. Por isso, é importante que gestores, equipes técnicas e conselhos municipais estabeleçam parâmetros que assegurem o atendimento no momento adequado", destacou.

Outro ponto de pauta foi o das orientações e dos esclarecimentos aos municípios participantes do Selo Unicef edição 2026/2028 sobre o formato de entrega do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). O objetivo das orientações foi garantir que os municípios elaborem, aprovem e submetam o PMAS em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e com o Guia Metodológico do Selo Unicef, fortalecendo a gestão e o planejamento da política de assistência social.

A articuladora do Selo Unicef, Edilene Marinho, destacou que todos os municípios devem entregar o Plano Municipal de Assistência Social ao Selo Unicef até 31 de março de 2026. O documento deve contemplar, entre as atualizações, o planejamento local para o período de 2026 a 2029, além de uma seção dedicada ao diagnóstico socioassistencial, com a identificação das desproteções que afetam populações indígenas e quilombolas. "É fundamental que os municípios observem a necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência

Social. Caso o plano já tenha sido aprovado, mas precise de ajustes para atender aos critérios do Selo Unicef, o documento pode ser revisado e submetido novamente ao conselho. O Unicef aceitará a versão atualizada, desde que esteja devidamente aprovada pelo conselho", ressaltou.

Participações

A reunião contou com mais de 250 participantes e debateu demandas da CIB, da Setas e do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas).

O técnico do Centro de Referência de Assistência Social de Pugmil, Elmo de Oliveira, destacou que a reunião reforça o papel estratégico da Comissão Intergestores Bipartite no alinhamento das políticas públicas entre estado e municípios. "Esse espaço é fundamental para que os municípios apresentem suas demandas e fortaleçam a execução das políticas de assistência social. A comissão assegura o diálogo direto com o Estado, contribuindo para que as ações cheguem com mais eficiência à população", afirmou.

A secretária de Assistência Social do município de Peixe, Joana Pereira da Cruz Rodrigues, acompanhou atentamente as pautas e informou que o município realizará as adequações necessárias no Plano Municipal de Assistência Social, com posterior encaminhamento ao Conselho para aprovação, conforme orientado durante a reunião.

CIB

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) constitui-se como espaço de articulação e interlocução dos gestores municipais e estaduais da Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do Suas.

Site: <https://cntocantins.com.br/noticia/40034/governo-do-tocantins-alinha-aco-es-e-fortalece-politicas-de-assistencia-social-em-reuniao-da-comissao-intergestores-bipartite>

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite

Por: Redação

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), e os municípios tocaninenses participaram, nessa quarta-feira, 25, em **Palmas**, da 174ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB). O encontro reuniu gestores e técnicos de todo o estado para alinhar ações, pactuar estratégias e fortalecer a gestão da assistência social, com foco na integração e na melhoria dos serviços ofertados à população.

A secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, Cleizenir dos Santos, avaliou a reunião como produtiva e estratégica, ressaltando a relevância da Comissão na garantia da transparência e a otimização dos recursos. "A cada reunião percebemos que estamos avançando na política de assistência social por todo o estado, graças à participação e à colaboração das equipes municipais que fazem os atendimentos na ponta", reforçou.

Entre os informes da comissão, destacou-se a descentralização das reuniões da CIB, que ocorrerão especialmente também nos municípios de Araguaína no mês de maio; e em Gurupi em junho. Na ocasião, também foi pactuado o Plano de Ação da Assistência Social para 2026.

O Plano de Ação é um instrumento de planejamento anual, elaborado em consonância com as diretrizes e as metas do Plano Estadual de Assistência Social (Peas) e alinhado às ações previstas no Plano Plurianual, definindo as iniciativas que serão executadas em 2026.

Ações

Entre os principais pontos deliberados destaca-se a segunda edição do programa **TCE** de Olho no Futuro, iniciativa do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)** em parceria com diversas instituições públicas. Os objetivos das orientações são apoiar e mobilizar os órgãos gestores, as equipes técnicas, as políticas intersetoriais e demais instituições quanto à importância da iniciativa que busca, entre outros pontos, garantir os direitos fundamentais da primeira

infância.

A gerente de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, Katilvânia Guedes, apresentou orientações aos municípios sobre a concessão de benefícios eventuais a famílias em situação de calamidade ou emergência, destacando a importância da adequação das legislações municipais para garantir critérios mais claros e acessíveis. "A concessão de benefícios eventuais em situações de emergência e calamidade é uma das modalidades previstas, mas é essencial que os critérios adotados não dificultem o acesso das famílias. Muitas vezes, elas já enfrentam vulnerabilidades agravadas e precisam de uma resposta rápida da assistência social. Por isso, é importante que gestores, equipes técnicas e conselhos municipais estabeleçam parâmetros que assegurem o atendimento no momento adequado", destacou.

Outro ponto de pauta foi o das orientações e dos esclarecimentos aos municípios participantes do Selo Unicef edição 2026/2028 sobre o formato de entrega do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). O objetivo das orientações foi garantir que os municípios elaborem, aprovem e submetam o PMAS em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e com o Guia Metodológico do Selo Unicef, fortalecendo a gestão e o planejamento da política de assistência social.

A articuladora do Selo Unicef, Edilene Marinho, destacou que todos os municípios devem entregar o Plano Municipal de Assistência Social ao Selo Unicef até 31 de março de 2026. O documento deve contemplar, entre as atualizações, o planejamento local para o período de 2026 a 2029, além de uma seção dedicada ao diagnóstico socioassistencial, com a identificação das desproteções que afetam populações indígenas e quilombolas. "É fundamental que os municípios observem a necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Caso o plano já tenha sido aprovado, mas precise de ajustes para atender aos critérios do Selo Unicef, o documento pode ser revisado e submetido novamente ao conselho. O Unicef aceitará a versão atualizada, desde que esteja devidamente aprovada pelo conselho", ressaltou.

Participações

A reunião contou com mais de 250 participantes e debateu demandas da CIB, da Setas e do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas).

O técnico do Centro de Referência de Assistência Social de Pugmil, Elmo de Oliveira, destacou que a reunião reforça o papel estratégico da Comissão Intergestores Bipartite no alinhamento das políticas públicas entre estado e municípios. "Esse espaço é fundamental para que os municípios apresentem suas demandas e fortaleçam a execução das políticas de assistência social. A comissão assegura o diálogo direto com o Estado, contribuindo para que as ações cheguem com mais eficiência à população", afirmou.

A secretária de Assistência Social do município de Peixe, Joana Pereira da Cruz Rodrigues, acompanhou atentamente as pautas e informou que o município realizará as adequações necessárias no Plano Municipal de Assistência Social, com posterior encaminhamento ao Conselho para aprovação, conforme orientado durante a reunião.

CIB

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) constitui-se como espaço de articulação e interlocução dos gestores municipais e estaduais da Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do Suas.

Site:

<https://agenciaenfoque.com.br/noticia/12619/governo-do-tocantins-alinha-acoes-e-fortalece-politicas-de-assistencia-social-em-reuniao-da-comissao-intergestores-bipartite>

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), e os municípios tocaninenses participaram, nessa quarta-feira, 25, em **Palmas**, da 174ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB). O encontro reuniu gestores e técnicos de todo o estado para alinhar ações, pactuar estratégias e fortalecer a gestão da assistência social, com foco na integração e na melhoria dos serviços ofertados à população.

A secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, Cleizenir dos Santos, avaliou a reunião como produtiva e estratégica, ressaltando a relevância da Comissão na garantia da transparência e a otimização dos recursos. "A cada reunião percebemos que estamos avançando na política de assistência social por todo o estado, graças à participação e à colaboração das equipes municipais que fazem os atendimentos na ponta", reforçou.

Entre os informes da comissão, destacou-se a descentralização das reuniões da CIB, que ocorrerão especialmente também nos municípios de Araguaína no mês de maio; e em Gurupi em junho. Na ocasião, também foi pactuado o Plano de Ação da Assistência Social para 2026.

O Plano de Ação é um instrumento de planejamento anual, elaborado em consonância com as diretrizes e as metas do Plano Estadual de Assistência Social (Peas) e alinhado às ações previstas no Plano Plurianual, definindo as iniciativas que serão executadas em 2026.

Ações

Entre os principais pontos deliberados destaca-se a segunda edição do programa **TCE** de Olho no Futuro, iniciativa do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)** em parceria com diversas instituições públicas. Os objetivos das orientações são apoiar e mobilizar os órgãos gestores, as equipes técnicas, as políticas intersetoriais e demais instituições quanto à importância da iniciativa que busca, entre outros pontos, garantir os direitos fundamentais da primeira infância.

A gerente de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, Katilvânia Guedes, apresentou orientações aos municípios sobre a concessão de benefícios eventuais a famílias em situação de calamidade ou emergência, destacando a importância da adequação das legislações municipais para garantir critérios mais claros e acessíveis. "A concessão de benefícios eventuais em situações de emergência e calamidade é uma das modalidades previstas, mas é essencial que os critérios adotados não dificultem o acesso das famílias. Muitas vezes, elas já enfrentam vulnerabilidades agravadas e precisam de uma resposta rápida da assistência social. Por isso, é importante que gestores, equipes técnicas e conselhos municipais estabeleçam parâmetros que assegurem o atendimento no momento adequado", destacou.

Outro ponto de pauta foi o das orientações e dos esclarecimentos aos municípios participantes do Selo Unicef edição 2026/2028 sobre o formato de entrega do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). O objetivo das orientações foi garantir que os municípios elaborem, aprovem e submetam o PMAS em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e com o Guia Metodológico do Selo Unicef, fortalecendo a gestão e o planejamento da política de assistência social.

A articuladora do Selo Unicef, Edilene Marinho, destacou que todos os municípios devem entregar o Plano Municipal de Assistência Social ao Selo Unicef até 31 de março de 2026. O documento deve contemplar, entre as atualizações, o planejamento local para o período de 2026 a 2029, além de uma seção dedicada ao diagnóstico socioassistencial, com a identificação das desproteções que afetam populações indígenas e quilombolas. "É fundamental que os municípios observem a necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Caso o plano já tenha sido aprovado, mas precise de ajustes para atender aos critérios do Selo Unicef, o documento pode ser revisado e submetido novamente ao conselho. O Unicef aceitará a versão atualizada, desde que esteja devidamente aprovada pelo conselho", ressaltou.

Participações

A reunião contou com mais de 250 participantes e debateu demandas da CIB, da Setas e do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas).

O técnico do Centro de Referência de Assistência Social de Pugmil, Elmo de Oliveira, destacou que a reunião reforça o papel estratégico da Comissão Intergestores Bipartite no alinhamento das políticas públicas entre estado e municípios. "Esse espaço é fundamental para que os municípios apresentem suas demandas e fortaleçam a execução das políticas de assistência social. A comissão assegura o diálogo direto com o Estado, contribuindo para que as ações cheguem com mais eficiência à população", afirmou.

A secretária de Assistência Social do município de Peixe, Joana Pereira da Cruz Rodrigues, acompanhou atentamente as pautas e informou que o município realizará as adequações necessárias no Plano Municipal de Assistência Social, com posterior encaminhamento ao Conselho para aprovação, conforme orientado durante a reunião.

CIB

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) constitui-se como espaço de articulação e interlocução dos gestores municipais e estaduais da Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do Suas.

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/106287/governo-do-tocantins-alinha-acoes-e-fortalece-politicas-de-assistencia-social-em-reuniao-da-comissao-intergestores-bipartite>

Associação das Câmaras Municipais do Tocantins reúne cerca de mil vereadores para debater gestão pública nesta semana

Gabes Guizilin

Nesta quinta-feira, 26, e sexta-feira, 27, a Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** (Asscam-TO) vai realizar o encontro dos vereadores, vereadoras e servidores das Câmaras Municipais do Estado do **Tocantins**, evento que tem o objetivo de proporcionar aos parlamentares e servidores ouvir e trocar experiência sobre os temas: A comunicação como uma ferramenta estratégica de mandato; o que os parlamentares municipais necessitam para exercer um mandato de excelência; planejamento, orçamento e finanças públicas no Parlamento Municipal; e a importância da sustentabilidade e o desenvolvimento das cidades.

No total, das 110 câmaras filiadas, cerca de mil vereadores confirmaram presença. Durante o evento, a Asscam-TO vai homenagear profissionais da imprensa de vários veículos de comunicação e os profissionais que atuam nos órgãos de controle externo como **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**.

De acordo com o presidente da Associação, o vereador de Araguatins, Miguel Cajueiro (MDB), disse que o evento já superou todas as expectativas, em relação ao ano passado. "Já tínhamos mais de 1.100 inscritos, mais de 90% destes são vereadores que entenderam que o momento é de se qualificar, se "antennar", para não ficar de fora", disse Cajueiro.

De acordo com a organização, o evento tem a presença confirmada de deputados federais, estaduais e senadores (do **Tocantins**), governador e prefeitos.

Programação

Nesta quinta-feira, 26, a solenidade de abertura será às 9h, com pronunciamento das autoridades. O evento será das 8h às 18h. Já na sexta-feira, 27, o evento encerra às 12 horas.

Palestra: O Fortalecimento do Poder Legislativo Municipal no Brasil.

Horário: 14h

Palestrante: Prof. Elioanai Biela - Mestre em Direito Constitucional Especialista em Leis de Regimento Interno.

Palestrante: Kátia Chaves - Secretária Estadual da Governadoria

Horário: 14h

Palestra: Contribuições Patronais

Horário: (a confirmar)

Palestrante: Prof. Ramon Gomes - Especialista em Estratégia Política e Organização de Conteúdo em Formato Iceberg

Palestra: A Força do Chão: Como Transformar a Maior Base Política do Brasil no Maior Legado do **Tocantins**.

Horário: 17h10

Palestrante: Vinícius Cauê Del Moura - Advogado especialista em Direito Público e Consultoria Legislativa, com atuação em Câmaras Municipais do TO.

Palestra: Desvendando as Emendas Impositivas Municipais.

Horário: 9 h

Palestrante: Prof. João Paulo - Doutorando em Gestão Públicas/UFT. Mestre em Direito e Políticas/UFG. Especialista em Estado de Direito e Combate a corrupção/ ESMAT.

Palestra: Fortalecimento do Controle Legislativo

Horário: 9h30

Palestrante: Prof. Alessandro Callil - Mestre em Direito e Especialista em Economia do Setor Público.

Palestra: Potencializando o seu apoio nas Eleições 2026

Horário: 10h30

Palestrante: Marcelo Silva - Consultor Político - Consultor de marketing político, advogado, documentarista e sócio da Agência Public.

Palestra: Igual o Cartaz

Horário: 11h

Palestrante: **André Matos** - Conselheiro do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins/TCE-TO** é Especialista em Direito Administrativo

Palestra: FISCALIZA VEREADOR - Eleitor Presente o ano todo!

Horário: 11h30

Palestrante: Guilherme Lucas - Publicitário e Designer Político de Sistema WEB

A programação está sujeita a alterações.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/associacao-das-camaras-municipais-do-tocantins-reune-cerca-de-mil-vereadores-para-debater-gestao-publica-nesta-semana-584665/>

Governo e municípios discutem políticas de assistência social durante a Comissão Intergestores Bipartite

Redação

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), e os municípios tocaninenses participaram da 174ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), nesta quarta-feira, 25, no auditório da Escola Estadual Professora Elizângela Glória Cardoso, em **Palmas**. A CIB reuniu gestores municipais, técnicos e todos os envolvidos na política de assistência social de todo o estado para pactuações, alinhamentos técnicos e informes estratégicos voltados ao fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas), de forma integrada, democrática e adequada às realidades tocaninenses.

A secretária estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social, Cleizenir dos Santos, avaliou a reunião como produtiva e estratégica, ressaltando a relevância da Comissão na garantia da transparência e otimização dos recursos. "A cada reunião percebemos que estamos avançando na política de assistência social por todo o Estado, graças à participação e colaboração das equipes municipais que fazem os atendimentos na ponta", reforçou.

Entre os informes da comissão, destacou-se a descentralização das reuniões da CIB, que ocorrerão especialmente também nos municípios de Araguaína no mês de maio, e em Gurupi em junho. Na ocasião, também foi pactuado o Plano de Ação da Assistência Social para 2026.

O Plano de Ação é um planejamento anual, em consonância com as diretrizes e metas do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) e alinhado às ações previstas no Plano Plurianual, trazendo as ações que serão executadas no exercício de 2026.

Entre os principais pontos deliberados destaca-se a segunda edição do Programa **TCE** de Olho no Futuro, iniciativa do **Tribunal de Contas do Tocantins** em parceria com diversas instituições públicas. O objetivo das orientações é apoiar e mobilizar os órgãos gestores, equipes técnicas, as políticas intersetoriais e os demais órgãos sobre a importância da iniciativa que, entre outros objetivos busca garantir os direitos

fundamentais da primeira infância.

A gerente de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, Katilvânia Guedes, também apresentou orientações aos municípios sobre a concessão de Benefícios Eventuais às famílias em situação de calamidade ou emergência. Segundo ela, é fundamental que os municípios adequem suas legislações para garantir critérios mais claros e acessíveis: "A provisão dos Benefícios Eventuais em situação de emergência e calamidade é uma das modalidades de concessão, mas é essencial que os critérios adotados não dificultem o acesso das famílias. Muitas vezes, elas já se encontram em situação de vulnerabilidade agravada e precisam de uma resposta rápida da assistência social. Por isso, é importante que gestores, equipes técnicas e conselhos municipais estabeleçam parâmetros que garantam o atendimento no momento certo", destacou.

Outro ponto de pauta foi as orientações e esclarecimentos aos municípios participantes do Selo UNICEF edição 2026/2028 sobre o formato de entrega do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). O objetivo das orientações foi garantir que os municípios elaborem, aprovem e submetam o PMAS em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com o Guia Metodológico do Selo UNICEF, fortalecendo a gestão e o planejamento da política de assistência social.

A articuladora do Selo UNICEF, Edilene Marinho, disse que todos os municípios devem entregar o PMAS ao selo Unicef até a data de 31 de março de 2026, contemplando entre as alterações o planejamento local para 2026/2029, e uma sessão dedicada ao diagnóstico socioassistencial, identificando e informando sobre as desproteções à população indígena e quilombola: "É importante os municípios ficarem atentos à necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Se o município já tiver o PMAS aprovado pelo conselho, mas perceber que precisa acrescentar informações para atender aos critérios do Selo Unicef, ele pode ajustar o plano e enviá-lo novamente ao CMAS para nova aprovação. O UNICEF aceitará o documento ajustado, desde que

tenha sido aprovado pelo CMAS".

A reunião contou com mais de 250 participantes e debateu demandas da CIB, Setas e do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas).

O técnico do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de Pugmil, Elmo de Oliveira, disse que a reunião reforça o papel estratégico da CIB no alinhamento das políticas públicas entre estado e municípios. "Esse espaço é fundamental para que os municípios possam discutir suas demandas e fortalecer a execução das políticas de assistência social. A CIB garante esse diálogo direto com o Estado, contribuindo para que as ações cheguem com mais eficiência à população", afirmou.

A secretária de Assistência Social do município de Peixe, Joana Pereira da Cruz Rodrigues, estava atenta às pautas e disse que seu município terá que fazer as adaptações necessárias ao PMAS, e encaminhá-lo para aprovação do Conselho, conforme foi solicitado.

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) constitui-se como espaço de articulação e interlocução dos gestores municipais e estaduais da Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do SUAS. (Secom/TO)

Site: <http://conexaoto.com.br/2026/03/25/governo-e-municipios-discutem-politicas-de-assistencia-social-durante-a-comissao-intergestores-bipartite>

Governo do Tocantins e municípios discutem políticas de assistência social durante a Comissão Intergestores Bipartite

Cláudio Duarte/Governo do Tocantins | Foto: Marília Oliveira/Governo do Tocantins

- Publicidade -

- Publicidade -

Realizada em **Palmas**, comissão visa pactuar, negociar e organizar a gestão de políticas de assistência social unindo estado e municípios

Realizada em **Palmas**, comissão visa pactuar, negociar e organizar a gestão de políticas de assistência social unindo estado e municípios

Realizada em **Palmas**, comissão visa pactuar, negociar e organizar a gestão de políticas de assistência social unindo estado e municípios

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), e os municípios tocaninenses participaram da 174ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), nesta quarta-feira, 25, no auditório da Escola Estadual Professora Elizângela Glória Cardoso, em **Palmas**. A CIB reuniu gestores municipais, técnicos e todos os envolvidos na política de assistência social de todo o estado para pactuações, alinhamentos técnicos e informes estratégicos voltados ao fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas), de forma integrada, democrática e adequada às realidades tocaninenses.

A secretária estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social, Cleizenir dos Santos, avaliou a reunião como produtiva e estratégica, ressaltando a relevância da Comissão na garantia da transparência e otimização dos recursos. "A cada reunião percebemos que estamos avançando na política de assistência social por todo o Estado, graças à participação e colaboração das equipes municipais que fazem os atendimentos na ponta", reforçou.

"A cada reunião percebemos que estamos avançando na política de assistência social por todo o Estado, graças à participação e colaboração das equipes municipais que fazem os atendimentos na ponta",

Entre os informes da comissão, destacou-se a descentralização das reuniões da CIB, que ocorrerão especialmente também nos municípios de Araguaína no mês de maio, e em Gurupi em junho. Na ocasião, também foi pactuado o Plano de Ação da Assistência Social para 2026.

O Plano de Ação é um planejamento anual, em consonância com as diretrizes e metas do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) e alinhado às ações previstas no Plano Plurianual, trazendo as ações que serão executadas no exercício de 2026.

Pautas

Pautas

Pautas

Entre os principais pontos deliberados destaca-se a segunda edição do Programa **TCE** de Olho no Futuro, iniciativa do **Tribunal de Contas do Tocantins** em parceria com diversas instituições públicas. O objetivo das orientações é apoiar e mobilizar os órgãos gestores, equipes técnicas, as políticas intersetoriais e os demais órgãos sobre a importância da iniciativa que, entre outros objetivos busca garantir os direitos fundamentais da primeira infância.

A gerente de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, Katilvânia Guedes, também apresentou orientações aos municípios sobre a concessão de Benefícios Eventuais às famílias em situação de calamidade ou emergência. Segundo ela, é fundamental que os municípios adequem suas legislações para garantir critérios mais claros e acessíveis: "A provisão dos Benefícios Eventuais em situação de emergência e calamidade é uma das modalidades de concessão, mas é essencial que os critérios adotados não dificultem o acesso das famílias. Muitas vezes, elas já se encontram em situação de vulnerabilidade agravada e precisam de uma resposta rápida da assistência social. Por isso, é importante que gestores, equipes técnicas e conselhos municipais estabeleçam parâmetros que garantam o atendimento no momento certo", destacou.

"A provisão dos Benefícios Eventuais em situação de emergência e calamidade é uma das modalidades de concessão, mas é essencial que os critérios adotados não dificultem o acesso das famílias. Muitas vezes, elas já se encontram em situação de vulnerabilidade agravada e precisam de uma resposta rápida da assistência social. Por isso, é importante que gestores, equipes técnicas e conselhos municipais estabeleçam parâmetros que garantam o atendimento no momento certo",

Outro ponto de pauta foi as orientações e esclarecimentos aos municípios participantes do Selo UNICEF edição 2026/2028 sobre o formato de entrega do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). O objetivo das orientações foi garantir que os municípios elaborem, aprovem e submetam o PMAS em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com o Guia Metodológico do Selo UNICEF, fortalecendo a gestão e o planejamento da política de assistência social.

A articuladora do Selo UNICEF, Edilene Marinho, disse que todos os municípios devem entregar o PMAS ao selo Unicef até a data de 31 de março de 2026, contemplando entre as alterações o planejamento local para 2026/2029, e uma sessão dedicada ao diagnóstico socioassistencial, identificando e informando sobre as desproteções à população indígena e quilombola: "É importante os municípios ficarem atentos à necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Se o município já tiver o PMAS aprovado pelo conselho, mas perceber que precisa acrescentar informações para atender aos critérios do Selo Unicef, ele pode ajustar o plano e enviá-lo novamente ao CMAS para nova aprovação. O UNICEF aceitará o documento ajustado, desde que tenha sido aprovado pelo CMAS".

"É importante os municípios ficarem atentos à necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Se o município já tiver o PMAS aprovado pelo conselho, mas perceber que precisa acrescentar informações para atender aos critérios do Selo Unicef, ele pode ajustar o plano e enviá-lo novamente ao CMAS para nova aprovação. O UNICEF aceitará o documento ajustado, desde que tenha sido aprovado pelo CMAS".

Participações

Participações

Participações

A reunião contou com mais de 250 participantes e

debateu demandas da CIB, Setas e do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas).

O técnico do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de Pugmil, Elmo de Oliveira, disse que a reunião reforça o papel estratégico da CIB no alinhamento das políticas públicas entre estado e municípios. "Esse espaço é fundamental para que os municípios possam discutir suas demandas e fortalecer a execução das políticas de assistência social. A CIB garante esse diálogo direto com o Estado, contribuindo para que as ações cheguem com mais eficiência à população", afirmou.

"Esse espaço é fundamental para que os municípios possam discutir suas demandas e fortalecer a execução das políticas de assistência social. A CIB garante esse diálogo direto com o Estado, contribuindo para que as ações cheguem com mais eficiência à população",

A secretária de Assistência Social do município de Peixe, Joana Pereira da Cruz Rodrigues, estava atenta às pautas e disse que seu município terá que fazer as adaptações necessárias ao PMAS, e encaminhá-lo para aprovação do Conselho, conforme foi solicitado.

CIB

CIB

CIB

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) constitui-se como espaço de articulação e interlocução dos gestores municipais e estaduais da Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do SUAS.

- Publicidade -

- Publicidade -

Tags: Assistência Social Comissão Intergestores Bipartite Governo do **Tocantins** Municípios suas

Assistência Social

Comissão Intergestores Bipartite

Governo do **Tocantins**

Municípios

suas

Site: <https://portaldoamaral.com.br/governo-do-tocantins-e-municipios-discutem-politicas-de-assistencia-social-durante-a-comissao-intergestores-bipartite/>

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite

por Cláudio Duarte/Governo do Tocantins

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), e os municípios tocaninenses participaram, nessa quarta-feira, 25, em **Palmas**, da 174ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB). O encontro reuniu gestores e técnicos de todo o estado para alinhar ações, pactuar estratégias e fortalecer a gestão da assistência social, com foco na integração e na melhoria dos serviços ofertados à população.

A secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, Cleizenir dos Santos, avaliou a reunião como produtiva e estratégica, ressaltando a relevância da Comissão na garantia da transparência e a otimização dos recursos. "A cada reunião percebemos que estamos avançando na política de assistência social por todo o estado, graças à participação e à colaboração das equipes municipais que fazem os atendimentos na ponta", reforçou.

Entre os informes da comissão, destacou-se a descentralização das reuniões da CIB, que ocorrerão especialmente também nos municípios de Araguaína no mês de maio; e em Gurupi em junho. Na ocasião, também foi pactuado o Plano de Ação da Assistência Social para 2026.

O Plano de Ação é um instrumento de planejamento anual, elaborado em consonância com as diretrizes e as metas do Plano Estadual de Assistência Social (Peas) e alinhado às ações previstas no Plano Plurianual, definindo as iniciativas que serão executadas em 2026.

Ações

Entre os principais pontos deliberados destaca-se a segunda edição do programa **TCE** de Olho no Futuro, iniciativa do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)** em parceria com diversas instituições públicas. Os objetivos das orientações são apoiar e mobilizar os órgãos gestores, as equipes técnicas, as políticas intersetoriais e demais instituições quanto à importância da iniciativa que busca, entre outros pontos, garantir os direitos fundamentais da primeira

infância.

A gerente de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, Katilvânia Guedes, apresentou orientações aos municípios sobre a concessão de benefícios eventuais a famílias em situação de calamidade ou emergência, destacando a importância da adequação das legislações municipais para garantir critérios mais claros e acessíveis. "A concessão de benefícios eventuais em situações de emergência e calamidade é uma das modalidades previstas, mas é essencial que os critérios adotados não dificultem o acesso das famílias. Muitas vezes, elas já enfrentam vulnerabilidades agravadas e precisam de uma resposta rápida da assistência social. Por isso, é importante que gestores, equipes técnicas e conselhos municipais estabeleçam parâmetros que assegurem o atendimento no momento adequado", destacou.

Outro ponto de pauta foi o das orientações e dos esclarecimentos aos municípios participantes do Selo Unicef edição 2026/2028 sobre o formato de entrega do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). O objetivo das orientações foi garantir que os municípios elaborem, aprovem e submetam o PMAS em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e com o Guia Metodológico do Selo Unicef, fortalecendo a gestão e o planejamento da política de assistência social.

A articuladora do Selo Unicef, Edilene Marinho, destacou que todos os municípios devem entregar o Plano Municipal de Assistência Social ao Selo Unicef até 31 de março de 2026. O documento deve contemplar, entre as atualizações, o planejamento local para o período de 2026 a 2029, além de uma seção dedicada ao diagnóstico socioassistencial, com a identificação das desproteções que afetam populações indígenas e quilombolas. "É fundamental que os municípios observem a necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Caso o plano já tenha sido aprovado, mas precise de ajustes para atender aos critérios do Selo Unicef, o documento pode ser revisado e submetido novamente ao conselho. O Unicef aceitará a versão atualizada, desde que esteja devidamente aprovada pelo conselho", ressaltou.

Participações

A reunião contou com mais de 250 participantes e debateu demandas da CIB, da Setas e do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas).

O técnico do Centro de Referência de Assistência Social de Pugmil, Elmo de Oliveira, destacou que a reunião reforça o papel estratégico da Comissão Intergestores Bipartite no alinhamento das políticas públicas entre estado e municípios. "Esse espaço é fundamental para que os municípios apresentem suas demandas e fortaleçam a execução das políticas de assistência social. A comissão assegura o diálogo direto com o Estado, contribuindo para que as ações cheguem com mais eficiência à população", afirmou.

A secretária de Assistência Social do município de Peixe, Joana Pereira da Cruz Rodrigues, acompanhou atentamente as pautas e informou que o município realizará as adequações necessárias no Plano Municipal de Assistência Social, com posterior encaminhamento ao Conselho para aprovação, conforme orientado durante a reunião.

CIB

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) constitui-se como espaço de articulação e interlocução dos gestores municipais e estaduais da Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do Suas.

Site: <http://www.to.gov.br/noticias/governo-do-tocantins-alinha-acoes-e-fortalece-politicas-de-assistencia-social-em-reuniao-da-comissao-intergestores-bipartite/2rcfgc26c8x8>

Governo do Tocantins e municípios discutem políticas de assistência social durante a Comissão Intergestores Bipartite (Governo do Tocantins)

Redação

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), e os municípios tocaninenses participaram da 174ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), nesta quarta-feira, 25, no auditório da Escola Estadual Professora Elizângela Glória Cardoso, em **Palmas**. A CIB reuniu gestores municipais, técnicos e todos os envolvidos na política de assistência social de todo o estado para pactuações, alinhamentos técnicos e informes estratégicos voltados ao fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas), de forma integrada, democrática e adequada às realidades tocaninenses.

A secretária estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social, Cleizenir dos Santos, avaliou a reunião como produtiva e estratégica, ressaltando a relevância da Comissão na garantia da transparência e otimização dos recursos. "A cada reunião percebemos que estamos avançando na política de assistência social por todo o Estado, graças à participação e colaboração das equipes municipais que fazem os atendimentos na ponta", reforçou.

Entre os informes da comissão, destacou-se a descentralização das reuniões da CIB, que ocorrerão especialmente também nos municípios de Araguaína no mês de maio, e em Gurupi em junho. Na ocasião, também foi pactuado o Plano de Ação da Assistência Social para 2026.

O Plano de Ação é um planejamento anual, em consonância com as diretrizes e metas do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) e alinhado às ações previstas no Plano Plurianual, trazendo as ações que serão executadas no exercício de 2026.

Pautas

Entre os principais pontos deliberados destaca-se a segunda edição do Programa **TCE** de Olho no Futuro, iniciativa do **Tribunal de Contas** do **Tocantins** em

parceria com diversas instituições públicas. O objetivo das orientações é apoiar e mobilizar os órgãos gestores, equipes técnicas, as políticas intersetoriais e os demais órgãos sobre a importância da iniciativa que, entre outros objetivos busca garantir os direitos fundamentais da primeira infância.

A gerente de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, Katilvânia Guedes, também apresentou orientações aos municípios sobre a concessão de Benefícios Eventuais às famílias em situação de calamidade ou emergência. Segundo ela, é fundamental que os municípios adequem suas legislações para garantir critérios mais claros e acessíveis: "A provisão dos Benefícios Eventuais em situação de emergência e calamidade é uma das modalidades de concessão, mas é essencial que os critérios adotados não dificultem o acesso das famílias. Muitas vezes, elas já se encontram em situação de vulnerabilidade agravada e precisam de uma resposta rápida da assistência social. Por isso, é importante que gestores, equipes técnicas e conselhos municipais estabeleçam parâmetros que garantam o atendimento no momento certo", destacou.

Outro ponto de pauta foi as orientações e esclarecimentos aos municípios participantes do Selo UNICEF edição 2026/2028 sobre o formato de entrega do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). O objetivo das orientações foi garantir que os municípios elaborem, aprovelem e submetam o PMAS em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com o Guia Metodológico do Selo UNICEF, fortalecendo a gestão e o planejamento da política de assistência social.

A articuladora do Selo UNICEF, Edilene Marinho, disse que todos os municípios devem entregar o PMAS ao selo Unicef até a data de 31 de março de 2026, contemplando entre as alterações o planejamento local para 2026/2029, e uma sessão dedicada ao diagnóstico socioassistencial, identificando e informando sobre as desproteções à população indígena e quilombola: "É importante os

municípios ficarem atentos à necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Se o município já tiver o PMAS aprovado pelo conselho, mas perceber que precisa acrescentar informações para atender aos critérios do Selo Unicef, ele pode ajustar o plano e enviá-lo novamente ao CMAS para nova aprovação. O UNICEF aceitará o documento ajustado, desde que tenha sido aprovado pelo CMAS".

Participações

A reunião contou com mais de 250 participantes e debateu demandas da CIB, Setas e do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas).

O técnico do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de Pugmil, Elmo de Oliveira, disse que a reunião reforça o papel estratégico da CIB no alinhamento das políticas públicas entre estado e municípios. "Esse espaço é fundamental para que os municípios possam discutir suas demandas e fortalecer a execução das políticas de assistência social. A CIB garante esse diálogo direto com o Estado, contribuindo para que as ações cheguem com mais eficiência à população", afirmou.

A secretária de Assistência Social do município de Peixe, Joana Pereira da Cruz Rodrigues, estava atenta às pautas e disse que seu município terá que fazer as adaptações necessárias ao PMAS, e encaminhá-lo para aprovação do Conselho, conforme foi solicitado.

CIB

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) constitui-se como espaço de articulação e interlocução dos gestores municipais e estaduais da Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do SUAS.

Site: <https://gazetadegurupi.com.br/cidades/governo-do-tocantins-e-municipios-discutem-politicas-de-assistencia-social-durante-a-comissao-intergestores-bipartite/>

Governo do Tocantins e municípios discutem políticas de assistência social durante a Comissão Intergestores Bipartite

Autor(a): Cláudio Duarte

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), e os municípios tocaninenses participaram, nessa quarta-feira, 25, em **Palmas**, da 174ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB). O encontro reuniu gestores e técnicos de todo o estado para alinhar ações, pactuar estratégias e fortalecer a gestão da assistência social, com foco na integração e na melhoria dos serviços ofertados à população.

A secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, Cleizenir dos Santos, avaliou a reunião como produtiva e estratégica, ressaltando a relevância da Comissão na garantia da transparência e a otimização dos recursos. "A cada reunião percebemos que estamos avançando na política de assistência social por todo o estado, graças à participação e à colaboração das equipes municipais que fazem os atendimentos na ponta", reforçou.

Entre os informes da comissão, destacou-se a descentralização das reuniões da CIB, que ocorrerão especialmente também nos municípios de Araguaína no mês de maio; e em Gurupi em junho. Na ocasião, também foi pactuado o Plano de Ação da Assistência Social para 2026.

O Plano de Ação é um instrumento de planejamento anual, elaborado em consonância com as diretrizes e as metas do Plano Estadual de Assistência Social (Peas) e alinhado às ações previstas no Plano Plurianual, definindo as iniciativas que serão executadas em 2026.

Ações

Entre os principais pontos deliberados destaca-se a segunda edição do programa **TCE** de Olho no Futuro, iniciativa do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)** em parceria com diversas instituições públicas. Os objetivos das orientações são apoiar e mobilizar os órgãos gestores, as equipes técnicas, as políticas intersetoriais e demais instituições quanto à importância da iniciativa que busca, entre outros pontos, garantir os direitos fundamentais da primeira

infância.

A gerente de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, Katilvânia Guedes, apresentou orientações aos municípios sobre a concessão de benefícios eventuais a famílias em situação de calamidade ou emergência, destacando a importância da adequação das legislações municipais para garantir critérios mais claros e acessíveis. "A concessão de benefícios eventuais em situações de emergência e calamidade é uma das modalidades previstas, mas é essencial que os critérios adotados não dificultem o acesso das famílias. Muitas vezes, elas já enfrentam vulnerabilidades agravadas e precisam de uma resposta rápida da assistência social. Por isso, é importante que gestores, equipes técnicas e conselhos municipais estabeleçam parâmetros que assegurem o atendimento no momento adequado", destacou.

Outro ponto de pauta foi o das orientações e dos esclarecimentos aos municípios participantes do Selo Unicef edição 2026/2028 sobre o formato de entrega do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). O objetivo das orientações foi garantir que os municípios elaborem, aprovem e submetam o PMAS em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e com o Guia Metodológico do Selo Unicef, fortalecendo a gestão e o planejamento da política de assistência social.

A articuladora do Selo Unicef, Edilene Marinho, destacou que todos os municípios devem entregar o Plano Municipal de Assistência Social ao Selo Unicef até 31 de março de 2026. O documento deve contemplar, entre as atualizações, o planejamento local para o período de 2026 a 2029, além de uma seção dedicada ao diagnóstico socioassistencial, com a identificação das desproteções que afetam populações indígenas e quilombolas. "É fundamental que os municípios observem a necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Caso o plano já tenha sido aprovado, mas precise de ajustes para atender aos critérios do Selo Unicef, o documento pode ser revisado e submetido novamente ao conselho. O Unicef aceitará a versão atualizada, desde que esteja devidamente aprovada pelo conselho", ressaltou.

Participações

A reunião contou com mais de 250 participantes e debateu demandas da CIB, da Setas e do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas).

O técnico do Centro de Referência de Assistência Social de Pugmil, Elmo de Oliveira, destacou que a reunião reforça o papel estratégico da Comissão Intergestores Bipartite no alinhamento das políticas públicas entre estado e municípios. "Esse espaço é fundamental para que os municípios apresentem suas demandas e fortaleçam a execução das políticas de assistência social. A comissão assegura o diálogo direto com o Estado, contribuindo para que as ações cheguem com mais eficiência à população", afirmou.

A secretária de Assistência Social do município de Peixe, Joana Pereira da Cruz Rodrigues, acompanhou atentamente as pautas e informou que o município realizará as adequações necessárias no Plano Municipal de Assistência Social, com posterior encaminhamento ao Conselho para aprovação, conforme orientado durante a reunião.

CIB

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) constitui-se como espaço de articulação e interlocução dos gestores municipais e estaduais da Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do Suas.

Site: <https://agora-to.com.br/governo-do-tocantins-e-municipios-discutem-politicas-de-assistencia-social-durante-a-comissao-intergestores-bipartite/>

Governo do Tocantins alinha ações e fortalece políticas de assistência social em reunião da Comissão Intergestores Bipartite (Tocantins)

Carlla Morena

O Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), e os municípios tocaninenses participaram, nessa quarta-feira, 25, em **Palmas**, da 174ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB). O encontro reuniu gestores e técnicos de todo o estado para alinhar ações, pactuar estratégias e fortalecer a gestão da assistência social, com foco na integração e na melhoria dos serviços ofertados à população.

A secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, Cleizenir dos Santos, avaliou a reunião como produtiva e estratégica, ressaltando a relevância da Comissão na garantia da transparência e a otimização dos recursos. "A cada reunião percebemos que estamos avançando na política de assistência social por todo o estado, graças à participação e à colaboração das equipes municipais que fazem os atendimentos na ponta", reforçou.

Entre os informes da comissão, destacou-se a descentralização das reuniões da CIB, que ocorrerão especialmente também nos municípios de Araguaína no mês de maio; e em Gurupi em junho. Na ocasião, também foi pactuado o Plano de Ação da Assistência Social para 2026.

O Plano de Ação é um instrumento de planejamento anual, elaborado em consonância com as diretrizes e as metas do Plano Estadual de Assistência Social (Peas) e alinhado às ações previstas no Plano Plurianual, definindo as iniciativas que serão executadas em 2026.

Ações

Entre os principais pontos deliberados destaca-se a segunda edição do programa **TCE** de Olho no Futuro, iniciativa do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)** em parceria com diversas instituições públicas. Os objetivos das orientações são apoiar e mobilizar os órgãos gestores, as equipes técnicas, as

políticas intersetoriais e demais instituições quanto à importância da iniciativa que busca, entre outros pontos, garantir os direitos fundamentais da primeira infância.

A gerente de Proteção Social Básica, Bolsa Família e Benefícios, Katilvânia Guedes, apresentou orientações aos municípios sobre a concessão de benefícios eventuais a famílias em situação de calamidade ou emergência, destacando a importância da adequação das legislações municipais para garantir critérios mais claros e acessíveis. "A concessão de benefícios eventuais em situações de emergência e calamidade é uma das modalidades previstas, mas é essencial que os critérios adotados não dificultem o acesso das famílias. Muitas vezes, elas já enfrentam vulnerabilidades agravadas e precisam de uma resposta rápida da assistência social. Por isso, é importante que gestores, equipes técnicas e conselhos municipais estabeleçam parâmetros que assegurem o atendimento no momento adequado", destacou.

Outro ponto de pauta foi o das orientações e dos esclarecimentos aos municípios participantes do Selo Unicef edição 2026/2028 sobre o formato de entrega do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). O objetivo das orientações foi garantir que os municípios elaborem, aprovelem e submetam o PMAS em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e com o Guia Metodológico do Selo Unicef, fortalecendo a gestão e o planejamento da política de assistência social.

A articuladora do Selo Unicef, Edilene Marinho, destacou que todos os municípios devem entregar o Plano Municipal de Assistência Social ao Selo Unicef até 31 de março de 2026. O documento deve contemplar, entre as atualizações, o planejamento local para o período de 2026 a 2029, além de uma seção dedicada ao diagnóstico socioassistencial, com a identificação das desproteções que afetam populações indígenas e quilombolas. "É fundamental que os municípios observem a necessidade de aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência

Social. Caso o plano já tenha sido aprovado, mas precise de ajustes para atender aos critérios do Selo Unicef, o documento pode ser revisado e submetido novamente ao conselho. O Unicef aceitará a versão atualizada, desde que esteja devidamente aprovada pelo conselho", ressaltou.

Participações

A reunião contou com mais de 250 participantes e debateu demandas da CIB, da Setas e do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas).

O técnico do Centro de Referência de Assistência Social de Pugmil, Elmo de Oliveira, destacou que a reunião reforça o papel estratégico da Comissão Intergestores Bipartite no alinhamento das políticas públicas entre estado e municípios. "Esse espaço é fundamental para que os municípios apresentem suas demandas e fortaleçam a execução das políticas de assistência social. A comissão assegura o diálogo direto com o Estado, contribuindo para que as ações cheguem com mais eficiência à população", afirmou.

A secretária de Assistência Social do município de Peixe, Joana Pereira da Cruz Rodrigues, acompanhou atentamente as pautas e informou que o município realizará as adequações necessárias no Plano Municipal de Assistência Social, com posterior encaminhamento ao Conselho para aprovação, conforme orientado durante a reunião.

CIB

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) constitui-se como espaço de articulação e interlocução dos gestores municipais e estaduais da Política de Assistência Social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do Suas.

Site:

<https://vidaeharmonia.com.br/noticia/47702/governo-do-tocantins-alinha-acoes-e-fortalece-politicas-de-assistencia-social-em-reuniao-da-comissao-intergestores-bipartite>

Palmas recebe maior encontro de vereadores do Tocantins com foco em gestão e fortalecimento do Legislativo

Autor(a): Redação

A Associação das Câmaras Municipais do **Tocantins** realiza, nos dias 26 e 27 de março, em Palmas, o 2º Encontro dos Vereadores, Vereadoras e Servidores das Câmaras Municipais do Estado do **Tocantins**. Considerado o maior evento do segmento no estado, a programação reúne mais de mil participantes, entre parlamentares e servidores públicos.

De acordo com a organização, mais de 990 vereadores e vereadoras já confirmaram presença, representando cerca de 80% dos parlamentares municipais tocaninenses, além de mais de 200 servidores das Câmaras Municipais. O encontro contará ainda com a participação de autoridades políticas, incluindo deputados estaduais, federais, senadores, prefeitos e o governador do Estado.

O presidente da entidade, Miguel Cajueiro, destacou a grande adesão ao evento, que superou as expectativas em relação à edição anterior.

"Já superou todas as expectativas. Até o momento, já tínhamos mais de 1.100 inscritos, e mais de 90% são vereadores que entenderam a importância de se qualificar e não ficar de fora", afirmou.

O evento tem como principal objetivo promover a troca de experiências e o fortalecimento da atuação dos parlamentares municipais, com debates sobre temas estratégicos como comunicação no mandato, planejamento, orçamento público, sustentabilidade e o papel fiscalizador do Legislativo.

A programação inclui palestras com especialistas e autoridades, abordando temas como fortalecimento do poder legislativo municipal, emendas impositivas, controle interno, marketing político e estratégias para atuação parlamentar.

Entre os destaques estão palestras do professor Elioanai Biela, da secretaria estadual Kátia Chaves e de especialistas como Vinícius Cauê Del Moura, João Paulo, Alessandro Callil, Marcelo Silva e **André Matos**, conselheiro do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

Além da capacitação, a ASCAM-TO também realizará homenagens a profissionais da imprensa e representantes de órgãos de controle externo, reconhecendo a contribuição dessas instituições para a transparência e o fortalecimento da gestão pública.

A solenidade de abertura está marcada para as 9h do dia 26, com programação ao longo de todo o dia. No dia 27, as atividades seguem até às 12h. O evento acontece no espaço Prince Eventos.

Com apoio de instituições como a Assembleia Legislativa do **Tocantins**, Ordem dos Advogados do Brasil Seccional **Tocantins**, Ministério Público do **Tocantins** e **Tribunal de Contas**, o encontro reforça a importância da qualificação contínua e do fortalecimento das Câmaras Municipais para o desenvolvimento das cidades tocaninenses.

Site: <https://agora-to.com.br/palmas-recebe-maior-encontro-de-vereadores-do-tocantins-com-foco-em-gestao-e-fortalecimento-do-legislativo/>

Qual é a Política Fiscal do Tocantins?

O Estado do **Tocantins** atravessa um momento de definição estratégica que coloca em xeque a balança entre a arrecadação imediata e o estímulo econômico a longo prazo. Entre 2020 e 2025, o Estado consolidou um robusto sistema de benefícios fiscais, amparado por leis como a nº 2.998/2015, que vincula a redução de ICMS à manutenção de postos de trabalho.

No entanto, ao adentrarmos o biênio 2025-2026, a pergunta que deve ecoar nos corredores da Secretaria da Fazenda (Sefaz-TO) e do **Tribunal de Contas (TCE-TO)** é clara: até que ponto a renúncia de receita se traduz, de fato, em bem-estar social e empregabilidade?

A política fiscal tocaninense tem se notabilizado pela agressividade na atração de investimentos, especialmente nos setores agroindustrial e atacadista. Dados oficiais revelam que as leis de diretrizes orçamentárias (LDO) do período projetaram renúncias significativas, justificadas pela necessidade de competitividade regional. A sanção da Lei nº 4.753/2025 é o ápice desse pragmatismo: ela convalida benefícios passados e exige, em contrapartida, a adimplência rigorosa com o Fundo de Desenvolvimento Econômico, blindando o estado contra vácuos jurídicos e garantindo que o incentivo seja um motor, não um dreno.

Um dos movimentos mais emblemáticos desta nova fase é a aposta na economia verde. Em março de 2026, o governo consolidou a proposta que zera o IPVA para veículos elétricos e híbridos pelos próximos dois anos. A medida, que inclui caminhões e ônibus, não busca apenas a modernização estética da frota, mas posiciona o **Tocantins** como o hub logístico de mobilidade limpa da região Norte. O benefício é cirúrgico: a isenção é condicionada à aquisição em concessionárias locais, forçando a retenção do capital e o fortalecimento do comércio interno.

Todavia, essa bondade fiscal não ocorre sem vigilância. O **Tribunal de Contas do Estado** tem elevado o tom sobre o cumprimento do Artigo 14 da LRF, tendo consolidado sua jurisprudência no Prejulgado nº 02/2023 (Processo nº 10731/2022). Nesta decisão paradigmática, o Pleno do **TCE-TO** fixou a tese de que isenções desacompanhadas de demonstração inequívoca de impacto financeiro-orçamentário e medidas de compensação são juridicamente natimortas.

Para os Conselheiros, o benefício fiscal deixou de ser

uma discricionariedade política para tornar-se um ato vinculado à transparência absoluta, vedando-se o cheque em branco e exigindo a prestação de contas sobre o custo de oportunidade de cada centavo renunciado em nome do desenvolvimento.

Em outra via os dados do Novo CAGED fornecem o lastro empírico indispensável a essa política fiscal. O **Tocantins** encerrou o ciclo de 2025 com um saldo consolidado de 13.610 novos postos de trabalho formal, um desempenho robusto onde **Palmas** e Araguaína despontaram como os principais polos de absorção de mão de obra. Essa dinâmica foi impulsionada sobretudo pelos setores de Serviços (com saldo de 6.492 vagas) e Comércio (3.815 vagas) - segmentos que oxigenam os reflexos indiretos das políticas de incentivo industrial e atacadista.

A resiliência do modelo confirmou-se em janeiro de 2026, quando o Estado manteve o ritmo de expansão com a abertura de 1.428 novas vagas, provando que a economia real reage com agilidade quando o ambiente de negócios é desonerado de forma estratégica e inteligente.

Contudo, a precisão estatística impõe um desafio: o governo deve agora provar o nexo causal. Em um orçamento que atinge a marca histórica de R\$ 19,58 bilhões para 2026, a gestão de receitas precisa ser milimétrica.

No campo da sustentabilidade, a isenção para eletrificados, embora vista por críticos como um benefício de nicho, foca no longo prazo: ao incentivar caminhões e ônibus híbridos, o estado reduz o custo logístico e as emissões, gerando um efeito cascata que barateia o consumo na ponta final da cadeia.

A segurança jurídica também ganhou contornos estratégicos com a prorrogação do Refis 2025 até 2026. Ao oferecer descontos de até 95% em multas e juros, o **Tocantins** limpa o balanço e recupera ativos que seriam perdidos na morosidade judicial. Essa liquidez é o combustível necessário para bancar as novas isenções sem ferir os limites fiscais, especialmente em um ciclo de transição administrativa.

Paralelamente, no setor mineral, a política de 2025 foca na verticalização: incentivar o beneficiamento local de potássio e terras raras para que a riqueza não apenas saia do solo, mas gere tecnologia e valor agregado em solo tocaninense.

O horizonte, entretanto, é dominado pela Reforma Tributária (EC 132/2023). O **Tocantins** vive uma corrida contra o tempo: o período de 2024 a 2028 é a janela de ouro que definirá a participação do estado no bolo tributário nacional pelas próximas cinco décadas. Cada isenção hoje deve ser um cálculo de engenharia: é preciso gerar consumo e circulação imediata para inflar a base de arrecadação que servirá de parâmetro para a distribuição do IBS. É um jogo de xadrez federativo onde o erro custa gerações de receita.

Nesse cenário, o Grupo Gestor do IBS torna-se o novo centro de gravidade. A capacidade técnica do **Tocantins** em dialogar com esse comitê determinará se seremos exportadores de créditos ou um polo de retenção de riquezas.

A arrecadação de 2026 não é apenas custeio; é o bilhete de entrada para uma fatia justa do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais. Consolidar uma base tributária robusta agora é, portanto, um ato de soberania econômica.

Em última análise, a política fiscal do **Tocantins** transmutou-se de um simples mecanismo de atração de empresas para uma ferramenta de sobrevivência no novo pacto federativo. A atuação da Gestão Tributária atual será medida pela habilidade de converter renúncias temporárias em um crescimento tão acelerado que o aumento do consumo neutralize a queda da alíquota.

O futuro do **Tocantins** está sendo desenhado agora, sob o olhar atento e técnico de um governo que compreendeu que, na nova era tributária, a eficiência é a única moeda que garante a autonomia.

Julio Edstron é advogado da Minetax Consultoria Tributária, graduado em Direito pela Universidade Presidente Antônio Carlos (2008), Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília (2014). Doutor em Direito pelo UniCEUB. Pesquisador do Centro Universitário de Brasília. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público e Direito Mineral, atuando principalmente nos seguintes temas: Terceiro Setor, direitos fundamentais, educação em direitos humanos, cidadania e direito e Seguridade Social. Membro dos grupos de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor (NEPATS) da UCB/DF, Políticas Públicas e Juspositivismo, Jusmoralismo e Justiça Política do UNICEUB. Editor Executivo da REPATS.

Site: <http://www.luizarmandocosta.com.br/noticia/qual-e-a-politica-fiscal-do-tocantins/53602>

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias

Por: Portal WR News

O Sistema Estadual de Ouvidorias do Governo do **Tocantins** tem atuado de forma contínua para reafirmar o compromisso com a transparência e a escuta ativa. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), por meio da Ouvidoria-Geral, o sistema é composto por 46 ouvidorias setoriais e representa a porta de entrada direta da participação cidadã na gestão pública do Executivo Estadual.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho desenvolvido pela rede de ouvidorias tem gerado avanços consistentes, com resultados que refletem diretamente na melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade tocaninense. Em 2025, esses esforços foram ainda mais evidentes, consolidando conquistas e ampliando o alcance das ações voltadas à escuta e ao atendimento ao cidadão.

O secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Centeno enfatizou que o trabalho realizado pelos ouvidores do Estado do **Tocantins** é pautado pelo compromisso de aproximar o cidadão da gestão pública. "Nós trabalhamos para tornar o cidadão parte do processo de fiscalização das políticas públicas, da eficiência administrativa e da aplicação dos recursos do erário. O fortalecimento do Controle Social é uma das prioridades da gestão", ressaltou.

Participação Cidadã

O atendimento ao cidadão, principal pilar das ouvidorias, tem garantido resultados concretos para quem busca apoio na administração pública. Um exemplo é o da professora aposentada Maria das Graças Cantão da Silva, que recorreu ao serviço durante seu processo de aposentadoria e teve sua demanda atendida com eficiência.

"Procurei a ouvidoria do Estado e fui muito bem atendida durante esse processo. Gostaria de dizer às pessoas que ficam em dúvida para que não tenham receio, procurem a ouvidoria, porque realmente ela

resolve, eles têm o interesse de resolver a sua demanda", explica a professora.

Ainda sobre participação cidadã, houve crescimento expressivo nas manifestações registradas pela ouvidoria: foram mais de 9.700 atendimentos, entre elogios, sugestões, solicitações, reclamações e pedidos de Acesso à Informação, representando um aumento de quase 30% em relação ao período anterior.

A realização da Pesquisa de Satisfação durante a Agrotins é conduzida há dois anos consecutivos e está confirmada para ser aplicada novamente na edição deste ano. Com 3.062 questionários respondidos nas edições anteriores, evidencia a força da atuação das ouvidorias ao permitir que os participantes opinem sobre a estrutura da feira e contribuam diretamente para o aprimoramento do evento.

Capacitações

Com foco no atendimento técnico e preciso, a Ouvidoria-Geral promoveu capacitações e orientações durante o ano todo, totalizando 375 ações formativas, com 165 cursos e 210 reuniões de suporte técnico e diário para as equipes das setoriais.

O ouvidor do Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins) Wanderson Frederico Pinheiro, destacou que participar dos treinamentos ofertados pela Ouvidoria-Geral foi uma experiência enriquecedora. "As capacitações possibilitaram compreender melhor a importância da atuação integrada entre a OGE e as ouvidorias setoriais e também contribuíram para aprimorar uma atuação mais prática, técnica e eficiente no desempenho das atividades no órgão", explicou.

Outro avanço foi a implementação de mais de 700 Cartas de Serviços ao Usuário, disponíveis no Portal de Serviços, que orientam os cidadãos sobre como acessar e utilizar os atendimentos ofertados pela Administração Estadual.

Diamante em Transparência

avança-na-participacao-cidada-por-meio-do-sistema-estadual-de-ouvidorias

Com o trabalho técnico desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado, por meio da Ouvidoria-Geral, o Portal da Transparência do Governo do **Tocantins** tem se consolidado como uma importante ferramenta de transparência ativa. A plataforma ultrapassou a marca de 700 mil acessos em 2025, evidenciando avanços significativos na disponibilização de informações públicas. Esse desempenho resultou na conquista do Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com índice de 99,18% na avaliação da Atricon, colocando o **Tocantins** na 5ª posição nacional e na 2ª colocação na Região Norte.

Entre as principais melhorias, destacam-se a revisão e modernização do Portal, ampliando a oferta de dados de forma clara e atualizada. Outro avanço é o lançamento do Painel de Diárias, desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI). A ferramenta, integrada ao Portal, consolida informações sobre pagamentos realizados aos servidores em deslocamentos a serviço, permitindo consulta mais rápida e transparente.

As melhorias também contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e demais órgãos do Executivo estadual.

O ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro, reafirmou o papel do ouvidor como agente fundamental da transparência pública. "Ser ouvidor é assumir a responsabilidade de ouvir com atenção, acolher com respeito e encaminhar com compromisso. Nosso papel é fazer a ponte entre o cidadão e o Estado, transformando manifestações em melhorias concretas nos serviços públicos. A Ouvidoria dá voz ao cidadão e contribui para uma gestão mais transparente, participativa e eficiente", pontuou.

Cerimônia

A cerimônia de divulgação dos resultados ocorreu durante o 4º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis/SC, em dezembro de 2025. O evento contou com a participação do secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), Murilo Francisco Centeno; do ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro; e da assessora técnica Juliana Veloso, que representaram o **Tocantins**. O Certificado de Qualidade em Transparência Pública foi entregue ao Governo do **Tocantins** pelo conselheiro do **Tribunal de Contas do Tocantins**, **Alberto Sevilha**.

Site: <https://portalwrnews.com.br/noticia/75598/com-selo-diamante-em-transparencia-governo-do-tocantins->

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias

O Sistema Estadual de Ouvidorias do Governo do **Tocantins** tem atuado de forma contínua para reafirmar o compromisso com a transparência e a escuta ativa. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), por meio da Ouvidoria-Geral, o sistema é composto por 46 ouvidorias setoriais e representa a porta de entrada direta da participação cidadã na gestão pública do Executivo Estadual.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho desenvolvido pela rede de ouvidorias tem gerado avanços consistentes, com resultados que refletem diretamente na melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade tocaninense. Em 2025, esses esforços foram ainda mais evidentes, consolidando conquistas e ampliando o alcance das ações voltadas à escuta e ao atendimento ao cidadão.

O secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Centeno enfatizou que o trabalho realizado pelos ouvidores do Estado do **Tocantins** é pautado pelo compromisso de aproximar o cidadão da gestão pública. "Nós trabalhamos para tornar o cidadão parte do processo de fiscalização das políticas públicas, da eficiência administrativa e da aplicação dos recursos do erário. O fortalecimento do Controle Social é uma das prioridades da gestão", ressaltou.

Participação Cidadã

O atendimento ao cidadão, principal pilar das ouvidorias, tem garantido resultados concretos para quem busca apoio na administração pública. Um exemplo é o da professora aposentada Maria das Graças Cantão da Silva, que recorreu ao serviço durante seu processo de aposentadoria e teve sua demanda atendida com eficiência.

"Procurei a ouvidoria do Estado e fui muito bem atendida durante esse processo. Gostaria de dizer às pessoas que ficam em dúvida para que não tenham receio, procurem a ouvidoria, porque realmente ela resolve, eles têm o interesse de resolver a sua demanda", explica a professora.

Ainda sobre participação cidadã, houve crescimento expressivo nas manifestações registradas pela ouvidoria: foram mais de 9.700 atendimentos, entre elogios, sugestões, solicitações, reclamações e pedidos de Acesso à Informação, representando um aumento de quase 30% em relação ao período anterior.

A realização da Pesquisa de Satisfação durante a Agrotins é conduzida há dois anos consecutivos e está confirmada para ser aplicada novamente na edição deste ano. Com 3.062 questionários respondidos nas edições anteriores, evidencia a força da atuação das ouvidorias ao permitir que os participantes opinem sobre a estrutura da feira e contribuam diretamente para o aprimoramento do evento.

Capacitações

Com foco no atendimento técnico e preciso, a Ouvidoria-Geral promoveu capacitações e orientações durante o ano todo, totalizando 375 ações formativas, com 165 cursos e 210 reuniões de suporte técnico e diário para as equipes das setoriais.

O ouvidor do Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins) Wanderson Frederico Pinheiro, destacou que participar dos treinamentos ofertados pela Ouvidoria-Geral foi uma experiência enriquecedora. "As capacitações possibilitaram compreender melhor a importância da atuação integrada entre a OGE e as ouvidorias setoriais e também contribuíram para aprimorar uma atuação mais prática, técnica e eficiente no desempenho das atividades no órgão", explicou.

Outro avanço foi a implementação de mais de 700 Cartas de Serviços ao Usuário, disponíveis no Portal de Serviços, que orientam os cidadãos sobre como acessar e utilizar os atendimentos ofertados pela Administração Estadual.

Diamante em Transparência

Com o trabalho técnico desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado, por meio da Ouvidoria-Geral, o Portal da Transparência do Governo do **Tocantins** tem se consolidado como uma importante ferramenta de transparência ativa. A plataforma ultrapassou a marca de 700 mil acessos em 2025, evidenciando avanços significativos na disponibilização de informações públicas. Esse desempenho resultou na conquista do Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com índice de 99,18% na avaliação da Atricon, colocando o **Tocantins** na 5ª posição nacional e na 2ª colocação na Região Norte.

Entre as principais melhorias, destacam-se a revisão e modernização do Portal, ampliando a oferta de dados de forma clara e atualizada. Outro avanço é o lançamento do Painel de Diárias, desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI). A ferramenta, integrada ao Portal, consolida informações sobre pagamentos realizados aos servidores em deslocamentos a serviço, permitindo consulta mais rápida e transparente.

As melhorias também contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e demais órgãos do Executivo estadual.

O ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro, reafirmou o papel do ouvidor como agente fundamental da transparência pública. "Ser ouvidor é assumir a responsabilidade de ouvir com atenção, acolher com respeito e encaminhar com compromisso. Nosso papel é fazer a ponte entre o cidadão e o Estado, transformando manifestações em melhorias concretas nos serviços públicos. A Ouvidoria dá voz ao cidadão e contribui para uma gestão mais transparente, participativa e eficiente", pontuou.

Cerimônia

A cerimônia de divulgação dos resultados ocorreu durante o 4º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis/SC, em dezembro de 2025. O evento contou com a participação do secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), Murilo Francisco Centeno; do ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro; e da assessora técnica Juliana Veloso, que representaram o **Tocantins**. O Certificado de Qualidade em Transparência Pública foi entregue ao Governo do **Tocantins** pelo conselheiro do **Tribunal de Contas** do **Tocantins**, **Alberto Sevilha**.

Site: <https://portalbrasilnews.com.br/noticia/186628/com-selo-diamante-em-transparencia-governo-do-tocantins-avanca-na-participacao-cidada-por-meio-do-sistema-estadual-de-ouvidorias>

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias

O Sistema Estadual de Ouvidorias do Governo do **Tocantins** tem atuado de forma contínua para reafirmar o compromisso com a transparência e a escuta ativa. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), por meio da Ouvidoria-Geral, o sistema é composto por 46 ouvidorias setoriais e representa a porta de entrada direta da participação cidadã na gestão pública do Executivo Estadual.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho desenvolvido pela rede de ouvidorias tem gerado avanços consistentes, com resultados que refletem diretamente na melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade tocantinense. Em 2025, esses esforços foram ainda mais evidentes, consolidando conquistas e ampliando o alcance das ações voltadas à escuta e ao atendimento ao cidadão.

O secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Centeno enfatizou que o trabalho realizado pelos ouvidores do Estado do **Tocantins** é pautado pelo compromisso de aproximar o cidadão da gestão pública. "Nós trabalhamos para tornar o cidadão parte do processo de fiscalização das políticas públicas, da eficiência administrativa e da aplicação dos recursos do erário. O fortalecimento do Controle Social é uma das prioridades da gestão", ressaltou.

Participação Cidadã

O atendimento ao cidadão, principal pilar das ouvidorias, tem garantido resultados concretos para quem busca apoio na administração pública. Um exemplo é o da professora aposentada Maria das Graças Cantão da Silva, que recorreu ao serviço durante seu processo de aposentadoria e teve sua demanda atendida com eficiência.

"Procurei a ouvidoria do Estado e fui muito bem atendida durante esse processo. Gostaria de dizer às pessoas que ficam em dúvida para que não tenham receio, procurem a ouvidoria, porque realmente ela resolve, eles têm o interesse de resolver a sua demanda", explica a professora.

Ainda sobre participação cidadã, houve crescimento expressivo nas manifestações registradas pela ouvidoria: foram mais de 9.700 atendimentos, entre elogios, sugestões, solicitações, reclamações e pedidos de Acesso à Informação, representando um aumento de quase 30% em relação ao período anterior.

A realização da Pesquisa de Satisfação durante a Agrotins é conduzida há dois anos consecutivos e está confirmada para ser aplicada novamente na edição deste ano. Com 3.062 questionários respondidos nas edições anteriores, evidencia a força da atuação das ouvidorias ao permitir que os participantes opinem sobre a estrutura da feira e contribuam diretamente para o aprimoramento do evento.

Capacitações

Com foco no atendimento técnico e preciso, a Ouvidoria-Geral promoveu capacitações e orientações durante o ano todo, totalizando 375 ações formativas, com 165 cursos e 210 reuniões de suporte técnico e diário para as equipes das setoriais.

O ouvidor do Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins) Wanderson Frederico Pinheiro, destacou que participar dos treinamentos ofertados pela Ouvidoria-Geral foi uma experiência enriquecedora. "As capacitações possibilitaram compreender melhor a importância da atuação integrada entre a OGE e as ouvidorias setoriais e também contribuíram para aprimorar uma atuação mais prática, técnica e eficiente no desempenho das atividades no órgão", explicou.

Outro avanço foi a implementação de mais de 700 Cartas de Serviços ao Usuário, disponíveis no Portal de Serviços, que orientam os cidadãos sobre como acessar e utilizar os atendimentos ofertados pela Administração Estadual.

Diamante em Transparência

Com o trabalho técnico desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado, por meio da Ouvidoria-Geral, o Portal da Transparência do Governo do **Tocantins** tem se consolidado como uma importante ferramenta de transparência ativa. A plataforma ultrapassou a marca de 700 mil acessos em 2025, evidenciando avanços significativos na disponibilização de informações públicas. Esse desempenho resultou na conquista do Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com índice de 99,18% na avaliação da Atricon, colocando o **Tocantins** na 5ª posição nacional e na 2ª colocação na Região Norte.

Entre as principais melhorias, destacam-se a revisão e modernização do Portal, ampliando a oferta de dados de forma clara e atualizada. Outro avanço é o lançamento do Painel de Diárias, desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI). A ferramenta, integrada ao Portal, consolida informações sobre pagamentos realizados aos servidores em deslocamentos a serviço, permitindo consulta mais rápida e transparente.

As melhorias também contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e demais órgãos do Executivo estadual.

O ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro, reafirmou o papel do ouvidor como agente fundamental da transparência pública. "Ser ouvidor é assumir a responsabilidade de ouvir com atenção, acolher com respeito e encaminhar com compromisso. Nosso papel é fazer a ponte entre o cidadão e o Estado, transformando manifestações em melhorias concretas nos serviços públicos. A Ouvidoria dá voz ao cidadão e contribui para uma gestão mais transparente, participativa e eficiente", pontuou.

Cerimônia

A cerimônia de divulgação dos resultados ocorreu durante o 4º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis/SC, em dezembro de 2025. O evento contou com a participação do secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), Murilo Francisco Centeno; do ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro; e da assessora técnica Juliana Veloso, que representaram o **Tocantins**. O Certificado de Qualidade em Transparência Pública foi entregue ao Governo do **Tocantins** pelo conselheiro do **Tribunal de Contas do Tocantins**, **Alberto Sevilha**.

Site: <https://diganoticias.com.br/noticia/184759/com-selo-diamante-em-transparencia-governo-do-tocantins-avanca-na-participacao-cidada-por-meio-do-sistema-estadual-de-ouvidorias>

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias

Por: Redação 01

O Sistema Estadual de Ouvidorias do Governo do **Tocantins** tem atuado de forma contínua para reafirmar o compromisso com a transparência e a escuta ativa. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), por meio da Ouvidoria-Geral, o sistema é composto por 46 ouvidorias setoriais e representa a porta de entrada direta da participação cidadã na gestão pública do Executivo Estadual.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho desenvolvido pela rede de ouvidorias tem gerado avanços consistentes, com resultados que refletem diretamente na melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade tocaninense. Em 2025, esses esforços foram ainda mais evidentes, consolidando conquistas e ampliando o alcance das ações voltadas à escuta e ao atendimento ao cidadão.

O secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Centeno, enfatiza que o trabalho realizado pelos ouvidores do Estado do **Tocantins** é pautado pelo compromisso de aproximar o cidadão da gestão pública. "Nós trabalhamos para tornar o cidadão parte do processo de fiscalização das políticas públicas, da eficiência administrativa e da aplicação dos recursos do erário. O fortalecimento do Controle Social é uma das prioridades da gestão", ressalta.

Participação Cidadã

O atendimento ao cidadão, principal pilar das ouvidorias, tem garantido resultados concretos para quem busca apoio na administração pública. Um exemplo é o da professora aposentada Maria das Graças Cantão da Silva, que recorreu ao serviço durante seu processo de aposentadoria e teve sua demanda atendida com eficiência.

"Procurei a ouvidoria do Estado e fui muito bem atendida durante esse processo. Gostaria de dizer às pessoas que ficam em dúvida para que não tenham receio, procurem a Ouvidoria, porque realmente ela

resolve, eles têm o interesse de resolver a sua demanda", explica a professora.

Ainda sobre participação cidadã, houve crescimento expressivo nas manifestações registradas pela ouvidoria: foram mais de 9.700 atendimentos, entre elogios, sugestões, solicitações, reclamações e pedidos de Acesso à Informação, representando um aumento de quase 30% em relação ao período anterior.

A realização da Pesquisa de Satisfação durante a Agrotins é conduzida há dois anos consecutivos e está confirmada para ser aplicada novamente na edição deste ano. Com 3.062 questionários respondidos nas edições anteriores, evidencia a força da atuação das ouvidorias ao permitir que os participantes opinem sobre a estrutura da feira e contribuam diretamente para o aprimoramento do evento.

Capacitações

Com foco no atendimento técnico e preciso, a Ouvidoria-Geral promoveu capacitações e orientações durante o ano todo, totalizando 375 ações formativas, com 165 cursos e 210 reuniões de suporte técnico e diário para as equipes das setoriais.

O ouvidor do Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins), Wanderson Frederico Pinheiro, destacou que participar dos treinamentos ofertados pela Ouvidoria-Geral foi uma experiência enriquecedora. "As capacitações possibilitaram compreender melhor a importância da atuação integrada entre a Ouvidoria-Geral e as ouvidorias setoriais e também contribuíram para aprimorar uma atuação mais prática, técnica e eficiente no desempenho das atividades no órgão", explicou.

Outro avanço foi a implementação de mais de 700 Cartas de Serviços ao Usuário, disponíveis no Portal de Serviços, que orientam os cidadãos sobre como acessar e utilizar os atendimentos ofertados pela Administração Estadual.

Diamante em Transparência

avanca-na-participacao-cidada-por-meio-do-sistema-estadual-de-ouvidorias

Com o trabalho técnico desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado, por meio da Ouvidoria-Geral, o Portal da Transparência do Governo do **Tocantins** tem se consolidado como uma importante ferramenta de transparência ativa. A plataforma ultrapassou a marca de 700 mil acessos em 2025, evidenciando avanços significativos na disponibilização de informações públicas. Esse desempenho resultou na conquista do Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com índice de 99,18% na avaliação da Atricon, colocando o **Tocantins** na 5ª posição nacional e na 2ª colocação na Região Norte.

Entre as principais melhorias, destacam-se a revisão e a modernização do Portal, ampliando a oferta de dados de forma clara e atualizada. Outro avanço é o lançamento do Painel de Diárias, desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI). A ferramenta, integrada ao Portal, consolida informações sobre pagamentos realizados aos servidores em deslocamentos a serviço, permitindo consulta mais rápida e transparente.

As melhorias também contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e de demais órgãos do Executivo estadual.

O ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro, reafirmou o papel do ouvidor como agente fundamental da transparência pública. "Ser ouvidor é assumir a responsabilidade de ouvir com atenção, acolher com respeito e encaminhar com compromisso. Nosso papel é fazer a ponte entre o cidadão e o Estado, transformando manifestações em melhorias concretas nos serviços públicos. A Ouvidoria dá voz ao cidadão e contribui para uma gestão mais transparente, participativa e eficiente", pontuou.

Cerimônia

A cerimônia de divulgação dos resultados ocorreu durante o 4º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis/SC, em dezembro de 2025. O evento contou com a participação do secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), Murilo Francisco Centeno; do ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro; e da assessora técnica Juliana Veloso, que representaram o **Tocantins**. O Certificado de Qualidade em Transparência Pública foi entregue ao Governo do **Tocantins** pelo conselheiro do **Tribunal de Contas do Tocantins**, **Alberto Sevilha**.

Site: <https://gazetatocantina.com.br/noticia/11155/com-selo-diamante-em-transparencia-governo-do-tocantins->

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias

Por: Redação

O Sistema Estadual de Ouvidorias do Governo do **Tocantins** tem atuado de forma contínua para reafirmar o compromisso com a transparência e a escuta ativa. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), por meio da Ouvidoria-Geral, o sistema é composto por 46 ouvidorias setoriais e representa a porta de entrada direta da participação cidadã na gestão pública do Executivo Estadual.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho desenvolvido pela rede de ouvidorias tem gerado avanços consistentes, com resultados que refletem diretamente na melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade tocaninense. Em 2025, esses esforços foram ainda mais evidentes, consolidando conquistas e ampliando o alcance das ações voltadas à escuta e ao atendimento ao cidadão.

O secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Centeno enfatizou que o trabalho realizado pelos ouvidores do Estado do **Tocantins** é pautado pelo compromisso de aproximar o cidadão da gestão pública. "Nós trabalhamos para tornar o cidadão parte do processo de fiscalização das políticas públicas, da eficiência administrativa e da aplicação dos recursos do erário. O fortalecimento do Controle Social é uma das prioridades da gestão", ressaltou.

Participação Cidadã

O atendimento ao cidadão, principal pilar das ouvidorias, tem garantido resultados concretos para quem busca apoio na administração pública. Um exemplo é o da professora aposentada Maria das Graças Cantão da Silva, que recorreu ao serviço durante seu processo de aposentadoria e teve sua demanda atendida com eficiência.

"Procurei a ouvidoria do Estado e fui muito bem atendida durante esse processo. Gostaria de dizer às pessoas que ficam em dúvida para que não tenham receio, procurem a ouvidoria, porque realmente ela

resolve, eles têm o interesse de resolver a sua demanda", explica a professora.

Ainda sobre participação cidadã, houve crescimento expressivo nas manifestações registradas pela ouvidoria: foram mais de 9.700 atendimentos, entre elogios, sugestões, solicitações, reclamações e pedidos de Acesso à Informação, representando um aumento de quase 30% em relação ao período anterior.

A realização da Pesquisa de Satisfação durante a Agrotins é conduzida há dois anos consecutivos e está confirmada para ser aplicada novamente na edição deste ano. Com 3.062 questionários respondidos nas edições anteriores, evidencia a força da atuação das ouvidorias ao permitir que os participantes opinem sobre a estrutura da feira e contribuam diretamente para o aprimoramento do evento.

Capacitações

Com foco no atendimento técnico e preciso, a Ouvidoria-Geral promoveu capacitações e orientações durante o ano todo, totalizando 375 ações formativas, com 165 cursos e 210 reuniões de suporte técnico e diário para as equipes das setoriais.

O ouvidor do Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins) Wanderson Frederico Pinheiro, destacou que participar dos treinamentos ofertados pela Ouvidoria-Geral foi uma experiência enriquecedora. "As capacitações possibilitaram compreender melhor a importância da atuação integrada entre a OGE e as ouvidorias setoriais e também contribuíram para aprimorar uma atuação mais prática, técnica e eficiente no desempenho das atividades no órgão", explicou.

Outro avanço foi a implementação de mais de 700 Cartas de Serviços ao Usuário, disponíveis no Portal de Serviços, que orientam os cidadãos sobre como acessar e utilizar os atendimentos ofertados pela Administração Estadual.

***avanca-na-participacao-cidada-por-meio-do-sistema-
estadual-de-ouvidorias***

Diamante em Transparência

Com o trabalho técnico desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado, por meio da Ouvidoria-Geral, o Portal da Transparência do Governo do **Tocantins** tem se consolidado como uma importante ferramenta de transparência ativa. A plataforma ultrapassou a marca de 700 mil acessos em 2025, evidenciando avanços significativos na disponibilização de informações públicas. Esse desempenho resultou na conquista do Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com índice de 99,18% na avaliação da Atricon, colocando o **Tocantins** na 5ª posição nacional e na 2ª colocação na Região Norte.

Entre as principais melhorias, destacam-se a revisão e modernização do Portal, ampliando a oferta de dados de forma clara e atualizada. Outro avanço é o lançamento do Painel de Diárias, desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI). A ferramenta, integrada ao Portal, consolida informações sobre pagamentos realizados aos servidores em deslocamentos a serviço, permitindo consulta mais rápida e transparente.

As melhorias também contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e demais órgãos do Executivo estadual.

O ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro, reafirmou o papel do ouvidor como agente fundamental da transparência pública. "Ser ouvidor é assumir a responsabilidade de ouvir com atenção, acolher com respeito e encaminhar com compromisso. Nosso papel é fazer a ponte entre o cidadão e o Estado, transformando manifestações em melhorias concretas nos serviços públicos. A Ouvidoria dá voz ao cidadão e contribui para uma gestão mais transparente, participativa e eficiente", pontuou.

Cerimônia

A cerimônia de divulgação dos resultados ocorreu durante o 4º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis/SC, em dezembro de 2025. O evento contou com a participação do secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), Murilo Francisco Centeno; do ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro; e da assessora técnica Juliana Veloso, que representaram o **Tocantins**. O Certificado de Qualidade em Transparência Pública foi entregue ao Governo do **Tocantins** pelo conselheiro do **Tribunal de Contas do Tocantins**, **Alberto Sevilha**.

Site: <https://agenciaenfoque.com.br/noticia/12590/com-selo-diamante-em-transparencia-governo-do-tocantins->

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias

O Sistema Estadual de Ouvidorias do Governo do **Tocantins** tem atuado de forma contínua para reafirmar o compromisso com a transparência e a escuta ativa. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), por meio da Ouvidoria-Geral, o sistema é composto por 46 ouvidorias setoriais e representa a porta de entrada direta da participação cidadã na gestão pública do Executivo Estadual.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho desenvolvido pela rede de ouvidorias tem gerado avanços consistentes, com resultados que refletem diretamente na melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade tocaninense. Em 2025, esses esforços foram ainda mais evidentes, consolidando conquistas e ampliando o alcance das ações voltadas à escuta e ao atendimento ao cidadão.

O secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Centeno enfatizou que o trabalho realizado pelos ouvidores do Estado do **Tocantins** é pautado pelo compromisso de aproximar o cidadão da gestão pública. "Nós trabalhamos para tornar o cidadão parte do processo de fiscalização das políticas públicas, da eficiência administrativa e da aplicação dos recursos do erário. O fortalecimento do Controle Social é uma das prioridades da gestão", ressaltou.

Participação Cidadã

O atendimento ao cidadão, principal pilar das ouvidorias, tem garantido resultados concretos para quem busca apoio na administração pública. Um exemplo é o da professora aposentada Maria das Graças Cantão da Silva, que recorreu ao serviço durante seu processo de aposentadoria e teve sua demanda atendida com eficiência.

"Procurei a ouvidoria do Estado e fui muito bem atendida durante esse processo. Gostaria de dizer às pessoas que ficam em dúvida para que não tenham receio, procurem a ouvidoria, porque realmente ela resolve, eles têm o interesse de resolver a sua demanda", explica a professora.

Ainda sobre participação cidadã, houve crescimento expressivo nas manifestações registradas pela ouvidoria: foram mais de 9.700 atendimentos, entre elogios, sugestões, solicitações, reclamações e pedidos de Acesso à Informação, representando um aumento de quase 30% em relação ao período anterior.

A realização da Pesquisa de Satisfação durante a Agrotins é conduzida há dois anos consecutivos e está confirmada para ser aplicada novamente na edição deste ano. Com 3.062 questionários respondidos nas edições anteriores, evidencia a força da atuação das ouvidorias ao permitir que os participantes opinem sobre a estrutura da feira e contribuam diretamente para o aprimoramento do evento.

Capacitações

Com foco no atendimento técnico e preciso, a Ouvidoria-Geral promoveu capacitações e orientações durante o ano todo, totalizando 375 ações formativas, com 165 cursos e 210 reuniões de suporte técnico e diário para as equipes das setoriais.

O ouvidor do Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins) Wanderson Frederico Pinheiro, destacou que participar dos treinamentos ofertados pela Ouvidoria-Geral foi uma experiência enriquecedora. "As capacitações possibilitaram compreender melhor a importância da atuação integrada entre a OGE e as ouvidorias setoriais e também contribuíram para aprimorar uma atuação mais prática, técnica e eficiente no desempenho das atividades no órgão", explicou.

Outro avanço foi a implementação de mais de 700 Cartas de Serviços ao Usuário, disponíveis no Portal de Serviços, que orientam os cidadãos sobre como acessar e utilizar os atendimentos ofertados pela Administração Estadual.

Diamante em Transparência

Com o trabalho técnico desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado, por meio da Ouvidoria-Geral, o Portal da Transparência do Governo do **Tocantins** tem se consolidado como uma importante ferramenta de transparência ativa. A plataforma ultrapassou a marca de 700 mil acessos em 2025, evidenciando avanços significativos na disponibilização de informações públicas. Esse desempenho resultou na conquista do Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com índice de 99,18% na avaliação da Atricon, colocando o **Tocantins** na 5ª posição nacional e na 2ª colocação na Região Norte.

Entre as principais melhorias, destacam-se a revisão e modernização do Portal, ampliando a oferta de dados de forma clara e atualizada. Outro avanço é o lançamento do Painel de Diárias, desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI). A ferramenta, integrada ao Portal, consolida informações sobre pagamentos realizados aos servidores em deslocamentos a serviço, permitindo consulta mais rápida e transparente.

As melhorias também contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e demais órgãos do Executivo estadual.

O ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro, reafirmou o papel do ouvidor como agente fundamental da transparência pública. "Ser ouvidor é assumir a responsabilidade de ouvir com atenção, acolher com respeito e encaminhar com compromisso. Nosso papel é fazer a ponte entre o cidadão e o Estado, transformando manifestações em melhorias concretas nos serviços públicos. A Ouvidoria dá voz ao cidadão e contribui para uma gestão mais transparente, participativa e eficiente", pontuou.

Cerimônia

A cerimônia de divulgação dos resultados ocorreu durante o 4º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis/SC, em dezembro de 2025. O evento contou com a participação do secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), Murilo Francisco Centeno; do ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro; e da assessora técnica Juliana Veloso, que representaram o **Tocantins**. O Certificado de Qualidade em Transparência Pública foi entregue ao Governo do **Tocantins** pelo conselheiro do **Tribunal de Contas do Tocantins**, **Alberto Sevilha**.

Site: <https://awtvnews.com.br/noticia/229230/com-selo-diamante-em-transparencia-governo-do-tocantins-avanca-na-participacao-cidada-por-meio-do-sistema-estadual-de-ouvidorias>

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias (Geral)

Por: Redação

O Sistema Estadual de Ouvidorias do Governo do **Tocantins** tem atuado de forma contínua para reafirmar o compromisso com a transparência e a escuta ativa. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), por meio da Ouvidoria-Geral, o sistema é composto por 46 ouvidorias setoriais e representa a porta de entrada direta da participação cidadã na gestão pública do Executivo Estadual.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho desenvolvido pela rede de ouvidorias tem gerado avanços consistentes, com resultados que refletem diretamente na melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade tocaninense. Em 2025, esses esforços foram ainda mais evidentes, consolidando conquistas e ampliando o alcance das ações voltadas à escuta e ao atendimento ao cidadão.

O secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Centeno enfatizou que o trabalho realizado pelos ouvidores do Estado do **Tocantins** é pautado pelo compromisso de aproximar o cidadão da gestão pública. "Nós trabalhamos para tornar o cidadão parte do processo de fiscalização das políticas públicas, da eficiência administrativa e da aplicação dos recursos do erário. O fortalecimento do Controle Social é uma das prioridades da gestão", ressaltou.

Participação Cidadã

O atendimento ao cidadão, principal pilar das ouvidorias, tem garantido resultados concretos para quem busca apoio na administração pública. Um exemplo é o da professora aposentada Maria das Graças Cantão da Silva, que recorreu ao serviço durante seu processo de aposentadoria e teve sua demanda atendida com eficiência.

"Procurei a ouvidoria do Estado e fui muito bem atendida durante esse processo. Gostaria de dizer às pessoas que ficam em dúvida para que não tenham receio, procurem a ouvidoria, porque realmente ela

resolve, eles têm o interesse de resolver a sua demanda", explica a professora.

Ainda sobre participação cidadã, houve crescimento expressivo nas manifestações registradas pela ouvidoria: foram mais de 9.700 atendimentos, entre elogios, sugestões, solicitações, reclamações e pedidos de Acesso à Informação, representando um aumento de quase 30% em relação ao período anterior.

A realização da Pesquisa de Satisfação durante a Agrotins é conduzida há dois anos consecutivos e está confirmada para ser aplicada novamente na edição deste ano. Com 3.062 questionários respondidos nas edições anteriores, evidencia a força da atuação das ouvidorias ao permitir que os participantes opinem sobre a estrutura da feira e contribuam diretamente para o aprimoramento do evento.

Capacitações

Com foco no atendimento técnico e preciso, a Ouvidoria-Geral promoveu capacitações e orientações durante o ano todo, totalizando 375 ações formativas, com 165 cursos e 210 reuniões de suporte técnico e diário para as equipes das setoriais.

O ouvidor do Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins) Wanderson Frederico Pinheiro, destacou que participar dos treinamentos ofertados pela Ouvidoria-Geral foi uma experiência enriquecedora. "As capacitações possibilitaram compreender melhor a importância da atuação integrada entre a OGE e as ouvidorias setoriais e também contribuíram para aprimorar uma atuação mais prática, técnica e eficiente no desempenho das atividades no órgão", explicou.

Outro avanço foi a implementação de mais de 700 Cartas de Serviços ao Usuário, disponíveis no Portal de Serviços, que orientam os cidadãos sobre como acessar e utilizar os atendimentos ofertados pela Administração Estadual.

Diamante em Transparência

avanca-na-participacao-cidada-por-meio-do-sistema-estadual-de-ouvidorias

Com o trabalho técnico desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado, por meio da Ouvidoria-Geral, o Portal da Transparência do Governo do **Tocantins** tem se consolidado como uma importante ferramenta de transparência ativa. A plataforma ultrapassou a marca de 700 mil acessos em 2025, evidenciando avanços significativos na disponibilização de informações públicas. Esse desempenho resultou na conquista do Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com índice de 99,18% na avaliação da Atricon, colocando o **Tocantins** na 5ª posição nacional e na 2ª colocação na Região Norte.

Entre as principais melhorias, destacam-se a revisão e modernização do Portal, ampliando a oferta de dados de forma clara e atualizada. Outro avanço é o lançamento do Painel de Diárias, desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI). A ferramenta, integrada ao Portal, consolida informações sobre pagamentos realizados aos servidores em deslocamentos a serviço, permitindo consulta mais rápida e transparente.

As melhorias também contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e demais órgãos do Executivo estadual.

O ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro, reafirmou o papel do ouvidor como agente fundamental da transparência pública. "Ser ouvidor é assumir a responsabilidade de ouvir com atenção, acolher com respeito e encaminhar com compromisso. Nosso papel é fazer a ponte entre o cidadão e o Estado, transformando manifestações em melhorias concretas nos serviços públicos. A Ouvidoria dá voz ao cidadão e contribui para uma gestão mais transparente, participativa e eficiente", pontuou.

Cerimônia

A cerimônia de divulgação dos resultados ocorreu durante o 4º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis/SC, em dezembro de 2025. O evento contou com a participação do secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), Murilo Francisco Centeno; do ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro; e da assessora técnica Juliana Veloso, que representaram o **Tocantins**. O Certificado de Qualidade em Transparência Pública foi entregue ao Governo do **Tocantins** pelo conselheiro do **Tribunal de Contas do Tocantins**, **Alberto Sevilha**.

Site: <https://cntocantins.com.br/noticia/39920/com-selo-diamante-em-transparencia-governo-do-tocantins->

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias

Por: Redação | Tribuna do Povo

O Sistema Estadual de Ouvidorias do Governo do **Tocantins** tem atuado de forma contínua para reafirmar o compromisso com a transparência e a escuta ativa. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), por meio da Ouvidoria-Geral, o sistema é composto por 46 ouvidorias setoriais e representa a porta de entrada direta da participação cidadã na gestão pública do Executivo Estadual.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho desenvolvido pela rede de ouvidorias tem gerado avanços consistentes, com resultados que refletem diretamente na melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade tocaninense. Em 2025, esses esforços foram ainda mais evidentes, consolidando conquistas e ampliando o alcance das ações voltadas à escuta e ao atendimento ao cidadão.

O secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Centeno enfatizou que o trabalho realizado pelos ouvidores do Estado do **Tocantins** é pautado pelo compromisso de aproximar o cidadão da gestão pública. "Nós trabalhamos para tornar o cidadão parte do processo de fiscalização das políticas públicas, da eficiência administrativa e da aplicação dos recursos do erário. O fortalecimento do Controle Social é uma das prioridades da gestão", ressaltou.

Participação Cidadã

O atendimento ao cidadão, principal pilar das ouvidorias, tem garantido resultados concretos para quem busca apoio na administração pública. Um exemplo é o da professora aposentada Maria das Graças Cantão da Silva, que recorreu ao serviço durante seu processo de aposentadoria e teve sua demanda atendida com eficiência.

"Procurei a ouvidoria do Estado e fui muito bem atendida durante esse processo. Gostaria de dizer às pessoas que ficam em dúvida para que não tenham receio, procurem a ouvidoria, porque realmente ela

resolve, eles têm o interesse de resolver a sua demanda", explica a professora.

Ainda sobre participação cidadã, houve crescimento expressivo nas manifestações registradas pela ouvidoria: foram mais de 9.700 atendimentos, entre elogios, sugestões, solicitações, reclamações e pedidos de Acesso à Informação, representando um aumento de quase 30% em relação ao período anterior.

A realização da Pesquisa de Satisfação durante a Agrotins é conduzida há dois anos consecutivos e está confirmada para ser aplicada novamente na edição deste ano. Com 3.062 questionários respondidos nas edições anteriores, evidencia a força da atuação das ouvidorias ao permitir que os participantes opinem sobre a estrutura da feira e contribuam diretamente para o aprimoramento do evento.

Capacitações

Com foco no atendimento técnico e preciso, a Ouvidoria-Geral promoveu capacitações e orientações durante o ano todo, totalizando 375 ações formativas, com 165 cursos e 210 reuniões de suporte técnico e diário para as equipes das setoriais.

O ouvidor do Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins) Wanderson Frederico Pinheiro, destacou que participar dos treinamentos ofertados pela Ouvidoria-Geral foi uma experiência enriquecedora. "As capacitações possibilitaram compreender melhor a importância da atuação integrada entre a OGE e as ouvidorias setoriais e também contribuíram para aprimorar uma atuação mais prática, técnica e eficiente no desempenho das atividades no órgão", explicou.

Outro avanço foi a implementação de mais de 700 Cartas de Serviços ao Usuário, disponíveis no Portal de Serviços, que orientam os cidadãos sobre como acessar e utilizar os atendimentos ofertados pela Administração Estadual.

Diamante em Transparência

Com o trabalho técnico desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado, por meio da Ouvidoria-Geral, o Portal da Transparência do Governo do **Tocantins** tem se consolidado como uma importante ferramenta de transparência ativa. A plataforma ultrapassou a marca de 700 mil acessos em 2025, evidenciando avanços significativos na disponibilização de informações públicas. Esse desempenho resultou na conquista do Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com índice de 99,18% na avaliação da Atricon, colocando o **Tocantins** na 5ª posição nacional e na 2ª colocação na Região Norte.

Entre as principais melhorias, destacam-se a revisão e modernização do Portal, ampliando a oferta de dados de forma clara e atualizada. Outro avanço é o lançamento do Painel de Diárias, desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI). A ferramenta, integrada ao Portal, consolida informações sobre pagamentos realizados aos servidores em deslocamentos a serviço, permitindo consulta mais rápida e transparente.

As melhorias também contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e demais órgãos do Executivo estadual.

O ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro, reafirmou o papel do ouvidor como agente fundamental da transparência pública. "Ser ouvidor é assumir a responsabilidade de ouvir com atenção, acolher com respeito e encaminhar com compromisso. Nosso papel é fazer a ponte entre o cidadão e o Estado, transformando manifestações em melhorias concretas nos serviços públicos. A Ouvidoria dá voz ao cidadão e contribui para uma gestão mais transparente, participativa e eficiente", pontuou.

Cerimônia

A cerimônia de divulgação dos resultados ocorreu durante o 4º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis/SC, em dezembro de 2025. O evento contou com a participação do secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), Murilo Francisco Centeno; do ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro; e da assessora técnica Juliana Veloso, que representaram o **Tocantins**. O Certificado de Qualidade em Transparência Pública foi entregue ao Governo do **Tocantins** pelo conselheiro do **Tribunal de Contas** do **Tocantins**, **Alberto Sevilha**.

Site:

<https://www.tribunadopovoto.com.br/noticia/96675/com->

***selo-diamante-em-transparencia-governo-do-tocantins-
avanca-na-participacao-cidada-por-meio-do-sistema-
estadual-de-ouvidorias***

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias

O Sistema Estadual de Ouvidorias do Governo do **Tocantins** tem atuado de forma contínua para reafirmar o compromisso com a transparência e a escuta ativa. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), por meio da Ouvidoria-Geral, o sistema é composto por 46 ouvidorias setoriais e representa a porta de entrada direta da participação cidadã na gestão pública do Executivo Estadual.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho desenvolvido pela rede de ouvidorias tem gerado avanços consistentes, com resultados que refletem diretamente na melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade tocantinense. Em 2025, esses esforços foram ainda mais evidentes, consolidando conquistas e ampliando o alcance das ações voltadas à escuta e ao atendimento ao cidadão.

O secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Centeno enfatizou que o trabalho realizado pelos ouvidores do Estado do **Tocantins** é pautado pelo compromisso de aproximar o cidadão da gestão pública. "Nós trabalhamos para tornar o cidadão parte do processo de fiscalização das políticas públicas, da eficiência administrativa e da aplicação dos recursos do erário. O fortalecimento do Controle Social é uma das prioridades da gestão", ressaltou.

Participação Cidadã

O atendimento ao cidadão, principal pilar das ouvidorias, tem garantido resultados concretos para quem busca apoio na administração pública. Um exemplo é o da professora aposentada Maria das Graças Cantão da Silva, que recorreu ao serviço durante seu processo de aposentadoria e teve sua demanda atendida com eficiência.

"Procurei a ouvidoria do Estado e fui muito bem atendida durante esse processo. Gostaria de dizer às pessoas que ficam em dúvida para que não tenham receio, procurem a ouvidoria, porque realmente ela resolve, eles têm o interesse de resolver a sua demanda", explica a professora.

Ainda sobre participação cidadã, houve crescimento expressivo nas manifestações registradas pela ouvidoria: foram mais de 9.700 atendimentos, entre elogios, sugestões, solicitações, reclamações e pedidos de Acesso à Informação, representando um aumento de quase 30% em relação ao período anterior.

A realização da Pesquisa de Satisfação durante a Agrotins é conduzida há dois anos consecutivos e está confirmada para ser aplicada novamente na edição deste ano. Com 3.062 questionários respondidos nas edições anteriores, evidencia a força da atuação das ouvidorias ao permitir que os participantes opinem sobre a estrutura da feira e contribuam diretamente para o aprimoramento do evento.

Capacitações

Com foco no atendimento técnico e preciso, a Ouvidoria-Geral promoveu capacitações e orientações durante o ano todo, totalizando 375 ações formativas, com 165 cursos e 210 reuniões de suporte técnico e diário para as equipes das setoriais.

O ouvidor do Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins) Wanderson Frederico Pinheiro, destacou que participar dos treinamentos ofertados pela Ouvidoria-Geral foi uma experiência enriquecedora. "As capacitações possibilitaram compreender melhor a importância da atuação integrada entre a OGE e as ouvidorias setoriais e também contribuíram para aprimorar uma atuação mais prática, técnica e eficiente no desempenho das atividades no órgão", explicou.

Outro avanço foi a implementação de mais de 700 Cartas de Serviços ao Usuário, disponíveis no Portal de Serviços, que orientam os cidadãos sobre como acessar e utilizar os atendimentos ofertados pela Administração Estadual.

Diamante em Transparência

estadual-de-ouvidorias

Com o trabalho técnico desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado, por meio da Ouvidoria-Geral, o Portal da Transparência do Governo do **Tocantins** tem se consolidado como uma importante ferramenta de transparência ativa. A plataforma ultrapassou a marca de 700 mil acessos em 2025, evidenciando avanços significativos na disponibilização de informações públicas. Esse desempenho resultou na conquista do Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com índice de 99,18% na avaliação da Atricon, colocando o **Tocantins** na 5ª posição nacional e na 2ª colocação na Região Norte.

Entre as principais melhorias, destacam-se a revisão e modernização do Portal, ampliando a oferta de dados de forma clara e atualizada. Outro avanço é o lançamento do Painel de Diárias, desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI). A ferramenta, integrada ao Portal, consolida informações sobre pagamentos realizados aos servidores em deslocamentos a serviço, permitindo consulta mais rápida e transparente.

As melhorias também contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e demais órgãos do Executivo estadual.

O ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro, reafirmou o papel do ouvidor como agente fundamental da transparência pública. "Ser ouvidor é assumir a responsabilidade de ouvir com atenção, acolher com respeito e encaminhar com compromisso. Nosso papel é fazer a ponte entre o cidadão e o Estado, transformando manifestações em melhorias concretas nos serviços públicos. A Ouvidoria dá voz ao cidadão e contribui para uma gestão mais transparente, participativa e eficiente", pontuou.

Cerimônia

A cerimônia de divulgação dos resultados ocorreu durante o 4º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis/SC, em dezembro de 2025. O evento contou com a participação do secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), Murilo Francisco Centeno; do ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro; e da assessora técnica Juliana Veloso, que representaram o **Tocantins**. O Certificado de Qualidade em Transparência Pública foi entregue ao Governo do **Tocantins** pelo conselheiro do **Tribunal de Contas do Tocantins**, **Alberto Sevilha**.

Site:

[https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/106224/com-selo-diamante-em-transparencia-governo-do-tocantins-avanca-na-participacao-cidada-por-meio-do-sistema-](https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/106224/com-selo-diamante-em-transparencia-governo-do-tocantins-avanca-na-participacao-cidada-por-meio-do-sistema)

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias (Geral)

Por: Redação

O Sistema Estadual de Ouvidorias do Governo do **Tocantins** tem atuado de forma contínua para reafirmar o compromisso com a transparência e a escuta ativa. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), por meio da Ouvidoria-Geral, o sistema é composto por 46 ouvidorias setoriais e representa a porta de entrada direta da participação cidadã na gestão pública do Executivo Estadual.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho desenvolvido pela rede de ouvidorias tem gerado avanços consistentes, com resultados que refletem diretamente na melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade tocaninense. Em 2025, esses esforços foram ainda mais evidentes, consolidando conquistas e ampliando o alcance das ações voltadas à escuta e ao atendimento ao cidadão.

O secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Centeno enfatizou que o trabalho realizado pelos ouvidores do Estado do **Tocantins** é pautado pelo compromisso de aproximar o cidadão da gestão pública. "Nós trabalhamos para tornar o cidadão parte do processo de fiscalização das políticas públicas, da eficiência administrativa e da aplicação dos recursos do erário. O fortalecimento do Controle Social é uma das prioridades da gestão", ressaltou.

Participação Cidadã

O atendimento ao cidadão, principal pilar das ouvidorias, tem garantido resultados concretos para quem busca apoio na administração pública. Um exemplo é o da professora aposentada Maria das Graças Cantão da Silva, que recorreu ao serviço durante seu processo de aposentadoria e teve sua demanda atendida com eficiência.

"Procurei a ouvidoria do Estado e fui muito bem atendida durante esse processo. Gostaria de dizer às pessoas que ficam em dúvida para que não tenham receio, procurem a ouvidoria, porque realmente ela

resolve, eles têm o interesse de resolver a sua demanda", explica a professora.

Ainda sobre participação cidadã, houve crescimento expressivo nas manifestações registradas pela ouvidoria: foram mais de 9.700 atendimentos, entre elogios, sugestões, solicitações, reclamações e pedidos de Acesso à Informação, representando um aumento de quase 30% em relação ao período anterior.

A realização da Pesquisa de Satisfação durante a Agrotins é conduzida há dois anos consecutivos e está confirmada para ser aplicada novamente na edição deste ano. Com 3.062 questionários respondidos nas edições anteriores, evidencia a força da atuação das ouvidorias ao permitir que os participantes opinem sobre a estrutura da feira e contribuam diretamente para o aprimoramento do evento.

Capacitações

Com foco no atendimento técnico e preciso, a Ouvidoria-Geral promoveu capacitações e orientações durante o ano todo, totalizando 375 ações formativas, com 165 cursos e 210 reuniões de suporte técnico e diário para as equipes das setoriais.

O ouvidor do Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins) Wanderson Frederico Pinheiro, destacou que participar dos treinamentos ofertados pela Ouvidoria-Geral foi uma experiência enriquecedora. "As capacitações possibilitaram compreender melhor a importância da atuação integrada entre a OGE e as ouvidorias setoriais e também contribuíram para aprimorar uma atuação mais prática, técnica e eficiente no desempenho das atividades no órgão", explicou.

Outro avanço foi a implementação de mais de 700 Cartas de Serviços ao Usuário, disponíveis no Portal de Serviços, que orientam os cidadãos sobre como acessar e utilizar os atendimentos ofertados pela Administração Estadual.

Diamante em Transparência

avança-na-participacao-cidada-por-meio-do-sistema-estadual-de-ouvidorias

Com o trabalho técnico desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado, por meio da Ouvidoria-Geral, o Portal da Transparência do Governo do **Tocantins** tem se consolidado como uma importante ferramenta de transparência ativa. A plataforma ultrapassou a marca de 700 mil acessos em 2025, evidenciando avanços significativos na disponibilização de informações públicas. Esse desempenho resultou na conquista do Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com índice de 99,18% na avaliação da Atricon, colocando o **Tocantins** na 5ª posição nacional e na 2ª colocação na Região Norte.

Entre as principais melhorias, destacam-se a revisão e modernização do Portal, ampliando a oferta de dados de forma clara e atualizada. Outro avanço é o lançamento do Painel de Diárias, desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI). A ferramenta, integrada ao Portal, consolida informações sobre pagamentos realizados aos servidores em deslocamentos a serviço, permitindo consulta mais rápida e transparente.

As melhorias também contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e demais órgãos do Executivo estadual.

O ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro, reafirmou o papel do ouvidor como agente fundamental da transparência pública. "Ser ouvidor é assumir a responsabilidade de ouvir com atenção, acolher com respeito e encaminhar com compromisso. Nosso papel é fazer a ponte entre o cidadão e o Estado, transformando manifestações em melhorias concretas nos serviços públicos. A Ouvidoria dá voz ao cidadão e contribui para uma gestão mais transparente, participativa e eficiente", pontuou.

Cerimônia

A cerimônia de divulgação dos resultados ocorreu durante o 4º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis/SC, em dezembro de 2025. O evento contou com a participação do secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), Murilo Francisco Centeno; do ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro; e da assessora técnica Juliana Veloso, que representaram o **Tocantins**. O Certificado de Qualidade em Transparência Pública foi entregue ao Governo do **Tocantins** pelo conselheiro do **Tribunal de Contas do Tocantins**, **Alberto Sevilha**.

Site: <https://buritinoticias.com.br/noticia/50440/com-selo-diamante-em-transparencia-governo-do-tocantins->

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias

O Sistema Estadual de Ouvidorias do Governo do **Tocantins** tem atuado de forma contínua para reafirmar o compromisso com a transparência e a escuta ativa. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), por meio da Ouvidoria-Geral, o sistema é composto por 46 ouvidorias setoriais e representa a porta de entrada direta da participação cidadã na gestão pública do Executivo Estadual.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho desenvolvido pela rede de ouvidorias tem gerado avanços consistentes, com resultados que refletem diretamente na melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade tocantinense. Em 2025, esses esforços foram ainda mais evidentes, consolidando conquistas e ampliando o alcance das ações voltadas à escuta e ao atendimento ao cidadão.

O secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Centeno enfatizou que o trabalho realizado pelos ouvidores do Estado do **Tocantins** é pautado pelo compromisso de aproximar o cidadão da gestão pública. "Nós trabalhamos para tornar o cidadão parte do processo de fiscalização das políticas públicas, da eficiência administrativa e da aplicação dos recursos do erário. O fortalecimento do Controle Social é uma das prioridades da gestão", ressaltou.

Participação Cidadã

O atendimento ao cidadão, principal pilar das ouvidorias, tem garantido resultados concretos para quem busca apoio na administração pública. Um exemplo é o da professora aposentada Maria das Graças Cantão da Silva, que recorreu ao serviço durante seu processo de aposentadoria e teve sua demanda atendida com eficiência.

"Procurei a ouvidoria do Estado e fui muito bem atendida durante esse processo. Gostaria de dizer às pessoas que ficam em dúvida para que não tenham receio, procurem a ouvidoria, porque realmente ela resolve, eles têm o interesse de resolver a sua demanda", explica a professora.

Ainda sobre participação cidadã, houve crescimento expressivo nas manifestações registradas pela ouvidoria: foram mais de 9.700 atendimentos, entre elogios, sugestões, solicitações, reclamações e pedidos de Acesso à Informação, representando um aumento de quase 30% em relação ao período anterior.

A realização da Pesquisa de Satisfação durante a Agrotins é conduzida há dois anos consecutivos e está confirmada para ser aplicada novamente na edição deste ano. Com 3.062 questionários respondidos nas edições anteriores, evidencia a força da atuação das ouvidorias ao permitir que os participantes opinem sobre a estrutura da feira e contribuam diretamente para o aprimoramento do evento.

Capacitações

Com foco no atendimento técnico e preciso, a Ouvidoria-Geral promoveu capacitações e orientações durante o ano todo, totalizando 375 ações formativas, com 165 cursos e 210 reuniões de suporte técnico e diário para as equipes das setoriais.

O ouvidor do Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins) Wanderson Frederico Pinheiro, destacou que participar dos treinamentos ofertados pela Ouvidoria-Geral foi uma experiência enriquecedora. "As capacitações possibilitaram compreender melhor a importância da atuação integrada entre a OGE e as ouvidorias setoriais e também contribuíram para aprimorar uma atuação mais prática, técnica e eficiente no desempenho das atividades no órgão", explicou.

Outro avanço foi a implementação de mais de 700 Cartas de Serviços ao Usuário, disponíveis no Portal de Serviços, que orientam os cidadãos sobre como acessar e utilizar os atendimentos ofertados pela Administração Estadual.

Diamante em Transparência

Com o trabalho técnico desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado, por meio da Ouvidoria-Geral, o Portal da Transparência do Governo do **Tocantins** tem se consolidado como uma importante ferramenta de transparência ativa. A plataforma ultrapassou a marca de 700 mil acessos em 2025, evidenciando avanços significativos na disponibilização de informações públicas. Esse desempenho resultou na conquista do Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com índice de 99,18% na avaliação da Atricon, colocando o **Tocantins** na 5ª posição nacional e na 2ª colocação na Região Norte.

Entre as principais melhorias, destacam-se a revisão e modernização do Portal, ampliando a oferta de dados de forma clara e atualizada. Outro avanço é o lançamento do Painel de Diárias, desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI). A ferramenta, integrada ao Portal, consolida informações sobre pagamentos realizados aos servidores em deslocamentos a serviço, permitindo consulta mais rápida e transparente.

As melhorias também contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e demais órgãos do Executivo estadual.

O ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro, reafirmou o papel do ouvidor como agente fundamental da transparência pública. "Ser ouvidor é assumir a responsabilidade de ouvir com atenção, acolher com respeito e encaminhar com compromisso. Nosso papel é fazer a ponte entre o cidadão e o Estado, transformando manifestações em melhorias concretas nos serviços públicos. A Ouvidoria dá voz ao cidadão e contribui para uma gestão mais transparente, participativa e eficiente", pontuou.

Cerimônia

A cerimônia de divulgação dos resultados ocorreu durante o 4º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis/SC, em dezembro de 2025. O evento contou com a participação do secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), Murilo Francisco Centeno; do ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro; e da assessora técnica Juliana Veloso, que representaram o **Tocantins**. O Certificado de Qualidade em Transparência Pública foi entregue ao Governo do **Tocantins** pelo conselheiro do **Tribunal de Contas** do **Tocantins**, **Alberto Sevilha**.

Site: <https://jalapaonoticias.com.br/noticia/45801/com-selo-diamante-em-transparencia-governo-do-tocantins-avanca-na-participacao-cidada-por-meio-do-sistema-estadual-de-ouvidorias>

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias

O Sistema Estadual de Ouvidorias do Governo do **Tocantins** tem atuado de forma contínua para reafirmar o compromisso com a transparência e a escuta ativa. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), por meio da Ouvidoria-Geral, o sistema é composto por 46 ouvidorias setoriais e representa a porta de entrada direta da participação cidadã na gestão pública do Executivo Estadual.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho desenvolvido pela rede de ouvidorias tem gerado avanços consistentes, com resultados que refletem diretamente na melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade tocaninense. Em 2025, esses esforços foram ainda mais evidentes, consolidando conquistas e ampliando o alcance das ações voltadas à escuta e ao atendimento ao cidadão.

O secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Centeno enfatizou que o trabalho realizado pelos ouvidores do Estado do **Tocantins** é pautado pelo compromisso de aproximar o cidadão da gestão pública. "Nós trabalhamos para tornar o cidadão parte do processo de fiscalização das políticas públicas, da eficiência administrativa e da aplicação dos recursos do erário. O fortalecimento do Controle Social é uma das prioridades da gestão", ressaltou.

Participação Cidadã

O atendimento ao cidadão, principal pilar das ouvidorias, tem garantido resultados concretos para quem busca apoio na administração pública. Um exemplo é o da professora aposentada Maria das Graças Cantão da Silva, que recorreu ao serviço durante seu processo de aposentadoria e teve sua demanda atendida com eficiência.

"Procurei a ouvidoria do Estado e fui muito bem atendida durante esse processo. Gostaria de dizer às pessoas que ficam em dúvida para que não tenham receio, procurem a ouvidoria, porque realmente ela resolve, eles têm o interesse de resolver a sua demanda", explica a professora.

Ainda sobre participação cidadã, houve crescimento expressivo nas manifestações registradas pela ouvidoria: foram mais de 9.700 atendimentos, entre elogios, sugestões, solicitações, reclamações e pedidos de Acesso à Informação, representando um aumento de quase 30% em relação ao período anterior.

A realização da Pesquisa de Satisfação durante a Agrotins é conduzida há dois anos consecutivos e está confirmada para ser aplicada novamente na edição deste ano. Com 3.062 questionários respondidos nas edições anteriores, evidencia a força da atuação das ouvidorias ao permitir que os participantes opinem sobre a estrutura da feira e contribuam diretamente para o aprimoramento do evento.

Capacitações

Com foco no atendimento técnico e preciso, a Ouvidoria-Geral promoveu capacitações e orientações durante o ano todo, totalizando 375 ações formativas, com 165 cursos e 210 reuniões de suporte técnico e diário para as equipes das setoriais.

O ouvidor do Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins) Wanderson Frederico Pinheiro, destacou que participar dos treinamentos ofertados pela Ouvidoria-Geral foi uma experiência enriquecedora. "As capacitações possibilitaram compreender melhor a importância da atuação integrada entre a OGE e as ouvidorias setoriais e também contribuíram para aprimorar uma atuação mais prática, técnica e eficiente no desempenho das atividades no órgão", explicou.

Outro avanço foi a implementação de mais de 700 Cartas de Serviços ao Usuário, disponíveis no Portal de Serviços, que orientam os cidadãos sobre como acessar e utilizar os atendimentos ofertados pela Administração Estadual.

Diamante em Transparência

Com o trabalho técnico desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado, por meio da Ouvidoria-Geral, o Portal da Transparência do Governo do **Tocantins** tem se consolidado como uma importante ferramenta de transparência ativa. A plataforma ultrapassou a marca de 700 mil acessos em 2025, evidenciando avanços significativos na disponibilização de informações públicas. Esse desempenho resultou na conquista do Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com índice de 99,18% na avaliação da Atricon, colocando o **Tocantins** na 5ª posição nacional e na 2ª colocação na Região Norte.

Entre as principais melhorias, destacam-se a revisão e modernização do Portal, ampliando a oferta de dados de forma clara e atualizada. Outro avanço é o lançamento do Painel de Diárias, desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI). A ferramenta, integrada ao Portal, consolida informações sobre pagamentos realizados aos servidores em deslocamentos a serviço, permitindo consulta mais rápida e transparente.

As melhorias também contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e demais órgãos do Executivo estadual.

O ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro, reafirmou o papel do ouvidor como agente fundamental da transparência pública. "Ser ouvidor é assumir a responsabilidade de ouvir com atenção, acolher com respeito e encaminhar com compromisso. Nosso papel é fazer a ponte entre o cidadão e o Estado, transformando manifestações em melhorias concretas nos serviços públicos. A Ouvidoria dá voz ao cidadão e contribui para uma gestão mais transparente, participativa e eficiente", pontuou.

Cerimônia

A cerimônia de divulgação dos resultados ocorreu durante o 4º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis/SC, em dezembro de 2025. O evento contou com a participação do secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), Murilo Francisco Centeno; do ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro; e da assessora técnica Juliana Veloso, que representaram o **Tocantins**. O Certificado de Qualidade em Transparência Pública foi entregue ao Governo do **Tocantins** pelo conselheiro do **Tribunal de Contas do Tocantins**, **Alberto Sevilha**.

Site: <https://boletimpolitico.com.br/noticia/73588/com-selo-diamante-em-transparencia-governo-do-tocantins-avanca-na-participacao-cidada-por-meio-do-sistema-estadual-de-ouvidorias>

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias

por **Gabrielle Farias/Governo do Tocantins**

O Sistema Estadual de Ouvidorias do Governo do **Tocantins** tem atuado de forma contínua para reafirmar o compromisso com a transparência e a escuta ativa. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), por meio da Ouvidoria-Geral, o sistema é composto por 46 ouvidorias setoriais e representa a porta de entrada direta da participação cidadã na gestão pública do Executivo Estadual.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho desenvolvido pela rede de ouvidorias tem gerado avanços consistentes, com resultados que refletem diretamente na melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade tocaninense. Em 2025, esses esforços foram ainda mais evidentes, consolidando conquistas e ampliando o alcance das ações voltadas à escuta e ao atendimento ao cidadão.

O secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Centeno enfatizou que o trabalho realizado pelos ouvidores do Estado do **Tocantins** é pautado pelo compromisso de aproximar o cidadão da gestão pública. "Nós trabalhamos para tornar o cidadão parte do processo de fiscalização das políticas públicas, da eficiência administrativa e da aplicação dos recursos do erário. O fortalecimento do Controle Social é uma das prioridades da gestão", ressaltou.

Participação Cidadã

O atendimento ao cidadão, principal pilar das ouvidorias, tem garantido resultados concretos para quem busca apoio na administração pública. Um exemplo é o da professora aposentada Maria das Graças Cantão da Silva, que recorreu ao serviço durante seu processo de aposentadoria e teve sua demanda atendida com eficiência.

"Procurei a ouvidoria do Estado e fui muito bem atendida durante esse processo. Gostaria de dizer às pessoas que ficam em dúvida para que não tenham receio, procurem a ouvidoria, porque realmente ela

resolve, eles têm o interesse de resolver a sua demanda", explica a professora.

Ainda sobre participação cidadã, houve crescimento expressivo nas manifestações registradas pela ouvidoria: foram mais de 9.700 atendimentos, entre elogios, sugestões, solicitações, reclamações e pedidos de Acesso à Informação, representando um aumento de quase 30% em relação ao período anterior.

A realização da Pesquisa de Satisfação durante a Agrotins é conduzida há dois anos consecutivos e está confirmada para ser aplicada novamente na edição deste ano. Com 3.062 questionários respondidos nas edições anteriores, evidencia a força da atuação das ouvidorias ao permitir que os participantes opinem sobre a estrutura da feira e contribuam diretamente para o aprimoramento do evento.

Capacitações

Com foco no atendimento técnico e preciso, a Ouvidoria-Geral promoveu capacitações e orientações durante o ano todo, totalizando 375 ações formativas, com 165 cursos e 210 reuniões de suporte técnico e diário para as equipes das setoriais.

O ouvidor do Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins) Wanderson Frederico Pinheiro, destacou que participar dos treinamentos ofertados pela Ouvidoria-Geral foi uma experiência enriquecedora. "As capacitações possibilitaram compreender melhor a importância da atuação integrada entre a Ouvidoria-Geral e as ouvidorias setoriais e também contribuíram para aprimorar uma atuação mais prática, técnica e eficiente no desempenho das atividades no órgão", explicou.

Outro avanço foi a implementação de mais de 700 Cartas de Serviços ao Usuário, disponíveis no Portal de Serviços, que orientam os cidadãos sobre como acessar e utilizar os atendimentos ofertados pela Administração Estadual.

Diamante em Transparência

participacao-cidada-por-meio-do-sistema-estadual-de-ouvidorias/70p00yw9ona7

Com o trabalho técnico desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado, por meio da Ouvidoria-Geral, o Portal da Transparência do Governo do **Tocantins** tem se consolidado como uma importante ferramenta de transparência ativa. A plataforma ultrapassou a marca de 700 mil acessos em 2025, evidenciando avanços significativos na disponibilização de informações públicas. Esse desempenho resultou na conquista do Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com índice de 99,18% na avaliação da Atricon, colocando o **Tocantins** na 5ª posição nacional e na 2ª colocação na Região Norte.

Entre as principais melhorias, destacam-se a revisão e modernização do Portal, ampliando a oferta de dados de forma clara e atualizada. Outro avanço é o lançamento do Painel de Diárias, desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI). A ferramenta, integrada ao Portal, consolida informações sobre pagamentos realizados aos servidores em deslocamentos a serviço, permitindo consulta mais rápida e transparente.

As melhorias também contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e demais órgãos do Executivo estadual.

O ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro, reafirmou o papel do ouvidor como agente fundamental da transparência pública. "Ser ouvidor é assumir a responsabilidade de ouvir com atenção, acolher com respeito e encaminhar com compromisso. Nosso papel é fazer a ponte entre o cidadão e o Estado, transformando manifestações em melhorias concretas nos serviços públicos. A Ouvidoria dá voz ao cidadão e contribui para uma gestão mais transparente, participativa e eficiente", pontuou.

Cerimônia

A cerimônia de divulgação dos resultados ocorreu durante o 4º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis/SC, em dezembro de 2025. O evento contou com a participação do secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), Murilo Francisco Centeno; do ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro; e da assessora técnica Juliana Veloso, que representaram o **Tocantins**. O Certificado de Qualidade em Transparência Pública foi entregue ao Governo do **Tocantins** pelo conselheiro do **Tribunal de Contas do Tocantins**, **Alberto Sevilha**.

Site: [http://www.to.gov.br/noticias/com-selo-diamante-em-transparencia-governo-do-tocantins-avanca-na-](http://www.to.gov.br/noticias/com-selo-diamante-em-transparencia-governo-do-tocantins-avanca-na)

Câmara de Santa Tereza do Tocantins realiza sessão com criação de comissões, aprovação de requerimentos e debate sobre transporte universitário (Ação Parlamentar)

Logo no início dos trabalhos, o presidente informou aos vereadores que participou de reunião no **Tribunal de Contas** juntamente com o jurídico da Câmara e o controle interno, onde foi alertado que os balancetes de anos anteriores precisam ser votados obrigatoriamente pelo Legislativo, sob pena de sanções ao presidente da Casa.

Logo no início dos trabalhos, o presidente informou aos vereadores que participou de reunião no **Tribunal de Contas** juntamente com o jurídico da Câmara e o controle interno, onde foi alertado que os balancetes de anos anteriores precisam ser votados obrigatoriamente pelo Legislativo, sob pena de sanções ao presidente da Casa.

Comissões permanentes são definidas

Durante a sessão foram formadas as comissões permanentes que irão analisar os projetos ao longo do ano legislativo.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação ficou composta por Mauro Jorge como presidente, Professor Dannylo como relator e Domingos Andrade como membro.

Na Comissão de Finanças e Orçamento, Domingos Andrade assumiu a presidência, Severino ficou como relator e Carlos de Camilo como membro.

Já a Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social, Obras, Meio Ambiente e Serviços Públicos terá Pedro Lourenço como presidente, Jucileide como relatora e Wochington Sousa como membro.

Requerimentos pedem informações, transparência e concurso público

Os vereadores apresentaram requerimentos voltados à fiscalização da administração pública.

O Requerimento nº 001/2026 solicita informações detalhadas sobre o Processo nº 54/2025, referente à

contratação de empresa para gerenciamento da manutenção da frota municipal, incluindo relação de fornecedores, notas fiscais, peças substituídas e valores pagos.

O Requerimento nº 002/2026, de autoria do vereador Carlos de Camilo, pede a realização de concurso público para o Poder Legislativo, com o objetivo de regularizar o quadro de servidores e garantir mais eficiência, legalidade e transparência na administração.

Também foi apresentado requerimento solicitando a relação completa dos veículos locados pela Prefeitura e pelos fundos municipais, com identificação, valores pagos e cópias dos contratos.

Os vereadores manifestaram apoio às solicitações, especialmente ao pedido de realização de concurso público, e todos os requerimentos foram aprovados por unanimidade.

Projeto cria Dia Municipal da Corrida de Cavalos

Durante a sessão foi apresentado o Projeto de Lei Ordinária nº 03/2026, de autoria do vereador Carlos de Camilo, que cria no calendário oficial do município o Dia Municipal da Corrida de Cavalos e autoriza a realização de cavalgadas em eventos.

Ao defender a proposta, o vereador destacou que a cavalgada e a corrida de cavalos fazem parte da tradição cultural do município e contribuem para o fortalecimento do turismo, da economia local e das atividades esportivas.

O projeto foi encaminhado para análise das comissões competentes.

Vereadores apresentam demandas da comunidade

Durante os debates, parlamentares levaram ao plenário pedidos da população.

O vereador Pedro Lourenço solicitou a construção de dois banheiros no campo Severino Alves Cardoso para atender o público que acompanha jogos, além de cobrar melhorias em ruas que estão com difícil acesso devido ao período chuvoso.

O vereador Domingos Andrade comentou sobre a convocação para votação de balancetes antigos enviados pelo **Tribunal de Contas** e explicou que a lista com os documentos já foi arquivada na Câmara e deverá ser analisada.

A vereadora Jucileide parabenizou os jovens do município que estão cursando faculdade e destacou a importância do transporte universitário oferecido pela Prefeitura, pedindo que o incentivo continue para que mais estudantes possam seguir nos estudos.

O vereador Mauro Jorge elogiou o trabalho das secretarias, especialmente na manutenção das estradas vicinais e nas ações voltadas ao esporte.

O vereador Wochington Sousa solicitou a construção de banheiros na Praça 5 de Janeiro, pediu apoio de deputados para envio de recursos para recuperação das ruas e reforçou a necessidade da construção de um muro na Escola Municipal Francisco de Souza Barros para garantir mais segurança aos alunos.

O vereador Pedro Lourenço, que já atuou como professor na escola, reforçou que a construção do muro é uma das principais necessidades da unidade.

O vereador Severino informou que levou a demanda sobre o muro da escola à deputada estadual Vanda Monteiro, destacando a preocupação com a segurança dos alunos.

O vereador Carlos de Camilo relatou que esteve com o engenheiro do Executivo municipal e que o projeto do muro está em fase final de elaboração.

Um dos momentos de maior debate da sessão foi sobre o transporte universitário oferecido pelo município para estudantes que se deslocam até Palmas.

O vereador Mauro Jorge afirmou que recebeu informações de que existe fila de espera para o transporte e que alguns alunos estariam aguardando vaga no ônibus para iniciar a faculdade, o que estaria prejudicando estudantes.

A vereadora Jucileide contestou a informação, afirmando que, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, todos os alunos inscritos estão sendo atendidos e que não há registro oficial de fila de espera. Ela ressaltou que é importante

confirmar as informações antes de repassá-las à população.

Mauro Jorge também relatou uma reclamação sobre o fato de o ônibus universitário não parar no distrito de Buritirana para desembarcar alunos. Segundo ele, a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação é que a rota do transporte prevê desembarque apenas em Santa Tereza do **Tocantins** e no bairro Aroeira, uma vez que Buritirana não pertence ao município. Ainda assim, o vereador defendeu que o ônibus faça parada em Buritirana, argumentando que alguns estudantes de lá são eleitores de Santa Tereza do **Tocantins**.

Ao comentar o assunto, o vereador Carlos de Camilo concordou que, se existe uma regra impedindo o desembarque desses alunos em Buritirana, essa regra precisa ser revista, para que os estudantes que são eleitores de Santa Tereza do **Tocantins** possam ser atendidos e desembarcar no local.

A reunião foi encerrada após o registro das demandas apresentadas e o encaminhamento das matérias para análise das comissões, dando continuidade aos trabalhos legislativos do município.

Site:

<https://reportertocantins.com.br/noticia/29692/camara-de-santa-tereza-do-tocantins-realiza-sessao-com-criacao-de-comissoes-aprovacao-de-requerimentos-e-debate-sobre-transporte-universitario>

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias (Tocantins)

Carlla Morena

O Sistema Estadual de Ouvidorias do Governo do **Tocantins** tem atuado de forma contínua para reafirmar o compromisso com a transparência e a escuta ativa. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), por meio da Ouvidoria-Geral, o sistema é composto por 46 ouvidorias setoriais e representa a porta de entrada direta da participação cidadã na gestão pública do Executivo Estadual.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho desenvolvido pela rede de ouvidorias tem gerado avanços consistentes, com resultados que refletem diretamente na melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade tocaninense. Em 2025, esses esforços foram ainda mais evidentes, consolidando conquistas e ampliando o alcance das ações voltadas à escuta e ao atendimento ao cidadão.

O secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Centeno enfatizou que o trabalho realizado pelos ouvidores do Estado do **Tocantins** é pautado pelo compromisso de aproximar o cidadão da gestão pública. "Nós trabalhamos para tornar o cidadão parte do processo de fiscalização das políticas públicas, da eficiência administrativa e da aplicação dos recursos do erário. O fortalecimento do Controle Social é uma das prioridades da gestão", ressaltou.

Participação Cidadã

O atendimento ao cidadão, principal pilar das ouvidorias, tem garantido resultados concretos para quem busca apoio na administração pública. Um exemplo é o da professora aposentada Maria das Graças Cantão da Silva, que recorreu ao serviço durante seu processo de aposentadoria e teve sua demanda atendida com eficiência.

"Procurei a ouvidoria do Estado e fui muito bem atendida durante esse processo. Gostaria de dizer às pessoas que ficam em dúvida para que não tenham receio, procurem a ouvidoria, porque realmente ela

resolve, eles têm o interesse de resolver a sua demanda", explica a professora.

Ainda sobre participação cidadã, houve crescimento expressivo nas manifestações registradas pela ouvidoria: foram mais de 9.700 atendimentos, entre elogios, sugestões, solicitações, reclamações e pedidos de Acesso à Informação, representando um aumento de quase 30% em relação ao período anterior.

A realização da Pesquisa de Satisfação durante a Agrotins é conduzida há dois anos consecutivos e está confirmada para ser aplicada novamente na edição deste ano. Com 3.062 questionários respondidos nas edições anteriores, evidencia a força da atuação das ouvidorias ao permitir que os participantes opinem sobre a estrutura da feira e contribuam diretamente para o aprimoramento do evento.

Capacitações

Com foco no atendimento técnico e preciso, a Ouvidoria-Geral promoveu capacitações e orientações durante o ano todo, totalizando 375 ações formativas, com 165 cursos e 210 reuniões de suporte técnico e diário para as equipes das setoriais.

O ouvidor do Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins) Wanderson Frederico Pinheiro, destacou que participar dos treinamentos ofertados pela Ouvidoria-Geral foi uma experiência enriquecedora. "As capacitações possibilitaram compreender melhor a importância da atuação integrada entre a OGE e as ouvidorias setoriais e também contribuíram para aprimorar uma atuação mais prática, técnica e eficiente no desempenho das atividades no órgão", explicou.

Outro avanço foi a implementação de mais de 700 Cartas de Serviços ao Usuário, disponíveis no Portal de Serviços, que orientam os cidadãos sobre como acessar e utilizar os atendimentos ofertados pela Administração Estadual.

Diamante em Transparência

avanca-na-participacao-cidada-por-meio-do-sistema-estadual-de-ouvidorias

Com o trabalho técnico desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado, por meio da Ouvidoria-Geral, o Portal da Transparência do Governo do **Tocantins** tem se consolidado como uma importante ferramenta de transparência ativa. A plataforma ultrapassou a marca de 700 mil acessos em 2025, evidenciando avanços significativos na disponibilização de informações públicas. Esse desempenho resultou na conquista do Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com índice de 99,18% na avaliação da Atricon, colocando o **Tocantins** na 5ª posição nacional e na 2ª colocação na Região Norte.

Entre as principais melhorias, destacam-se a revisão e modernização do Portal, ampliando a oferta de dados de forma clara e atualizada. Outro avanço é o lançamento do Painel de Diárias, desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI). A ferramenta, integrada ao Portal, consolida informações sobre pagamentos realizados aos servidores em deslocamentos a serviço, permitindo consulta mais rápida e transparente.

As melhorias também contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e demais órgãos do Executivo estadual.

O ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro, reafirmou o papel do ouvidor como agente fundamental da transparência pública. "Ser ouvidor é assumir a responsabilidade de ouvir com atenção, acolher com respeito e encaminhar com compromisso. Nosso papel é fazer a ponte entre o cidadão e o Estado, transformando manifestações em melhorias concretas nos serviços públicos. A Ouvidoria dá voz ao cidadão e contribui para uma gestão mais transparente, participativa e eficiente", pontuou.

Cerimônia

A cerimônia de divulgação dos resultados ocorreu durante o 4º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis/SC, em dezembro de 2025. O evento contou com a participação do secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), Murilo Francisco Centeno; do ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro; e da assessora técnica Juliana Veloso, que representaram o **Tocantins**. O Certificado de Qualidade em Transparência Pública foi entregue ao Governo do **Tocantins** pelo conselheiro do **Tribunal de Contas do Tocantins**, **Alberto Sevilha**.

Site: <https://vidaeharmonia.com.br/noticia/47666/com-selo-diamante-em-transparencia-governo-do-tocantins->

Com Selo Diamante em Transparência, Governo do Tocantins avança na participação cidadã por meio do Sistema Estadual de Ouvidorias

O Sistema Estadual de Ouvidorias do Governo do **Tocantins** tem atuado de forma contínua para reafirmar o compromisso com a transparência e a escuta ativa. Coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), por meio da Ouvidoria-Geral, o sistema é composto por 46 ouvidorias setoriais e representa a porta de entrada direta da participação cidadã na gestão pública do Executivo Estadual.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho desenvolvido pela rede de ouvidorias tem gerado avanços consistentes, com resultados que refletem diretamente na melhoria da prestação de serviços públicos à sociedade tocaninense. Em 2025, esses esforços foram ainda mais evidentes, consolidando conquistas e ampliando o alcance das ações voltadas à escuta e ao atendimento ao cidadão.

O secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Centeno enfatizou que o trabalho realizado pelos ouvidores do Estado do **Tocantins** é pautado pelo compromisso de aproximar o cidadão da gestão pública. "Nós trabalhamos para tornar o cidadão parte do processo de fiscalização das políticas públicas, da eficiência administrativa e da aplicação dos recursos do erário. O fortalecimento do Controle Social é uma das prioridades da gestão", ressaltou.

Participação Cidadã

O atendimento ao cidadão, principal pilar das ouvidorias, tem garantido resultados concretos para quem busca apoio na administração pública. Um exemplo é o da professora aposentada Maria das Graças Cantão da Silva, que recorreu ao serviço durante seu processo de aposentadoria e teve sua demanda atendida com eficiência.

"Procurei a ouvidoria do Estado e fui muito bem atendida durante esse processo. Gostaria de dizer às pessoas que ficam em dúvida para que não tenham receio, procurem a ouvidoria, porque realmente ela resolve, eles têm o interesse de resolver a sua demanda", explica a professora.

Ainda sobre participação cidadã, houve crescimento expressivo nas manifestações registradas pela ouvidoria: foram mais de 9.700 atendimentos, entre elogios, sugestões, solicitações, reclamações e pedidos de Acesso à Informação, representando um aumento de quase 30% em relação ao período anterior.

A realização da Pesquisa de Satisfação durante a Agrotins é conduzida há dois anos consecutivos e está confirmada para ser aplicada novamente na edição deste ano. Com 3.062 questionários respondidos nas edições anteriores, evidencia a força da atuação das ouvidorias ao permitir que os participantes opinem sobre a estrutura da feira e contribuam diretamente para o aprimoramento do evento.

Capacitações

Com foco no atendimento técnico e preciso, a Ouvidoria-Geral promoveu capacitações e orientações durante o ano todo, totalizando 375 ações formativas, com 165 cursos e 210 reuniões de suporte técnico e diário para as equipes das setoriais.

O ouvidor do Instituto Natureza do **Tocantins** (Naturatins) Wanderson Frederico Pinheiro, destacou que participar dos treinamentos ofertados pela Ouvidoria-Geral foi uma experiência enriquecedora. "As capacitações possibilitaram compreender melhor a importância da atuação integrada entre a OGE e as ouvidorias setoriais e também contribuíram para aprimorar uma atuação mais prática, técnica e eficiente no desempenho das atividades no órgão", explicou.

Outro avanço foi a implementação de mais de 700 Cartas de Serviços ao Usuário, disponíveis no Portal de Serviços, que orientam os cidadãos sobre como acessar e utilizar os atendimentos ofertados pela Administração Estadual.

Diamante em Transparência

Com o trabalho técnico desenvolvido pela Controladoria-Geral do Estado, por meio da Ouvidoria-Geral, o Portal da Transparência do Governo do **Tocantins** tem se consolidado como uma importante ferramenta de transparência ativa. A plataforma ultrapassou a marca de 700 mil acessos em 2025, evidenciando avanços significativos na disponibilização de informações públicas. Esse desempenho resultou na conquista do Selo Diamante do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com índice de 99,18% na avaliação da Atricon, colocando o **Tocantins** na 5ª posição nacional e na 2ª colocação na Região Norte.

Entre as principais melhorias, destacam-se a revisão e modernização do Portal, ampliando a oferta de dados de forma clara e atualizada. Outro avanço é o lançamento do Painel de Diárias, desenvolvido pela Agência de Tecnologia da Informação (ATI). A ferramenta, integrada ao Portal, consolida informações sobre pagamentos realizados aos servidores em deslocamentos a serviço, permitindo consulta mais rápida e transparente.

As melhorias também contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e demais órgãos do Executivo estadual.

O ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro, reafirmou o papel do ouvidor como agente fundamental da transparência pública. "Ser ouvidor é assumir a responsabilidade de ouvir com atenção, acolher com respeito e encaminhar com compromisso. Nosso papel é fazer a ponte entre o cidadão e o Estado, transformando manifestações em melhorias concretas nos serviços públicos. A Ouvidoria dá voz ao cidadão e contribui para uma gestão mais transparente, participativa e eficiente", pontuou.

Cerimônia

A cerimônia de divulgação dos resultados ocorreu durante o 4º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Florianópolis/SC, em dezembro de 2025. O evento contou com a participação do secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), Murilo Francisco Centeno; do ouvidor-geral do Estado, Arthur Castro; e da assessora técnica Juliana Veloso, que representaram o **Tocantins**. O Certificado de Qualidade em Transparência Pública foi entregue ao Governo do **Tocantins** pelo conselheiro do **Tribunal de Contas do Tocantins**, **Alberto Sevilha**.

Site: <https://arenadenoticias.com.br/noticia/154734/com-selo-diamante-em-transparencia-governo-do-tocantins-avanca-na-participacao-cidada-por-meio-do-sistema-estadual-de-ouvidorias>

TCE-CE cria aparato de monitoramento de emendas parlamentares; lacunas podem gerar bloqueios em 2026 (Justiça,)

Em meio à ofensiva contra o uso irregular do orçamento federal, o Tribunal de Contas do Ceará (TCE) começou a implementar mecanismos para monitorar o gasto com emendas parlamentares oriundas do Estado e de municípios. Embora requisitos de transparência e rastreabilidade já fossem cobrados na execução desses recursos, a Corte ofereceu, em resolução mais recente, meios de operacionalizar essa demonstração prévia.

Os procedimentos são descritos no Ofício Circular nº 17/2026, publicado pelo TCE nessa segunda-feira (16). Agora, antes mesmo do gasto, é obrigatório o envio ao Tribunal de informações como o link da plataforma digital onde dados da emenda estão públicos, além da identificação da conta bancária específica e do código contábil da emenda. Com o atesto do TCE, o dinheiro pode ser movimentado.

"Se hoje tiver alguma execução em andamento sem a avaliação dessas condicionantes prévias pelo tribunal, ela está irregular e passível de alguma responsabilização", explica o secretário-executivo de Fiscalização do TCE Ceará, Gennison Lins. Segundo o ofício, o

O objetivo é espelhar, a nível local, normas federais sobre o processo legislativo orçamentário, fixadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no âmbito da ADPF nº 854/DF. Os responsáveis por tocar esse processo são os **tribunais de contas estaduais**.

A medida se deu em resposta à petição da Associação Contas Abertas, da Transparência Brasil e da Transparência Internacional - Brasil. As entidades sustentaram que, apesar dos avanços nos mecanismos de controle das emendas federais, as emendas estaduais, distritais e municipais "padeciam de profunda opacidade".

Em resposta à determinação do Supremo, em dezembro do ano passado, o TCE cearense estabeleceu um marco regulatório para a fiscalização, com padrões mínimos de transparência, vedações e elementos de medição da efetividade de mecanismos de transparência.

O tribunal também tentou mapear a legislação municipal existente sobre emendas parlamentares, por meio de questionário eletrônico voltado a todas as prefeituras e câmaras de vereadores do Estado. Contudo, a adesão não foi satisfatória, lamentou o secretário.

Devido a essa lacuna, o TCE está abrindo um processo específico de fiscalização para avaliar formalmente como cada município criou e pretende utilizar essa modalidade de transferência.

"A gente ficou um pouco sem parâmetro real para utilizar. Por isso, estamos abrindo esse levantamento para conhecer o processo legislativo, saber quais entes criaram e como eles estão utilizando ou pretendem (utilizar), ter toda essa avaliação. Mas, independente disso, eles já devem ter ciência de que não podem executar a emenda se não comunicarem ao tribunal", pontua.

Esse esforço fundamenta-se nos pilares de transparência e rastreabilidade. A exigência da demonstração de uma plataforma de publicização do fluxo das emendas reforça o primeiro ponto.

A resolução do TCE estabelece que devem ser divulgados o autor da emenda, o valor, o objeto e a localidade beneficiada. São necessárias, ainda, informações como notas de empenho, contratos e notas fiscais.

Já a rastreabilidade é demonstrada pela prestação de informações bancárias e contábeis específicas. "É o caminho do dinheiro, digamos assim. Ele tem que sair do tesouro e ir direto para o fornecedor da obra ou serviço, eliminando contas de passagem ou saques em espécie, que também são proibidos", esclarece o representante do TCE.

O PontoPoder buscou o Governo do Ceará, a Assembleia Legislativa, a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece) e a União dos Vereadores e Câmaras do Ceará (UVC) para entender como as instituições estão buscando se adequar às exigências do tribunal de contas. Até a publicação deste material, apenas a Alece deu um retorno sobre

os questionamentos da reportagem (ver abaixo). O espaço está aberto a pronunciamentos.

Como mencionado por Gennison Lins, não há levantamento oficial sobre a normatização de emendas parlamentares nas câmaras municipais. O cenário, contudo, é diferente na Assembleia Legislativa do Ceará (Alece).

Ali, ao contrário do modelo federal, as emendas não são impositivas, ou seja, seu pagamento não é obrigatório. Este é o caso do Ceará e de outros três estados brasileiros, como mostrou o PontoPoder anteriormente .

Funciona assim: os deputados estaduais fazem as indicações no Orçamento, mas a execução financeira fica a critério do Poder Executivo, que decide se aplicará ou não os recursos.

O Programa de Cooperação Federativa (PCF), criado em 2007, é o principal mecanismo utilizado para essas indicações. Desde 2021, o repasse é feito no modelo fundo a fundo , com transferência direta para o caixa das prefeituras, sem necessidade de convênios.

É proibido o uso desses recursos para pagamento de pessoal, encargos sociais ou serviço da dívida. Parlamentares de oposição criticam o modelo, alegando que gera dependência do Executivo e atrasos na liberação para quem não é aliado do governo.

Em nota enviada ao PontoPoder , a Alece afirmou que, devido ao Estado não adotar o modelo de orçamento impositivo, as regras da ADPF 854 não se aplicam ao caso em questão. O secretário-executivo de Fiscalização do TCE Ceará, Gennison Lins, por outro lado, havia frisado que a fiscalização abrangeria tanto emendas de execução obrigatória quanto as não obrigatórias.

A decisão do Supremo Tribunal Federal (voltada ao controle de verbas federais de execução compulsória) não altera a dinâmica local, fundada na legalidade e na conveniência administrativa da gestão estadual. O Ofício Circular nº 17/2026 do **Tribunal de Contas do Estado** (TCE-CE) representa uma etapa administrativa de registro e transparência , complementa a nota do Parlamento Estadual.

Os desdobramentos nos tribunais de contas desde o ano passado, intensificados neste ano, marcam uma nova etapa na saga das emendas .

A discussão, antes centrada no STF e na Controladoria-Geral da União (CGU) para combater o extinto orçamento secreto (RP9), se estendeu por

outras modalidades de ordenação de despesas por parlamentares, como as emendas individuais e de bancadas.

O assunto repercute no Ceará de maneira sensível. O Estado já foi alvo de uma série de operações policiais que tinham o uso irregular de emendas como escopo. A mais emblemática envolve o prefeito cassado de Choró, Bebeto Queiroz (PSB), e o deputado federal Júnior Mano (PSB).

O suposto esquema criminoso funcionava como uma rede de desvio de emendas parlamentares federais para o financiamento de campanhas eleitorais, compra de votos e enriquecimento ilícito. No relatório final da Polícia Federal (PF), Júnior Mano é apontado como o líder político e patrocinador institucional, enquanto Bebeto era o gestor operacional e núcleo irradiador das condutas.

Ainda segundo a PF, o grupo atuava em quatro eixos principais, sendo eles o de cobrança de um pedágio pelos valores enviados às prefeituras; o de fraudes em licitações; o de lavagem de dinheiro e dribble ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); e o de uso eleitoral dos recursos, com compra de votos, financiamento irregular de campanhas e outros ilícitos.

As investigações apontaram que o gabinete de Júnior Mano monitorava rigorosamente o controle político sobre 71 municípios cearenses por meio de planilhas detalhadas.

O inquérito policial já foi concluído e o documento com todos os indícios foi enviado ao Supremo Tribunal Federal em janeiro. O relator do caso na Corte é o ministro Gilmar Mendes.

O caso também motivou o STF a abrir investigações específicas sobre outros quatro deputados federais do Ceará mencionados em diálogos interceptados : José Guimarães (PT), Eunício Oliveira (MDB), Yury do Paredão (MDB) e Matheus Noronha (PL).

Júnior Mano, por meio da sua assessoria de imprensa, declarou que, após um ano de investigação, a Polícia Federal nada encontrou de relevante contra ele. As conclusões do relatório final são exageradas, genéricas e sem provas , discorreu.

Júnior Mano não é ordenador de despesas, não participou de licitações e, portanto, não tem como controlar a aplicação final de recursos federais. O deputado reafirma, com firmeza, que não cometeu qualquer irregularidade , disse, ainda, a nota enviada ao PontoPoder .

Yury do Paredão também se pronunciou. Em nota, o político disse que ser citado não significa ser investigado e tampouco implica autoria ou participação em qualquer ato ilícito .

Ao que pontuou, ele não é investigado por nenhuma instituição , sempre prestou contas de suas ações com transparência e responsabilidade , assim como permanece à disposição das autoridades e da imprensa para prestar todos os esclarecimentos necessários .

Indagada, a equipe de comunicação de José Guimarães enviou uma certidão de antecedentes criminais, emitida em 31 de julho de 2025 pelo STF, indicando não constar registro de processo de natureza criminal de competência originária da Corte em nome do político. Não há atualização , frisou a assessoria.

Eunício Oliveira e Matheus Noronha também foram procurados pelo PontoPoder para pronunciamentos, mas não houve resposta.

diariodonordeste.verdesmares.com.br

caririativo.blogspot.com

23.03.20265

Site: <https://caririativo.blogspot.com/2026/03/tce-ce-cria-aparato-de-monitoramento-de.html>

TCE-TO abre 300 vagas para curso sobre fiscalização do Fundeb

Da Redação com informações do TCE-TO

Estão abertas as inscrições para o encontro técnico do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** sobre a fiscalização das contas bancárias do Fundeb. Ao todo, a Corte oferece 300 vagas para a capacitação, que ocorre na próxima sexta-feira, 27, das 9h30 às 12h, com transmissão ao vivo pelo YouTube.

O treinamento é voltado a gestores e servidores que atuam com recursos da educação básica. Ministrada pelos técnicos Ramon Gomes Queiroz e Wellane Monteiro Dourado da Silva, a atividade orientará sobre o uso do sistema Sinapse e a correta movimentação dos recursos para evitar sanções e bloqueios de repasses federais.

A iniciativa integra o Plano Anual de Fiscalização de 2026 do Instituto de Contas (Iscon) e foca na atuação preventiva do controle externo. Os interessados devem garantir a participação por meio deste link .

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/tce-to-abre-300-vagas-para-curso-sobre-fiscalizacao-do-fundeb/140710/>

TCE-TO determina devolução de R\$ 65 mil por ex-gestora da Saúde de Dueré

Claudemir Brito

Inspeção aponta sobreposição de plantões médicos e falhas no controle administrativo; ex-gestora tem 15 dias para ressarcir o erário.

Dueré (TO) - O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** determinou a devolução de R\$ 65 mil aos cofres públicos do Fundo Municipal de Saúde de Dueré, após identificar irregularidades na execução de contratos médicos no exercício de 2023. A decisão foi proferida no Processo nº 5642/2024 e estabelece prazo de 15 dias para o ressarcimento por parte da ex-gestora Mariana da Silva Coelho, com valores devidamente corrigidos.

A apuração foi conduzida pela 2ª Diretoria de Controle Externo (2DICE), que apontou falhas na gestão administrativa, incluindo ausência de controle de frequência dos profissionais, fragilidade na fiscalização dos contratos e inconsistências na rastreabilidade dos pagamentos realizados com recursos públicos.

De acordo com o relatório técnico, as irregularidades envolvem a chamada "concomitância ilegal" na prestação de serviços médicos, caracterizada pela sobreposição de plantões. Conforme detalhado na tabela da página 2 do processo, foram identificados diversos registros de plantões incompatíveis com a carga horária do profissional contratado, resultando em pagamentos indevidos. O prejuízo apurado foi de R\$ 65.000,00.

Ainda segundo o Tribunal, o médico citado no processo manteve vínculos simultâneos em unidades distintas, como a UBS Luisa Pinheiro Barros e o Hospital Municipal de Dueré, com horários incompatíveis, o que comprometeu a efetiva prestação dos serviços contratados.

Diante dos fatos, o conselheiro substituto Leondiniz Gomes determinou o envio do processo à Divisão de Diligências (DILIG) para a intimação dos responsáveis. Caso não haja pagamento ou apresentação de defesa dentro do prazo estabelecido, o caso poderá ser encaminhado ao Ministério Público de Contas para adoção de medidas adicionais.

O Tribunal destacou que a ausência de mecanismos eficazes de controle e fiscalização foi determinante

para o dano ao erário, reforçando a necessidade de maior rigor na gestão de contratos públicos na área da saúde.

Site: <https://claudemirbrito.com.br/tocantins/tce-to-determina-devolucao-de-r-65-mil-por-ex-gestora-da-saude-de-duere>

Mal das contas, cidades gastam mais de R\$ 2 bilhões em shows

Tiago MaliColunista do UOL

Em 6 de janeiro de 2025, Romeirinho (Avante), o novo prefeito de Quijingue (BA), cidade a 347 km de Salvador, no território do sisal, publicou um decreto de emergência apontando "descontrole fiscal, orçamentário, financeiro e administrativo da máquina pública".

A cidade acumulava salários atrasados e dívidas com fornecedores. Para conter custos, reduziu o número de médicos e o horário de atendimento nas unidades de saúde, onde faltavam medicamentos básicos. Servidores passaram a protestar.

Apesar dos problemas, a prefeitura decidiu aumentar o investimento em festas.

O município, que possui um dos piores PIBs per capita do Brasil (5.404º lugar entre 5.571 cidades), quadruplicou as despesas com os festejos de São João em 2025. Ampliou também as contratações para a festa de São Sebastião -que contou, em janeiro de 2026, com a dupla Zé Neto e Cristiano por R\$ 854 mil.

Quijingue não é um caso isolado. Levantamento feito pelo UOL com dados do PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) em cidades e estados mostra que 1.074 municípios em situação fiscal problemática gastaram ao menos R\$ 2,1 bilhões com cachês de artistas nos últimos dois anos.

O levantamento considera cidades com classificação C ou D na Capag (Capacidade de Pagamento), índice do Tesouro Nacional que avalia a saúde financeira municipal com base no endividamento, na relação entre receitas e despesas e na situação de caixa.

"Quase sempre [as que têm Capag baixo] são cidades mais pobres e com menor desenvolvimento humano. Deveria se investir mais no ensino e na assistência em saúde. Nada contra a cultura, mas investimento em saúde e educação básica dá mais resultados para cidades nessa situação", diz o economista José Roberto Affonso.

Os gastos reais tendem a ser significativamente maiores do que os R\$ 2,1 bilhões identificados no levantamento, feito com o auxílio da ONG Transparência Brasil. Há uma série de lacunas nas

informações do PNCP. Leia aqui como foi feito o levantamento.

Prioridades

"Foi um choque quando vimos as contratações de shows. O município é caloteiro e mesmo assim gasta milhões com artistas. Não somos contra as festas, mas primeiro paguem os trabalhadores", reclama Edenilson Soares, presidente do sindicato dos servidores de Quijingue.

O dirigente sindical afirma que, mesmo após a prefeitura gastar cerca de R\$ 10 milhões em shows desde o início de 2025, muitos servidores seguem com os salários atrasados. O sindicato cobra o pagamento por meio de uma ação na Justiça e a prefeitura tenta um acordo.

Procurada pela reportagem, a administração municipal não se manifestou até a publicação deste texto.

A contestação de shows se repete em diversos estados. Em Santa Bárbara do Tugúrio (MG), vereadores elencam dívidas com fornecedores da prefeitura, além de obras de captação de água e de uma UBS paralisadas. Ainda assim, o gasto com artistas segue em alta.

O prefeito reeleito, Donatinho (PSD), responde a ação por suposto superfaturamento na contratação de um show de Joelma em 2022, quando pagou R\$ 265 mil. Tentou novamente contratá-la em 2024 e em 2025, por R\$ 550 mil.

A vereadora Juselha do Sindicato (PT) uniu-se a outros colegas de Câmara Municipal e acionou o Ministério Público de Minas Gerais. O órgão ingressou com ações civis argumentando que o aumento das despesas com shows vinha ao mesmo tempo em que a cidade realizava cortes no Orçamento de Saúde e Educação.

A Justiça barrou, em 2024 e em 2025, as novas tentativas de contratar Joelma.

Isso não impediu, no entanto, o pagamento de outros cachês vultosos na cidade de 4.000 habitantes. De acordo com o PNCP, foram assinados nos últimos dois anos contratos com Calcinha Preta (R\$ 600 mil), João

Gomes (R\$ 500 mil), Zezé Di Camargo (R\$ 480 mil) e Amado Batista (R\$ 390 mil), entre outros.

"Não há público que justificasse tanto dinheiro e tantos shows. Enquanto isso, a cidade não tem tratamento digno de água, temos unidade de saúde sem especialista e falta de remédios", diz Juselha.

Em nota, a Prefeitura de Santa Bárbara do Tugúrio declarou respeitar a decisão judicial que cancelou os shows, mas defendeu que os eventos culturais compõem a identidade do município e contam com patrocínios.

O Executivo municipal afirmou que, diferentemente de outras cidades, tem nota A de Capag (capacidade de pagamento). Apesar disso, não respondeu aos questionamentos sobre as obras de captação de água e de UBS (unidade básica de saúde) paralisadas. Leia aqui a íntegra da resposta.

Casos semelhantes têm chamado a atenção dos Ministérios Públicos e dos Tribunais de Contas, que intensificaram a atuação para barrar as contratações lesivas ao erário.

Arrochando o dinheiro público

Parte das investigações do Ministério Público se concentra na grande diferença de cachês entre apresentações dos mesmos artistas, o que pode indicar superfaturamento.

O levantamento do UOL identificou disparidades significativas nos valores praticados em diferentes cidades.

Gusttavo Lima é um exemplo. A contratação do sertanejo na festa junina de Petrolina (PE), em 22 de junho de 2024, custou R\$ 900 mil. No dia seguinte, o show do artista em Maceió (AL) saiu por R\$ 1,2 milhão.

O cantor Pablo, precursor do arrocha, se apresentou na festa junina de Paratinga (BA) em 2024 por R\$ 220 mil. Em novembro de 2025, a apresentação dele na Expoferr Show, exposição agropecuária, em Boa Vista (RR) custou o quádruplo: R\$ 900 mil.

No mesmo evento de Roraima, a gestão estadual pagou R\$ 800 mil ao artista Natanzinho Lima, que, meses antes, havia recebido um cachê de R\$ 250 mil no Carnaforró de Nossa Senhora da Glória (SE).

Roraima também foi o estado que pagou o maior cachê a um artista brasileiro no período -excluindo, portanto, os shows de Madonna e Lady Gaga em Copacabana.

No Réveillon de 2026, o cantor Leonardo recebeu R\$ 2,3 milhões pela apresentação em Boa Vista. O sertanejo havia recebido, em média, R\$ 660 mil nos 63 shows anteriores em 2024 e 2025.

Em nota, o estado diz que as contratações são regulares e que o fato de Roraima estar mais longe encarece as apresentações por causa de maiores custos de logística. Destaca ainda que Natanzinho Lima e Leonardo foram contratados com dinheiro de emendas parlamentares.

Como mostrou reportagem do UOL, Roraima é o estado cujos municípios mais recebem emendas em relação ao tamanho da população.

"Os shows estão diretamente relacionados às emendas [federais e estaduais]. A explosão das emendas criou uma indústria no Brasil em que municípios que não teriam condição fiscal passaram a contratar artistas renomados", diz Eduardo Grin, cientista político e professor da FGV.

Não é possível saber ao certo quanto de emenda é destinado para os shows. Embora decisões recentes do STF tenham melhorado o cenário, ainda há falta de transparência.

No levantamento do UOL, há menção à palavra "emenda" em R\$ 45 milhões das contratações. Como a cidade não é obrigada a mencionar a origem do recurso, o dado é subnotificado.

Especialistas indicam que a diferença nos preços pagos pelos mesmos artistas em diferentes municípios pode esconder irregularidades. Sobretudo porque os contratos são feitos sem licitação e há pouca transparência sobre os itens incluídos.

"Esse modelo de contratação é um caminho frequente para caixa dois e para ilícitos", diz o especialista em contas públicas Murilo Viana. Os Ministérios Públicos de São Paulo e do Tocantins, por exemplo, abriram inquéritos civis em 2025 por suspeita de esquema desse tipo em shows de prefeituras.

Cachês afastam iniciativa privada

A percepção entre prefeitos é que o valor dos cachês explodiu nos últimos anos.

"É muito acima da inflação. Não dá para normalizar que um show que há um ano custava R\$ 100 mil agora estejamos pagando R\$ 500 mil", diz Pedro Freitas, prefeito de Aliança (PE) e presidente da Associação dos Municípios de Pernambuco.

A iniciativa privada, dizem os prefeitos, saiu nos últimos anos do papel de uma das principais financiadoras dos shows de São João.

Começaram a surgir muitas emendas, o preço do cachê subiu e as empresas privadas não conseguem pagar o valor que as prefeituras estão pagando.

Wilson Cardoso, prefeito de Andaraí (BA), que preside a União dos Municípios da Bahia

Prefeitos baianos passaram a se reunir com o Ministério Público do estado, que publicou recentemente, a pedido deles, uma nota técnica para balizar as contratações. A iniciativa está sendo chamada de "São João sem milhão".

O documento sugere para o São João de 2026 um teto de R\$ 700 mil por cachê e recomenda que as quantias pagas não ultrapassem a média do que o artista cobrou no ano anterior, corrigida pela inflação.

Para contratos que superem esse teto, o Ministério Público pede contrapartidas. "Comprovar saúde financeira, não estar em estado de calamidade, respeitar o limite de despesas da Lei de Responsabilidade Fiscal e estar com aplicação correta de recursos em saúde e educação", lista a promotora Rita Tourinho, à frente da iniciativa.

As diretrizes servirão de parâmetro para os municípios da Bahia, mas a adesão não é obrigatória. A ideia é que, em conjunto, os prefeitos consigam maior poder de negociação frente aos cachês altos.

Além dos municípios da Bahia, a mesma iniciativa tem sido discutida por associações de prefeitos de outros estados do Nordeste, como Ceará, Pernambuco e Paraíba.

Há também iniciativas de transparência como os painéis dos festejos juninos, informando os cachês pagos, na Bahia e em Pernambuco.

Outra iniciativa para controlar a "farra" dos shows veio do Congresso Nacional.

Em julho de 2025, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou o projeto de lei 3.364/2025, que estabelece 50% de artistas locais na contratação de shows e a divulgação, com ao menos 30 dias de antecedência de informações detalhadas sobre as contratações.

Desde 2024, as prefeituras divulgam informações no PNCP, mas há diversos problemas nos dados.

"Falta ter marcadores como se o recurso é de emenda

ou de outras transferências. Também falta padronização e há baixa qualidade de dados", diz Juliana Sakai, diretora-executiva da ONG Transparência Brasil.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/tiago-mali/2026/03/21/cidades-com-problemas-financeiros-gastam-ao-menos-r-21-bilhoes-em-shows.htm?cmpid=copiaecola>

TCE constata regularidade na movimentação da Prefeitura em relação aos R\$ 502 milhões do Fundeb em Araguaína (Notícias)

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** encerrou oficialmente a apuração sobre a movimentação de R\$ 502 milhões do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) em Araguaína.

Através do Despacho nº 247/2026-RELT6, publicado em 17 de março, a Corte de Contas determinou o arquivamento definitivo do PAP 983/2026 (Procedimento Apuratório Preliminar). A decisão atesta que não houve qualquer desvio por parte da gestão municipal e que as operações tratavam-se de "pagamentos de folha de pessoal processados sob códigos bancários equivocados". O resultado confirma o que o próprio prefeito Wagner Rodrigues já havia explicado em vídeo divulgado no dia 28 de janeiro.

A resolução do caso ocorreu após a gestão de Wagner apresentar prontamente todos os esclarecimentos técnicos por meio do Ofício Gabinete nº 25/2026. Após a análise minuciosa da 6ª DICE (6ª Diretoria de Controle Externo), o **TCE-TO** concluiu que o objetivo da apuração foi "exaurido". Conforme detalhado na Análise de Defesa nº 22/2026, o Tribunal validou que não houve irregularidades e que os recursos "permaneceram dentro do ciclo da educação", garantindo o funcionamento contínuo do ensino municipal.

Falha do Banco do Brasil

O processo no **Tribunal de Contas** também serviu para esclarecer a origem da confusão contábil: uma falha exclusiva da instituição financeira. Conforme atestado nos autos e admitido pelo próprio Banco do Brasil no Ofício nº 20/2026, uma atualização no sistema bancário alterou indevidamente a nomenclatura das operações. O banco confirmou que acabou " trocando o nome de "Folha de Pagamento" por "Estorno de Repasse """, gerando extratos confusos ao longo dos anos.

Site: <https://araguainaurgente.com.br/tce-constata-regularidade-na-movimentacao-da-prefeitura-em-relacao-aos-r-502-milhoes-do-fundeb-em-araguaina/>

TCE não vê ilegalidades e arquiva apuração sobre R\$ 502 milhões do Fundeb em Araguaína

Notícias de Araguaína - O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** encerrou oficialmente a apuração sobre a movimentação de R\$ 502 milhões do Fundeb em Araguaína e determinou o arquivamento definitivo do caso, afastando qualquer irregularidade na gestão dos recursos.

A decisão consta no Despacho nº 247/2026-RELT6, publicado em 17 de março, que extingue o Procedimento Apuratório Preliminar (PAP). Segundo a Corte de Contas, não houve desvio de recursos: as movimentações identificadas correspondiam a pagamentos da folha de pessoal registrados sob códigos bancários equivocados.

Com isso, o Tribunal confirma a versão apresentada anteriormente pelo prefeito Wagner Rodrigues, que já havia atribuído o caso a inconsistências técnicas nos registros bancários.

A apuração foi concluída após a Prefeitura encaminhar esclarecimentos detalhados por meio do Ofício Gabinete nº 25/2026. Com base na análise técnica da 6ª Diretoria de Controle Externo, o **TCE-TO** considerou o objetivo do procedimento "exaurido". Na Análise de Defesa nº 22/2026, o órgão atestou que não houve irregularidades e que os recursos "permaneceram dentro do ciclo da educação", assegurando o funcionamento da rede municipal de ensino.

Falha bancária gerou distorções

O processo também esclareceu a origem das inconsistências: uma falha operacional do Banco do Brasil. Conforme registrado nos autos e reconhecido pela própria instituição, uma atualização no sistema alterou indevidamente a nomenclatura das operações financeiras.

Na prática, lançamentos de "folha de pagamento" passaram a aparecer como "estorno de repasse" nos extratos, o que gerou interpretações equivocadas ao longo dos anos.

Diante disso, o Tribunal concluiu que a Prefeitura de Araguaína foi impactada por um erro tecnológico do banco. Apesar das inconsistências nos registros, os

dados financeiros comprovaram que os recursos do Fundeb foram corretamente aplicados no pagamento dos profissionais da educação, sem qualquer prejuízo ao erário.

Site: <https://afnoticias.com.br/cidades/recursos-do-fundeb-tce-to-atesta-correcao-da-prefeitura-de-araguaina-e-arquiva-processo>

Após gestão indicar falha de banco, TCE atesta regularidade de movimentação de R\$ 502 milhões do Fundeb de Araguaína

por Redação

na época:

A 6ª Relatoria do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE)** atestou em despacho publicado na terça-feira, 17, a regularidade de uma movimentação de R\$ 502 milhões do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) pela Prefeitura de Araguaína. O arquivamento do Procedimento Apuratório Preliminar pelo conselheiro André Luiz aconteceu após os esclarecimentos apresentados pela gestão do prefeito Wagner Rodrigues (UB).

Site: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/apos-gestao-indicar-falha-de-banco-tce-atesta-regularidade-de-movimentacao-de-r-502-milhoes-do-fundeb-de-araguaina/>

PAGAMENTOS DE FOLHA

A decisão confirma que as operações tratavam-se de "pagamentos de folha de pessoal processados sob códigos bancários equivocados". O resultado confirma o que o próprio prefeito Wagner Rodrigues já havia explicado em vídeo divulgado no dia 28 de janeiro. A Corte de Contas concluiu que o objetivo da apuração foi "exaurido" e validou que não houve irregularidades e que os recursos "permaneceram dentro do ciclo da educação".

FALHA DO BANCO DO BRASIL

O processo no **Tribunal de Contas** também serviu para esclarecer a origem da confusão contábil: uma falha exclusiva da instituição financeira. Conforme atestado nos autos e admitido pelo próprio Banco do Brasil em ofício, uma atualização no sistema bancário alterou indevidamente a nomenclatura das operações. O banco confirmou que acabou "trocando o nome de "Folha de Pagamento" por "Estorno de Repasse ", gerando extratos confusos ao longo dos anos.

ERRO TECNOLÓGICO

Conforme a gestão, o **TCE** reconheceu que a Prefeitura de Araguaína foi vítima de um erro tecnológico do banco. Enquanto os registros bancários apresentavam inconsistências textuais, a realidade do caixa da prefeitura demonstrava a correta aplicação do dinheiro público no pagamento dos servidores da educação.

Confira a manifestação do prefeito Wagner Rodrigues

Recursos do Fundeb: TCE atesta correção da Prefeitura de Araguaína e arquiva processo sobre recursos

O **TCE-TO (Tribunal de Contas do Estado do Tocantins)** encerrou oficialmente a apuração sobre a movimentação de R\$ 502 milhões do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) em Araguaína.

Através do Despacho nº 247/2026-RELT6, publicado em 17 de março, a Corte de Contas determinou o arquivamento definitivo do PAP 983/2026 (Procedimento Apuratório Preliminar). A decisão atesta que não houve qualquer desvio por parte da gestão municipal e que as operações tratavam-se de "pagamentos de folha de pessoal processados sob códigos bancários equivocados". O resultado confirma o que o próprio prefeito Wagner Rodrigues já havia explicado em vídeo divulgado no dia 28 de janeiro: <https://www.instagram.com/reel/DUDn198DVN8/>.

A resolução do caso ocorreu após a gestão de Wagner apresentar prontamente todos os esclarecimentos técnicos por meio do Ofício Gabinete nº 25/2026. Após a análise minuciosa da 6ª DICE (6ª Diretoria de Controle Externo), o **TCE-TO** concluiu que o objetivo da apuração foi "exaurido". Conforme detalhado na Análise de Defesa nº 22/2026, o Tribunal validou que não houve irregularidades e que os recursos "permaneceram dentro do ciclo da educação", garantindo o funcionamento contínuo do ensino municipal.

O processo no **Tribunal de Contas** também serviu para esclarecer a origem da confusão contábil: uma falha exclusiva da instituição financeira. Conforme atestado nos autos e admitido pelo próprio Banco do Brasil no Ofício nº 20/2026, uma atualização no sistema bancário alterou indevidamente a nomenclatura das operações. O banco confirmou que acabou "trocando o nome de "Folha de Pagamento" por "Estorno de Repasse"", gerando extratos confusos ao longo dos anos.

Na prática, o **TCE-TO** reconheceu que a Prefeitura de Araguaína foi vítima de um erro tecnológico do banco. Enquanto os registros bancários apresentavam inconsistências textuais, a realidade do caixa da prefeitura demonstrava a correta aplicação do dinheiro público no pagamento dos servidores da educação.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/recursos-do-fundeb-tce-atesta-correcao-da-prefeitura-de-araguaina-e-arquiva-processo-sobre-recursos/>

Recursos do Fundeb: TCE-TO atesta correção da Prefeitura de Araguaína e arquiva processo sobre recursos

O **TCE-TO (Tribunal de Contas do Estado do Tocantins)** encerrou oficialmente a apuração sobre a movimentação de R\$ 502 milhões do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) em Araguaína.

Através do Despacho nº 247/2026-RELT6, publicado em 17 de março, a Corte de Contas determinou o arquivamento definitivo do PAP 983/2026 (Procedimento Apuratório Preliminar). A decisão atesta que não houve qualquer desvio por parte da gestão municipal e que as operações tratavam-se de "pagamentos de folha de pessoal processados sob códigos bancários equivocados". O resultado confirma o que o próprio prefeito Wagner Rodrigues já havia explicado em vídeo divulgado no dia 28 de janeiro: <https://www.instagram.com/reel/DUDn198DVN8/>.

A resolução do caso ocorreu após a gestão de Wagner apresentar prontamente todos os esclarecimentos técnicos por meio do Ofício Gabinete nº 25/2026. Após a análise minuciosa da 6ª DICE (6ª Diretoria de Controle Externo), o **TCE-TO** concluiu que o objetivo da apuração foi "exaurido". Conforme detalhado na Análise de Defesa nº 22/2026, o Tribunal validou que não houve irregularidades e que os recursos "permaneceram dentro do ciclo da educação", garantindo o funcionamento contínuo do ensino municipal.

O processo no **Tribunal de Contas** também serviu para esclarecer a origem da confusão contábil: uma falha exclusiva da instituição financeira. Conforme atestado nos autos e admitido pelo próprio Banco do Brasil no Ofício nº 20/2026, uma atualização no sistema bancário alterou indevidamente a nomenclatura das operações. O banco confirmou que acabou "trocando o nome de 'Folha de Pagamento' por 'Estorno de Repasse'", gerando extratos confusos ao longo dos anos.

Na prática, o **TCE-TO** reconheceu que a Prefeitura de Araguaína foi vítima de um erro tecnológico do banco. Enquanto os registros bancários apresentavam inconsistências textuais, a realidade do caixa da prefeitura demonstrava a correta aplicação do dinheiro público no pagamento dos servidores da educação.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/recursos-do-fundeb-tce-to-atesta-correcao-da-prefeitura-de-araguaina-e-arquiva-processo-sobre-recursos/>

TCE-TO arquiva processo e reconhece aplicação dos R\$ 500 milhões do Fundeb na educação de Araguaína

Assessoria

O **TCE-TO (Tribunal de Contas do Estado do Tocantins)** encerrou oficialmente a apuração sobre a movimentação de R\$ 502 milhões do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) em Araguaína.

Através do Despacho nº 247/2026-RELT6, publicado em 17 de março, a Corte de Contas determinou o arquivamento definitivo do PAP 983/2026 (Procedimento Apuratório Preliminar). A decisão atesta que não houve qualquer desvio por parte da gestão municipal e que as operações tratavam-se de pagamentos de folha de pessoal processados sob códigos bancários equivocados. O resultado confirma o que o próprio prefeito Wagner Rodrigues já havia explicado em vídeo divulgado no dia 28 de janeiro: <https://www.instagram.com/reel/DUDn198DVN8/>.

A resolução do caso ocorreu após a gestão de Wagner apresentar prontamente todos os esclarecimentos técnicos por meio do Ofício Gabinete nº 25/2026. Após a análise minuciosa da 6ª DICE (6ª Diretoria de Controle Externo), o **TCE-TO** concluiu que o objetivo da apuração foi exaurido.

Conforme detalhado na Análise de Defesa nº 22/2026, o Tribunal validou que não houve irregularidades e que os recursos "permaneceram dentro do ciclo da educação", garantindo o funcionamento contínuo do ensino municipal.

Leia também:

Prefeitura de Araguaína esclarece transações do Fundeb após Banco do Brasil admitir erro no sistema

Wagner desmente fake news sobre suposto rombo de meio bilhão do Fundeb: "aqui tudo é registrado"

Falha do Banco do Brasil

O processo no **Tribunal de Contas** também serviu para esclarecer a origem da confusão contábil: uma falha exclusiva da instituição financeira. Conforme atestado nos autos e admitido pelo próprio Banco do

Brasil no Ofício nº 20/2026, uma atualização no sistema bancário alterou indevidamente a nomenclatura das operações. O banco confirmou que acabou trocando o nome de Folha de Pagamento por Estorno de Repasse, gerando extratos confusos ao longo dos anos.

Na prática, o **TCE-TO** reconheceu que a Prefeitura de Araguaína foi vítima de um erro tecnológico do banco. Enquanto os registros bancários apresentavam inconsistências textuais, a realidade do caixa da prefeitura demonstrava a correta aplicação do dinheiro público no pagamento dos servidores da educação.

Site: <https://araguainanoticias.com.br/noticia/tce-to-arquiva-processo-e-reconhece-aplicacao-dos-r-500-milhoes-do-fundeb-na-educacao-de-araguaina/43650>

TCE-TO arquiva investigação sobre R\$ 502 milhões do Fundeb em Araguaína e descarta irregularidades; entenda o caso

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** encerrou oficialmente a apuração sobre a movimentação de R\$ 502 milhões do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica no município de Araguaína. A decisão foi formalizada por meio do Despacho nº 247/2026-RELT6, publicado em 17 de março, que determinou o arquivamento definitivo do Procedimento Apuratório Preliminar (PAP) nº 983/2026.

De acordo com a Corte de Contas, não houve qualquer desvio de recursos por parte da gestão municipal. O relatório aponta que as movimentações financeiras investigadas se referiam a pagamentos de folha de pessoal realizados com códigos bancários equivocados, o que gerou inconsistências nos registros.

A conclusão do Tribunal confirma a versão apresentada anteriormente pelo prefeito Wagner Rodrigues, que já havia esclarecido o caso em pronunciamento divulgado no fim de janeiro. Segundo o gestor, os valores sempre permaneceram dentro da destinação correta.

A resolução do caso ocorreu após o envio de esclarecimentos técnicos por parte da prefeitura, por meio do Ofício Gabinete nº 25/2026. A documentação foi analisada pela 6ª Diretoria de Controle Externo (6ª DICE), que considerou o objetivo da apuração "exaurido". Conforme a Análise de Defesa nº 22/2026, os recursos "permaneceram dentro do ciclo da educação", garantindo o funcionamento regular da rede municipal de ensino.

Falha bancária gerou confusão nos registros

O processo também identificou a origem da inconsistência: uma falha no sistema do Banco do Brasil. Segundo documentos anexados aos autos e reconhecidos pela própria instituição, uma atualização alterou indevidamente a nomenclatura das operações financeiras.

Com isso, lançamentos que deveriam constar como "Folha de Pagamento" passaram a ser registrados como "Estorno de Repasse", o que gerou extratos

confusos ao longo dos anos.

Na prática, o **TCE-TO** concluiu que a Prefeitura de Araguaína foi vítima de um erro tecnológico. Apesar das inconsistências textuais nos extratos bancários, a análise do fluxo financeiro comprovou que os recursos foram corretamente aplicados no pagamento de servidores da educação, sem qualquer prejuízo ao erário ou à continuidade dos serviços públicos.

Prefeitura de Paraíso oficializa doação de área para expansão do Centro de Formação do SENAI (Sem categoria)

O prefeito de Paraíso do **Tocantins**, Celso Moraes, assinou, na manhã desta segunda-feira, 16 de março, o decreto que efetiva a doação de uma área pública municipal para a ampliação do Centro de Formação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

A ação aconteceu no gabinete do Paço Municipal e contou com a presença do presidente da FIETO e do Conselho Estadual do SENAI, Roberto Pires, da diretora regional do SENAI, Márcia Rodrigues, e da gerente de Unidade de Negócios, Marcela Canola. Também estiveram presentes a secretária municipal de Indústria, Comércio e Serviços (Sics), Juliana Martins, além dos vereadores Jozival Barbosa, Ricardo Diniz, Adriana Câmara, Marlene Moraes, Nilson Catarino, Flávio Eliziário, Alailson Lemos, Márcilio Pedreiro, Silvana Luz e Cleidimar Fernandes.

A medida foi formalizada por meio do Decreto nº 1422, de 09 de janeiro de 2026, que regulamenta a doação do terreno localizado na Avenida José de Brito, no setor Nova Fronteira, região sul da cidade. A área possui 5.630,50 metros quadrados e será destinada exclusivamente à expansão das atividades do SENAI no município, incluindo a implantação de novos laboratórios, salas de aula e estruturas administrativas.

Durante a assinatura, o prefeito Celso Moraes destacou a importância da iniciativa para o desenvolvimento local. "Assim como nós vivemos o nosso melhor momento enquanto cidade, eu não tenho dúvida que o melhor momento do Senai também é este. Nós levamos mais uma vez para dentro daquele equipamento o fluxo de pessoas e hoje estamos confirmando isso com a possibilidade real de expansão do Senai", afirmou.

O presidente da FIETO, Roberto Pires, ressaltou a demanda crescente pelos cursos ofertados pela instituição. "Foi um acerto implantar esse Centro de Formação Profissional em Paraíso. Hoje já atendemos cerca de 450 alunos por dia, e o espaço atual já não comporta mais essa demanda. Com a ampliação, teremos capacidade para chegar a 650 alunos diariamente, o que representa um aumento significativo na oferta de qualificação profissional no

município", explicou.

O vice-presidente da Câmara Municipal, vereador Jozival Barbosa, também destacou o apoio do Legislativo à iniciativa. "Todos os vereadores entenderam que essa é uma ação importante para o desenvolvimento da cidade. A cessão da área foi feita com responsabilidade e pensando no futuro de Paraíso", disse.

O procurador-geral do município, Gilberto Lucena, detalhou o trâmite legal que viabilizou a doação da área. "O presidente do SENAI encaminhou um ofício ao prefeito apresentando o projeto de expansão do Centro de Formação Profissional, indicando a necessidade de uma área contígua à unidade já existente. A proposta foi analisada pela Procuradoria, que elaborou o projeto de lei aprovado por unanimidade na Câmara Municipal. A partir dessa autorização, a efetivação ocorreu por meio de decreto", afirmou.

Segundo o procurador, a legislação estabelece condicionantes para garantir a execução do projeto. "Por orientação do **Tribunal de Contas**, a lei possui encargos, entre eles o prazo de um ano para início das obras e três anos para a conclusão. A expectativa apresentada pela direção do SENAI é iniciar antes desse prazo. A ampliação permitirá oferecer mais cursos profissionalizantes em uma região estratégica da cidade, que já conta com importantes estruturas públicas e está em pleno desenvolvimento", destacou.

A medida está formalizada por meio do Decreto nº 1422, de 09 de janeiro de 2026, que regulamenta a doação de um terreno localizado na Avenida José de Brito, no setor Nova Fronteira, região sul da cidade. A área possui 5.630,50 metros quadrados e será destinada exclusivamente à expansão das atividades do SENAI no município, incluindo a implantação de novos laboratórios, salas de aula e estruturas administrativas.

A expectativa é que a ampliação do SENAI fortaleça a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, acompanhando a demanda do setor produtivo e contribuindo para a formação de mão de obra

qualificada no município.

Site: <https://jornaltocantinsnews.com.br/prefeitura-de-paraiso-oficializa-doacao-de-area-para-expansao-do-centro-de-formacao-do-senai/>

Com certidão do TCE e STN, Marilon Barbosa prova que Relatório de Gestão Fiscal da Câmara de 2025 foram entregues no prazo aos órgãos de controle e não há irregularidades (Política)

Por: Redação

O presidente da Câmara Municipal de **Palmas**, vereador Marilon Barbosa (Republicanos) desmentiu matéria publicada em um Blog, sobre a falta de entrega aos órgãos de controle e fiscalização, do Relatório de Gestão Fiscal de 2025. O chefe do Legislativo Municipal, apresentou a certidão do **Tribunal de Contas do Tocantins** que atesta que os relatórios fiscais foram todos entregues dentro do prazo.

Além da certidão do **TCE**, também foi apresentado pelo presidente, o atestado da Secretaria Nacional do Tesouro, onde afirma que o Relatório foi apresentado no dia 30 de janeiro, dentro do prazo. No **TCE**, a documentação foi entregue no dia 29 de janeiro, também dentro do prazo, uma vez que o prazo final seria 30 de janeiro.

O presidente lamentou, o que chamou de matéria maldosa, a publicação do Blog. "Trabalhamos com transparência e cumprimos todos os prazos exigidos por lei. Inclusive recebemos recentemente o Selo Ouro de Transparência, concedido pelo **Tribunal de Contas do Tocantins**, o que demonstra que trabalhamos de forma séria e responsável," pontuou Marilon Barbosa.

Clique aqui para ver o documento
_var_www_sicap_contabilx_relatorios_arquivos_GestaoRGF____relatorio.pdf

Site: <https://cntocantins.com.br/noticia/39671/com-certidao-do-tce-e-stn-marilon-barbosa-prova-que-relatorio-de-gestao-fiscal-da-camara-de-2025-foram-entregues-no-prazo-aos-orgaos-de-controle-e-nao-ha-irregularidades>

Com certidão do TCE e STN, Marilon Barbosa prova que Relatório de Gestão Fiscal da Câmara de 2025 foram entregues no prazo aos órgãos de controle e não há irregularidades (Política)

Por: Redação

O presidente da Câmara Municipal de **Palmas**, vereador Marilon Barbosa (Republicanos) desmentiu matéria publicada em um Blog, sobre a falta de entrega aos órgãos de controle e fiscalização, do Relatório de Gestão Fiscal de 2025. O chefe do Legislativo Municipal, apresentou a certidão do **Tribunal de Contas do Tocantins** que atesta que os relatórios fiscais foram todos entregues dentro do prazo.

Além da certidão do **TCE**, também foi apresentado pelo presidente, o atestado da Secretaria Nacional do Tesouro, onde afirma que o Relatório foi apresentado no dia 30 de janeiro, dentro do prazo. No **TCE**, a documentação foi entregue no dia 29 de janeiro, também dentro do prazo, uma vez que o prazo final seria 30 de janeiro.

O presidente lamentou, o que chamou de matéria maldosa, a publicação do Blog. "Trabalhamos com transparência e cumprimos todos os prazos exigidos por lei. Inclusive recebemos recentemente o Selo Ouro de Transparência, concedido pelo **Tribunal de Contas do Tocantins**, o que demonstra que trabalhamos de forma séria e responsável," pontuou Marilon Barbosa.

Site: <https://focotocantins.com.br/noticia/6294/com-certidao-do-tce-e-stn-marilon-barbosa-prova-que-relatorio-de-gestao-fiscal-da-camara-de-2025-foram-entregues-no-prazo-aos-orgaos-de-controle-e-nao-ha-irregularidades>

Marilon Barbosa desmente "Blog" e prova que Relatório de Gestão Fiscal da Câmara de 2025 foram entregues no prazo e que não há irregularidades

O presidente da Câmara Municipal de **Palmas**, vereador Marilon Barbosa (Republicanos) desmentiu matéria publicada em um Blog, sobre a falta de entrega aos órgãos de controle e fiscalização, do Relatório de Gestão Fiscal de 2025. O chefe do Legislativo Municipal, apresentou a certidão do **Tribunal de Contas do Tocantins** que atesta que os relatórios fiscais foram todos entregues dentro do prazo.

Além da certidão do **TCE**, também foi apresentado pelo presidente, o atestado da Secretaria Nacional do Tesouro, onde afirma que o Relatório foi apresentado no dia 30 de janeiro, dentro do prazo.

No **TCE**, a documentação foi entregue no dia 29 de janeiro, também dentro do prazo, uma vez que o prazo final seria 30 de janeiro.

V e j a n o l i n k :
var_www_sicap_contabilx_relatorios_arquivos_Gestao
RGF___relatorio.pdf

O presidente lamentou, o que chamou de matéria maldosa, a publicação do Blog. "Trabalhamos com transparência e cumprimos todos os prazos exigidos por lei. Inclusive recebemos recentemente o Selo Ouro de Transparência, concedido pelo **Tribunal de Contas do Tocantins**, o que demonstra que trabalhamos de forma séria e responsável," pontuou Marilon Barbosa.

Site: <https://ocoletivo.com.br/marilon-barbosa-desmente-blog-e-prova-que-relatorio-de-gestao-fiscal-da-camara-de-2025-foram-entregues-no-prazo-e-que-nao-ha-irregularidades/>

Prefeitura de Palmas lança Imposto Solidário e destaca importância da destinação do IR para políticas públicas municipais (Notícias)

Por: Redação

Na manhã desta terça-feira, 17, a Prefeitura de Palmas, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes), em parceria com o Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), lançou a campanha "Imposto Solidário - Transforme seu imposto em cuidado e proteção". O evento contou com a presença do prefeito Eduardo Siqueira Campos, da primeira-dama e secretária de Desenvolvimento Social, Polyanna Siqueira Campos, além de gestores, servidores, parceiros e adolescentes beneficiados por projetos sociais financiados com recursos do Imposto de Renda (IR).

A campanha tem como objetivo incentivar os contribuintes que fazem a declaração a destinarem parte do IR para o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de Palmas (FIA) e para o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Palmas (Fumdipi), fortalecendo assim ações e programas voltados à promoção, proteção e garantia de direitos dessas pessoas.

O prefeito Eduardo Siqueira Campos ressaltou que "quando o cidadão ou a empresa destina parte do seu Imposto de Renda aos fundos da Infância e da Pessoa Idosa, o recurso deixa de ir para longe e passa a fortalecer políticas públicas em Palmas. É uma forma direta do cidadão contribuir e garantir mais dignidade a crianças, adolescentes e pessoas idosas da Capital".

A primeira-dama e secretária municipal de Desenvolvimento Social de Palmas, Polyanna Siqueira Campos, falou sobre a importância das parcerias. "Contamos com vocês para que vidas sejam transformadas. Estamos nessa caminhada em busca de parceiros, explicando que a campanha tem um único e exclusivo objetivo, que é fazer o bem e trazer transformações positivas para as vidas de crianças, adolescentes e pessoas idosas da nossa capital", enfatizou.

Controle social

A presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Mônica Brito,

elogiou a iniciativa da Prefeitura e destacou a destinação do recurso. "Todos os recursos vão para os fundos que serão geridos pelos conselhos e são fiscalizados pelo **Tribunal de Contas** e pelo Ministério Público Estadual".

A presidente do Conselho Regional de Contabilidade, Celi Regina Leobas, informou que a entidade irá apoiar integralmente a campanha. "Durante o período de declarar o IR vamos pedir aos contadores que falem com os contribuintes sobre a importância dessa destinação para o Fia e o Fumdipi. É mais uma forma de fortalecer as políticas públicas voltadas para crianças, adolescentes e pessoas idosas de Palmas", pontuou.

Parceria

A campanha "Imposto Solidário - Transforme seu imposto em cuidado e proteção" conta com o apoio de instituições parceiras como a Federação das Indústrias do Estado do **Tocantins** (Fieto), a Receita Federal do **Tocantins**, o Conselho Regional de Contabilidade do **Tocantins** (CRC-TO) e a Associação Comercial e Industrial de Palmas (Acipa).

Site: <https://tonoticia.com.br/noticia/18607/prefeitura-de-palmas-lanca-imposto-solidario-e-destaca-importancia-da-destinacao-do-ir-para-politicas-publicas-municipais>

Prefeitura de Paraíso oficializa doação de área para expansão do Centro de Formação do SENAI

O presidente da FIETO, Roberto Pires, ressaltou a demanda crescente pelos cursos ofertados pela instituição.

O prefeito de Paraíso do **Tocantins**, Celso Moraes, assinou, na manhã desta segunda-feira, 16 de março, o decreto que efetiva a doação de uma área pública municipal para a ampliação do Centro de Formação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

A ação aconteceu no gabinete do Paço Municipal e contou com a presença do presidente da FIETO e do Conselho Estadual do SENAI, Roberto Pires, da diretora regional do SENAI, Márcia Rodrigues, e da gerente de Unidade de Negócios, Marcela Canola. Também estiveram presentes a secretária municipal de Indústria, Comércio e Serviços (Sics), Juliana Martins, além dos vereadores Jozival Barbosa, Ricardo Diniz, Adriana Câmara, Marlene Moraes, Nilson Catarino, Flávio Eliziário, Alailson Lemos, Márcilio Pedreiro, Silvana Luz e Cleidimar Fernandes.

A medida foi formalizada por meio do Decreto nº 1422, de 09 de janeiro de 2026, que regulamenta a doação do terreno localizado na Avenida José de Brito, no setor Nova Fronteira, região sul da cidade. A área possui 5.630,50 metros quadrados e será destinada exclusivamente à expansão das atividades do SENAI no município, incluindo a implantação de novos laboratórios, salas de aula e estruturas administrativas.

Durante a assinatura, o prefeito Celso Moraes destacou a importância da iniciativa para o desenvolvimento local. "Assim como nós vivemos o nosso melhor momento enquanto cidade, eu não tenho dúvida que o melhor momento do Senai também é este. Nós levamos mais uma vez para dentro daquele equipamento o fluxo de pessoas e hoje estamos confirmando isso com a possibilidade real de expansão do Senai", afirmou.

O presidente da FIETO, Roberto Pires, ressaltou a demanda crescente pelos cursos ofertados pela instituição. "Foi um acerto implantar esse Centro de Formação Profissional em Paraíso. Hoje já atendemos cerca de 450 alunos por dia, e o espaço atual já não

comporta mais essa demanda. Com a ampliação, teremos capacidade para chegar a 650 alunos diariamente, o que representa um aumento significativo na oferta de qualificação profissional no município", explicou.

O vice-presidente da Câmara Municipal, vereador Jozival Barbosa, também destacou o apoio do Legislativo à iniciativa. "Todos os vereadores entenderam que essa é uma ação importante para o desenvolvimento da cidade. A cessão da área foi feita com responsabilidade e pensando no futuro de Paraíso", disse.

O procurador-geral do município, Gilberto Lucena, detalhou o trâmite legal que viabilizou a doação da área. "O presidente do SENAI encaminhou um ofício ao prefeito apresentando o projeto de expansão do Centro de Formação Profissional, indicando a necessidade de uma área contígua à unidade já existente. A proposta foi analisada pela Procuradoria, que elaborou o projeto de lei aprovado por unanimidade na Câmara Municipal. A partir dessa autorização, a efetivação ocorreu por meio de decreto", afirmou.

Segundo o procurador, a legislação estabelece condicionantes para garantir a execução do projeto. "Por orientação do **Tribunal de Contas**, a lei possui encargos, entre eles o prazo de um ano para início das obras e três anos para a conclusão. A expectativa apresentada pela direção do SENAI é iniciar antes desse prazo. A ampliação permitirá oferecer mais cursos profissionalizantes em uma região estratégica da cidade, que já conta com importantes estruturas públicas e está em pleno desenvolvimento", destacou.

A medida está formalizada por meio do Decreto nº 1422, de 09 de janeiro de 2026, que regulamenta a doação de um terreno localizado na Avenida José de Brito, no setor Nova Fronteira, região sul da cidade. A área possui 5.630,50 metros quadrados e será destinada exclusivamente à expansão das atividades do SENAI no município, incluindo a implantação de novos laboratórios, salas de aula e estruturas administrativas.

A expectativa é que a ampliação do SENAI fortaleça a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, acompanhando a demanda do setor produtivo e contribuindo para a formação de mão de obra qualificada no município.

Texto: Vitória Luna/Ascom Paraíso do Tocantins

Site: <http://www.fieto.com.br/Noticia.aspx?c=bedcf717-d1ab-4ff4-9f2c-2b0bbe5751d2>

Prefeitura de Paraíso oficializa doação de área no setor Nova Fronteira para expansão do Centro de Formação do Senai

por Redação

O prefeito de Paraíso do **Tocantins**, Celso Moraes (MDB), assinou na manhã de segunda-feira, 16, o Decreto que efetiva a doação de uma área pública para a ampliação do Centro de Formação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). A ação aconteceu no gabinete do Paço.

DOAÇÃO DO TERRENO

O Decreto 1. 422 de 2026 regulamenta a doação do terreno localizado na Avenida José de Brito, no setor Nova Fronteira, região sul da cidade. A área possui 5.630,50 metros quadrados e será destinada exclusivamente à expansão das atividades do Senai no município, incluindo a implantação de novos laboratórios, salas de aula e estruturas administrativas.

EXPANSÃO DO SENAI

Durante a assinatura, Celso Moraes destacou a importância da iniciativa para o desenvolvimento local. "Assim como nós vivemos o nosso melhor momento enquanto cidade, eu não tenho dúvida que o melhor momento do Senai também é este. Nós levamos mais uma vez para dentro daquele equipamento o fluxo de pessoas e hoje estamos confirmando isso com a possibilidade real de expansão do Senai", afirmou.

CURSOS OFERTADOS

O presidente da Federação das Indústrias (Fieto), Roberto Pires, ressaltou a demanda crescente pelos cursos ofertados pela instituição. "Foi um acerto implantar esse Centro de Formação Profissional em Paraíso. Hoje já atendemos cerca de 450 alunos por dia, e o espaço atual já não comporta mais essa demanda. Com a ampliação, teremos capacidade para chegar a 650 alunos diariamente, o que representa um aumento significativo na oferta de qualificação profissional no município", explicou.

APOIO DO LEGISLATIVO

O vice-presidente da Câmara, vereador Jozival Barbosa, também destacou o apoio do Legislativo à

iniciativa. "Todos os vereadores entenderam que essa é uma ação importante para o desenvolvimento da cidade. A cessão da área foi feita com responsabilidade e pensando no futuro de Paraíso", disse.

APROVADO POR UNANIMIDADE

O procurador-geral do município, Gilberto Lucena, detalhou o trâmite legal que viabilizou a doação da área. "O presidente do Senai encaminhou um ofício ao prefeito apresentando o projeto de expansão do Centro de Formação Profissional, indicando a necessidade de uma área contígua à unidade já existente. A proposta foi analisada pela Procuradoria, que elaborou o projeto de lei aprovado por unanimidade na Câmara. A partir dessa autorização, a efetivação ocorreu por meio de decreto", afirmou.

CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Segundo o procurador, a legislação estabelece condicionantes para garantir a execução do projeto. "Por orientação do **Tribunal de Contas**, a lei possui encargos, entre eles o prazo de um ano para início das obras e três anos para a conclusão. A expectativa apresentada pela direção do Senai é iniciar antes desse prazo. A ampliação permitirá oferecer mais cursos profissionalizantes em uma região estratégica da cidade, que já conta com importantes estruturas públicas e está em pleno desenvolvimento", destacou.

EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DO SENAI

A medida está formalizada por meio do Decreto nº 1422, de 9 de janeiro de 2026, que regulamenta a doação de um terreno localizado na Avenida José de Brito, no setor Nova Fronteira, região sul da cidade. A área possui 5.630,50 metros quadrados e será destinada exclusivamente à expansão das atividades do Senai no município, incluindo a implantação de novos laboratórios, salas de aula e estruturas administrativas. A expectativa é que a ampliação do Senai fortaleça a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, acompanhando a demanda do setor produtivo e contribuindo para a formação de mão de obra qualificada no município.

PRESENTES

A ação contou com a presença do presidente da Fieto e do Conselho Estadual do Senai, Roberto Pires, da diretora regional do Senai, Márcia Rodrigues, e da gerente de Unidade de Negócios, Marcela Canola. Também estiveram presentes a secretária municipal de Indústria, Comércio e Serviços (Sics), Juliana Martins, além dos vereadores Jozival Barbosa, Ricardo Diniz, Adriana Câmara, Marlene Moraes, Nilson Catarino, Flávio Eliziário, Alailson Lemos, Marcílio Pedreiro, Silvana Luz e Cleidimar Fernandes.

Site: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/prefeitura-de-paraiso-oficializa-doacao-de-area-no-setor-nova-fronteira-para-expansao-do-centro-de-formacao-do-senai/>

Após boatos, Marilon Barbosa comprova que o relatórios da Câmara de 2025 foram entregues no prazo

Divulgação

Certidões do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) apontam que a Câmara Municipal de **Palmas** entregou dentro do prazo todos os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) de 2025, contrariando informação divulgada por um blog sobre suposta irregularidade no envio dos dados.

Os documentos apresentados pelo presidente da Câmara, vereador Marilon Barbosa (Republicanos), indicam que os três relatórios quadrimestrais foram publicados dentro dos prazos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo o **TCE**, o primeiro quadrimestre foi divulgado em 28 de maio de 2025, o segundo em 25 de setembro de 2025 e o terceiro em 29 de janeiro de 2026, todos com status "no prazo"

Já o Atestado da Secretaria do Tesouro Nacional confirma que o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre foi publicado em 30 de janeiro de 2026, atendendo às exigências dos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000.

Clique aqui para acessar o Relatório de Gestão Fiscal - Exercício de 2025.

Além da regularidade na entrega, os dados enviados ao **TCE** mostram que a Câmara manteve as despesas com pessoal abaixo do limite legal de 6% da Receita Corrente Líquida (RCL).

No primeiro quadrimestre, o índice foi de 2,32%, com gasto de R\$ 46,4 milhões. No segundo, 2,41% (R\$ 49,3 milhões), e no terceiro, 2,27% (R\$ 47,1 milhões), todos abaixo do limite permitido .

Ao apresentar os documentos, o presidente da Câmara afirmou que as informações divulgadas sobre atraso na entrega dos relatórios não procedem.

"Trabalhamos com transparência e cumprimos todos os prazos exigidos por lei. Inclusive recebemos recentemente o Selo Ouro de Transparência, concedido pelo **Tribunal de Contas do Tocantins**, o que demonstra que trabalhamos de forma séria e

responsável," afirmou Marilon Barbosa.

Os Relatórios de Gestão Fiscal são obrigatórios e devem ser publicados periodicamente pelos órgãos públicos. O descumprimento dos prazos pode gerar sanções administrativas, o que, segundo os documentos apresentados, não ocorreu no caso da Câmara de **Palmas** em 2025.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/apos-boatos-marilon-barbosa-comprova-que-o-relatorios-da-camara-de-2025-foram-entregues-no-prazo/>

Campanha Imposto Solidário de Palmas visa fortalecer políticas para a Infância e Idosos

Divulgação

O Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) e a Prefeitura de Palmas lançaram, nesta terça-feira, a campanha "IRPF 2026 - Declare com Solidariedade", com o objetivo de incentivar contribuintes a destinarem parte do Imposto de Renda para os fundos municipais da infância, adolescência e da pessoa idosa.

A iniciativa foi apresentada durante evento no Orquidário de Palmas e reuniu autoridades, representantes de instituições e entidades beneficiadas. O prazo para declaração do Imposto de Renda começa no dia 23 de março e segue até 29 de maio.

Segundo o MPTO, a proposta é estimular o uso de um mecanismo legal que permite ao contribuinte direcionar parte do imposto devido para projetos sociais no próprio município.

Potencial de arrecadação ainda é baixo

Durante o lançamento, o delegado da Receita Federal no **Tocantins**, Ricardo Magalhães, destacou que o potencial de destinação em Palmas é de cerca de R\$ 40 milhões, mas, em 2025, apenas R\$ 200 mil foram efetivamente destinados.

A avaliação é de que a baixa adesão está relacionada à falta de informação por parte dos contribuintes sobre a possibilidade de destinar recursos sem custos adicionais.

Como funciona a destinação

Contribuintes que fazem a declaração no modelo completo podem destinar até 6% do imposto devido, sendo até 3% para o Fundo da Infância e Adolescência (FIA) e 3% para o Fundo Municipal do Idoso (FMDI).

A destinação é feita diretamente no sistema da Receita Federal, na etapa final da declaração. O valor é abatido do imposto devido ou incluído na restituição, sem gerar custos extras.

Em Palmas, os recursos são aplicados em projetos sociais voltados à proteção de crianças, adolescentes e pessoas idosas, com gestão dos conselhos

municipais e acompanhamento dos órgãos públicos.

Recursos são fiscalizados e aplicados via editais

Os valores destinados aos fundos passam por fiscalização de órgãos de controle, como o **Tribunal de Contas** e o Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), além de acompanhamento por conselhos municipais formados por representantes do poder público e da sociedade civil.

A aplicação dos recursos ocorre por meio de editais públicos, que selecionam projetos voltados à promoção de direitos, combate à vulnerabilidade social e fortalecimento de políticas públicas no município.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/campanha-imposto-solidario-de-palmas-visa-fortalecer-politicas-para-a-infancia-e-idosos/>

Tribunal abre prazo para municípios definirem periodicidade do Relatório de Gestão Fiscal em 2026

Autor(a): Redação

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** publicou a Portaria nº 215/2026, que estabelece prazo para que municípios com população inferior a 50 mil habitantes formalizem a opção pela periodicidade de divulgação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao exercício de 2026.

De acordo com a norma, as prefeituras têm até o dia 15 de abril de 2026 para informar ao Tribunal se desejam divulgar o relatório de forma semestral, conforme possibilidade prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Caso o pedido seja feito após esse prazo, a solicitação será desconsiderada.

A portaria também prevê que o mesmo prazo vale para municípios que atualmente divulgam o relatório de forma semestral, mas desejam retornar ao modelo quadrimestral.

Regras

A opção pela divulgação semestral não se aplica aos municípios que, até 31 de dezembro de 2025, estiverem acima dos limites legais de despesa com pessoal ou de dívida consolidada. Nessas situações, a periodicidade passa automaticamente a ser quadrimestral, conforme determina a legislação fiscal.

A opção protocolada dentro do prazo terá validade para o exercício atual e para os anos seguintes, até que o município solicite nova alteração dentro do período estabelecido pelo Tribunal.

Sem manifestação

Caso o município não se manifeste dentro do prazo, será mantida a periodicidade de divulgação do Relatório de Gestão Fiscal que já está registrada no sistema SICAP/Contábil, utilizado para envio das informações contábeis ao **Tribunal de Contas**.

Com a medida, o **TCETO** busca organizar os procedimentos de acompanhamento da gestão fiscal e garantir maior segurança na emissão de certidões

necessárias para transferências voluntárias e operações de crédito pelos municípios.

Site: <https://agora-to.com.br/tribunal-abre-prazo-para-municipios-definirem-periodicidade-do-relatorio-de-gestao-fiscal-em-2026/>

Prefeitura de Palmas lança campanha Imposto Solidário e incentiva destinação do IR para projetos sociais (Políticas Públicas)

Núbia Dourado

Iniciativa realizada em parceria com o Ministério Público do **Tocantins** busca fortalecer políticas públicas voltadas à infância e à pessoa idosa na Capital

A Prefeitura de Palmas lançou, na manhã desta terça-feira (17), a campanha "Imposto Solidário - Transforme seu imposto em cuidado e proteção". A iniciativa, conduzida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes) em parceria com o Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), tem como objetivo incentivar contribuintes a destinarem parte do Imposto de Renda (IR) para fundos municipais que financiam projetos sociais na capital.

O lançamento contou com a presença do prefeito Eduardo Siqueira Campos, da primeira-dama e secretária municipal de Desenvolvimento Social, Polyanna Siqueira Campos, além de gestores, servidores, representantes de instituições parceiras e adolescentes beneficiados por projetos financiados com recursos provenientes da destinação do imposto.

A campanha orienta contribuintes a direcionarem parte do IR ao Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA) e ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Palmas (Fumdipi). Os recursos são destinados ao financiamento de ações e programas voltados à promoção, proteção e garantia de direitos de crianças, adolescentes e pessoas idosas.

Durante o evento, o prefeito Eduardo Siqueira Campos destacou que a destinação do imposto é uma forma de fortalecer diretamente as políticas públicas no município.

"Quando o cidadão ou a empresa destina parte do seu Imposto de Renda para os fundos da Infância e da Pessoa Idosa, o recurso passa a beneficiar diretamente a nossa cidade. É uma forma de contribuir para garantir mais dignidade a crianças, adolescentes e pessoas idosas de Palmas", afirmou.

A primeira-dama e secretária municipal de

Desenvolvimento Social, Polyanna Siqueira Campos, também ressaltou a importância da participação da sociedade e das instituições parceiras.

"Estamos mobilizando parceiros e conscientizando a população sobre a importância dessa destinação. A campanha tem um objetivo muito claro: promover o bem e transformar a vida de crianças, adolescentes e pessoas idosas da nossa capital", destacou.

Controle e transparência

A presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Mônica Brito, ressaltou que os recursos destinados aos fundos municipais são geridos pelos conselhos e fiscalizados por órgãos de controle.

"Todos os recursos são direcionados aos fundos e passam por gestão dos conselhos, além de fiscalização do **Tribunal de Contas** e do Ministério Público", explicou.

Já a presidente do Conselho Regional de Contabilidade do **Tocantins** (CRC-TO), Celi Regina Leobas, informou que a entidade apoiará a divulgação da campanha junto aos profissionais da área contábil.

"Durante o período de declaração do Imposto de Renda, vamos orientar os contadores a informarem os contribuintes sobre a possibilidade de destinar parte do imposto para o FIA e o Fumdipi, fortalecendo as políticas públicas voltadas à infância e à pessoa idosa em Palmas", afirmou.

Parcerias

A campanha Imposto Solidário - Transforme seu imposto em cuidado e proteção conta com o apoio de diversas instituições, entre elas a Federação das Indústrias do Estado do **Tocantins** (Fieto), a Receita Federal no **Tocantins**, o Conselho Regional de Contabilidade do **Tocantins** (CRC-TO) e a Associação Comercial e Industrial de Palmas (Acipa).

Fonte: Secom Palmas

Site: <https://toemfoco.com.br/politicas-publicas/prefeitura-de-palmas-lanca-campanha-imposto-solidario-e-incentiva-destinacao-do-ir-para-projetos-sociais/>

Marilon nega atraso na prestação de contas, apresenta certidão marota do TCE diferente do Siconfi mas o cidadão só teve acesso à sua contabilidade ontem quando as publicou no portal e mesmo assim com data de 30 de janeiro

O presidente da Câmara de **Palmas**, Marilon Barbosa (Republicanos) reagiu ontem ao requerimento do vereador Folha Filho (PSDB) - presidente da Comissão de Finanças - que cobrou a prestação de contas do Legislativo Metropolitano do exercício de 2025.

Marilon apresentou ao blog declaração do **TCE** de que teria entregue as contas ao Tribunal dentro do prazo. A declaração é de ontem, 17 de março de 2026, e ali o **TCE** informa que a publicação do RGF ocorreu em 29 de janeiro de 2026.

A declaração do **TCE** limita na declaração a informar que a Câmara cumpriria a Lei de Responsabilidade no comprometimento da receita com salários. E mais nada.

Marilon estaria enquadrado: gastou 2,27% (R\$ 47.135.502,97 de despesas de pessoal realizadas) de uma Receita Corrente Líquida ajustada (Prefeitura) de R\$ 2,080 bilhões. Abaixo do limite de alerta. O máximo é 6%. Do mais, não se soube.

A informação do **TCE** difere do próprio relatório publicado no Siconfi (Secretaria do Tesouro Nacional) que anota despesas líquidas de pessoal de R\$ 46.945.502,97 e despesas brutas de R\$ 51.532.558,84

O sistema do **TCE** (disponível por obrigação legal ao cidadão) registra, entretanto, também que as contas foram entregues com atraso. Ou seja: após 30 de janeiro. E não publicava, até ontem, o balanço da Câmara. O Legislativo atribuía a questão a sistema no **TCE**.

Até a manhã de ontem também o Legislativo não havia publicado o Relatório de Gestão Fiscal (quase três meses após o exercício) no portal das transparências.

Contrariando a própria declaração do **TCE** de ontem que apontava : O art. 55, inciso III, § 2º da LRF, determina que os relatórios de Gestão Fiscal deverão ser publicados quadrimestralmente e disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder .

A assessoria da Presidência reconheceu o erro na noite de ontem e disse ao blog que publicaria ontem mesmo o RGF como de fato o fez.

Só que com a data de publicação de 30 de janeiro de 2026. Muito embora o tenha publicado no portal - obrigação de Lei - somente em 17 de março de 2026.

Já o vereador Folha Filho - que apresentou o requerimento - disse ao blog na noite de ontem que a Presidência teria garantido entregar o relatório à Comissão no prazo regimental de 5 dias.

Conclusões óbvias:

1)a Presidência não havia encaminhado a prestação de contas aos vereadores, quase três meses após o encerramento do exercício.

2) prazo em que fica evidenciado o desprezo à Lei de Transparência Pública ao somente ontem disponibilizar os números à população.

3) com a ajuda do **Tribunal de Contas do Estado** já que inconsistências em sistema de contas públicas favorecem a manipulação e deficiência de fiscalização dos recursos do contribuinte.

4) como o **TCE** declarou em documento oficial que a publicação das contas por parte da Câmara teria sido

em 29 de janeiro de 2026 e a Câmara informa agora no Portal das Transparências que publicou no dia 30 de janeiro de 2026, alguém faltou de combinar com alguém. Desses enganos em situação onde basta um segundo para desligar-se da lei e sair do prazo.

Um tribunal onde os conselheiros receberam salários na faixa de R\$ 450 mil em fevereiro de 2026.

Site:

<http://www.luizarmandocosta.com.br/noticia/marilon-nega-atraso-na-prestacao-de-contas-apresenta-certidao-marota-do-tce-diferente-do-siconfi-mas-o-cidadao-so-teve-acesso-a-sua-contabilidade-ontem-quando-as-publicou-no-portal-e-mesmo-assim-com-data-de-30-de-janeiro/53500>

Parceria na recuperação da TO-387 com o governo do Tocantins avança e reforça perfil de gestão por resultados do prefeito Wlisses Barros em Palmeirópolis (Cidades)

Atitude Tocantins

Ao acompanhar o início do recapeamento entre São Salvador e Palmeirópolis, prefeito associa entrega de obras à articulação institucional e consolida imagem de administração focada em solução, planejamento e resposta à população.

Por Wesley Silas

O início da recuperação da TO-387, no trecho entre São Salvador e Palmeirópolis, evidenciou a parceria institucional entre o prefeito Wlisses Barros de Souza e o governador Wanderlei Barbosa. A obra, aguardada pela população da região, passou a simbolizar uma parceria conjunta entre os municípios de São Salvador, Palmeirópolis e Estado em favor da mobilidade, da segurança viária e do desenvolvimento local.

Menos de um mês após o anúncio do investimento pelo governador Wanderlei Barbosa, estimado em cerca de R\$ 10 milhões, Wlisses esteve no local para acompanhar o começo do recapeamento. O gesto teve peso político e administrativo: além de registrar o avanço da demanda, reforçou a imagem de uma gestão que busca estar presente nas pautas prioritárias do município e cobrar a execução das obras consideradas estratégicas para a população.

Em publicação nas redes sociais, o prefeito afirmou que o compromisso assumido começou a sair do papel e agradeceu ao governador Wanderlei Barbosa e ao presidente da AGETO, Túlio Parreira, pela atenção à reivindicação. A manifestação também serviu para destacar que a interlocução entre a Prefeitura de Palmeirópolis e o Governo do Estado tem produzido resultado prático em uma área sensível para moradores, produtores e motoristas que dependem da rodovia.

A obra fortalece o discurso de que a atual gestão municipal procura se diferenciar de administrações marcadas por justificativas recorrentes, imprevisto e

baixa capacidade de resposta. Em vez disso, Wlisses Barros tenta consolidar uma linha de atuação baseada em parceria institucional, acompanhamento de demandas e entrega efetiva de benefícios à comunidade.

Mesmo jovem, o prefeito vem associando sua imagem política a ações concretas em diferentes áreas da administração. Entre elas, estão o acompanhamento das obras da Escola de Tempo Integral Elda Silva Barros, a reforma da Escola Bom Tempo, a assinatura da ordem de serviço para construção de 25 casas populares, com apoio da bancada federal, e o recebimento do Selo Município Amigo do Futuro, concedido no âmbito do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, do Tribunal de Contas do Estado do **Tocantins**.

Nesse contexto, o recapeamento da TO-387 assume valor que vai além da infraestrutura. A obra também representa um ativo político para a gestão municipal, ao mostrar que a articulação com o Palácio Araguaia que tem adotado postura de governo municipalista pode se converter em resposta concreta para problemas históricos da cidade e da região sul do Estado.

A recuperação da TO-387 reforça uma mensagem política clara em Palmeirópolis: quando há alinhamento institucional e capacidade de articulação, a demanda pública deixa de ser apenas promessa e passa a se traduzir em obra. Ao lado do governador Wanderlei Barbosa, o prefeito Wlisses Barros tenta consolidar a imagem de uma gestão que prefere resultado a desculpa. Em cenário no qual muitos gestores ainda se perdem no imprevisto e no discurso, a régua da boa administração continua sendo a mesma: a entrega que alcança a vida real da população.

Site: <https://atitudeto.com.br/cidade/parceria-na-recuperacao-da-to-387-com-o-governo-do-tocantins-avanca-e-reforca-perfil-de-gestao-por-resultados-do-prefeito-wlisses-barros-em-palmeiropolis/>

Palmas lança campanha com foco em destinar Imposto de Renda em apoio social para crianças, adolescentes e idosos

Na manhã desta terça-feira, 17, a Prefeitura de Palmas, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes), em parceria com o Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), lançou a campanha "Imposto Solidário - Transforme seu imposto em cuidado e proteção". O evento contou com a presença do prefeito Eduardo Siqueira Campos, da primeira-dama e secretária de Desenvolvimento Social, Polyanna Siqueira Campos, além de gestores, servidores, parceiros e adolescentes beneficiados por projetos sociais financiados com recursos do Imposto de Renda (IR).

A campanha tem como objetivo incentivar os contribuintes que fazem a declaração a destinarem parte do IR para o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de Palmas (FIA) e para o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Palmas (Fumdipi), fortalecendo assim ações e programas voltados à promoção, proteção e garantia de direitos dessas pessoas.

O prefeito Eduardo Siqueira Campos ressaltou que "quando o cidadão ou a empresa destina parte do seu Imposto de Renda aos fundos da Infância e da Pessoa Idosa, o recurso deixa de ir para longe e passa a fortalecer políticas públicas em Palmas. É uma forma direta do cidadão contribuir e garantir mais dignidade a crianças, adolescentes e pessoas idosas da Capital".

A primeira-dama e secretária municipal de Desenvolvimento Social de Palmas, Polyanna Siqueira Campos, falou sobre a importância das parcerias. "Contamos com vocês para que vidas sejam transformadas. Estamos nessa caminhada em busca de parceiros, explicando que a campanha tem um único e exclusivo objetivo, que é fazer o bem e trazer transformações positivas para as vidas de crianças, adolescentes e pessoas idosas da nossa capital", enfatizou.

A presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Mônica Brito, elogiou a iniciativa da Prefeitura e destacou a destinação do recurso. "Todos os recursos vão para os fundos que serão geridos pelos conselhos e são fiscalizados pelo **Tribunal de Contas** e pelo Ministério

Público Estadual".

A presidente do Conselho Regional de Contabilidade, Celi Regina Leobas, informou que a entidade irá apoiar integralmente a campanha. "Durante o período de declarar o IR vamos pedir aos contadores que falem com os contribuintes sobre a importância dessa destinação para o Fia e o Fumdipi. É mais uma forma de fortalecer as políticas públicas voltadas para crianças, adolescentes e pessoas idosas de Palmas", pontuou.

A campanha "Imposto Solidário - Transforme seu imposto em cuidado e proteção" conta com o apoio de instituições parceiras como a Federação das Indústrias do Estado do **Tocantins** (Fieto), a Receita Federal do **Tocantins**, o Conselho Regional de Contabilidade do **Tocantins** (CRC-TO) e a Associação Comercial e Industrial de Palmas (Acipa).

Texto: Eliene Campelo e Daniel Reis

Edição: Iara Cruz

Foto: Francisco Barros

Sítio:

<https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/palmas/palmas-lanca-campanha-com-foco-em-destinar-imposto-de-renda-em-apoio-social-para-criancas-adolescentes-e-idosos/>

Prefeitura de Palmas lança Imposto Solidário e destaca importância da destinação do IR para políticas públicas municipais

Em parceria com o Ministério Público do **Tocantins**, iniciativa busca fortalecer a proteção e a promoção de direitos na Capital

Por Eliene Campelo e Daniel Reis

Na manhã desta terça-feira, 17, a Prefeitura de Palmas, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes), em parceria com o Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), lançou a campanha "Imposto Solidário - Transforme seu imposto em cuidado e proteção". O evento contou com a presença do prefeito Eduardo Siqueira Campos, da primeira-dama e secretária de Desenvolvimento Social, Polyanna Siqueira Campos, além de gestores, servidores, parceiros e adolescentes beneficiados por projetos sociais financiados com recursos do Imposto de Renda (IR).

A campanha tem como objetivo incentivar os contribuintes que fazem a declaração a destinarem parte do IR para o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de Palmas (FIA) e para o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Palmas (Fumdipi), fortalecendo assim ações e programas voltados à promoção, proteção e garantia de direitos dessas pessoas.

O prefeito Eduardo Siqueira Campos ressaltou que "quando o cidadão ou a empresa destina parte do seu Imposto de Renda aos fundos da Infância e da Pessoa Idosa, o recurso deixa de ir para longe e passa a fortalecer políticas públicas em Palmas. É uma forma direta do cidadão contribuir e garantir mais dignidade a crianças, adolescentes e pessoas idosas da Capital".

Gestores municipais e representantes de instituições parceiras durante lançamento do Imposto Solidário

A primeira-dama e secretária municipal de Desenvolvimento Social de Palmas, Polyanna Siqueira Campos, falou sobre a importância das parcerias. "Contamos com vocês para que vidas sejam transformadas. Estamos nessa caminhada em busca de parceiros, explicando que a campanha tem um único e exclusivo objetivo, que é fazer o bem e trazer transformações positivas para as vidas de crianças,

adolescentes e pessoas idosas da nossa capital", enfatizou.

Controle social

A presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Mônica Brito, elogiou a iniciativa da Prefeitura e destacou a destinação do recurso. "Todos os recursos vão para os fundos que serão geridos pelos conselhos e são fiscalizados pelo **Tribunal de Contas** e pelo Ministério Público Estadual".

A presidente do Conselho Regional de Contabilidade, Celi Regina Leobas, informou que a entidade irá apoiar integralmente a campanha. "Durante o período de declarar o IR vamos pedir aos contadores que falem com os contribuintes sobre a importância dessa destinação para o Fia e o Fumdipi. É mais uma forma de fortalecer as políticas públicas voltadas para crianças, adolescentes e pessoas idosas de Palmas", pontuou.

Parceria

A campanha "Imposto Solidário - Transforme seu imposto em cuidado e proteção" conta com o apoio de instituições parceiras como a Federação das Indústrias do Estado do **Tocantins** (Fieto), a Receita Federal do **Tocantins**, o Conselho Regional de Contabilidade do **Tocantins** (CRC-TO) e a Associação Comercial e Industrial de Palmas (Acipa).

Site:

<http://www.oparalelo13.com.br/component/k2/prefeitura-de-palmas-lanca-imposto-solidario-e-destaca-importancia-da-destinacao-do-ir-para-politicas-publicas-municipais>

Prefeitura de Palmas lança Imposto Solidário e destaca importância da destinação do IR para políticas públicas municipais

Em parceria com o Ministério Público do **Tocantins**, iniciativa busca fortalecer a proteção e a promoção de direitos na Capital

Na manhã desta terça-feira, 17, a Prefeitura de Palmas, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes) e, em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e o Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), lançou a campanha "Imposto Solidário - Transforme seu imposto em cuidado e proteção". O evento contou com a presença do prefeito Eduardo Siqueira Campos, da primeira-dama e secretária de Desenvolvimento Social, Polyanna Siqueira Campos, além de gestores, servidores, parceiros e adolescentes beneficiados por projetos sociais financiados com recursos do Imposto de Renda (IR).

A campanha tem como objetivo incentivar os contribuintes que fazem a declaração a destinarem parte do IR para o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de Palmas (FIA) e para o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Palmas (Fumdipi), fortalecendo assim ações e programas voltados à promoção, proteção e garantia de direitos dessas pessoas.

O prefeito Eduardo Siqueira Campos ressaltou que "quando o cidadão ou a empresa destina parte do seu Imposto de Renda aos fundos da Infância e da Pessoa Idosa, o recurso deixa de ir para longe e passa a fortalecer políticas públicas em Palmas. É uma forma direta do cidadão contribuir e garantir mais dignidade a crianças, adolescentes e pessoas idosas da Capital".

A primeira-dama e secretária municipal de Desenvolvimento Social de Palmas, Polyanna Siqueira Campos, falou sobre a importância das parcerias. "Contamos com vocês para que vidas sejam transformadas. Estamos nessa caminhada em busca de parceiros, explicando que a campanha tem um único e exclusivo objetivo, que é fazer o bem e trazer transformações positivas para as vidas de crianças, adolescentes e pessoas idosas da nossa capital", enfatizou.

Controle social

A presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Mônica Brito, elogiou a iniciativa da Prefeitura e destacou a destinação do recurso. "Todos os recursos vão para os fundos que serão geridos pelos conselhos e são fiscalizados pelo **Tribunal de Contas** e pelo Ministério Público Estadual".

A presidente do Conselho Regional de Contabilidade, Celi Regina Leobas, informou que a entidade irá apoiar integralmente a campanha. "Durante o período de declarar o IR vamos pedir aos contadores que falem com os contribuintes sobre a importância dessa destinação para o Fia e o Fumdipi. É mais uma forma de fortalecer as políticas públicas voltadas para crianças, adolescentes e pessoas idosas de Palmas", pontuou.

Parcerias

A campanha "Imposto Solidário - Transforme seu imposto em cuidado e proteção" conta com o apoio de instituições parceiras como a Federação das Indústrias do Estado do **Tocantins** (Fieto), a Receita Federal do **Tocantins**, o Conselho Regional de Contabilidade do **Tocantins** (CRC-TO) e a Associação Comercial e Industrial de Palmas (Acipa).

Site: <https://ocoletivo.com.br/prefeitura-de-palmas-lanca-imposto-solidario-e-destaca-importancia-da-destinacao-do-ir-para-politicas-publicas-municipais/>

Prefeitura de Palmas lança Imposto Solidário e destaca importância da destinação do IR para políticas públicas municipais (Cidades)

Secom Palmas (TO) Eliene Campelo e Daniel Reis | Foto: Francisco Barros

Em parceria com o Ministério Público do **Tocantins**, iniciativa busca fortalecer a proteção e a promoção de direitos na Capital

Na manhã desta terça-feira, 17, a Prefeitura de Palmas, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes), em parceria com o Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), lançou a campanha "Imposto Solidário - Transforme seu imposto em cuidado e proteção". O evento contou com a presença do prefeito Eduardo Siqueira Campos, da primeira-dama e secretária de Desenvolvimento Social, Polyanna Siqueira Campos, além de gestores, servidores, parceiros e adolescentes beneficiados por projetos sociais financiados com recursos do Imposto de Renda (IR).

A campanha tem como objetivo incentivar os contribuintes que fazem a declaração a destinarem parte do IR para o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de Palmas (FIA) e para o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Palmas (Fumdipi), fortalecendo assim ações e programas voltados à promoção, proteção e garantia de direitos dessas pessoas.

O prefeito Eduardo Siqueira Campos ressaltou que "quando o cidadão ou a empresa destina parte do seu Imposto de Renda aos fundos da Infância e da Pessoa Idosa, o recurso deixa de ir para longe e passa a fortalecer políticas públicas em Palmas. É uma forma direta do cidadão contribuir e garantir mais dignidade a crianças, adolescentes e pessoas idosas da Capital".

"quando o cidadão ou a empresa destina parte do seu Imposto de Renda aos fundos da Infância e da Pessoa Idosa, o recurso deixa de ir para longe e passa a fortalecer políticas públicas em Palmas. É uma forma direta do cidadão contribuir e garantir mais dignidade a crianças, adolescentes e pessoas idosas da Capital".

A primeira-dama e secretária municipal de Desenvolvimento Social de Palmas, Polyanna Siqueira Campos, falou sobre a importância das parcerias.

"Contamos com vocês para que vidas sejam transformadas. Estamos nessa caminhada em busca de parceiros, explicando que a campanha tem um único e exclusivo objetivo, que é fazer o bem e trazer transformações positivas para as vidas de crianças, adolescentes e pessoas idosas da nossa capital", enfatizou.

Controle social

A presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Mônica Brito, elogiou a iniciativa da Prefeitura e destacou a destinação do recurso. "Todos os recursos vão para os fundos que serão geridos pelos conselhos e são fiscalizados pelo **Tribunal de Contas** e pelo Ministério Público Estadual".

"Todos os recursos vão para os fundos que serão geridos pelos conselhos e são fiscalizados pelo **Tribunal de Contas** e pelo Ministério Público Estadual".

A presidente do Conselho Regional de Contabilidade, Celi Regina Leobas, informou que a entidade irá apoiar integralmente a campanha. "Durante o período de declarar o IR vamos pedir aos contadores que falem com os contribuintes sobre a importância dessa destinação para o Fia e o Fumdipi. É mais uma forma de fortalecer as políticas públicas voltadas para crianças, adolescentes e pessoas idosas de Palmas", pontuou.

"Durante o período de declarar o IR vamos pedir aos contadores que falem com os contribuintes sobre a importância dessa destinação para o Fia e o Fumdipi. É mais uma forma de fortalecer as políticas públicas voltadas para crianças, adolescentes e pessoas idosas de Palmas"

Parceria

A campanha "Imposto Solidário - Transforme seu imposto em cuidado e proteção" conta com o apoio de instituições parceiras como a Federação das Indústrias do Estado do **Tocantins** (Fieto), a Receita Federal do **Tocantins**, o Conselho Regional de Contabilidade do

Tocantins (CRC-TO) e a Associação Comercial e Industrial de Palmas (Acipa).

- Publicidade -

- Publicidade -

Tags: Destinação do IR direitos humanos Imposto Solidário políticas públicas proteção social

Destinação do IR

direitos humanos

Imposto Solidário

políticas públicas

proteção social

Site: <https://portaldoamaral.com.br/prefeitura-de-palmas-lanca-imposto-solidario-e-destaca-importancia-da-destinacao-do-ir-para-politicas-publicas-municipais/>

Prefeitura de Palmas lança Imposto Solidário e destaca importância da destinação do IR para políticas públicas municipais (Cidades)

Por: Redação

Na manhã desta terça-feira, 17, a Prefeitura de Palmas, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes), em parceria com o Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), lançou a campanha "Imposto Solidário - Transforme seu imposto em cuidado e proteção". O evento contou com a presença do prefeito Eduardo Siqueira Campos, da primeira-dama e secretária de Desenvolvimento Social, Polyanna Siqueira Campos, além de gestores, servidores, parceiros e adolescentes beneficiados por projetos sociais financiados com recursos do Imposto de Renda (IR).

A campanha tem como objetivo incentivar os contribuintes que fazem a declaração a destinarem parte do IR para o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de Palmas (FIA) e para o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Palmas (Fumdipi), fortalecendo assim ações e programas voltados à promoção, proteção e garantia de direitos dessas pessoas.

O prefeito Eduardo Siqueira Campos ressaltou que "quando o cidadão ou a empresa destina parte do seu Imposto de Renda aos fundos da Infância e da Pessoa Idosa, o recurso deixa de ir para longe e passa a fortalecer políticas públicas em Palmas. É uma forma direta do cidadão contribuir e garantir mais dignidade a crianças, adolescentes e pessoas idosas da Capital".

A primeira-dama e secretária municipal de Desenvolvimento Social de Palmas, Polyanna Siqueira Campos, falou sobre a importância das parcerias. "Contamos com vocês para que vidas sejam transformadas. Estamos nessa caminhada em busca de parceiros, explicando que a campanha tem um único e exclusivo objetivo, que é fazer o bem e trazer transformações positivas para as vidas de crianças, adolescentes e pessoas idosas da nossa capital", enfatizou.

Controle social

A presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Mônica Brito,

elogiou a iniciativa da Prefeitura e destacou a destinação do recurso. "Todos os recursos vão para os fundos que serão geridos pelos conselhos e são fiscalizados pelo **Tribunal de Contas** e pelo Ministério Público Estadual".

A presidente do Conselho Regional de Contabilidade, Celi Regina Leobas, informou que a entidade irá apoiar integralmente a campanha. "Durante o período de declarar o IR vamos pedir aos contadores que falem com os contribuintes sobre a importância dessa destinação para o Fia e o Fumdipi. É mais uma forma de fortalecer as políticas públicas voltadas para crianças, adolescentes e pessoas idosas de Palmas", pontuou.

Parceria

A campanha "Imposto Solidário - Transforme seu imposto em cuidado e proteção" conta com o apoio de instituições parceiras como a Federação das Indústrias do Estado do **Tocantins** (Fieto), a Receita Federal do **Tocantins**, o Conselho Regional de Contabilidade do **Tocantins** (CRC-TO) e a Associação Comercial e Industrial de Palmas (Acipa).

Site: <https://focotocantins.com.br/noticia/6289/prefeitura-de-palmas-lanca-imposto-solidario-e-destaca-importancia-da-destinacao-do-ir-para-politicas-publicas-municipais>

Tribunal abre prazo para municípios definirem periodicidade do Relatório de Gestão Fiscal em 2026

Prefeituras com até 50 mil habitantes têm até 15 de abril para optar pela divulgação semestral ou manter o modelo quadrimestral do RGF

Da Assessoria

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** publicou a Portaria nº 215/2026, que estabelece prazo para que municípios com população inferior a 50 mil habitantes formalizem a opção pela periodicidade de divulgação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao exercício de 2026.

De acordo com a norma, as prefeituras têm até o dia 15 de abril de 2026 para informar ao Tribunal se desejam divulgar o relatório de forma semestral, conforme possibilidade prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Caso o pedido seja feito após esse prazo, a solicitação será desconsiderada.

A portaria também prevê que o mesmo prazo vale para municípios que atualmente divulgam o relatório de forma semestral, mas desejam retornar ao modelo quadrimestral.

Regras

A opção pela divulgação semestral não se aplica aos municípios que, até 31 de dezembro de 2025, estiverem acima dos limites legais de despesa com pessoal ou de dívida consolidada. Nessas situações, a periodicidade passa automaticamente a ser quadrimestral, conforme determina a legislação fiscal.

A opção protocolada dentro do prazo terá validade para o exercício atual e para os anos seguintes, até que o município solicite nova alteração dentro do período estabelecido pelo Tribunal.

Sem manifestação

Caso o município não se manifeste dentro do prazo, será mantida a periodicidade de divulgação do Relatório de Gestão Fiscal que já está registrada no sistema SICAP/Contábil, utilizado para envio das informações contábeis ao **Tribunal de Contas**.

Com a medida, o **TCETO** busca organizar os procedimentos de acompanhamento da gestão fiscal e garantir maior segurança na emissão de certidões necessárias para transferências voluntárias e operações de crédito pelos municípios.

Site:

<http://www.oparalelo13.com.br/component/k2/tribunal-abre-prazo-para-municipios-definirem-periodicidade-do-relatorio-de-gestao-fiscal-em-2026>

Tribunal abre prazo para municípios definirem periodicidade do Relatório de Gestão Fiscal em 2026

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** abriu prazo para que prefeituras tocantinenses com até 50 mil habitantes definam a periodicidade de divulgação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao exercício de 2026. A medida foi oficializada por meio da Portaria nº 215/2026.

De acordo com o tribunal, os gestores municipais têm até o dia 15 de abril para formalizar a escolha entre o modelo semestral - previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal - ou a manutenção do formato quadrimestral, já adotado por parte dos municípios. Solicitações realizadas após o prazo não serão consideradas.

A norma também se aplica às prefeituras que atualmente utilizam a divulgação semestral, mas desejam retornar ao modelo quadrimestral. Nesses casos, a manifestação dentro do prazo é obrigatória para alteração do regime.

Regras e restrições

O **TCETO** reforça que nem todos os municípios poderão optar pelo modelo semestral. A regra não se aplica àqueles que, até 31 de dezembro de 2025, estiverem acima dos limites legais de despesa com pessoal ou de dívida consolidada. Nessas situações, a legislação determina automaticamente a adoção do regime quadrimestral, como forma de intensificar o controle fiscal.

Além disso, a escolha formalizada dentro do prazo terá validade não apenas para 2026, mas também para os exercícios seguintes, permanecendo em vigor até que o município solicite nova alteração dentro do período estipulado pelo tribunal.

Ausência de manifestação mantém regra atual

Caso não haja manifestação por parte da prefeitura até a data limite, será mantida a periodicidade já registrada no sistema SICAP/Contábil, utilizado para envio das informações contábeis ao órgão de controle.

Segundo o **Tribunal de Contas**, a iniciativa busca padronizar os procedimentos de acompanhamento da

gestão fiscal nos municípios e garantir maior segurança na emissão de certidões. Esses documentos são essenciais para que as prefeituras possam realizar transferências voluntárias e contratar operações de crédito.

A medida reforça o papel do **TCETO** no monitoramento das contas públicas e na promoção da transparência e responsabilidade na gestão fiscal dos municípios tocantinenses.

Reportagem: Patrícia Alves / Agência **Tocantins**

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/106022/tribunal-abre-prazo-para-municipios-definirem-periodicidade-do-relatorio-de-gestao-fiscal-em-2026>

Tribunal abre prazo para municípios definirem periodicidade do Relatório de Gestão Fiscal em 2026

Redação

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** publicou a Portaria nº 215/2026, que estabelece prazo para que municípios com população inferior a 50 mil habitantes formalizem a opção pela periodicidade de divulgação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao exercício de 2026.

De acordo com a norma, as prefeituras têm até o dia 15 de abril de 2026 para informar ao Tribunal se desejam divulgar o relatório de forma semestral, conforme possibilidade prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Caso o pedido seja feito após esse prazo, a solicitação será desconsiderada.

A portaria também prevê que o mesmo prazo vale para municípios que atualmente divulgam o relatório de forma semestral, mas desejam retornar ao modelo quadrimestral.

Regras

A opção pela divulgação semestral não se aplica aos municípios que, até 31 de dezembro de 2025, estiverem acima dos limites legais de despesa com pessoal ou de dívida consolidada. Nessas situações, a periodicidade passa automaticamente a ser quadrimestral, conforme determina a legislação fiscal.

A opção protocolada dentro do prazo terá validade para o exercício atual e para os anos seguintes, até que o município solicite nova alteração dentro do período estabelecido pelo Tribunal.

Sem manifestação

Caso o município não se manifeste dentro do prazo, será mantida a periodicidade de divulgação do Relatório de Gestão Fiscal que já está registrada no sistema SICAP/Contábil, utilizado para envio das informações contábeis ao **Tribunal de Contas**.

Com a medida, o **TCETO** busca organizar os procedimentos de acompanhamento da gestão fiscal e garantir maior segurança na emissão de certidões

necessárias para transferências voluntárias e operações de crédito pelos municípios.

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/03/17/tribunal-abre-prazo-para-municipios-definirem-periodicidade-do-relatorio-de-gestao-fiscal-em-2026>

Prefeituras têm prazo até abril para decidir como divulgar relatório fiscal no Tocantins

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** publicou a Portaria nº 215/2026, que define prazo para municípios escolherem a periodicidade de divulgação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

A medida vale para cidades com menos de 50 mil habitantes. As prefeituras devem informar a decisão até 15 de abril de 2026.

Segundo o Tribunal, os gestores podem optar pela divulgação semestral, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No entanto, pedidos enviados após o prazo serão desconsiderados.

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** publicou a Portaria nº 215/2026, que define prazo para municípios escolherem a periodicidade de divulgação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

A medida vale para cidades com menos de 50 mil habitantes. As prefeituras devem informar a decisão até 15 de abril de 2026.

Segundo o Tribunal, os gestores podem optar pela divulgação semestral, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No entanto, pedidos enviados após o prazo serão desconsiderados.

Além disso, o prazo também vale para municípios que atualmente utilizam o modelo semestral, mas desejam retornar ao formato quadrimestral.

Regras para adesão

A portaria estabelece critérios claros para a escolha. Municípios que, até 31 de dezembro de 2025, ultrapassarem limites legais não poderão aderir ao modelo semestral.

Nesses casos, a divulgação passa a ser obrigatoriamente quadrimestral. A regra considera limites de despesa com pessoal e dívida consolidada.

Por outro lado, quando a solicitação ocorre dentro do prazo, a escolha passa a valer para 2026 e anos seguintes. A alteração só ocorrerá com novo pedido formal.

Falta de manifestação

Caso o município não envie manifestação dentro do prazo, o sistema manterá automaticamente a periodicidade já registrada no SICAP/Contábil.

Esse sistema é utilizado para o envio das informações contábeis ao **Tribunal de Contas**.

Por outro lado, quando a solicitação ocorre dentro do prazo, a escolha passa a valer para 2026 e anos seguintes. A alteração só ocorrerá com novo pedido formal.

Falta de manifestação

Caso o município não envie manifestação dentro do prazo, o sistema manterá automaticamente a periodicidade já registrada no SICAP/Contábil.

Esse sistema é utilizado para o envio das informações contábeis ao **Tribunal de Contas**.

Objetivo da medida

Com a portaria, o **TCETO** busca padronizar o acompanhamento da gestão fiscal. Além disso, a iniciativa pretende garantir maior segurança na emissão de certidões.

Esses documentos são essenciais para que municípios realizem transferências voluntárias e operações de crédito.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiuunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/17/prefeituras-tem-prazo-ate-abril-para-decidir-como-divulgar-relatorio-fiscal-no-tocantins/>

Tabocão recebe Selo Município Amigo do Futuro do TCE

A Prefeitura de Tabocão recebeu o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**. O reconhecimento destaca boas práticas adotadas pela gestão municipal em áreas estratégicas da administração pública.

A certificação considera indicadores sociais, planejamento municipal e evidências de impacto positivo nas políticas públicas. Além disso, avalia ações desenvolvidas nos setores de saúde, educação, assistência social e cidadania.

Reconhecimento valoriza boas práticas

O selo reforça o desempenho do município na implementação de políticas públicas eficientes. Dessa forma, a premiação evidencia o compromisso da gestão com resultados concretos e melhorias na qualidade de vida da população.

Além disso, o reconhecimento demonstra que o município tem adotado estratégias alinhadas às boas práticas de gestão pública, com foco em planejamento e acompanhamento de resultados.

Avanço com planejamento e responsabilidade

A conquista indica que Tabocão segue avançando com responsabilidade administrativa. Assim, o município fortalece suas ações e amplia o alcance dos serviços oferecidos à população.

Além disso, o trabalho integrado das equipes contribui para consolidar políticas públicas mais eficientes e sustentáveis ao longo do tempo.

Prefeito destaca conquista

O prefeito de Tabocão, Zim da Agronorte, ressaltou a importância do reconhecimento para o município e destacou o esforço coletivo da gestão e da comunidade.

"Esse selo representa o resultado de um trabalho sério, feito com planejamento e responsabilidade. Seguimos firmes no compromisso de cuidar da nossa população e construir um futuro cada vez melhor para Tabocão", afirmou.

Por fim, a administração municipal reforça que continuará investindo em ações que promovam desenvolvimento e garantam melhores condições de vida para a população.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/17/tabocao-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-do-tce/>

Prefeitura de Paraíso oficializa doação de área para expansão do Centro de Formação do SENAI

Por: Redação | Tribuna do Povo

O prefeito de Paraíso do **Tocantins**, Celso Moraes, assinou, na manhã desta segunda-feira, 16 de março, o decreto que efetiva a doação de uma área pública municipal para a ampliação do Centro de Formação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

A ação aconteceu no gabinete do Paço Municipal e contou com a presença do presidente da FIETO e do Conselho Estadual do SENAI, Roberto Pires, da diretora regional do SENAI, Márcia Rodrigues, e da gerente de Unidade de Negócios, Marcela Canola. Também estiveram presentes a secretária municipal de Indústria, Comércio e Serviços (Sics), Juliana Martins, além dos vereadores Jozival Barbosa, Ricardo Diniz, Adriana Câmara, Marlene Moraes, Nilson Catarino, Flávio Eliziário, Alailson Lemos, Marcílio Pedreiro, Silvana Luz e Cleidimar Fernandes.

A medida foi formalizada por meio do Decreto nº 1422, de 09 de janeiro de 2026, que regulamenta a doação do terreno localizado na Avenida José de Brito, no setor Nova Fronteira, região sul da cidade. A área possui 5.630,50 metros quadrados e será destinada exclusivamente à expansão das atividades do SENAI no município, incluindo a implantação de novos laboratórios, salas de aula e estruturas administrativas.

Durante a assinatura, o prefeito Celso Moraes destacou a importância da iniciativa para o desenvolvimento local. "Assim como nós vivemos o nosso melhor momento enquanto cidade, eu não tenho dúvida que o melhor momento do Senai também é este. Nós levamos mais uma vez para dentro daquele equipamento o fluxo de pessoas e hoje estamos confirmando isso com a possibilidade real de expansão do Senai", afirmou.

O presidente da FIETO, Roberto Pires, ressaltou a demanda crescente pelos cursos ofertados pela instituição. "Foi um acerto implantar esse Centro de Formação Profissional em Paraíso. Hoje já atendemos cerca de 450 alunos por dia, e o espaço atual já não comporta mais essa demanda. Com a ampliação, teremos capacidade para chegar a 650 alunos

diariamente, o que representa um aumento significativo na oferta de qualificação profissional no município", explicou.

O vice-presidente da Câmara Municipal, vereador Jozival Barbosa, também destacou o apoio do Legislativo à iniciativa. "Todos os vereadores entenderam que essa é uma ação importante para o desenvolvimento da cidade. A cessão da área foi feita com responsabilidade e pensando no futuro de Paraíso", disse.

O procurador-geral do município, Gilberto Lucena, detalhou o trâmite legal que viabilizou a doação da área. "O presidente do SENAI encaminhou um ofício ao prefeito apresentando o projeto de expansão do Centro de Formação Profissional, indicando a necessidade de uma área contígua à unidade já existente. A proposta foi analisada pela Procuradoria, que elaborou o projeto de lei aprovado por unanimidade na Câmara Municipal. A partir dessa autorização, a efetivação ocorreu por meio de decreto", afirmou.

Segundo o procurador, a legislação estabelece condicionantes para garantir a execução do projeto. "Por orientação do **Tribunal de Contas**, a lei possui encargos, entre eles o prazo de um ano para início das obras e três anos para a conclusão. A expectativa apresentada pela direção do SENAI é iniciar antes desse prazo. A ampliação permitirá oferecer mais cursos profissionalizantes em uma região estratégica da cidade, que já conta com importantes estruturas públicas e está em pleno desenvolvimento", destacou.

A medida está formalizada por meio do Decreto nº 1422, de 09 de janeiro de 2026, que regulamenta a doação de um terreno localizado na Avenida José de Brito, no setor Nova Fronteira, região sul da cidade. A área possui 5.630,50 metros quadrados e será destinada exclusivamente à expansão das atividades do SENAI no município, incluindo a implantação de novos laboratórios, salas de aula e estruturas administrativas.

A expectativa é que a ampliação do SENAI fortaleça a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes,

acompanhando a demanda do setor produtivo e contribuindo para a formação de mão de obra qualificada no município.

Texto: Vitória Luna/Ascom

Fotos: Davi Andrade Melo/Ascom

Site:

<https://www.tribunadopovoto.com.br/noticia/96087/prefeitura-de-paraiso-oficializa-doacao-de-area-para-expansao-do-centro-de-formacao-do-senai>

Prefeitura de Paraíso oficializa doação de área para expansão do Centro de Formação do SENAI

O prefeito de Paraíso do **Tocantins**, Celso Moraes, assinou, na manhã desta segunda-feira, 16 de março, o decreto que efetiva a doação de uma área pública municipal para a ampliação do Centro de Formação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

A ação aconteceu no gabinete do Paço Municipal e contou com a presença do presidente da FIETO e do Conselho Estadual do SENAI, Roberto Pires, da diretora regional do SENAI, Márcia Rodrigues, e da gerente de Unidade de Negócios, Marcela Canola. Também estiveram presentes a secretária municipal de Indústria, Comércio e Serviços (Sics), Juliana Martins, além dos vereadores Jozival Barbosa, Ricardo Diniz, Adriana Câmara, Marlene Moraes, Nilson Catarino, Flávio Eliziário, Alailson Lemos, Márcilio Pedreiro, Silvana Luz e Cleidimar Fernandes.

A medida foi formalizada por meio do Decreto nº 1422, de 09 de janeiro de 2026, que regulamenta a doação do terreno localizado na Avenida José de Brito, no setor Nova Fronteira, região sul da cidade. A área possui 5.630,50 metros quadrados e será destinada exclusivamente à expansão das atividades do SENAI no município, incluindo a implantação de novos laboratórios, salas de aula e estruturas administrativas.

Durante a assinatura, o prefeito Celso Moraes destacou a importância da iniciativa para o desenvolvimento local. "Assim como nós vivemos o nosso melhor momento enquanto cidade, eu não tenho dúvida que o melhor momento do Senai também é este. Nós levamos mais uma vez para dentro daquele equipamento o fluxo de pessoas e hoje estamos confirmando isso com a possibilidade real de expansão do Senai", afirmou.

O presidente da FIETO, Roberto Pires, ressaltou a demanda crescente pelos cursos ofertados pela instituição. "Foi um acerto implantar esse Centro de Formação Profissional em Paraíso. Hoje já atendemos cerca de 450 alunos por dia, e o espaço atual já não comporta mais essa demanda. Com a ampliação, teremos capacidade para chegar a 650 alunos diariamente, o que representa um aumento significativo na oferta de qualificação profissional no

município", explicou.

O vice-presidente da Câmara Municipal, vereador Jozival Barbosa, também destacou o apoio do Legislativo à iniciativa. "Todos os vereadores entenderam que essa é uma ação importante para o desenvolvimento da cidade. A cessão da área foi feita com responsabilidade e pensando no futuro de Paraíso", disse.

O procurador-geral do município, Gilberto Lucena, detalhou o trâmite legal que viabilizou a doação da área. "O presidente do SENAI encaminhou um ofício ao prefeito apresentando o projeto de expansão do Centro de Formação Profissional, indicando a necessidade de uma área contígua à unidade já existente. A proposta foi analisada pela Procuradoria, que elaborou o projeto de lei aprovado por unanimidade na Câmara Municipal. A partir dessa autorização, a efetivação ocorreu por meio de decreto", afirmou.

Segundo o procurador, a legislação estabelece condicionantes para garantir a execução do projeto. "Por orientação do **Tribunal de Contas**, a lei possui encargos, entre eles o prazo de um ano para início das obras e três anos para a conclusão. A expectativa apresentada pela direção do SENAI é iniciar antes desse prazo. A ampliação permitirá oferecer mais cursos profissionalizantes em uma região estratégica da cidade, que já conta com importantes estruturas públicas e está em pleno desenvolvimento", destacou.

A medida está formalizada por meio do Decreto nº 1422, de 09 de janeiro de 2026, que regulamenta a doação de um terreno localizado na Avenida José de Brito, no setor Nova Fronteira, região sul da cidade. A área possui 5.630,50 metros quadrados e será destinada exclusivamente à expansão das atividades do SENAI no município, incluindo a implantação de novos laboratórios, salas de aula e estruturas administrativas.

A expectativa é que a ampliação do SENAI fortaleça a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, acompanhando a demanda do setor produtivo e contribuindo para a formação de mão de obra

qualificada no município.

Texto: Vitória Luna/Ascom

Fotos: Davi Andrade Melo/Ascom

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/106014/prefeitura-de-paraiso-oficializa-doacao-de-area-para-expansao-do-centro-de-formacao-do-senai>

Prefeitura de Paraíso oficializa doação de área para expansão do Centro de Formação do SENAI (Cidades)

Por: Redação

O prefeito de Paraíso do **Tocantins**, Celso Moraes, assinou, na manhã desta segunda-feira, 16 de março, o decreto que efetiva a doação de uma área pública municipal para a ampliação do Centro de Formação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

A ação aconteceu no gabinete do Paço Municipal e contou com a presença do presidente da FIETO e do Conselho Estadual do SENAI, Roberto Pires, da diretora regional do SENAI, Márcia Rodrigues, e da gerente de Unidade de Negócios, Marcela Canola. Também estiveram presentes a secretária municipal de Indústria, Comércio e Serviços (Sics), Juliana Martins, além dos vereadores Jozival Barbosa, Ricardo Diniz, Adriana Câmara, Marlene Moraes, Nilson Catarino, Flávio Eliziário, Alailson Lemos, Marcílio Pedreiro, Silvana Luz e Cleidimar Fernandes.

A medida foi formalizada por meio do Decreto nº 1422, de 09 de janeiro de 2026, que regulamenta a doação do terreno localizado na Avenida José de Brito, no setor Nova Fronteira, região sul da cidade. A área possui 5.630,50 metros quadrados e será destinada exclusivamente à expansão das atividades do SENAI no município, incluindo a implantação de novos laboratórios, salas de aula e estruturas administrativas.

Durante a assinatura, o prefeito Celso Moraes destacou a importância da iniciativa para o desenvolvimento local. "Assim como nós vivemos o nosso melhor momento enquanto cidade, eu não tenho dúvida que o melhor momento do Senai também é este. Nós levamos mais uma vez para dentro daquele equipamento o fluxo de pessoas e hoje estamos confirmando isso com a possibilidade real de expansão do Senai", afirmou.

O presidente da FIETO, Roberto Pires, ressaltou a demanda crescente pelos cursos ofertados pela instituição. "Foi um acerto implantar esse Centro de Formação Profissional em Paraíso. Hoje já atendemos cerca de 450 alunos por dia, e o espaço atual já não comporta mais essa demanda. Com a ampliação, teremos capacidade para chegar a 650 alunos

diariamente, o que representa um aumento significativo na oferta de qualificação profissional no município", explicou.

O vice-presidente da Câmara Municipal, vereador Jozival Barbosa, também destacou o apoio do Legislativo à iniciativa. "Todos os vereadores entenderam que essa é uma ação importante para o desenvolvimento da cidade. A cessão da área foi feita com responsabilidade e pensando no futuro de Paraíso", disse.

O procurador-geral do município, Gilberto Lucena, detalhou o trâmite legal que viabilizou a doação da área. "O presidente do SENAI encaminhou um ofício ao prefeito apresentando o projeto de expansão do Centro de Formação Profissional, indicando a necessidade de uma área contígua à unidade já existente. A proposta foi analisada pela Procuradoria, que elaborou o projeto de lei aprovado por unanimidade na Câmara Municipal. A partir dessa autorização, a efetivação ocorreu por meio de decreto", afirmou.

Segundo o procurador, a legislação estabelece condicionantes para garantir a execução do projeto. "Por orientação do **Tribunal de Contas**, a lei possui encargos, entre eles o prazo de um ano para início das obras e três anos para a conclusão. A expectativa apresentada pela direção do SENAI é iniciar antes desse prazo. A ampliação permitirá oferecer mais cursos profissionalizantes em uma região estratégica da cidade, que já conta com importantes estruturas públicas e está em pleno desenvolvimento", destacou.

A medida está formalizada por meio do Decreto nº 1422, de 09 de janeiro de 2026, que regulamenta a doação de um terreno localizado na Avenida José de Brito, no setor Nova Fronteira, região sul da cidade. A área possui 5.630,50 metros quadrados e será destinada exclusivamente à expansão das atividades do SENAI no município, incluindo a implantação de novos laboratórios, salas de aula e estruturas administrativas.

A expectativa é que a ampliação do SENAI fortaleça a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes,

acompanhando a demanda do setor produtivo e contribuindo para a formação de mão de obra qualificada no município.

Texto: Vitória Luna/Ascom

Fotos: Davi Andrade Melo/Ascom

Site:

<https://buritinoticias.com.br/noticia/50379/prefeitura-de-paraiso-oficializa-doacao-de-area-para-expansao-do-centro-de-formacao-do-senai>

Prefeitura de Paraíso oficializa doação de área para expansão do Centro de Formação do SENAI

O prefeito de Paraíso do **Tocantins**, Celso Moraes, assinou, na manhã desta segunda-feira, 16 de março, o decreto que efetiva a doação de uma área pública municipal para a ampliação do Centro de Formação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

A ação aconteceu no gabinete do Paço Municipal e contou com a presença do presidente da FIETO e do Conselho Estadual do SENAI, Roberto Pires, da diretora regional do SENAI, Márcia Rodrigues, e da gerente de Unidade de Negócios, Marcela Canola. Também estiveram presentes a secretária municipal de Indústria, Comércio e Serviços (Sics), Juliana Martins, além dos vereadores Jozival Barbosa, Ricardo Diniz, Adriana Câmara, Marlene Moraes, Nilson Catarino, Flávio Eliziário, Alailson Lemos, Márcilio Pedreiro, Silvana Luz e Cleidimar Fernandes.

A medida foi formalizada por meio do Decreto nº 1422, de 09 de janeiro de 2026, que regulamenta a doação do terreno localizado na Avenida José de Brito, no setor Nova Fronteira, região sul da cidade. A área possui 5.630,50 metros quadrados e será destinada exclusivamente à expansão das atividades do SENAI no município, incluindo a implantação de novos laboratórios, salas de aula e estruturas administrativas.

Durante a assinatura, o prefeito Celso Moraes destacou a importância da iniciativa para o desenvolvimento local. "Assim como nós vivemos o nosso melhor momento enquanto cidade, eu não tenho dúvida que o melhor momento do Senai também é este. Nós levamos mais uma vez para dentro daquele equipamento o fluxo de pessoas e hoje estamos confirmando isso com a possibilidade real de expansão do Senai", afirmou.

O presidente da FIETO, Roberto Pires, ressaltou a demanda crescente pelos cursos ofertados pela instituição. "Foi um acerto implantar esse Centro de Formação Profissional em Paraíso. Hoje já atendemos cerca de 450 alunos por dia, e o espaço atual já não comporta mais essa demanda. Com a ampliação, teremos capacidade para chegar a 650 alunos diariamente, o que representa um aumento significativo na oferta de qualificação profissional no

município", explicou.

O vice-presidente da Câmara Municipal, vereador Jozival Barbosa, também destacou o apoio do Legislativo à iniciativa. "Todos os vereadores entenderam que essa é uma ação importante para o desenvolvimento da cidade. A cessão da área foi feita com responsabilidade e pensando no futuro de Paraíso", disse.

O procurador-geral do município, Gilberto Lucena, detalhou o trâmite legal que viabilizou a doação da área. "O presidente do SENAI encaminhou um ofício ao prefeito apresentando o projeto de expansão do Centro de Formação Profissional, indicando a necessidade de uma área contígua à unidade já existente. A proposta foi analisada pela Procuradoria, que elaborou o projeto de lei aprovado por unanimidade na Câmara Municipal. A partir dessa autorização, a efetivação ocorreu por meio de decreto", afirmou.

Segundo o procurador, a legislação estabelece condicionantes para garantir a execução do projeto. "Por orientação do **Tribunal de Contas**, a lei possui encargos, entre eles o prazo de um ano para início das obras e três anos para a conclusão. A expectativa apresentada pela direção do SENAI é iniciar antes desse prazo. A ampliação permitirá oferecer mais cursos profissionalizantes em uma região estratégica da cidade, que já conta com importantes estruturas públicas e está em pleno desenvolvimento", destacou.

A medida está formalizada por meio do Decreto nº 1422, de 09 de janeiro de 2026, que regulamenta a doação de um terreno localizado na Avenida José de Brito, no setor Nova Fronteira, região sul da cidade. A área possui 5.630,50 metros quadrados e será destinada exclusivamente à expansão das atividades do SENAI no município, incluindo a implantação de novos laboratórios, salas de aula e estruturas administrativas.

A expectativa é que a ampliação do SENAI fortaleça a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, acompanhando a demanda do setor produtivo e contribuindo para a formação de mão de obra

qualificada no município.

Texto: Vitória Luna/Ascom

Fotos: Davi Andrade Melo/Ascom

Site:

<https://jalapaonoticias.com.br/noticia/45536/prefeitura-de-paraiso-oficializa-doacao-de-area-para-expansao-do-centro-de-formacao-do-senai>

Tribunal de Contas do Tocantins erra em despacho e retira valor de R\$ 1,12 milhão sobre licitação suspensa em Santa Maria

Samir Leão

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** publicou nesta segunda-feira, 16, uma errata e corrigiu trechos do despacho que havia suspenso uma licitação de R\$ 2,5 milhões da Prefeitura de Santa Maria do **Tocantins**.

A decisão original, assinada pelo conselheiro **André Luiz de Matos Gonçalves**, apontava que já haviam sido pagos R\$ 1.127.980,40 à empresa contratada no âmbito do Pregão Eletrônico nº 06/2025.

Com a correção publicada no Boletim Oficial, o tribunal retirou o valor exato dos pagamentos. O novo texto passa a registrar apenas que há "pagamentos já realizados", com base em dados do Portal da Transparência do município, sem indicar montante.

A alteração atinge dois pontos do despacho anterior. No item que tratava da execução dos contratos, o valor de R\$ 1,12 milhão foi suprimido. O mesmo ocorreu no trecho que analisava o estágio da execução financeira da ata de registro de preços.

Apesar da correção, o **TCE** manteve integralmente as demais medidas cautelares já determinadas, incluindo a suspensão da ata de registro de preços, a proibição de novos pagamentos e a vedação de novas contratações vinculadas ao processo.

Questionamento

Após o Jornal Opção **Tocantins** divulgar o teor do despacho que detalhava valores já pagos, o prefeito de Santa Maria do **Tocantins**, Leonardo Noleto Moreira, contestou os dados apontados pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, afirmando que não coincidiam com os registros da prefeitura. Nesta segunda-feira, a Corte corrigiu a informação.

Leia também: **TCE** suspende licitação de R\$ 2,5 milhões em Santa Maria do **Tocantins** após suspeita de sobrepreço

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/cidades/tribunal-de->

***contas-do-tocantins-erra-em-despacho-e-retira-valor-de-
r-112-milhao-sobre-licitacao-suspensa-em-santa-maria-
583855/***

ALVORADA É DESTAQUE E RECEBE SELO "MUNICÍPIO AMIGO DO FUTURO" EM PALMAS

Claudemir Brito

Na tarde desta quinta-feira, 12 de março, o município de Alvorada participou da cerimônia de entrega do Selo "Município Amigo do Futuro", realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas.

A iniciativa integra o programa TCE de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, promovido pelo Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO), que busca incentivar os municípios tocaninenses a desenvolverem e fortalecerem políticas públicas voltadas à primeira infância, fase considerada fundamental para o desenvolvimento social, educacional e emocional das crianças.

Esta foi a primeira edição do selo que reconhece cidades que demonstraram compromisso com ações voltadas a crianças de 0 a 6 anos, por meio de iniciativas nas áreas da Educação, Saúde, Assistência Social e Planejamento Público.

O vice-prefeito Jairo Lima, representando a prefeita Thaynara de Melo, participou da cerimônia acompanhado da secretária municipal de Educação, Vera Tomasi.

A presença da comitiva de Alvorada reforça o compromisso da gestão com a valorização da primeira infância e com a construção de políticas públicas que garantam melhores oportunidades e qualidade de vida para as futuras gerações do município.

Site: <https://claudemirbrito.com.br/tocantins/alvorada-e-destaque-e-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-palmas>

Prefeitura de Palmas lança Imposto Solidário e destaca importância da destinação do IR para políticas públicas municipais

Na manhã desta terça-feira, 17, a Prefeitura de Palmas, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes) e, em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e o Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), lançou a campanha "Imposto Solidário". O evento contou com a presença do prefeito Eduardo Siqueira Campos, da primeira-dama e secretária de Desenvolvimento Social, Polyanna Siqueira Campos, além de gestores, servidores, parceiros e adolescentes beneficiados por projetos sociais financiados com recursos do Imposto de Renda (IR).

A campanha tem como objetivo incentivar os contribuintes que fazem a declaração a destinarem parte do IR para o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de Palmas (FIA) e para o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Palmas (Fumdipi), fortalecendo assim ações e programas voltados à promoção, proteção e garantia de direitos dessas pessoas.

O prefeito Eduardo Siqueira Campos ressaltou que "quando o cidadão ou a empresa destina parte do seu Imposto de Renda aos fundos da Infância e da Pessoa Idosa, o recurso deixa de ir para longe e passa a fortalecer políticas públicas em Palmas. É uma forma direta do cidadão contribuir e garantir mais dignidade a crianças, adolescentes e pessoas idosas da Capital".

A primeira-dama e secretária municipal de Desenvolvimento Social de Palmas, Polyanna Siqueira Campos, falou sobre a importância das parcerias. "Contamos com vocês para que vidas sejam transformadas. Estamos nessa caminhada em busca de parceiros, explicando que a campanha tem um único e exclusivo objetivo, que é fazer o bem e trazer transformações positivas para as vidas de crianças, adolescentes e pessoas idosas da nossa Capital", enfatizou.

Controle social

A presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Mônica Brito, elogiou a iniciativa da Prefeitura e destacou a

destinação do recurso. "Todos os recursos vão para os fundos que serão geridos pelos conselhos e são fiscalizados pelo **Tribunal de Contas** e pelo Ministério Público Estadual".

A presidente do Conselho Regional de Contabilidade, Celi Regina Leobas, informou que a entidade irá apoiar integralmente a campanha. "Durante o período de declarar o IR vamos pedir aos contadores que falem com os contribuintes sobre a importância dessa destinação para o Fia e o Fumdipi. É mais uma forma de fortalecer as políticas públicas voltadas para crianças, adolescentes e pessoas idosas de Palmas", pontuou.

Parcerias

A campanha "Imposto Solidário" conta com o apoio de instituições parceiras como a Federação das Indústrias do Estado do **Tocantins** (Fieto), a Receita Federal do **Tocantins**, o Conselho Regional de Contabilidade do **Tocantins** (CRC-TO) e a Associação Comercial e Industrial de Palmas (Acipa).

Site: <https://www.portalbenicio.com.br/prefeitura-de-palmas-lanca-imposto-solidario-e-destaca-importancia-da-destinacao-do-ir-para-politicas-publicas-municipais/>

SANTA TEREZINHA: Justiça reverte absolvição e condena ex-prefeita por prejuízo aos cofres públicos

O Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO) reformou uma decisão de primeira instância e condenou a ex-prefeita de Santa Terezinha do **Tocantins**, Itelma Belarmino de Oliveira, por atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao erário. A decisão atende a recurso do Ministério Público e também responsabiliza o então responsável pelo controle interno do município, Tayrone Ferreira Marinho.

A condenação tem como base irregularidades identificadas em uma Tomada de Contas Especial realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, que apontou falhas consideradas graves na condução de recursos públicos durante a gestão. Entre os problemas detectados estão o pagamento de diárias sem qualquer comprovação documental e inconsistências na retenção e no recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

De acordo com o processo, o prejuízo aos cofres públicos foi calculado em R\$ 35.581,27. Desse total, R\$ 30.760,00 correspondem a diárias pagas sem justificativa adequada, enquanto R\$ 4.821,27 referem-se a valores ligados à ausência de retenção e recolhimento do ISSQN - prática que compromete a arrecadação municipal e fere a legislação tributária.

Inicialmente, a ação havia sido julgada improcedente sob o argumento de que não havia comprovação de dolo, ou seja, intenção deliberada de causar dano, conforme exige a atual Lei de Improbidade Administrativa. No entanto, ao analisar o recurso, os desembargadores da 2ª Câmara de Direito Público do TJTO entenderam que o conjunto de provas demonstra participação direta dos envolvidos nas irregularidades.

No voto, a relatora do caso, desembargadora Jacqueline Adorno de La Cruz Barbosa, destacou que as falhas ocorreram em setores sob responsabilidade direta da então gestora e do controle interno, evidenciando que havia pleno conhecimento das práticas administrativas que resultaram no prejuízo aos cofres públicos.

Com a nova decisão, foi determinado o ressarcimento integral do dano, de forma solidária entre os condenados, além da aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, que podem incluir multa e outras penalidades.

O julgamento ocorreu no dia 4 de março e foi unânime entre os magistrados da Câmara. Apesar da condenação, a decisão ainda pode ser contestada por meio de recursos nas instâncias superiores da Justiça.

Site: <https://bico24horas.com.br/bico-do-papagaio/santa-terezinha-justica-reverte-absolvicao-e-condena-ex-prefeita-por-prejuizo-aos-cofres-publicos/>

Adversário do Cuiabá na Copa Verde é investigado por suspeita de repasses irregulares de recursos públicos

Início » Adversário do Cuiabá na Copa Verde é investigado por suspeita de repasses irregulares de recursos públicos

O Tocantinópolis, adversário do Cuiabá na estreia da Copa Verde, está sendo investigado pela Polícia Civil do **Tocantins** por suspeitas de irregularidades no recebimento de recursos públicos. A apuração faz parte da Operação 2º Tempo, deflagrada na última semana, que cumpriu oito mandados de busca e apreensão na cidade de Tocantinópolis.

Segundo as investigações, o clube teria recebido mais de R\$ 5,1 milhões da Prefeitura de Tocantinópolis desde 2009. Entre os alvos da operação estão o presidente do Tocantinópolis, Leandro Pereira, e o prefeito do município, Fabion Gomes (PL). Também foram realizadas buscas na sede do clube, em secretarias municipais e no gabinete do prefeito.

De acordo com a Polícia Civil, as apurações apontam para um possível esquema de desvio de recursos públicos. Entre os crimes investigados estão peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

A investigação indica que os repasses ao clube teriam ocorrido de forma contínua entre 2009 e 2024. Mesmo após decisões do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** apontarem irregularidades nas transferências de recursos públicos para a entidade esportiva, os pagamentos teriam continuado.

Relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) também foram utilizados como base para a investigação. Entre as suspeitas levantadas estão autorizações irregulares de repasses por gestores municipais, possível utilização do clube como entidade de fachada e movimentações financeiras direcionadas para contas pessoais de dirigentes e terceiros.

Em nota divulgada após a operação, o presidente do Tocantinópolis, Leandro Pereira, afirmou que o clube não recebe repasses da prefeitura desde dezembro de 2024. Segundo ele, uma decisão judicial suspendeu a transferência mensal prevista em lei municipal e,

desde que assumiu a presidência, em janeiro de 2025, não houve novos repasses públicos ao clube.

Dentro das quatro linhas, Cuiabá e Tocantinópolis se enfrentam no dia 25 de março, na Arena Pantanal, pela fase inicial da Copa Verde.

Site: <https://esportesnoticias.com.br/adversario-do-cuiaba-na-copa-verde-e-investigado-por-suspeita-de-repasses-irregulares-de-recursos-publicos/>

Polícia investiga adversário do Cuiabá na Copa Verde por recebimento irregular de recursos públicos

O Tocantinópolis, adversário do Cuiabá na estreia da Copa Verde, está sendo investigado pela Polícia Civil do **Tocantins** por suspeitas de irregularidades no recebimento de recursos públicos. A apuração faz parte da Operação 2º Tempo, deflagrada na última semana, que cumpriu oito mandados de busca e apreensão na cidade de Tocantinópolis.

Segundo as investigações, o clube teria recebido mais de R\$ 5,1 milhões da Prefeitura de Tocantinópolis desde 2009. Entre os alvos da operação estão o presidente do Tocantinópolis, Leandro Pereira, e o prefeito do município, Fabion Gomes (PL). Também foram realizadas buscas na sede do clube, em secretarias municipais e no gabinete do prefeito.

De acordo com a Polícia Civil, as apurações apontam para um possível esquema de desvio de recursos públicos. Entre os crimes investigados estão peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

A investigação indica que os repasses ao clube teriam ocorrido de forma contínua entre 2009 e 2024. Mesmo após decisões do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** apontarem irregularidades nas transferências de recursos públicos para a entidade esportiva, os pagamentos teriam continuado.

Relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) também foram utilizados como base para a investigação. Entre as suspeitas levantadas estão autorizações irregulares de repasses por gestores municipais, possível utilização do clube como entidade de fachada e movimentações financeiras direcionadas para contas pessoais de dirigentes e terceiros.

Em nota divulgada após a operação, o presidente do Tocantinópolis, Leandro Pereira, afirmou que o clube não recebe repasses da prefeitura desde dezembro de 2024. Segundo ele, uma decisão judicial suspendeu a transferência mensal prevista em lei municipal e, desde que assumiu a presidência, em janeiro de 2025, não houve novos repasses públicos ao clube.

Dentro das quatro linhas, Cuiabá e Tocantinópolis se

enfrentam no dia 25 de março, na Arena Pantanal, pela fase inicial da Copa Verde.

Site: <https://24horasmt.com.br/esportes/policia-investiga-adversario-do-cuiaba-na-copa-verde-por-recebimento-irregular-de-recursos-publicos/>

PREFEITURA DE PALMAS LANÇA IMPOSTO SOLIDÁRIO E DESTACA IMPORTÂNCIA DA DESTINAÇÃO DO IR PARA POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS (Notícias)

Palmas em Foco

Na manhã desta terça-feira, 17, a Prefeitura de Palmas, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes), em parceria com o Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), lançou a campanha "Imposto Solidário - Transforme seu imposto em cuidado e proteção". O evento contou com a presença do prefeito Eduardo Siqueira Campos, da primeira-dama e secretária de Desenvolvimento Social, Polyanna Siqueira Campos, além de gestores, servidores, parceiros e adolescentes beneficiados por projetos sociais financiados com recursos do Imposto de Renda (IR).

A campanha tem como objetivo incentivar os contribuintes que fazem a declaração a destinarem parte do IR para o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de Palmas (FIA) e para o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Palmas (Fumdipi), fortalecendo assim ações e programas voltados à promoção, proteção e garantia de direitos dessas pessoas.

O prefeito Eduardo Siqueira Campos ressaltou que "quando o cidadão ou a empresa destina parte do seu Imposto de Renda aos fundos da Infância e da Pessoa Idosa, o recurso deixa de ir para longe e passa a fortalecer políticas públicas em Palmas. É uma forma direta do cidadão contribuir e garantir mais dignidade a crianças, adolescentes e pessoas idosas da Capital".

A primeira-dama e secretária municipal de Desenvolvimento Social de Palmas, Polyanna Siqueira Campos, falou sobre a importância das parcerias. "Contamos com vocês para que vidas sejam transformadas. Estamos nessa caminhada em busca de parceiros, explicando que a campanha tem um único e exclusivo objetivo, que é fazer o bem e trazer transformações positivas para as vidas de crianças, adolescentes e pessoas idosas da nossa capital",

ênfatiou.

Controle social

A presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Mônica Brito, elogiou a iniciativa da Prefeitura e destacou a destinação do recurso. "Todos os recursos vão para os fundos que serão geridos pelos conselhos e são fiscalizados pelo **Tribunal de Contas** e pelo Ministério Público Estadual".

A presidente do Conselho Regional de Contabilidade, Celi Regina Leobas, informou que a entidade irá apoiar integralmente a campanha. "Durante o período de declarar o IR vamos pedir aos contadores que falem com os contribuintes sobre a importância dessa destinação para o Fia e o Fumdipi. É mais uma forma de fortalecer as políticas públicas voltadas para crianças, adolescentes e pessoas idosas de Palmas", pontuou.

Parceria

A campanha "Imposto Solidário - Transforme seu imposto em cuidado e proteção" conta com o apoio de instituições parceiras como a Federação das Indústrias do Estado do **Tocantins** (Fieto), a Receita Federal do **Tocantins**, o Conselho Regional de Contabilidade do **Tocantins** (CRC-TO) e a Associação Comercial e Industrial de Palmas (Acipa).

Site: <https://palmasemfoco.com.br/geral/prefeitura-de-palmas-lanca-imposto-solidario-e-destaca-importancia-da-destinacao-do-ir-para-politicas-publicas-municipais/>

Prefeitura, MPTO e CMDCA convocam contribuintes a destinar IR

Nilo Almeida, T1 Notícias

A Prefeitura Municipal de Palmas e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) lançaram nesta terça-feira, 17, uma campanha para incentivar pessoas físicas e jurídicas a destinarem parte do seu Imposto de Renda (IR) ao Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de Palmas (FIA) o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Palmas (Fumdipi).

A campanha intitulada Imposto Solidário - Transforme seu imposto em cuidado e proteção" tem apoio da Federação das Indústrias do Estado do **Tocantins** (Fieto), da Receita Federal no **Tocantins**, do Conselho Regional de Contabilidade do **Tocantins** (CRC-TO) e da Associação Comercial e Industrial de Palmas (Acipa).

A presidente do órgão e representante da sociedade civil pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca), Mônica Brito, destaca a importância do engajamento da população para viabilizar projetos sociais voltados aos jovens da capital. Segundo ela, o processo não gera custos adicionais ao contribuinte, tratando-se apenas de um redirecionamento de um valor que obrigatoriamente já seria pago à União.

Mônica esclarece como o mecanismo funciona na prática: "Importante ressaltar que as pessoas físicas e jurídicas não terão nenhuma despesa. Não é uma doação, é uma destinação. Se uma pessoa jurídica tiver que destinar R\$ 500 mil ao imposto de renda, R\$ 5 mil ela destina para o Conselho, depositando na conta do fundo".

Para garantir a legalidade e a segurança da operação, o conselho emite um recibo oficial que deve ser apresentado pelo empresário ou pessoa física à Receita Federal como comprovante da destinação. A presidente do CMDCA reforça a confiabilidade do processo, que passa por rigorosa fiscalização institucional. É seguro e é transparente, porque é auditado pelo Ministério Público e pelo **Tribunal de Contas**, assegura Mônica.

Os valores arrecadados são voltados exclusivamente para ações de promoção e proteção aos direitos infanto-juvenis. Atualmente, o CMDCA trabalha na

elaboração do plano de ação e de aplicação desses recursos para garantir que o dinheiro chegue a quem precisa. "A nossa luta, enquanto CMDCA, é para que o recurso que chegue na conta do fundo seja imediatamente investido através de editais, às organizações governamentais e não governamentais que trabalham diretamente com a criança e o adolescente", destacou.

Apesar da facilidade do processo e da transparência, a arrecadação atual ainda está muito abaixo da capacidade prevista para o município de Palmas. Diante desse cenário, Mônica Brito faz um apelo final aos palmenses: Nós temos hoje R\$ 1,2 milhão, porém o potencial de arrecadação de Palmas é de R\$ 40 milhões. Então, nós precisamos do engajamento de todas as pessoas, porque é dever de todos zelar pelos direitos da criança e do adolescente .

Site: <https://t1noticias.com.br/cidades/prefeitura-mpto-e-cmdca-convocam-contribuintes-a-destinar-ir/140620/>

TCE/TO abre prazo para municípios definirem gestão fiscal de 2026

Da Redação e TCE/TO

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** estabeleceu, por meio da Portaria nº 215/2026, o prazo para que municípios com até 50 mil habitantes definam a periodicidade do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) em 2026. As prefeituras têm até 15 de abril para optar pela divulgação semestral ou manter o modelo quadrimestral.

A regra, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), também permite que cidades que já utilizam o modelo semestral solicitem o retorno ao quadrimestral. Pedidos protocolados após o prazo estipulado serão desconsiderados pelo órgão.

A opção pela divulgação semestral não contempla municípios que, até 31 de dezembro de 2025, ultrapassaram os limites legais de despesa com pessoal ou de dívida consolidada. Nestes casos, a periodicidade torna-se automaticamente quadrimestral.

O Tribunal informou que, na ausência de manifestação, será mantida a frequência já registrada no sistema SICAP/Contábil. A medida visa organizar o acompanhamento da gestão fiscal e garantir segurança jurídica na emissão de certidões para operações de crédito e transferências voluntárias.

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/tceto-abre-prazo-para-municipios-definirem-gestao-fiscal-de-2026/140618/>

TCE investiga contratos de carro de som de mais de R\$ 130 mil na Prefeitura de Aurora; parecer pede multa ao prefeito

Um parecer do Ministério Público de Contas do **Tocantins** (MPC-TO) apontou irregularidades em contratações de serviços de carro de som para divulgação institucional realizadas pela Prefeitura de Aurora do **Tocantins** durante a gestão do atual prefeito, Edson Neiva da Silva. O caso está sendo analisado no Processo nº 7503/2025, que tramita no **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**. O parecer nº 407/2026, emitido pela Procuradoria-Geral de Contas, recomenda que o Tribunal julgue a representação procedente e aplique multa ao gestor responsável.

Denúncia chegou ao Tribunal por meio da Ouvidoria

A investigação começou após uma denúncia registrada na Ouvidoria do **Tribunal de Contas**, que apontava possíveis irregularidades e suspeita de superfaturamento na contratação de serviços de divulgação por carro de som no município. Após a denúncia, o conselheiro relator determinou que o prefeito fosse notificado para apresentar esclarecimentos sobre os contratos analisados. Segundo o processo, inicialmente o gestor não apresentou manifestação dentro do prazo, o que levou a área técnica do Tribunal a aprofundar a análise do caso.

Contratos começaram em janeiro de 2025

De acordo com os documentos analisados pelo **Tribunal de Contas**, a Prefeitura de Aurora firmou quatro contratos no início de 2025 para serviços de gravação de mídia e divulgação por carro de som. Esses contratos foram assinados com Rodrigo Teixeira Borges e tinham vigência de 10 de janeiro de 2025 até 31 de março de 2025, somando R\$ 10.500.

Os serviços contratados atenderiam diferentes órgãos da administração municipal :

Fundo Municipal de Saúde - R\$ 2.500

Fundo Municipal de Educação - R\$ 3.000

Fundo Municipal de Assistência Social - R\$ 2.000

Prefeitura Municipal - R\$ 3.000

Segundo o contrato, o pagamento seria de R\$ 100 por gravação de mídia ou por hora de divulgação em carro de som.

Novos contratos ampliaram gasto para R\$ 121 mil

Pouco tempo depois, em 10 de março de 2025, a prefeitura assinou novos contratos com Caroliny dos Santos Taveira para os mesmos serviços. Esses contratos tiveram duração até 31 de dezembro de 2025 e elevaram o valor total das contratações para R\$ 121 mil. Os valores foram distribuídos da seguinte forma:

Fundo Municipal de Saúde - R\$ 33.000

Fundo Municipal de Educação - R\$ 33.000

Prefeitura Municipal - R\$ 33.000

Fundo Municipal de Assistência Social - R\$ 22.000

Apesar de o valor unitário continuar em R\$ 100 por serviço, o Tribunal observou um aumento significativo na quantidade contratada, o que elevou o gasto público.

O tribunal aponta falta de documentos obrigatórios

Durante a análise, a área técnica do **Tribunal de Contas** concluiu que não foram apresentados documentos essenciais para justificar as contratações, exigidos pela Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações). Entre os documentos que deveriam constar no processo estão:

estudo técnico preliminar

pesquisa de preços

justificativa da escolha do fornecedor

justificativa de preço

parecer jurídico

documentação de habilitação das empresas

Segundo o parecer, a ausência desses documentos impede verificar se os valores contratados eram compatíveis com os preços de mercado. Ministério Público de Contas pede multa Após analisar o caso, o Ministério Público de Contas opinou pelo reconhecimento das irregularidades e recomendou que o **Tribunal de Contas**:

reconheça a procedência da representação

considere irregulares as contratações analisadas

aplique multa ao responsável

Caso ainda será julgado

Apesar do parecer do Ministério Público de Contas, a decisão final ainda será tomada pelos conselheiros do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, que irão julgar o processo. Somente após esse julgamento é que o Tribunal definirá se haverá condenação, multa ou outras sanções administrativas.

Site: <https://www.opinativopolitico.com/post/tce-investiga-contratos-de-carro-de-som-de-mais-de-r-130-mil-na-prefeitura-de-aurora-parecer-pede>

Prefeitura de Paraíso oficializa doação de área para expansão do Centro de Formação do SENAI

O prefeito de Paraíso do **Tocantins**, Celso Moraes, assinou, na manhã desta segunda-feira, 16 de março, o decreto que efetiva a doação de uma área pública municipal para a ampliação do Centro de Formação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

A ação aconteceu no gabinete do Paço Municipal e contou com a presença do presidente da FIETO e do Conselho Estadual do SENAI, Roberto Pires, da diretora regional do SENAI, Márcia Rodrigues, e da gerente de Unidade de Negócios, Marcela Canola. Também estiveram presentes a secretária municipal de Indústria, Comércio e Serviços (Sics), Juliana Martins, além dos vereadores Jozival Barbosa, Ricardo Diniz, Adriana Câmara, Marlene Moraes, Nilson Catarino, Flávio Eliziário, Alailson Lemos, Marcílio Pedreiro, Silvana Luz e Cleidimar Fernandes.

A medida foi formalizada por meio do Decreto nº 1422, de 09 de janeiro de 2026, que regulamenta a doação do terreno localizado na Avenida José de Brito, no setor Nova Fronteira, região sul da cidade. A área possui 5.630,50 metros quadrados e será destinada exclusivamente à expansão das atividades do SENAI no município, incluindo a implantação de novos laboratórios, salas de aula e estruturas administrativas.

Durante a assinatura, o prefeito Celso Moraes destacou a importância da iniciativa para o desenvolvimento local. "Assim como nós vivemos o nosso melhor momento enquanto cidade, eu não tenho dúvida que o melhor momento do Senai também é este. Nós levamos mais uma vez para dentro daquele equipamento o fluxo de pessoas e hoje estamos confirmando isso com a possibilidade real de expansão do Senai", afirmou.

O presidente da FIETO, Roberto Pires, ressaltou a demanda crescente pelos cursos ofertados pela instituição. "Foi um acerto implantar esse Centro de Formação Profissional em Paraíso. Hoje já atendemos cerca de 450 alunos por dia, e o espaço atual já não comporta mais essa demanda. Com a ampliação, teremos capacidade para chegar a 650 alunos diariamente, o que representa um aumento significativo na oferta de qualificação profissional no

município", explicou.

O vice-presidente da Câmara Municipal, vereador Jozival Barbosa, também destacou o apoio do Legislativo à iniciativa. "Todos os vereadores entenderam que essa é uma ação importante para o desenvolvimento da cidade. A cessão da área foi feita com responsabilidade e pensando no futuro de Paraíso", disse.

O procurador-geral do município, Gilberto Lucena, detalhou o trâmite legal que viabilizou a doação da área. "O presidente do SENAI encaminhou um ofício ao prefeito apresentando o projeto de expansão do Centro de Formação Profissional, indicando a necessidade de uma área contígua à unidade já existente. A proposta foi analisada pela Procuradoria, que elaborou o projeto de lei aprovado por unanimidade na Câmara Municipal. A partir dessa autorização, a efetivação ocorreu por meio de decreto", afirmou.

Segundo o procurador, a legislação estabelece condicionantes para garantir a execução do projeto. "Por orientação do **Tribunal de Contas**, a lei possui encargos, entre eles o prazo de um ano para início das obras e três anos para a conclusão. A expectativa apresentada pela direção do SENAI é iniciar antes desse prazo. A ampliação permitirá oferecer mais cursos profissionalizantes em uma região estratégica da cidade, que já conta com importantes estruturas públicas e está em pleno desenvolvimento", destacou.

A medida está formalizada por meio do Decreto nº 1422, de 09 de janeiro de 2026, que regulamenta a doação de um terreno localizado na Avenida José de Brito, no setor Nova Fronteira, região sul da cidade. A área possui 5.630,50 metros quadrados e será destinada exclusivamente à expansão das atividades do SENAI no município, incluindo a implantação de novos laboratórios, salas de aula e estruturas administrativas.

A expectativa é que a ampliação do SENAI fortaleça a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, acompanhando a demanda do setor produtivo e contribuindo para a formação de mão de obra

qualificada no município.

ASCOM

Site: <https://www.portalbenicio.com.br/prefeitura-de-paraíso-oficializa-doacao-de-area-para-expansao-do-centro-de-formacao-do-senai/>

TCE declara irregular contrato de consultoria em Câmara no TO e manda apurar possível prejuízo de R\$ 31,5 mil

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** determinou a abertura de uma tomada de contas especial para investigar um possível prejuízo de R\$ 31,5 mil em um contrato firmado pela Câmara Municipal de Ipueiras. A decisão foi tomada pelo plenário da Corte ao analisar a contratação de uma empresa de consultoria para atuar no setor de compras do Legislativo.

O contrato, firmado com a empresa Realize Licitações e Consultoria em Gestão Pública, previa o pagamento mensal de R\$ 3,5 mil, totalizando R\$ 42 mil. A contratação foi feita por inexigibilidade de licitação.

Ao analisar o caso, o tribunal concluiu que o serviço contratado não se enquadra nas hipóteses que permitem esse tipo de contratação direta. Segundo o entendimento da Corte, as atividades descritas no contrato são consideradas funções rotineiras da administração pública e, portanto, deveriam ser desempenhadas por servidores do próprio órgão.

Durante a análise do processo, a equipe técnica também apontou uma série de falhas na formalização da contratação, incluindo ausência de documentos essenciais, falta de planejamento e problemas na fiscalização da execução do contrato.

Outro ponto que chamou atenção dos auditores foi o pagamento de valores sem comprovação documental de que os serviços tenham sido efetivamente prestados. Conforme o acórdão, R\$ 31,5 mil foram pagos sem registros que comprovem a realização das atividades previstas.

Diante das irregularidades, o tribunal determinou que o presidente da Câmara de Ipueiras, Jucélio Sacramento dos Santos, instaure uma tomada de contas especial para apurar o possível dano ao erário e identificar os responsáveis.

A decisão também prevê aplicação de multas administrativas. O presidente do Legislativo foi penalizado em R\$ 2 mil por falhas na contratação e no envio de informações ao sistema de acompanhamento do tribunal. Outros três envolvidos no processo, o responsável pelo envio de dados ao sistema SICAP, o

controlador interno e a agente de contratação, receberam multa de R\$ 1 mil cada.

Além das penalidades, o tribunal recomendou que a Câmara evite firmar contratos que transfiram a terceiros atividades consideradas típicas da administração pública, orientando que essas funções sejam desempenhadas por servidores do próprio quadro.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/municipios/tce-declara-irregular-contrato-de-consultoria-em-camara-no-to-e-manda-apurar-possivel-prejuizo-de-r-315-mil/>

Defensoria Pública prestigia posse do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Tocantins

A Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** (DPE-TO) prestigiou a solenidade de apresentação dos peritos do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do **Tocantins** (CEPCT/TO). O evento, na terça-feira última, 11, ocorreu no auditório do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, em **Palmas**, reunindo autoridades, representantes de instituições públicas e integrantes do sistema de prevenção e combate à tortura.

Da DPE-TO esteve presente a coordenadora do Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos, defensora pública Franciana Di Fátima Cardoso Costa, o defensor público Fabrício Silva Brito e as defensoras públicas Larissa Pultrini Pereira de Oliveira Braga e Napociani Pereira Póvoa.

Para Fabrício Brito, é um momento histórico para o **Tocantins**, em especial nessa fase de implementação das políticas do Plano Pena Justa, em que o Mecanismo Estadual de Combate à Tortura vai contribuir para a luta contra a tortura.

"Hoje a tortura não é apenas a física, ela se manifesta muitas vezes pela supressão de direitos, como suspensão de banho de sol, visitas, alimentação ou superlotação carcerária. (...) Que eles tenham condições de trabalho para que eles possam efetivamente exercer a atividade de forma independente e autônoma", destacou.

Comitê

Conforme a Seciju, o Comitê atua na prevenção e no enfrentamento de práticas de tortura e outros tratamentos degradantes. Os peritos que compõem o comitê realizam visitas técnicas e monitoramentos em locais de privação de liberdade, como unidades prisionais e socioeducativas, elaborando relatórios e recomendações para garantir o respeito à dignidade dos reeducandos e fortalecer mecanismos de monitoramento e prevenção no estado. (Com informações da Seciju)

Site: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/defensoria-publica-prestigia-posse-do-comite-estadual-de-prevencao-e-combate-a-tortura-do-tocantins>

TCETO entrega Selo Município Amigo do Futuro a 137 cidades e lança edição 2026 do programa

Reconhecimento destaca boas práticas voltadas à primeira infância e nova etapa amplia atuação até a formação profissional

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** finalizou a quarta fase do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, edição 2025, com a entrega do Selo Município Amigo do Futuro a prefeitos e prefeitas de 137 municípios tocaninenses. Durante a solenidade, também foi lançada a edição 2026 do programa, que avança para uma atuação mais estratégica e próxima da realidade local.

O selo reconhece boas práticas desenvolvidas pelos municípios com base em indicadores sociais, planos municipais e evidências de impacto positivo nas áreas de saúde, educação, proteção social e cidadania. A iniciativa tem como objetivo garantir direitos fundamentais na primeira infância, fomentar a intersetorialidade, capacitar gestores públicos e mobilizar a sociedade e instituições na promoção de boas práticas e no monitoramento social.

Nesta última fase, os municípios passaram por avaliação conduzida pela Comissão Técnica do **TCETO** e por um Comitê Interinstitucional, que analisou os desempenhos nos Eixos I e II. Aqueles que alcançaram 50 pontos ou mais receberam o selo durante cerimônia realizada na tarde desta quinta-feira, 12, no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), em **Palmas**.

A solenidade teve início com uma contagem regressiva e a entrada do menino Bernardo, protagonista da edição 2025, acompanhado por crianças representantes de comunidades quilombolas e indígenas. Juntos, eles lançaram o primeiro avião de papel, simbolizando o compromisso coletivo de manter o olhar voltado para o futuro.

O programa em 2025

As ações realizadas ao longo de 2025 impactaram mais de 100 mil pessoas, por meio de iniciativas integradas promovidas por 17 instituições parceiras. Entre as atividades desenvolvidas estão audiências de conciliação, atendimentos de saúde, oficinas

educativas, ações da ouvidoria, cadastramento no CadÚnico e oferta de cursos profissionalizantes, entre outras.

O presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, encerrou a edição de 2025 agradecendo o empenho dos envolvidos e destacando o alcance das ações. "Esta etapa que se encerra está mostrando para todo o Brasil e também para o exterior que o **Tocantins** veio para mudar paradigmas, transformar realidades e apresentar novas formas de relacionamento entre instituições e sociedade, priorizando as crianças e suas famílias", afirmou.

Segundo ele, o sucesso do programa reforça que o caminho adotado está correto. A nova fase amplia o escopo da iniciativa, que passa a atuar também nos ensinos fundamental, médio, superior e profissionalizante, reafirmando o compromisso de curto, médio e longo prazo com o futuro das crianças e de suas famílias.

O coordenador do programa, conselheiro **Severiano Costandrade**, que no ato representou a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), destacou a importância da união institucional. "Não podemos falar em primeira infância sem falar em família, sociedade, poder público e agentes públicos que, juntos, precisam assumir o compromisso com o nosso futuro. O **Tocantins** está em nossas mãos. Que sociedade queremos e estamos construindo? O futuro é agora, pois os primeiros anos são decisivos para a formação de homens e mulheres", ressaltou.

Em seguida, a presidente do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), desembargadora Maysa Vendramini Rosal, falou em nome das instituições parceiras. Para ela, garantir direitos na infância significa prevenir conflitos, fortalecer famílias e construir uma sociedade mais equilibrada. "Investir na infância é promover justiça no presente e no amanhã", destacou.

Entrega do selo

A cerimônia seguiu com a entrega do Selo Município

Amigo do Futuro aos prefeitos e prefeitas dos 137 municípios reconhecidos. Também houve homenagem às instituições parceiras, que receberam o selo de menção honrosa. A iniciativa representa, na prática, o esforço conjunto para romper ciclos de vulnerabilidade e construir um **Tocantins** mais humano, com investimentos voltados às crianças e às futuras gerações.

Edição 2026

Durante a solenidade também foi lançada a edição 2026 do programa, que terá como foco a escuta ativa da sociedade, o monitoramento das ações e a utilização de novos indicadores sociais.

O novo cronograma prevê capacitações regionais e encontros presenciais em 12 municípios prioritários, fortalecendo o controle social e permitindo que as políticas públicas sejam planejadas com base na realidade local.

Para marcar o lançamento da nova etapa, novos aviões de papel foram lançados simbolicamente por mãos comprometidas com o futuro - prefeitos, prefeitas e parceiros do projeto - representando os sonhos de milhares de crianças tocaninenses.

Rede de parceiros

Integram a iniciativa o Governo do **Tocantins**, Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), Defensoria Pública do Estado (DPE), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), Secretaria da Educação (Seduc), Secretaria da Saúde (SES), Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju), Polícia Militar, Secretaria de Segurança Pública, Controladoria-Geral da União (CGU), Associação Tocantinense de Municípios (ATM), UNICEF, FIETO, Energisa, BRK e Hospital de Amor, entre outras instituições.

Veja mais fotos clicando nos links abaixo:

<https://flic.kr/s/aHBqjCMZdH>

<https://flic.kr/s/aHBqjCMNYa>

(Ascom **TCE/TO**)

Site: <https://www.vozdobico.com.br/destaques/tceto-entrega-selo-municipio-amigo-do-futuro-a-137-cidades-e-lanca-edicao-2026-do-programa/>

Tribunal de Contas do Tocantins estabelece prazo para municípios definirem periodicidade do Relatório de Gestão Fiscal

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** publicou a Portaria nº 215/2026 que estabelece prazo para que municípios com menos de 50 mil habitantes formalizem a opção pela periodicidade de divulgação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao exercício de 2026.

De acordo com a norma, as prefeituras têm até o dia 15 de abril para informar ao Tribunal se desejam adotar a divulgação semestral do relatório, possibilidade prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Caso a solicitação seja feita após essa data, o pedido será desconsiderado.

A portaria também determina que o mesmo prazo vale para municípios que atualmente divulgam o relatório de forma semestral, mas que desejam retornar ao modelo quadrimestral.

Segundo o Tribunal, a opção pela divulgação semestral não se aplica a municípios que, até 31 de dezembro de 2025, estiverem acima dos limites legais de despesa com pessoal ou de dívida consolidada. Nesses casos, a periodicidade passa automaticamente a ser quadrimestral, conforme prevê a legislação fiscal.

O **TCETO** informou ainda que a opção registrada dentro do prazo terá validade para o exercício de 2026 e para os anos seguintes, até que o município solicite nova alteração dentro do período definido pelo órgão.

Caso o município não se manifeste até o prazo estabelecido, será mantida a periodicidade de divulgação do Relatório de Gestão Fiscal já registrada no SICAP/Contábil, sistema utilizado para o envio das informações contábeis ao **Tribunal de Contas**.

Com a medida, o Tribunal busca organizar os procedimentos de acompanhamento da gestão fiscal e garantir maior segurança na emissão de certidões necessárias para transferências voluntárias e operações de crédito realizadas pelos municípios.

Site: <https://www.portalstylo.com.br/noticia/tribunal-de-contas-do-tocantins-estabelece-prazo-para-municipios-definirem-periodicidade-do-relatorio-de-gestao-fiscal>

TCE julga procedente representação sobre falta de medicamentos e profissionais em unidade de saúde de Palmas (CIDADES)

Samuel Azevedo

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** julgou procedente uma representação que apontou falta de medicamentos, insuficiência de profissionais e problemas na estrutura física da Unidade de Saúde da Família (USF) do Jardim Taquari, em **Palmas**. A decisão consta na Resolução nº 145/2026, aprovada pelo plenário da Corte.

O processo teve origem em análise preliminar da Ouvidoria do tribunal após notícia publicada em outubro de 2024 sobre desabastecimento de remédios, carência de profissionais e precariedade na estrutura da unidade de saúde.

A Quarta Diretoria de Controle Externo do tribunal analisou as informações e confirmou indícios de fragilidades na gestão e no planejamento do abastecimento de medicamentos, além de inadequações no espaço físico da farmácia e nas instalações da unidade.

Durante a tramitação do processo, o tribunal registrou a adoção de providências administrativas para corrigir as irregularidades inicialmente apontadas. Com base nessas informações, o plenário reconheceu a procedência da representação, mas deixou de aplicar multas ou outras sanções.

Na decisão, o **TCE** também recomendou à gestora do Fundo Municipal de Saúde de **Palmas**, Dhieine Caminski, a adoção de medidas para aprimorar a gestão do abastecimento de medicamentos e da força de trabalho nas unidades de saúde, com atenção à USF Jardim Taquari caso as mesmas impropriedades voltem a ocorrer.

Após o trânsito em julgado e o cumprimento das formalidades legais, o processo segue para arquivamento.

Site: <https://folhacapital.com.br/cidades/409160/>

Tribunal mantém decisão que apontou registro indevido de R\$ 7,5 milhões nas contas da Infraestrutura de Porto Nacional

O Tribunal de Contas do Estado do Tocantins manteve o julgamento que apontou irregularidades na prestação de contas de 2021 da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Agricultura e Desenvolvimento Urbano de Porto Nacional, incluindo o registro contábil de R\$ 7,5 milhões em receita de operação de crédito que não foi efetivada.

A decisão foi confirmada pelo plenário da Corte ao rejeitar recurso apresentado por ex-gestores da pasta. Na Resolução nº 144/2026, os conselheiros decidiram negar provimento ao recurso e manter integralmente o Acórdão nº 669/2025 da **Primeira Câmara** do tribunal.

No julgamento das contas, o tribunal apontou que o valor de R\$ 7,5 milhões foi registrado como receita de capital sem respaldo documental, referente a uma operação de crédito que não chegou a ser realizada. Segundo a decisão, o lançamento contábil provocou impacto nas demonstrações financeiras, com reflexos no resultado orçamentário e no balanço patrimonial.

A análise também identificou divergências entre demonstrativos contábeis e registros do ativo imobilizado, inconsistências nas disponibilidades financeiras e recolhimento de contribuições patronais abaixo do mínimo previsto em lei.

O acórdão menciona ainda o registro de R\$ 1,07 milhão em despesas de exercícios anteriores, relacionadas a 2020, além de divergência superior a R\$ 22,7 milhões entre valores registrados no balanço patrimonial e demonstrativos de bens da secretaria.

Diante das inconsistências, o tribunal julgou irregulares as contas do então ordenador de despesas Marcos Antonio Lemos Ribeiro, responsável pela pasta à época, e aplicou multa de R\$ 8 mil. Também foram aplicadas multas de R\$ 4 mil cada a Lucijones Lopes Costa, responsável pelos registros contábeis, e a Loenis Fernandes Sirqueira, secretário da Fazenda naquele período.

Os nomes de Pedro Donizete Biazotto e Thiago Valuá da Silva Araújo chegaram a integrar o processo, mas tiveram a responsabilidade afastada durante o julgamento das contas.

No recurso analisado pelo plenário, os recorrentes pediram a reforma da decisão. Os conselheiros, porém, decidiram manter o entendimento da **Primeira Câmara**, confirmando o julgamento que considerou irregulares as contas e as multas aplicadas.

Posição

Em contato com a reportagem, a prefeitura de Porto Nacional informou que irá adotar as medidas cabíveis ao caso.

Site: <https://www.palmasaqui.com.br/destaque/tribunal-mantem-decisao-que-apontou-registro-indevido-de-r-75-milhoes-nas-contas-da-infraestrutura-de-porto-nacional/>

Tribunal mantém decisão que apontou registro indevido de R\$ 7,5 milhões nas contas da Infraestrutura de Porto Nacional

Samir Leão

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** manteve o julgamento que apontou irregularidades na prestação de contas de 2021 da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Agricultura e Desenvolvimento Urbano de Porto Nacional, incluindo o registro contábil de R\$ 7,5 milhões em receita de operação de crédito que não foi efetivada.

A decisão foi confirmada pelo plenário da Corte ao rejeitar recurso apresentado por ex-gestores da pasta. Na Resolução nº 144/2026, os conselheiros decidiram negar provimento ao recurso e manter integralmente o Acórdão nº 669/2025 da **Primeira Câmara** do tribunal.

No julgamento das contas, o tribunal apontou que o valor de R\$ 7,5 milhões foi registrado como receita de capital sem respaldo documental, referente a uma operação de crédito que não chegou a ser realizada. Segundo a decisão, o lançamento contábil provocou impacto nas demonstrações financeiras, com reflexos no resultado orçamentário e no balanço patrimonial.

A análise também identificou divergências entre demonstrativos contábeis e registros do ativo imobilizado, inconsistências nas disponibilidades financeiras e recolhimento de contribuições patronais abaixo do mínimo previsto em lei.

O acórdão menciona ainda o registro de R\$ 1,07 milhão em despesas de exercícios anteriores, relacionadas a 2020, além de divergência superior a R\$ 22,7 milhões entre valores registrados no balanço patrimonial e demonstrativos de bens da secretaria.

Diante das inconsistências, o tribunal julgou irregulares as contas do então ordenador de despesas Marcos Antonio Lemos Ribeiro, responsável pela pasta à época, e aplicou multa de R\$ 8 mil. Também foram aplicadas multas de R\$ 4 mil cada a Lucijones Lopes Costa, responsável pelos registros contábeis, e a Loenis Fernandes Sirqueira, secretário da Fazenda naquele período.

Os nomes de Pedro Donizete Biazotto e Thiago Valuá da Silva Araújo chegaram a integrar o processo, mas

tiveram a responsabilidade afastada durante o julgamento das contas.

No recurso analisado pelo plenário, os recorrentes pediram a reforma da decisão. Os conselheiros, porém, decidiram manter o entendimento da **Primeira Câmara**, confirmando o julgamento que considerou irregulares as contas e as multas aplicadas.

Posição

Em contato com a reportagem, a prefeitura de Porto Nacional informou que irá adotar as medidas cabíveis ao caso.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/cidades/tribunal-mantem-decisao-que-apontou-registro-indevido-de-r-75-milhoes-nas-contas-da-infraestrutura-de-porto-nacional-583743/>

Contas de 2022 da Prefeitura de Paranã recebem parecer pela rejeição no TCE (CIDADES)

Samuel Azevedo

Tribunal aponta abertura irregular de créditos, divergências contábeis e déficit financeiro em análise das contas do município

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** emitiu parecer prévio pela rejeição das contas consolidadas da Prefeitura de Paranã referentes ao exercício de 2022. A decisão ocorreu em sessão da **Primeira Câmara** e trata da gestão do então prefeito Phabio Augustus da Silva Moreira.

O relatório do processo aponta irregularidades na execução orçamentária e inconsistências em registros contábeis do município.

Entre os pontos citados pelo tribunal está a abertura de créditos suplementares no valor de R\$ 41,2 milhões. O montante corresponde a 87,69% das despesas fixadas no orçamento e supera o limite de 70% autorizado na Lei Orçamentária Anual.

O parecer também registra abertura de créditos sem indicação dos recursos correspondentes e sem autorização legislativa, além de divergências em dados contábeis relacionados a bens do município e precatórios.

A análise do tribunal aponta ainda déficit financeiro em fontes de recursos vinculadas ao Fundeb, inconsistências na conferência de saldos bancários e resultado patrimonial negativo no exercício, com déficit de R\$ 4,58 milhões.

Outro ponto citado no relatório trata de divergências no cálculo da contribuição patronal ao Regime Geral de Previdência Social.

O tribunal também registrou reincidência no descumprimento de recomendações emitidas em análises anteriores.

Além do parecer pela rejeição das contas, o **TCE** determinou uma série de medidas administrativas, entre elas correções em registros contábeis, adequação na abertura de créditos orçamentários,

regularização de informações sobre precatórios e adoção de medidas de cobrança relacionadas a créditos por danos ao patrimônio.

O parecer prévio será encaminhado à Câmara Municipal de Paranã, responsável pelo julgamento final das contas do prefeito.

Site: <https://folhacapital.com.br/cidades/contas-de-2022-da-prefeitura-de-parana-recebem-parecer-pela-rejeicao-no-tce/>

Ao receber Selo Município Amigo do Futuro, Eduardo Siqueira Campos destaca reconstrução das políticas sociais em Palmas (Banner Principal)

O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, participou, na tarde desta quinta-feira, 12, da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro. A iniciativa é do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** e reconhece municípios que alcançaram metas em indicadores relacionados a políticas públicas voltadas à primeira infância.

Acompanhado da primeira-dama e secretária de Assistência Social e da Mulher, Polyanna Siqueira Campos, o prefeito da capital ressaltou que o reconhecimento simboliza o compromisso da gestão municipal com o cuidado e o desenvolvimento das crianças. "Este selo significa que nós nos dedicamos ao que há de melhor na nossa sociedade, que são as nossas crianças", afirmou.

Segundo ele, o resultado reflete um conjunto de políticas públicas implementadas pelo município, entre elas ações voltadas à merenda escolar, ao transporte coletivo, à saúde e à segurança alimentar. O prefeito também citou a reabertura de restaurantes comunitários e a ampliação da compra de alimentos da agricultura familiar.

Eduardo Siqueira Campos destacou ainda o fortalecimento da rede de assistência social na capital. De acordo com ele, "Palmas reconstruiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ampliando o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade".

O prefeito lembrou também que a capital foi uma das quatro capitais brasileiras reconhecidas com o Selo Betinho de Combate à Fome, concedido pela Ação da Cidadania, resultado das políticas voltadas à garantia do direito à alimentação.

Ao final, ele parabenizou as instituições envolvidas na iniciativa. "Vejo esse reconhecimento com muito otimismo e parabenizo o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** pela iniciativa, assim como todas as instituições envolvidas", concluiu.

Site: <https://jornaltocantinsnews.com.br/ao-receber-selo-municipio-amigo-do-futuro-eduardo-siqueira-campos-destaca-reconstrucao-das-politicas-sociais-em-palmas-2/>

Política pública de atendimento às crianças de Porto Nacional recebe reconhecimento do TCE (Banner Principal)

Porto Nacional recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins**, em **Palmas**. Na ocasião, também foi lançada a edição 2026 do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância. O prefeito Ronivon Maciel esteve presente no evento, acompanhado das secretárias municipais de Assistência Social, Keila Viana, de Saúde, Cristiane Nunes, e de Educação, Joana dos Reis. Na ocasião, também foi lançada a edição 2026 do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância.

A iniciativa tem como objetivo fortalecer políticas públicas voltadas ao cuidado e desenvolvimento de crianças de zero a seis anos de idade, promovendo uma aliança em favor das meninas e meninos da primeira infância no **Tocantins**. Ao todo, 137 municípios tocantinenses foram reconhecidos por alcançarem pontuação entre 50 e 110 pontos nos eixos I e II do programa, que avaliam a implementação de políticas e estratégias voltadas à primeira infância.

Durante a cerimônia, o prefeito de Porto Nacional, Ronivon Maciel, destacou que o reconhecimento é resultado do trabalho conjunto das equipes municipais e do compromisso da gestão com as crianças. "Essa entrega é fruto de muito trabalho, de muita dedicação para chegar nesse momento de reconhecimento dos prefeitos e prefeitas e de todas as nossas equipes. É um reconhecimento também do **TCE**, mas, acima de tudo, resultado da soma de esforços para cuidar de quem mais precisa. Está em nossas mãos a responsabilidade de cuidar da primeira infância", afirmou o gestor.

O programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância incentiva os municípios a fortalecerem ações nas áreas de educação, saúde e assistência social, promovendo o desenvolvimento integral das crianças e garantindo melhores oportunidades desde os primeiros anos de vida.

Site: <https://jornaltocantinsnews.com.br/politica-publica-de-atendimento-as-criancas-de-porto-nacional-recebe-reconhecimento-do-tce/>

TCE suspende licitação de R\$ 2,5 milhões em Santa Maria do Tocantins após suspeita de sobrepreço

Samir Leão

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** suspendeu contratos e a ata de registro de preços de uma licitação de R\$ 2,51 milhões da Prefeitura de Santa Maria do **Tocantins** destinada à compra de materiais permanentes, eletrodomésticos e equipamentos.

A decisão, que atende pedido de cautelar, é do conselheiro **André Luiz de Matos Gonçalves** e atinge o Pregão Eletrônico nº 06/2025, que originou a Ata de Registro de Preços nº 004/2025.

Relatório técnico do tribunal identificou indícios de irregularidades na pesquisa de preços e diferença relevante entre valores registrados na licitação e preços praticados em outras contratações públicas.

Segundo o processo, parte dos contratos derivados da ata já teve execução financeira. Pagamentos somam cerca de R\$ 1,12 milhão à empresa vencedora, a PA Distribuidora e Serviços Ltda.. O relatório também cita inconsistências em dados cadastrais da empresa. O endereço informado fica em Pedro Afonso.

Com a decisão, o tribunal determinou a suspensão da execução da ata de preços, a interrupção de novos pagamentos e a proibição de novas contratações com base no pregão. O prefeito de Santa Maria do **Tocantins**, Leonardo Noleto Moreira, foi intimado a prestar informações sobre a contratação e os valores pagos. Servidoras responsáveis pelo processo licitatório também foram notificadas.

O caso segue sob análise do tribunal. A prefeitura foi acionada via canal oficial do site e matéria será atualizada com a posição oficial.

Site: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/cidades/tce-suspende-licitacao-de-r-25-milhoes-em-santa-maria-do-tocantins-apos-suspeita-de-sobrepreco-583736/>

Cariri do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Cariri do TO)

Atitude Tocantins

Por Redação

O município de Cariri do **Tocantins** foi reconhecido com o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, durante cerimônia realizada em **Palmas** na última sexta-feira, 12. A premiação destacou cidades que vêm desenvolvendo políticas públicas eficazes voltadas ao cuidado e à proteção da primeira infância.

A entrega do selo marcou o encerramento da quarta fase do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, edição 2025, uma iniciativa que incentiva boas práticas nas áreas de saúde, educação, proteção social e cidadania em todo o estado.

O reconhecimento coloca Cariri entre os municípios tocaninenses que se destacam na implementação de ações voltadas ao desenvolvimento integral das crianças, com políticas que fortalecem o atendimento às famílias e ampliam o acesso aos serviços públicos.

Durante a solenidade, o prefeito Tetin destacou que a conquista é resultado do compromisso da gestão municipal em investir no futuro da cidade por meio das crianças. "Esse reconhecimento nos enche de orgulho e mostra que estamos no caminho certo. Cuidar das crianças é cuidar do futuro da nossa cidade. Seguiremos trabalhando com responsabilidade e dedicação para garantir mais oportunidades e qualidade de vida para as famílias de Cariri", afirmou o prefeito.

A secretária municipal de Assistência Social e primeira-dama Ana Paula Carvalho também ressaltou a importância do trabalho desenvolvido pelas equipes que atuam diretamente nas políticas sociais. "Esse selo representa o esforço de toda a nossa equipe e de cada profissional que trabalha diariamente para garantir proteção, cuidado e oportunidades para as nossas crianças e suas famílias. É um reconhecimento que fortalece ainda mais nosso compromisso com a

primeira infância", destacou.

O selo é concedido aos municípios que apresentam resultados positivos em indicadores sociais, planejamento municipal e evidências de impacto nas políticas públicas voltadas às crianças. A avaliação é realizada por uma comissão técnica do **Tribunal de Contas**, em conjunto com instituições parceiras que integram o programa.

Com a certificação, Cariri do **Tocantins** passa a integrar o grupo de cidades tocaninenses reconhecidas pelo compromisso com o desenvolvimento infantil e com a construção de um futuro com mais oportunidades para as novas gerações.

Site: <https://atitudeto.com.br/cidade/cariri-do-to/cariri-do-tocantins-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia/>

Cariri do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Cariri)

Ceila Menezes | Ascom - Prefeitura de Cariri / Fotos: Divulgação

O município de Cariri do **Tocantins** foi reconhecido com o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, durante cerimônia realizada em **Palmas** na última sexta-feira, 12. A premiação destacou cidades que vêm desenvolvendo políticas públicas eficazes voltadas ao cuidado e à proteção da primeira infância.

A entrega do selo marcou o encerramento da quarta fase do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, edição 2025, uma iniciativa que incentiva boas práticas nas áreas de saúde, educação, proteção social e cidadania em todo o estado.

O reconhecimento coloca Cariri entre os municípios tocaninenses que se destacam na implementação de ações voltadas ao desenvolvimento integral das crianças, com políticas que fortalecem o atendimento às famílias e ampliam o acesso aos serviços públicos.

Durante a solenidade, o prefeito Tetin destacou que a conquista é resultado do compromisso da gestão municipal em investir no futuro da cidade por meio das crianças. "Esse reconhecimento nos enche de orgulho e mostra que estamos no caminho certo. Cuidar das crianças é cuidar do futuro da nossa cidade. Seguiremos trabalhando com responsabilidade e dedicação para garantir mais oportunidades e qualidade de vida para as famílias de Cariri", afirmou o prefeito.

"Esse reconhecimento nos enche de orgulho e mostra que estamos no caminho certo. Cuidar das crianças é cuidar do futuro da nossa cidade. Seguiremos trabalhando com responsabilidade e dedicação para garantir mais oportunidades e qualidade de vida para as famílias de Cariri",

A secretária municipal de Assistência Social e primeira-dama Ana Paula Carvalho também ressaltou a importância do trabalho desenvolvido pelas equipes que atuam diretamente nas políticas sociais. "Esse selo representa o esforço de toda a nossa equipe e de cada profissional que trabalha diariamente para

garantir proteção, cuidado e oportunidades para as nossas crianças e suas famílias. É um reconhecimento que fortalece ainda mais nosso compromisso com a primeira infância", destacou.

"Esse selo representa o esforço de toda a nossa equipe e de cada profissional que trabalha diariamente para garantir proteção, cuidado e oportunidades para as nossas crianças e suas famílias. É um reconhecimento que fortalece ainda mais nosso compromisso com a primeira infância"

O selo é concedido aos municípios que apresentam resultados positivos em indicadores sociais, planejamento municipal e evidências de impacto nas políticas públicas voltadas às crianças. A avaliação é realizada por uma comissão técnica do **Tribunal de Contas**, em conjunto com instituições parceiras que integram o programa.

Com a certificação, Cariri do **Tocantins** passa a integrar o grupo de cidades tocaninenses reconhecidas pelo compromisso com o desenvolvimento infantil e com a construção de um futuro com mais oportunidades para as novas gerações.

Site: <https://portaldoamaral.com.br/cariri-do-tocantins-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia/>

Talismã recebe Selo Município Amigo do Futuro e é destaque em políticas para a primeira infância (Cidades)

Jonas Amaral | Portal do Amaral / Fotos: Divulgação

- Publicidade -

- Publicidade -

Prefeito e primeira-dama participam em **Palmas** da cerimônia do programa **TCE** de Olho no Futuro, que reconhece municípios tocanтинenses por ações voltadas à primeira infância.

Prefeito e primeira-dama participam em **Palmas** da cerimônia do programa **TCE** de Olho no Futuro, que reconhece municípios tocanтинenses por ações voltadas à primeira infância.

Prefeito e primeira-dama participam em **Palmas** da cerimônia do programa **TCE** de Olho no Futuro, que reconhece municípios tocanтинenses por ações voltadas à primeira infância.

A última quinta-feira, 12 de março, marcou um capítulo histórico para a administração municipal de Talismã. Em uma solenidade prestigiada no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), na capital, o prefeito Flávio Cristo Rei e a primeira-dama e secretária de Assistência Social, Diene Silva, foram protagonistas na entrega do Selo Município Amigo do Futuro. O certificado, concedido pelo **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)**, valida o compromisso da gestão com o programa "**TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância".

"**TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância".

Gestão Humana e Eficiente

Gestão Humana e Eficiente

Gestão Humana e Eficiente

O selo não é apenas uma honraria simbólica, mas o resultado de uma avaliação técnica rigorosa. Talismã alcançou a pontuação necessária ao demonstrar indicadores sólidos nas áreas de saúde, educação e proteção social. Sob a liderança de Flávio Cristo Rei e

o olhar sensível de Diene Silva na Assistência Social, o município implementou práticas que garantem direitos fundamentais desde o nascimento, transformando a realidade das famílias talismãenses e consolidando uma rede de proteção intersetorial que serve de modelo para o estado.

Compromisso Com o Futuro

Compromisso Com o Futuro

Compromisso Com o Futuro

Durante o evento, que reuniu as principais autoridades do **Tocantins**, o prefeito Flávio Cristo Rei destacou a importância de governar com foco nas próximas gerações. Em um momento de celebração, o gestor reforçou que o investimento na base é o que garante um município próspero a longo prazo.

"Receber este selo, ao lado da Diene, é a confirmação de que estamos no caminho certo. Este reconhecimento destaca nossas boas práticas e nos motiva para a nova etapa do programa, que agora amplia a atuação até a formação profissional. Nosso compromisso é cuidar da criança hoje para formar o cidadão de amanhã. Talismã não apenas olha para o futuro; nós estamos construindo esse futuro com ações concretas, amor e responsabilidade pública", afirmou o prefeito Flávio Cristo Rei.

"Receber este selo, ao lado da Diene, é a confirmação de que estamos no caminho certo. Este reconhecimento destaca nossas boas práticas e nos motiva para a nova etapa do programa, que agora amplia a atuação até a formação profissional. Nosso compromisso é cuidar da criança hoje para formar o cidadão de amanhã. Talismã não apenas olha para o futuro; nós estamos construindo esse futuro com ações concretas, amor e responsabilidade pública",

Protagonismo da Assistência Social

Protagonismo da Assistência Social

Protagonismo da Assistência Social

A presença da primeira-dama Diene Silva no evento reforçou o papel estratégico da Secretaria de Assistência Social no sucesso do programa. O engajamento direto da secretária na coordenação das políticas de acolhimento e no monitoramento dos planos municipais foi fundamental para que Talismã superasse as metas estabelecidas pelo Comitê Interinstitucional do **TCETO**. Com o lançamento da edição 2026, a gestão de Talismã já se prepara para novos desafios, focando na escuta ativa da sociedade e no fortalecimento do controle social.

Aliança Pela Vida

Aliança Pela Vida

Aliança Pela Vida

A solenidade foi encerrada com um ato simbólico de lançamento de aviões de papel, representando os sonhos das crianças tocantinenses. Para Talismã, o gesto simboliza a decolagem de novas políticas públicas que, a partir de agora, acompanharão o jovem desde os primeiros passos até a sua inserção no mercado de trabalho, reafirmando a parceria indissolúvel entre a gestão municipal e o bem-estar da população.

View this post on Instagram

- Publicidade -

- Publicidade -

Tags: Diene Silva Flávio Cristo Rei Primeira Infância Selo Amigo do Futuro Talismã **TCETO**

Diene Silva

Flávio Cristo Rei

Primeira Infância

Selo Amigo do Futuro

Talismã

TCETO

Site: <https://portaldoamaral.com.br/talisma-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-e-e-destaque-em-politicas-para-a-primeira-infancia/>

Após contrato emergencial, empresa vence licitação bilionária do transporte coletivo de Palmas

Notícias de **Palmas** - A Prefeitura de **Palmas** homologou, nesta quinta-feira (12), a licitação do transporte público coletivo da capital. A vencedora foi a empresa Sancetur - Santa Cecília Turismo Ltda., com sede em Paulínia (SP), que já operava o sistema de forma emergencial e apresentou proposta de R\$ 13 por quilômetro rodado.

Com a homologação, a próxima etapa será a assinatura definitiva do contrato de concessão e o início do plano de investimentos na frota. O valor estimado da concessão é estimado em R\$ 4 bilhões ao longo de 20 anos, período em que a concessionária ficará responsável pela operação do sistema, manutenção dos veículos e implantação de tecnologias voltadas à modernização do serviço.

A Sancetur - Santa Cecília Turismo Ltda., que utiliza o nome fantasia SOU - Sistema de Ônibus Urbano, já atuava na capital desde abril de 2025, quando foi contratada pela prefeitura sem licitação, em caráter emergencial, por cerca de R\$ 196 milhões. Na ocasião, a empresa assumiu o transporte coletivo com a proposta de renovar a frota com ônibus e vans novos.

Além da homologação da licitação, a administração municipal publicou a Medida Provisória nº 3, que extingue a Agência de Transporte Coletivo de **Palmas** (ATCP). Em substituição à autarquia, foi criada a Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte Público, que passa a responder pelos contratos vigentes e pela gestão do sistema.

Atualmente, a tarifa do transporte coletivo em **Palmas** está fixada em R\$ 4,85. O novo contrato prevê uma frota inicial de cerca de 200 ônibus, com exigências de acessibilidade, modernização da bilhetagem e implantação de tecnologias como monitoramento por GPS e disponibilização de informações em tempo real aos passageiros.

Licitação passou por ajustes após apontamentos do **TCE**

O processo licitatório chegou a ser interrompido em dezembro de 2025 após recomendações do **Tribunal**

de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO), que apontou falhas técnicas e jurídicas no edital inicial.

Após reformulações no modelo de concessão, a concorrência foi retomada em janeiro de 2026 até chegar à homologação nesta semana. A expectativa da prefeitura é que, após a assinatura definitiva do contrato, a empresa inicie o plano de investimentos para a modernização do sistema de transporte da capital.

Site: <https://afnoticias.com.br/cidades/empresa-que-assumiu-contrato-emergencial-vence-licitacao-bilionaria-do-transporte-coletivo-de-palmas>

Palmas recebe Selo Município Amigo do Futuro

O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, participou, na tarde desta quinta-feira, 12, da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro. A iniciativa é do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** e reconhece municípios que alcançaram metas em indicadores relacionados a políticas públicas voltadas à primeira infância.

Acompanhado da primeira-dama e secretária de Assistência Social e da Mulher, Polyanna Siqueira Campos, o prefeito da capital ressaltou que o reconhecimento simboliza o compromisso da gestão municipal com o cuidado e o desenvolvimento das crianças. Este selo significa que nós nos dedicamos ao que há de melhor na nossa sociedade, que são as nossas crianças, afirmou.

Segundo ele, o resultado reflete um conjunto de políticas públicas implementadas pelo município, entre elas ações voltadas à merenda escolar, ao transporte coletivo, à saúde e à segurança alimentar. O prefeito também citou a reabertura de restaurantes comunitários e a ampliação da compra de alimentos da agricultura familiar.

Eduardo Siqueira Campos destacou ainda o fortalecimento da rede de assistência social na capital. De acordo com ele, Palmas reconstruiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ampliando o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade.

O prefeito lembrou também que a capital foi uma das quatro capitais brasileiras reconhecidas com o Selo Betinho de Combate à Fome, concedido pela Ação da Cidadania, resultado das políticas voltadas à garantia do direito à alimentação.

Ao final, ele parabenizou as instituições envolvidas na iniciativa. Vejo esse reconhecimento com muito otimismo e parabenizo o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** pela iniciativa, assim como todas as instituições envolvidas, concluiu.

Fonte: prefeitura

Site: <http://www.canal63.com.br/noticias/19564-palmas-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro>

Araguacema recebe Selo Município Amigo do Futuro do TCE-TO

O município de Araguacema recebeu o Selo Município Amigo do Futuro. O reconhecimento é concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**. A certificação valoriza cidades que desenvolvem políticas públicas voltadas à primeira infância.

Além disso, o selo incentiva ações que garantem direitos às crianças nos primeiros anos de vida. Dessa forma, o programa estimula investimentos em áreas como saúde, educação e assistência social.

O prefeito Marquinho destacou a importância da conquista para o município. Segundo ele, o reconhecimento reforça o compromisso da gestão com as políticas voltadas às crianças.

Além disso, o gestor ressaltou a parceria com o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** no fortalecimento dessas ações.

Além disso, o selo incentiva ações que garantem direitos às crianças nos primeiros anos de vida. Dessa forma, o programa estimula investimentos em áreas como saúde, educação e assistência social.

O prefeito Marquinho destacou a importância da conquista para o município. Segundo ele, o reconhecimento reforça o compromisso da gestão com as políticas voltadas às crianças.

Além disso, o gestor ressaltou a parceria com o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** no fortalecimento dessas ações.

"Esse é um momento muito importante para Araguacema. Receber esse selo mostra que o município investe na primeira infância e trabalha para garantir um futuro melhor para as próximas gerações", afirmou o prefeito.

Segundo a gestão municipal, as políticas voltadas à infância contribuem para melhorar a qualidade de vida das crianças e de suas famílias. Além disso, essas iniciativas fortalecem o desenvolvimento social do município.

Por isso, a Prefeitura de Araguacema mantém ações que priorizam o cuidado, a proteção e o desenvolvimento das crianças. Dessa maneira, o município busca construir bases mais sólidas para o

futuro da população.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiuunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/14/araguacema-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-do-tce-to/>

ACIMA DO TETO: Altos valores pagos a conselheiros do TCE-TO em fevereiro geram repercussão (TOCANTINS)

Por Edilson Rocha

A divulgação da folha de pagamento do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, referente a fevereiro de 2026, provocou forte repercussão após revelar valores elevados recebidos por conselheiros da Corte, principalmente em verbas indenizatórias e outros rendimentos.

De acordo com os dados publicados pelo próprio tribunal, o presidente do **TCE-TO**, **Alberto Sevilha**, recebeu no mês de fevereiro um total de R\$ 428.059, somando subsídio, indenizações e diárias. Desse montante, R\$ 345.941,91 correspondem a verbas indenizatórias. O valor supera em cerca de dez vezes o subsídio mensal de um conselheiro, atualmente fixado em R\$ 41.845,49, e também ultrapassa o teto constitucional do funcionalismo público, vinculado ao salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje em torno de R\$ 46 mil.

Os dados mostram que valores semelhantes foram pagos a outros conselheiros da Corte de Contas. Entre eles estão **Severiano Costandrade**, com R\$ 426.804; Doris Coutinho, com R\$ 447.302; **Wagner Praxedes**, com R\$ 404.737; Napoleão Sobrinho, com R\$ 404.739; Manoel Pires, com R\$ 398.288; e **André Matos**, que recebeu R\$ 387.464. Em todos os casos, aproximadamente R\$ 345 mil correspondem a verbas indenizatórias registradas no mês.

Contraste com indicadores sociais

A divulgação dos valores também reacendeu debates sobre desigualdade social no estado do **Tocantins**. Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais de 2025, cerca de 23,9% da população tocantinense vive em situação de extrema pobreza, com renda média per capita mensal de aproximadamente R\$ 694.

Dados do programa Bolsa Família indicam que 418.468 pessoas recebem o benefício no estado, enquanto o Cadastro Único do Governo Federal registra uma fila superior a 900 mil pessoas aguardando inclusão em programas sociais.

O contraste entre os rendimentos pagos a

conselheiros e a realidade socioeconômica do estado tem gerado críticas e questionamentos nas redes sociais e em setores da sociedade civil sobre a transparência e os critérios utilizados para o pagamento dessas verbas indenizatórias.

Debate público

Especialistas em administração pública apontam que o debate envolve a interpretação das regras sobre verbas indenizatórias e o respeito ao teto constitucional. O tema pode gerar discussões jurídicas e institucionais envolvendo órgãos de controle e fiscalização.

Até o momento, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** não divulgou nota detalhando os critérios utilizados para os pagamentos mencionados.

Site: <http://jtinoticias.com.br/noticia/acima-do-teto-altos-valores-pagos-a-conselheiros-do-tce-to-em-fevereiro-geram-repercussao/14182>

No Tocantins: Altos valores pagos a conselheiros do TCE-TO em fevereiro geram repercussão (TOCANTINS)

Por Edilson Rocha

A divulgação da folha de pagamento do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, referente a fevereiro de 2026, provocou forte repercussão após revelar valores elevados recebidos por conselheiros da Corte, principalmente em verbas indenizatórias e outros rendimentos.

De acordo com os dados publicados pelo próprio tribunal, o presidente do **TCE-TO**, **Alberto Sevilha**, recebeu no mês de fevereiro um total de R\$ 428.059, somando subsídio, indenizações e diárias. Desse montante, R\$ 345.941,91 correspondem a verbas indenizatórias. O valor supera em cerca de dez vezes o subsídio mensal de um conselheiro, atualmente fixado em R\$ 41.845,49, e também ultrapassa o teto constitucional do funcionalismo público, vinculado ao salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje em torno de R\$ 46 mil.

Os dados mostram que valores semelhantes foram pagos a outros conselheiros da Corte de Contas. Entre eles estão **Severiano Costandrade**, com R\$ 426.804; Doris Coutinho, com R\$ 447.302; **Wagner Praxedes**, com R\$ 404.737; Napoleão Sobrinho, com R\$ 404.739; Manoel Pires, com R\$ 398.288; e **André Matos**, que recebeu R\$ 387.464. Em todos os casos, aproximadamente R\$ 345 mil correspondem a verbas indenizatórias registradas no mês.

Contraste com indicadores sociais

A divulgação dos valores também reacendeu debates sobre desigualdade social no estado do **Tocantins**. Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais de 2025, cerca de 23,9% da população tocantinense vive em situação de extrema pobreza, com renda média per capita mensal de aproximadamente R\$ 694.

Dados do programa Bolsa Família indicam que 418.468 pessoas recebem o benefício no estado, enquanto o Cadastro Único do Governo Federal registra uma fila superior a 900 mil pessoas aguardando inclusão em programas sociais.

O contraste entre os rendimentos pagos a

conselheiros e a realidade socioeconômica do estado tem gerado críticas e questionamentos nas redes sociais e em setores da sociedade civil sobre a transparência e os critérios utilizados para o pagamento dessas verbas indenizatórias.

Debate público

Especialistas em administração pública apontam que o debate envolve a interpretação das regras sobre verbas indenizatórias e o respeito ao teto constitucional. O tema pode gerar discussões jurídicas e institucionais envolvendo órgãos de controle e fiscalização.

Até o momento, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** não divulgou nota detalhando os critérios utilizados para os pagamentos mencionados.

Site: <http://jtinoticias.com.br/noticia/no-tocantins-altos-valores-pagos-a-conselheiros-do-tce-to-em-fevereiro-geram-repercussao/14182>

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro pelo Tribunal de Contas

Reconhecimento destaca políticas da Prefeitura voltadas ao desenvolvimento integral da primeira infância em saúde, educação e assistência social

A Prefeitura de Gurupi recebeu, na manhã desta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** em cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado (TJTO), em **Palmas**. A prefeita Josi Nunes participou da solenidade e recebeu o prêmio em nome do município, em reconhecimento ao conjunto de ações voltadas à primeira infância.

O Selo Município Amigo do Futuro é uma iniciativa coordenada pelo **TCE-TO**, em parceria com órgãos públicos e instituições privadas, que avalia indicadores relacionados a políticas públicas para crianças de até 6 anos. Os municípios que atingem 50 pontos ou mais nos eixos analisados são contemplados com o reconhecimento; Gurupi alcançou 90 pontos, o que coloca a cidade entre os municípios com atuação mais destacada no estado.

Durante o evento, a prefeita Josi Nunes destacou que o selo é um estímulo para a continuidade das políticas voltadas à primeira infância no município. "Receber esse reconhecimento é motivo de alegria, mas também de responsabilidade. Reflete o compromisso da Prefeitura em oferecer mais cuidado, proteção e oportunidades para as nossas crianças. Vamos seguir investindo em saúde, educação e assistência social para garantir um futuro mais justo e digno para as novas gerações de Gurupi", afirmou.

A cerimônia contou com a participação de representantes do Ministério Público do Estado do **Tocantins**, Defensoria Pública do Estado, UNICEF, secretarias estaduais e demais instituições parceiras que atuam na promoção de políticas integradas para a primeira infância no **Tocantins**. O reconhecimento reforça o protagonismo de Gurupi em iniciativas que priorizam o desenvolvimento integral das crianças, com ações que articulam gestão municipal, controle externo e diferentes segmentos da sociedade.

Site: <https://bocamiudadotocantins.com.br/gurupi-to/gurupi-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-pelo-tribunal-de-contas/>

Cariri do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

O município de Cariri do **Tocantins** foi reconhecido com o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, durante cerimônia realizada em **Palmas** na última sexta-feira, 12. A premiação destacou cidades que vêm desenvolvendo políticas públicas eficazes voltadas ao cuidado e à proteção da primeira infância.

A entrega do selo marcou o encerramento da quarta fase do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, edição 2025, uma iniciativa que incentiva boas práticas nas áreas de saúde, educação, proteção social e cidadania em todo o estado.

O reconhecimento coloca Cariri entre os municípios tocaninenses que se destacam na implementação de ações voltadas ao desenvolvimento integral das crianças, com políticas que fortalecem o atendimento às famílias e ampliam o acesso aos serviços públicos.

Durante a solenidade, o prefeito Tetin destacou que a conquista é resultado do compromisso da gestão municipal em investir no futuro da cidade por meio das crianças. "Esse reconhecimento nos enche de orgulho e mostra que estamos no caminho certo. Cuidar das crianças é cuidar do futuro da nossa cidade. Seguiremos trabalhando com responsabilidade e dedicação para garantir mais oportunidades e qualidade de vida para as famílias de Cariri", afirmou o prefeito.

A secretária municipal de Assistência Social e primeira-dama Ana Paula Carvalho também ressaltou a importância do trabalho desenvolvido pelas equipes que atuam diretamente nas políticas sociais. "Esse selo representa o esforço de toda a nossa equipe e de cada profissional que trabalha diariamente para garantir proteção, cuidado e oportunidades para as nossas crianças e suas famílias. É um reconhecimento que fortalece ainda mais nosso compromisso com a primeira infância", destacou.

O selo é concedido aos municípios que apresentam resultados positivos em indicadores sociais, planejamento municipal e evidências de impacto nas políticas públicas voltadas às crianças. A avaliação é realizada por uma comissão técnica do **Tribunal de Contas**, em conjunto com instituições parceiras que integram o programa.

Com a certificação, Cariri do **Tocantins** passa a integrar o grupo de cidades tocaninenses reconhecidas pelo compromisso com o desenvolvimento infantil e com a construção de um futuro com mais oportunidades para as novas gerações.

Site: <https://rr10noticias.com.br/cariri-do-tocantins-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia-2/>

Paraíso do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em cerimônia no TJTO

por *Vitória Luna*

Representando o município, participaram do evento o prefeito Celso Moraes, o vice-prefeito licenciado e secretário estadual das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional, Ubiratan Carvalho, além dos secretários municipais Thais Helena Andrade, de Assistência Social, Habitação e da Mulher, professor Deley Oliveira, de Educação, e Arllérico André, de Saúde. A cerimônia também contou com a presença do presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, do prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, e de lideranças e autoridades de cidades premiadas.

Na avaliação do programa, Paraíso do **Tocantins** alcançou 110 pontos, a pontuação máxima prevista. Apenas quatro municípios atingiram esse resultado: Bandeirantes do **Tocantins**, Conceição do **Tocantins**, Dois Irmãos do **Tocantins** e Paraíso do **Tocantins**. A pontuação mínima para obtenção do selo é de 50 pontos.

O prefeito Celso Moraes destacou a importância da conquista para o município. Receber esse selo do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** representa muito para a nossa cidade. Representa que estamos no caminho certo, zelando pela nossa população, especialmente pela primeira infância. Paraíso se orgulha de estar entre as quatro cidades que alcançaram a nota máxima desse projeto. Fico feliz e agradecido pela nossa equipe, em nome dos secretários da pasta da Educação, da Saúde, e da Assistência Social, de Habitação e da Mulher, que foram as secretarias que mais se envolveram nessa ação, afirmou.

Segundo o **Tribunal de Contas**, a certificação reconhece municípios que executaram com êxito ações voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da criança, além de estimular o fortalecimento de políticas públicas desde o período pré-natal até os primeiros anos de vida. A avaliação considera práticas nas áreas de saúde, educação e assistência social, conforme o Guia Metodológico de Boas Práticas do programa Aliança pela Primeira Infância.

Educação, Assistência Social e Saúde atuaram em conjunto

O secretário municipal de Saúde, Arllérico André, ressaltou que o processo de avaliação contribuiu para fortalecer o acompanhamento de indicadores sociais no município. Foi um momento de grande reconhecimento para a gestão municipal. O objetivo principal foi melhorar indicadores como mortalidade infantil, vacinação e acesso à educação na primeira infância. Também realizamos diversas capacitações de gestores para o monitoramento das metas. Agradeço a toda a equipe da Saúde pelo empenho que permitiu alcançar essa pontuação máxima, destacou.

Na área educacional, o secretário professor Deley Oliveira destacou os avanços obtidos a partir do trabalho integrado entre as secretarias. Fomos desafiados pelo **Tribunal de Contas** a desenvolver um trabalho mais sistematizado envolvendo Educação, Assistência Social e Saúde. Observamos resultados positivos, especialmente na fluência de leitura e no letramento das crianças. Esse resultado é motivo de satisfação, mas também reforça a importância da participação das famílias no acompanhamento da aprendizagem, afirmou.

A secretária de Assistência Social, Habitação e da Mulher, Thaís Helena Andrade, também ressaltou o trabalho conjunto das equipes municipais. Celebramos esse resultado, que é fruto da dedicação das equipes da Assistência Social, da Saúde e da Educação. A avaliação considera o desempenho das cidades em diferentes áreas voltadas ao desenvolvimento infantil. Esse reconhecimento mostra que, quando as equipes trabalham de forma integrada, os resultados aparecem e beneficiam diretamente nossas crianças, disse.

O Selo

O programa Selo Município Amigo do Futuro é dividido em dois eixos de avaliação. O primeiro analisa ações e compromissos assumidos pelo município para fortalecer políticas públicas nas áreas de saúde, educação e assistência social, enquanto o segundo avalia os resultados obtidos por meio de indicadores sociais, como cobertura vacinal, alfabetização na idade adequada e adesão a políticas de segurança alimentar.

Dessa forma, os dois eixos funcionam de maneira complementar: o primeiro verifica as ações realizadas

pelo município, enquanto o segundo analisa os resultados alcançados por essas iniciativas. A soma das pontuações define a classificação final dos municípios participantes.

Site: <https://centralto.com.br/noticia/51506/paraíso-do-tocantins-recebe-selo-município-amigo-do-futuro-em-cerimônia-no-tjto.amp>

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância

Por: Portal WR News

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins (TJTO)**, em **Palmas**. A prefeita Josi Nunes participou da solenidade e recebeu o reconhecimento em nome do município, que se destacou pelas políticas voltadas à primeira infância.

A iniciativa reconhece municípios que se destacam no cumprimento de metas e na implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, com foco no desenvolvimento integral das crianças e no fortalecimento das ações nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Durante a cerimônia, a prefeita Josi Nunes destacou que o reconhecimento reflete o compromisso da gestão municipal com o cuidado e a proteção das crianças gurupienses. "Receber esse selo é motivo de muita alegria e também de responsabilidade. Ele reconhece o trabalho que estamos realizando em Gurupi para garantir mais cuidado, proteção e oportunidades para nossas crianças. Seguiremos firmes, investindo em políticas públicas que assegurem um futuro melhor para as novas gerações", afirmou.

O Selo Município Amigo do Futuro é uma iniciativa coordenada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, que avalia indicadores relacionados a ações voltadas à primeira infância. Nesta edição, os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos eixos avaliados foram contemplados com o reconhecimento. Gurupi alcançou 90 pontos nos indicadores avaliados pelo programa.

A cerimônia também contou com a participação de representantes de órgãos parceiros, como o Ministério Público do Estado do **Tocantins**, Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** e UNICEF, além de

secretarias estaduais e instituições que atuam de forma integrada na promoção de políticas públicas voltadas à primeira infância em todo o estado.

Site: <https://portalwrnews.com.br/noticia/75075/gurupi-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia>

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins (TJTO)**, em **Palmas**. A prefeita Josi Nunes participou da solenidade e recebeu o reconhecimento em nome do município, que se destacou pelas políticas voltadas à primeira infância.

A iniciativa reconhece municípios que se destacam no cumprimento de metas e na implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, com foco no desenvolvimento integral das crianças e no fortalecimento das ações nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Durante a cerimônia, a prefeita Josi Nunes destacou que o reconhecimento reflete o compromisso da gestão municipal com o cuidado e a proteção das crianças gurupienses. "Receber esse selo é motivo de muita alegria e também de responsabilidade. Ele reconhece o trabalho que estamos realizando em Gurupi para garantir mais cuidado, proteção e oportunidades para nossas crianças. Seguiremos firmes, investindo em políticas públicas que assegurem um futuro melhor para as novas gerações", afirmou.

O Selo Município Amigo do Futuro é uma iniciativa coordenada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, que avalia indicadores relacionados a ações voltadas à primeira infância. Nesta edição, os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos eixos avaliados foram contemplados com o reconhecimento. Gurupi alcançou 90 pontos nos indicadores avaliados pelo programa.

A cerimônia também contou com a participação de representantes de órgãos parceiros, como o Ministério Público do Estado do **Tocantins**, Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** e UNICEF, além de secretarias estaduais e instituições que atuam de forma integrada na promoção de políticas públicas

voltadas à primeira infância em todo o estado.

Site: <https://anoticiadigital.com.br/noticia/318634/gurupi-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia>

Peixe recebe Selo Município Amigo do Futuro e reforça compromisso com a primeira infância (Cidades)

Jonas Amaral | Portal do Amaral / Fotos: Divulgação

Prefeito Augusto César (Cezinha) e a secretária Joana Rodrigues destacam avanços nas políticas públicas e o fortalecimento das ações sociais voltadas às crianças e famílias do município.

O município de Peixe consolidou sua posição de destaque no cenário estadual ao receber, nesta quinta-feira, 12, o prestigiado Selo Município Amigo do Futuro. A honraria, entregue pelo **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** em solenidade no Tribunal de Justiça, em **Palmas**, é o reconhecimento máximo às cidades que atingiram altos índices de eficiência em áreas vitais como saúde, educação e proteção social. Para Peixe, a premiação é o reflexo direto de um planejamento humanizado que coloca a criança como prioridade absoluta da administração.

Liderança do Prefeito Cezinha

O prefeito Augusto César (Cezinha), que recebeu o selo das mãos das autoridades do Tribunal, celebrou a conquista como um marco para a história da cidade. Sob seu comando, Peixe superou a marca exigida de 50 pontos nos eixos de avaliação, provando que o investimento em políticas públicas de base é o caminho para transformar a realidade local. A gestão de Cezinha tem se destacado pela capacidade de integrar as secretarias para que o cuidado com o cidadão comece desde o nascimento.

Foco na Primeira Infância

Ao comentar a premiação, o prefeito Cezinha destacou o valor emocional e técnico do programa. "Este selo não pertence apenas à prefeitura, mas a cada família de Peixe. Ver nossa cidade ser reconhecida entre os 137 municípios tocantinenses pelo **TCETO** nos dá a certeza de que estamos no rumo certo. Cuidar da primeira infância é plantar uma semente de dignidade; estamos construindo hoje o cidadão que terá orgulho de viver em nossa terra. Nosso compromisso é continuar avançando, agora focando também na formação profissional dos nossos jovens, como propõe a nova etapa do programa", Comentou o gestor.

"Este selo não pertence apenas à prefeitura, mas a cada família de Peixe. Ver nossa cidade ser reconhecida entre os 137 municípios tocantinenses pelo **TCETO** nos dá a certeza de que estamos no rumo certo. Cuidar da primeira infância é plantar uma semente de dignidade; estamos construindo hoje o cidadão que terá orgulho de viver em nossa terra. Nosso compromisso é continuar avançando, agora focando também na formação profissional dos nossos jovens, como propõe a nova etapa do programa",

Atuação de Joana Rodrigues

O braço executor desse sucesso na assistência social é liderado por Joana Rodrigues. À frente da Secretaria de Assistência Social, Joana foi peça-chave na articulação das ações que garantiram o selo. Sua atuação foi decisiva na implementação de indicadores que monitoram de perto a vulnerabilidade das famílias, garantindo que o CadÚnico esteja sempre atualizado e que os direitos fundamentais - como proteção social e cidadania - cheguem à ponta, beneficiando quem mais precisa.

Augusto César (Cezinha) - (Prefeito de Peixe) e Joana Rodrigues - (Secretária de Assistência Social).

Novo Olhar para 2026

Com o lançamento da edição 2026 do programa "**TCE** de Olho no Futuro", Peixe já se prepara para novos desafios. A nova fase, que amplia o escopo para os ensinos fundamental, médio e profissionalizante, encontra em Peixe uma base sólida. A parceria entre Cezinha e Joana Rodrigues promete manter a cidade na vanguarda, utilizando a escuta ativa da sociedade para refinar as políticas públicas e garantir que o ciclo de desenvolvimento iniciado na infância se complete com a qualificação para o mercado de trabalho.

Site: <https://portaldoamaral.com.br/peixe-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-e-reforca-compromisso-com-a-primeira-infancia/>

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS (TCE-TO)**, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **TOCANTINS (TJTO)**, em **PALMAS**. A prefeita Josi Nunes participou da solenidade e recebeu o reconhecimento em nome do município, que se destacou pelas políticas voltadas à primeira infância.

A iniciativa reconhece municípios que se destacam no cumprimento de metas e na implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, com foco no desenvolvimento integral das crianças e no fortalecimento das ações nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Durante a cerimônia, a prefeita Josi Nunes destacou que o reconhecimento reflete o compromisso da gestão municipal com o cuidado e a proteção das crianças gurupienses. "Receber esse selo é motivo de muita alegria e também de responsabilidade. Ele reconhece o trabalho que estamos realizando em Gurupi para garantir mais cuidado, proteção e oportunidades para nossas crianças. Seguiremos firmes, investindo em políticas públicas que assegurem um futuro melhor para as novas gerações", afirmou.

O Selo Município Amigo do Futuro é uma iniciativa coordenada pelo **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, que avalia indicadores relacionados a ações voltadas à primeira infância. Nesta edição, os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos eixos avaliados foram contemplados com o reconhecimento. Gurupi alcançou 90 pontos nos indicadores avaliados pelo programa.

A cerimônia também contou com a participação de representantes de órgãos parceiros, como o Ministério Público do Estado do **TOCANTINS**, Defensoria Pública do Estado do **TOCANTINS** e UNICEF, além de secretarias estaduais e instituições que atuam de forma integrada na promoção de políticas públicas

voltadas à primeira infância em todo o estado.

Site:

<https://portalbrasilnews.com.br/noticia/183846/gurupi-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia>

Paraíso do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em cerimônia no TJTO

O município de Paraíso do **Tocantins** recebeu, na última quinta-feira, 12 de março, o Selo Município Amigo do Futuro 2026, iniciativa do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**. A solenidade foi realizada às 13h, no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), e marcou o reconhecimento às cidades que se destacaram na execução de políticas públicas voltadas à primeira infância.

Representando o município, participaram do evento o prefeito Celso Moraes, o vice-prefeito licenciado e secretário estadual das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional, Ubiratan Carvalho, além dos secretários municipais Thais Helena Andrade, de Assistência Social, Habitação e da Mulher, professor Deley Oliveira, de Educação, e Arllérico André, de Saúde. A cerimônia também contou com a presença do presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, do prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, e de lideranças e autoridades de cidades premiadas.

Na avaliação do programa, Paraíso do **Tocantins** alcançou 110 pontos, a pontuação máxima prevista. Apenas quatro municípios atingiram esse resultado: Bandeirantes do **Tocantins**, Conceição do **Tocantins**, Dois Irmãos do **Tocantins** e Paraíso do **Tocantins**. A pontuação mínima para obtenção do selo é de 50 pontos.

O prefeito Celso Moraes destacou a importância da conquista para o município. "Receber esse selo do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** representa muito para a nossa cidade. Representa que estamos no caminho certo, zelando pela nossa população, especialmente pela primeira infância. Paraíso se orgulha de estar entre as quatro cidades que alcançaram a nota máxima desse projeto. Fico feliz e agradecido pela nossa equipe, em nome dos secretários da pasta da Educação, da Saúde, e da Assistência Social, de Habitação e da Mulher, que foram as secretarias que mais se envolveram nessa ação", afirmou.

Segundo o **Tribunal de Contas**, a certificação reconhece municípios que executaram com êxito ações voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da criança, além de estimular o fortalecimento de políticas públicas desde o período pré-natal até os

primeiros anos de vida. A avaliação considera práticas nas áreas de saúde, educação e assistência social, conforme o Guia Metodológico de Boas Práticas do programa Aliança pela Primeira Infância.

Educação, Assistência Social e Saúde atuaram em conjunto

O secretário municipal de Saúde, Arllérico André, ressaltou que o processo de avaliação contribuiu para fortalecer o acompanhamento de indicadores sociais no município. "Foi um momento de grande reconhecimento para a gestão municipal. O objetivo principal foi melhorar indicadores como mortalidade infantil, vacinação e acesso à educação na primeira infância. Também realizamos diversas capacitações de gestores para o monitoramento das metas. Agradeço a toda a equipe da Saúde pelo empenho que permitiu alcançar essa pontuação máxima", destacou.

Na área educacional, o secretário professor Deley Oliveira destacou os avanços obtidos a partir do trabalho integrado entre as secretarias. "Fomos desafiados pelo **Tribunal de Contas** a desenvolver um trabalho mais sistematizado envolvendo Educação, Assistência Social e Saúde. Observamos resultados positivos, especialmente na fluência de leitura e no letramento das crianças. Esse resultado é motivo de satisfação, mas também reforça a importância da participação das famílias no acompanhamento da aprendizagem", afirmou.

A secretária de Assistência Social, Habitação e da Mulher, Thais Helena Andrade, também ressaltou o trabalho conjunto das equipes municipais. "Celebramos esse resultado, que é fruto da dedicação das equipes da Assistência Social, da Saúde e da Educação. A avaliação considera o desempenho das cidades em diferentes áreas voltadas ao desenvolvimento infantil. Esse reconhecimento mostra que, quando as equipes trabalham de forma integrada, os resultados aparecem e beneficiam diretamente nossas crianças", disse.

O Selo

O programa Selo Município Amigo do Futuro é dividido em dois eixos de avaliação. O primeiro analisa ações e compromissos assumidos pelo município para

fortalecer políticas públicas nas áreas de saúde, educação e assistência social, enquanto o segundo avalia os resultados obtidos por meio de indicadores sociais, como cobertura vacinal, alfabetização na idade adequada e adesão a políticas de segurança alimentar.

Dessa forma, os dois eixos funcionam de maneira complementar: o primeiro verifica as ações realizadas pelo município, enquanto o segundo analisa os resultados alcançados por essas iniciativas. A soma das pontuações define a classificação final dos municípios participantes.

Créditos

Texto: Vitória Luna/Ascom

Matéria relacionada: <https://paraíso.to.gov.br/paraíso-alcança-pontuacao-maxima-no-resultado-preliminar-do-selo-municipio-amigo-do-futuro-do-tce/>

Site:

<https://jalapaonoticias.com.br/noticia/45436/paraíso-do-tocantins-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-cerimonia-no-tjto>

Política pública de atendimento às crianças de Porto Nacional recebe reconhecimento do TCE

Porto Nacional recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins**, em **Palmas**. Na ocasião, também foi lançada a edição 2026 do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância. O prefeito Ronivon Maciel esteve presente no evento, acompanhado das secretárias municipais de Assistência Social, Keila Viana, de Saúde, Cristiane Nunes, e de Educação, Joana dos Reis. Na ocasião, também foi lançada a edição 2026 do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância.

A iniciativa tem como objetivo fortalecer políticas públicas voltadas ao cuidado e desenvolvimento de crianças de zero a seis anos de idade, promovendo uma aliança em favor das meninas e meninos da primeira infância no **Tocantins**. Ao todo, 137 municípios tocantinenses foram reconhecidos por alcançarem pontuação entre 50 e 110 pontos nos eixos I e II do programa, que avaliam a implementação de políticas e estratégias voltadas à primeira infância.

Durante a cerimônia, o prefeito de Porto Nacional, Ronivon Maciel, destacou que o reconhecimento é resultado do trabalho conjunto das equipes municipais e do compromisso da gestão com as crianças. "Essa entrega é fruto de muito trabalho, de muita dedicação para chegar nesse momento de reconhecimento dos prefeitos e prefeitas e de todas as nossas equipes. É um reconhecimento também do **TCE**, mas, acima de tudo, resultado da soma de esforços para cuidar de quem mais precisa. Está em nossas mãos a responsabilidade de cuidar da primeira infância", afirmou o gestor.

O programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância incentiva os municípios a fortalecerem ações nas áreas de educação, saúde e assistência social, promovendo o desenvolvimento integral das crianças e garantindo melhores oportunidades desde os primeiros anos de vida.

Site:

<https://jalapaonoticias.com.br/noticia/45433/politica-publica-de-atendimento-as-criancas-de-porto-nacional-recebe-reconhecimento-do-tce>

Mantoan participa da entrega do Selo Município Amigo do Futuro

Nesta tarde, 12, o deputado estadual Eduardo Mantoan (PSDB) participou da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro, concedido às prefeitas e prefeitos tocantinenses que alcançaram 50 pontos ou mais nos indicadores do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, iniciativa do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

O evento reuniu gestores municipais e autoridades para reconhecer as administrações que têm investido em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças nos primeiros anos de vida.

Representando a Assembleia Legislativa do **Tocantins**, Mantoan destacou a importância de iniciativas que incentivam os municípios a priorizar a primeira infância. "Quando voltamos nossa atenção para as crianças estamos garantindo benefícios para esta faixa etária, como também de toda a população. Parabenizo o **TCE-TO** por esta mobilização e a todos os prefeitos e prefeitas pelas ações pela melhoria da vida dos cidadãos tocantinenses", disse o parlamentar.

Site:

<https://jalapaonoticias.com.br/noticia/45427/mantoan-participa-da-entrega-do-selo-municipio-amigo-do-futuro>

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância

Por: Redação

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins (TJTO)**, em **Palmas**. A prefeita Josi Nunes participou da solenidade e recebeu o reconhecimento em nome do município, que se destacou pelas políticas voltadas à primeira infância.

A iniciativa reconhece municípios que se destacam no cumprimento de metas e na implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, com foco no desenvolvimento integral das crianças e no fortalecimento das ações nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Durante a cerimônia, a prefeita Josi Nunes destacou que o reconhecimento reflete o compromisso da gestão municipal com o cuidado e a proteção das crianças gurupienses. "Receber esse selo é motivo de muita alegria e também de responsabilidade. Ele reconhece o trabalho que estamos realizando em Gurupi para garantir mais cuidado, proteção e oportunidades para nossas crianças. Seguiremos firmes, investindo em políticas públicas que assegurem um futuro melhor para as novas gerações", afirmou.

O Selo Município Amigo do Futuro é uma iniciativa coordenada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, que avalia indicadores relacionados a ações voltadas à primeira infância. Nesta edição, os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos eixos avaliados foram contemplados com o reconhecimento. Gurupi alcançou 90 pontos nos indicadores avaliados pelo programa.

A cerimônia também contou com a participação de representantes de órgãos parceiros, como o Ministério Público do Estado do **Tocantins**, Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** e UNICEF, além de

secretarias estaduais e instituições que atuam de forma integrada na promoção de políticas públicas voltadas à primeira infância em todo o estado.

Site: <https://olhardinamico.com/noticia/179121/gurupi-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia>

Projeto Verde Defensoria: práticas socioambientais e valorização de catadoras e catadores

Com o objetivo de fortalecer a consciência ambiental no âmbito da Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** (DPE-TO), a Instituição lançou hoje, 13, com a presença de catadoras e catadores de materiais recicláveis de Palmas, o projeto Verde Defensoria. De iniciativa do Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) e realizado em parceria com a Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep), o projeto reforça a política institucional voltada à promoção da educação ambiental e de práticas socioambientais sustentáveis.

A proposta do Projeto é estimular a cultura da separação e destinação adequada de materiais reutilizáveis, além de fortalecer o trabalho realizado por catadoras e catadores de recicláveis. A iniciativa prevê, inicialmente, a mobilização dos profissionais da Defensoria Pública que atuam em Palmas para incentivar o descarte correto de resíduos.

Haverá um ponto de coleta na sede de atendimentos da DPE-TO em Palmas para que membras(os) e servidoras(es) possam fazer a destinação desses materiais. A partir disso a equipe do Projeto fará o encaminhamento desses materiais às associações e cooperativas de reciclagem, contribuindo também para o fortalecimento da economia circular.

Na solenidade, o defensor público-geral do Estado do **Tocantins**, Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves [foto abaixo], destacou o compromisso institucional da DPE-TO com os trabalhadores da reciclagem e com a pauta socioambiental. Segundo ele, a Defensoria Pública deve ser compreendida como um espaço de apoio e acolhimento. "Entendam a Defensoria Pública como a casa de vocês, um lugar de suporte e de defesa. O nosso lema é lutar, acolher e defender, e isso inclui as demandas de quem exerce um papel tão relevante para a sociedade. (...) O trabalho de vocês torna Palmas e o **Tocantins** melhor".

Citando a música "Verde", de Leila Pinheiro, o Defensor Público-Geral fez destaque a importância de uma mudança de mentalidade na sociedade. "Precisamos de novos ventos, de uma transformação de consciência. O que estamos plantando hoje

certamente nascerá verde e ajudará a tornar nosso estado um lugar mais sustentável", afirmou.

A artesã e presidente da Associação de Catadores Recicla e Cria de Palmas, Rozalina de Oliveira [foto abaixo], destacou a importância do reconhecimento e do apoio institucional ao trabalho da categoria. "A gente trabalha de sol a sol. Precisamos de estrutura para trabalhar e também de reconhecimento. Acredito que agora estamos no caminho certo. Só tenho a agradecer ao poder público e a todas as entidades presentes que lutam para que possamos ter aquilo que merecemos: um trabalho digno e valorizado", disse ela. No evento, Rozalina fez uso da fala representando as dezenas de profissionais catadores e catadoras que estavam presentes no auditório da sede de atendimentos da DPE-TO em Palmas, onde o Projeto foi oficialmente lançado.

Para a coordenadora do NDDH, defensora pública Franciana Di Fátima Cardoso Costa [foto abaixo], além da conscientização das pessoas, o Projeto busca dar visibilidade aos catadores e catadoras de materiais recicláveis, trabalhadores que muitas vezes permanecem invisibilizados socialmente. "Infelizmente, muitas vezes estes homens e mulheres são invisíveis aos olhos da sociedade e do poder público. Reconhecer a importância desse trabalho é fundamental para garantir dignidade e respeito. (...) Queremos promover a conscientização interna e contribuir para que esses trabalhadores tenham acesso ao material que é a matéria-prima de seu trabalho", disse.

Diretor-geral da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep), o defensor público Murilo da Costa Machado [foto abaixo] destacou que a iniciativa reúne sensibilidade social e compromisso institucional. "É um projeto que, além de trazer essa sensibilidade e a necessidade de discutirmos o direito de todos a um meio ambiente saudável, também evidencia a dimensão social do trabalho realizado por catadoras e catadores e a contribuição fundamental que oferecem ao meio ambiente."

Prestigiaram a solenidade o 2º subdefensor público-geral Danilo Frassetto Micheli, membras(os) e

servidoras(es) da Instituição.

Representatividade

Também presente na solenidade, a presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do **Tocantins** (Adpeto), entidade parceria do projeto, a defensora pública Karla Letícia de Araújo Nogueira [foto abaixo] destacou a forma aguerrida, sensível e comprometida com que o Núcleo tem conduzido o projeto.

Representando o Governo do Estado, o secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Marcelo Lelis [foto abaixo] , ressaltou que o "Verde Defensoria" é uma iniciativa que reforça a integração entre cidadania e meio ambiente, além de reconhecer o papel fundamental dos catadores na destinação adequada dos resíduos sólidos.

O presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente, Ética e Decoro Parlamentar, vereador Joatan de Jesus, [foto abaixo] representando a Câmara Municipal de Palmas, destacou parabenizou a iniciativa e mencionou projetos legislativos voltados aos interesses de catadoras e catadores na capital.

Representando o Ministério Público do Estado do **Tocantins** (MPTO), coordenadora da Rede de Sustentabilidade, promotora de Justiça Maria Cristina da Costa Vilela [foto abaixo] , ressaltou a evolução do olhar da sociedade sobre os catadores e a importância da coleta seletiva começar dentro das casas dos cidadãos.

A procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, Dalliana Vilar Pereira [foto abaixo] , relembrou a origem do Dia Mundial dos Catadores, celebrado em 1º de março, como um marco de luta da categoria. Ela também defendeu o reconhecimento desses trabalhadores como profissionais com direitos trabalhistas e segurança. O Ministério Público do Trabalho é parceiro do projeto com a entrega de cestas básicas para os catadores em situação de maior vulnerabilidade.

Representando o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (TCETO), o conselheiro Márcio Aluizio Moreira Gomes [foto abaixo] ressaltou que a gestão de resíduos envolve não apenas questões ambientais, mas também dignidade humana e economia circular.

O secretário executivo de Assistência Social de Palmas, Amilson Rodrigues Silva [foto abaixo] , representando a Prefeitura de Palmas, defendeu a necessidade de mudanças de comportamento e de ações educativas voltadas à valorização dos

trabalhadores que atuam com materiais recicláveis.

Também esteve presente a vereadora Thamires Rosa Costa Lima, do Coletivo Somos.

Mesa de debates

Como parte da programação, ainda pela manhã, foram realizadas duas mesas de debate. A primeira, com o tema "O estado da arte da coleta seletiva em Palmas", contou com a presença da doutora em Ciências Ambientais, Ellen Amaral Figueredo; o engenheiro civil Victor Luciano Oliveira Martins da Cunha Nogueira, a engenheira ambiental Loane Ariela Silva Cavalcante e Jucian Gonçalves Rodrigues, catador de recicláveis desde 201 e vice-presidente do Fórum Estadual de Economia Circular. A mediação foi realizada pela promotora de Justiça do Estado do **Tocantins**, membro do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - Desmatamento, Maria Cristina da Costa Vilela.

Com o tema "Política Nacional de Resíduos Sólidos e o papel dos (as) catadores e catadoras de recicláveis", a segunda mesa de debates reuniu Aline Sousa da Silva, catadora de materiais recicláveis da Cooperativa Reciclo e o biólogo Alberto da Rocha Neto, com mediação da procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, Delliana Vilar Pereira.

Oficina

A programação finalizou no período da tarde com uma oficina para servidoras e servidores da Defensoria Pública sobre o tratamento e a destinação correta dos resíduos sólidos.

Edição: Cléo Oliveira e Gisele França / Comunicação DPE-TO

Site: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/com-praticas-socioambientais-e-valorizacao-de-catadores-e-lancado-projeto-verde-defensoria>

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Cidades)

Secom Gurupi / Foto: Divulgação

A Prefeitura de Gurupi recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins (TJTO)**, em **Palmas**. A prefeita Josi Nunes participou da solenidade e recebeu o reconhecimento em nome do município, que se destacou pelas políticas voltadas à primeira infância.

A Prefeitura de Gurupi recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins (TJTO)**, em **Palmas**. A prefeita Josi Nunes participou da solenidade e recebeu o reconhecimento em nome do município, que se destacou pelas políticas voltadas à primeira infância.

A Prefeitura de Gurupi recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins (TJTO)**, em **Palmas**. A prefeita Josi Nunes participou da solenidade e recebeu o reconhecimento em nome do município, que se destacou pelas políticas voltadas à primeira infância.

A iniciativa reconhece municípios que se destacam no cumprimento de metas e na implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, com foco no desenvolvimento integral das crianças e no fortalecimento das ações nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Durante a cerimônia, a prefeita Josi Nunes destacou que o reconhecimento reflete o compromisso da gestão municipal com o cuidado e a proteção das crianças gurupienses. "Receber esse selo é motivo de muita alegria e também de responsabilidade. Ele reconhece o trabalho que estamos realizando em Gurupi para garantir mais cuidado, proteção e oportunidades para nossas crianças. Seguiremos

firmes, investindo em políticas públicas que assegurem um futuro melhor para as novas gerações", afirmou.

"Receber esse selo é motivo de muita alegria e também de responsabilidade. Ele reconhece o trabalho que estamos realizando em Gurupi para garantir mais cuidado, proteção e oportunidades para nossas crianças. Seguiremos firmes, investindo em políticas públicas que assegurem um futuro melhor para as novas gerações",

O Selo Município Amigo do Futuro é uma iniciativa coordenada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, que avalia indicadores relacionados a ações voltadas à primeira infância. Nesta edição, os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos eixos avaliados foram contemplados com o reconhecimento. Gurupi alcançou 90 pontos nos indicadores avaliados pelo programa.

A cerimônia também contou com a participação de representantes de órgãos parceiros, como o Ministério Público do Estado do **Tocantins**, Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** e UNICEF, além de secretarias estaduais e instituições que atuam de forma integrada na promoção de políticas públicas voltadas à primeira infância em todo o estado.

- Publicidade -

- Publicidade -

Site: <https://portaldoamaral.com.br/gurupi-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia/>

Polícia Civil investiga repasses de mais de R\$ 5 milhões recebidos pelo Tocantinópolis

Multimídia:

*[http://midia.smi.srv.br/audio/2026/03/13/RDIOPORTOFMP
ORTONACIONALTO-12.16.18-12.17.24-1773435697.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2026/03/13/RDIOPORTOFMPORTONACIONALTO-12.16.18-12.17.24-1773435697.mp3)*

EM OFF | Laurez Moreira receberá filiação de Danilo Alencar no PSD, partido que vai receber também Gutierres Torquato; Vicentinho Jr engrossa discurso contra gestão Wanderlei (Em Off)

por Cleber Toledo

DANILO E GUTIERRES NO PSD

O vice-governador Laurez Moreira, pré-candidato a governador, já comemora a adesão ao partido que ele preside, o PSD, de mais um deputado estadual de mandato. Vai ingressar no PSD Danilo Alencar (PL). Com isso, a "bancada do Laurez" na Assembleia soma quatro parlamentares - ele já conta com Luciano Oliveira (PSD), Wiston Gomes (PSD) e Gutierres Torquato (que é do PDT, sigla que compõe o grupo do vice-governador, juntamente com o PSB, mas que também vai migrar para o PSD). Laurez contou que conversa com um quinto parlamentar, contudo, não revela o nome.

FORTE CHAPA DE FEDERAL

Ele ainda comemorou para a coluna a formação do que considera uma forte chapa de federal, com o ex-governador Mauro Carlesse, o ex-vereador de **Palmas** Iratã Abreu, o ex-deputado federal César Halum; o engenheiro Paulo Ricardo Silva Machado, que foi presidente da Agência Tocantinense de Saneamento (ATS) na gestão interina de Laurez; e a advogada Larissa Carlos Rosenda, secretária estadual da Mulher do governo de três meses do vice, entre setembro e dezembro. Todos quadros do PSD. O pré-candidato a governador revelou que conversa com um deputado federal de mandato, cujo nome também mantém sob sigilo total.

ENGROSSOU O DISCURSO

O pré-candidato ao Palácio e deputado federal Vicentinho Júnior (PSDB) engrossou o discurso contra a gestão Wanderlei Barbosa (Republicanos). Em entrevista ao programa "Rytha de Kassia Você", de Araguaína, nessa quinta-feira, 12, o parlamentar criticou a política do governo do **Tocantins** voltado à

mulher, que, para ele, não oferece um atendimento efetivo às vítimas de agressões, fora aquele da sociedade civil; lembrou da falta de policiamento em pelo menos 78 dos 139 municípios; e voltou a classificar de eleitoreiros os concursos anunciados por Wanderlei nas últimas semanas.

PRÉ-CANDIDATURA REAFIRMADA

Outro pré-candidato a governador, o presidente da Assembleia, Amélio Cayres (Republicanos), recebeu homenagem nessa quinta-feira, 12, da Câmara de Gurupi, pelo seu trabalho prestado ao município. Trata-se de uma moção de aplausos de iniciativa do vereador Walter Coelho (Republicanos). Amélio ainda se reuniu com cerca de 50 profissionais da imprensa e autoridades locais. Ele falou sobre o cenário político e reafirmou sua pré-candidatura ao Palácio. Segundo o presidente da Aleto, qualquer projeto político precisa nascer da escuta da população e da construção coletiva com as lideranças e com a sociedade.

ASSINOU, SIM

A senadora Dorinha Seabra Rezende (UB), também pré-candidata a governadora, foi as redes sociais rebater matérias que saíram nos últimos dias dizendo que ela não teria assinado a CPMI do Banco Master. Ela publicou até o documento do Congresso que prova que assinou a CPMI ainda no dia 2 de fevereiro. "Contra fatos, não há argumentos. Compartilhem", pediu a senadora a seus seguidores. Na imagem, a parlamentar ainda colocou: "Os opositores não têm o que falar, então, eles inventam". E ainda: "CPMI Já! Queremos a verdade sobre o Banco Master".

PAI DE DIMAS

O homenageado que empresta nome ao novo Centro de Convenções de Araguaína, José Pereira Neto, o Zé Pereira, é o pai do ex-prefeito da cidade Ronaldo

Dimas (PL). Natural de Frutal (MG), Zé Pereira chegou a Araguaína após conhecê-la durante viagens como vendedor de sementes . Encantado com o potencial da região, decidiu i nvestir em Araguaína e abriu uma das primeiras empresas do ramo de sementes voltadas para pastagens na cidade. O Centro de Convenções foi in augurado nessa quinta-feira , 13, na Via Lago, depois de ter sido iniciado no governo Dimas , responsável pela concepção do projeto e pela articulação política para garantir os recursos para a implantação do empreendimento.

INSISTE QUE HÁ IRREGULARIDADES

Mesmo após a divulgação da nota da Secretaria de Educação de **Palmas** (Semed), o vereador Vinícius Pires (Republicanos) insiste na existência de supostas irregularidades na compra de uniformes da rede municipal de ensino. Também em nota, o parlamentar refutou os argumentos da pasta, classificando-os como " falácias que não se sustentam diante das provas e da lei". O vereador contou ter protocolado representação no **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** sobre o caso e garante que a defesa da Semed "apenas reforça a tese de fracionamento ilegal de despesa e sobrepreço, com um prejuízo potencial de quase R\$ 2 milhões".

PRÉ-CANDIDATA À ASSEMBLEIA

Em meio ao tiroteio entre o prefeito de Araguatins, Aquiles da Areia (Progressistas), e o deputado estadual Wiston Gomes (PSD), ganham intensidade no Bico do Papagaio os comentários sobre a pré-candidatura da filha do gestor, Wesla Pereira Lima , à Assembleia. O site Folha do Bico conta que ela aceitou o convite do pré-candidato a deputado federal Iratã Abreu (PSD) para concorrer a vaga do Legislativo estadual.

FRASE DO DIA

Site: <https://clebertoledo.com.br/em-off/em-off-laurez-moreira-recebera-filiacao-de-danilo-alencar-no-psd-partido-que-vai-receber-tambem-gutierrez-torquato-vicentinho-jr-engrossa-discurso-contra-gestao-wanderlei/>

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância

Por: Redação | Tribuna do Povo

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins (TJTO)**, em **Palmas**. A prefeita Josi Nunes participou da solenidade e recebeu o reconhecimento em nome do município, que se destacou pelas políticas voltadas à primeira infância.

A iniciativa reconhece municípios que se destacam no cumprimento de metas e na implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, com foco no desenvolvimento integral das crianças e no fortalecimento das ações nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Durante a cerimônia, a prefeita Josi Nunes destacou que o reconhecimento reflete o compromisso da gestão municipal com o cuidado e a proteção das crianças gurupienses. "Receber esse selo é motivo de muita alegria e também de responsabilidade. Ele reconhece o trabalho que estamos realizando em Gurupi para garantir mais cuidado, proteção e oportunidades para nossas crianças. Seguiremos firmes, investindo em políticas públicas que assegurem um futuro melhor para as novas gerações", afirmou.

O Selo Município Amigo do Futuro é uma iniciativa coordenada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, que avalia indicadores relacionados a ações voltadas à primeira infância. Nesta edição, os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos eixos avaliados foram contemplados com o reconhecimento. Gurupi alcançou 90 pontos nos indicadores avaliados pelo programa.

A cerimônia também contou com a participação de representantes de órgãos parceiros, como o Ministério Público do Estado do **Tocantins**, Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** e UNICEF, além de

secretarias estaduais e instituições que atuam de forma integrada na promoção de políticas públicas voltadas à primeira infância em todo o estado.

Site:

<https://www.tribunadopovo.com.br/noticia/95917/gurupi-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia>

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Assistência Social)

Por: Redação

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins (TJTO)**, em **Palmas**. A prefeita Josi Nunes participou da solenidade e recebeu o reconhecimento em nome do município, que se destacou pelas políticas voltadas à primeira infância.

A iniciativa reconhece municípios que se destacam no cumprimento de metas e na implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, com foco no desenvolvimento integral das crianças e no fortalecimento das ações nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Durante a cerimônia, a prefeita Josi Nunes destacou que o reconhecimento reflete o compromisso da gestão municipal com o cuidado e a proteção das crianças gurupienses. "Receber esse selo é motivo de muita alegria e também de responsabilidade. Ele reconhece o trabalho que estamos realizando em Gurupi para garantir mais cuidado, proteção e oportunidades para nossas crianças. Seguiremos firmes, investindo em políticas públicas que assegurem um futuro melhor para as novas gerações", afirmou.

O Selo Município Amigo do Futuro é uma iniciativa coordenada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, que avalia indicadores relacionados a ações voltadas à primeira infância. Nesta edição, os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos eixos avaliados foram contemplados com o reconhecimento. Gurupi alcançou 90 pontos nos indicadores avaliados pelo programa.

A cerimônia também contou com a participação de

representantes de órgãos parceiros, como o Ministério Público do Estado do **Tocantins**, Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** e UNICEF, além de secretarias estaduais e instituições que atuam de forma integrada na promoção de políticas públicas voltadas à primeira infância em todo o estado.

Site: <https://cntocantins.com.br/noticia/39362/gurupi-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia>

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância

Por: Redação

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins (TJTO)**, em **Palmas**. A prefeita Josi Nunes participou da solenidade e recebeu o reconhecimento em nome do município, que se destacou pelas políticas voltadas à primeira infância.

A iniciativa reconhece municípios que se destacam no cumprimento de metas e na implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, com foco no desenvolvimento integral das crianças e no fortalecimento das ações nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Durante a cerimônia, a prefeita Josi Nunes destacou que o reconhecimento reflete o compromisso da gestão municipal com o cuidado e a proteção das crianças gurupienses. "Receber esse selo é motivo de muita alegria e também de responsabilidade. Ele reconhece o trabalho que estamos realizando em Gurupi para garantir mais cuidado, proteção e oportunidades para nossas crianças. Seguiremos firmes, investindo em políticas públicas que assegurem um futuro melhor para as novas gerações", afirmou.

O Selo Município Amigo do Futuro é uma iniciativa coordenada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, que avalia indicadores relacionados a ações voltadas à primeira infância. Nesta edição, os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos eixos avaliados foram contemplados com o reconhecimento. Gurupi alcançou 90 pontos nos indicadores avaliados pelo programa.

A cerimônia também contou com a participação de representantes de órgãos parceiros, como o Ministério Público do Estado do **Tocantins**, Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** e UNICEF, além de

secretarias estaduais e instituições que atuam de forma integrada na promoção de políticas públicas voltadas à primeira infância em todo o estado.

Site:

<https://agenciaenfoque.com.br/noticia/12505/gurupi-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia>

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Assistência Social)

Por: Redação

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins (TJTO)**, em **Palmas**. A prefeita Josi Nunes participou da solenidade e recebeu o reconhecimento em nome do município, que se destacou pelas políticas voltadas à primeira infância.

A iniciativa reconhece municípios que se destacam no cumprimento de metas e na implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, com foco no desenvolvimento integral das crianças e no fortalecimento das ações nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Durante a cerimônia, a prefeita Josi Nunes destacou que o reconhecimento reflete o compromisso da gestão municipal com o cuidado e a proteção das crianças gurupienses. "Receber esse selo é motivo de muita alegria e também de responsabilidade. Ele reconhece o trabalho que estamos realizando em Gurupi para garantir mais cuidado, proteção e oportunidades para nossas crianças. Seguiremos firmes, investindo em políticas públicas que assegurem um futuro melhor para as novas gerações", afirmou.

O Selo Município Amigo do Futuro é uma iniciativa coordenada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, que avalia indicadores relacionados a ações voltadas à primeira infância. Nesta edição, os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos eixos avaliados foram contemplados com o reconhecimento. Gurupi alcançou 90 pontos nos indicadores avaliados pelo programa.

A cerimônia também contou com a participação de

representantes de órgãos parceiros, como o Ministério Público do Estado do **Tocantins**, Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** e UNICEF, além de secretarias estaduais e instituições que atuam de forma integrada na promoção de políticas públicas voltadas à primeira infância em todo o estado.

Site: <https://buritinoticias.com.br/noticia/50362/gurupi-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia>

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins (TJTO)**, em **Palmas**. A prefeita Josi Nunes participou da solenidade e recebeu o reconhecimento em nome do município, que se destacou pelas políticas voltadas à primeira infância.

A iniciativa reconhece municípios que se destacam no cumprimento de metas e na implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, com foco no desenvolvimento integral das crianças e no fortalecimento das ações nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Durante a cerimônia, a prefeita Josi Nunes destacou que o reconhecimento reflete o compromisso da gestão municipal com o cuidado e a proteção das crianças gurupienses. "Receber esse selo é motivo de muita alegria e também de responsabilidade. Ele reconhece o trabalho que estamos realizando em Gurupi para garantir mais cuidado, proteção e oportunidades para nossas crianças. Seguiremos firmes, investindo em políticas públicas que assegurem um futuro melhor para as novas gerações", afirmou.

O Selo Município Amigo do Futuro é uma iniciativa coordenada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, que avalia indicadores relacionados a ações voltadas à primeira infância. Nesta edição, os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos eixos avaliados foram contemplados com o reconhecimento. Gurupi alcançou 90 pontos nos indicadores avaliados pelo programa.

A cerimônia também contou com a participação de representantes de órgãos parceiros, como o Ministério Público do Estado do **Tocantins**, Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** e UNICEF, além de secretarias estaduais e instituições que atuam de forma integrada na promoção de políticas públicas

voltadas à primeira infância em todo o estado.

Site: <https://jalapaonoticias.com.br/noticia/45402/gurupi-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia>

São Valério conquista Selo Município Amigo do Futuro e se destaca em políticas para a primeira infância (Cidades)

Jonas Amaral | Portal do Amaral / Fotos: Divulgação

Reconhecimento do **Tribunal de Contas** destaca o compromisso do Prefeito Wada e da Primeira-Dama Darlaine Leonel com a Primeira Infância e o desenvolvimento social.

Reconhecimento do **Tribunal de Contas** destaca o compromisso do Prefeito Wada e da Primeira-Dama Darlaine Leonel com a Primeira Infância e o desenvolvimento social.

Reconhecimento do **Tribunal de Contas** destaca o compromisso do Prefeito Wada e da Primeira-Dama Darlaine Leonel com a Primeira Infância e o desenvolvimento social.

Nesta quinta-feira, 12 de março, a capital do estado, **Palmas**, foi palco de um momento histórico para São Valério. Em uma solenidade prestigiada no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), o Prefeito Wada Maestro e a Primeira-Dama e Secretária de Assistência Social, Darlaine Leonel, receberam o prestigioso Selo Município Amigo do Futuro. A certificação, concedida pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCETO)** através do programa "**TCE de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância**" (Edição 2025), ratifica São Valério como uma referência estadual em políticas públicas humanizadas e eficazes para as crianças.

"**TCE de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância**"

Gestão de Resultados Reais

Gestão de Resultados Reais

Gestão de Resultados Reais

A conquista do selo não é meramente simbólica; ela é o resultado técnico de um trabalho incansável liderado por Wada Maestro. Para receber a honraria, o município superou os rigorosos critérios da Comissão Técnica do **TCETO**, alcançando pontuação de destaque nos eixos que avaliam saúde, educação e proteção social. Sob o olhar atento do prefeito, São

Valério implementou indicadores sólidos que garantem o cumprimento do Plano Municipal da Primeira Infância, transformando a teoria em cuidado real para cada família são-valerense.

Liderança do Prefeito Wada

Liderança do Prefeito Wada

Liderança do Prefeito Wada

O Prefeito Wada Maestro reafirmou seu compromisso com o progresso humano de sua gente. Em sua fala, ele destacou que governar é, acima de tudo, cuidar das próximas gerações. "Receber este selo é a confirmação de que estamos no caminho certo. Em São Valério, não trabalhamos apenas com obras de pedra e cal, mas com o investimento no maior patrimônio que temos: nossas crianças. Este reconhecimento do **Tribunal de Contas** nos motiva a acelerar ainda mais. O futuro de São Valério começa agora, cuidando do presente de cada pequeno cidadão." - Wada Maestro, Prefeito.

"Receber este selo é a confirmação de que estamos no caminho certo. Em São Valério, não trabalhamos apenas com obras de pedra e cal, mas com o investimento no maior patrimônio que temos: nossas crianças. Este reconhecimento do **Tribunal de Contas** nos motiva a acelerar ainda mais. O futuro de São Valério começa agora, cuidando do presente de cada pequeno cidadão."

Assistência Social Humanizada

Assistência Social Humanizada

Assistência Social Humanizada

Ao lado do prefeito, a Primeira-Dama e Secretária de Assistência Social, Darlaine, foi peça fundamental para que o município atingisse os índices necessários. Sua atuação frente à pasta tem sido marcada pela intersetorialidade, unindo saúde e educação para romper ciclos de vulnerabilidade. Darlaine Leonel ressaltou que o Selo Amigo do Futuro coroa um planejamento estratégico focado no acolhimento e na

dignidade das famílias.

O Legado da Secretária

O Legado da Secretária

O Legado da Secretária

A secretária pontuou a importância das ações integradas, como o acompanhamento pelo CadÚnico e as oficinas educativas que impactaram diretamente a pontuação do município. Para ela, a premiação é um selo de amor ao trabalho. "Este selo pertence a cada servidor e a cada mãe de São Valério. Como Secretária e Primeira-Dama, meu objetivo sempre foi garantir que nenhuma criança ficasse para trás. Ver São Valério ser reconhecida entre os municípios que mais investem na primeira infância no **Tocantins** nos enche de orgulho e certeza de que estamos construindo uma sociedade mais justa e equilibrada." - Comentou a Primeira-Dama e Secretária de Assistência Social.

"Este selo pertence a cada servidor e a cada mãe de São Valério. Como Secretária e Primeira-Dama, meu objetivo sempre foi garantir que nenhuma criança ficasse para trás. Ver São Valério ser reconhecida entre os municípios que mais investem na primeira infância no **Tocantins** nos enche de orgulho e certeza de que estamos construindo uma sociedade mais justa e equilibrada."

Compromisso com o Amanhã

Compromisso com o Amanhã

Compromisso com o Amanhã

A solenidade, que contou com a presença de diversas autoridades e o lançamento da edição 2026 do programa, reforçou a posição de destaque de São Valério no cenário estadual. Ao final do evento, o gesto simbólico de lançar aviões de papel - representando os sonhos das crianças - encontrou eco na gestão de Wada e Darlaine, que seguem transformando a administração pública em um instrumento de esperança e desenvolvimento contínuo para todo o município.

- Publicidade -

- Publicidade -

Tags: Assistência Social Primeira Infância São Valério Selo Amigo do Futuro **Tocantins** Wada Maestro

Assistência Social

Primeira Infância

São Valério

Selo Amigo do Futuro

Tocantins

Wada Maestro

Site: <https://portaldoamaral.com.br/sao-valerio-conquista-selo-municipio-amigo-do-futuro-e-se-destaca-em-politicas-para-a-primeira-infancia/>

Paraíso recebe Selo Município Amigo do Futuro em cerimônia no TJTO

Foto: Leandro Andrade/Ascom

O município de Paraíso do **Tocantins** recebeu, na última quinta-feira, 12 de março, o Selo Município Amigo do Futuro 2026, iniciativa do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**. A solenidade foi realizada às 13h, no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), e marcou o reconhecimento às cidades que se destacaram na execução de políticas públicas voltadas à primeira infância.

Representando o município, participaram do evento o prefeito Celso Moraes, o vice-prefeito licenciado e secretário estadual das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional, Ubiratan Carvalho, além dos secretários municipais Thais Helena Andrade, de Assistência Social, Habitação e da Mulher, professor Deley Oliveira, de Educação, e Arllérico André, de Saúde. A cerimônia também contou com a presença do presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, do prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, e de lideranças e autoridades de cidades premiadas.

Na avaliação do programa, Paraíso do **Tocantins** alcançou 110 pontos, a pontuação máxima prevista. Apenas quatro municípios atingiram esse resultado: Bandeirantes do **Tocantins**, Conceição do **Tocantins**, Dois Irmãos do **Tocantins** e Paraíso do **Tocantins**. A pontuação mínima para obtenção do selo é de 50 pontos.

O prefeito Celso Moraes destacou a importância da conquista para o município. "Receber esse selo do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** representa muito para a nossa cidade. Representa que estamos no caminho certo, zelando pela nossa população, especialmente pela primeira infância. Paraíso se orgulha de estar entre as quatro cidades que alcançaram a nota máxima desse projeto. Fico feliz e agradecido pela nossa equipe, em nome dos secretários da pasta da Educação, da Saúde, e da Assistência Social, de Habitação e da Mulher, que foram as secretarias que mais se envolveram nessa ação", afirmou.

Segundo o **Tribunal de Contas**, a certificação reconhece municípios que executaram com êxito ações voltadas à promoção, proteção e garantia dos

direitos da criança, além de estimular o fortalecimento de políticas públicas desde o período pré-natal até os primeiros anos de vida. A avaliação considera práticas nas áreas de saúde, educação e assistência social, conforme o Guia Metodológico de Boas Práticas do programa Aliança pela Primeira Infância.

O secretário municipal de Saúde, Arllérico André, ressaltou que o processo de avaliação contribuiu para fortalecer o acompanhamento de indicadores sociais no município. "Foi um momento de grande reconhecimento para a gestão municipal. O objetivo principal foi melhorar indicadores como mortalidade infantil, vacinação e acesso à educação na primeira infância. Também realizamos diversas capacitações de gestores para o monitoramento das metas. Agradeço a toda a equipe da Saúde pelo empenho que permitiu alcançar essa pontuação máxima", destacou.

Na área educacional, o secretário professor Deley Oliveira destacou os avanços obtidos a partir do trabalho integrado entre as secretarias. "Fomos desafiados pelo **Tribunal de Contas** a desenvolver um trabalho mais sistematizado envolvendo Educação, Assistência Social e Saúde. Observamos resultados positivos, especialmente na fluência de leitura e no letramento das crianças. Esse resultado é motivo de satisfação, mas também reforça a importância da participação das famílias no acompanhamento da aprendizagem", afirmou.

A secretária de Assistência Social, Habitação e da Mulher, Thais Helena Andrade, também ressaltou o trabalho conjunto das equipes municipais. "Celebramos esse resultado, que é fruto da dedicação das equipes da Assistência Social, da Saúde e da Educação. A avaliação considera o desempenho das cidades em diferentes áreas voltadas ao desenvolvimento infantil. Esse reconhecimento mostra que, quando as equipes trabalham de forma integrada, os resultados aparecem e beneficiam diretamente nossas crianças", disse.

O programa Selo Município Amigo do Futuro é dividido em dois eixos de avaliação. O primeiro analisa ações e compromissos assumidos pelo município para fortalecer políticas públicas nas áreas de saúde, educação e assistência social, enquanto o segundo avalia os resultados obtidos por meio de indicadores

sociais, como cobertura vacinal, alfabetização na idade adequada e adesão a políticas de segurança alimentar.

Dessa forma, os dois eixos funcionam de maneira complementar: o primeiro verifica as ações realizadas pelo município, enquanto o segundo analisa os resultados alcançados por essas iniciativas. A soma das pontuações define a classificação final dos municípios participantes.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/13/paraíso-recebe-selo-município-amigo-do-futuro-em-cerimônia-no-tjto/>

TCE entrega Selo "Amigo do Futuro" a 137 municípios e lança edição de 2026 do programa

por Redação

O **Tribunal de Contas (TCE)** finalizou a 4ª fase do "**TCE** de Olho no Futuro de 2025 - Aliança pela Primeira Infância", com a entrega do Selo "Amigo do Futuro" a prefeitos de 137 municípios tocaninenses. Durante a solenidade, a edição 2026 do programa foi lançada. Agora, a iniciativa avança para uma atuação mais estratégica e próxima da realidade local.

DIREITOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

O selo entre aos municípios reconhece boas práticas desenvolvidas com base em indicadores sociais, planos municipais e evidências de impacto positivo nas áreas de saúde, educação, proteção social e cidadania. A iniciativa tem como objetivo garantir direitos fundamentais na primeira infância, fomentar a intersetorialidade, capacitar gestores públicos e mobilizar a sociedade e instituições na promoção de boas práticas e no monitoramento social.

AVALIAÇÃO

Nesta última fase, os municípios passaram por avaliação conduzida pela Comissão Técnica do **TCE** e por um Comitê Interinstitucional, que analisou os desempenhos nos Eixos I e II. Aqueles que alcançaram 50 pontos ou mais receberam o selo durante cerimônia realizada na tarde desta quinta-feira, 12, no auditório do Tribunal de Justiça (TJTO), em **Palmas**.

PRIMEIRO AVIÃO DE PAPEL

A solenidade teve início com a entrada do menino Bernardo, protagonista da edição 2025, acompanhado por crianças representantes de comunidades quilombolas e indígenas. Juntos, eles lançaram o primeiro avião de papel, simbolizando o compromisso coletivo de manter o olhar voltado para o futuro.

O PROGRAMA EM 2025

As ações realizadas ao longo de 2025 impactaram mais de 100 mil pessoas, por meio de iniciativas integradas promovidas por 17 instituições parceiras.

Entre as atividades desenvolvidas estão audiências de conciliação, atendimentos de saúde, oficinas educativas, ações da ouvidoria, cadastramento no CadÚnico e oferta de cursos profissionalizantes, entre outras.

CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS

O presidente do **TCE**, conselheiro **Alberto Sevilha**, encerrou a edição de 2025 agradecendo o empenho dos envolvidos e destacando o alcance das ações. "Esta etapa que se encerra está mostrando para todo o Brasil e também para o exterior que o **Tocantins** veio para mudar paradigmas, transformar realidades e apresentar novas formas de relacionamento entre instituições e sociedade, priorizando as crianças e suas famílias", afirmou.

A NOVA FASE

Segundo ele, o sucesso do programa reforça que o caminho adotado está correto. A nova fase amplia o escopo da iniciativa, que passa a atuar também nos ensinos fundamental, médio, superior e profissionalizante, reafirmando o compromisso de curto, médio e longo prazo com o futuro das crianças e de suas famílias.

UNIÃO INSTITUCIONAL

O coordenador do programa, conselheiro **Severiano Costandrade**, que no ato representou a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), destacou a importância da união institucional. "Não podemos falar em primeira infância sem falar em família, sociedade, poder público e agentes públicos que, juntos, precisam assumir o compromisso com o nosso futuro. O **Tocantins** está em nossas mãos. Que sociedade queremos e estamos construindo? O futuro é agora, pois os primeiros anos são decisivos para a formação de homens e mulheres", ressaltou.

GARANTIR DIREITOS NA INFÂNCIA

Em seguida, a presidente do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), desembargadora Maysa

Vendramini Rosal, falou em nome das instituições parceiras. Para ela, garantir direitos na infância significa prevenir conflitos, fortalecer famílias e construir uma sociedade mais equilibrada. "Investir na infância é promover justiça no presente e no amanhã", destacou.

ENTREGA DO SELO

A cerimônia seguiu com a entrega do Selo Município Amigo do Futuro aos prefeitos e prefeitas dos 137 municípios reconhecidos. Também houve homenagem às instituições parceiras, que receberam o selo de menção honrosa. A iniciativa representa, na prática, o esforço conjunto para romper ciclos de vulnerabilidade e construir um **Tocantins** mais humano, com investimentos voltados às crianças e às futuras gerações.

EDIÇÃO 2026

Durante a solenidade também foi lançada a edição 2026 do programa, que terá como foco a escuta ativa da sociedade, o monitoramento das ações e a utilização de novos indicadores sociais. O novo cronograma prevê capacitações regionais e encontros presenciais em 12 municípios prioritários, fortalecendo o controle social e permitindo que as políticas públicas sejam planejadas com base na realidade local. Para marcar o lançamento da nova etapa, novos aviões de papel foram lançados simbolicamente por mãos comprometidas com o futuro - prefeitos, prefeitas e parceiros do projeto - representando os sonhos de milhares de crianças tocantinenses.

REDE DE PARCEIROS :

Site: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/tce-entrega-selo-amigo-do-futuro-a-137-municipios-e-lanca-edicao-de-2026-do-programa/>

Paraíso do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em cerimônia no TJTO

Por Luís Poeta

O município de Paraíso do **Tocantins** recebeu, na última quinta-feira, 12 de março, o Selo Município Amigo do Futuro 2026, iniciativa do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**. A solenidade foi realizada às 13h, no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), e marcou o reconhecimento às cidades que se destacaram na execução de políticas públicas voltadas à primeira infância.

Representando o município, participaram do evento o prefeito Celso Moraes, o vice-prefeito licenciado e secretário estadual das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional, Ubiratan Carvalho, além dos secretários municipais Thais Helena Andrade, de Assistência Social, Habitação e da Mulher, professor Deley Oliveira, de Educação, e Arllérico André, de Saúde. A cerimônia também contou com a presença do presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, do prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, e de lideranças e autoridades de cidades premiadas.

Na avaliação do programa, Paraíso do **Tocantins** alcançou 110 pontos, a pontuação máxima prevista. Apenas quatro municípios atingiram esse resultado: Bandeirantes do **Tocantins**, Conceição do **Tocantins**, Dois Irmãos do **Tocantins** e Paraíso do **Tocantins**. A pontuação mínima para obtenção do selo é de 50 pontos.

O prefeito Celso Moraes destacou a importância da conquista para o município. "Receber esse selo do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** representa muito para a nossa cidade. Representa que estamos no caminho certo, zelando pela nossa população, especialmente pela primeira infância. Paraíso se orgulha de estar entre as quatro cidades que alcançaram a nota máxima desse projeto. Fico feliz e agradecido pela nossa equipe, em nome dos secretários da pasta da Educação, da Saúde, e da Assistência Social, de Habitação e da Mulher, que foram as secretarias que mais se envolveram nessa ação", afirmou.

Segundo o **Tribunal de Contas**, a certificação reconhece municípios que executaram com êxito ações voltadas à promoção, proteção e garantia dos

direitos da criança, além de estimular o fortalecimento de políticas públicas desde o período pré-natal até os primeiros anos de vida. A avaliação considera práticas nas áreas de saúde, educação e assistência social, conforme o Guia Metodológico de Boas Práticas do programa Aliança pela Primeira Infância.

Educação, Assistência Social e Saúde atuaram em conjunto

O secretário municipal de Saúde, Arllérico André, ressaltou que o processo de avaliação contribuiu para fortalecer o acompanhamento de indicadores sociais no município. "Foi um momento de grande reconhecimento para a gestão municipal. O objetivo principal foi melhorar indicadores como mortalidade infantil, vacinação e acesso à educação na primeira infância. Também realizamos diversas capacitações de gestores para o monitoramento das metas. Agradeço a toda a equipe da Saúde pelo empenho que permitiu alcançar essa pontuação máxima", destacou.

Na área educacional, o secretário professor Deley Oliveira destacou os avanços obtidos a partir do trabalho integrado entre as secretarias. "Fomos desafiados pelo **Tribunal de Contas** a desenvolver um trabalho mais sistematizado envolvendo Educação, Assistência Social e Saúde. Observamos resultados positivos, especialmente na fluência de leitura e no letramento das crianças. Esse resultado é motivo de satisfação, mas também reforça a importância da participação das famílias no acompanhamento da aprendizagem", afirmou.

A secretária de Assistência Social, Habitação e da Mulher, Thais Helena Andrade, também ressaltou o trabalho conjunto das equipes municipais. "Celebramos esse resultado, que é fruto da dedicação das equipes da Assistência Social, da Saúde e da Educação. A avaliação considera o desempenho das cidades em diferentes áreas voltadas ao desenvolvimento infantil. Esse reconhecimento mostra que, quando as equipes trabalham de forma integrada, os resultados aparecem e beneficiam diretamente nossas crianças", disse.

O Selo

O programa Selo Município Amigo do Futuro é dividido

em dois eixos de avaliação. O primeiro analisa ações e compromissos assumidos pelo município para fortalecer políticas públicas nas áreas de saúde, educação e assistência social, enquanto o segundo avalia os resultados obtidos por meio de indicadores sociais, como cobertura vacinal, alfabetização na idade adequada e adesão a políticas de segurança alimentar.

Dessa forma, os dois eixos funcionam de maneira complementar: o primeiro verifica as ações realizadas pelo município, enquanto o segundo analisa os resultados alcançados por essas iniciativas. A soma das pontuações define a classificação final dos municípios participantes.

Site: <https://www.correiodobico.com.br/artigo/paraíso-do-tocantins-recebe-selo-município-amigo-do-futuro-em-cerimônia-no-tjto>

Prefeito Enoque Portílio participa da entrega do Selo Município Amigo do Futuro

O prefeito de Nova Rosalândia , Enoque Portílio , participou na tarde desta quinta-feira (12) da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro, reconhecimento concedido a cidades que desenvolvem ações voltadas à proteção e ao desenvolvimento da primeira infância.

O gestor esteve acompanhado do vice-prefeito José Antônio e do secretário municipal e agente de integração Gustavo Sampaio . O evento marcou a conclusão das atividades do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância , iniciativa promovida pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** .

A cerimônia ocorreu no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** , em **Palmas** , reunindo representantes de diversos municípios tocaninenses.

O programa tem como objetivo incentivar municípios a desenvolverem políticas públicas que garantam os direitos das crianças nos primeiros anos de vida. Por isso, o selo reconhece gestões que adotam iniciativas voltadas ao cuidado, proteção e desenvolvimento infantil.

O gestor esteve acompanhado do vice-prefeito José Antônio e do secretário municipal e agente de integração Gustavo Sampaio . O evento marcou a conclusão das atividades do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância , iniciativa promovida pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** .

A cerimônia ocorreu no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** , em **Palmas** , reunindo representantes de diversos municípios tocaninenses.

O programa tem como objetivo incentivar municípios a desenvolverem políticas públicas que garantam os direitos das crianças nos primeiros anos de vida. Por isso, o selo reconhece gestões que adotam iniciativas voltadas ao cuidado, proteção e desenvolvimento infantil.

Durante a cerimônia, representantes das administrações municipais receberam certificados que reconhecem o compromisso com ações voltadas à primeira infância. Além disso, o encontro também destacou a importância do planejamento de políticas

públicas voltadas ao desenvolvimento social.

Para o prefeito Enoque Portílio , o reconhecimento reforça o compromisso da gestão com o futuro da população. Segundo ele, investir em políticas públicas voltadas às crianças é essencial para o desenvolvimento do município.

"Quando investimos na primeira infância, estamos cuidando do futuro da nossa cidade. São essas crianças que, no futuro, poderão assumir responsabilidades na sociedade, seja na gestão pública, no legislativo ou em diferentes profissões", afirmou o prefeito.

Além disso, o gestor também destacou que a administração municipal tem buscado ampliar programas e ações voltadas à proteção da infância. Dessa forma, a gestão pretende garantir que as crianças tenham acesso a direitos fundamentais e oportunidades de desenvolvimento.

Assim, participação no programa e o recebimento do selo demonstram o envolvimento da Prefeitura de Nova Rosalândia em iniciativas que fortalecem as políticas públicas voltadas à infância.

Com esse reconhecimento, a gestão municipal reafirma o compromisso de continuar desenvolvendo ações que garantam proteção, cuidado e melhores oportunidades para as novas gerações.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiuunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/13/prefeito-enoque-portilio-participa-da-entrega-do-selo-municipio-amigo-do-futuro/>

TCETO entrega Selo Município Amigo do Futuro a 137 cidades e lança edição 2026 do programa

Ascom | TCE Tocantins / Foto: Ascom TCETO

Reconhecimento destaca boas práticas voltadas à primeira infância e nova etapa amplia atuação até a formação profissional.

Reconhecimento destaca boas práticas voltadas à primeira infância e nova etapa amplia atuação até a formação profissional.

Reconhecimento destaca boas práticas voltadas à primeira infância e nova etapa amplia atuação até a formação profissional.

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** finalizou a quarta fase do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, edição 2025, com a entrega do Selo Município Amigo do Futuro a prefeitos e prefeitas de 137 municípios tocaninenses. Durante a solenidade, também foi lançada a edição 2026 do programa, que avança para uma atuação mais estratégica e próxima da realidade local.

O selo reconhece boas práticas desenvolvidas pelos municípios com base em indicadores sociais, planos municipais e evidências de impacto positivo nas áreas de saúde, educação, proteção social e cidadania. A iniciativa tem como objetivo garantir direitos fundamentais na primeira infância, fomentar a intersetorialidade, capacitar gestores públicos e mobilizar a sociedade e instituições na promoção de boas práticas e no monitoramento social.

Nesta última fase, os municípios passaram por avaliação conduzida pela Comissão Técnica do **TCETO** e por um Comitê Interinstitucional, que analisou os desempenhos nos Eixos I e II. Aqueles que alcançaram 50 pontos ou mais receberam o selo durante cerimônia realizada na tarde desta quinta-feira, 12, no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), em **Palmas**.

A solenidade teve início com uma contagem regressiva e a entrada do menino Bernardo, protagonista da edição 2025, acompanhado por crianças representantes de comunidades quilombolas e indígenas. Juntos, eles lançaram o primeiro avião de

papel, simbolizando o compromisso coletivo de manter o olhar voltado para o futuro.

O programa em 2025

O programa em 2025

O programa em 2025

As ações realizadas ao longo de 2025 impactaram mais de 100 mil pessoas, por meio de iniciativas integradas promovidas por 17 instituições parceiras. Entre as atividades desenvolvidas estão audiências de conciliação, atendimentos de saúde, oficinas educativas, ações da ouvidoria, cadastramento no CadÚnico e oferta de cursos profissionalizantes, entre outras.

O presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, encerrou a edição de 2025 agradecendo o empenho dos envolvidos e destacando o alcance das ações. "Esta etapa que se encerra está mostrando para todo o Brasil e também para o exterior que o **Tocantins** veio para mudar paradigmas, transformar realidades e apresentar novas formas de relacionamento entre instituições e sociedade, priorizando as crianças e suas famílias", afirmou.

Segundo ele, o sucesso do programa reforça que o caminho adotado está correto. A nova fase amplia o escopo da iniciativa, que passa a atuar também nos ensinos fundamental, médio, superior e profissionalizante, reafirmando o compromisso de curto, médio e longo prazo com o futuro das crianças e de suas famílias.

O coordenador do programa, conselheiro **Severiano Costandrade**, que no ato representou a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), destacou a importância da união institucional. "Não podemos falar em primeira infância sem falar em família, sociedade, poder público e agentes públicos que, juntos, precisam assumir o compromisso com o nosso futuro. O **Tocantins** está em nossas mãos. Que sociedade queremos e estamos construindo? O futuro é agora, pois os primeiros anos são decisivos para a formação de homens e

mulheres", ressaltou.

Em seguida, a presidente do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), desembargadora Maysa Vendramini Rosal, falou em nome das instituições parceiras. Para ela, garantir direitos na infância significa prevenir conflitos, fortalecer famílias e construir uma sociedade mais equilibrada. "Investir na infância é promover justiça no presente e no amanhã", destacou.

Entrega do selo

Entrega do selo

Entrega do selo

A cerimônia seguiu com a entrega do Selo Município Amigo do Futuro aos prefeitos e prefeitas dos 137 municípios reconhecidos. Também houve homenagem às instituições parceiras, que receberam o selo de menção honrosa. A iniciativa representa, na prática, o esforço conjunto para romper ciclos de vulnerabilidade e construir um **Tocantins** mais humano, com investimentos voltados às crianças e às futuras gerações.

Edição 2026

Edição 2026

Edição 2026

Durante a solenidade também foi lançada a edição 2026 do programa, que terá como foco a escuta ativa da sociedade, o monitoramento das ações e a utilização de novos indicadores sociais.

O novo cronograma prevê capacitações regionais e encontros presenciais em 12 municípios prioritários, fortalecendo o controle social e permitindo que as políticas públicas sejam planejadas com base na realidade local.

Para marcar o lançamento da nova etapa, novos aviões de papel foram lançados simbolicamente por mãos comprometidas com o futuro - prefeitos, prefeitas e parceiros do projeto - representando os sonhos de milhares de crianças tocantinenses.

Rede de parceiros

Rede de parceiros

Rede de parceiros

Integram a iniciativa o Governo do **Tocantins**, Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), Ministério Público do

Tocantins (MPTO), Defensoria Pública do Estado (DPE), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), Secretaria da Educação (Seduc), Secretaria da Saúde (SES), Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju), Polícia Militar, Secretaria de Segurança Pública, Controladoria-Geral da União (CGU), Associação Tocantinense de Municípios (ATM), UNICEF, FIETO, Energisa, BRK e Hospital de Amor, entre outras instituições.

- Publicidade -

- Publicidade -

Site: <https://portaldoamaral.com.br/tceto-entrega-selo-municipio-amigo-do-futuro-a-137-cidades-e-lanca-edicao-2026-do-programa/>

Política pública de atendimento às crianças de Porto Nacional recebe reconhecimento do TCE

Por: Helder Peixoto

Porto Nacional recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins**, em **Palmas**. Na ocasião, também foi lançada a edição 2026 do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância. O prefeito Ronivon Maciel esteve presente no evento, acompanhado das secretárias municipais de Assistência Social, Keila Viana, de Saúde, Cristiane Nunes, e de Educação, Joana dos Reis. Na ocasião, também foi lançada a edição 2026 do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância.

A iniciativa tem como objetivo fortalecer políticas públicas voltadas ao cuidado e desenvolvimento de crianças de zero a seis anos de idade, promovendo uma aliança em favor das meninas e meninos da primeira infância no **Tocantins**. Ao todo, 137 municípios tocantinenses foram reconhecidos por alcançarem pontuação entre 50 e 110 pontos nos eixos I e II do programa, que avaliam a implementação de políticas e estratégias voltadas à primeira infância.

Durante a cerimônia, o prefeito de Porto Nacional, Ronivon Maciel, destacou que o reconhecimento é resultado do trabalho conjunto das equipes municipais e do compromisso da gestão com as crianças. "Essa entrega é fruto de muito trabalho, de muita dedicação para chegar nesse momento de reconhecimento dos prefeitos e prefeitas e de todas as nossas equipes. É um reconhecimento também do **TCE**, mas, acima de tudo, resultado da soma de esforços para cuidar de quem mais precisa. Está em nossas mãos a responsabilidade de cuidar da primeira infância", afirmou o gestor.

O programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância incentiva os municípios a fortalecerem ações nas áreas de educação, saúde e assistência social, promovendo o desenvolvimento integral das crianças e garantindo melhores oportunidades desde os primeiros anos de vida.

Site: <https://www.blogdohp.com/noticia/227308/politica-publica-de-atendimento-as-criancas-de-porto-nacional->

recebe-reconhecimento-do-tce

Investigação sobre repasse de R\$ 5 milhões a time de futebol no TO começou após movimentações suspeitas (Polícia)

Por: Notícias 105 Tocantins

A investigação sobre um suposto esquema que teria desviado mais de R\$ 5,1 milhões em recursos públicos da Prefeitura de Tocantinópolis teve início após um relatório apontar movimentações consideradas atípicas nas contas bancárias dos investigados. Os valores foram repassados pelo município para o Tocantinópolis Esporte Clube entre 2009 e 2024, segundo a Polícia Civil.

Nesta quinta-feira (12), a PC cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços do prefeito Fabion Gomes (PL) e do presidente do Tocantinópolis, o sargento da PM Leandro Pereira de Sousa. A polícia também esteve na sede do clube, em secretarias do município e no gabinete do prefeito.

O prefeito Fabion Gomes (PL) informou, em vídeo divulgado nas redes sociais, que os pagamentos ao time foram cancelados durante sua gestão por ordem judicial, mas os repasses de gestões anteriores foram feitos com base em uma lei municipal.

O presidente do Tocantinópolis, Leandro Pereira, informou que o clube não tem convênio e não recebe repasses da prefeitura desde que assumiu a presidência em janeiro de 2025 (veja posicionamento abaixo).

O g1 também pediu posicionamento do Tocantinópolis Esporte Clube, mas não houve retorno até a publicação desta reportagem.

O esquema é investigado pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Segundo a polícia, o município fez repasses ao clube entre 2009 e 2024, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

Conforme a decisão que autorizou a operação, um relatório de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificou

saques elevados, circularidade de valores entre as contas e recebimentos incompatíveis com a renda declarada.

Após entrar na conta da entidade esportiva, o dinheiro era supostamente redistribuído entre dirigentes e terceiros. O documento afirma que havia sinais claros de ocultação e dissimulação da origem ilícita, caracterizando indícios de lavagem de capitais.

Entenda o esquema

As apurações da Polícia Civil, fundamentadas em relatórios do Coaf, apontaram que o desvio de verbas era estruturado em três eixos principais:

Histórico de irregularidades

Segundo a polícia, o fluxo de repasses investigado ocorre de forma contínua desde 2009, estendendo-se até 2024. As irregularidades eram de conhecimento das autoridades desde 2007, quando o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas daquele ano devido à ausência de autorização legal para as transferências.

Durante o cumprimento de oito mandados, policiais apreenderam documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis.

O nome da Operação 2º Tempo faz alusão à continuidade do combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como instrumento para práticas criminosas.

Posicionamento do presidente do Tocantinópolis

É, com relação a essa situação aí e do que que está sendo investigado, é um possível repasse que o Tocantinópolis receba da Prefeitura de Tocantinópolis através de uma lei municipal, lei essa que vem desde a fundação do clube, em que a prefeitura municipal, autorizada pela Câmara Municipal, fazia um repasse mensal de 30 salários mínimos para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Com relação a esses repasses, essa lei em dezembro, mais especificamente dezembro de 2024, antes de eu

ser presidente, ter a eleição para presidente, tinha uma liminar aonde suspende esse repasse. E dali então não foi mais feito repasse.

Depois que eu assumi a presidência e o prefeito Fabion Gomes, que assumiu também em janeiro de 2025, a prefeitura não teve repasse. O Tocantinópolis Esporte Clube, nesse um ano e três meses que estão fazendo agora de mandato, não teve nenhum repasse público de nada. Hoje o Tocantinópolis não tem convênio nenhum com a prefeitura municipal de Tocantinópolis.

Site:

<https://noticias105tocantins.com.br/noticia/5875/investigacao-sobre-repasse-de-r-5-milhoes-a-time-de-futebol-no-to-comecou-apos-movimentacoes-suspeitas>

Professor Deley comemora reconhecimento a Paraíso em programa do Tribunal de Contas

Município recebeu pontuação máxima em iniciativa voltada à primeira infância

Nesta quinta-feira (12), o professor Deley comemorou o reconhecimento recebido pelo município de Paraíso do **Tocantins** em programa voltado ao fortalecimento das políticas públicas para a primeira infância.

A premiação foi concedida durante evento promovido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, que avaliou ações desenvolvidas nas áreas de educação, assistência social e saúde.

Segundo o professor, o trabalho realizado ao longo de 2025 trouxe resultados positivos, principalmente na área educacional.

"Fomos desafiados pelo **Tribunal de Contas** a desenvolver um trabalho mais sistematizado envolvendo educação, assistência social e saúde. Além disso, percebemos avanços importantes, especialmente na fluência leitora, no letramento das crianças e nos resultados educacionais", destacou.

Durante a solenidade, o município recebeu pontuação máxima na avaliação do programa.

O prefeito Celso Moraes recebeu a premiação representando a gestão municipal. Além disso, participaram do evento o vice-prefeito e secretários municipais.

Para o professor Deley, o reconhecimento demonstra o esforço conjunto das equipes envolvidas nas políticas públicas.

"Hoje estivemos lá e Paraíso recebeu a pontuação máxima. Nosso prefeito recebeu a premiação e toda a equipe participou desse momento. Por isso, ficamos muito felizes com o resultado", afirmou.

Apesar da conquista, o professor reforçou a importância da participação das famílias no processo de aprendizagem das crianças.

Segundo ele, o acompanhamento em casa pode fazer grande diferença no desenvolvimento educacional.

"Cada um precisa fazer a sua parte. Portanto, é importante que as famílias acompanhem a leitura das crianças, observem os cadernos e participem da rotina escolar", ressaltou.

Ainda de acordo com o professor, o envolvimento da comunidade ajuda a consolidar os avanços conquistados.

Por fim, Deley destacou que o município pretende continuar avançando nas políticas educacionais.

Segundo ele, a meta é ampliar os resultados alcançados e fortalecer ainda mais o desenvolvimento das crianças.

"Vamos continuar trabalhando para melhorar a educação e garantir novas conquistas para nossas crianças", concluiu.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/13/professor-deley-comemora-reconhecimento-a-paraíso-em-programa-do-tribunal-de-contas/>

CAOS EM NOVO ALEGRE: Vereador Josemar denuncia abandono da gestão municipal e falta de água potável há mais 13 dias

Impacto Tocantins

O vereador Josemar (União Brasil) subiu o tom das críticas contra a atual administração de Novo Alegre nesta semana. Em um desabafo contundente voltado à população, o parlamentar denunciou o que chama de "maquiagem política", onde a prefeita prioriza viagens e agendas em **Palmas** enquanto a cidade sofre com serviços básicos em colapso.

A Crise da "Água Salgada"

O ponto central da denúncia é o sistema de abastecimento. Segundo Josemar, uma obra que custou R\$ 10 milhões aos cofres públicos está entregando uma água imprópria para o consumo.

"A água está salobra, cheia de "salito". Não serve para beber, não serve para cozinhar e estraga até a roupa de quem tenta lavar. É uma vergonha gastar 10 milhões para deixar o povo bebendo água de poço artesiano sem tratamento", disparou o vereador.

A população com mais de 13 dias sem acesso à água potável, sendo obrigada a comprar galões de água mineral com dinheiro do próprio bolso para garantir a sobrevivência básica.

"Amigos do Futuro, Inimigos do Presente"

O vereador ironizou as recentes publicações da prefeita nas redes sociais, que focam em projetos futuros e alianças políticas na capital.

"A prefeita fica em **Palmas** buscando ser "amigo do futuro", mas esquece de ser amiga do povo de Novo Alegre no presente. O futuro a Deus pertence, o que nós temos certeza é do sofrimento de hoje. A população não quer promessa, quer água na torneira e saúde de qualidade", afirmou Josemar.

Saúde em colapso e farra das diárias

Além da crise hídrica, Josemar apontou o estado

crítico da Unidade Básica de Saúde (UBS) e do laboratório municipal, que estariam operando de forma precária ou com serviços suspensos. O vereador também levantou suspeitas sobre o uso excessivo de dinheiro público para custear viagens:

"Enquanto a UBS está um lixo e o laboratório fechado, vemos uma farra de diárias para a prefeita e seu marido passearem em **Palmas**. Estão engordando as contas bancárias com dinheiro do município enquanto o povo padece com a dengue e o abandono".

Fiscalização

O vereador prometeu levar as denúncias sobre a má execução da obra de R\$ 10 milhões e a falta de manutenção do saneamento aos órgãos de controle, como o **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e o Ministério Público, exigindo que a prefeitura pare de "fazer cena" na internet e comece a trabalhar pela cidade.

A reportagem tentou contato com a Prefeitura de Novo Alegre para manifestação sobre o caso. O espaço permanece aberto para posicionamento.

por; Juca . Silva

Site: <https://impactotocantins.com.br/caos-em-novo-alegre-vereador-josemar-denuncia-abandono-da-gestao-municipal-e-falta-de-agua-potavel-ha-mais-13-dias/>

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Prefeitura de Gurupi)

Redação

A Prefeitura de Gurupi recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins (TJTO)**, em **Palmas**. A prefeita Josi Nunes participou da solenidade e recebeu o reconhecimento em nome do município, que se destacou pelas políticas voltadas à primeira infância.

A iniciativa reconhece municípios que se destacam no cumprimento de metas e na implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, com foco no desenvolvimento integral das crianças e no fortalecimento das ações nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Durante a cerimônia, a prefeita Josi Nunes destacou que o reconhecimento reflete o compromisso da gestão municipal com o cuidado e a proteção das crianças gurupienses. "Receber esse selo é motivo de muita alegria e também de responsabilidade. Ele reconhece o trabalho que estamos realizando em Gurupi para garantir mais cuidado, proteção e oportunidades para nossas crianças. Seguiremos firmes, investindo em políticas públicas que assegurem um futuro melhor para as novas gerações", afirmou.

O Selo Município Amigo do Futuro é uma iniciativa coordenada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, que avalia indicadores relacionados a ações voltadas à primeira infância. Nesta edição, os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos eixos avaliados foram contemplados com o reconhecimento. Gurupi alcançou 90 pontos nos indicadores avaliados pelo programa.

A cerimônia também contou com a participação de representantes de órgãos parceiros, como o Ministério Público do Estado do **Tocantins**, Defensoria Pública

do Estado do **Tocantins** e UNICEF, além de secretarias estaduais e instituições que atuam de forma integrada na promoção de políticas públicas voltadas à primeira infância em todo o estado.

Site:

<https://gazetadegurupi.com.br/cidades/gurupi/gurupi-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia/>

Paraíso do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em cerimônia no TJTO

O município de Paraíso do **Tocantins** recebeu, na última quinta-feira, 12 de março, o Selo Município Amigo do Futuro 2026, iniciativa do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**. A solenidade foi realizada às 13h, no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), e marcou o reconhecimento às cidades que se destacaram na execução de políticas públicas voltadas à primeira infância.

Representando o município, participaram do evento o prefeito Celso Moraes, o vice-prefeito licenciado e secretário estadual das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional, Ubiratan Carvalho, além dos secretários municipais Thais Helena Andrade, de Assistência Social, Habitação e da Mulher, professor Deley Oliveira, de Educação, e Arllérico André, de Saúde. A cerimônia também contou com a presença do presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, do prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, e de lideranças e autoridades de cidades premiadas.

Na avaliação do programa, Paraíso do **Tocantins** alcançou 110 pontos, a pontuação máxima prevista. Apenas quatro municípios atingiram esse resultado: Bandeirantes do **Tocantins**, Conceição do **Tocantins**, Dois Irmãos do **Tocantins** e Paraíso do **Tocantins**. A pontuação mínima para obtenção do selo é de 50 pontos.

O prefeito Celso Moraes destacou a importância da conquista para o município. "Receber esse selo do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** representa muito para a nossa cidade. Representa que estamos no caminho certo, zelando pela nossa população, especialmente pela primeira infância. Paraíso se orgulha de estar entre as quatro cidades que alcançaram a nota máxima desse projeto. Fico feliz e agradecido pela nossa equipe, em nome dos secretários da pasta da Educação, da Saúde, e da Assistência Social, de Habitação e da Mulher, que foram as secretarias que mais se envolveram nessa ação", afirmou.

Segundo o **Tribunal de Contas**, a certificação reconhece municípios que executaram com êxito ações voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da criança, além de estimular o fortalecimento de políticas públicas desde o período pré-natal até os

primeiros anos de vida. A avaliação considera práticas nas áreas de saúde, educação e assistência social, conforme o Guia Metodológico de Boas Práticas do programa Aliança pela Primeira Infância.

Educação, Assistência Social e Saúde atuaram em conjunto

O secretário municipal de Saúde, Arllérico André, ressaltou que o processo de avaliação contribuiu para fortalecer o acompanhamento de indicadores sociais no município. "Foi um momento de grande reconhecimento para a gestão municipal. O objetivo principal foi melhorar indicadores como mortalidade infantil, vacinação e acesso à educação na primeira infância. Também realizamos diversas capacitações de gestores para o monitoramento das metas. Agradeço a toda a equipe da Saúde pelo empenho que permitiu alcançar essa pontuação máxima", destacou.

Na área educacional, o secretário professor Deley Oliveira destacou os avanços obtidos a partir do trabalho integrado entre as secretarias. "Fomos desafiados pelo **Tribunal de Contas** a desenvolver um trabalho mais sistematizado envolvendo Educação, Assistência Social e Saúde. Observamos resultados positivos, especialmente na fluência de leitura e no letramento das crianças. Esse resultado é motivo de satisfação, mas também reforça a importância da participação das famílias no acompanhamento da aprendizagem", afirmou.

A secretária de Assistência Social, Habitação e da Mulher, Thais Helena Andrade, também ressaltou o trabalho conjunto das equipes municipais. "Celebramos esse resultado, que é fruto da dedicação das equipes da Assistência Social, da Saúde e da Educação. A avaliação considera o desempenho das cidades em diferentes áreas voltadas ao desenvolvimento infantil. Esse reconhecimento mostra que, quando as equipes trabalham de forma integrada, os resultados aparecem e beneficiam diretamente nossas crianças", disse.

O Selo

O programa Selo Município Amigo do Futuro é dividido em dois eixos de avaliação. O primeiro analisa ações e compromissos assumidos pelo município para

fortalecer políticas públicas nas áreas de saúde, educação e assistência social, enquanto o segundo avalia os resultados obtidos por meio de indicadores sociais, como cobertura vacinal, alfabetização na idade adequada e adesão a políticas de segurança alimentar.

Dessa forma, os dois eixos funcionam de maneira complementar: o primeiro verifica as ações realizadas pelo município, enquanto o segundo analisa os resultados alcançados por essas iniciativas. A soma das pontuações define a classificação final dos municípios participantes.

Ascom/Prefeitura

Site: <https://www.portalbenicio.com.br/paraíso-do-tocantins-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-cerimonia-no-tjto/>

Ao receber Selo Município Amigo do Futuro, prefeito Felipe Miranda destaca compromisso com a infância em Brasilândia (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

Brasilândia foi recebeu o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, em reconhecimento às boas práticas de gestão voltadas às políticas públicas para a primeira infância.

A certificação faz parte do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, que avalia indicadores e iniciativas desenvolvidas pelos municípios nas áreas de saúde, educação e proteção social, além da integração entre as políticas públicas voltadas ao atendimento das famílias e das crianças.

O prefeito Felipe Miranda destacou que o reconhecimento demonstra o compromisso da gestão municipal com o cuidado e o desenvolvimento das crianças.

"Receber esse selo é motivo de orgulho para nossa gestão e para toda a população de Brasilândia. Esse reconhecimento mostra que estamos trabalhando com responsabilidade e dedicação para garantir mais qualidade de vida às nossas crianças, investindo em saúde, educação e assistência social", afirmou o prefeito.

Site: <https://rr10noticias.com.br/ao-receber-selo-municipio-amigo-do-futuro-prefeito-felipe-miranda-destaca-compromisso-com-a-infancia-em-brasilandia/>

Após receber Selo Município Amigo do Futuro, prefeita Aparecida afirma que continuará investindo em políticas para a infância em Itacajá (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

O município de Itacajá foi reconhecido com o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, em solenidade realizada nesta quinta-feira, 12.

A certificação integra o programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, que avalia o desempenho das gestões municipais em indicadores relacionados à saúde, educação, assistência social e proteção às crianças.

A prefeita Aparecida destacou a importância do reconhecimento e reafirmou o compromisso da gestão municipal em continuar investindo em políticas públicas voltadas às crianças e às famílias.

"Esse selo representa o resultado de um trabalho feito com responsabilidade e carinho com a nossa população. Investir na primeira infância é garantir um futuro melhor para nossas crianças e para toda a nossa cidade", ressaltou a prefeita.

Site: <https://rr10noticias.com.br/apos-receber-selo-municipio-amigo-do-futuro-prefeita-aparecida-afirma-que-continuara-investindo-em-politicas-para-a-infancia-em-itacaja/>

SÃO BENTO: Município é reconhecido com Selo Município Amigo do Futuro

Folha do Bico

O município de São Bento, no Bico do Papagaio, recebeu nesta quinta-feira (12) o Selo Município Amigo do Futuro, reconhecimento concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** a cidades que desenvolvem iniciativas voltadas à promoção do bem-estar e do desenvolvimento na primeira infância. A entrega ocorreu em Palmas durante cerimônia que reuniu representantes de diversos municípios tocaninenses.

A certificação destaca políticas públicas direcionadas a crianças nos primeiros anos de vida, período considerado fundamental para o desenvolvimento humano. Entre os critérios avaliados estão ações voltadas à educação, proteção social e saúde, além de iniciativas que ampliem o acesso a serviços essenciais para famílias e comunidades.

A comitiva de São Bento do **Tocantins** participou do evento representando a gestão municipal e acompanhou a solenidade de entrega do selo. O reconhecimento reforça o papel das administrações locais na criação de estratégias que priorizem a infância como base para o desenvolvimento social.

Para o município, a premiação representa a validação de iniciativas voltadas à melhoria da qualidade de vida das crianças e ao fortalecimento das políticas públicas direcionadas às famílias. O selo integra uma agenda de estímulo à adoção de práticas que ampliem oportunidades para as novas gerações e contribuam para o desenvolvimento sustentável das cidades tocaninenses.

Site: <https://folhadobico.com.br/sao-bento-municipio-e-reconhecido-com-selo-municipio-amigo-do-futuro/>

Paraíso do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em cerimônia no TJTO

O município de Paraíso do **Tocantins** recebeu, na última quinta-feira, 12 de março, o Selo Município Amigo do Futuro 2026, iniciativa do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**. A solenidade foi realizada às 13h, no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), e marcou o reconhecimento às cidades que se destacaram na execução de políticas públicas voltadas à primeira infância.

Representando o município, participaram do evento o prefeito Celso Moraes, o vice-prefeito licenciado e secretário estadual das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Regional, Ubiratan Carvalho, além dos secretários municipais Thais Helena Andrade, de Assistência Social, Habitação e da Mulher, professor Deley Oliveira, de Educação, e Arllérico André, de Saúde. A cerimônia também contou com a presença do presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, do prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, e de lideranças e autoridades de cidades premiadas.

Na avaliação do programa, Paraíso do **Tocantins** alcançou 110 pontos, a pontuação máxima prevista. Apenas quatro municípios atingiram esse resultado: Bandeirantes do **Tocantins**, Conceição do **Tocantins**, Dois Irmãos do **Tocantins** e Paraíso do **Tocantins**. A pontuação mínima para obtenção do selo é de 50 pontos.

O prefeito Celso Moraes destacou a importância da conquista para o município. "Receber esse selo do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** representa muito para a nossa cidade. Representa que estamos no caminho certo, zelando pela nossa população, especialmente pela primeira infância. Paraíso se orgulha de estar entre as quatro cidades que alcançaram a nota máxima desse projeto. Fico feliz e agradecido pela nossa equipe, em nome dos secretários da pasta da Educação, da Saúde, e da Assistência Social, de Habitação e da Mulher, que foram as secretarias que mais se envolveram nessa ação", afirmou.

Segundo o **Tribunal de Contas**, a certificação reconhece municípios que executaram com êxito ações voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da criança, além de estimular o fortalecimento de políticas públicas desde o período pré-natal até os

primeiros anos de vida. A avaliação considera práticas nas áreas de saúde, educação e assistência social, conforme o Guia Metodológico de Boas Práticas do programa Aliança pela Primeira Infância.

Educação, Assistência Social e Saúde atuaram em conjunto

O secretário municipal de Saúde, Arllérico André, ressaltou que o processo de avaliação contribuiu para fortalecer o acompanhamento de indicadores sociais no município. "Foi um momento de grande reconhecimento para a gestão municipal. O objetivo principal foi melhorar indicadores como mortalidade infantil, vacinação e acesso à educação na primeira infância. Também realizamos diversas capacitações de gestores para o monitoramento das metas. Agradeço a toda a equipe da Saúde pelo empenho que permitiu alcançar essa pontuação máxima", destacou.

Na área educacional, o secretário professor Deley Oliveira destacou os avanços obtidos a partir do trabalho integrado entre as secretarias. "Fomos desafiados pelo **Tribunal de Contas** a desenvolver um trabalho mais sistematizado envolvendo Educação, Assistência Social e Saúde. Observamos resultados positivos, especialmente na fluência de leitura e no letramento das crianças. Esse resultado é motivo de satisfação, mas também reforça a importância da participação das famílias no acompanhamento da aprendizagem", afirmou.

A secretária de Assistência Social, Habitação e da Mulher, Thais Helena Andrade, também ressaltou o trabalho conjunto das equipes municipais. "Celebramos esse resultado, que é fruto da dedicação das equipes da Assistência Social, da Saúde e da Educação. A avaliação considera o desempenho das cidades em diferentes áreas voltadas ao desenvolvimento infantil. Esse reconhecimento mostra que, quando as equipes trabalham de forma integrada, os resultados aparecem e beneficiam diretamente nossas crianças", disse.

O Selo

O programa Selo Município Amigo do Futuro é dividido em dois eixos de avaliação. O primeiro analisa ações e compromissos assumidos pelo município para

fortalecer políticas públicas nas áreas de saúde, educação e assistência social, enquanto o segundo avalia os resultados obtidos por meio de indicadores sociais, como cobertura vacinal, alfabetização na idade adequada e adesão a políticas de segurança alimentar.

Dessa forma, os dois eixos funcionam de maneira complementar: o primeiro verifica as ações realizadas pelo município, enquanto o segundo analisa os resultados alcançados por essas iniciativas. A soma das pontuações define a classificação final dos municípios participantes.

Site:

<https://radartocantinense.com.br/2026/03/13/paraíso-do-tocantins-recebe-selo-município-amigo-do-futuro-em-cerimônia-no-tjto/>

Ao receber Selo Município Amigo do Futuro, prefeito Maquinho destaca investimentos na primeira infância em Araguacema (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

O município de Araguacema recebeu o Selo Município Amigo do Futuro, reconhecimento concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** aos municípios que desenvolvem políticas públicas voltadas à primeira infância.

O prefeito Marquinho destacou a importância do reconhecimento e da parceria com o **Tribunal de Contas** na defesa e fortalecimento das políticas voltadas às crianças.

"Esse é um momento muito importante para Araguacema. Receber esse Selo mostra que nosso município está investindo na primeira infância e trabalhando para garantir um futuro melhor para as próximas gerações. Nossas ações são pensadas para que nossas crianças tenham hoje mais qualidade de vida, e essa parceria com o **Tribunal de Contas** fortalece ainda mais esse compromisso", afirmou o prefeito.

Site: <https://rr10noticias.com.br/ao-receber-selo-municipio-amigo-do-futuro-prefeito-maquinho-destaca-investimentos-na-primeira-infancia-em-araguacema/>

Prefeito Denison ressalta trabalho voltado às crianças que garantiu o Selo Município Amigo do Futuro a Lavandeira (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

O município de Lavandeira recebeu o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, em reconhecimento às ações e políticas públicas voltadas à primeira infância.

A certificação destaca os municípios que alcançaram bons resultados nos indicadores do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, que avalia iniciativas nas áreas de saúde, educação e assistência social voltadas às crianças e suas famílias.

O prefeito Denison destacou que o reconhecimento representa o resultado de um trabalho comprometido com o futuro da cidade.

"Receber esse selo é motivo de orgulho para Lavandeira. É o reconhecimento de um trabalho sério voltado para nossas crianças, que são o futuro do nosso município. Vamos continuar investindo em políticas públicas que garantam mais cuidado, proteção e oportunidades para elas", afirmou.

Site: <https://rr10noticias.com.br/prefeito-denison-ressalta-trabalho-voltado-as-criancas-que-garantiu-o-selo-municipio-amigo-do-futuro-a-lavandeira/>

São Félix do Tocantins é reconhecido por investir em políticas para a infância e recebe Selo Município Amigo do Futuro (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

São Félix do **Tocantins** foi contemplado com o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, em reconhecimento às boas práticas de gestão voltadas às políticas públicas para a primeira infância.

Na solenidade de entrega, o secretário municipal de Governo, Luan Xavier, representou o prefeito Gercimar Xavier, recebendo o reconhecimento em nome da gestão municipal. Também participaram da solenidade as Secretárias de Educação, Delice Barbosa e a de Assistência Social, Ana Gercina.

"Esse reconhecimento demonstra que São Félix do **Tocantins** está no caminho certo, investindo em políticas públicas que garantem mais cuidado, saúde e educação para nossas crianças. Seguiremos trabalhando para fortalecer cada vez mais as ações voltadas à primeira infância", destacou o Secretário.

Site: <https://rr10noticias.com.br/sao-felix-do-tocantins-e-reconhecido-por-investir-em-politicas-para-a-infancia-e-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro/>

Prefeito Divino Moraes recebe Selo Município Amigo do Futuro concedido pelo TCE (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

Nesta quinta-feira, 12, o prefeito de Sucupira, Divino Moraes, recebeu o Selo Município Amigo do Futuro, concedido às prefeitas e prefeitos tocantinenses que alcançaram 50 pontos ou mais nos indicadores do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, iniciativa do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

O evento reuniu gestores municipais e autoridades de diversas regiões do estado para reconhecer as administrações que têm investido em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças nos primeiros anos de vida, etapa considerada fundamental para a formação e o futuro da sociedade.

O reconhecimento reforça o compromisso da gestão municipal de Sucupira com ações voltadas à primeira infância, priorizando políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social e proteção à criança.

O prefeito Divino Moraes comemorou a conquista e destacou que o selo representa o esforço coletivo da gestão em garantir mais oportunidades para as crianças do município.

"Receber esse selo é motivo de muita alegria e também de responsabilidade. É o reconhecimento de um trabalho que estamos realizando com dedicação para cuidar das nossas crianças desde os primeiros anos de vida. Investir na primeira infância é investir no futuro da nossa cidade", afirmou o prefeito.

Site: <https://rr10noticias.com.br/prefeito-divino-morais-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-concedido-pelo-tce/>

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

A Prefeitura de Gurupi recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins** (TJTO), em **Palmas**. A prefeita Josi Nunes participou da solenidade e recebeu o reconhecimento em nome do município, que se destacou pelas políticas voltadas à primeira infância.

A iniciativa reconhece municípios que se destacam no cumprimento de metas e na implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, com foco no desenvolvimento integral das crianças e no fortalecimento das ações nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Durante a cerimônia, a prefeita Josi Nunes destacou que o reconhecimento reflete o compromisso da gestão municipal com o cuidado e a proteção das crianças gurupienses. "Receber esse selo é motivo de muita alegria e também de responsabilidade. Ele reconhece o trabalho que estamos realizando em Gurupi para garantir mais cuidado, proteção e oportunidades para nossas crianças. Seguiremos firmes, investindo em políticas públicas que assegurem um futuro melhor para as novas gerações", afirmou.

O Selo Município Amigo do Futuro é uma iniciativa coordenada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, que avalia indicadores relacionados a ações voltadas à primeira infância. Nesta edição, os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos eixos avaliados foram contemplados com o reconhecimento. Gurupi alcançou 90 pontos nos indicadores avaliados pelo programa.

A cerimônia também contou com a participação de representantes de órgãos parceiros, como o Ministério Público do Estado do **Tocantins**, Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** e UNICEF, além de secretarias estaduais e instituições que atuam de forma integrada na promoção de políticas públicas

voltadas à primeira infância em todo o estado.

Site: <https://rr10noticias.com.br/gurupi-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia/>

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Assistência Social)

Fernando Vieira

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins (TJTO)**, em **Palmas**. A prefeita Josi Nunes participou da solenidade e recebeu o reconhecimento em nome do município, que se destacou pelas políticas voltadas à primeira infância.

A iniciativa reconhece municípios que se destacam no cumprimento de metas e na implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, com foco no desenvolvimento integral das crianças e no fortalecimento das ações nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Durante a cerimônia, a prefeita Josi Nunes destacou que o reconhecimento reflete o compromisso da gestão municipal com o cuidado e a proteção das crianças gurupienses. "Receber esse selo é motivo de muita alegria e também de responsabilidade. Ele reconhece o trabalho que estamos realizando em Gurupi para garantir mais cuidado, proteção e oportunidades para nossas crianças. Seguiremos firmes, investindo em políticas públicas que assegurem um futuro melhor para as novas gerações", afirmou.

O Selo Município Amigo do Futuro é uma iniciativa coordenada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, que avalia indicadores relacionados a ações voltadas à primeira infância. Nesta edição, os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos eixos avaliados foram contemplados com o reconhecimento. Gurupi alcançou 90 pontos nos indicadores avaliados pelo programa.

A cerimônia também contou com a participação de

representantes de órgãos parceiros, como o Ministério Público do Estado do **Tocantins**, Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** e UNICEF, além de secretarias estaduais e instituições que atuam de forma integrada na promoção de políticas públicas voltadas à primeira infância em todo o estado.

Site: <https://gurupi.to.gov.br/2026/03/gurupi-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia/>

Gurupi recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Gurupi - TO)

Carlla Morena

Por Secom Gurupi

A Prefeitura de Gurupi recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins (TJTO)**, em **Palmas**. A prefeita Josi Nunes participou da solenidade e recebeu o reconhecimento em nome do município, que se destacou pelas políticas voltadas à primeira infância.

A iniciativa reconhece municípios que se destacam no cumprimento de metas e na implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, com foco no desenvolvimento integral das crianças e no fortalecimento das ações nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Durante a cerimônia, a prefeita Josi Nunes destacou que o reconhecimento reflete o compromisso da gestão municipal com o cuidado e a proteção das crianças gurupienses. "Receber esse selo é motivo de muita alegria e também de responsabilidade. Ele reconhece o trabalho que estamos realizando em Gurupi para garantir mais cuidado, proteção e oportunidades para nossas crianças. Seguiremos firmes, investindo em políticas públicas que assegurem um futuro melhor para as novas gerações", afirmou.

O Selo Município Amigo do Futuro é uma iniciativa coordenada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, que avalia indicadores relacionados a ações voltadas à primeira infância. Nesta edição, os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos eixos avaliados foram contemplados com o reconhecimento. Gurupi alcançou 90 pontos nos indicadores avaliados pelo programa.

A cerimônia também contou com a participação de representantes de órgãos parceiros, como o Ministério Público do Estado do **Tocantins**, Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** e UNICEF, além de

secretarias estaduais e instituições que atuam de forma integrada na promoção de políticas públicas voltadas à primeira infância em todo o estado.

Site: <https://vidaeharmonia.com.br/noticia/47441/gurupi-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia>

Figueirópolis recebe Selo Município Amigo do Futuro e se destaca em ações voltadas à primeira infância (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

O município de Figueirópolis foi reconhecido com o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** às cidades que desenvolvem ações e políticas públicas voltadas à primeira infância.

A certificação faz parte do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, iniciativa que incentiva e acompanha políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças nos primeiros anos de vida.

Ao receber o reconhecimento, o prefeito Fontoura destacou a importância da iniciativa para fortalecer o cuidado com as novas gerações e comemorou o desempenho do município.

"O programa Município Amigo do Futuro vem com toda a força para inserir aqueles que são o futuro da nossa nação neste grande programa. O **Tribunal de Contas do Estado** se uniu a instituições organizadas e deu um passo à frente da nossa história. E o que mais me alegra é ver Figueirópolis neste programa, com uma nota bastante expressiva", afirmou o prefeito.

A premiação reconhece o compromisso das gestões municipais com políticas públicas que promovem o desenvolvimento infantil, incluindo ações nas áreas de saúde, educação, assistência social e proteção à criança.

Site: <https://rr10noticias.com.br/figueiropolis-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-e-se-destaca-em-acoes-voltadas-a-primeira-infancia/>

Palmeirópolis é reconhecida pelos investimentos na primeira infância com Selo Município Amigo do Futuro (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

O município de Palmeirópolis foi reconhecido com o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** aos municípios que desenvolvem ações e políticas públicas voltadas à primeira infância.

A certificação reconhece as iniciativas das gestões municipais que alcançam bons resultados em indicadores relacionados à proteção social, educação e saúde infantil, além da integração entre as políticas públicas voltadas às famílias e às crianças.

Para o prefeito Wlisses Barros, o reconhecimento reforça o compromisso da gestão municipal com o cuidado e o desenvolvimento das crianças.

"Receber esse selo é motivo de orgulho para Palmeirópolis. Ele mostra que estamos trabalhando com responsabilidade e planejamento para garantir mais cuidado, educação e saúde para nossas crianças. Investir na primeira infância é investir no futuro do nosso município", destacou.

Site: <https://rr10noticias.com.br/palmeiropolis-e-reconhecida-pelos-investimentos-na-primeira-infancia-com-selo-municipio-amigo-do-futuro/>

São Valério conquista Selo Município Amigo do Futuro por ações na primeira infância

Certificação do **TCE-TO** destaca compromisso com o desenvolvimento infantil no município São Valério, no interior do **Tocantins**, celebrou uma importante conquista ao receber o Selo Município Amigo do Futuro.

A iniciativa é promovida pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, por meio do programa "**TCE** de Olho no Futuro: Aliança pela Primeira Infância - Edição 2025". O reconhecimento premia municípios que cumprem rigorosos requisitos e implementam ações concretas para fortalecer políticas públicas direcionadas às crianças de zero a seis anos.

O prefeito Wada e a primeira-dama Darlaine receberam a certificação em nome da Prefeitura Municipal de São Valério, marcando um momento de orgulho para a administração local. "Essa conquista reflete o compromisso da nossa gestão em priorizar o futuro das nossas crianças, garantindo mais cuidado, desenvolvimento e oportunidades desde os primeiros anos de vida", destacou o prefeito durante a cerimônia.

O selo valoriza esforços em áreas como saúde, educação e assistência social, com foco na primeira infância - fase crítica para a formação integral da criança. Em São Valério, as ações englobam programas de vacinação em dia, estímulo ao aleitamento materno, atendimento psicossocial e investimentos em creches e pré-escolas. De acordo com o **TCE-TO**, apenas municípios que demonstram resultados mensuráveis e sustentáveis recebem a honraria, posicionando São Valério como referência regional.

Essa certificação mostra o papel do poder público na construção de uma sociedade mais justa e preparada para o futuro. Para os moradores, significa avanços tangíveis na qualidade de vida das famílias, com políticas que vão além do básico e investem no potencial das novas gerações.

A Prefeitura de São Valério planeja expandir essas iniciativas, inspirando outros municípios tocantinenses a seguirem o mesmo caminho.

Site: <https://bocamiudadotocantins.com.br/sao-valerio->

*tocantins/sao-valerio-conquista-selo-municipio-amigo-
do-futuro-por-aco-es-na-primeira-infancia/*

Prefeito Neri Xavier destaca que Almas tem responsabilidade com a primeira infância durante recebimento do Selo Município Amigo do Futuro (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

O município de Almas foi reconhecido com o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, em reconhecimento às boas práticas de gestão voltadas às políticas públicas para a primeira infância.

A certificação é concedida aos municípios que alcançam 50 pontos ou mais nos indicadores do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, que avalia ações desenvolvidas nas áreas de proteção social, educação e atenção à saúde infantil, além da integração entre as políticas públicas voltadas às famílias e às crianças.

O prefeito Neri Xavier destacou a importância do reconhecimento e reafirmou o compromisso da gestão com o desenvolvimento das crianças do município.

"Receber esse selo mostra que Almas está no caminho certo, trabalhando com responsabilidade e planejamento para garantir mais cuidado e oportunidades para nossas crianças. Investir na primeira infância é garantir um futuro melhor para toda a nossa cidade", afirmou o prefeito.

Site: <https://rr10noticias.com.br/prefeito-neri-xavier-destaca-que-almas-tem-responsabilidade-com-a-primeira-infancia-durante-recebimento-do-selo-municipio-amigo-do-futuro/>

Ao receber o Selo Município Amigo do Futuro, prefeito Elio Dionisio destaca que Chapada da Natividade é comprometida com a infância (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

O município de Chapada da Natividade recebeu o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, como reconhecimento às políticas públicas voltadas à primeira infância.

Para o prefeito Elio Dionisio, o reconhecimento representa o resultado de um trabalho comprometido com o cuidado e o desenvolvimento das novas gerações.

"Esse selo é fruto de um trabalho realizado com dedicação pela nossa equipe e demonstra o compromisso de Chapada da Natividade com o bem-estar das nossas crianças. Seguiremos trabalhando para fortalecer as políticas públicas e garantir um futuro melhor para todos", destacou o prefeito.

Site: <https://rr10noticias.com.br/ao-receber-o-selo-municipio-amigo-do-futuro-prefeito-elio-dionisio-destaca-que-chapada-da-natividade-e-comprometida-com-a-infancia/>

AO RECEBER SELO MUNICÍPIO AMIGO DO FUTURO, EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS DESTACA RECONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS EM PALMAS (Notícias)

Palmas em Foco

O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, participou, na tarde desta quinta-feira, 12, da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro. A iniciativa é do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** e reconhece municípios que alcançaram metas em indicadores relacionados a políticas públicas voltadas à primeira infância.

Acompanhado da primeira-dama e secretária de Assistência Social e da Mulher, Polyanna Siqueira Campos, o prefeito da capital ressaltou que o reconhecimento simboliza o compromisso da gestão municipal com o cuidado e o desenvolvimento das crianças. "Este selo significa que nós nos dedicamos ao que há de melhor na nossa sociedade, que são as nossas crianças", afirmou.

Segundo ele, o resultado reflete um conjunto de políticas públicas implementadas pelo município, entre elas ações voltadas à merenda escolar, ao transporte coletivo, à saúde e à segurança alimentar. O prefeito também citou a reabertura de restaurantes comunitários e a ampliação da compra de alimentos da agricultura familiar.

Eduardo Siqueira Campos destacou ainda o fortalecimento da rede de assistência social na capital. De acordo com ele, "Palmas reconstruiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ampliando o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade".

O prefeito lembrou também que a capital foi uma das quatro capitais brasileiras reconhecidas com o Selo Betinho de Combate à Fome, concedido pela Ação da Cidadania, resultado das políticas voltadas à garantia do direito à alimentação.

Ao final, ele parabenizou as instituições envolvidas na

iniciativa. "Vejo esse reconhecimento com muito otimismo e parabenizo o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** pela iniciativa, assim como todas as instituições envolvidas", concluiu.

Site: <https://palmasemfoco.com.br/geral/ao-receber-selo-municipio-amigo-do-futuro-eduardo-siqueira-campos-destaca-reconstrucao-das-politicas-sociais-em-palmas/>

DISCURSO - EVENTO PROJETO VERDE DEFENSORIA (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS) (No"ticias)

Girodo

SENHORAS E SENHORES,

BOM DIA.

INICIALMENTE, REGISTRO MINHA SINCERA SATISFAÇÃO EM PARTICIPAR DESTE IMPORTANTE MOMENTO PROMOVIDO PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO **TOCANTINS**, ESPECIALMENTE PELO NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, AO QUAL AGRADEÇO PELO CONVITE, NA PESSOA DA SENHORA DEFENSORA PÚBLICA FRANCIANA DI FÁTIMA CARDOSO COSTA, COORDENADORA DO REFERIDO NÚCLEO, A QUEM DIRIJO MEUS CUMPRIMENTOS E RECONHECIMENTO PELA RELEVANTE INICIATIVA.

NESTA OCASIÃO, TENHO A HONRA DE REPRESENTAR O PRESIDENTE DO **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS**, CONSELHEIRO **ALBERTO SEVILHA**, A QUEM TRANSMITO OS CUMPRIMENTOS INSTITUCIONAIS DESTA CORTE DE CONTAS, BEM COMO O CONSELHEIRO **SEVERIANO COSTANDRADE**, A QUEM IGUALMENTE TRANSMITO OS CUMPRIMENTOS E O RECONHECIMENTO PELO APOIO A INICIATIVAS QUE PROMOVAM A SUSTENTABILIDADE.

EVENTOS COMO ESTE REFORÇAM A RELEVÂNCIA DO DIÁLOGO INSTITUCIONAL E DA COOPERAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS PÚBLICOS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS VOLTADAS À SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, À INCLUSÃO SOCIAL E À PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. O TEMA AQUI TRATADO - A VALORIZAÇÃO DOS CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E O FORTALECIMENTO DA COLETA SELETIVA - É NÃO APENAS ATUAL, MAS ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO RESPONSÁVEL DAS NOSSAS CIDADES.

SABEMOS QUE A GESTÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS TRANSCENDE A DIMENSÃO AMBIENTAL. ELA ENVOLVE DIGNIDADE HUMANA, GERAÇÃO DE RENDA, SAÚDE PÚBLICA E CIDADANIA. NESSE CONTEXTO, O RECONHECIMENTO DO TRABALHO DOS CATADORES REPRESENTA TAMBÉM O RECONHECIMENTO DE UM PAPEL SOCIAL INDISPENSÁVEL PARA O EQUILÍBRIO AMBIENTAL E PARA A ECONOMIA CIRCULAR.

O **TRIBUNAL DE CONTAS**, DENTRO DE SUA MISSÃO CONSTITUCIONAL, TEM BUSCADO CONTRIBUIR PARA O APERFEIÇOAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À SUSTENTABILIDADE, INCENTIVANDO BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO AMBIENTAL E NO USO RESPONSÁVEL DOS RECURSOS PÚBLICOS. ACREDITAMOS QUE INICIATIVAS COMO O PROJETO "VERDE DEFENSORIA" FORTALECEM ESSE COMPROMISSO COLETIVO E AMPLIAM A CONSCIENTIZAÇÃO DA SOCIEDADE.

REITERO, PORTANTO, MINHA GRATIDÃO PELO CONVITE E PARABENIZO A DEFENSORIA PÚBLICA PELA INICIATIVA, QUE EVIDENCIA SENSIBILIDADE INSTITUCIONAL E COMPROMISSO COM A JUSTIÇA SOCIAL, A PROTEÇÃO AMBIENTAL E O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS.

DESEJO QUE OS DEBATES AQUI REALIZADOS SEJAM PRODUTIVOS, INSPIRADORES E CAPAZES DE GERAR AVANÇOS CONCRETOS EM FAVOR DA SUSTENTABILIDADE E DA DIGNIDADE DAS PESSOAS QUE VIVEM DO TRABALHO COM MATERIAIS RECICLÁVEIS.

MUITO OBRIGADO E CONTEM SEMPRE COM NOSSA COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL.

Site: <https://portalgildabonfim.com.br/discurso-evento-projeto-verde-defensoria-defensoria-publica-do-estado->

do-tocantins/

TOCANTINÓPOLIS: Conheça o TEC, 2º maior vencedor estadual, alvo da polícia por repasse de dinheiro público

O Tocantinópolis Esporte Clube (TEC) foi alvo da operação 2º Tempo, nesta quinta-feira (12), que cumpriu oito mandados de busca e apreensão na cidade homônima ao time. Os repasses recebidos do município são alvos de investigação (entenda abaixo). O clube é o segundo maior campeão do Campeonato Tocantinense, com seis taças, e teve campanha histórica na Copa do Brasil e na Série D em 2022.

O grupo investigado conta com Fabion Gomes de Sousa e Paulo Gomes de Sousa (PL). Wagner Pereira Novais, ex-gestor do clube, e Leandro Pereira de Sousa, que é o atual presidente do TEC, também figuram no processo.

O clube recebeu mais de R\$ 5,1 milhões desde 2009. Também foram realizadas buscas na sede do Tocantinópolis, em secretarias do município e no gabinete do prefeito. Saiba abaixo o que dizem os envolvidos na operação e detalhes do esquema.

O clube, que tem sede própria, foi fundado em 1989 na cidade homônima, que tem população de 23.225 habitantes. O Tocantinópolis é o segundo maior vencedor do estado, com seis títulos tocantinenses (1993, 2002, 2015, 2021, 2022 e 2023), sendo o primeiro ainda na época amadora.

Na atual temporada, o Tocantinópolis avançou à semifinal do Tocantinense de forma invicta - em sete jogos, foram seis vitórias e um empate. Na Copa do Brasil, estreou na 2ª fase e acabou eliminado pela Tuna Luso-PA.

Entenda o esquema

Segundo a polícia, o fluxo de repasses investigado ocorre de forma contínua desde 2009, estendendo-se até 2024. As irregularidades eram de conhecimento das autoridades desde 2007, quando o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas daquele ano devido à ausência de autorização legal para as transferências.

As apurações da Polícia Civil foram fundamentadas em relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). A investigação apontou que desvio de verbas era

estruturado em três eixos principais:

Repasses irregulares: Gestores municipais autorizavam a transferência de recursos públicos ao clube, ignorando decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** que já haviam apontado a ilegalidade de tais atos.

Entidade de fachada: Para a polícia, o clube era utilizado como uma estrutura de fachada, com a falsificação de documentos, como atas e recibos, para simular a legalidade das transferências, que não possuíam relação com o interesse público ou atividades esportivas reais.

Lavagem de dinheiro: Após chegarem às contas do clube, os valores eram redistribuídos para contas pessoais de dirigentes e terceiros, além da realização de saques em espécie para dificultar o rastreamento do dinheiro.

Para o cumprimento das diligências, foram mobilizados 34 policiais civis, entre investigadores e peritos. Os mandados foram cumpridos em locais estratégicos, incluindo setores da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis.

Site: <https://bico24horas.com.br/bico-do-papagaio/tocantinopolis-conheca-o-tec-2o-maior-vencedor-estadual-alvo-da-policia-por-repasse-de-dinheiro-publico/>

TCETO entrega "Selo Município Amigo do Futuro" a 137 municípios tocantinenses

Divulgação

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** concluiu a quarta fase do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, edição 2025, com a entrega do Selo Município Amigo do Futuro a prefeitos e prefeitas de 137 municípios tocantinenses. A certificação foi entregue durante cerimônia realizada na quinta-feira (12), no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), em **Palmas**. No mesmo evento, foi lançada a edição 2026 da iniciativa.

Segundo o tribunal, o selo reconhece municípios que desenvolveram ações voltadas à primeira infância com base em indicadores sociais, planos municipais e evidências de impacto nas áreas de saúde, educação, proteção social e cidadania. Para receber o reconhecimento, os municípios passaram por avaliação conduzida pela Comissão Técnica do **TCETO** e por um Comitê Interinstitucional. Aqueles que alcançaram 50 pontos ou mais nos Eixos I e II receberam a certificação.

De acordo com o **TCETO**, as atividades do programa ao longo de 2025 alcançaram mais de 100 mil pessoas, por meio de ações realizadas em parceria com 17 instituições. Entre as iniciativas desenvolvidas estão audiências de conciliação, atendimentos de saúde, oficinas educativas, ações de ouvidoria, cadastramento no Cadastro Único (CadÚnico) e oferta de cursos profissionalizantes.

O presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, afirmou que as ações desenvolvidas ao longo da edição de 2025 ampliaram a articulação entre instituições e sociedade.

"Esta etapa que se encerra está mostrando para todo o Brasil e também para o exterior que o **Tocantins** veio para mudar paradigmas, transformar realidades e apresentar novas formas de relacionamento entre instituições e sociedade, priorizando as crianças e suas famílias", afirmou.

Segundo ele, a nova fase do programa ampliará o escopo de atuação, incluindo também iniciativas voltadas aos ensinos fundamental, médio, superior e profissionalizante.

O coordenador do programa, conselheiro **Severiano Costandrade**, destacou a participação de diferentes instituições no desenvolvimento das ações.

"Não podemos falar em primeira infância sem falar em família, sociedade, poder público e agentes públicos que, juntos, precisam assumir o compromisso com o nosso futuro. O **Tocantins** está em nossas mãos. Que sociedade queremos e estamos construindo? O futuro é agora, pois os primeiros anos são decisivos para a formação de homens e mulheres", afirmou.

Durante a cerimônia, a presidente do Tribunal de Justiça do **Tocantins**, desembargadora Maysa Vendramini Rosal, também comentou a importância de políticas públicas voltadas à infância.

"Investir na infância é promover justiça no presente e no amanhã", destacou.

Durante o evento, o tribunal também lançou a edição 2026 do programa **TCE** de Olho no Futuro. Segundo o **TCETO**, a nova etapa terá foco na escuta da sociedade, no monitoramento das ações e na utilização de novos indicadores sociais.

O cronograma prevê capacitações regionais e encontros presenciais em 12 municípios prioritários, com o objetivo de fortalecer o controle social e apoiar o planejamento de políticas públicas com base na realidade local.

O programa reúne diversas instituições públicas e privadas, entre elas o Governo do **Tocantins**, Tribunal de Justiça do **Tocantins**, Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), Defensoria Pública do Estado (DPE), Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), Secretaria de Estado da Educação (Seduc), Secretaria de Estado da Saúde (SES), Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju), Polícia Militar, Secretaria de Segurança Pública, Controladoria-Geral da União (CGU), Associação Tocantinense de Municípios (ATM), UNICEF, FIETO, Energisa, BRK e Hospital de Amor.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/tce-entrega-selo-a-137-municipios-do-tocantins-por-acoes-voltadas-a-primeira-infancia-e-lanca-edicao-2026-do-programa/>

Prefeito de Tocantinópolis se manifesta após operação policial que investiga repasses a clube de futebol; VEJA O VIDEO

Erica Lima

O prefeito de Tocantinópolis, Fabion Gomes, divulgou um vídeo nas redes sociais para comentar a Operação 2º Tempo, deflagrada pela Polícia Civil na última quinta-feira, 12, no município. A ação investiga um suposto esquema de desvio de recursos públicos destinados a um clube de futebol da cidade.

No vídeo, o prefeito afirmou que esteve pessoalmente na sede da prefeitura ao saber da presença da polícia e garantiu que a gestão municipal colaborou com as investigações. Segundo ele, a administração não tem envolvimento com as irregularidades investigadas.

"Quando soubemos que a polícia estava aqui, eu mesmo vim até a prefeitura para entender o que estava acontecendo. A nossa administração, graças a Deus, não tem nada de errado", declarou.

Fabion Gomes também explicou que os agentes realizaram apenas levantamentos de informações e verificaram alguns computadores da prefeitura. Ele ressaltou que os repasses ao clube foram suspensos após sua posse por determinação judicial.

"Depois que entrei na prefeitura, todos os repasses foram cancelados por ordem judicial. Foi apenas um pedido de informação. A polícia olhou alguns computadores", afirmou.

Durante a manifestação, o prefeito destacou ainda que a gestão está tranquila e aberta para prestar todos os esclarecimentos às autoridades. "A nossa população pode ficar tranquila. A nossa administração é transparente e não temos nada a esconder", disse.

Operação investiga desvio de recursos públicos

A Operação 2º Tempo foi realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado (Dracco), Grupo de Operações Táticas Especiais (Gote), 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária

(DRCOT).

Ao todo, foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão em residências, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva investigada.

As investigações apuram suspeitas de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro relacionadas ao repasse de recursos públicos municipais ao clube.

De acordo com a Polícia Civil, os trabalhos começaram a partir de relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que identificaram movimentações consideradas suspeitas envolvendo transferências de recursos públicos para a entidade esportiva.

Estrutura do suposto esquema

Segundo a investigação, o esquema seria estruturado em três eixos principais.

O primeiro envolveria a autorização de repasses irregulares de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo após decisões do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade das transferências.

O segundo eixo estaria relacionado ao uso da entidade esportiva como estrutura de fachada, com a suposta falsificação de documentos, como atas e recibos, para dar aparência de legalidade aos repasses.

Já o terceiro consistiria na redistribuição e ocultação dos valores, que após serem transferidos para a conta do clube, eram pulverizados em contas pessoais de dirigentes e terceiros. As apurações também identificaram saques frequentes em dinheiro, prática que pode dificultar o rastreamento da origem dos recursos.

O prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,1 milhões.

Investigação abrange período de 2009 a 2024

De acordo com a Polícia Civil, o fluxo de repasses investigado remonta a 2009 e teria se mantido até 2024.

As irregularidades já haviam sido apontadas anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado**. No Acórdão nº 638/2009, referente à prestação de contas do exercício de 2007, o órgão destacou a ausência de autorização legal para transferências de recursos públicos ao clube.

A investigação segue em andamento e novas diligências não estão descartadas.

VEJA O VÍDEO CLICANDO AQUI

Site: <https://www.portalstylo.com.br/noticia/prefeito-de-tocantinopolis-se-manifesta-apos-operacao-policia-que-investiga-repasses-a-clube-de-futebol-veja-o-video>

TCETO entrega Selo Município Amigo do Futuro a 137 cidades e lança edição 2026 do programa

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** concluiu a quarta fase do programa **TCE de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância**, edição 2025, com a entrega do Selo Município Amigo do Futuro a prefeitos e prefeitas de 137 municípios do **Tocantins**. Durante a solenidade, também foi lançada a edição 2026 da iniciativa, que pretende ampliar a atuação estratégica e fortalecer a aproximação com as realidades locais.

O selo reconhece boas práticas desenvolvidas pelos municípios com base em indicadores sociais, planos municipais e evidências de impacto positivo nas áreas de saúde, educação, proteção social e cidadania. A iniciativa busca garantir direitos fundamentais na primeira infância, fomentar a atuação integrada entre setores, capacitar gestores públicos e mobilizar a sociedade na promoção de políticas voltadas às crianças.

Nesta etapa final, os municípios passaram por avaliação conduzida por uma comissão técnica do **TCE-TO** e por um comitê interinstitucional, responsável por analisar o desempenho nos eixos avaliados. Aqueles que alcançaram 50 pontos ou mais receberam o selo em cerimônia realizada nesta quinta-feira (12), no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), em **Palmas**.

A solenidade começou com uma contagem regressiva simbólica e a entrada do menino Bernardo, protagonista da edição de 2025, acompanhado por crianças representantes de comunidades quilombolas e indígenas. Juntos, eles lançaram um avião de papel, gesto que simbolizou o compromisso coletivo com o futuro das crianças.

Ao longo de 2025, as ações do programa impactaram mais de 100 mil pessoas por meio de iniciativas promovidas por 17 instituições parceiras. Entre as atividades realizadas estiveram audiências de conciliação, atendimentos de saúde, oficinas educativas, ações de ouvidoria, cadastramento no CadÚnico e oferta de cursos profissionalizantes.

O presidente do **TCE-TO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, destacou que o encerramento desta etapa

demonstra a capacidade do **Tocantins** de promover novas formas de cooperação entre instituições e sociedade. Segundo ele, o programa evidencia um modelo de atuação voltado à transformação social, com foco no cuidado com as crianças e suas famílias.

Durante a cerimônia, o coordenador do programa, conselheiro **Severiano Costandrade**, que representou a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), ressaltou a importância da atuação conjunta entre poder público, famílias e sociedade na construção de políticas voltadas à primeira infância.

Representando as instituições parceiras, a presidente do Tribunal de Justiça do **Tocantins**, desembargadora Maysa Vendramini Rosal, afirmou que investir na infância significa fortalecer famílias e prevenir conflitos sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equilibrada.

Além da entrega do selo aos municípios reconhecidos, a solenidade também prestou homenagem às instituições parceiras que contribuíram para o desenvolvimento das ações. Na mesma ocasião, foi lançada a edição 2026 do programa, que terá como foco a escuta ativa da sociedade, o monitoramento das ações e a utilização de novos indicadores sociais.

O novo cronograma prevê capacitações regionais e encontros presenciais em 12 municípios prioritários, com o objetivo de fortalecer o controle social e permitir que as políticas públicas sejam planejadas com base nas necessidades locais. Para marcar o lançamento da nova etapa, prefeitos, prefeitas e parceiros do projeto lançaram simbolicamente aviões de papel, representando os sonhos e as perspectivas de milhares de crianças tocaninenses.

Entre as instituições que integram a rede de parceiros da iniciativa estão o Governo do **Tocantins**, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público do Estado do **Tocantins**, a Defensoria Pública do Estado do **Tocantins**, secretarias estaduais, a Controladoria-Geral da União, a Associação Tocantinense de Municípios, o UNICEF, além de instituições do setor produtivo e organizações da sociedade civil.

Site: <https://www.portalstylo.com.br/noticia/tceto-entrega-selo-municipio-amigo-do-futuro-a-137-cidades-e-lanca-edicao-2026-do-programa-2>

TCE/TO entrega Selo Amigo do Futuro a 137 cidades; Eduardo Siqueira destaca gestão

Da Redação/Ascom TCE/TO e Secom Palmas

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE/TO)** entregou o Selo Município Amigo do Futuro a 137 cidades que atingiram metas em políticas públicas voltadas à primeira infância. A solenidade, realizada nesta quinta-feira, 12, no Tribunal de Justiça (TJTO), marcou o encerramento da edição 2025 e o lançamento da etapa 2026 do programa, momento em que, para representar os sonhos de milhares de crianças tocaninenses, novos aviões de papel foram lançados simbolicamente por mãos comprometidas com o futuro - prefeitos, prefeitas e parceiros do projeto.

A certificação reconhece indicadores em saúde, educação e proteção social. O presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, afirmou que o estágio atual está mostrando para todo o Brasil e também para o exterior que o **Tocantins** veio para mudar paradigmas. Já o coordenador da iniciativa, conselheiro **Severiano Costandrade**, reiterou que os primeiros anos são decisivos para a formação de homens e mulheres.

A edição 2026 ampliará o escopo para os ensinos fundamental, médio e superior. O cronograma prevê capacitações regionais em 12 municípios prioritários para fortalecer o controle social e a escuta ativa da sociedade.

Eduardo Siqueira destaca reconstrução social em Palmas

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, recebeu a honraria acompanhado da primeira-dama e secretária de Assistência Social, Polyanna Siqueira Campos. O gestor ressaltou que o selo simboliza o cuidado com o desenvolvimento infantil e reflete investimentos em merenda escolar, saúde e segurança alimentar.

O prefeito lembrou também que a capital foi uma das quatro capitais brasileiras reconhecidas com o Selo Betinho de Combate à Fome, concedido pela Ação da Cidadania, resultado das políticas voltadas à garantia do direito à alimentação.

Este selo significa que nós nos dedicamos ao que há de melhor na nossa sociedade, que são as nossas crianças, declarou o prefeito. Eduardo Siqueira Campos pontuou ainda que a capital reconstruiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para ampliar o suporte a famílias vulneráveis e, ao final, parabenizou as instituições envolvidas na iniciativa. "Vejo esse reconhecimento com muito otimismo e parabenizo o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** pela iniciativa, assim como todas as instituições envolvidas", concluiu.

Rede de parceiros do Primeira Infância

Integram a iniciativa o Governo do **Tocantins**, Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), Defensoria Pública do Estado (DPE), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), Secretaria da Educação (Seduc), Secretaria da Saúde (SES), Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju), Polícia Militar, Secretaria de Segurança Pública, Controladoria-Geral da União (CGU), Associação Tocantinense de Municípios (ATM), UNICEF, FIETO, Energisa, BRK e Hospital de Amor, entre outras instituições.

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/tceto-entrega-selo-amigo-do-futuro-a-137-cidades-eduardo-siqueira-destaca-gestao/140555/>

TCE encontra aparelhos de exames guardados há mais de 6 anos em hospital de Dueré enquanto prefeitura paga laboratórios terceirizados

Redação

Uma auditoria realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Dueré revelou um cenário de subutilização de recursos públicos.

O principal achado da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) foi a existência de aparelhos laboratoriais que, embora adquiridos há mais de seis anos, permanecem guardados em caixas, sem nunca terem servido à população.

A inspeção, ocorrida entre os dias 9 e 10 de fevereiro, faz parte do projeto "TCE de Olho". Diante do relatório, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho** determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde elaborem um plano de ação imediato para sanar as irregularidades.

O relatório técnico destaca uma falha grave de planejamento, enquanto os equipamentos próprios seguem ociosos, o município mantém contratos com laboratórios terceirizados para a realização de exames.

O Tribunal questiona a economicidade dessa prática, uma vez que a estrutura para diagnósticos internos já foi comprada com verba pública, mas não foi instalada.

Outro exemplo de subutilização é um aparelho de ultrassonografia que, apesar de disponível na unidade, não realiza atendimentos. A Corte de Contas recomendou que o hospital passe a oferecer o exame diretamente para ampliar a capacidade de diagnóstico local.

Irregularidades no quadro de pessoal e farmácia

A auditoria também lançou luz sobre as condições de trabalho e controle interno. Foram identificados profissionais de saúde cumprindo jornadas de até 72 horas consecutivas, além da falta de um sistema eficiente de controle de frequência.

Na farmácia hospitalar, os fiscais apontaram a necessidade urgente de:

Realização de inventário completo do estoque;

Definição de estoque mínimo de segurança para evitar desabastecimento;

Implantação de protocolos rígidos para a dispensação de medicamentos aos pacientes.

Frota de ambulâncias e infraestrutura

As condições de transporte e segurança predial também foram reprovadas. Duas ambulâncias apresentaram problemas estruturais, como falta de placas, sinalização inoperante, ar-condicionado com defeito e bancos soltos. Além disso, os veículos circulavam sem a vistoria obrigatória do Detran.

No âmbito documental, o hospital opera sem alvarás atualizados do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, carecendo também de manutenções periódicas em equipamentos médicos essenciais.

Próximos passos

A gestão municipal de Dueré deverá apresentar o cronograma de correções ao Tribunal. Após o prazo estabelecido para as adequações, uma nova equipe técnica retornará à unidade para conferir se os equipamentos foram finalmente colocados à disposição dos cidadãos e se as pendências administrativas foram resolvidas.

Site: <https://geronimocardoso.com.br/2026/03/13/tce-encontra-aparelhos-de-exames-guardados-ha-mais-de-6-anos-em-hospital-de-duere-enquanto-prefeitura-paga-laboratorios-terceirizados/>

Eduardo Siqueira Campos destaca reconstrução das políticas sociais em Palmas, ao receber Selo Município Amigo do Futuro

Autor(a): Redação

O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, participou, na tarde desta quinta-feira, 12, da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro. A iniciativa é do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** e reconhece municípios que alcançaram metas em indicadores relacionados a políticas públicas voltadas à primeira infância.

Acompanhado da primeira-dama e secretária de Assistência Social, Polyanna Siqueira Campos, o prefeito da capital ressaltou que o reconhecimento simboliza o compromisso da gestão municipal com o cuidado e o desenvolvimento das crianças. "Este selo significa que nós nos dedicamos ao que há de melhor na nossa sociedade, que são as nossas crianças", afirmou.

Segundo ele, o resultado reflete um conjunto de políticas públicas implementadas pelo município, entre elas ações voltadas à merenda escolar, ao transporte coletivo, à saúde e à segurança alimentar. O prefeito também citou a reabertura de restaurantes comunitários e a ampliação da compra de alimentos da agricultura familiar.

Eduardo Siqueira Campos destacou ainda o fortalecimento da rede de assistência social na capital. De acordo com ele, "Palmas reconstruiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ampliando o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade".

O prefeito lembrou também que a capital foi uma das quatro capitais brasileiras reconhecidas com o Selo Betinho de Combate à Fome, concedido pela Ação da Cidadania, resultado das políticas voltadas à garantia do direito à alimentação.

Ao final, ele parabenizou as instituições envolvidas na iniciativa. "Vejo esse reconhecimento com muito otimismo e parabenizo o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** pela iniciativa, assim como todas as instituições envolvidas", concluiu.

Site: <https://agora-to.com.br/eduardo-siqueira-campos->

***destaca-reconstrucao-das-politicas-sociais-em-palmas-
ao-receber-selo-municipio-amigo-do-futuro/***

TCETO entrega Selo Município Amigo do Futuro a 137 cidades e lança edição 2026 do programa

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** finalizou a quarta fase do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, edição 2025, com a entrega do Selo Município Amigo do Futuro a prefeitos e prefeitas de 137 municípios tocaninenses. Durante a solenidade, também foi lançada a edição 2026 do programa, que avança para uma atuação mais estratégica e próxima da realidade local.

O selo reconhece boas práticas desenvolvidas pelos municípios com base em indicadores sociais, planos municipais e evidências de impacto positivo nas áreas de saúde, educação, proteção social e cidadania. A iniciativa tem como objetivo garantir direitos fundamentais na primeira infância, fomentar a intersetorialidade, capacitar gestores públicos e mobilizar a sociedade e instituições na promoção de boas práticas e no monitoramento social.

Nesta última fase, os municípios passaram por avaliação conduzida pela Comissão Técnica do **TCETO** e por um Comitê Interinstitucional, que analisou os desempenhos nos Eixos I e II. Aqueles que alcançaram 50 pontos ou mais receberam o selo durante cerimônia realizada na tarde desta quinta-feira, 12, no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), em **Palmas**.

A solenidade teve início com uma contagem regressiva e a entrada do menino Bernardo, protagonista da edição 2025, acompanhado por crianças representantes de comunidades quilombolas e indígenas. Juntos, eles lançaram o primeiro avião de papel, simbolizando o compromisso coletivo de manter o olhar voltado para o futuro.

O programa em 2025

As ações realizadas ao longo de 2025 impactaram mais de 100 mil pessoas, por meio de iniciativas integradas promovidas por 17 instituições parceiras. Entre as atividades desenvolvidas estão audiências de conciliação, atendimentos de saúde, oficinas educativas, ações da ouvidoria, cadastramento no CadÚnico e oferta de cursos profissionalizantes, entre outras.

O presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, encerrou a edição de 2025 agradecendo o empenho dos envolvidos e destacando o alcance das ações. "Esta etapa que se encerra está mostrando para todo o Brasil e também para o exterior que o **Tocantins** veio para mudar paradigmas, transformar realidades e apresentar novas formas de relacionamento entre instituições e sociedade, priorizando as crianças e suas famílias", afirmou.

Segundo ele, o sucesso do programa reforça que o caminho adotado está correto. A nova fase amplia o escopo da iniciativa, que passa a atuar também nos ensinos fundamental, médio, superior e profissionalizante, reafirmando o compromisso de curto, médio e longo prazo com o futuro das crianças e de suas famílias.

O coordenador do programa, conselheiro **Severiano Costandrade**, que no ato representou a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), destacou a importância da união institucional. "Não podemos falar em primeira infância sem falar em família, sociedade, poder público e agentes públicos que, juntos, precisam assumir o compromisso com o nosso futuro. O **Tocantins** está em nossas mãos. Que sociedade queremos e estamos construindo? O futuro é agora, pois os primeiros anos são decisivos para a formação de homens e mulheres", ressaltou.

Em seguida, a presidente do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), desembargadora Maysa Vendramini Rosal, falou em nome das instituições parceiras. Para ela, garantir direitos na infância significa prevenir conflitos, fortalecer famílias e construir uma sociedade mais equilibrada. "Investir na infância é promover justiça no presente e no amanhã", destacou.

Entrega do selo

A cerimônia seguiu com a entrega do Selo Município Amigo do Futuro aos prefeitos e prefeitas dos 137 municípios reconhecidos. Também houve homenagem às instituições parceiras, que receberam o selo de menção honrosa. A iniciativa representa, na prática, o

esforço conjunto para romper ciclos de vulnerabilidade e construir um **Tocantins** mais humano, com investimentos voltados às crianças e às futuras gerações.

Edição 2026

Durante a solenidade também foi lançada a edição 2026 do programa, que terá como foco a escuta ativa da sociedade, o monitoramento das ações e a utilização de novos indicadores sociais.

O novo cronograma prevê capacitações regionais e encontros presenciais em 12 municípios prioritários, fortalecendo o controle social e permitindo que as políticas públicas sejam planejadas com base na realidade local.

Para marcar o lançamento da nova etapa, novos aviões de papel foram lançados simbolicamente por mãos comprometidas com o futuro - prefeitos, prefeitas e parceiros do projeto - representando os sonhos de milhares de crianças tocaninenses.

Rede de parceiros

Integram a iniciativa o Governo do **Tocantins**, Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), Defensoria Pública do Estado (DPE), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), Secretaria da Educação (Seduc), Secretaria da Saúde (SES), Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju), Polícia Militar, Secretaria de Segurança Pública, Controladoria-Geral da União (CGU), Associação Tocantinense de Municípios (ATM), UNICEF, FIETO, Energisa, BRK e Hospital de Amor, entre outras instituições.

Site: <https://agora-to.com.br/tceto-entrega-selo-municipio-amigo-do-futuro-a-137-cidades-e-lanca-edicao-2026-do-programa/>

Selo Município Amigo do Futuro é entregue a 137 cidades do Tocantins

TCE TO reconhece boas práticas na primeira infância e lança edição 2026 do programa

O Selo Município Amigo do Futuro foi entregue a prefeitos e prefeitas de 137 cidades durante solenidade promovida pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**. O evento marcou o encerramento da quarta fase do programa **TCE de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância**, edição 2025.

Além disso, durante a cerimônia realizada em **Palmas**, também foi lançada a edição 2026 do programa. Dessa forma, a iniciativa amplia sua atuação e passa a desenvolver ações ainda mais próximas da realidade dos municípios.

O Selo Município Amigo do Futuro reconhece boas práticas desenvolvidas pelas prefeituras com base em indicadores sociais e planos municipais.

O Selo Município Amigo do Futuro foi entregue a prefeitos e prefeitas de 137 cidades durante solenidade promovida pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**. O evento marcou o encerramento da quarta fase do programa **TCE de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância**, edição 2025.

Além disso, durante a cerimônia realizada em **Palmas**, também foi lançada a edição 2026 do programa. Dessa forma, a iniciativa amplia sua atuação e passa a desenvolver ações ainda mais próximas da realidade dos municípios.

O Selo Município Amigo do Futuro reconhece boas práticas desenvolvidas pelas prefeituras com base em indicadores sociais e planos municipais.

Além disso, a avaliação considera evidências de impacto positivo nas áreas de saúde, educação, proteção social e cidadania. Assim, o programa busca garantir direitos fundamentais na primeira infância e fortalecer políticas públicas integradas.

Durante essa etapa, os municípios passaram por avaliação conduzida pela comissão técnica do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** e por um comitê interinstitucional.

Consequentemente, as cidades que alcançaram 50 pontos ou mais nos eixos avaliados receberam o Selo Município Amigo do Futuro.

A cerimônia ocorreu no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins**.

Ao longo de 2025, as ações do programa impactaram mais de 100 mil pessoas em todo o estado.

Além disso, 17 instituições parceiras participaram das iniciativas. Entre as atividades desenvolvidas estão audiências de conciliação, atendimentos de saúde, oficinas educativas, ações de ouvidoria e cadastramentos no CadÚnico.

Também foram ofertados cursos profissionalizantes e serviços voltados ao fortalecimento da cidadania.

O presidente do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, conselheiro **Alberto Sevilha**, destacou a importância da iniciativa.

Ao longo de 2025, as ações do programa impactaram mais de 100 mil pessoas em todo o estado.

Além disso, 17 instituições parceiras participaram das iniciativas. Entre as atividades desenvolvidas estão audiências de conciliação, atendimentos de saúde, oficinas educativas, ações de ouvidoria e cadastramentos no CadÚnico.

Também foram ofertados cursos profissionalizantes e serviços voltados ao fortalecimento da cidadania.

O presidente do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, conselheiro **Alberto Sevilha**, destacou a importância da iniciativa.

Segundo ele, o programa demonstra que o **Tocantins** tem buscado novas formas de relacionamento entre instituições e sociedade.

"Essa etapa mostra para o Brasil e para o exterior que o **Tocantins** está disposto a transformar realidades e priorizar as crianças e suas famílias", afirmou.

O coordenador do programa, conselheiro **Severiano Costandrade**, ressaltou a importância da atuação conjunta entre instituições.

Segundo ele, a construção de políticas públicas voltadas à primeira infância depende da participação da sociedade, das famílias e do poder público.

Além disso, a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins**, desembargadora Maysa Vendramini Rosal, destacou que investir na infância contribui para fortalecer as famílias e prevenir conflitos sociais.

"Garantir direitos na infância significa promover justiça no presente e também no futuro", afirmou.

Durante o evento, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** lançou oficialmente a edição 2026 do programa.

Nesta nova fase, a iniciativa amplia o escopo de atuação. Além da primeira infância, o projeto também passa a considerar ações voltadas ao ensino fundamental, médio, superior e profissionalizante.

Além disso, o cronograma prevê capacitações regionais e encontros presenciais em 12 municípios prioritários.

Dessa maneira, o programa busca fortalecer o controle social e incentivar políticas públicas baseadas na realidade local.

O programa conta com a participação de diversas instituições públicas e privadas.

Entre elas estão o Governo do **Tocantins**, o Ministério Público do Estado do **Tocantins**, a Defensoria Pública do Estado do **Tocantins**, a Associação Tocantinense de Municípios e o UNICEF.

Além disso, também participam entidades como FIETO, Energisa, BRK e o Hospital de Amor.

Assim, a iniciativa reforça o compromisso coletivo com o desenvolvimento social e com o futuro das crianças tocaninenses.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/12/selo-municipio-amigo-do-futuro-e-entregue-a-137-cidades-do-tocantins/>

Investigação sobre repasse de R\$ 5 milhões a time de futebol no TO começou após movimentações suspeitas

A investigação sobre um suposto esquema que teria desviado mais de R\$ 5,1 milhões em recursos públicos da Prefeitura de Tocantinópolis teve início após um relatório apontar movimentações consideradas atípicas nas contas bancárias dos investigados. Os valores foram repassados pelo município para o Tocantinópolis Esporte Clube entre 2009 e 2024, segundo a Polícia Civil.

Na quinta-feira (12), a PC cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços do prefeito Fabion Gomes (PL) e do presidente do Tocantinópolis, o sargento da PM Leandro Pereira de Sousa. A polícia também esteve na sede do clube, em secretarias do município e no gabinete do prefeito.

O prefeito Fabion Gomes (PL) informou, em vídeo divulgado nas redes sociais, que os pagamentos ao time foram cancelados durante sua gestão por ordem judicial, mas os repasses de gestões anteriores foram feitos com base em uma lei municipal.

O presidente do Tocantinópolis, Leandro Pereira, informou que o clube não tem convênio e não recebe repasses da prefeitura desde que assumiu a presidência em janeiro de 2025.

O esquema é investigado pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Segundo a polícia, o município fez repasses ao clube entre 2009 e 2024, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

Conforme a decisão que autorizou a operação, um relatório de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificou saques elevados, circularidade de valores entre as contas e recebimentos incompatíveis com a renda declarada.

Após entrar na conta da entidade esportiva, o dinheiro era supostamente redistribuído entre dirigentes e terceiros. O documento afirma que havia sinais claros

de ocultação e dissimulação da origem ilícita, caracterizando indícios de lavagem de capitais.

Entenda o esquema

As apurações da Polícia Civil, fundamentadas em relatórios do Coaf, apontaram que o desvio de verbas era estruturado em três eixos principais:

Repasse irregular: Gestores municipais autorizavam a transferência de recursos públicos ao clube, ignorando decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** que já haviam apontado a ilegalidade de tais atos.

Entidade de fachada: Para a polícia, o clube era utilizado como uma estrutura de fachada, com a falsificação de documentos, como atas e recibos, para simular a legalidade das transferências, que não possuíam relação com o interesse público ou atividades esportivas reais.

Lavagem de dinheiro: Após chegarem às contas do clube, os valores eram redistribuídos para contas pessoais de dirigentes e terceiros, além de serem realizados saques em espécie para dificultar o rastreamento do dinheiro.

Histórico de irregularidades

Segundo a polícia, o fluxo de repasses investigado ocorre de forma contínua desde 2009, estendendo-se até 2024. As irregularidades eram de conhecimento das autoridades desde 2007, quando o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas daquele ano devido à ausência de autorização legal para as transferências.

(Por Brenda Santos, g1 **Tocantins**, TV Anhanguera. Foto: Divulgação/PCTO)

Site:

<https://www.portalvocenews.com.br/2026/03/12/investigacao-sobre-repasse-de-r-5-milhoes-a-time-de-futebol-no-to-comecou-apos-movimentacoes-suspeitas/>

PRIMEIRA INFÂNCIA: Mantoan participa da entrega do Selo Município Amigo do Futuro (AÇÃO PARLAMENTAR)

Ascom dep. Eduardo Mantoan

Nesta tarde, 12, o deputado estadual Eduardo Mantoan (PSDB) participou da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro, concedido às prefeitas e prefeitos tocantinenses que alcançaram 50 pontos ou mais nos indicadores do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, iniciativa do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

O evento reuniu gestores municipais e autoridades para reconhecer as administrações que têm investido em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças nos primeiros anos de vida.

Representando a Assembleia Legislativa do **Tocantins**, Mantoan destacou a importância de iniciativas que incentivam os municípios a priorizar a primeira infância. Quando voltamos nossa atenção para as crianças estamos garantindo benefícios para esta faixa etária, como também de toda a população. Parabenizo o **TCE-TO** por esta mobilização e a todos os prefeitos e prefeitas pelas ações pela melhoria da vida dos cidadãos tocantinenses, disse o parlamentar.

Site: <http://jtnoticias.com.br/noticia/primeira-infancia-mantoan-participa-da-entrega-do-selo-municipio-amigo-do-futuro/14160>

TCETO entrega Selo Município Amigo do Futuro a 137 cidades e lança edição 2026 do programa

Reconhecimento destaca boas práticas voltadas à primeira infância e nova etapa amplia atuação até a formação profissional

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** finalizou a quarta fase do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, edição 2025, com a entrega do Selo Município Amigo do Futuro a prefeitos e prefeitas de 137 municípios tocaninenses. Durante a solenidade, também foi lançada a edição 2026 do programa, que avança para uma atuação mais estratégica e próxima da realidade local.

O selo reconhece boas práticas desenvolvidas pelos municípios com base em indicadores sociais, planos municipais e evidências de impacto positivo nas áreas de saúde, educação, proteção social e cidadania. A iniciativa tem como objetivo garantir direitos fundamentais na primeira infância, fomentar a intersetorialidade, capacitar gestores públicos e mobilizar a sociedade e instituições na promoção de boas práticas e no monitoramento social.

Nesta última fase, os municípios passaram por avaliação conduzida pela Comissão Técnica do **TCETO** e por um Comitê Interinstitucional, que analisou os desempenhos nos Eixos I e II. Aqueles que alcançaram 50 pontos ou mais receberam o selo durante cerimônia realizada na tarde desta quinta-feira, 12, no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), em **Palmas**.

A solenidade teve início com uma contagem regressiva e a entrada do menino Bernardo, protagonista da edição 2025, acompanhado por crianças representantes de comunidades quilombolas e indígenas. Juntos, eles lançaram o primeiro avião de papel, simbolizando o compromisso coletivo de manter o olhar voltado para o futuro.

O programa em 2025

As ações realizadas ao longo de 2025 impactaram mais de 100 mil pessoas, por meio de iniciativas integradas promovidas por 17 instituições parceiras. Entre as atividades desenvolvidas estão audiências de conciliação, atendimentos de saúde, oficinas

educativas, ações da ouvidoria, cadastramento no CadÚnico e oferta de cursos profissionalizantes, entre outras.

O presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, encerrou a edição de 2025 agradecendo o empenho dos envolvidos e destacando o alcance das ações. "Esta etapa que se encerra está mostrando para todo o Brasil e também para o exterior que o **Tocantins** veio para mudar paradigmas, transformar realidades e apresentar novas formas de relacionamento entre instituições e sociedade, priorizando as crianças e suas famílias", afirmou.

Segundo ele, o sucesso do programa reforça que o caminho adotado está correto. A nova fase amplia o escopo da iniciativa, que passa a atuar também nos ensinos fundamental, médio, superior e profissionalizante, reafirmando o compromisso de curto, médio e longo prazo com o futuro das crianças e de suas famílias.

O coordenador do programa, conselheiro **Severiano Costandrade**, que no ato representou a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), destacou a importância da união institucional. "Não podemos falar em primeira infância sem falar em família, sociedade, poder público e agentes públicos que, juntos, precisam assumir o compromisso com o nosso futuro. O **Tocantins** está em nossas mãos. Que sociedade queremos e estamos construindo? O futuro é agora, pois os primeiros anos são decisivos para a formação de homens e mulheres", ressaltou.

Em seguida, a presidente do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), desembargadora Maysa Vendramini Rosal, falou em nome das instituições parceiras. Para ela, garantir direitos na infância significa prevenir conflitos, fortalecer famílias e construir uma sociedade mais equilibrada. "Investir na infância é promover justiça no presente e no amanhã", destacou.

Entrega do selo

A cerimônia seguiu com a entrega do Selo Município

Amigo do Futuro aos prefeitos e prefeitas dos 137 municípios reconhecidos. Também houve homenagem às instituições parceiras, que receberam o selo de menção honrosa. A iniciativa representa, na prática, o esforço conjunto para romper ciclos de vulnerabilidade e construir um **Tocantins** mais humano, com investimentos voltados às crianças e às futuras gerações.

Edição 2026

Durante a solenidade também foi lançada a edição 2026 do programa, que terá como foco a escuta ativa da sociedade, o monitoramento das ações e a utilização de novos indicadores sociais.

O novo cronograma prevê capacitações regionais e encontros presenciais em 12 municípios prioritários, fortalecendo o controle social e permitindo que as políticas públicas sejam planejadas com base na realidade local.

Para marcar o lançamento da nova etapa, novos aviões de papel foram lançados simbolicamente por mãos comprometidas com o futuro - prefeitos, prefeitas e parceiros do projeto - representando os sonhos de milhares de crianças tocantinenses.

Rede de parceiros

Integram a iniciativa o Governo do **Tocantins**, Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), Defensoria Pública do Estado (DPE), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), Secretaria da Educação (Seduc), Secretaria da Saúde (SES), Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju), Polícia Militar, Secretaria de Segurança Pública, Controladoria-Geral da União (CGU), Associação Tocantinense de Municípios (ATM), UNICEF, FIETO, Energisa, BRK e Hospital de Amor, entre outras instituições.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/tceto-entrega-selo-municipio-amigo-do-futuro-a-137-cidades-e-lanca-edicao-2026-do-programa/>

Combinado recebe Selo Município Amigo do Futuro em cerimônia promovida pelo Tribunal de Contas do Tocantins

O município de Combinado foi um dos 137 municípios tocaninenses reconhecidos com o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**. A premiação ocorreu nesta quinta-feira (12), durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), em **Palmas**.

Representando o município, o prefeito Dione do Pastel participou do evento acompanhado da primeira-dama Letícia Azevedo, que também é secretária municipal de Assistência Social. Também estiveram presentes o secretário municipal de Saúde, Pedro Lourenço, e a assessora da Secretaria de Assistência Social, Fernanda Souza, que acompanharam a comitiva do município durante a solenidade.

A entrega do selo marca o encerramento da quarta fase do programa "**TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância", edição 2025, iniciativa que incentiva boas práticas nas áreas de saúde, educação, proteção social e cidadania. O reconhecimento é concedido aos municípios que apresentam resultados positivos a partir de indicadores sociais, planejamento municipal e evidências de impacto nas políticas públicas.

Para o prefeito Dione do Pastel, a conquista reforça o compromisso da gestão municipal com o desenvolvimento social e com o futuro das novas gerações.

A primeira-dama e secretária de Assistência Social, Letícia Azevedo, também ressaltou a importância do reconhecimento e do trabalho realizado pelas equipes que atuam diretamente com as políticas sociais no município.

Durante a cerimônia, prefeitos e prefeitas de diversas regiões do estado receberam o selo após avaliação realizada pela Comissão Técnica do **TCETO** e por um Comitê Interinstitucional. Os municípios que atingiram 50 pontos ou mais nos critérios analisados nos eixos do programa foram contemplados com a certificação.

O evento também marcou o lançamento da edição 2026 do programa, que ampliará sua atuação para

além da primeira infância, passando a incluir ações voltadas ao ensino fundamental, médio, superior e à formação profissional. A nova fase prevê ainda maior aproximação com os municípios, com capacitações regionais, escuta ativa da sociedade e utilização de novos indicadores sociais.

As ações desenvolvidas ao longo de 2025 impactaram mais de 100 mil pessoas em todo o **Tocantins**, por meio de atividades integradas realizadas por 17 instituições parceiras. Entre elas estão atendimentos de saúde, oficinas educativas, audiências de conciliação, cadastramento no CadÚnico e oferta de cursos profissionalizantes.

A iniciativa reúne diversas instituições públicas e privadas, como o Governo do **Tocantins**, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, secretarias estaduais, além de organizações como o UNICEF, FIETO e outras entidades parceiras.

Com o reconhecimento, Combinado passa a integrar o grupo de municípios que se destacam no estado pelo compromisso com políticas públicas voltadas ao desenvolvimento infantil e à construção de um futuro com mais oportunidades para as novas gerações.

Texto: Allessandro Ferreira / Ascom - Prefeitura de Combinado

Jornalista Profissional DRT 999/TO

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/105903/combinado-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-cerimonia-promovida-pelo-tribunal-de-contas-do-tocantins>

Figueirópolis conquista Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (Cidades)

Jonas Amaral | Portal do Amaral / Fotos: Divulgação

Prefeito Fontoura, primeira-dama Ademildes Fontoura, assessor José Fontoura Filho e a chefe de gabinete Hérica Menezes participam da solenidade em **Palmas** e celebram reconhecimento do **TCE-TO** às ações voltadas ao futuro das crianças.

Prefeito Fontoura, primeira-dama Ademildes Fontoura, assessor José Fontoura Filho e a chefe de gabinete Hérica Menezes participam da solenidade em **Palmas** e celebram reconhecimento do **TCE-TO** às ações voltadas ao futuro das crianças.

Prefeito Fontoura, primeira-dama Ademildes Fontoura, assessor José Fontoura Filho e a chefe de gabinete Hérica Menezes participam da solenidade em **Palmas** e celebram reconhecimento do **TCE-TO** às ações voltadas ao futuro das crianças.

A capital do **Tocantins** foi palco de um momento histórico para Figueirópolis nesta quinta-feira, 12. Em uma cerimônia marcada pelo reconhecimento à excelência na gestão pública, o Prefeito Fontoura, acompanhado de uma comitiva estratégica, recebeu o prestigiado Selo Município Amigo do Futuro. A honraria, concedida pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)**, atesta que o município não apenas cumpre metas burocráticas, mas prioriza o desenvolvimento humano desde a base.

Compromisso com a infância

Compromisso com a infância

Compromisso com a infância

Para o Prefeito Fontoura, o selo é o reflexo de um trabalho silencioso e constante que coloca as crianças no centro das decisões governamentais. Ao investir em políticas públicas que garantem saúde, educação e segurança alimentar, a gestão demonstra que o amanhã de Figueirópolis é construído com ações concretas no presente. O prefeito destacou que este

reconhecimento fortalece o otimismo da administração e valida o esforço coletivo em edificar uma cidade mais justa.

Liderança e Visão de Futuro

Liderança e Visão de Futuro

Liderança e Visão de Futuro

Ao segurar o Selo Município Amigo do Futuro, o Prefeito Fontoura não escondeu o entusiasmo e a gratidão pelo reconhecimento técnico do órgão de controle. Para o gestor, a honraria é o coroamento de um trabalho que une a eficiência técnica do gabinete à sensibilidade social da primeira-dama. Em um momento de reflexão sobre os avanços do município, o prefeito pontuou:

"Receber o Selo Município Amigo do Futuro é motivo de grande orgulho para Figueirópolis. Esse reconhecimento demonstra que estamos no caminho certo ao investir em políticas públicas que priorizam nossas crianças e fortalecem a rede de assistência social. Cuidar da primeira infância é garantir um futuro mais digno, com oportunidades e desenvolvimento para toda a nossa população. Seguiremos trabalhando com responsabilidade e compromisso para que cada criança de Figueirópolis tenha acesso à proteção, ao cuidado e às oportunidades que merece", destacou o prefeito.

"Receber o Selo Município Amigo do Futuro é motivo de grande orgulho para Figueirópolis. Esse reconhecimento demonstra que estamos no caminho certo ao investir em políticas públicas que priorizam nossas crianças e fortalecem a rede de assistência social. Cuidar da primeira infância é garantir um futuro mais digno, com oportunidades e desenvolvimento para toda a nossa população. Seguiremos trabalhando com responsabilidade e compromisso para que cada criança de Figueirópolis tenha acesso à proteção, ao cuidado e às oportunidades que merece",

Olhar social humanizado

Olhar social humanizado

Olhar social humanizado

A Primeira-Dama e Secretária de Assistência Social, Sra. Ademildes Fontoura, desempenhou um papel crucial nesta conquista. Sob sua liderança, a rede de proteção social foi ampliada, garantindo que as famílias em situação de vulnerabilidade tenham acolhimento real. Ademildes ressaltou que investir na primeira infância é o caminho mais seguro para transformar a realidade social, reafirmando seu compromisso em seguir fortalecendo as políticas de assistência no município.

Articulação e resultados técnicos

Articulação e resultados técnicos

Articulação e resultados técnicos

A conquista técnica do selo passou pela competência de quem entende de integração social. A Secretária Chefe de Gabinete, Hérica Menezes, que atua também como agente de integração do programa "**TCE** DE OLHO NO FUTURO", foi peça-chave na organização dos indicadores que levaram à premiação. Sua atuação como elo entre o município e o Tribunal garante que a "Aliança pela Primeira Infância" gere impactos reais e mensuráveis na vida das famílias figueiropolinas.

"**TCE** DE OLHO NO FUTURO",

"Aliança pela Primeira Infância"

Apoio estratégico e união

Apoio estratégico e união

Apoio estratégico e união

O evento em **Palmas** contou ainda com a presença do Assessor José Fontoura Filho, simbolizando a coesão de toda a equipe de governo. A comitiva celebrou a integração entre as pastas, evidenciando que Figueirópolis hoje é referência em gestão responsável e humanizada. O Selo Município Amigo do Futuro não é apenas um troféu, mas a garantia de que a gestão Fontoura está trilhando o caminho certo para as próximas gerações.

- Publicidade -

- Publicidade -

Tags: Ademildes Fontoura Figueirópolis gestão pública
Prefeito Fontoura Primeira Infância **TCE/TO**

Ademildes Fontoura

Figueirópolis

gestão pública

Prefeito Fontoura

Primeira Infância

TCE/TO

Site: <https://portaldoamaral.com.br/figueiropolis-conquista-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia/>

Palmas recebe Selo Município Amigo do Futuro por avanços em políticas para a primeira infância

Prefeito Eduardo Siqueira Campos destaca reconstrução da assistência social e ações voltadas ao cuidado com crianças

O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, participou nesta quinta-feira (12) da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro.

A premiação ocorreu no Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins**. A iniciativa é promovida pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

O selo reconhece municípios que alcançam metas em indicadores ligados às políticas públicas para a primeira infância.

O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, participou nesta quinta-feira (12) da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro.

A premiação ocorreu no Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins**. A iniciativa é promovida pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

O selo reconhece municípios que alcançam metas em indicadores ligados às políticas públicas para a primeira infância.

Além disso, a certificação valoriza gestões que ampliam o cuidado com crianças e fortalecem programas sociais.

Durante a cerimônia, o prefeito ressaltou a importância do reconhecimento para a gestão municipal.

Ele participou do evento ao lado da primeira-dama e secretária municipal de Assistência Social e da Mulher, Polyanna Siqueira Campos.

Segundo Eduardo Siqueira Campos, o selo simboliza o compromisso da cidade com o desenvolvimento das crianças.

"Este selo significa que nós nos dedicamos ao que há de melhor na nossa sociedade, que são as nossas crianças", afirmou.

De acordo com o prefeito, o resultado reflete um conjunto de ações implementadas pelo município.

Entre as iniciativas citadas estão melhorias na merenda escolar e no transporte coletivo. Além disso, a gestão ampliou programas de saúde e segurança alimentar.

Outro destaque foi a reabertura de restaurantes comunitários. Ao mesmo tempo, a prefeitura ampliou a compra de alimentos da agricultura familiar.

"Este selo significa que nós nos dedicamos ao que há de melhor na nossa sociedade, que são as nossas crianças", afirmou.

De acordo com o prefeito, o resultado reflete um conjunto de ações implementadas pelo município.

Entre as iniciativas citadas estão melhorias na merenda escolar e no transporte coletivo. Além disso, a gestão ampliou programas de saúde e segurança alimentar.

Outro destaque foi a reabertura de restaurantes comunitários. Ao mesmo tempo, a prefeitura ampliou a compra de alimentos da agricultura familiar.

Dessa forma, as ações fortalecem a rede de proteção social e incentivam a produção local.

O prefeito também destacou a ampliação dos serviços de assistência social.

Segundo ele, a gestão promoveu a reconstrução do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Palmas.

Com isso, a prefeitura ampliou o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade.

Além disso, o município passou a fortalecer programas de apoio social e segurança alimentar.

Durante o discurso, o prefeito lembrou outro reconhecimento recente da capital.

Palmas foi uma das quatro capitais brasileiras que receberam o Selo Betinho de Combate à Fome .

A certificação é concedida pela Ação da Cidadania a municípios que desenvolvem políticas de combate à insegurança alimentar.

Segundo Eduardo Siqueira Campos, a conquista reforça o compromisso da cidade com a garantia do direito à alimentação.

Ao final da cerimônia, o prefeito parabenizou as instituições envolvidas no projeto.

Segundo ele, a iniciativa incentiva a melhoria das políticas públicas nos municípios.

"Vejo esse reconhecimento com muito otimismo e parabenizo o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** pela iniciativa", afirmou.

Além disso, ele destacou a importância da participação de outras instituições na promoção das políticas voltadas à primeira infância.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiuunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/12/palmas-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-por-avancos-em-politicas-para-a-primeira-infancia/>

TCE entrega selo a 137 municípios do TO por promoverem a defesa da primeira infância

+++ Transcrição +++ Hoje à tarde, o **Tribunal de Contas do Estado** entregou o selo município Amigo do Futuro a prefeitos e prefeitas de 137 cidades, que atingiram a nota de 50 pontos ou mais nos indicadores do programa **TCE de Olho no Futuro**, Aliança pela Primeira Infância. A cerimônia foi no auditório do Tribunal de Justiça, durante a solenidade. Também foi feito o lançamento da edição 2026 do projeto, que pretende dar continuidade às estratégias de fortalecimento das políticas públicas voltadas às crianças de zero a seis anos de idade.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2026/03/13/ja%20%20ediototce%20entrega%20selo%20a%20137%20municipios%20do%20to%20por%20promoverem%20a%20defesa%20da%20primeira%20infnciagloboplay.mp4>

Polícia investiga suposto desvio de dinheiro de prefeitura para time no Tocantins

+++ Transcrição +++ A TVN agora teve acesso à decisão judicial que detalha um suposto esquema de corrupção e lavagem de dinheiro no norte do Estado. O documento revela como verbas da prefeitura de Tocantinópolis teriam sido desviadas para as contas pessoais de dirigentes do time de futebol da cidade. Os dados bancários mostram movimentações milionárias e incompatíveis com os salários dos investigados. Todo esse material embasou a operação que a Polícia Civil fez hoje na região. A Polícia Civil esteve em casas de investigados, na sede do time do Tocantinópolis e também no prédio da prefeitura municipal. Foram recolhidos documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis. Em um dos endereços visitados, os agentes apreenderam quase R\$ 8 mil em espécie. O objetivo da operação é investigar um suposto esquema de desvio de recursos públicos da prefeitura de Tocantinópolis, que seriam destinados ao Clube de Futebol. De acordo com a polícia, os repasses foram feitos entre os anos de 2009 e 2024 de maneira contínua. Mesmo depois do **Tribunal de Contas do Estado** ter julgado em regular a prestação de contas do município referente ao exercício de 2007, destacando a ausência de autorização legal para repasses dos recursos públicos para o Clube de Futebol. De acordo com as investigações, o esquema era estruturado em três eixos. O primeiro consistiria na autorização de repasses, em regulares, de recursos ao Clube por gestores municipais, ignorando decisões do Tribunal de Contas que apontavam a ilegalidade. O segundo eixo envolveria o uso do time de futebol, como uma estrutura de fachada para garantir a aparência de legalidade às transferências financeiras. E o terceiro estaria relacionado à ocultação dos valores. Após caírem na conta do Clube, os recursos eram pulverizados para contas pessoais de dirigentes e de terceiros, ligados ao esquema. O presidente do Tocantinópolis, Leandro Pereira de Souza, diz que desconhece o uso do Clube para a lavagem de dinheiro. A folha do Tocantinópolis hoje é R\$ 200 mil. Então nós estamos falando em um possível desvio mensal de R\$ 45 mil. O que, como é que eu vou conseguir desviar, fazer essa operação toda com R\$ 45 mil por mês e uma folha minha mensal? Ela é R\$ 200 mil. A decisão que autorizou a operação segundo tempo é assinada pelo desembargador Luís Gilmar Pires. O magistrado destaca que os indícios, embora sujeitos a necessária confirmação probatória, revelam plausibilidade concreta da prática em tese dos delitos

de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro, evidenciando atuação coordenada com divisão funcional entre autorizadores dos repasses e operadores financeiros responsáveis pela movimentação e pulverização dos valores. Segundo os órgãos de controle, o atual prefeito da cidade, Fabião Gomes do PL e o antecessor Paulo Gomes do PSD, tinham pleno conhecimento de que uma lei municipal de 1991 proibia esses repasses ao clube. Mesmo assim, como ordenadores de despesas, as transferências continuaram até somar mais de R\$ 5 milhões. Depois que eu entrei aqui na prefeitura, todos os repasses foram cancelados por ordem judicial. Quanta essa situação a nossa administração não tem nada a ver com isso? Dados do relatório de inteligência financeira revelam o caminho desse dinheiro. A investigação detalha é que em apenas um ano passaram pelas contas de Leandro Pereira quase R\$ 3 milhões. Desse total, R\$ 1 milhão e R\$ 100 mil saíram diretamente do Tocantinópolis para a conta pessoal do presidente do clube. Na época, Leandro era sargento e recebia um salário de menos de R\$ 8 mil. Depois que eu assumi a presidência e o prefeito Fabião Gomes, que assumiu também em janeiro de 2025, a prefeitura não teve repasse. O Tocantinópolis Porte Clube, nesse um ano e três meses que estão fazendo agora de mandato, não teve nenhum repasse público de nada. Hoje o Tocantinópolis não tem convenio nenhum com a prefeitura municipal de Tocantinópolis. Além dos repasses, o relatório aponta saques em dinheiro vivo. Wagner Pereira-Novais, ex-dirigente do Tocantinópolis, teria retirado valores da conta do clube para depositar na própria conta e também na de Leandro. Para os investigadores, o uso de quantidades significativas de dinheiro em espécie pode ser uma estratégia para ocultar o enriquecimento ilícito e facilitar a compra de patrimônio em nome de terceiros. Agora, com os documentos e dispositivos apreendidos, a Polícia Civil vai aprofundar a análise para saber onde o dinheiro foi parar. O Tocantinópolis Porte Clube, o Verdão do Norte, tem 37 anos de história e é um dos times mais tradicionais do estado, com seis títulos estaduais e campanhas de destaque na Copa do Brasil. O ex-prefeito de Tocantinópolis Paulo Gomes do PSD publicou nas redes sociais uma manifestação em defesa do time. Na mensagem ele destaca que o clube tem uma história de conquistas e representa com orgulho a cidade no futebol tocantinesse, especialmente no interior do estado. O

prefeito também afirmou que equipes do interior dependem do apoio do poder público municipal para continuar competindo. A publicação diz ainda que o enfraquecimento financeiro do clube poderia prejudicar o desempenho da equipe e afetar uma das instituições esportivas mais relevantes do estado. Por fim, a mensagem destaca que a gestão municipal vai continuar apoiando os campeonatos municipais e defendendo Tocantinópolis, que segundo ele é motivo de orgulho para a cidade. Wagner Pereira não respondeu aos nossos contatos.

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2026/03/13/ja%20%20ediotopolcia%20investiga%20suposto%20desvio%20de%20dinheiro%20de%20prefeitura%20para%20time%20no%20tocantinsgloboplay.mp4>

Goianorte recebe selo do TCE por boas práticas voltadas à primeira infância

O município de Goianorte recebeu o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**. A premiação reconhece boas práticas de gestão voltadas às políticas públicas para a primeira infância.

A prefeita Maria de Jesus Amaro de Oliveira Parente, conhecida como Nega, recebeu a certificação. Além disso, a secretária municipal de Administração, Jubiane Alves, acompanhou a gestora durante a cerimônia.

O evento ocorreu no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins**, em **Palmas**.

A cerimônia reuniu prefeitos de diversos municípios do **Tocantins**. Além disso, gestores públicos, autoridades políticas e representantes de instituições também participaram do encontro.

A prefeita Maria de Jesus Amaro de Oliveira Parente, conhecida como Nega, recebeu a certificação. Além disso, a secretária municipal de Administração, Jubiane Alves, acompanhou a gestora durante a cerimônia.

O evento ocorreu no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins**, em **Palmas**.

A cerimônia reuniu prefeitos de diversos municípios do **Tocantins**. Além disso, gestores públicos, autoridades políticas e representantes de instituições também participaram do encontro.

Durante o evento, os participantes destacaram a importância de fortalecer políticas públicas voltadas à proteção e ao desenvolvimento das crianças na primeira infância. Dessa forma, o encontro reforçou o compromisso das administrações municipais com o futuro das novas gerações.

O selo faz parte do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, iniciativa criada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

O programa busca fortalecer políticas públicas destinadas a crianças de 0 a 6 anos. Além disso, incentiva a integração entre áreas como saúde, educação e assistência social.

Ao mesmo tempo, a iniciativa estimula o acompanhamento de indicadores e o aprimoramento da gestão pública voltada à infância.

A certificação reconhece municípios que alcançam desempenho positivo nos indicadores avaliados. Além disso, o selo valoriza cidades que desenvolvem ações concretas voltadas à garantia dos direitos das crianças e ao fortalecimento das famílias.

Também participaram da cerimônia Viviane Passos dos Santos, secretária municipal de Controle Interno e agente de Integração Local do programa, além de Nagila, analista municipal do CFEM. Ambas acompanham e contribuem para a execução das ações do programa no município.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiuunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/12/goianorte-recebe-selo-do-tce-por-boas-praticas-voltadas-a-primeira-infancia/>

Por parceria em defesa da primeira infância, Defensoria Pública recebe selo de menção honrosa

A Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** (DPE-TO) recebeu, hoje, 12, um Selo de menção honrosa do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** pela parceria em defesa da primeira infância por meio do programa "**TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância". A honraria foi entregue ao defensor público-geral Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves, durante solenidade no auditório do **TCETO** em **Palmas**.

"A Constituição Federal nos diz que devemos sim nos preocupar com a infância com prioridade", enfatizou o Defensor Público-Geral. Quanto a homenagem destinada à Defensoria Pública, Pedro Alexandre destacou que trata-se de um reconhecimento ao trabalho da Instituição: "Uma Defensoria Pública forte com sua missão é a Defensoria integrada com a rede de proteção e com os nossos assistidos para que, juntos, possamos garantir que cada criança do nosso estado tenha seu direito protegido. E nesse sentido, a Defensoria Pública recebe com muita alegria essa distinta homenagem concedida pelo **Tribunal de Contas** à nossa Instituição. É um trabalho incansável em todo o nosso estado e a Defensoria Pública, através de cada defensor, defensora, servidor e servidora, atende crianças e adolescentes com olhar sensível à primeira infância e tem feito um trabalho diferenciado .

Também prestigiou a solenidade o assessor especial de Relações Institucionais, defensor público Marcello Tomaz de Souza.

Coordenador do "**TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância", o conselheiro **Severiano Costandrade** reforçou a necessidade do comprometimento de todos com o futuro do **Tocantins**. "O que serão das nossas crianças, futuros homens e mulheres? O futuro é agora. Os primeiros anos de vida são decisivos para a formação integral dos homens e mulheres do amanhã e, através da Aliança da Primeira Infância, é que nós, que fazemos parte das instituições públicas tocantinense, de todas as esferas do poder, desenvolvemos as nossas ações de concretude dessa política pública tão importante. (...) É através do nosso trabalho que podemos modificar a nossa realidade de hoje", destacou em seu

pronunciamento.

Falando em nome das Instituições, a presidente do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), a desembargadora Maysa Vendramini Rosal disse que o programa é uma iniciativa de extrema relevância e que reforça o quanto as políticas públicas podem ser transformadoras quando nascem e são desenvolvidas por meio da parceria entre as instituições. "Parabenizo cada parceiro que integra essa rede de compromisso com o futuro do nosso estado. Todos temos um propósito comum que é garantir que cada criança tocantinense tenha oportunidades reais de crescer com dignidade, cuidado, educação e proteção."

Para o residente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, o sucesso desse programa dá a certeza de que estão no caminho certo. (...) programa maravilhoso que está mostrando para todo o Brasil e, até para o Exterior, a cara do **Tocantins**. O **Tocantins** veio para mudar paradigmas, para transformar, para apresentar novas formas de relacionamentos entre as instituições e a sociedade."

Amigo do futuro

Na ocasião, prefeitos receberam o Selo "Município Amigo do Futuro" por alcançaram 50 pontos ou mais nos indicadores avaliados pelo programa "**TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância".

Site: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/por-parceria-em-defesa-da-primeira-infancia-defensoria-publica-recebe-selo-de-mencao-honrosa>

Mantoan participa da entrega do Selo Município Amigo do Futuro

MunIQUE Fernandes

Nesta tarde, 12, o deputado estadual Eduardo Mantoan (PSDB)

participou da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro, concedido

às prefeitas e prefeitos tocantinenses que alcançaram 50 pontos ou mais nos

indicadores do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância,

iniciativa do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

O evento reuniu gestores municipais e autoridades para

reconhecer as administrações que têm investido em políticas públicas voltadas

ao desenvolvimento integral das crianças nos primeiros anos de vida.

Representando a Assembleia Legislativa do **Tocantins**,

Mantoan destacou a importância de iniciativas que incentivam os municípios a

priorizar a primeira infância. "Quando voltamos nossa atenção para as crianças

estamos garantindo benefícios para esta faixa etária, como também de toda a

população. Parabenizo o **TCE-TO** por esta mobilização e a todos os prefeitos e

prefeitas pelas ações pela melhoria da vida dos cidadãos tocantinenses", disse

o parlamentar.

Site: <https://al.to.leg.br/noticia/16776/mantoan-participa-da-entrega-do-selo-municipio-amigo-do-futuro>

Mantoan participa da entrega do Selo Município Amigo do Futuro

Nesta tarde, 12, o deputado estadual Eduardo Mantoan (PSDB) participou da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro, concedido às prefeitas e prefeitos tocantinenses que alcançaram 50 pontos ou mais nos indicadores do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, iniciativa do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

O evento reuniu gestores municipais e autoridades para reconhecer as administrações que têm investido em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças nos primeiros anos de vida.

Representando a Assembleia Legislativa do **Tocantins**, Mantoan destacou a importância de iniciativas que incentivam os municípios a priorizar a primeira infância. "Quando voltamos nossa atenção para as crianças estamos garantindo benefícios para esta faixa etária, como também de toda a população. Parabenizo o **TCE-TO** por esta mobilização e a todos os prefeitos e prefeitas pelas ações pela melhoria da vida dos cidadãos tocantinenses", disse o parlamentar.

Site: <https://ocoletivo.com.br/mantoan-participa-da-entrega-do-selo-municipio-amigo-do-futuro/>

Ao receber Selo Município Amigo do Futuro, Eduardo Siqueira Campos destaca reconstrução das políticas sociais em Palmas

Reconhecimento destaca municípios que alcançaram metas em políticas públicas voltadas à primeira infância durante cerimônia realizada no Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins**

O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, participou, na tarde desta quinta-feira, 12, da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro. A iniciativa é do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** e reconhece municípios que alcançaram metas em indicadores relacionados a políticas públicas voltadas à primeira infância.

Acompanhado da primeira-dama e secretária de Assistência Social e da Mulher, Polyanna Siqueira Campos, o prefeito da capital ressaltou que o reconhecimento simboliza o compromisso da gestão municipal com o cuidado e o desenvolvimento das crianças. "Este selo significa que nós nos dedicamos ao que há de melhor na nossa sociedade, que são as nossas crianças", afirmou.

Segundo ele, o resultado reflete um conjunto de políticas públicas implementadas pelo município, entre elas ações voltadas à merenda escolar, ao transporte coletivo, à saúde e à segurança alimentar. O prefeito também citou a reabertura de restaurantes comunitários e a ampliação da compra de alimentos da agricultura familiar.

Eduardo Siqueira Campos destacou ainda o fortalecimento da rede de assistência social na capital. De acordo com ele, "Palmas reconstruiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ampliando o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade".

O prefeito lembrou também que a capital foi uma das quatro capitais brasileiras reconhecidas com o Selo Betinho de Combate à Fome, concedido pela Ação da Cidadania, resultado das políticas voltadas à garantia do direito à alimentação.

Ao final, ele parabenizou as instituições envolvidas na iniciativa. "Vejo esse reconhecimento com muito otimismo e parabenizo o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** pela iniciativa, assim como

todas as instituições envolvidas", concluiu.

Site: <https://ocoletivo.com.br/ao-receber-selo-municipio-amigo-do-futuro-eduardo-siqueira-campos-destaca-reconstrucao-das-politicas-sociais-em-palmas/>

Prefeito de Palmas recebe Selo Município Amigo do Futuro e destaca fortalecimento das políticas sociais

O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, participou na tarde desta quinta-feira (12) da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro, iniciativa do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** que reconhece municípios que alcançaram metas em indicadores relacionados a políticas públicas voltadas à primeira infância.

Durante o evento, o prefeito destacou que a certificação representa o compromisso da gestão municipal com o cuidado e o desenvolvimento das crianças da capital.

Eduardo Siqueira Campos participou da cerimônia acompanhado da primeira-dama e secretária municipal de Assistência Social e da Mulher, Polyanna Siqueira Campos.

Políticas públicas para a primeira infância

Segundo o prefeito, o reconhecimento é resultado de um conjunto de políticas públicas implementadas pelo município em diferentes áreas. Entre as ações citadas estão iniciativas voltadas à melhoria da merenda escolar, ao transporte coletivo, à saúde e à segurança alimentar.

Ele também mencionou medidas adotadas pela prefeitura, como a reabertura de restaurantes comunitários e a ampliação da compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, ações que contribuem para fortalecer a rede de proteção social.

Outro ponto destacado pelo gestor foi o fortalecimento da rede de assistência social na capital. De acordo com ele, a cidade avançou na reorganização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ampliando o atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade.

Reconhecimento nacional

Durante o discurso, o prefeito também lembrou que Palmas foi uma das quatro capitais brasileiras reconhecidas com o Selo Betinho de Combate à Fome, concedido pela Ação da Cidadania, reconhecimento atribuído às políticas públicas

voltadas à garantia do direito à alimentação.

Ao final da cerimônia, Eduardo Siqueira Campos parabenizou as instituições envolvidas na iniciativa que resultou na certificação.

Reportagem: Patrícia Alves / Agência **Tocantins**.

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/105895/prefeito-de-palmas-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-e-destaca-fortalecimento-das-politicas-sociais>

Eduardo Siqueira destaca ações sociais em Palmas ao receber Selo Município Amigo do Futuro: "nos dedicamos ao que há de melhor na nossa sociedade, que são as nossas crianças"

O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, participou, na tarde desta quinta-feira, 12, da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro. A iniciativa é do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** e reconhece municípios que alcançaram metas em indicadores relacionados a políticas públicas voltadas à primeira infância.

Acompanhado da primeira-dama e secretária de Assistência Social e da Mulher, Polyanna Siqueira Campos, o prefeito da capital ressaltou que o reconhecimento simboliza o compromisso da gestão municipal com o cuidado e o desenvolvimento das crianças. "Este selo significa que nós nos dedicamos ao que há de melhor na nossa sociedade, que são as nossas crianças", afirmou.

Segundo ele, o resultado reflete um conjunto de políticas públicas implementadas pelo município, entre elas ações voltadas à merenda escolar, ao transporte coletivo, à saúde e à segurança alimentar. O prefeito também citou a reabertura de restaurantes comunitários e a ampliação da compra de alimentos da agricultura familiar.

Eduardo Siqueira Campos destacou ainda o fortalecimento da rede de assistência social na capital. De acordo com ele, "Palmas reconstruiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ampliando o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade".

O prefeito lembrou também que a capital foi uma das quatro capitais brasileiras reconhecidas com o Selo Betinho de Combate à Fome, concedido pela Ação da Cidadania, resultado das políticas voltadas à garantia do direito à alimentação.

Ao final, ele parabenizou as instituições envolvidas na iniciativa. "Vejo esse reconhecimento com muito otimismo e parabenizo o **Tribunal de Contas do**

Estado do Tocantins pela iniciativa, assim como todas as instituições envolvidas", concluiu.

Site:

<https://gazedocerrado.com.br/tocantins/palmas/eduardo-siqueira-destaca-acoes-sociais-em-palmas-ao-receber-selo-municipio-amigo-do-futuro-nos-dedicamos-ao-que-ha-de-melhor-na-nossa-sociedade-que-sao-as-nossas-criancas/>

Ao receber Selo Município Amigo do Futuro, Eduardo Siqueira Campos destaca reconstrução das políticas sociais em Palmas

Reconhecimento destaca municípios que alcançaram metas em políticas públicas voltadas à primeira infância durante cerimônia realizada no Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins**

Da Assessoria

O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, participou, na tarde desta quinta-feira, 12, da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro. A iniciativa é do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** e reconhece municípios que alcançaram metas em indicadores relacionados a políticas públicas voltadas à primeira infância.

Acompanhado da primeira-dama e secretária de Assistência Social e da Mulher, Polyanna Siqueira Campos, o prefeito da capital ressaltou que o reconhecimento simboliza o compromisso da gestão municipal com o cuidado e o desenvolvimento das crianças. "Este selo significa que nós nos dedicamos ao que há de melhor na nossa sociedade, que são as nossas crianças", afirmou.

Segundo ele, o resultado reflete um conjunto de políticas públicas implementadas pelo município, entre elas ações voltadas à merenda escolar, ao transporte coletivo, à saúde e à segurança alimentar. O prefeito também citou a reabertura de restaurantes comunitários e a ampliação da compra de alimentos da agricultura familiar.

Eduardo Siqueira Campos destacou ainda o fortalecimento da rede de assistência social na capital. De acordo com ele, "Palmas reconstruiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ampliando o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade".

O prefeito lembrou também que a capital foi uma das quatro capitais brasileiras reconhecidas com o Selo Betinho de Combate à Fome, concedido pela Ação da Cidadania, resultado das políticas voltadas à garantia do direito à alimentação.

Ao final, ele parabenizou as instituições envolvidas na iniciativa. "Vejo esse reconhecimento com muito

otimismo e parabenizo o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** pela iniciativa, assim como todas as instituições envolvidas", concluiu.

Site: <http://www.oparalelo13.com.br/component/k2/ao-receber-selo-municipio-amigo-do-futuro-eduardo-siqueira-campos-destaca-reconstrucao-das-politicas-sociais-em-palmas>

Polícia investiga repasses de mais de R\$ 5 milhões a clube brasileiro

O Tocantinópolis passou a ser investigado pela Polícia Civil do **Tocantins** em apuração de suspeitas de desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro. A informação foi divulgada inicialmente pelo Globo Esporte .

A apuração envolve repasses que, segundo os investigadores, ultrapassam R\$ 5,1 milhões ao longo de mais de uma década.

A ofensiva policial ocorreu na manhã desta quinta-feira (12), quando foi deflagrada a Operação 2º Tempo na cidade de Tocantinópolis, na região conhecida como Bico do Papagaio. Ao todo, foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão em diferentes pontos do município.

Entre os alvos estão o presidente do Tocantinópolis Esporte Clube, Leandro Pereira, e o prefeito da cidade, Fabion Gomes (PL). As equipes policiais também realizaram diligências na sede do clube, em secretarias da administração municipal e no gabinete do chefe do Executivo.

A ação é conduzida pela 1ª Divisão Especializada de Repressão ao Crime Organizado (Deic) e busca desarticular um suposto esquema que teria utilizado o futebol como mecanismo para desvio de verbas públicas. Segundo a polícia, os crimes investigados incluem peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

De acordo com a investigação, o fluxo de repasses da prefeitura ao clube teria ocorrido de forma contínua entre 2009 e 2024. Nesse período, os valores transferidos ao time ultrapassariam R\$ 5,1 milhões.

As autoridades afirmam que as irregularidades já eram conhecidas desde 2007, quando o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** considerou irregular a prestação de contas daquele ano por ausência de autorização legal para as transferências.

As apurações foram baseadas, entre outros elementos, em relatórios de inteligência financeira produzidos pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). A partir desses documentos, a Polícia Civil identificou três possíveis pilares do esquema.

O primeiro deles seria a realização de repasses considerados irregulares, autorizados por gestores municipais mesmo após decisões do **Tribunal de Contas** apontarem a ilegalidade das transferências.

O segundo ponto investigado é a suspeita de que o clube tenha sido utilizado como entidade de fachada, com a suposta falsificação de documentos, como atas e recibos, para dar aparência de legalidade a repasses que, segundo a polícia, não teriam relação direta com atividades esportivas ou interesse público.

De acordo com a apuração, parte dos valores que chegavam às contas da entidade teria sido redistribuída posteriormente para contas pessoais de dirigentes e terceiros. Também foram identificados saques em dinheiro vivo, o que pode ter sido utilizado para dificultar o rastreamento das verbas.

Para cumprir os mandados judiciais, a Polícia Civil mobilizou 34 agentes, entre investigadores e peritos. Durante a operação, foram apreendidos documentos administrativos, aparelhos eletrônicos e registros contábeis que devem ajudar na continuidade das investigações.

Entre os investigados também está um policial militar da ativa, circunstância que levou a Polícia Militar do **Tocantins** a prestar apoio à operação.

Segundo a polícia, o nome Operação 2º Tempo faz referência à continuidade do combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como instrumento para práticas criminosas.

Posicionamentos

Procurado, o presidente do Tocantinópolis, Leandro Pereira, afirmou que o clube não recebe recursos da prefeitura desde o início de sua gestão, iniciada em janeiro de 2025.

Segundo ele, os repasses investigados ocorreram com base em uma lei municipal antiga que autorizava transferências mensais equivalentes a 30 salários mínimos ao clube.

De acordo com Pereira, em dezembro de 2024 uma decisão liminar suspendeu esse mecanismo de

repasse, ainda antes de sua posse na presidência da entidade. Desde então, segundo ele, não houve novas transferências de recursos públicos.

Depois que eu assumi a presidência e o prefeito Fabion Gomes também assumiu em janeiro de 2025, a prefeitura não teve repasse. O clube, nesse período de um ano e três meses de gestão, não recebeu nenhum recurso público e não tem convênio com o município , declarou.

O prefeito Fabion Gomes também se manifestou por meio de um vídeo divulgado nas redes sociais.

Ele afirmou que, durante sua gestão, os pagamentos ao clube foram interrompidos por decisão judicial. Segundo o prefeito, os repasses anteriores foram realizados com base em legislação municipal vigente à época.

Site: <https://www.terra.com.br/esportes/futebol/policia-investiga-repasses-de-mais-de-r-5-milhoes-a-clube-brasileiro,0a21c6b24e9cacf8c5cbfeef96a4ded93esogshh.html>

Polícia investiga repasses de mais de R\$ 5 milhões a clube brasileiro (Outro lado)

Guilherme Gomes

O Tocantinópolis passou a ser investigado pela Polícia Civil do **Tocantins** em apuração de suspeitas de desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro. A informação foi divulgada inicialmente pelo Globo Esporte .

A apuração envolve repasses que, segundo os investigadores, ultrapassam R\$ 5,1 milhões ao longo de mais de uma década.

A ofensiva policial ocorreu na manhã desta quinta-feira (12), quando foi deflagrada a Operação 2º Tempo na cidade de Tocantinópolis, na região conhecida como Bico do Papagaio. Ao todo, foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão em diferentes pontos do município.

Entre os alvos estão o presidente do Tocantinópolis Esporte Clube, Leandro Pereira, e o prefeito da cidade, Fabion Gomes (PL). As equipes policiais também realizaram diligências na sede do clube, em secretarias da administração municipal e no gabinete do chefe do Executivo.

A ação é conduzida pela 1ª Divisão Especializada de Repressão ao Crime Organizado (Deic) e busca desarticular um suposto esquema que teria utilizado o futebol como mecanismo para desvio de verbas públicas. Segundo a polícia, os crimes investigados incluem peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

De acordo com a investigação, o fluxo de repasses da prefeitura ao clube teria ocorrido de forma contínua entre 2009 e 2024. Nesse período, os valores transferidos ao time ultrapassariam R\$ 5,1 milhões.

As autoridades afirmam que as irregularidades já eram conhecidas desde 2007, quando o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** considerou irregular a prestação de contas daquele ano por ausência de autorização legal para as transferências.

As apurações foram baseadas, entre outros elementos, em relatórios de inteligência financeira produzidos pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). A partir desses documentos, a

Polícia Civil identificou três possíveis pilares do esquema.

O primeiro deles seria a realização de repasses considerados irregulares, autorizados por gestores municipais mesmo após decisões do **Tribunal de Contas** apontarem a ilegalidade das transferências.

O segundo ponto investigado é a suspeita de que o clube tenha sido utilizado como entidade de fachada, com a suposta falsificação de documentos, como atas e recibos, para dar aparência de legalidade a repasses que, segundo a polícia, não teriam relação direta com atividades esportivas ou interesse público.

De acordo com a apuração, parte dos valores que chegavam às contas da entidade teria sido redistribuída posteriormente para contas pessoais de dirigentes e terceiros. Também foram identificados saques em dinheiro vivo, o que pode ter sido utilizado para dificultar o rastreamento das verbas.

Para cumprir os mandados judiciais, a Polícia Civil mobilizou 34 agentes, entre investigadores e peritos. Durante a operação, foram apreendidos documentos administrativos, aparelhos eletrônicos e registros contábeis que devem ajudar na continuidade das investigações.

Entre os investigados também está um policial militar da ativa, circunstância que levou a Polícia Militar do **Tocantins** a prestar apoio à operação.

Segundo a polícia, o nome Operação 2º Tempo faz referência à continuidade do combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como instrumento para práticas criminosas.

Procurado, o presidente do Tocantinópolis, Leandro Pereira, afirmou que o clube não recebe recursos da prefeitura desde o início de sua gestão, iniciada em janeiro de 2025.

Segundo ele, os repasses investigados ocorreram com base em uma lei municipal antiga que autorizava transferências mensais equivalentes a 30 salários mínimos ao clube.

De acordo com Pereira, em dezembro de 2024 uma decisão liminar suspendeu esse mecanismo de

repasse, ainda antes de sua posse na presidência da entidade. Desde então, segundo ele, não houve novas transferências de recursos públicos.

" Depois que eu assumi a presidência e o prefeito Fabion Gomes também assumiu em janeiro de 2025, a prefeitura não teve repasse. O clube, nesse período de um ano e três meses de gestão, não recebeu nenhum recurso público e não tem convênio com o município ", declarou.

O prefeito Fabion Gomes também se manifestou por meio de um vídeo divulgado nas redes sociais.

Ele afirmou que, durante sua gestão, os pagamentos ao clube foram interrompidos por decisão judicial. Segundo o prefeito, os repasses anteriores foram realizados com base em legislação municipal vigente à época.

Site: <https://esportenewsmundo.com.br/policia-investiga-repasses-de-mais-de-r-5-milhoes-a-clube-brasileiro/>

Polícia Civil deflagra Operação 2º Tempo para investigar esquema de desvio de recursos públicos destinados a clube de futebol em Tocantinópolis

Por: Helder Peixoto

A Polícia Civil do **Tocantins** deflagrou nesta quinta-feira, 12, a Operação 2º Tempo, com o objetivo de investigar um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol. As equipes cumpriram oito mandados de busca e apreensão em endereços residenciais, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva.

A ação foi realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado (Dracco), Grupo de Operações Táticas Especiais (Gote), 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DRCOT).

As investigações apuram a suspeita de prática dos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Os trabalhos tiveram início a partir de relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que apontaram movimentações suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos ao clube esportivo.

De acordo com a investigação, o esquema seria estruturado em três eixos principais. O primeiro consistiria na autorização de repasses irregulares de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo envolveria o uso da entidade esportiva como estrutura de fachada, com a suposta falsificação ideológica de documentos, como atas e recibos, para conferir aparência de legalidade às transferências financeiras, que não teriam relação comprovada com atividades esportivas ou interesse público.

Já o terceiro eixo estaria relacionado à redistribuição e ocultação dos valores, que após serem transferidos para as contas da entidade, eram pulverizados para contas pessoais de dirigentes e terceiros ligados ao esquema. As investigações identificaram intensa movimentação financeira e saques em espécie, prática comumente utilizada para dificultar o rastreamento da origem dos recursos.

O prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5.141.154,17.

As apurações indicam que o fluxo de repasses investigado remonta ao ano de 2009, tendo se mantido de forma contínua até 2024. A investigação constatou que a irregularidade das transferências já havia sido apontada anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado**. Por meio do Acórdão nº 638/2009, o órgão julgou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007, destacando a ausência de autorização legal para repasses de recursos públicos ao clube.

Ação policial

Para o cumprimento das diligências, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, sendo 32 investigadores e dois peritos, que atuaram na coleta de documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis que poderão subsidiar o andamento das investigações.

Foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão, em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal. Um dos investigados é policial militar da ativa e por isso a Polícia Militar do **Tocantins** também prestou apoio no cumprimento dos mandados.

Nome da operação

A denominação Operação 2º Tempo faz referência ao "segundo tempo" de uma partida de futebol,

simbolizando a continuidade do enfrentamento a esquemas ilícitos que, segundo as investigações, teriam utilizado o esporte - uma das grandes paixões nacionais - como instrumento para práticas ilegais.

Combate à corrupção

A Polícia Civil do **Tocantins** destaca que o combate a crimes contra a administração pública é fundamental para a preservação da moralidade administrativa e para a proteção do patrimônio público. A instituição ressalta que continuará atuando de forma técnica e rigorosa na apuração de ilícitos, com o objetivo de responsabilizar os envolvidos e resguardar o interesse coletivo.

Site: <https://www.blogdohp.com/noticia/227264/policia-civil-deflagra-operacao-2o-tempo-para-investigar-esquema-de-desvio-de-recursos-publicos-destinados-a-clubes-de-futebol-em-tocantinopolis>

Polícia Civil deflagra Operação 2º Tempo para investigar desvio de recursos públicos destinados a clube de futebol em Tocantinópolis

A Polícia Civil do Estado do **Tocantins** deflagrou, nesta quinta-feira (12), a Operação 2º Tempo com o objetivo de investigar um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol local. Ao todo, foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão em endereços residenciais, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva.

A operação foi conduzida pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado, do Grupo de Operações Táticas Especiais, da 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos, da 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi e da Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária.

As investigações apuram a suspeita de prática dos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Os trabalhos tiveram início a partir de relatórios de inteligência financeira elaborados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que identificaram movimentações financeiras consideradas suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos ao clube esportivo.

Estrutura do suposto esquema

De acordo com a investigação, o esquema seria estruturado em três eixos principais. O primeiro consistiria na autorização de repasses irregulares de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo envolveria o uso da entidade esportiva como estrutura de fachada, com a suposta falsificação ideológica de documentos, como atas e recibos, para conferir aparência de legalidade às transferências financeiras, que não teriam relação comprovada com atividades esportivas ou interesse público.

Já o terceiro eixo estaria relacionado à redistribuição e ocultação dos valores. Após serem transferidos para as contas da entidade, os recursos seriam pulverizados para contas pessoais de dirigentes e terceiros ligados ao esquema. As investigações apontam intensa movimentação financeira e saques em espécie, prática que costuma dificultar o rastreamento da origem dos recursos.

Segundo a Polícia Civil, o prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5.141.154,17.

Investigação aponta repasses desde 2009

As apurações indicam que o fluxo de repasses investigado remonta ao ano de 2009, tendo ocorrido de forma contínua até 2024. A investigação também constatou que a irregularidade dessas transferências já havia sido apontada anteriormente pelo **Tribunal de Contas**.

Por meio do Acórdão nº 638/2009, o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007, destacando a ausência de autorização legal para repasses de recursos públicos ao clube.

Ação policial

Para o cumprimento das diligências, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, sendo 32 investigadores e dois peritos, responsáveis pela coleta de documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis que poderão subsidiar o andamento das investigações.

Os oito mandados de busca e apreensão foram cumpridos em locais considerados estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da prefeitura municipal.

Um dos investigados é policial militar da ativa, motivo pelo qual a Polícia Militar do Estado do **Tocantins** também prestou apoio durante o cumprimento das ordens judiciais.

Nome da operação

O nome Operação 2º Tempo faz referência ao segundo tempo de uma partida de futebol, simbolizando a continuidade do enfrentamento a esquemas ilícitos que, segundo as investigações, teriam utilizado o esporte - uma das maiores paixões nacionais - como instrumento para práticas ilegais.

Combate à corrupção

A Polícia Civil destaca que o combate a crimes contra a administração pública é fundamental para preservar a moralidade administrativa e proteger o patrimônio público. A instituição afirma que continuará atuando de forma técnica e rigorosa na apuração de ilícitos, com o objetivo de responsabilizar os envolvidos e resguardar o interesse coletivo.

Reportagem: Patrícia Alves / Agência Tocantins

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/105881/policia-civil-deflagra-operacao-2o-tempo-para-investigar-desvio-de-recursos-publicos-destinados-a-clubes-de-futebol-em-tocantinopolis>

Investigação sobre repasse de R\$ 5 mi a time de futebol no TO começou após movimentações suspeitas

Por Brenda Santos, g1 Tocantins, TV Anhanguera

A investigação sobre um suposto esquema que desviou mais de R\$ 5,1 milhões em recursos públicos de Tocantinópolis teve início após um relatório do Coaf.

Segundo a Polícia Civil, os valores eram destinados a um clube de futebol local.

A Polícia Civil cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços do prefeito Fabion Gomes (PL) e do presidente do Tocantinópolis Esporte Clube.

A investigação sobre um suposto esquema que desviou mais de R\$ 5,1 milhões em recursos públicos de Tocantinópolis teve início após um relatório apontar movimentações consideradas atípicas nas contas bancárias dos investigados. Os valores eram repassados pelo município para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Nesta quinta-feira (12), a Polícia Civil cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços do prefeito Fabion Gomes (PL) e do presidente do Tocantinópolis, o sargento da PM Leandro Pereira de Sousa. A polícia também esteve na sede do clube, em secretarias do município e no gabinete do prefeito.

O prefeito Fabion Gomes (PL) informou, em vídeo divulgado nas redes sociais, que os pagamentos ao time foram cancelados durante sua gestão por ordem judicial, mas os repasses de gestões anteriores foram feitos com base em uma legislação do município.

O presidente do Tocantinópolis, Leandro Pereira, informou que o clube não tem convênio e não recebe repasses da prefeitura desde que assumiu a presidência em janeiro de 2025 (veja posicionamento abaixo).

?? Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

O g1 também pediu posicionamento do Tocantinópolis Esporte Clube, mas não houve retorno até a publicação desta reportagem.

LEIA MAIS:

Prefeito e presidente de time de futebol do TO são alvos da PC em operação contra repasse irregular de mais de R\$ 5 milhões

Prefeito de Colinas do **Tocantins** é alvo operação por violência política de gênero contra vereadora

O que se sabe e o que falta esclarecer sobre a prisão de suspeito de matar fazendeiro no TO

O esquema é investigado pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Conforme a decisão que autorizou a operação, um relatório de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificou saques elevados, circularidade de valores entre as contas e recebimentos incompatíveis com a renda declarada.

Os investigados teriam estruturado um esquema contínuo de desvio de recursos públicos, que eram repassados ilegalmente do município para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Após entrar na conta da entidade esportiva, o dinheiro era supostamente redistribuído entre dirigentes e terceiros. O documento afirma que havia sinais claros de ocultação e dissimulação da origem ilícita, caracterizando indícios de lavagem de capitais.

Entenda o esquema

As apurações da Polícia Civil, fundamentadas em relatórios do Coaf, apontaram que o desvio de verbas era estruturado em três eixos principais:

Repasse irregular: Gestores municipais autorizavam a transferência de recursos públicos ao clube, ignorando decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** que já haviam apontado a ilegalidade de tais atos.

Entidade de fachada: Para a polícia, o clube era utilizado como uma estrutura de fachada, com a falsificação de documentos, como atas e recibos, para simular a legalidade das transferências, que não possuíam relação com o interesse público ou atividades esportivas reais.

Lavagem de dinheiro: Após chegarem às contas do clube, os valores eram redistribuídos para contas pessoais de dirigentes e terceiros, além de serem realizados saques em espécie para dificultar o rastreamento do dinheiro.

Histórico de irregularidades

Segundo a polícia, o fluxo de repasses investigado ocorre de forma contínua desde 2009, estendendo-se até 2024. As irregularidades eram de conhecimento das autoridades desde 2007, quando o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas daquele ano devido à ausência de autorização legal para as transferências.

Durante o cumprimento de oito mandados, policiais apreenderam documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis.

O nome da Operação 2º Tempo faz alusão à continuidade do combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como instrumento para práticas criminosas.

Posicionamento do presidente do Tocantinópolis

É, com relação a essa situação aí e do que que está sendo investigado, é um possível repasse que o Tocantinópolis receba da Prefeitura de Tocantinópolis através de uma lei municipal, lei essa que vem desde a fundação do clube, em que a prefeitura municipal, autorizada pela Câmara Municipal, fazia um repasse mensal de 30 salários mínimos para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Com relação a esses repasses, essa lei em dezembro, mais especificamente dezembro de 2024, antes de eu ser presidente, ter a eleição para presidente, tinha uma liminar aonde suspende esse repasse. E dali então não foi mais feito repasse.

Depois que eu assumi a presidência e o prefeito Fabion Gomes, que assumiu também em janeiro de 2025, a prefeitura não teve repasse. O Tocantinópolis Esporte Clube, nesse um ano e três meses que estão fazendo agora de mandato, não teve nenhum repasse público de nada. Hoje o Tocantinópolis não tem convênio nenhum com a prefeitura municipal de Tocantinópolis.

Veja mais notícias da região no g1 **Tocantins**.

Site:

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2026/03/12/investigacao-sobre-repasse-de-r-5-mi-a-time-de-futebol-no-to-comecou-apos-movimentacoes-suspeitas.ghml>

Polícia Civil investiga desvio de verbas públicas em clube de futebol de Tocantinópolis

TOCANTINÓPOLIS - A manhã desta quinta-feira (12) foi marcada por uma ofensiva da Polícia Civil do **Tocantins** contra a corrupção no esporte e na administração pública. Batizada de Operação 2º Tempo, a ação investiga um suposto esquema de desvio de recursos municipais que deveriam ser aplicados em um clube de futebol local, mas que teriam sido drenados ilegalmente.

Ao todo, as equipes policiais cumpriram oito mandados de busca e apreensão. Os alvos incluíram endereços residenciais de suspeitos, órgãos da administração pública e a própria sede da entidade esportiva. A investigação busca agora rastrear o caminho do dinheiro e identificar a extensão do prejuízo causado aos cofres de Tocantinópolis.

A ação foi realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado (Dracco), Grupo de Operações Táticas Especiais (Gote), 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DRCOT).

As investigações apuram a suspeita de prática dos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Os trabalhos tiveram início a partir de relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que apontaram movimentações suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos ao clube esportivo.

De acordo com a investigação, o esquema seria estruturado em três eixos principais. O primeiro consistiria na autorização de repasses irregulares de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo envolveria o uso da entidade esportiva como estrutura de fachada, com a suposta falsificação ideológica de documentos, como atas e recibos, para conferir aparência de legalidade às transferências

financeiras, que não teriam relação comprovada com atividades esportivas ou interesse público.

Já o terceiro eixo estaria relacionado à redistribuição e ocultação dos valores, que após serem transferidos para as contas da entidade, eram pulverizados para contas pessoais de dirigentes e terceiros ligados ao esquema. As investigações identificaram intensa movimentação financeira e saques em espécie, prática comumente utilizada para dificultar o rastreamento da origem dos recursos.

O prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5.141.154,17.

As apurações indicam que o fluxo de repasses investigado remonta ao ano de 2009, tendo se mantido de forma contínua até 2024. A investigação constatou que a irregularidade das transferências já havia sido apontada anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado**. Por meio do Acórdão nº 638/2009, o órgão julgou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007, destacando a ausência de autorização legal para repasses de recursos públicos ao clube.

Ação policial

Para o cumprimento das diligências, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, sendo 32 investigadores e dois peritos, que atuaram na coleta de documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis que poderão subsidiar o andamento das investigações.

Foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão, em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal. Um dos investigados é policial militar da ativa e por isso a Polícia Militar do **Tocantins** também prestou apoio no cumprimento dos mandados.

Nome da operação

A denominação Operação 2º Tempo faz referência ao "segundo tempo" de uma partida de futebol,

simbolizando a continuidade do enfrentamento a esquemas ilícitos que, segundo as investigações, teriam utilizado o esporte - uma das grandes paixões nacionais - como instrumento para práticas ilegais.

Combate à corrupção

A Polícia Civil do **Tocantins** destaca que o combate a crimes contra a administração pública é fundamental para a preservação da moralidade administrativa e para a proteção do patrimônio público. A instituição ressalta que continuará atuando de forma técnica e rigorosa na apuração de ilícitos, com o objetivo de responsabilizar os envolvidos e resguardar o interesse coletivo.

(DICOM SSP-TO)

Site: <https://www.vozdobico.com.br/principal/policia-civil-investiga-desvio-de-verbas-publicas-em-clubes-de-futebol-de-tocantinopolis/>

Dinheiro da Prefeitura para time é investigado

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2026/03/12/TVANHANGUER>

APALMASAFGLOBOTO-11.49.25-11.58.13-

1773347474.mp4

Municípios recebem Selo Município Amigo do Futuro

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2026/03/12/TVNORTETOCA>

NTINSAFSBTTO-11.46.20-12.01.30-1773370285.mp4

Operação "2º Tempo" investiga desvio de mais de R\$ 5,1 milhões envolvendo prefeitura e clube de futebol em Tocantinópolis

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/03/12/RDIOPARASOFM104FM-11.42.07-11.43.42-1773351544.mp3>

Operação 2º Tempo apura desvios nos repasses da Prefeitura de Tocantinópolis ao TEC e calcula prejuízo em R\$ 5,1 milhões; prefeito Fabion nega irregularidades: "Não temos nada a esconder"

por Redação

O Tocantinópolis Esporte Clube (TEC) e o prefeito Fabion Gomes (PL) foram alvos nesta quinta-feira, 12, da Operação 2º Tempo. A Polícia Civil do **Tocantins** (PC) investiga suposto esquema de desvio de recursos públicos do município para o time de futebol. As equipes cumpriram oito mandados de busca e apreensão em endereços residenciais, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva. Na ocasião, R\$ 8 mil em espécie foram apreendidos.

INVESTIGAÇÃO A PARTIR DE RELATÓRIOS DO COAF

As investigações apuram a suspeita de prática dos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Os trabalhos tiveram início a partir de relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que apontaram movimentações suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos ao clube esportivo.

ESQUEMA EM TRÊS EIXOS

De acordo com a investigação, o esquema seria estruturado em três eixos principais. O primeiro consistiria na autorização de repasses irregulares de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

TEC COMO ESTRUTURA DE FACHADA

O segundo eixo envolveria o uso da entidade esportiva como estrutura de fachada, com a suposta falsificação ideológica de documentos, como atas e recibos, para conferir aparência de legalidade às transferências financeiras, que não teriam relação comprovada com

atividades esportivas ou interesse público.

PREJUÍZOS ACIMA DOS R\$ 5 MILHÕES

Já o terceiro eixo estaria relacionado à redistribuição e ocultação dos valores, que após serem transferidos para as contas da entidade, eram pulverizados para contas pessoais de dirigentes e terceiros ligados ao esquema. As investigações identificaram intensa movimentação financeira e saques em espécie, prática comumente utilizada para dificultar o rastreamento da origem dos recursos. O prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5.141.154,17.

OPERAÇÃO MOBILIZA MAIS DE 30 AGENTES

A ação foi realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado (Dracco), do Grupo de Operações Táticas Especiais (Gote), da 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), da 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e da Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DRCOT). Ao todo, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, sendo 32 investigadores e dois peritos, que atuaram na coleta de documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis que poderão subsidiar o andamento das investigações.

BUSCA E APREENSÃO

Foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão, em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da prefeitura. Para além do clube e do Paço, um dos investigados é militar da ativa e por isso a Polícia Militar do **Tocantins** (PMTO) também prestou apoio no cumprimento dos mandados.

BATISMO

A denominação Operação 2º Tempo faz referência ao "segundo tempo" de uma partida de futebol, simbolizando a continuidade do enfrentamento a esquemas ilícitos que, segundo as investigações, teriam utilizado o esporte - uma das grandes paixões nacionais - como instrumento para práticas ilegais.

NÃO HÁ IRREGULARIDADE NOS REPASSES, QUE ESTÃO SUSPENSAS POR DECISÃO

O prefeito Fabion Gomes (PL) foi a público falar sobre a Operação 2º Tempo em postagem nas redes sociais. No vídeo, o liberal afirma que a atual gestão e nem as anteriores tem relação com qualquer irregularidade. Segundo afirma, todos os ex-gestores - citando além dele, José Bonifácio, Antenor Queiroz e Paulinho Gomes - repassaram recursos ao TEC de forma legal e acrescenta que, apesar de haver uma suspensão de novas transferências ao clube por decisão da Justiça, existe uma legislação que permite este fomento. "Está suspenso o repasse, mas a Lei nunca foi declarada ilegal", emendou.

POPULAÇÃO PODE FICAR TRANQUILA

O gestor também se colocou à disposição da investigação e demonstrou estar tranquilo. "A população pode ficar tranquila. A nossa administração é bem transparente e estamos aqui pra responder o que a Polícia quiser. Liberamos, tudo aqui. É ordem judicial, temos que liberar. Estamos tranquilos, sem outras perturbações. A polícia muito educada, delegados e agentes muito educados. Quando soube que estavam aqui, eu mesmo vim pra cá e mandei chamar todos os secretários e adentrei a prefeitura com eles", relatou Fabion Gomes, que concluiu: "Não temos nada a esconder".

Confira a manifestação do prefeito sobre a Operação 2º Tempo:

Site: <https://clebertoledo.com.br/politica/operacao-2o-tempo-apura-desvios-nos-repasses-da-prefeitura-de-tocantinopolis-ao-tec-e-calcula-prejuizo-em-r-51-milhoes-prefeito-fabion-nega-irregularidades-nao-temos-nada-a-esconder/>

Polícia Civil investiga esquema de desvio de recursos públicos em mais de R\$ 5 milhões destinados ao time do Tocantinópolis

A Polícia Civil do **Tocantins** deflagrou nesta quinta-feira, 12, a Operação 2º Tempo, com o objetivo de investigar um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol. As equipes cumpriram oito mandados de busca e apreensão em endereços residenciais, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva.

A ação foi realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado (Dracco), Grupo de Operações Táticas Especiais (Gote), 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DRCOT).

As investigações apuram a suspeita de prática dos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Os trabalhos tiveram início a partir de relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que apontaram movimentações suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos ao clube esportivo.

De acordo com a investigação, o esquema seria estruturado em três eixos principais. O primeiro consistiria na autorização de repasses irregulares de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo envolveria o uso da entidade esportiva como estrutura de fachada, com a suposta falsificação ideológica de documentos, como atas e recibos, para conferir aparência de legalidade às transferências financeiras, que não teriam relação comprovada com atividades esportivas ou interesse público.

Já o terceiro eixo estaria relacionado à redistribuição e ocultação dos valores, que após serem transferidos para as contas da entidade, eram pulverizados para contas pessoais de dirigentes e terceiros ligados ao esquema. As investigações identificaram intensa

movimentação financeira e saques em espécie, prática comumente utilizada para dificultar o rastreamento da origem dos recursos.

O prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5.141.154,17.

As apurações indicam que o fluxo de repasses investigado remonta ao ano de 2009, tendo se mantido de forma contínua até 2024. A investigação constatou que a irregularidade das transferências já havia sido apontada anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado**. Por meio do Acórdão nº 638/2009, o órgão julgou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007, destacando a ausência de autorização legal para repasses de recursos públicos ao clube.

Ação policial

Para o cumprimento das diligências, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, sendo 32 investigadores e dois peritos, que atuaram na coleta de documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis que poderão subsidiar o andamento das investigações.

Foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão, em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal. Um dos investigados é policial militar da ativa e por isso a Polícia Militar do **Tocantins** também prestou apoio no cumprimento dos mandados.

Nome da operação

A denominação Operação 2º Tempo faz referência ao "segundo tempo" de uma partida de futebol, simbolizando a continuidade do enfrentamento a esquemas ilícitos que, segundo as investigações, teriam utilizado o esporte - uma das grandes paixões nacionais - como instrumento para práticas ilegais.

Combate à corrupção

A Polícia Civil do **Tocantins** destaca que o combate a

crimes contra a administração pública é fundamental para a preservação da moralidade administrativa e para a proteção do patrimônio público. A instituição ressalta que continuará atuando de forma técnica e rigorosa na apuração de ilícitos, com o objetivo de responsabilizar os envolvidos e resguardar o interesse coletivo.

Site: <https://ocoletivo.com.br/policia-civil-investiga-esquema-de-desvio-de-recursos-publicos-em-mais-de-r-5-milhoes-destinados-ao-time-do-tocantinopolis/>

Operação contra repasse irregular de mais de R\$ 5 milhões em Tocantinópolis cumpriu mandados na casa do prefeito e presidente do clube; Fabion se defende

A Polícia Civil do **Tocantins** deflagrou, na manhã desta quinta-feira (12), a Operação 2º Tempo, com o objetivo de desarticular um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol da cidade. A ação foi conduzida pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado (Deic) e resultou no cumprimento de oito mandados de busca e apreensão em residências, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva. Entre os alvos está o prefeito Fabion Gomes (PL).

De acordo com a investigação, o prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,1 milhões. O caso apura possíveis crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

As buscas foram realizadas em endereços ligados ao prefeito e ao presidente do Tocantinópolis Esporte Clube, o sargento da Polícia Militar Leandro Pereira de Sousa. Equipes da polícia também estiveram na sede do clube, em secretarias municipais e no gabinete do chefe do Executivo.

Em vídeo divulgado nas redes sociais, o prefeito Fabion Gomes afirmou que os pagamentos ao time foram suspensos durante sua gestão por determinação judicial. Segundo ele, os repasses realizados anteriormente ocorreram com base em legislação municipal vigente à época.

Conforme as apurações da Polícia Civil, sustentadas por relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), o esquema investigado estaria estruturado em três frentes principais.

A primeira envolve repasses considerados irregulares, nos quais gestores municipais teriam autorizado transferências de recursos públicos ao clube mesmo após decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** apontarem a ilegalidade dessas operações.

A segunda linha aponta para o uso do clube como entidade de fachada. Segundo a polícia, documentos como atas e recibos teriam sido falsificados para dar aparência de legalidade às transferências, que não teriam vínculo com atividades esportivas reais ou interesse público.

Já a terceira frente investigada trata da lavagem de dinheiro. Após serem depositados nas contas do clube, os valores teriam sido repassados para contas pessoais de dirigentes e terceiros, além de sacados em espécie para dificultar o rastreamento do dinheiro.

Segundo a Polícia Civil, o fluxo de repasses suspeitos teria ocorrido de forma contínua entre 2009 e 2024. As irregularidades, porém, já eram de conhecimento de órgãos de controle desde 2007, quando o **Tribunal de Contas do Estado** julgou irregular a prestação de contas daquele ano por falta de autorização legal para as transferências.

Para a operação, foram mobilizados 34 policiais civis, entre investigadores e peritos. As equipes cumpriram mandados em locais considerados estratégicos, incluindo setores da Prefeitura de Tocantinópolis.

Entre os investigados está um policial militar da ativa, o que motivou o apoio da Polícia Militar do **Tocantins** durante a operação. Durante as buscas, foram apreendidos documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis que devem auxiliar no avanço das investigações.

O nome da operação, 2º Tempo, faz referência à continuidade das ações de combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como meio para a prática de crimes.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/policia/operacao-contra-repasse-irregular-de-mais-de-r-5-milhoes-em-tocantinopolis-cumpriu-mandados-na-casa-do-prefeito-e-presidente-do-clube-fabion-se-defende/>

Operação "2º Tempo" investiga desvio de mais de R\$ 5,1 milhões envolvendo prefeitura e clube de futebol em Tocantinópolis

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/03/12/RDIOPARASOFM104FM-10.54.55-10.58.46-1773324982.mp3>

Operação que envolve o Tocantinópolis ocorre em meio a lei municipal que autoriza 30 salários mínimos em repasses da prefeitura ao clube

Samir Leão

A operação da Polícia Civil do **Tocantins** deflagrada nesta quinta-feira, 12, para investigar supostos desvios de recursos públicos destinados ao Tocantinópolis Esporte Clube ocorre após anos de questionamentos administrativos e judiciais sobre repasses da prefeitura ao clube.

As investigações apontam transferências que somam R\$ 5.141.154,17 entre 2009 e 2024. O prefeito de Tocantinópolis, Fabion Gomes, está entre os alvos de mandados de busca e apreensão cumpridos pela Polícia Civil. Também foram realizadas diligências na sede do clube, em secretarias municipais e em endereços de investigados.

Antes da deflagração da operação, a discussão sobre os repasses inclui decisões do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, ações do Ministério Público do Estado do **Tocantins** e decisões da Justiça estadual.

Lei municipal e questionamentos

Uma lei municipal aprovada em 1991 autorizou o executivo a repassar ao Tocantinópolis Esporte Clube o equivalente a 30 salários mínimos, vinculando a despesa à política de incentivo ao esporte amador no município.

Apesar da norma, o **Tribunal de Contas** apontou irregularidade na prestação de contas municipal de 2007 por ausência de autorização legal específica para transferências ao clube. Segundo a Polícia Civil, decisões posteriores do tribunal voltaram a apontar problemas em repasses semelhantes.

Ação do Ministério Público

Em 2022, o Ministério Público questionou na Justiça repasses feitos pela prefeitura ao clube entre 2009 e 2021. Na ação, o órgão sustentou que os pagamentos ocorreram sem convênio formal e com prestação de contas considerada inadequada.

No mesmo período, o MPTO tentou bloquear cotas da Copa do Brasil destinadas ao clube.

Decisão judicial de 2022

Em março de 2022, o juiz Ariostenis Guimarães Vieira rejeitou o pedido de bloqueio das cotas da competição.

Na decisão, o magistrado afirmou que não havia prova consistente de que os recursos transferidos pela prefeitura ao clube foram desviados ou utilizados fora da finalidade prevista. O juiz também citou a lei municipal que autoriza repasses vinculados à política de incentivo ao esporte.

Indisponibilidade de bens

Em decisão proferida no fim de 2024, a 1ª Vara Cível de Tocantinópolis determinou a indisponibilidade de bens até o limite de R\$ 5.141.154,17 do prefeito Fabion Gomes, do ex-prefeito Paulo Gomes e do Tocantinópolis Esporte Clube.

A medida foi assinada pelo juiz Carlos Roberto de Sousa Dutra, que também determinou que o município se absteresse de realizar novos repasses ao clube.

Operação da Polícia Civil

A Operação 2º Tempo foi deflagrada nesta quinta-feira pela Polícia Civil do **Tocantins**. Ao todo, oito mandados de busca e apreensão foram cumpridos em residências de investigados, na sede do clube e em setores da prefeitura.

Entre os alvos está o presidente do Tocantinópolis, o policial militar Leandro Pereira de Sousa.

Segundo a polícia, documentos administrativos, registros contábeis e dispositivos eletrônicos foram apreendidos para análise. A investigação apura suspeitas de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Leia também: Operação investiga desvio de R\$ 5 milhões em repasses ao Tocantinópolis e cumpre mandados contra prefeito e presidente do clube

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/cidades/operacao-que-envolve-o-tocantinopolis-ocorre-em-meio-a-lei-municipal-que-autoriza-30-salarios-minimos-em-repasses-da-prefeitura-ao-club-583484/>

Polícia Civil faz operação contra suposto esquema de R\$ 5 milhões envolvendo clube em Tocantinópolis

A Polícia Civil do **Tocantins** deflagrou, na manhã desta quinta-feira (12), a Operação 2º Tempo para investigar um suposto esquema de desvio de recursos públicos destinados a um clube de futebol em Tocantinópolis.

A ação foi conduzida pela Divisão Especializada de Repressão ao Crime Organizado (DEIC) e cumpriu oito mandados de busca e apreensão. Os policiais realizaram diligências em residências de investigados, em setores da Prefeitura Municipal e também na sede da entidade esportiva.

Segundo as investigações, o prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,1 milhões. A polícia apura crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

De acordo com os investigadores, o suposto esquema funcionava em três frentes principais. Primeiro, gestores municipais autorizavam repasses irregulares ao clube, mesmo após decisões do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** apontarem ilegalidade nesses pagamentos.

Além disso, a polícia suspeita que a entidade esportiva funcionava como estrutura de fachada. Nesse caso, os investigados teriam produzido documentos falsos, como atas e recibos, para simular legalidade nas transferências, sem ligação com atividades esportivas reais.

Por fim, os investigadores identificaram indícios de lavagem de dinheiro. Após o repasse ao clube, parte dos valores teria sido transferida para contas pessoais de dirigentes e terceiros. Também ocorreram saques em dinheiro, o que dificultaria o rastreamento dos recursos.

Investigações apontam repasses desde 2009

Conforme a polícia, o fluxo de recursos investigado ocorre de forma contínua desde 2009 e teria seguido até 2024. Entretanto, as irregularidades já eram conhecidas pelas autoridades desde 2007.

Naquele ano, o **Tribunal de Contas** julgou irregular a

prestação de contas do município justamente por falta de autorização legal para transferências ao clube.

Para cumprir os mandados da operação, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, entre investigadores e peritos. As equipes apreenderam documentos administrativos, aparelhos eletrônicos e registros contábeis, que agora passam por análise.

Entre os investigados está um policial militar da ativa. Por isso, a Polícia Militar do **Tocantins** prestou apoio durante o cumprimento das diligências.

Segundo a corporação, a operação busca aprofundar as investigações e identificar todos os envolvidos no suposto esquema. O nome "2º Tempo" faz referência à continuidade do combate a práticas ilícitas que utilizam o esporte como instrumento para desvio de recursos públicos.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/12/policia-civil-faz-operacao-contra-suposto-esquema-de-r-5-milhoes-envolvendo-clube-em-tocantinopolis/>

Operação investiga possível desvio de R\$ 5,1 milhões repassados ao time do Tocantinópolis

Notícias do **Tocantins** - Uma grande operação da Polícia Civil do **Tocantins** revelou um suposto esquema de desvio milionário de recursos públicos da Prefeitura de Tocantinópolis destinados ao Tocantinópolis Esporte Clube, tradicional equipe de futebol da região norte do estado. O prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,1 milhões.

A investigação aponta que repasses financeiros realizados desde 2009 até 2024 teriam sido utilizados de forma irregular, com suspeitas de falsificação de documentos, movimentações bancárias atípicas e redistribuição de valores para contas pessoais de dirigentes e terceiros ligados ao esquema.

Atualmente, a prefeitura é administrada pelo prefeito Fabion Gomes (PL). Antes dele, o município foi governado por seu sobrinho, o ex-prefeito Paulinho Gomes.

Esquema teria três frentes de atuação

De acordo com a Polícia Civil do **Tocantins**, as investigações apontam que o suposto esquema era estruturado em três eixos principais.

O primeiro consistiria na autorização de repasses de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que já apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo envolveria o uso da entidade esportiva como possível estrutura de fachada, com a suposta falsificação ideológica de documentos, como atas, contratos e recibos, para conferir aparência de legalidade às transferências financeiras que, segundo os investigadores, não teriam relação comprovada com atividades esportivas ou interesse público.

Já o terceiro eixo investigado diz respeito à redistribuição e ocultação dos valores desviados. Após serem transferidos para contas da entidade esportiva, os recursos teriam sido pulverizados para contas pessoais de dirigentes e terceiros, além de saques frequentes em dinheiro em espécie - prática considerada típica em esquemas de lavagem de

dinheiro para dificultar o rastreamento da origem dos recursos.

Movimentações suspeitas detectadas pelo Coaf

As apurações tiveram início após relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontarem movimentações bancárias suspeitas e incompatíveis com as atividades esportivas do clube.

A análise preliminar indicou um intenso fluxo de recursos nas contas ligadas à entidade, com operações financeiras consideradas atípicas, o que levou à abertura do inquérito policial.

Irregularidades já haviam sido apontadas pelo **TCE**

Segundo a investigação, o fluxo de repasses investigado remonta ao ano de 2009 e teria se mantido de forma contínua até 2024, atravessando diferentes gestões municipais.

A irregularidade desse tipo de transferência já havia sido apontada anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**. No Acórdão nº 638/2009, o órgão considerou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007, destacando a ausência de autorização legal para o repasse de recursos públicos ao clube esportivo.

Mesmo diante dessa decisão, segundo os investigadores, os repasses teriam continuado ao longo dos anos.

Operação cumpre mandados e apreende documentos

A Operação 2º Tempo, deflagrada nesta quinta-feira (12), resultou no cumprimento de oito mandados de busca e apreensão em endereços ligados aos investigados.

As equipes estiveram em residências de suspeitos, setores da Prefeitura de Tocantinópolis e na sede do clube esportivo, onde foram recolhidos documentos administrativos, celulares, computadores e registros contábeis que poderão reforçar as provas da

investigação.

Ao todo, 34 policiais civis, entre investigadores e peritos, participaram da ação.

Um dos investigados é policial militar da ativa, motivo pelo qual a Polícia Militar do **Tocantins** também prestou apoio no cumprimento das ordens judiciais.

Nome da operação faz referência ao futebol

O nome Operação 2º Tempo faz referência ao momento decisivo de uma partida de futebol. Segundo os investigadores, a denominação simboliza uma nova etapa no enfrentamento a esquemas ilícitos que teriam utilizado o esporte - uma das maiores paixões nacionais - como instrumento para práticas ilegais.

Força-tarefa policial

A ofensiva policial foi coordenada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado da Polícia Civil do **Tocantins** e contou com o apoio de diversas unidades especializadas da corporação, entre elas a Diretoria de Repressão ao Crime Organizado do **Tocantins** (Dracco), o Grupo de Operações Táticas Especiais do **Tocantins** (Gote), a Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos do **Tocantins** (Denarc), a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e a Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária do **Tocantins** (DRCOT).

As equipes atuaram de forma integrada no cumprimento das ordens judiciais e na coleta de provas que poderão aprofundar a apuração do suposto esquema.

Combate à corrupção

A Polícia Civil destacou que o combate a crimes contra a administração pública é fundamental para preservar a moralidade administrativa e proteger o patrimônio público. A instituição afirmou ainda que as investigações continuam e que novas fases da operação não estão descartadas, caso surjam novos elementos ao longo da análise do material apreendido.

Site: <https://afnoticias.com.br/central-190/pcto-investiga-esquema-de-desvio-de-recursos-publicos-destinados-a-clubes-de-futebol-em-tocantinopolis>

Operação investiga repasse de R\$ 5,1 milhões da Prefeitura de Tocantinópolis para time de futebol (Polícia)

Por: Notícias 105 Tocantins

A Polícia Civil do **Tocantins** realizou, na manhã desta quinta-feira (12), a Operação 2º Tempo, com o objetivo de desarticular um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol local. A ação, realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado (Deic), cumpriu oito mandados de busca e apreensão em casas, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva.

De acordo com as investigações, o prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,1 milhões. O esquema é investigado pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

O g1 pediu posicionamento do Tocantinópolis Esporte Clube, mas não houve resposta até a última atualização desta reportagem. O prefeito Fabion Gomes informou, em vídeo divulgado nas redes sociais, que os pagamentos ao time foram cancelados durante sua gestão por ordem judicial, mas os repasses de gestões anteriores foram feitos com base em uma legislação do município.

Entenda o esquema

As apurações da Polícia Civil, fundamentadas em relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), apontaram que o desvio de verbas era estruturado em três eixos principais:

Histórico de irregularidades

Segundo a polícia, o fluxo de repasses investigado ocorre de forma contínua desde 2009, estendendo-se até 2024. As irregularidades eram de conhecimento das autoridades desde 2007, quando o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas daquele ano devido à ausência de autorização legal para as transferências.

Para o cumprimento das diligências, foram mobilizados 34 policiais civis, entre investigadores e peritos. Os mandados foram cumpridos em locais

estratégicos, incluindo setores da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis.

Entre os investigados está um policial militar da ativa, o que levou a Polícia Militar do **Tocantins** a prestar apoio durante a operação. Documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis foram apreendidos para subsidiar a continuidade das investigações.

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal.

O nome da operação faz alusão à continuidade do combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como instrumento para práticas criminosas.

Site:

<https://noticias105tocantins.com.br/noticia/5870/operacao-investiga-repasse-de-r-5-1-milhoes-da-prefeitura-de-tocantinopolis-para-time-de-futebol>

PC mira suposto esquema que teria desviado R\$ 5 milhões destinados ao clube Tocantinópolis

Dicom SSP/TO

A Polícia Civil do **Tocantins** deflagrou nesta quinta-feira, 12, a Operação 2º Tempo, com o objetivo de investigar um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol. As equipes cumpriram oito mandados de busca e apreensão em endereços residenciais, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva.

A ação foi realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado (Dracco), Grupo de Operações Táticas Especiais (Gote), 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DRCOT).

As investigações apuram a suspeita de prática dos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Os trabalhos tiveram início a partir de relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que apontaram movimentações suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos ao clube esportivo.

De acordo com a investigação, o esquema seria estruturado em três eixos principais. O primeiro consistiria na autorização de repasses irregulares de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo envolveria o uso da entidade esportiva como estrutura de fachada, com a suposta falsificação ideológica de documentos, como atas e recibos, para conferir aparência de legalidade às transferências financeiras, que não teriam relação comprovada com atividades esportivas ou interesse público.

Já o terceiro eixo estaria relacionado à redistribuição e ocultação dos valores, que após serem transferidos para as contas da entidade, eram pulverizados para

contas pessoais de dirigentes e terceiros ligados ao esquema. As investigações identificaram intensa movimentação financeira e saques em espécie, prática comumente utilizada para dificultar o rastreamento da origem dos recursos.

O prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5.141.154,17.

As apurações indicam que o fluxo de repasses investigado remonta ao ano de 2009, tendo se mantido de forma contínua até 2024. A investigação constatou que a irregularidade das transferências já havia sido apontada anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado**. Por meio do Acórdão nº 638/2009, o órgão julgou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007, destacando a ausência de autorização legal para repasses de recursos públicos ao clube.

Ação policial

Para o cumprimento das diligências, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, sendo 32 investigadores e dois peritos, que atuaram na coleta de documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis que poderão subsidiar o andamento das investigações.

Foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão, em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal. Um dos investigados é policial militar da ativa e por isso a Polícia Militar do **Tocantins** também prestou apoio no cumprimento dos mandados.

Nome da operação

A denominação Operação 2º Tempo faz referência ao "segundo tempo" de uma partida de futebol, simbolizando a continuidade do enfrentamento a esquemas ilícitos que, segundo as investigações, teriam utilizado o esporte - uma das grandes paixões nacionais - como instrumento para práticas ilegais.

Combate à corrupção

A Polícia Civil do **Tocantins** destaca que o combate a crimes contra a administração pública é fundamental para a preservação da moralidade administrativa e para a proteção do patrimônio público. A instituição ressalta que continuará atuando de forma técnica e rigorosa na apuração de ilícitos, com o objetivo de responsabilizar os envolvidos e resguardar o interesse coletivo

Site: <https://araguainanoticias.com.br/noticia/pc-mira-suposto-esquema-que-teria-desviado-r-5-milhoes-destinados-ao-clube-tocantinopolis/43558>

Operação mira suposto esquema de R\$ 5,1 milhões em recursos públicos destinados a clube de futebol no Bico

A Polícia Civil do **Tocantins** realizou, na manhã desta quinta-feira (12), a Operação 2º Tempo, visando desarticular um suposto esquema de desvio de recursos públicos destinados a um clube de futebol do município de Tocantinópolis. A ação foi conduzida pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado (Deic), que cumpriu oito mandados de busca e apreensão em residências, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva.

Segundo as investigações, os cofres públicos teriam sido lesados em mais de R\$ 5,1 milhões. O esquema é investigado pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

O prefeito Fabion Gomes informou, em vídeo divulgado nas redes sociais, que os pagamentos ao clube foram suspensos durante sua gestão por determinação judicial, mas ressaltou que os repasses realizados por administrações anteriores seguiram a legislação municipal vigente à época.

De acordo com a Polícia Civil, com base em relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), o desvio ocorria por meio de três eixos principais:

A Polícia Civil informou que os repasses suspeitos acontecem de forma contínua desde 2009. As irregularidades já eram de conhecimento das autoridades desde 2007, quando o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas daquele ano por ausência de autorização legal para transferências.

Para o cumprimento das diligências, 34 policiais civis, entre investigadores e peritos, foram mobilizados. Os mandados abrangeram residências de investigados, a sede do clube e setores da Prefeitura de Tocantinópolis.

Entre os investigados está um policial militar da ativa, o que levou a Polícia Militar do **Tocantins** a prestar apoio durante a operação. Foram apreendidos documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis, que devem subsidiar a continuidade das investigações.

O nome da operação, 2º Tempo, faz referência à continuidade do combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como instrumento para práticas criminosas.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/policia/operacao-mira-suposto-esquema-de-r-51-milhoes-em-recursos-publicos-destinados-a-clube-de-futebol-no-bico/>

Operação investiga desvio de R\$ 5 milhões em repasses ao Tocantinópolis e cumpre mandados contra prefeito e presidente do clube

Júlia Carvalho

A Polícia Civil do **Tocantins** cumpriu, nesta quinta-feira, 12, oito mandados de busca e apreensão durante a Operação 2º Tempo, que apura um suposto esquema de desvio de recursos públicos destinados ao Tocantinópolis Esporte Clube. Entre os alvos das diligências estão endereços ligados ao prefeito de Tocantinópolis, Fabion Gomes, e ao sargento da Polícia Militar Leandro Pereira, que preside o clube investigado.

As ordens judiciais também foram cumpridas em setores da prefeitura, na sede da equipe esportiva e em outras residências de investigados.

A operação é conduzida pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado (Dracco), do Grupo de Operações Táticas Especiais (Gote), da 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), da 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e da Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DRCOT).

De acordo com a Polícia Civil, as investigações apontam suspeitas dos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro. As apurações começaram a partir de relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que indicaram movimentações consideradas suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos ao clube.

Segundo os investigadores, o suposto esquema teria três frentes principais. A primeira envolve a autorização de repasses de recursos municipais à entidade esportiva por gestores públicos, mesmo após decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo investigado diz respeito ao uso do

clube como estrutura de fachada. Conforme a apuração, documentos como atas e recibos teriam sido produzidos ou alterados para conferir aparência de legalidade às transferências financeiras, que não teriam relação comprovada com atividades esportivas ou interesse público.

Já o terceiro ponto envolve a movimentação posterior dos valores. Após serem transferidos para contas da entidade, os recursos teriam sido redistribuídos para contas pessoais de dirigentes e terceiros ligados ao esquema. A polícia afirma ter identificado intensa movimentação financeira e saques em espécie, prática que pode dificultar o rastreamento da origem do dinheiro.

O prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,14 milhões.

As apurações indicam que o fluxo de repasses investigado remonta a 2009 e teria se mantido até 2024. A irregularidade dessas transferências já havia sido apontada anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado**. No Acórdão nº 638/2009, o órgão considerou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007 e destacou a ausência de autorização legal para repasses de recursos públicos ao clube.

Para cumprir os mandados, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, entre investigadores e peritos, responsáveis pela coleta de documentos administrativos, registros contábeis e dispositivos eletrônicos que poderão subsidiar o avanço das investigações. Como um dos investigados é policial militar da ativa, a Polícia Militar do **Tocantins** também prestou apoio na operação.

O nome da operação faz referência ao "segundo tempo" de uma partida de futebol, simbolizando a continuidade das ações de enfrentamento a esquemas ilícitos que, segundo a polícia, teriam utilizado o esporte como instrumento para práticas ilegais.

Com informações da TV Anhanguera

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/operacao-investiga-desvio-de-r-5-milhoes-em-repasses-ao-tocantinopolis-e-cumpre-mandados-contra-prefeito-e-presidente-do-club-583462/>

Prefeito e presidente de time de futebol do TO são alvos da PC em operação contra repasse irregular de mais de R\$ 5 milhões

Por Patrício Reis, g1 Tocantins

Operação 2º Tempo, com o objetivo de desarticular um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um time de futebol local.

A ação, realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado (Deic), cumpriu oito mandados de busca e apreensão em residências, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva.

De acordo com as investigações, o prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,1 milhões.

O prefeito Fabion Gomes informou que os pagamentos ao time foram cancelados durante sua gestão por ordem judicial, mas os repasses de gestões anteriores foram feitos com base em uma legislação do município.

A Polícia Civil do **Tocantins** realizou, na manhã desta quinta-feira (12), a Operação 2º Tempo, com o objetivo de desarticular um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol local. A ação, realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado (Deic), cumpriu oito mandados de busca e apreensão em casas, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva. Entre os alvos está o prefeito Fabion Gomes (PL).

De acordo com as investigações, o prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,1 milhões. O esquema é investigado pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

?? Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

Foram feitas buscas em endereços do prefeito Fabion Gomes e do presidente do Tocantinópolis Esporte Clube, o sargento da PM Leandro Pereira de Sousa. A polícia também esteve na sede do clube, em secretarias do município e no gabinete do prefeito.

O prefeito Fabion Gomes (PL) informou, em vídeo divulgado nas redes sociais, que os pagamentos ao time foram cancelados durante sua gestão por ordem judicial, mas os repasses de gestões anteriores foram feitos com base em uma legislação do município.

O presidente do Tocantinópolis, Leandro Pereira informou, que o clube não tem convênio e não recebe repasses da prefeitura desde que assumiu a presidência em janeiro de 2025 (veja posicionamento abaixo).

O g1 também pediu posicionamento do Tocantinópolis Esporte Clube, mas não houve retorno até a publicação desta reportagem.

LEIA MAIS

O que se sabe e o que falta esclarecer sobre a prisão de suspeito de matar fazendeiro no TO

Prefeito de Colinas do **Tocantins** é alvo de mandado de busca da Polícia Federal

Entenda o esquema

As apurações da Polícia Civil, fundamentadas em relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), apontaram que o desvio de verbas era estruturado em três eixos principais:

Repasse irregular: Gestores municipais autorizavam a transferência de recursos públicos ao clube, ignorando decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** que já haviam apontado a ilegalidade de tais atos.

Entidade de fachada: Para a polícia, o clube era utilizado como uma estrutura de fachada, com a falsificação de documentos, como atas e recibos, para simular a legalidade das transferências, que não possuíam relação com o interesse público ou atividades esportivas reais.

Lavagem de dinheiro: Após chegarem às contas do clube, os valores eram redistribuídos para contas

peçoais de dirigentes e terceiros, além de serem realizados saques em espécie para dificultar o rastreamento do dinheiro.

Histórico de irregularidades

Segundo a polícia, o fluxo de repasses investigado ocorre de forma contínua desde 2009, estendendo-se até 2024. As irregularidades eram de conhecimento das autoridades desde 2007, quando o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas daquele ano devido à ausência de autorização legal para as transferências.

Para o cumprimento das diligências, foram mobilizados 34 policiais civis, entre investigadores e peritos. Os mandados foram cumpridos em locais estratégicos, incluindo setores da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis.

Entre os investigados está um policial militar da ativa, o que levou a Polícia Militar do **Tocantins** a prestar apoio durante a operação. Documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis foram apreendidos para subsidiar a continuidade das investigações.

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal.

O nome da operação faz alusão à continuidade do combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como instrumento para práticas criminosas.

Posicionamento do presidente do Tocantinópolis

É, com relação a essa situação aí e do que que está sendo investigado, é um possível repasse que o Tocantinópolis receba da Prefeitura de Tocantinópolis através de uma lei municipal, lei essa que vem desde a fundação do clube, em que a prefeitura municipal, autorizada pela Câmara Municipal, fazia um repasse mensal de 30 salários mínimos para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Com relação a esses repasses, essa lei em dezembro, mais especificamente dezembro de 2024, antes de eu ser presidente, ter a eleição para presidente, tinha uma liminar aonde suspende esse repasse. E dali então não foi mais feito repasse.

Depois que eu assumi a presidência e o prefeito Fabion Gomes, que assumiu também em janeiro de 2025, a prefeitura não teve repasse. O Tocantinópolis Esporte Clube, nesse um ano e três meses que estão fazendo agora de mandato, não teve nenhum repasse público de nada. Hoje o Tocantinópolis não tem

convênio nenhum com a prefeitura municipal de Tocantinópolis.

Veja mais notícias da região no g1 **Tocantins**.

Site:

<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2026/03/12/operacao-investiga-repasse-de-r-51-milhoes-da-prefeitura-de-tocantinopolis-para-time-de-futebol.ghtml>

Operação "2º Tempo" investiga desvio de mais de R\$ 5,1 milhões envolvendo prefeitura e clube de futebol em Tocantinópolis

A Polícia Civil do **Tocantins** deflagrou, nesta quinta-feira (12), a operação "2º Tempo", que investiga um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis para o Tocantinópolis Esporte Clube. Segundo as investigações, o prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,1 milhões.

De acordo com informações apuradas pela Agência **Tocantins**, a ação foi conduzida pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado, do Grupo de Operações Táticas Especiais, da Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos, da Divisão de Homicídios de Gurupi e da Divisão de Repressão a Crimes contra a Ordem Tributária.

Ainda segundo apuração da reportagem, as investigações tiveram início após relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) apontarem movimentações suspeitas envolvendo recursos públicos.

De acordo com a Polícia Civil, o esquema investigado teria funcionado entre 2009 e 2024, com a transferência sistemática de recursos da prefeitura para o clube esportivo.

Os investigadores apontam que o mecanismo operava em três etapas principais:

Segundo a investigação, a irregularidade dessas transferências já havia sido apontada pelo **TCE** ainda em 2009, quando o órgão julgou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007, por ausência de autorização legal para o envio de recursos ao clube.

A operação mobilizou 34 policiais civis, entre investigadores e peritos. As equipes cumpriram mandados de busca e apreensão em oito endereços, incluindo:

Durante as buscas, os agentes apreenderam documentos administrativos, equipamentos eletrônicos e registros contábeis, que serão analisados para aprofundar a investigação.

A ação também contou com apoio da Polícia Militar, pois um dos investigados é policial militar da ativa e ocupa cargo de gestão na entidade esportiva.

O nome "2º Tempo" faz referência ao futebol e, segundo a Polícia Civil, simboliza uma nova etapa no combate a esquemas ilícitos que teriam utilizado o esporte como instrumento para o desvio de recursos públicos.

A corporação informou que as investigações continuam e que novas medidas judiciais não estão descartadas.

A Agência **Tocantins** tentou contato com o prefeito de Tocantinópolis, Fabion Gomes, para comentar a operação. No entanto, até a publicação desta reportagem, a equipe de jornalismo não havia conseguido falar com o gestor municipal.

Os dirigentes do Tocantinópolis Esporte Clube também não foram localizados para comentar o assunto. A reportagem deixa o espaço aberto para manifestação dos citados em momento oportuno.

Reportagem: Allessandro Ferreira / Agência **Tocantins**

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/105859/operacao-l2o-tempo-investiga-desvio-de-mais-de-r-5-1-milhoes-envolvendo-prefeitura-e-clube-de-futebol-em-tocantinopolis>

Investigação sobre suposta lavagem de dinheiro em Tocantinópolis

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2026/03/12/TVANHANGUER>

APALMASAFGLOBOTO-07.04.02-07.05.52-

1773329266.mp4

Polícia Civil investiga desvio de mais de 5,1 milhões em repasses a clube de futebol

A Polícia Civil do **Tocantins** deflagrou nesta quinta-feira (12) a Operação 2º Tempo, que investiga um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol. Ao todo, foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão em residências de investigados, setores da prefeitura e na sede da entidade esportiva.

Segundo a investigação, o prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5.141.154,17. As apurações indicam que o fluxo de repasses investigado teria ocorrido de forma contínua entre 2009 e 2024.

A operação foi conduzida pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado (Dracco), Grupo de Operações Táticas Especiais (Gote), 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DR-COT).

As investigações apuram suspeitas de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Investigações

De acordo com a Polícia Civil, o inquérito teve início a partir de relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que apontaram movimentações consideradas suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos ao clube

esportivo.

Segundo os investigadores, o suposto esquema seria estruturado em três eixos principais.

O primeiro envolveria a autorização de repasses irregulares de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo estaria relacionado ao uso da

entidade esportiva como estrutura de fachada, com a suposta falsificação de documentos, como atas e recibos, para conferir aparência de legalidade às transferências financeiras.

Já o terceiro eixo investigado envolve a redistribuição e ocultação dos valores. Após serem transferidos para as contas da entidade, os

recursos teriam sido pulverizados para contas pessoais de dirigentes e terceiros, com registros de saques em espécie, prática que dificulta o rastreamento da origem do dinheiro.

Irregularidades

A Polícia Civil informou que a irregularidade dos repasses já havia sido apontada anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

Por meio do Acórdão nº 638/2009, o órgão julgou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007, destacando a ausência de autorização legal para a transferência de recursos públicos ao clube investigado.

Mandados

Para o cumprimento das diligências, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, sendo 32 investigadores e dois peritos, responsáveis pela coleta de documentos administrativos, registros contábeis e dispositivos eletrônicos.

Os mandados foram

cumpridos em oito locais considerados estratégicos, incluindo residências de investigados, setores da prefeitura e a sede da entidade esportiva.

Segundo a polícia, um dos investigados é policial militar da ativa, motivo pelo qual a Polícia Militar do **Tocantins** prestou apoio durante o cumprimento das ordens judiciais.

Nome da operação

De acordo com a Polícia Civil, o nome Operação 2º Tempo faz referência ao "segundo tempo" de uma partida de futebol e simboliza a continuidade das

investigações sobre o esquema que, segundo os investigadores, teria utilizado o esporte como instrumento para a prática de crimes contra a administração pública.

As investigações seguem em andamento para identificar todos os envolvidos e esclarecer a destinação dos recursos públicos investigados.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/wp-content/uploads/2026/03/PaginaS-9.pdf>

Prefeito Eduardo Siqueira Campos recebe Selo Município Amigo do Futuro para Palmas

O prefeito Eduardo Siqueira Campos recebeu, nesta quinta-feira (12), o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pela **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** à Prefeitura de **Palmas**. O prêmio reconhece municípios que atingem metas em políticas públicas voltadas à primeira infância, reforçando o compromisso da gestão municipal com o cuidado e o desenvolvimento das crianças da capital.

Durante a solenidade, o prefeito destacou que o selo reflete o conjunto de políticas públicas implementadas pela administração, incluindo ações relacionadas à merenda escolar, transporte coletivo, saúde, segurança alimentar, reabertura de restaurantes comunitários e ampliação da compra de alimentos da agricultura familiar. Segundo ele, o reconhecimento reforça o compromisso da gestão com o fortalecimento da rede de proteção social e a atenção às famílias em situação de vulnerabilidade.

Eduardo Siqueira Campos lembrou que **Palmas** também foi uma das quatro capitais brasileiras a receber o Selo Betinho de Combate à Fome, concedido pela Ação da Cidadania, fruto das políticas voltadas à garantia do direito à alimentação. A primeira-dama e secretária municipal de Assistência Social e da Mulher, Polyanna Siqueira Campos, reforçou que o selo é um reconhecimento do cuidado com as crianças e da importância de investir na primeira infância, destacando que "fortalecer a rede de proteção social é investir no futuro de **Palmas**".

Site: <https://www.portalstylo.com.br/noticia/prefeito-eduardo-siqueira-campos-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-para-palmas>

Ao receber Selo Município Amigo do Futuro, Eduardo Siqueira Campos destaca reconstrução das políticas sociais em Palmas (Banner Principal)

O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, participou, na tarde desta quinta-feira, 12, da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro. A iniciativa é do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** e reconhece municípios que alcançaram metas em indicadores relacionados a políticas públicas voltadas à primeira infância.

Acompanhado da primeira-dama e secretária de Assistência Social e da Mulher, Polyanna Siqueira Campos, o prefeito da capital ressaltou que o reconhecimento simboliza o compromisso da gestão municipal com o cuidado e o desenvolvimento das crianças. "Este selo significa que nós nos dedicamos ao que há de melhor na nossa sociedade, que são as nossas crianças", afirmou.

Segundo ele, o resultado reflete um conjunto de políticas públicas implementadas pelo município, entre elas ações voltadas à merenda escolar, ao transporte coletivo, à saúde e à segurança alimentar. O prefeito também citou a reabertura de restaurantes comunitários e a ampliação da compra de alimentos da agricultura familiar.

Eduardo Siqueira Campos destacou ainda o fortalecimento da rede de assistência social na capital. De acordo com ele, "Palmas reconstruiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ampliando o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade".

O prefeito lembrou também que a capital foi uma das quatro capitais brasileiras reconhecidas com o Selo Betinho de Combate à Fome, concedido pela Ação da Cidadania, resultado das políticas voltadas à garantia do direito à alimentação.

Ao final, ele parabenizou as instituições envolvidas na iniciativa. "Vejo esse reconhecimento com muito otimismo e parabenizo o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** pela iniciativa, assim como todas as instituições envolvidas", concluiu.

Site: <https://jornaltocantinsnews.com.br/ao-receber-selo-municipio-amigo-do-futuro-eduardo-siqueira-campos-destaca-reconstrucao-das-politicas-sociais-em-palmas/>

Aragominas recebe o Selo Amigo do Futuro em reconhecimento às ações pela Primeira Infância

Premiação é resultado da iniciativa **TCE/TO** "De Olho no Futuro", refletindo o empenho da equipe de assistência social e parcerias com as secretarias de saúde e educação.

Nesta quinta-feira, 12, Aragominas celebra uma conquista significativa ao receber o Selo "Município Amigo do Futuro". Esta honraria é o reconhecimento das ações implementadas no âmbito do programa **TCE/TO** "De Olho no Futuro", realizado em 29 de novembro de 2025. Este selo representa não apenas a excelência no atendimento à primeira infância, mas também o resultado de um trabalho árduo e bem planejado por toda a equipe de assistência social do município.

O "**TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância" é uma iniciativa do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)**, lançada em 2025, com o objetivo de fortalecer as políticas públicas voltadas para crianças de 0 a 6 anos. O projeto destaca-se pelo seu enfoque em saúde, educação e assistência, abrangendo 139 municípios do estado, e promovendo melhorias nos indicadores sociais. As ações incluem diagnósticos locais, capacitações via webinários e eventos como o "Dia D da Primeira Infância", que têm sido fundamentais para conscientizar e mobilizar a sociedade.

A premiação recebida pelo Prefeito Marcos Alexandre e pela Secretária Municipal de Aragominas Regiane Santana é um reconhecimento da competência e do comprometimento da equipe de assistência social, que atuou em sintonia com as secretarias municipais de saúde, educação e demais entidades.

O Prefeito Marcos Alexandre destacou que "Essa colaboração foi essencial para o alinhamento das iniciativas e para a execução de ações eficazes que visam garantir os direitos das crianças e melhorar seu desenvolvimento."

"Agradecemos também ao Cartório de Aragominas pela sua participação, que contribuiu de forma imparcial e essencial para o sucesso deste projeto. Este selo é um símbolo do nosso compromisso contínuo com a construção de um futuro mais

promissor para as crianças de nossa cidade." Disse o Prefeito

Ao receber o Selo "Município Amigo do Futuro", Aragominas reafirma seu papel como um local que prioriza o bem-estar infantil e se posiciona como um exemplo a ser seguido por outros municípios. O reconhecimento reforça a importância de uma gestão integrada, que une esforços de diversas áreas para alcançar um objetivo comum: garantir um futuro melhor e mais igualitário para as novas gerações.

Com essa conquista, Aragominas amplia ainda mais suas ações, aprimorando as políticas públicas voltadas para a primeira infância e fortalecendo a rede de apoio às crianças e suas famílias.

Site:

<https://radartocantinense.com.br/2026/03/12/aragominas-recebe-o-selo-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-acoes-pela-primeira-infancia/>

Goianorte recebe o "Selo Município Amigo do Futuro" (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

O município de Goianorte foi reconhecido com o "Selo Município Amigo do Futuro", concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, em reconhecimento às boas práticas de gestão voltadas às políticas públicas para a primeira infância.

A certificação foi recebida pela prefeita Maria de Jesus Amaro de Oliveira Parente (Nega), acompanhada da secretária municipal de Administração, Jubiane Alves, durante cerimônia realizada no Auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins**, em **Palmas**.

O evento reuniu prefeitos de diversos municípios de todo o Estado do **Tocantins**, gestores públicos, autoridades políticas e representantes de instituições, reforçando a importância da pauta voltada à proteção e ao desenvolvimento das crianças na primeira infância.

O selo integra o programa "**TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância", iniciativa do **Tribunal de Contas** que tem como objetivo fortalecer as políticas públicas destinadas às crianças de 0 a 6 anos, estimulando a integração entre as áreas de saúde, educação e assistência social, além de promover o acompanhamento de indicadores e o aprimoramento da gestão pública voltada à infância.

A certificação reconhece os municípios que alcançam desempenho positivo nos indicadores avaliados e que desenvolvem ações concretas voltadas à garantia dos direitos das crianças e ao fortalecimento das famílias.

Participaram também da cerimônia Viviane Passos dos Santos, secretária municipal de Controle Interno e Agente de Integração Local do Programa **TCE** de Olho no Futuro, e Nagila, analista municipal do CFEM, que acompanham e contribuem para a execução das ações do programa no município.

Prefeitura de Goianorte

A gente faz e o progresso continua.

Site: <https://rr10noticias.com.br/goianorte-recebe-o-selo-municipio-amigo-do-futuro/>

TOCANTINÓPOLIS: Lei de 1991 que autorizava repasses ao TEC surge em meio à investigação de R\$ 5 milhões

A investigação que apura um suposto desvio de mais de R\$ 5,1 milhões em recursos públicos destinados ao Tocantinópolis Esporte Clube (TEC) ocorre em meio a um histórico de questionamentos administrativos e judiciais envolvendo repasses da Prefeitura de Tocantinópolis ao clube.

Deflagrada nesta quinta-feira (12), a Operação 2º Tempo, da Polícia Civil do **Tocantins**, cumpriu oito mandados de busca e apreensão em endereços ligados ao prefeito Fabion Gomes (PL), ao presidente do clube, o sargento da Polícia Militar Leandro Pereira de Sousa, além de setores da prefeitura e da sede do time.

Segundo as investigações, os repasses analisados somam R\$ 5.141.154,17 e teriam sido realizados entre 2009 e 2024.

Lei municipal autorizava repasses

A transferência de recursos ao clube tem origem em uma lei municipal aprovada em 1991, que autorizou o Poder Executivo a repassar ao Tocantinópolis Esporte Clube o equivalente a 30 salários mínimos, vinculando a medida à política de incentivo ao esporte amador no município.

Apesar da existência da norma, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** apontou irregularidades na prestação de contas da prefeitura ainda em 2007, destacando ausência de autorização legal específica para esse tipo de transferência.

De acordo com a Polícia Civil, decisões posteriores do tribunal voltaram a apontar problemas em repasses semelhantes ao clube.

Ministério Público questionou transferências

Em 2022, o Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) ingressou na Justiça questionando repasses feitos pela prefeitura ao clube entre 2009 e 2021.

Na ação, o órgão sustentou que os pagamentos teriam ocorrido sem convênio formal e com prestação de contas considerada inadequada.

No mesmo processo, o Ministério Público chegou a solicitar o bloqueio de cotas da Copa do Brasil destinadas ao Tocantinópolis Esporte Clube.

Justiça negou bloqueio na época

Em março de 2022, o juiz Ariostenis Guimarães Vieira rejeitou o pedido de bloqueio dos recursos da competição.

Na decisão, o magistrado afirmou que não havia prova consistente de que os recursos transferidos pela prefeitura ao clube foram desviados ou utilizados fora da finalidade prevista, além de mencionar a existência da lei municipal que autorizava repasses vinculados ao incentivo ao esporte.

Bens foram bloqueados em decisão posterior

Já em decisão proferida no fim de 2024, a 1ª Vara Cível de Tocantinópolis determinou a indisponibilidade de bens até o limite de R\$ 5.141.154,17 do prefeito Fabion Gomes, do ex-prefeito Paulo Gomes e do Tocantinópolis Esporte Clube.

A decisão foi assinada pelo juiz Carlos Roberto de Sousa Dutra, que também determinou que o município se abstivesse de realizar novos repasses ao clube.

Investigação começou após movimentações suspeitas

Segundo a Polícia Civil, a investigação teve início após relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificarem movimentações consideradas atípicas nas contas bancárias ligadas aos investigados.

Entre os indícios apontados estão saques elevados em dinheiro, circulação de valores entre contas e movimentações incompatíveis com a renda declarada.

De acordo com os investigadores, após chegarem às contas da entidade esportiva, os valores teriam sido redistribuídos para contas pessoais de dirigentes e

terceiros, o que levanta suspeitas de lavagem de dinheiro.

Durante o cumprimento dos mandados, policiais civis apreenderam documentos administrativos, registros contábeis e dispositivos eletrônicos, que agora serão analisados para aprofundar as investigações.

A Polícia Civil apura possíveis crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Site: <https://bico24horas.com.br/bico-do-papagaio/tocantinopolis-lei-de-1991-que-autorizava-repasses-ao-tec-surge-em-meio-a-investigacao-de-r-5-milhoes/>

TJTO recebe Selo de Menção Honrosa por atuação em defesa da primeira infância no projeto "TCE de Olho no Futuro"

O Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO) recebeu, na tarde desta quinta-feira (12/3), o Selo de Menção Honrosa concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (TCETO) às instituições parceiras que atuaram em prol da primeira infância no projeto "**TCE** de Olho no Futuro".

Durante a solenidade, a presidente do TJTO, desembargadora Maysa Vendramini Rosal, destacou a importância da união entre os órgãos públicos em torno da infância e afirmou que o reconhecimento destaca a força da coletividade na proteção das crianças tocaninenses.

A desembargadora também ressaltou o poder transformador das ações articuladas entre as instituições. "As políticas públicas podem ser transformadoras quando nascem e são desenvolvidas por meio de parcerias. Todos temos um propósito comum: garantir que cada criança tocaninense tenha oportunidades reais de crescer com dignidade, cuidado, educação e proteção", completou.

A cerimônia foi realizada no auditório do Tribunal de Justiça e também reconheceu, com o Selo Amigo do Futuro, os municípios que obtiveram 50 pontos ou mais nos indicadores avaliados nos eixos I e II, conforme previsto em edital com o resultado final da avaliação.

Coordenador do projeto, o conselheiro **Severiano Costandrade** enfatizou que os resultados alcançados são fruto do esforço conjunto entre as famílias, as instituições e o poder público. Segundo ele, a primeira infância exige atenção contínua e compromisso permanente.

"Não se pode falar de primeira infância sem falar da família e do poder público. Os primeiros anos de vida são decisivos para o amanhã", ressaltou o coordenador.

Com mais de 21 mil atendimentos diretos, a solenidade celebrou os resultados da edição 2025, reconheceu as iniciativas desenvolvidas pelos 139 municípios participantes e marcou o lançamento da edição 2026 do projeto.

Durante o evento, o presidente do **TCETO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, destacou a dimensão e o alcance da iniciativa, que, segundo ele, tem projetado o **Tocantins** como referência dentro e fora do país.

Na ocasião, o presidente do **TCETO** anunciou ainda o lançamento da próxima edição do programa, previsto para o dia 24 de março, com novo formato, mas com o mesmo propósito de fortalecer políticas públicas voltadas à primeira infância no Estado.

Site: <https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/tjto-recebe-selo-de-mencao-honrosa-por-atuacao-em-defesa-da-primeira-infancia-no-projeto-tce-de-olho-no-futuro>

Mantoan participa da entrega do Selo Município Amigo do Futuro do TCE-TO

Divulgação/Ascom Eduardo Mantoan

Na tarde desta quinta-feira, 12, o deputado estadual Eduardo Mantoan (PSDB) participou da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro, concedido às prefeitas e prefeitos tocantinenses que alcançaram 50 pontos ou mais nos indicadores do programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, iniciativa do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

O evento reuniu gestores municipais e autoridades para reconhecer as administrações que têm investido em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças nos primeiros anos de vida.

Representando a Assembleia Legislativa do **Tocantins**, Mantoan destacou a importância de iniciativas que incentivam os municípios a priorizar a primeira infância. "Quando voltamos nossa atenção para as crianças estamos garantindo benefícios para esta faixa etária, como também de toda a população. Parabenizo o **TCE-TO** por esta mobilização e a todos os prefeitos e prefeitas pelas ações pela melhoria da vida dos cidadãos tocantinenses", disse o parlamentar.

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/mantoan-participa-da-entrega-do-selo-municipio-amigo-do-futuro-do-tce-to/140550/>

Jaú do Tocantins recebe Selo Município Amigo do Futuro em reconhecimento às políticas voltadas à primeira infância (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

A Prefeitura de Jaú do **Tocantins** recebeu, nesta quinta-feira, 12, o Selo Município Amigo do Futuro, concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, durante cerimônia realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins (TJTO)**, em **Palmas**.

A prefeita Luciene Araújo participou da solenidade acompanhada de secretários municipais e recebeu o reconhecimento em nome do município, que alcançou 80 pontos nos indicadores avaliados pelo programa.

A iniciativa reconhece municípios que se destacam no cumprimento de metas e na implementação de políticas públicas voltadas à primeira infância, com foco no desenvolvimento integral das crianças e no fortalecimento das ações nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Durante a cerimônia, a prefeita Luciene Araújo comemorou a conquista e destacou o trabalho desenvolvido pela gestão municipal e pelas equipes que atuam diretamente nas políticas públicas do município. "Esse selo representa o compromisso da nossa gestão com o futuro das nossas crianças e com o cuidado das famílias jauenses. É um reconhecimento importante que mostra que Jaú do **Tocantins** está no caminho certo, trabalhando com responsabilidade e dedicação para garantir mais oportunidades e qualidade de vida para a nossa população", afirmou.

O Selo Município Amigo do Futuro é uma iniciativa coordenada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, que avalia indicadores relacionados a ações voltadas à primeira infância. Nesta edição, os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos eixos avaliados foram contemplados com o reconhecimento.

A cerimônia também contou com a participação de

representantes de órgãos parceiros, como o Ministério Público do Estado do **Tocantins**, Defensoria Pública do Estado do **Tocantins**, UNICEF, além de secretarias estaduais e instituições que atuam de forma integrada na promoção de políticas públicas em favor das crianças em todo o estado.

Site: <https://rr10noticias.com.br/jau-do-tocantins-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-em-reconhecimento-as-politicas-voltadas-a-primeira-infancia/>

Ao receber Selo Município Amigo do Futuro, Eduardo Siqueira Campos destaca reconstrução das políticas sociais em Palmas (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

Reconhecimento destaca municípios que alcançaram metas em políticas públicas voltadas à primeira infância durante cerimônia realizada no Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins**

O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, participou, na tarde desta quinta-feira, 12, da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro. A iniciativa é do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** e reconhece municípios que alcançaram metas em indicadores relacionados a políticas públicas voltadas à primeira infância.

Acompanhado da primeira-dama e secretária de Assistência Social e da Mulher, Polyanna Siqueira Campos, o prefeito da capital ressaltou que o reconhecimento simboliza o compromisso da gestão municipal com o cuidado e o desenvolvimento das crianças. "Este selo significa que nós nos dedicamos ao que há de melhor na nossa sociedade, que são as nossas crianças", afirmou.

Segundo ele, o resultado reflete um conjunto de políticas públicas implementadas pelo município, entre elas ações voltadas à merenda escolar, ao transporte coletivo, à saúde e à segurança alimentar. O prefeito também citou a reabertura de restaurantes comunitários e a ampliação da compra de alimentos da agricultura familiar.

Eduardo Siqueira Campos destacou ainda o fortalecimento da rede de assistência social na capital. De acordo com ele, "Palmas reconstruiu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ampliando o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade".

O prefeito lembrou também que a capital foi uma das quatro capitais brasileiras reconhecidas com o Selo Betinho de Combate à Fome, concedido pela Ação da Cidadania, resultado das políticas voltadas à garantia do direito à alimentação.

Ao final, ele parabenizou as instituições envolvidas na iniciativa. "Vejo esse reconhecimento com muito otimismo e parabenizo o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** pela iniciativa, assim como todas as instituições envolvidas", concluiu.

Site: <https://rr10noticias.com.br/ao-receber-selo-municipio-amigo-do-futuro-eduardo-siqueira-campos-destaca-reconstrucao-das-politicas-sociais-em-palmas/>

Entenda como começou investigação do repasse R\$ 5 mi a time de futebol | G1

Nesta quinta-feira (12), a PC cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços do prefeito Fabion Gomes (PL) e do presidente do Tocantinópolis, o sargento da PM Leandro Pereira de Sousa. A polícia também esteve na sede do clube, em secretarias do município e no gabinete do prefeito.

O prefeito Fabion Gomes (PL) informou, em vídeo divulgado nas redes sociais, que os pagamentos ao time foram cancelados durante sua gestão por ordem judicial, mas os repasses de gestões anteriores foram feitos com base em uma lei municipal.

O presidente do Tocantinópolis, Leandro Pereira, informou que o clube não tem convênio e não recebe repasses da prefeitura desde que assumiu a presidência em janeiro de 2025 (veja posicionamento abaixo).

O g1 também pediu posicionamento do Tocantinópolis Esporte Clube, mas não houve retorno até a publicação desta reportagem.

O esquema é investigado pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Segundo a polícia, o município fez repasses ao clube entre 2009 e 2024, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

Conforme a decisão que autorizou a operação, um relatório de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificou saques elevados, circularidade de valores entre as contas e recebimentos incompatíveis com a renda declarada.

Após entrar na conta da entidade esportiva, o dinheiro era supostamente redistribuído entre dirigentes e terceiros. O documento afirma que havia sinais claros de ocultação e dissimulação da origem ilícita, caracterizando indícios de lavagem de capitais.

Operação investiga repasses a clube esportivo - Foto: Divulgação/PCTO

Entenda o esquema

As apurações da Polícia Civil, fundamentadas em relatórios do Coaf, apontaram que o desvio de verbas era estruturado em três eixos principais:

Repastes irregulares: Gestores municipais autorizavam a transferência de recursos públicos ao clube, ignorando decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** que já haviam apontado a ilegalidade de tais atos.

Entidade de fachada: Para a polícia, o clube era utilizado como uma estrutura de fachada, com a falsificação de documentos, como atas e recibos, para simular a legalidade das transferências, que não possuíam relação com o interesse público ou atividades esportivas reais.

Lavagem de dinheiro: Após chegarem às contas do clube, os valores eram redistribuídos para contas pessoais de dirigentes e terceiros, além de serem realizados saques em espécie para dificultar o rastreamento do dinheiro.

Histórico de irregularidades

Segundo a polícia, o fluxo de repastes investigado ocorre de forma contínua desde 2009, estendendo-se até 2024. As irregularidades eram de conhecimento das autoridades desde 2007, quando o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas daquele ano devido à ausência de autorização legal para as transferências.

Durante o cumprimento de oito mandados, policiais apreenderam documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis.

O nome da Operação 2º Tempo faz alusão à continuidade do combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como instrumento para práticas criminosas.

Posicionamento do presidente do Tocantinópolis

É, com relação a essa situação aí e do que que está sendo investigado, é um possível repasse que o Tocantinópolis receba da Prefeitura de Tocantinópolis através de uma lei municipal, lei essa que vem desde a fundação do clube, em que a prefeitura municipal, autorizada pela Câmara Municipal, fazia um repasse

mensal de 30 salários mínimos para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Com relação a esses repasses, essa lei em dezembro, mais especificamente dezembro de 2024, antes de eu ser presidente, ter a eleição para presidente, tinha uma liminar aonde suspende esse repasse. E dali então não foi mais feito repasse.

Depois que eu assumi a presidência e o prefeito Fabion Gomes, que assumiu também em janeiro de 2025, a prefeitura não teve repasse. O Tocantinópolis Esporte Clube, nesse um ano e três meses que estão fazendo agora de mandato, não teve nenhum repasse público de nada. Hoje o Tocantinópolis não tem convênio nenhum com a prefeitura municipal de Tocantinópolis.

Site: <https://folhadetaquarussu.com.br/entenda-como-comecou-investigacao-do-repasse-r-5-mi-a-time-de-futebol-g1/>

Polícia Civil deflagra Operação 2º Tempo para investigar esquema de desvio de recursos públicos destinados a clube de futebol em Tocantinópolis

Ação cumpriu oito mandados de busca; prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,1 milhões.

A Polícia Civil do **Tocantins** deflagrou nesta quinta-feira, 12, a Operação 2º Tempo, com o objetivo de investigar um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol. As equipes cumpriram oito mandados de busca e apreensão em endereços residenciais, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva.

A ação foi realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado (Dracco), Grupo de Operações Táticas Especiais (Gote), 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DRCOT).

As investigações apuram a suspeita de prática dos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Os trabalhos tiveram início a partir de relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que apontaram movimentações suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos ao clube esportivo.

De acordo com a investigação, o esquema seria estruturado em três eixos principais. O primeiro consistiria na autorização de repasses irregulares de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo envolveria o uso da entidade esportiva como estrutura de fachada, com a suposta falsificação ideológica de documentos, como atas e recibos, para conferir aparência de legalidade às transferências financeiras, que não teriam relação comprovada com

atividades esportivas ou interesse público.

Já o terceiro eixo estaria relacionado à redistribuição e ocultação dos valores, que após serem transferidos para as contas da entidade, eram pulverizados para contas pessoais de dirigentes e terceiros ligados ao esquema. As investigações identificaram intensa movimentação financeira e saques em espécie, prática comumente utilizada para dificultar o rastreamento da origem dos recursos.

O prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5.141.154,17.

As apurações indicam que o fluxo de repasses investigado remonta ao ano de 2009, tendo se mantido de forma contínua até 2024. A investigação constatou que a irregularidade das transferências já havia sido apontada anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado**. Por meio do Acórdão nº 638/2009, o órgão julgou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007, destacando a ausência de autorização legal para repasses de recursos públicos ao clube.

Ação policial

Para o cumprimento das diligências, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, sendo 32 investigadores e dois peritos, que atuaram na coleta de documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis que poderão subsidiar o andamento das investigações.

Foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão, em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal. Um dos investigados é policial militar da ativa e por isso a Polícia Militar do **Tocantins** também prestou apoio no cumprimento dos mandados.

Nome da operação

A denominação Operação 2º Tempo faz referência ao "segundo tempo" de uma partida de futebol, simbolizando a continuidade do enfrentamento a esquemas ilícitos que, segundo as investigações, teriam utilizado o esporte - uma das grandes paixões nacionais - como instrumento para práticas ilegais.

Combate à corrupção

A Polícia Civil do **Tocantins** destaca que o combate a crimes contra a administração pública é fundamental para a preservação da moralidade administrativa e para a proteção do patrimônio público. A instituição ressalta que continuará atuando de forma técnica e rigorosa na apuração de ilícitos, com o objetivo de responsabilizar os envolvidos e resguardar o interesse coletivo.

Site: <https://giro360to.com.br/policia-civil-deflagra-operacao-2o-tempo-para-investigar-esquema-de-desvio-de-recursos-publicos-destinados-a-clubes-de-futebol-em-tocantinopolis/>

Investigação sobre repasse de R\$ 5 mi a time de futebol no TO começou após movimentações suspeitas

Fonte: G1 **Tocantins**

Operação investiga repasses da Prefeitura de Tocantinópolis para equipe de futebol

A investigação sobre um suposto esquema que desviou mais de R\$ 5,1 milhões em recursos públicos de Tocantinópolis teve início após um relatório apontar movimentações consideradas atípicas nas contas bancárias dos investigados. Os valores eram repassados pelo município para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Nesta quinta-feira (12), a Polícia Civil cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços do prefeito Fabion Gomes (PL) e do presidente do Tocantinópolis, o sargento da PM Leandro Pereira de Sousa. A polícia também esteve na sede do clube, em secretarias do município e no gabinete do prefeito.

O prefeito Fabion Gomes (PL) informou, em vídeo divulgado nas redes sociais, que os pagamentos ao time foram cancelados durante sua gestão por ordem judicial, mas os repasses de gestões anteriores foram feitos com base em uma legislação do município.

O presidente do Tocantinópolis, Leandro Pereira, informou que o clube não tem convênio e não recebe repasses da prefeitura desde que assumiu a presidência em janeiro de 2025 (veja posicionamento abaixo).

Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

O g1 também pediu posicionamento do Tocantinópolis Esporte Clube, mas não houve retorno até a publicação desta reportagem.

LEIA MAIS:

Prefeito e presidente de time de futebol do TO são alvos da PC em operação contra repasse irregular de mais de R\$ 5 milhões

Prefeito de Colinas do **Tocantins** é alvo operação por violência política de gênero contra vereadora

O que se sabe e o que falta esclarecer sobre a prisão de suspeito de matar fazendeiro no TO

O esquema é investigado pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Conforme a decisão que autorizou a operação, um relatório de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificou saques elevados, circularidade de valores entre as contas e recebimentos incompatíveis com a renda declarada.

Os investigados teriam estruturado um esquema contínuo de desvio de recursos públicos, que eram repassados ilegalmente do município para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Após entrar na conta da entidade esportiva, o dinheiro era supostamente redistribuído entre dirigentes e terceiros. O documento afirma que havia sinais claros de ocultação e dissimulação da origem ilícita, caracterizando indícios de lavagem de capitais.

Operação investiga repasses a clube esportivo

Divulgação/PCTO

Entenda o esquema

As apurações da Polícia Civil, fundamentadas em relatórios do Coaf, apontaram que o desvio de verbas era estruturado em três eixos principais:

Repasses irregulares: Gestores municipais autorizavam a transferência de recursos públicos ao clube, ignorando decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** que já haviam apontado a ilegalidade de tais atos.

Entidade de fachada: Para a polícia, o clube era utilizado como uma estrutura de fachada, com a falsificação de documentos, como atas e recibos, para simular a legalidade das transferências, que não possuíam relação com o interesse público ou

atividades esportivas reais.

apos-movimentacoes-suspeitas/

Lavagem de dinheiro: Após chegarem às contas do clube, os valores eram redistribuídos para contas pessoais de dirigentes e terceiros, além de serem realizados saques em espécie para dificultar o rastreamento do dinheiro.

Histórico de irregularidades

Segundo a polícia, o fluxo de repasses investigado ocorre de forma contínua desde 2009, estendendo-se até 2024. As irregularidades eram de conhecimento das autoridades desde 2007, quando o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas daquele ano devido à ausência de autorização legal para as transferências.

Durante o cumprimento de oito mandados, policiais apreenderam documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis.

O nome da Operação 2º Tempo faz alusão à continuidade do combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como instrumento para práticas criminosas.

Posicionamento do presidente do Tocantinópolis

É, com relação a essa situação aí e do que que está sendo investigado, é um possível repasse que o Tocantinópolis receba da Prefeitura de Tocantinópolis através de uma lei municipal, lei essa que vem desde a fundação do clube, em que a prefeitura municipal, autorizada pela Câmara Municipal, fazia um repasse mensal de 30 salários mínimos para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Com relação a esses repasses, essa lei em dezembro, mais especificamente dezembro de 2024, antes de eu ser presidente, ter a eleição para presidente, tinha uma liminar aonde suspende esse repasse. E dali então não foi mais feito repasse.

Depois que eu assumi a presidência e o prefeito Fabion Gomes, que assumiu também em janeiro de 2025, a prefeitura não teve repasse. O Tocantinópolis Esporte Clube, nesse um ano e três meses que estão fazendo agora de mandato, não teve nenhum repasse público de nada. Hoje o Tocantinópolis não tem convênio nenhum com a prefeitura municipal de Tocantinópolis.

Veja mais notícias da região no g1 **Tocantins**.

d

Site: <https://www.rio104fm.com.br/investigacao-sobre-repasse-de-r-5-mi-a-time-de-futebol-no-to-comecou->

Polícia Civil deflagra Operação 2º Tempo para investigar esquema de desvio de recursos públicos destinados a clube de futebol em Tocantinópolis (Policial)

Impacto Tocantins

A Polícia Civil do **Tocantins** deflagrou nesta quinta-feira, 12, a Operação 2º Tempo, com o objetivo de investigar um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol. As equipes cumpriram oito mandados de busca e apreensão em endereços residenciais, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva.

A ação foi realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado (Dracco), Grupo de Operações Táticas Especiais (Gote), 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DRCOT).

As investigações apuram a suspeita de prática dos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Os trabalhos tiveram início a partir de relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que apontaram movimentações suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos ao clube esportivo.

De acordo com a investigação, o esquema seria estruturado em três eixos principais. O primeiro consistiria na autorização de repasses irregulares de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo envolveria o uso da entidade esportiva como estrutura de fachada, com a suposta falsificação ideológica de documentos, como atas e recibos, para conferir aparência de legalidade às transferências financeiras, que não teriam relação comprovada com atividades esportivas ou interesse público.

Já o terceiro eixo estaria relacionado à redistribuição e ocultação dos valores, que após serem transferidos para as contas da entidade, eram pulverizados para contas pessoais de dirigentes e terceiros ligados ao esquema. As investigações identificaram intensa movimentação financeira e saques em espécie, prática comumente utilizada para dificultar o rastreamento da origem dos recursos.

O prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5.141.154,17.

As apurações indicam que o fluxo de repasses investigado remonta ao ano de 2009, tendo se mantido de forma contínua até 2024. A investigação constatou que a irregularidade das transferências já havia sido apontada anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado**. Por meio do Acórdão nº 638/2009, o órgão julgou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007, destacando a ausência de autorização legal para repasses de recursos públicos ao clube.

Ação policial

Para o cumprimento das diligências, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, sendo 32 investigadores e dois peritos, que atuaram na coleta de documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis que poderão subsidiar o andamento das investigações.

Foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão, em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal. Um dos investigados é policial militar da ativa e por isso a Polícia Militar do **Tocantins** também prestou apoio no cumprimento dos mandados.

Nome da operação

A denominação Operação 2º Tempo faz referência ao "segundo tempo" de uma partida de futebol,

simbolizando a continuidade do enfrentamento a esquemas ilícitos que, segundo as investigações, teriam utilizado o esporte - uma das grandes paixões nacionais - como instrumento para práticas ilegais.

Combate à corrupção

A Polícia Civil do **Tocantins** destaca que o combate a crimes contra a administração pública é fundamental para a preservação da moralidade administrativa e para a proteção do patrimônio público. A instituição ressalta que continuará atuando de forma técnica e rigorosa na apuração de ilícitos, com o objetivo de responsabilizar os envolvidos e resguardar o interesse coletivo. Equipes cumprem oito mandados de busca em Tocantinópolis - Divulgação PCTO

Site: <https://impactotocantins.com.br/policia-civil-deflagra-operacao-2o-tempo-para-investigar-esquema-de-desvio-de-recursos-publicos-destinados-a-clubes-de-futebol-em-tocantinopolis/>

Prefeito e presidente de time de futebol do TO são alvos da PC em operação contra repasse irregular de mais de R\$ 5 milhões (Tocantins)

Operação investiga repasses da Prefeitura de Tocantinópolis para equipe de futebol

A Polícia Civil do **Tocantins** realizou, na manhã desta quinta-feira (12), a Operação 2º Tempo, com o objetivo de desarticular um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol local. A ação, realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado (Deic), cumpriu oito mandados de busca e apreensão em casas, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva. Entre os alvos está o prefeito Fabion Gomes (PL).

De acordo com as investigações, o prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,1 milhões. O esquema é investigado pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

?? Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

Foram feitas buscas em endereços do prefeito Fabion Gomes e do presidente do Tocantinópolis Esporte Clube, o sargento da PM Leandro Pereira de Sousa. A polícia também esteve na sede do clube, em secretarias do município e no gabinete do prefeito.

O prefeito Fabion Gomes (PL) informou, em vídeo divulgado nas redes sociais, que os pagamentos ao time foram cancelados durante sua gestão por ordem judicial, mas os repasses de gestões anteriores foram feitos com base em uma legislação do município.

O presidente do Tocantinópolis, Leandro Pereira informou, que o clube não tem convênio e não recebe repasses da prefeitura desde que assumiu a presidência em janeiro de 2025 (veja posicionamento abaixo).

O g1 também pediu posicionamento do Tocantinópolis Esporte Clube, mas não houve retorno até a publicação desta reportagem.

LEIA MAIS

O que se sabe e o que falta esclarecer sobre a prisão de suspeito de matar fazendeiro no TO

Prefeito de Colinas do **Tocantins** é alvo de mandado de busca da Polícia Federal

Polícia Civil cumpriu mandados de busca em Tocantinópolis

PCTO/Divulgação

Entenda o esquema

As apurações da Polícia Civil, fundamentadas em relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), apontaram que o desvio de verbas era estruturado em três eixos principais:

Repasses irregulares: Gestores municipais autorizavam a transferência de recursos públicos ao clube, ignorando decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** que já haviam apontado a ilegalidade de tais atos.

Entidade de fachada: Para a polícia, o clube era utilizado como uma estrutura de fachada, com a falsificação de documentos, como atas e recibos, para simular a legalidade das transferências, que não possuíam relação com o interesse público ou atividades esportivas reais.

Lavagem de dinheiro: Após chegarem às contas do clube, os valores eram redistribuídos para contas pessoais de dirigentes e terceiros, além de serem realizados saques em espécie para dificultar o rastreamento do dinheiro.

Histórico de irregularidades

Segundo a polícia, o fluxo de repasses investigado

ocorre de forma contínua desde 2009, estendendo-se até 2024. As irregularidades eram de conhecimento das autoridades desde 2007, quando o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas daquele ano devido à ausência de autorização legal para as transferências.

Para o cumprimento das diligências, foram mobilizados 34 policiais civis, entre investigadores e peritos. Os mandados foram cumpridos em locais estratégicos, incluindo setores da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis.

Entre os investigados está um policial militar da ativa, o que levou a Polícia Militar do **Tocantins** a prestar apoio durante a operação. Documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis foram apreendidos para subsidiar a continuidade das investigações.

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal.

O nome da operação faz alusão à continuidade do combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como instrumento para práticas criminosas.

Sede do Tocantinópolis Esporte Clube

Reprodução/Google Street View

Posicionamento do presidente do Tocantinópolis

É, com relação a essa situação aí e do que que está sendo investigado, é um possível repasse que o Tocantinópolis receba da Prefeitura de Tocantinópolis através de uma lei municipal, lei essa que vem desde a fundação do clube, em que a prefeitura municipal, autorizada pela Câmara Municipal, fazia um repasse mensal de 30 salários mínimos para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Com relação a esses repasses, essa lei em dezembro, mais especificamente dezembro de 2024, antes de eu ser presidente, ter a eleição para presidente, tinha uma liminar aonde suspende esse repasse. E dali então não foi mais feito repasse.

Depois que eu assumi a presidência e o prefeito Fabion Gomes, que assumiu também em janeiro de 2025, a prefeitura não teve repasse. O Tocantinópolis Esporte Clube, nesse um ano e três meses que estão fazendo agora de mandato, não teve nenhum repasse público de nada. Hoje o Tocantinópolis não tem convênio nenhum com a prefeitura municipal de Tocantinópolis.

Veja mais notícias da região no g1 **Tocantins**.

Site: <https://diretoereto.com.br/2026/03/12/prefeito-e-presidente-de-time-de-futebol-do-to-sao-alvos-da-pc-em-operacao-contra-repasse-irregular-de-mais-de-r-5-milhoes/>

Investigação sobre repasse de R\$ 5 mi a time de futebol no TO começou após movimentações suspeitas (Tocantins)

Operação investiga repasses da Prefeitura de Tocantinópolis para equipe de futebol

A investigação sobre um suposto esquema que desviou mais de R\$ 5,1 milhões em recursos públicos de Tocantinópolis teve início após um relatório apontar movimentações consideradas atípicas nas contas bancárias dos investigados. Os valores eram repassados pelo município para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Nesta quinta-feira (12), a Polícia Civil cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços do prefeito Fabion Gomes (PL) e do presidente do Tocantinópolis, o sargento da PM Leandro Pereira de Sousa. A polícia também esteve na sede do clube, em secretarias do município e no gabinete do prefeito.

O prefeito Fabion Gomes (PL) informou, em vídeo divulgado nas redes sociais, que os pagamentos ao time foram cancelados durante sua gestão por ordem judicial, mas os repasses de gestões anteriores foram feitos com base em uma legislação do município.

O presidente do Tocantinópolis, Leandro Pereira, informou que o clube não tem convênio e não recebe repasses da prefeitura desde que assumiu a presidência em janeiro de 2025 (veja posicionamento abaixo).

?? Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

O g1 também pediu posicionamento do Tocantinópolis Esporte Clube, mas não houve retorno até a publicação desta reportagem.

LEIA MAIS:

Prefeito e presidente de time de futebol do TO são alvos da PC em operação contra repasse irregular de mais de R\$ 5 milhões

Prefeito de Colinas do **Tocantins** é alvo operação por violência política de gênero contra vereadora

O que se sabe e o que falta esclarecer sobre a prisão

de suspeito de matar fazendeiro no TO

O esquema é investigado pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Conforme a decisão que autorizou a operação, um relatório de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificou saques elevados, circularidade de valores entre as contas e recebimentos incompatíveis com a renda declarada.

Os investigados teriam estruturado um esquema contínuo de desvio de recursos públicos, que eram repassados ilegalmente do município para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Após entrar na conta da entidade esportiva, o dinheiro era supostamente redistribuído entre dirigentes e terceiros. O documento afirma que havia sinais claros de ocultação e dissimulação da origem ilícita, caracterizando indícios de lavagem de capitais.

Operação investiga repasses a clube esportivo

Divulgação/PCTO

Entenda o esquema

As apurações da Polícia Civil, fundamentadas em relatórios do Coaf, apontaram que o desvio de verbas era estruturado em três eixos principais:

Repasses irregulares: Gestores municipais autorizavam a transferência de recursos públicos ao clube, ignorando decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** que já haviam apontado a ilegalidade de tais atos.

Entidade de fachada: Para a polícia, o clube era utilizado como uma estrutura de fachada, com a falsificação de documentos, como atas e recibos, para simular a legalidade das transferências, que não possuíam relação com o interesse público ou atividades esportivas reais.

Lavagem de dinheiro: Após chegarem às contas do clube, os valores eram redistribuídos para contas pessoais de dirigentes e terceiros, além de serem realizados saques em espécie para dificultar o rastreamento do dinheiro.

Histórico de irregularidades

Segundo a polícia, o fluxo de repasses investigado ocorre de forma contínua desde 2009, estendendo-se até 2024. As irregularidades eram de conhecimento das autoridades desde 2007, quando o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas daquele ano devido à ausência de autorização legal para as transferências.

Durante o cumprimento de oito mandados, policiais apreenderam documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis.

O nome da Operação 2º Tempo faz alusão à continuidade do combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como instrumento para práticas criminosas.

Posicionamento do presidente do Tocantinópolis

É, com relação a essa situação aí e do que que está sendo investigado, é um possível repasse que o Tocantinópolis receba da Prefeitura de Tocantinópolis através de uma lei municipal, lei essa que vem desde a fundação do clube, em que a prefeitura municipal, autorizada pela Câmara Municipal, fazia um repasse mensal de 30 salários mínimos para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Com relação a esses repasses, essa lei em dezembro, mais especificamente dezembro de 2024, antes de eu ser presidente, ter a eleição para presidente, tinha uma liminar aonde suspende esse repasse. E dali então não foi mais feito repasse.

Depois que eu assumi a presidência e o prefeito Fabion Gomes, que assumiu também em janeiro de 2025, a prefeitura não teve repasse. O Tocantinópolis Esporte Clube, nesse um ano e três meses que estão fazendo agora de mandato, não teve nenhum repasse público de nada. Hoje o Tocantinópolis não tem convênio nenhum com a prefeitura municipal de Tocantinópolis.

Veja mais notícias da região no g1 **Tocantins**.

d

Site: <https://diretoereto.com.br/2026/03/12/investigacao-sobre-repasse-de-r-5-mi-a-time-de-futebol-no-to-comecou-apos-movimentacoes-suspeitas/>

Investigação sobre repasse de R\$ 5 mi a time de futebol no TO começou após movimentações suspeitas (SLIDE)

Operação investiga repasses da Prefeitura de Tocantinópolis para equipe de futebol

A investigação sobre um suposto esquema que desviou mais de R\$ 5,1 milhões em recursos públicos de Tocantinópolis teve início após um relatório apontar movimentações consideradas atípicas nas contas bancárias dos investigados. Os valores eram repassados pelo município para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Nesta quinta-feira (12), a Polícia Civil cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços do prefeito Fabion Gomes (PL) e do presidente do Tocantinópolis, o sargento da PM Leandro Pereira de Sousa. A polícia também esteve na sede do clube, em secretarias do município e no gabinete do prefeito.

O prefeito Fabion Gomes (PL) informou, em vídeo divulgado nas redes sociais, que os pagamentos ao time foram cancelados durante sua gestão por ordem judicial, mas os repasses de gestões anteriores foram feitos com base em uma legislação do município.

O presidente do Tocantinópolis, Leandro Pereira, informou que o clube não tem convênio e não recebe repasses da prefeitura desde que assumiu a presidência em janeiro de 2025 (veja posicionamento abaixo).

[Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp](#)

O g1 também pediu posicionamento do Tocantinópolis Esporte Clube, mas não houve retorno até a publicação desta reportagem.

LEIA MAIS:

Prefeito e presidente de time de futebol do TO são alvos da PC em operação contra repasse irregular de mais de R\$ 5 milhões

Prefeito de Colinas do **Tocantins** é alvo operação por violência política de gênero contra vereadora

O que se sabe e o que falta esclarecer sobre a prisão

de suspeito de matar fazendeiro no TO

O esquema é investigado pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Conforme a decisão que autorizou a operação, um relatório de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificou saques elevados, circularidade de valores entre as contas e recebimentos incompatíveis com a renda declarada.

Os investigados teriam estruturado um esquema contínuo de desvio de recursos públicos, que eram repassados ilegalmente do município para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Após entrar na conta da entidade esportiva, o dinheiro era supostamente redistribuído entre dirigentes e terceiros. O documento afirma que havia sinais claros de ocultação e dissimulação da origem ilícita, caracterizando indícios de lavagem de capitais.

Operação investiga repasses a clube esportivo

Divulgação/PCTO

Entenda o esquema

As apurações da Polícia Civil, fundamentadas em relatórios do Coaf, apontaram que o desvio de verbas era estruturado em três eixos principais:

Repasses irregulares: Gestores municipais autorizavam a transferência de recursos públicos ao clube, ignorando decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** que já haviam apontado a ilegalidade de tais atos.

Entidade de fachada: Para a polícia, o clube era utilizado como uma estrutura de fachada, com a falsificação de documentos, como atas e recibos, para simular a legalidade das transferências, que não possuíam relação com o interesse público ou atividades esportivas reais.

Lavagem de dinheiro: Após chegarem às contas do clube, os valores eram redistribuídos para contas pessoais de dirigentes e terceiros, além de serem realizados saques em espécie para dificultar o rastreamento do dinheiro.

Histórico de irregularidades

Segundo a polícia, o fluxo de repasses investigado ocorre de forma contínua desde 2009, estendendo-se até 2024. As irregularidades eram de conhecimento das autoridades desde 2007, quando o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas daquele ano devido à ausência de autorização legal para as transferências.

Durante o cumprimento de oito mandados, policiais apreenderam documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis.

O nome da Operação 2º Tempo faz alusão à continuidade do combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como instrumento para práticas criminosas.

Posicionamento do presidente do Tocantinópolis

É, com relação a essa situação aí e do que que está sendo investigado, é um possível repasse que o Tocantinópolis receba da Prefeitura de Tocantinópolis através de uma lei municipal, lei essa que vem desde a fundação do clube, em que a prefeitura municipal, autorizada pela Câmara Municipal, fazia um repasse mensal de 30 salários mínimos para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Com relação a esses repasses, essa lei em dezembro, mais especificamente dezembro de 2024, antes de eu ser presidente, ter a eleição para presidente, tinha uma liminar aonde suspende esse repasse. E dali então não foi mais feito repasse.

Depois que eu assumi a presidência e o prefeito Fabion Gomes, que assumiu também em janeiro de 2025, a prefeitura não teve repasse. O Tocantinópolis Esporte Clube, nesse um ano e três meses que estão fazendo agora de mandato, não teve nenhum repasse público de nada. Hoje o Tocantinópolis não tem convênio nenhum com a prefeitura municipal de Tocantinópolis.

Veja mais notícias da região no g1 **Tocantins**.

d

Site: <https://www.radiocidade879fm.com.br/investigacao-sobre-repasse-de-r-5-mi-a-time-de-futebol-no-to-comecou-apos-movimentacoes-suspeitas/>

PC investiga esquema de desvio de recursos públicos destinados a clube de futebol; prejuízo ultrapassa R\$ 5 mi (Notícias)

A Polícia Civil do **Tocantins** deflagrou nesta quinta-feira, 12, a Operação 2º Tempo, com o objetivo de investigar um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol. As equipes cumpriram oito mandados de busca e apreensão em endereços residenciais, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva.

A ação foi realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado (Dracco), Grupo de Operações Táticas Especiais (Gote), 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DRCOT).

As investigações apuram a suspeita de prática dos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Os trabalhos tiveram início a partir de relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que apontaram movimentações suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos ao clube esportivo.

De acordo com a investigação, o esquema seria estruturado em três eixos principais. O primeiro consistiria na autorização de repasses irregulares de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo envolveria o uso da entidade esportiva como estrutura de fachada, com a suposta falsificação ideológica de documentos, como atas e recibos, para conferir aparência de legalidade às transferências financeiras, que não teriam relação comprovada com atividades esportivas ou interesse público.

Já o terceiro eixo estaria relacionado à redistribuição e ocultação dos valores, que após serem transferidos para as contas da entidade, eram pulverizados para contas pessoais de dirigentes e terceiros ligados ao esquema. As investigações identificaram intensa

movimentação financeira e saques em espécie, prática comumente utilizada para dificultar o rastreamento da origem dos recursos.

O prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5.141.154,17.

As apurações indicam que o fluxo de repasses investigado remonta ao ano de 2009, tendo se mantido de forma contínua até 2024. A investigação constatou que a irregularidade das transferências já havia sido apontada anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado**.

Por meio do Acórdão nº 638/2009, o órgão julgou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007, destacando a ausência de autorização legal para repasses de recursos públicos ao clube.

Ação policial

Para o cumprimento das diligências, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, sendo 32 investigadores e dois peritos, que atuaram na coleta de documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis que poderão subsidiar o andamento das investigações.

Foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão, em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal. Um dos investigados é policial militar da ativa e por isso a Polícia Militar do **Tocantins** também prestou apoio no cumprimento dos mandados.

Nome da operação

A denominação Operação 2º Tempo faz referência ao "segundo tempo" de uma partida de futebol, simbolizando a continuidade do enfrentamento a esquemas ilícitos que, segundo as investigações, teriam utilizado o esporte - uma das grandes paixões nacionais - como instrumento para práticas ilegais.

Combate à corrupção

A Polícia Civil do **Tocantins** destaca que o combate a crimes contra a administração pública é fundamental para a preservação da moralidade administrativa e para a proteção do patrimônio público. A instituição ressalta que continuará atuando de forma técnica e rigorosa na apuração de ilícitos, com o objetivo de responsabilizar os envolvidos e resguardar o interesse coletivo.

Site: <https://araguainaurgente.com.br/pc-investiga-esquema-de-desvio-de-recursos-publicos-destinados-a-clubes-de-futebol-prejuizo-ultrapassa-r-5-mil/>

Investigação sobre repasse de R\$ 5 mi a time de futebol no TO começou após movimentações suspeitas

Operação investiga repasses da Prefeitura de Tocantinópolis para equipe de futebol

A investigação sobre um suposto esquema que desviou mais de R\$ 5,1 milhões em recursos públicos de Tocantinópolis teve início após um relatório apontar movimentações consideradas atípicas nas contas bancárias dos investigados. Os valores eram repassados pelo município para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Nesta quinta-feira (12), a Polícia Civil cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços do prefeito Fabion Gomes (PL) e do presidente do Tocantinópolis, o sargento da PM Leandro Pereira de Sousa. A polícia também esteve na sede do clube, em secretarias do município e no gabinete do prefeito.

O prefeito Fabion Gomes (PL) informou, em vídeo divulgado nas redes sociais, que os pagamentos ao time foram cancelados durante sua gestão por ordem judicial, mas os repasses de gestões anteriores foram feitos com base em uma legislação do município.

O presidente do Tocantinópolis, Leandro Pereira, informou que o clube não tem convênio e não recebe repasses da prefeitura desde que assumiu a presidência em janeiro de 2025 (veja posicionamento abaixo).

[Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp](#)

O g1 também pediu posicionamento do Tocantinópolis Esporte Clube, mas não houve retorno até a publicação desta reportagem.

LEIA MAIS:

Prefeito e presidente de time de futebol do TO são alvos da PC em operação contra repasse irregular de mais de R\$ 5 milhões

Prefeito de Colinas do **Tocantins** é alvo operação por violência política de gênero contra vereadora

O que se sabe e o que falta esclarecer sobre a prisão

de suspeito de matar fazendeiro no TO

O esquema é investigado pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Conforme a decisão que autorizou a operação, um relatório de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificou saques elevados, circularidade de valores entre as contas e recebimentos incompatíveis com a renda declarada.

Os investigados teriam estruturado um esquema contínuo de desvio de recursos públicos, que eram repassados ilegalmente do município para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Após entrar na conta da entidade esportiva, o dinheiro era supostamente redistribuído entre dirigentes e terceiros. O documento afirma que havia sinais claros de ocultação e dissimulação da origem ilícita, caracterizando indícios de lavagem de capitais.

Operação investiga repasses a clube esportivo

Divulgação/PCTO

Entenda o esquema

As apurações da Polícia Civil, fundamentadas em relatórios do Coaf, apontaram que o desvio de verbas era estruturado em três eixos principais:

Repasses irregulares: Gestores municipais autorizavam a transferência de recursos públicos ao clube, ignorando decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** que já haviam apontado a ilegalidade de tais atos.

Entidade de fachada: Para a polícia, o clube era utilizado como uma estrutura de fachada, com a falsificação de documentos, como atas e recibos, para simular a legalidade das transferências, que não possuíam relação com o interesse público ou atividades esportivas reais.

Lavagem de dinheiro: Após chegarem às contas do clube, os valores eram redistribuídos para contas pessoais de dirigentes e terceiros, além de serem realizados saques em espécie para dificultar o rastreamento do dinheiro.

comecou-apos-movimentacoes-suspeitas/

Histórico de irregularidades

Segundo a polícia, o fluxo de repasses investigado ocorre de forma contínua desde 2009, estendendo-se até 2024. As irregularidades eram de conhecimento das autoridades desde 2007, quando o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas daquele ano devido à ausência de autorização legal para as transferências.

Durante o cumprimento de oito mandados, policiais apreenderam documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis.

O nome da Operação 2º Tempo faz alusão à continuidade do combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como instrumento para práticas criminosas.

Posicionamento do presidente do Tocantinópolis

É, com relação a essa situação aí e do que que está sendo investigado, é um possível repasse que o Tocantinópolis receba da Prefeitura de Tocantinópolis através de uma lei municipal, lei essa que vem desde a fundação do clube, em que a prefeitura municipal, autorizada pela Câmara Municipal, fazia um repasse mensal de 30 salários mínimos para o Tocantinópolis Esporte Clube.

Com relação a esses repasses, essa lei em dezembro, mais especificamente dezembro de 2024, antes de eu ser presidente, ter a eleição para presidente, tinha uma liminar aonde suspende esse repasse. E dali então não foi mais feito repasse.

Depois que eu assumi a presidência e o prefeito Fabion Gomes, que assumiu também em janeiro de 2025, a prefeitura não teve repasse. O Tocantinópolis Esporte Clube, nesse um ano e três meses que estão fazendo agora de mandato, não teve nenhum repasse público de nada. Hoje o Tocantinópolis não tem convênio nenhum com a prefeitura municipal de Tocantinópolis.

Veja mais notícias da região no g1 **Tocantins**.

d

Fonte: G1 **Tocantins**

Site: <https://www.radionova104fm.com.br/investigacao-sobre-repasse-de-r-5-mi-a-time-de-futebol-no-to->

Polícia Civil deflagra Operação 2º Tempo para investigar esquema de desvio de recursos públicos destinados a clube de futebol em Tocantinópolis (Notícias)

Ação cumpriu oito mandados de busca; prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,1 milhões.]

A Polícia Civil do **Tocantins** deflagrou nesta quinta-feira, 12, a Operação 2º Tempo, com o objetivo de investigar um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol. As equipes cumpriram oito mandados de busca e apreensão em endereços residenciais, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva.

A ação foi realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado (Dracco), Grupo de Operações Táticas Especiais (Gote), 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DRCOT).

As investigações apuram a suspeita de prática dos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Os trabalhos tiveram início a partir de relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que apontaram movimentações suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos ao clube esportivo.

De acordo com a investigação, o esquema seria estruturado em três eixos principais. O primeiro consistiria na autorização de repasses irregulares de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo envolveria o uso da entidade esportiva como estrutura de fachada, com a suposta falsificação ideológica de documentos, como atas e recibos, para conferir aparência de legalidade às transferências financeiras, que não teriam relação comprovada com

atividades esportivas ou interesse público.

Já o terceiro eixo estaria relacionado à redistribuição e ocultação dos valores, que após serem transferidos para as contas da entidade, eram pulverizados para contas pessoais de dirigentes e terceiros ligados ao esquema. As investigações identificaram intensa movimentação financeira e saques em espécie, prática comumente utilizada para dificultar o rastreamento da origem dos recursos.

O prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5.141.154,17.

As apurações indicam que o fluxo de repasses investigado remonta ao ano de 2009, tendo se mantido de forma contínua até 2024. A investigação constatou que a irregularidade das transferências já havia sido apontada anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado**. Por meio do Acórdão nº 638/2009, o órgão julgou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007, destacando a ausência de autorização legal para repasses de recursos públicos ao clube.

Ação policial

Para o cumprimento das diligências, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, sendo 32 investigadores e dois peritos, que atuaram na coleta de documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis que poderão subsidiar o andamento das investigações.

Foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão, em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal. Um dos investigados é policial militar da ativa e por isso a Polícia Militar do **Tocantins** também prestou apoio no cumprimento dos mandados.

Nome da operação

A denominação Operação 2º Tempo faz referência ao "segundo tempo" de uma partida de futebol, simbolizando a continuidade do enfrentamento a esquemas ilícitos que, segundo as investigações, teriam utilizado o esporte - uma das grandes paixões nacionais - como instrumento para práticas ilegais.

Combate à corrupção

A Polícia Civil do **Tocantins** destaca que o combate a crimes contra a administração pública é fundamental para a preservação da moralidade administrativa e para a proteção do patrimônio público. A instituição ressalta que continuará atuando de forma técnica e rigorosa na apuração de ilícitos, com o objetivo de responsabilizar os envolvidos e resguardar o interesse coletivo.

Dicom SSP/TO

Site: <https://portalvemcomnoticias.com/policia-civil-deflagra-operacao-2o-tempo-para-investigar-esquema-de-desvio-de-recursos-publicos-destinados-a-clube-de-futebol-em-tocantinopolis/>

Polícia Civil deflagra Operação 2º Tempo para investigar esquema de desvio de recursos públicos destinados a clube de futebol em Tocantinópolis

Autor(a): Redação

A Polícia Civil do **Tocantins** deflagrou nesta quinta-feira, 12, a Operação 2º Tempo, com o objetivo de investigar um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol. As equipes cumpriram oito mandados de busca e apreensão em endereços residenciais, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva.

A ação foi realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado (Dracco), Grupo de Operações Táticas Especiais (Gote), 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DRCOT).

As investigações apuram a suspeita de prática dos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Os trabalhos tiveram início a partir de relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que apontaram movimentações suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos ao clube esportivo.

De acordo com a investigação, o esquema seria estruturado em três eixos principais. O primeiro consistiria na autorização de repasses irregulares de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo envolveria o uso da entidade esportiva como estrutura de fachada, com a suposta falsificação ideológica de documentos, como atas e recibos, para conferir aparência de legalidade às transferências financeiras, que não teriam relação comprovada com atividades esportivas ou interesse público.

Já o terceiro eixo estaria relacionado à redistribuição e ocultação dos valores, que após serem transferidos para as contas da entidade, eram pulverizados para contas pessoais de dirigentes e terceiros ligados ao esquema. As investigações identificaram intensa movimentação financeira e saques em espécie, prática comumente utilizada para dificultar o rastreamento da origem dos recursos.

O prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5.141.154,17.

As apurações indicam que o fluxo de repasses investigado remonta ao ano de 2009, tendo se mantido de forma contínua até 2024. A investigação constatou que a irregularidade das transferências já havia sido apontada anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado**. Por meio do Acórdão nº 638/2009, o órgão julgou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007, destacando a ausência de autorização legal para repasses de recursos públicos ao clube.

Ação policial

Para o cumprimento das diligências, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, sendo 32 investigadores e dois peritos, que atuaram na coleta de documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis que poderão subsidiar o andamento das investigações.

Foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão, em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal. Um dos investigados é policial militar da ativa e por isso a Polícia Militar do **Tocantins** também prestou apoio no cumprimento dos mandados.

Nome da operação

A denominação Operação 2º Tempo faz referência ao "segundo tempo" de uma partida de futebol,

simbolizando a continuidade do enfrentamento a esquemas ilícitos que, segundo as investigações, teriam utilizado o esporte - uma das grandes paixões nacionais - como instrumento para práticas ilegais.

Combate à corrupção

A Polícia Civil do **Tocantins** destaca que o combate a crimes contra a administração pública é fundamental para a preservação da moralidade administrativa e para a proteção do patrimônio público. A instituição ressalta que continuará atuando de forma técnica e rigorosa na apuração de ilícitos, com o objetivo de responsabilizar os envolvidos e resguardar o interesse coletivo.

Site: <https://agora-to.com.br/policia-civil-deflagra-operacao-2o-tempo-para-investigar-esquema-de-desvio-de-recursos-publicos-destinados-a-clube-de-futebol-em-tocantinopolis/>

O Tocantinópolis na Mira: Polícia Civil deflagra Operação 2º Tempo para investigar esquema de desvio de recursos públicos

A Polícia Civil do **Tocantins** deflagrou nesta quinta-feira, 12, a Operação 2º Tempo, com o objetivo de investigar um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol. As equipes cumpriram oito mandados de busca e apreensão em endereços residenciais, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva.

A ação foi realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado (Dracco), Grupo de Operações Táticas Especiais (Gote), 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DRCOT).

As investigações apuram a suspeita de prática dos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Os trabalhos tiveram início a partir de relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que apontaram movimentações suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos ao clube esportivo.

De acordo com a investigação, o esquema seria estruturado em três eixos principais. O primeiro consistiria na autorização de repasses irregulares de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo envolveria o uso da entidade esportiva como estrutura de fachada, com a suposta falsificação ideológica de documentos, como atas e recibos, para conferir aparência de legalidade às transferências financeiras, que não teriam relação comprovada com atividades esportivas ou interesse público.

Já o terceiro eixo estaria relacionado à redistribuição e ocultação dos valores, que após serem transferidos para as contas da entidade, eram pulverizados para contas pessoais de dirigentes e terceiros ligados ao esquema. As investigações identificaram intensa

movimentação financeira e saques em espécie, prática comumente utilizada para dificultar o rastreamento da origem dos recursos.

O prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5.141.154,17.

As apurações indicam que o fluxo de repasses investigado remonta ao ano de 2009, tendo se mantido de forma contínua até 2024. A investigação constatou que a irregularidade das transferências já havia sido apontada anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado**. Por meio do Acórdão nº 638/2009, o órgão julgou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007, destacando a ausência de autorização legal para repasses de recursos públicos ao clube.

Ação policial

Para o cumprimento das diligências, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, sendo 32 investigadores e dois peritos, que atuaram na coleta de documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis que poderão subsidiar o andamento das investigações.

Foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão, em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal. Um dos investigados é policial militar da ativa e por isso a Polícia Militar do **Tocantins** também prestou apoio no cumprimento dos mandados.

Nome da operação

A denominação Operação 2º Tempo faz referência ao "segundo tempo" de uma partida de futebol, simbolizando a continuidade do enfrentamento a esquemas ilícitos que, segundo as investigações, teriam utilizado o esporte - uma das grandes paixões nacionais - como instrumento para práticas ilegais.

Combate à corrupção

A Polícia Civil do **Tocantins** destaca que o combate a

crimes contra a administração pública é fundamental para a preservação da moralidade administrativa e para a proteção do patrimônio público. A instituição ressalta que continuará atuando de forma técnica e rigorosa na apuração de ilícitos, com o objetivo de responsabilizar os envolvidos e resguardar o interesse coletivo.

Ascom/PC

Site: <https://www.portalbenicio.com.br/o-tocantinopolis-na-mira-policia-civil-deflagra-operacao-2o-tempo-para-investigar-esquema-de-desvio-de-recursos-publicos/>

TOCANTINÓPOLIS: Operação investiga desvio de R\$ 5 milhões e tem prefeito e presidente do TEC como alvos

Uma operação da Polícia Civil realizada na manhã desta quinta-feira (12) colocou o município de Tocantinópolis, no centro de uma investigação sobre um suposto esquema de desvio milionário de recursos públicos destinados ao esporte. A ação cumpriu oito mandados de busca e apreensão e teve como alvos o prefeito da cidade, Fabion Gomes (PL), e o presidente do Tocantinópolis Esporte Clube (TEC), o sargento da Polícia Militar Leandro Pereira de Sousa.

Batizada de Operação 2º Tempo, a investigação apura a possível utilização do clube esportivo para desvio de recursos públicos municipais. De acordo com a Polícia Civil, o prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,1 milhões.

Os mandados foram cumpridos em diversos endereços ligados aos investigados, incluindo residências, a sede do Tocantinópolis Esporte Clube e setores da Prefeitura Municipal. Entre os locais alvos das buscas estão as secretarias de Juventude, Esporte e Lazer, Administração, Finanças e Meio Ambiente, além do Gabinete do Prefeito e do setor de Controle Interno.

Suspeita de esquema com três frentes

Segundo as investigações, o suposto esquema teria funcionado em três frentes principais.

A primeira envolve repasses irregulares de recursos públicos ao clube, autorizados por gestores municipais mesmo após decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo investigado aponta que o clube teria sido utilizado como estrutura de fachada, com a possível produção ou alteração de documentos, como atas e recibos, para dar aparência de legalidade às transferências financeiras que não teriam relação comprovada com atividades esportivas ou interesse público.

Já a terceira frente envolve a movimentação posterior dos valores. De acordo com a polícia, após serem transferidos para contas da entidade esportiva, os

recursos teriam sido redistribuídos para contas pessoais de dirigentes e terceiros, além da realização de saques em dinheiro, o que pode dificultar o rastreamento da origem do dinheiro.

Investigação começou com relatórios financeiros

As apurações tiveram início a partir de relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que identificaram movimentações consideradas suspeitas envolvendo recursos destinados ao clube.

De acordo com os investigadores, o fluxo de repasses sob investigação remonta a 2009 e teria se estendido até 2024.

O **Tribunal de Contas do Estado** já havia apontado irregularidades nessas transferências ainda em 2007, quando considerou irregular a prestação de contas daquele exercício e destacou a ausência de autorização legal para o envio de recursos públicos ao clube.

Operação mobilizou dezenas de policiais

Para o cumprimento das ordens judiciais, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, entre investigadores e peritos. Durante as diligências foram apreendidos documentos administrativos, registros contábeis e dispositivos eletrônicos que poderão ajudar no avanço das investigações.

Como um dos investigados é policial militar da ativa, a Polícia Militar do **Tocantins** também prestou apoio durante a operação.

O nome "2º Tempo" faz referência ao segundo tempo de uma partida de futebol e simboliza, segundo a polícia, a continuidade das ações de enfrentamento a esquemas ilícitos que teriam utilizado o esporte como instrumento para práticas ilegais.

O prefeito Fabion Gomes afirmou em vídeo divulgado nas redes sociais que, durante sua gestão, os pagamentos ao clube foram suspensos por decisão judicial. Segundo ele, repasses feitos anteriormente

teriam ocorrido com base em legislação municipal vigente à época.

Site: <https://bico24horas.com.br/bico-do-papagaio/tocantinopolis-operacao-investiga-desvio-de-r-5-milhoes-e-tem-prefeito-e-presidente-do-tec-como-alvos/>

Polícia Civil investiga desvio de mais de R\$ 5,1 milhões em repasses a clube de futebol em Tocantinópolis

Divulgação

A Polícia Civil do **Tocantins** deflagrou nesta quinta-feira (12) a Operação 2º Tempo , que investiga um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol. Ao todo, foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão em residências de investigados, setores da prefeitura e na sede da entidade esportiva.

Segundo a investigação, o prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5.141.154,17 . As apurações indicam que o fluxo de repasses investigado teria ocorrido de forma contínua entre 2009 e 2024 .

A operação foi conduzida pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado (Dracco), Grupo de Operações Táticas Especiais (Gote), 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DRCOT).

As investigações apuram suspeitas de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro .

De acordo com a Polícia Civil, o inquérito teve início a partir de relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) , que apontaram movimentações consideradas suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos ao clube esportivo.

Segundo os investigadores, o suposto esquema seria estruturado em três eixos principais .

O primeiro envolveria a autorização de repasses irregulares de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo estaria relacionado ao uso da entidade esportiva como estrutura de fachada , com a suposta falsificação de documentos, como atas e recibos, para conferir aparência de legalidade às transferências financeiras.

Já o terceiro eixo investigado envolve a redistribuição e ocultação dos valores . Após serem transferidos para as contas da entidade, os recursos teriam sido pulverizados para contas pessoais de dirigentes e terceiros , com registros de saques em espécie, prática que dificulta o rastreamento da origem do dinheiro.

A Polícia Civil informou que a irregularidade dos repasses já havia sido apontada anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

Por meio do Acórdão nº 638/2009, o órgão julgou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007, destacando a ausência de autorização legal para a transferência de recursos públicos ao clube investigado.

Para o cumprimento das diligências, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis , sendo 32 investigadores e dois peritos , responsáveis pela coleta de documentos administrativos, registros contábeis e dispositivos eletrônicos.

Os mandados foram cumpridos em oito locais considerados estratégicos , incluindo residências de investigados, setores da prefeitura e a sede da entidade esportiva.

Segundo a polícia, um dos investigados é policial militar da ativa , motivo pelo qual a Polícia Militar do **Tocantins** prestou apoio durante o cumprimento das ordens judiciais.

De acordo com a Polícia Civil, o nome Operação 2º Tempo faz referência ao "segundo tempo" de uma partida de futebol e simboliza a continuidade das investigações sobre o esquema que, segundo os investigadores, teria utilizado o esporte como instrumento para a prática de crimes contra a administração pública.

As investigações seguem em andamento para identificar todos os envolvidos e esclarecer a destinação dos recursos públicos investigados.

Informações: Dicom SSP/TO

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/policia-civil-investiga-desvio-de-mais-de-r-51-milhoes-em-repasses-a-club-de-futebol-em-tocantinopolis/>

TCE abre representação e cita prefeito e secretários de Paranã por falhas em licitação de R\$ 2,4 milhões (Irregularidades)

Samuel Azevedo

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE-TO)** abriu processo de representação para apurar irregularidades no Pregão Eletrônico nº 14/2024 da Prefeitura de Paranã, destinado ao registro de preços para compra de materiais de construção. O valor estimado da licitação é de R\$ 2.468.414,38.

A decisão é do conselheiro **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, da 2ª Relatoria, após análise técnica do tribunal e parecer do Ministério Público de Contas (MPC). O processo teve início a partir de acompanhamento realizado pela Coordenadoria de Atos, Contratos e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (CAENG).

O procedimento licitatório integra o Processo Administrativo nº 944/2024 e prevê aquisições para atender a prefeitura e secretarias municipais.

Durante a análise preliminar, a equipe técnica apontou inconsistências na fase de planejamento do certame. Entre os pontos levantados estão questionamentos sobre a demonstração da vantajosidade da contratação e sobre a pesquisa de preços utilizada para estimar o valor da licitação.

Após notificação do tribunal, foi apresentado um documento de defesa em nome do prefeito Phabio Augustus da Silva Moreira e de outros gestores. Nos autos, consta que o expediente foi encaminhado por representante legal, sem assinatura individual dos responsáveis nem apresentação de procuração.

Em parecer posterior, a área técnica considerou as justificativas e sugeriu o prosseguimento do processo. O Ministério Público de Contas, porém, apresentou entendimento diferente.

No parecer nº 913/2025, o MPC apontou falhas na fase preparatória da licitação, especialmente na elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência. Segundo o órgão, os documentos não demonstram de forma suficiente a necessidade da contratação nem os critérios técnicos utilizados para definir os quantitativos dos materiais

previstos na ata de registro de preços.

O parecer também aponta fragilidades na formação do orçamento estimado, com ausência de comparação com preços de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

Com base nesses elementos, o relator decidiu converter o expediente em processo de representação para aprofundar a apuração.

O tribunal determinou a citação de oito responsáveis, que terão prazo de 15 dias úteis para apresentar defesa. Entre os citados estão o prefeito de Paranã, secretários municipais, o agente de contratação e o responsável pelo controle interno.

Entre os esclarecimentos solicitados estão:

justificativa técnica para os quantitativos previstos na licitação;

critérios utilizados para demonstrar a vantajosidade da contratação;

elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência;

metodologia de pesquisa de preços utilizada na formação do orçamento.

Após a apresentação das manifestações, o processo retorna à área técnica do **TCE** para nova análise e depois ao Ministério Público de Contas antes de nova decisão da relatoria.

Site: <https://folhacapital.com.br/cidades/tce-abre-representacao-e-cita-prefeito-e-secretarios-de-parana-por-falhas-em-licitacao-de-r-24-milhoes/>

Operação investiga repasses de prefeitura do TO para time de futebol | G1

A Polícia Civil do **Tocantins** realizou, na manhã desta quinta-feira (12), a Operação 2º Tempo, com o objetivo de desarticular um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol local. A ação, realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado (Deic), cumpriu oito mandados de busca e apreensão em casas, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva. Entre os alvos está o prefeito Fabion Gomes (PL).

De acordo com as investigações, o prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,1 milhões. O esquema é investigado pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

O g1 pediu posicionamento do Tocantinópolis Esporte Clube, mas não houve resposta até a última atualização desta reportagem. O prefeito Fabion Gomes (PL) informou, em vídeo divulgado nas redes sociais, que os pagamentos ao time foram cancelados durante sua gestão por ordem judicial, mas os repasses de gestões anteriores foram feitos com base em uma legislação do município.

Polícia Civil cumpriu mandados de busca em Tocantinópolis - Foto: PCTO/Divulgação

Entenda o esquema

As apurações da Polícia Civil, fundamentadas em relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), apontaram que o desvio de verbas era estruturado em três eixos principais:

Repasses irregulares : Gestores municipais autorizavam a transferência de recursos públicos ao clube, ignorando decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** que já haviam apontado a ilegalidade de tais atos.

Entidade de fachada : Para a polícia, o clube era utilizado como uma estrutura de fachada, com a falsificação de documentos, como atas e recibos, para simular a legalidade das transferências, que não possuíam relação com o interesse público ou atividades esportivas reais.

Lavagem de dinheiro : Após chegarem às contas do clube, os valores eram redistribuídos para contas pessoais de dirigentes e terceiros, além de serem realizados saques em espécie para dificultar o rastreamento do dinheiro.

Histórico de irregularidades

Segundo a polícia, o fluxo de repasses investigado ocorre de forma contínua desde 2009, estendendo-se até 2024. As irregularidades eram de conhecimento das autoridades desde 2007, quando o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas daquele ano devido à ausência de autorização legal para as transferências.

Para o cumprimento das diligências, foram mobilizados 34 policiais civis, entre investigadores e peritos. Os mandados foram cumpridos em locais estratégicos, incluindo setores da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis.

Entre os investigados está um policial militar da ativa, o que levou a Polícia Militar do **Tocantins** a prestar apoio durante a operação. Documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis foram apreendidos para subsidiar a continuidade das investigações.

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal.

O nome da operação faz alusão à continuidade do combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como instrumento para práticas criminosas.

Sede do Tocantinópolis Esporte Clube - Foto: Reprodução/Google Street View

Site: <https://folhadetaquarussu.com.br/operacao-investiga-repasses-de-prefeitura-do-to-para-time-de-futebol-g1/>

TOCANTINÓPOLIS: Esquema teria desviado do Tocantinópolis EC mais de R\$ 5 milhões

Folha do Bico

A Polícia Civil do **Tocantins** deflagrou nesta quinta-feira, 12, a Operação 2º Tempo, com o objetivo de investigar um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol. As equipes cumpriram oito mandados de busca e apreensão em endereços residenciais, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva.

A ação foi realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado, com apoio da Diretoria de Repressão ao Crime Organizado (Dracco), Grupo de Operações Táticas Especiais (Gote), 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DRCOT).

As investigações apuram a suspeita de prática dos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Os trabalhos tiveram início a partir de relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que apontaram movimentações suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos ao clube esportivo.

De acordo com a investigação, o esquema seria estruturado em três eixos principais. O primeiro consistiria na autorização de repasses irregulares de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo envolveria o uso da entidade esportiva como estrutura de fachada, com a suposta falsificação ideológica de documentos, como atas e recibos, para conferir aparência de legalidade às transferências financeiras, que não teriam relação comprovada com atividades esportivas ou interesse público.

Já o terceiro eixo estaria relacionado à redistribuição e ocultação dos valores, que após serem transferidos para as contas da entidade, eram pulverizados para

contas pessoais de dirigentes e terceiros ligados ao esquema. As investigações identificaram intensa movimentação financeira e saques em espécie, prática comumente utilizada para dificultar o rastreamento da origem dos recursos.

O prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5.141.154,17.

As apurações indicam que o fluxo de repasses investigado remonta ao ano de 2009, tendo se mantido de forma contínua até 2024. A investigação constatou que a irregularidade das transferências já havia sido apontada anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado**. Por meio do Acórdão nº 638/2009, o órgão julgou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007, destacando a ausência de autorização legal para repasses de recursos públicos ao clube.

Ação policial

Para o cumprimento das diligências, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, sendo 32 investigadores e dois peritos, que atuaram na coleta de documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis que poderão subsidiar o andamento das investigações.

Foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão, em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal. Um dos investigados é policial militar da ativa e por isso a Polícia Militar do **Tocantins** também prestou apoio no cumprimento dos mandados.

Nome da operação

A denominação Operação 2º Tempo faz referência ao "segundo tempo" de uma partida de futebol, simbolizando a continuidade do enfrentamento a esquemas ilícitos que, segundo as investigações, teriam utilizado o esporte - uma das grandes paixões nacionais - como instrumento para práticas ilegais.

Combate à corrupção

A Polícia Civil do **Tocantins** destaca que o combate a crimes contra a administração pública é fundamental para a preservação da moralidade administrativa e para a proteção do patrimônio público. A instituição ressalta que continuará atuando de forma técnica e rigorosa na apuração de ilícitos, com o objetivo de responsabilizar os envolvidos e resguardar o interesse coletivo.

Site: <https://folhadobico.com.br/tocantinopolis-esquema-teria-desviado-do-tocantinopolis-ec-mais-de-r-5-milhoes/>

Equipamentos comprados há 6 anos seguem encaixotados em hospital público no Tocantins (No"ticias)

Girodo

Notícias do **Tocantins** - Equipamentos laboratoriais comprados com dinheiro público e que jamais chegaram a ser usados para atender pacientes. A situação foi constatada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** durante fiscalização no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Dueré. Os aparelhos, adquiridos há pelo menos seis anos, permanecem até hoje guardados dentro das caixas, sem qualquer utilização na unidade de saúde.

A irregularidade foi identificada durante vistoria realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 9 e 10 de fevereiro, dentro das ações do projeto **TCE** de Olho, iniciativa do Tribunal que monitora de perto a estrutura e o funcionamento de unidades de saúde em diversos municípios do estado.

Diante das falhas encontradas, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria, determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação com medidas concretas para corrigir as irregularidades identificadas.

Equipamentos parados e exames terceirizados

De acordo com o relatório técnico, a compra dos equipamentos ocorreu sem planejamento adequado, o que resultou na completa ociosidade dos aparelhos, mesmo diante da demanda por exames laboratoriais na rede pública municipal.

Apesar de possuir os equipamentos, o município mantém contrato com um laboratório terceirizado para realizar exames, o que levanta questionamentos sobre a eficiência e o uso correto dos recursos públicos.

Jornadas excessivas e falhas na gestão

A fiscalização também revelou uma série de problemas administrativos e estruturais no hospital. Entre os pontos destacados estão profissionais de saúde escalados para jornadas de até 72 horas consecutivas, ausência de controle adequado de frequência dos servidores e fragilidades na gestão do

estoque de medicamentos da farmácia hospitalar.

Os auditores recomendaram reforço nos mecanismos de controle de remédios, incluindo a realização de inventário completo do estoque, definição de quantidade mínima de medicamentos e implantação de protocolos para garantir mais segurança na dispensação aos pacientes.

Equipamentos médicos sem uso

Outro problema identificado foi a subutilização de equipamentos médicos disponíveis na unidade. Um aparelho de ultrassonografia, por exemplo, estava parado e sem utilização. O Tribunal recomendou que o hospital passe a oferecer o exame diretamente à população, ampliando a capacidade de diagnóstico e atendimento.

Irregularidades em ambulâncias

Durante a inspeção, duas ambulâncias apresentavam diversas irregularidades: ausência de placas, falhas no sistema de sinalização sonora e luminosa, ar-condicionado sem funcionamento adequado e bancos mal fixados. Além disso, os veículos estavam sem a vistoria obrigatória junto ao Detran.

Pendências administrativas

A equipe técnica também encontrou pendências importantes na parte administrativa, como a falta de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, necessidade de manutenção em equipamentos médicos e ausência de documentos e protocolos que orientem o funcionamento da unidade.

Após a apresentação do plano de ação e o prazo para cumprimento das medidas, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** deverá retornar ao hospital para verificar se as irregularidades foram corrigidas e se as determinações foram efetivamente cumpridas.

Acompanhe diariamente as notícias do **Tocantins** pelos nossos canais no WhatsApp, Telegram, Facebook, Threads e Instagram.

Site: <https://portalgildabonfim.com.br/equipamentos-comprados-ha-6-anos-seguem-encaixotados-em-hospital-publico-no-tocantins/>

Operação investiga repasse de R\$ 5,1 milhões da Prefeitura de Tocantinópolis para time de futebol

Fonte: G1 **Tocantins**

Polícia Civil cumpriu mandados de busca em Tocantinópolis

PCTO/Divulgação

A Polícia Civil do **Tocantins** realizou, na manhã desta quinta-feira (12), a Operação 2º Tempo, com o objetivo de desarticular um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol local. A ação, realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado (Deic), cumpriu oito mandados de busca e apreensão em casas, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva.

De acordo com as investigações, o prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,1 milhões. O esquema é investigado pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

O g1 pediu posicionamento do Tocantinópolis Esporte Clube, mas não houve resposta até a última atualização desta reportagem. O prefeito Fabion Gomes informou, em vídeo divulgado nas redes sociais, que os pagamentos ao time foram cancelados durante sua gestão por ordem judicial, mas os repasses de gestões anteriores foram feitos com base em uma legislação do município.

Veja os vídeos que estão em alta no g1

Entenda o esquema

As apurações da Polícia Civil, fundamentadas em relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), apontaram que o desvio de verbas era estruturado em três eixos principais:

Repasse irregular: Gestores municipais autorizavam a transferência de recursos públicos ao

clube, ignorando decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** que já haviam apontado a ilegalidade de tais atos.

Entidade de fachada: Para a polícia, o clube era utilizado como uma estrutura de fachada, com a falsificação de documentos, como atas e recibos, para simular a legalidade das transferências, que não possuíam relação com o interesse público ou atividades esportivas reais.

Lavagem de dinheiro: Após chegarem às contas do clube, os valores eram redistribuídos para contas pessoais de dirigentes e terceiros, além de serem realizados saques em espécie para dificultar o rastreamento do dinheiro.

Histórico de irregularidades

Segundo a polícia, o fluxo de repasses investigado ocorre de forma contínua desde 2009, estendendo-se até 2024. As irregularidades eram de conhecimento das autoridades desde 2007, quando o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas daquele ano devido à ausência de autorização legal para as transferências.

Para o cumprimento das diligências, foram mobilizados 34 policiais civis, entre investigadores e peritos. Os mandados foram cumpridos em locais estratégicos, incluindo setores da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis.

Entre os investigados está um policial militar da ativa, o que levou a Polícia Militar do **Tocantins** a prestar apoio durante a operação. Documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis foram apreendidos para subsidiar a continuidade das investigações.

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal.

O nome da operação faz alusão à continuidade do combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como instrumento para práticas criminosas.

Sede do Tocantinópolis Esporte Clube

Reprodução/Google Street View

Veja mais notícias da região no g1 [Tocantins](#).

Site: <https://www.rio104fm.com.br/operacao-investiga-repasse-de-r-51-milhoes-da-prefeitura-de-tocantinopolis-para-time-de-futebol/>

Operação investiga repasse de R\$ 5,1 milhões da Prefeitura de Tocantinópolis para time de futebol (SLIDE)

Polícia Civil cumpriu mandados de busca em Tocantinópolis

PCTO/Divulgação

A Polícia Civil do **Tocantins** realizou, na manhã desta quinta-feira (12), a Operação 2º Tempo, com o objetivo de desarticular um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol local. A ação, realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado (Deic), cumpriu oito mandados de busca e apreensão em casas, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva.

De acordo com as investigações, o prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,1 milhões. O esquema é investigado pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

O g1 pediu posicionamento do Tocantinópolis Esporte Clube, mas não houve resposta até a última atualização desta reportagem. O prefeito Fabion Gomes informou, em vídeo divulgado nas redes sociais, que os pagamentos ao time foram cancelados durante sua gestão por ordem judicial, mas os repasses de gestões anteriores foram feitos com base em uma legislação do município.

Veja os vídeos que estão em alta no g1

Entenda o esquema

As apurações da Polícia Civil, fundamentadas em relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), apontaram que o desvio de verbas era estruturado em três eixos principais:

Repasse irregular: Gestores municipais autorizavam a transferência de recursos públicos ao clube, ignorando decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** que já haviam apontado a

ilegalidade de tais atos.

Entidade de fachada: Para a polícia, o clube era utilizado como uma estrutura de fachada, com a falsificação de documentos, como atas e recibos, para simular a legalidade das transferências, que não possuíam relação com o interesse público ou atividades esportivas reais.

Lavagem de dinheiro: Após chegarem às contas do clube, os valores eram redistribuídos para contas pessoais de dirigentes e terceiros, além de serem realizados saques em espécie para dificultar o rastreamento do dinheiro.

Histórico de irregularidades

Segundo a polícia, o fluxo de repasses investigado ocorre de forma contínua desde 2009, estendendo-se até 2024. As irregularidades eram de conhecimento das autoridades desde 2007, quando o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas daquele ano devido à ausência de autorização legal para as transferências.

Para o cumprimento das diligências, foram mobilizados 34 policiais civis, entre investigadores e peritos. Os mandados foram cumpridos em locais estratégicos, incluindo setores da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis.

Entre os investigados está um policial militar da ativa, o que levou a Polícia Militar do **Tocantins** a prestar apoio durante a operação. Documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis foram apreendidos para subsidiar a continuidade das investigações.

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal.

O nome da operação faz alusão à continuidade do combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como instrumento para práticas criminosas.

Sede do Tocantinópolis Esporte Clube

Reprodução/Google Street View

Veja mais notícias da região no g1 [Tocantins](#).

Site: <https://www.radiocidade879fm.com.br/operacao-investiga-repasse-de-r-51-milhoes-da-prefeitura-de-tocantinopolis-para-time-de-futebol/>

TCE encontra equipamentos comprados há seis anos ainda encaixotados em hospital de Dueré

Equipamentos laboratoriais comprados com recursos públicos e que nunca foram utilizados para atender a população. Esse foi um dos problemas identificados pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** durante fiscalização realizada no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Dueré. Os aparelhos foram adquiridos há pelo menos seis anos e continuam guardados nas caixas, sem qualquer utilização na unidade de saúde.

A situação foi constatada durante vistoria realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), entre os dias 9 e 10 de fevereiro, dentro das ações do projeto **TCE** de Olho, iniciativa que acompanha de perto a estrutura e o funcionamento de unidades de saúde em diversos municípios do estado.

Com essa e outras irregularidades identificadas no hospital, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria, determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação com as medidas necessárias para corrigir as falhas apontadas na fiscalização.

Apontamentos

O relatório da equipe técnica aponta que a falta de planejamento na aquisição dos equipamentos resultou na ociosidade dos aparelhos, mesmo com a necessidade de exames laboratoriais na rede municipal. Apesar de possuir os equipamentos, o município mantém contrato com laboratório terceirizado para realização de exames, o que levanta questionamentos sobre a eficiência no uso dos recursos públicos.

Além desse caso, os auditores identificaram uma série de falhas administrativas e estruturais no hospital. Entre elas, profissionais de saúde escalados para jornadas de até 72 horas consecutivas, ausência de controle adequado de frequência dos servidores e fragilidades na gestão do estoque de medicamentos da farmácia hospitalar.

A fiscalização também apontou a necessidade de melhorar os mecanismos de controle de medicamentos, incluindo a realização de inventário

completo do estoque, definição de quantidade mínima de remédios e implantação de protocolos para garantir maior segurança na dispensação dos produtos aos pacientes.

Outro ponto observado foi a subutilização de equipamentos médicos. Um aparelho de ultrassonografia disponível na unidade, por exemplo, não estava sendo utilizado. A recomendação do Tribunal é que o hospital passe a oferecer esse tipo de exame diretamente à população, ampliando a capacidade de diagnóstico e atendimento da unidade.

Problemas também foram encontrados na estrutura e nos veículos utilizados no atendimento. Durante a inspeção, duas ambulâncias apresentavam irregularidades, como ausência de placas, falhas no sistema de sinalização sonora e luminosa, ar-condicionado sem funcionamento adequado e bancos mal fixados. Além disso, os veículos estavam sem a devida vistoria junto ao Detran.

A equipe técnica identificou ainda pendências administrativas importantes, como a ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, necessidade de manutenção em equipamentos médicos e falta de documentos e protocolos que orientem o funcionamento da unidade hospitalar.

Retorno

Após a apresentação do plano e o prazo para execução das medidas, o Tribunal deverá retornar à unidade hospitalar para verificar se as correções foram efetivamente implementadas.

--

Site: <http://www.luizarmandocosta.com.br/noticia/tce-encontra-equipamentos-comprados-ha-seis-anos-ainda-encaixotados-em-hospital-de-duere/53439>

Operação investiga repasse de R\$ 5,1 milhões da Prefeitura de Tocantinópolis para time de futebol

Polícia Civil cumpriu mandados de busca em Tocantinópolis

PCTO/Divulgação

A Polícia Civil do **Tocantins** realizou, na manhã desta quinta-feira (12), a Operação 2º Tempo, com o objetivo de desarticular um suposto esquema de desvio de recursos públicos do município de Tocantinópolis destinados a um clube de futebol local. A ação, realizada pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado (Deic), cumpriu oito mandados de busca e apreensão em casas, órgãos públicos e na sede da entidade esportiva.

De acordo com as investigações, o prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5,1 milhões. O esquema é investigado pelos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro.

Clique aqui para seguir o canal do g1 TO no WhatsApp

O g1 pediu posicionamento do Tocantinópolis Esporte Clube, mas não houve resposta até a última atualização desta reportagem. O prefeito Fabion Gomes informou, em vídeo divulgado nas redes sociais, que os pagamentos ao time foram cancelados durante sua gestão por ordem judicial, mas os repasses de gestões anteriores foram feitos com base em uma legislação do município.

Veja os vídeos que estão em alta no g1

Entenda o esquema

As apurações da Polícia Civil, fundamentadas em relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), apontaram que o desvio de verbas era estruturado em três eixos principais:

Repasse irregular: Gestores municipais autorizavam a transferência de recursos públicos ao clube, ignorando decisões do **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** que já haviam apontado a

ilegalidade de tais atos.

Entidade de fachada: Para a polícia, o clube era utilizado como uma estrutura de fachada, com a falsificação de documentos, como atas e recibos, para simular a legalidade das transferências, que não possuíam relação com o interesse público ou atividades esportivas reais.

Lavagem de dinheiro: Após chegarem às contas do clube, os valores eram redistribuídos para contas pessoais de dirigentes e terceiros, além de serem realizados saques em espécie para dificultar o rastreamento do dinheiro.

Histórico de irregularidades

Segundo a polícia, o fluxo de repasses investigado ocorre de forma contínua desde 2009, estendendo-se até 2024. As irregularidades eram de conhecimento das autoridades desde 2007, quando o **TCE/TO** julgou irregular a prestação de contas daquele ano devido à ausência de autorização legal para as transferências.

Para o cumprimento das diligências, foram mobilizados 34 policiais civis, entre investigadores e peritos. Os mandados foram cumpridos em locais estratégicos, incluindo setores da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis.

Entre os investigados está um policial militar da ativa, o que levou a Polícia Militar do **Tocantins** a prestar apoio durante a operação. Documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis foram apreendidos para subsidiar a continuidade das investigações.

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em locais estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal.

O nome da operação faz alusão à continuidade do combate a esquemas ilícitos que utilizam o esporte como instrumento para práticas criminosas.

Sede do Tocantinópolis Esporte Clube

Reprodução/Google Street View

Veja mais notícias da região no g1 [Tocantins](#).

Fonte: G1 [Tocantins](#)

Site: <https://www.radionova104fm.com.br/operacao-investiga-repasse-de-r-51-milhoes-da-prefeitura-de-tocantinopolis-para-time-de-futebol/>

Operação 2º Tempo: Polícia Civil investiga suposto desvio de mais de R\$ 5,1 milhões destinados a clube de futebol em Tocantinópolis

da redação

A Polícia Civil do **Tocantins** deflagrou, na manhã desta quinta-feira (12), a Operação 2º Tempo, com o objetivo de desarticular um suposto esquema de desvio de recursos públicos destinados a um clube de futebol no município de Tocantinópolis, no norte do estado. A ação foi conduzida pela 1ª Divisão de Repressão ao Crime Organizado (Deic), que cumpriu oito mandados de busca e apreensão em residências de investigados, setores da prefeitura e na sede da entidade esportiva.

A operação contou com o apoio de diversas unidades especializadas da Polícia Civil, entre elas a Diretoria de Repressão ao Crime Organizado (Dracco), o Grupo de Operações Táticas Especiais (Gote), a 1ª Divisão Especializada de Repressão a Narcóticos (Denarc), a 3ª Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa de Gurupi (DHPP-Gurupi) e a Divisão de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária (DRCOT).

As investigações apuram a suspeita da prática dos crimes de peculato, falsidade ideológica, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Os trabalhos tiveram início após relatórios de inteligência financeira do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontarem movimentações consideradas suspeitas relacionadas a repasses de recursos públicos ao clube esportivo.

De acordo com a investigação, o esquema seria estruturado em três eixos principais. O primeiro envolveria a autorização de repasses irregulares de recursos públicos ao clube por gestores municipais, mesmo diante de decisões reiteradas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** que apontavam a ilegalidade dessas transferências.

O segundo eixo investigado aponta para o uso da entidade esportiva como uma estrutura de fachada. Conforme a apuração, documentos como atas e recibos teriam sido falsificados para dar aparência de legalidade às transferências financeiras, que não

teriam relação comprovada com atividades esportivas ou interesse público.

Já o terceiro eixo estaria ligado à redistribuição e ocultação dos valores. Segundo a Polícia Civil, após serem transferidos para as contas da entidade, os recursos eram pulverizados para contas pessoais de dirigentes e de terceiros ligados ao esquema. As investigações também identificaram intensa movimentação financeira e saques em espécie, prática frequentemente utilizada para dificultar o rastreamento da origem do dinheiro.

O prejuízo estimado aos cofres públicos ultrapassa R\$ 5.141.154,17.

As apurações apontam que o fluxo de repasses investigado remonta ao ano de 2009 e teria se mantido de forma contínua até 2024. A irregularidade dessas transferências já havia sido apontada anteriormente pelo **Tribunal de Contas do Estado**. Por meio do Acórdão nº 638/2009, o órgão julgou irregular a prestação de contas referente ao exercício de 2007, destacando a ausência de autorização legal para repasses de recursos públicos ao clube.

Ação policial

Para o cumprimento das diligências, a Polícia Civil mobilizou 34 policiais civis, sendo 32 investigadores e dois peritos, responsáveis pela coleta de documentos administrativos, dispositivos eletrônicos e registros contábeis que poderão subsidiar o avanço das investigações.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em locais considerados estratégicos, incluindo residências de investigados, a sede do clube esportivo e setores da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis. Um dos investigados é policial militar da ativa, motivo pelo qual a Polícia Militar do **Tocantins** também prestou apoio durante o cumprimento das ordens judiciais.

Nome da operação

A denominação Operação 2º Tempo faz referência ao segundo tempo de uma partida de futebol, simbolizando a continuidade do enfrentamento a esquemas ilícitos que, segundo a Polícia Civil, teriam utilizado o esporte - uma das maiores paixões nacionais - como instrumento para práticas ilegais.

Combate à corrupção

Em nota, a Polícia Civil do **Tocantins** destacou que o combate a crimes contra a administração pública é essencial para preservar a moralidade administrativa e proteger o patrimônio público. A instituição ressaltou ainda que seguirá atuando de forma técnica e rigorosa na apuração de ilícitos, com o objetivo de responsabilizar os envolvidos e garantir a defesa do interesse coletivo.

Site: <https://www.portalstylo.com.br/noticia/operacao-2o-tempo-policia-civil-investiga-suposto-desvio-de-mais-de-r-51-milhoes-destinados-a-clube-de-futebol-em-tocantinopolis>

Prefeito de Ananás esclarece contrato de eventos e critica onda de denunciismo da oposição

Notícias do **Tocantins** - A Prefeitura de Ananás se manifestou publicamente sobre o inquérito civil instaurado pelo Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) após denúncia apresentada contra a gestão municipal envolvendo a contratação de serviços de organização de eventos no município. O prefeito Robson Pereira da Silva (União Brasil) afirmou que a administração está à disposição dos órgãos de controle para prestar todos os esclarecimentos, criticou o que classificou como uma onda de denunciismo promovida pela oposição com motivação política e defendeu uma atuação responsável no papel de fiscalização.

"Oposição tem não só o direito, como o dever de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, mas que o faça de maneira responsável, não com denunciismo visando prejudicar a nossa gestão e sem pensar no bem da cidade", declarou.

O prefeito também fez questão de responder ponto a ponto aos questionamentos apresentados na denúncia, detalhando os procedimentos administrativos adotados pela prefeitura e apresentando esclarecimentos sobre cada uma das situações levantadas no procedimento aberto pelo Ministério Público.

Segundo o gestor, a administração municipal não se intimidará diante de denúncias e seguirá colaborando com todos os órgãos de fiscalização, a exemplo do Ministério Público, a Câmara de Vereadores e **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)**.

"Nosso objetivo é entregar resultados à população. A política partidária já passou e estamos focados em trabalhar e entregar o máximo possível para a cidade", acrescentou.

O procedimento do MPTO foi aberto após denúncia que questiona um contrato firmado pela prefeitura com a empresa MV Vieira Guedes Serviços, no valor estimado de até R\$ 1.937.184,34, para a prestação de serviços de organização e logística de eventos. A administração municipal afirma que todos os atos do processo seguiram a legislação vigente, especialmente a nova Lei de Licitações.

Um dos eventos organizados pela empresa foi a tradicional Cavalcada de Ananás, em sua 29ª edição, realizada em outubro de 2025 em comemoração ao aniversário da cidade

Contratação por adesão a ata de preços

A denúncia aponta que o contrato foi firmado por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 38/2025, originada de licitação realizada pelo município de Xambioá.

A gestão municipal afirma que esse procedimento é expressamente previsto no artigo 86 da Lei nº 14.133/2021, que permite a órgãos públicos aderirem a atas de registro de preços de outros entes da administração. Segundo a prefeitura, a medida é amplamente utilizada no setor público por garantir eficiência administrativa, economia de recursos e agilidade, evitando a necessidade de realização de um novo processo licitatório para um objeto já licitado.

Capacidade financeira da empresa

A denúncia cita que a empresa iniciou suas atividades em abril de 2024 e possui capital social de R\$ 300 mil, valor inferior ao montante total do contrato.

Contudo, de acordo com a administração municipal, não existe exigência legal de tempo mínimo de funcionamento de empresas para contratação com o poder público. A prefeitura também afirma que a empresa apresentou toda a documentação exigida, incluindo certidões negativas fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

Além disso, a gestão sustenta que o capital social declarado atende aos critérios previstos na legislação e que a empresa comprovou sua regularidade jurídica e fiscal no momento da contratação, conforme exigido nos processos administrativos.

Situação do proprietário da empresa

A denúncia aponta ainda que o proprietário da empresa exercia cargo comissionado na Câmara

Municipal de Ananás no período da contratação.

Segundo a gestão municipal, a vedação prevista na Lei de Licitações refere-se a servidores vinculados diretamente ao órgão contratante. No caso analisado, a prefeitura afirma que não há impedimento legal automático, pois o empresário estava vinculado ao Poder Legislativo, enquanto o contrato foi firmado com o Poder Executivo, estruturas administrativas distintas.

Fiscalização da execução do contrato

A denúncia menciona também que o fiscal do contrato declarou não ter participado diretamente da conferência de alguns serviços.

Por outro lado, a prefeitura afirma que a execução dos serviços foi acompanhada diretamente pela secretaria responsável pelos eventos e pelo gestor da pasta. De acordo com a administração municipal, o fiscal do contrato baseou sua avaliação nas informações e relatórios apresentados pela equipe responsável, que confirmaram a realização das atividades contratadas.

A gestão ressalta ainda que notas fiscais e relatórios de execução foram devidamente atestados, comprovando a entrega dos serviços ao setor responsável.

Parecer da Controladoria Municipal

Sobre a existência de apontamentos técnicos do departamento de controle interno durante a análise do contrato, a gestão municipal destaca que o Parecer Técnico Opinitivo nº 024/2025 da Controladoria Municipal concluiu formalmente pela regularidade da execução e do pagamento.

A prefeitura explica que eventuais recomendações administrativas, como a ampliação de registros documentais, não invalidam a despesa pública quando há comprovação da realização dos serviços e atesto da autoridade responsável.

Emissão de ordens de serviço

A denúncia menciona que uma ordem de serviço teria sido emitida após a realização de um evento.

A prefeitura esclarece, no entanto, que em eventos de curta duração ou realizados em períodos específicos pode haver formalização administrativa simultânea à execução do serviço, prática que não representa necessariamente irregularidade.

Segundo a gestão, os documentos analisados demonstram que houve empenho, liquidação e pagamento regular das despesas, conforme previsto

na legislação financeira pública.

Estruturas em espaço público e eventos

Sobre a suposta cobrança de locação de espaço em área pública municipal, a gestão explica que o item registrado nos documentos refere-se à montagem de infraestrutura temporária, como palcos, estruturas metálicas, áreas delimitadas, equipamentos de sonorização e suporte logístico para eventos, e não à locação do espaço público.

A prefeitura esclarece ainda que parte das despesas refere-se à Cavalgada de Ananás, evento tradicional do calendário cultural do município. Segundo a gestão, houve um equívoco formal em documento administrativo que mencionou a exposição agropecuária organizada pelo sindicato rural, situação atribuída a erro material durante a elaboração de registros internos.

Estrutura elétrica e logística dos eventos

Em relação às despesas relacionadas à utilização de energia de alta tensão e períodos ampliados de prestação de serviços, a gestão municipal explicou que eventos de maior porte exigem períodos de montagem e desmontagem de estruturas, o que justifica a mobilização de equipes e equipamentos por vários dias.

Segundo a prefeitura, foram utilizados geradores de alta potência, com capacidade de 120 KVA, para garantir o funcionamento seguro de sistemas de iluminação, sonorização e demais estruturas técnicas.

Procedimento segue em análise

O inquérito civil instaurado pelo Ministério Público do Estado do **Tocantins** segue em fase de análise. O órgão solicitou informações adicionais a instituições como o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, além de diligências para verificação de dados da empresa e da execução contratual.

Enquanto o procedimento segue em andamento, a Prefeitura de Ananás afirma que continuará colaborando com as autoridades e reforça que toda a documentação relacionada ao processo está sendo disponibilizada aos órgãos de controle para análise.

Site: <https://afnoticias.com.br/cidades/prefeito-de-ananas-esclarece-contrato-de-eventos-e-critica-onda-de-denuncismo-da-oposicao>

Vistoria do TCE registra falhas em hospital de Dueré

+++ Transcrição +++ E uma fiscalização do Tribunal de Contas encontrou ainda nas caixas aparelhos que já deveriam estar funcionando no Hospital de Doeré, Sul do Estado, há mais de seis anos. E não foi só isso não. A Debra Oceani chegar ao vivo em Goro P, com informações pra gente. Boa noite, Débora. Olá, Josie, é uma boa noite pra você, boa noite pra todos. Josie Elma, um aparelho de ultrassom que pode custar até R\$ 200 mil, foi encontrado no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Doeré, que no Sul do Estado parado sem uso. A fiscalização do **Tribunal de Contas do Estado**, TCE, elaborou um relatório em torno das falhas de gestão identificadas nessa unidade de saúde. Esse documento da equipe técnica e da corte de contas aponta que a falta de planejamento na aquisição de equipamentos é o motivo pra alguns deles estarem sem uso. Alguns, como você disse, encaixotados há seis anos. Pra atender a necessidade de exames laboratoriais perdão, a Secretaria Municipal de Sal de Doeré, mantém contrato com um laboratório terceirizado, o que pra o TCE mostra aí essa falta de eficiência no uso dos recursos públicos. Durante a inspeção, duas ambulâncias apresentavam irregularidades como falta de placas, falhas. No sistema de sinalização sonora e luminosa, há condicionados sem funcionar de forma adequada e bancos mal fixados. Esses veículos estavam sem a devida vitoria junto ao DETRAM. A equipe técnica identificou ainda falta de alvará atualizado do corpo de bombeiros e da vigilância sanitária. Outras falhas levantadas pela equipe técnica do TCE, profissionais de saúde escalados pra jornadas de até 72 horas seguidas, também falta de controle adequado de frequência dos servidores. Pra agilidade na gestão do estoque de medicamentos da farmácia hospitalar, fiscalização também apontou a necessidade de melhorar o controle de medicamentos com inventário completo ali do estoque, definição da quantidade mínima de remédios e também a necessidade de implantação de protocolos que possam garantir maior segurança aí dessa medicação aos pacientes. É muita coisa mesmo, Debra, obrigada pelas informações. Olha, a prefeitura de Duér, disse ao JTA, que está fazendo um estudo técnico pra implantar um laboratório municipal. Pra isso, deve avaliar as condições desses equipamentos que foram comprados pela gestão anterior pra direcionar o uso. Sobre as ambulâncias mostradas nas imagens do tribunal, o município informou que se tratam de dois veículos antigos que passam por manutenção. A

prefeitura também disse que comprou duas novas ambulâncias novinhas que estão em funcionamento. Em relação ao controle de medicamentos, a Secretaria de Saúde disse que aguarda o relatório final do TCE pra adotar eventuais melhorias nos mecanismos de controle e auditoria. A gestão afirmou ainda que permanece à disposição dos órgãos de fiscalização.

Multimídia:

[http://midia.smi.srv.br/video/2026/03/12/TVANHANGUERA
APALMASAFGLOBOTO-18.44.07-18.47.36-
1773318798.mp4](http://midia.smi.srv.br/video/2026/03/12/TVANHANGUERA%20PALMASAFGLOBOTO-18.44.07-18.47.36-1773318798.mp4)

Gestores municipais serão reconhecidos com Selo Município Amigo do Futuro no Tocantins

Gestores municipais de todas as regiões do **Tocantins** participarão, nesta quinta-feira (12), da cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro. A iniciativa integra o projeto **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância .

O evento ocorrerá às 13h30 no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** , em **Palmas** . Além disso, a solenidade marca o encerramento das ações desenvolvidas ao longo de 2025.

O programa premiará os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos indicadores avaliados. Dessa forma, a organização reconhece boas práticas voltadas ao desenvolvimento da primeira infância.

A iniciativa incentiva gestores públicos a fortalecer políticas que garantam cuidado, proteção e desenvolvimento para crianças nos primeiros anos de vida.

O evento ocorrerá às 13h30 no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** , em **Palmas** . Além disso, a solenidade marca o encerramento das ações desenvolvidas ao longo de 2025.

O programa premiará os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos indicadores avaliados. Dessa forma, a organização reconhece boas práticas voltadas ao desenvolvimento da primeira infância.

A iniciativa incentiva gestores públicos a fortalecer políticas que garantam cuidado, proteção e desenvolvimento para crianças nos primeiros anos de vida.

Durante a cerimônia, os organizadores entregarão um selo de menção honrosa a 17 instituições parceiras. Além disso, o evento destacará o trabalho dessas entidades ao longo da execução do projeto.

O programa alcançou mais de 100 mil pessoas em todo o estado. Por isso, a cerimônia também servirá para apresentar resultados e ampliar o debate sobre políticas para a infância.

Os organizadores também lançarão a edição 2026 do

projeto durante o evento. Assim, a iniciativa pretende ampliar o alcance das ações voltadas à primeira infância no **Tocantins**.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiuunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/11/gestores-municipais-serao-reconhecidos-com-selo-municipio-amigo-do-futuro-no-tocantins/>

Municípios do Tocantins serão reconhecidos por ações voltadas à primeira infância nesta quinta em Palmas

Gestores municipais de todas as regiões do **Tocantins** serão reconhecidos nesta quinta-feira, 12, durante a cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro, iniciativa que integra o projeto **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância.

O evento será realizado às 13h30, no auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), em **Palmas**, e marca o encerramento das ações desenvolvidas em 2025.

Receberão o selo os municípios que alcançaram 50 pontos ou mais nos indicadores avaliados nos eixos do programa, em reconhecimento às boas práticas voltadas ao desenvolvimento da primeira infância.

Durante a cerimônia, 17 instituições parceiras também serão homenageadas com selo de menção honrosa pelo trabalho desenvolvido ao longo do projeto, que alcançou mais de 100 mil pessoas em todo o Estado.

Na ocasião, também será feito o lançamento da edição 2026 do projeto.

Serviço

Evento: Entrega do Selo Município Amigo do Futuro

Data: Quinta-feira, 12 de março

Horário: 13h30

Local: Auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** - Praça dos Girassóis, **Palmas**

Site:

<https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/municipios-do-tocantins-serao-reconhecidos-por-acoes-voltadas-a-primeira-infancia-nesta-quinta-em-palmas/>

Vinícius Pires denuncia supostas irregularidades na compra de uniformes da rede municipal de ensino; Eudes Assis reage e batiza colega de "mentirinha"

por Luis Gomes

O vereador Vinícius Pires (Republicanos) foi à Tribuna da Câmara de **Palmas** na manhã desta quarta-feira, 11, para apresentar o que chamou de "apanhado" da denúncia relacionada à aquisição de uniformes escolares que já fez ao Tribunal de Contas (TCE). Nas palavras do parlamentar, a gestão municipal adotou um "padrão sistemático de irregularidades" no processo. Quem saiu em defesa do Paço foi o vereador Eudes Assis (PSDB), que endureceu nas críticas ao colega.

APRESENTAÇÃO DIDÁTICA, SEM PICUINHA OU PERSEGUIÇÃO

Na sessão, Vinícius Pires chegou a fazer o uso do telão para detalhar o que aponta ser as principais irregularidades no processo de compra de uniformes da rede municipal de ensino. "Vou mostrar de forma didática, do jeito que fazia quando era professor de Medicina, e mostrar que o que apresento aqui não é motivo de perseguição, picuinha individual contra qualquer prefeito ou gestor. É desempenhar a missão do vereador", iniciou o parlamentar.

FRACIONAMENTO DE DESPESAS PARA BURLAR LICITAÇÃO

Na avaliação do republicano, o Paço promoveu o fracionamento da compra dos uniformes para burlar a Lei de Licitações, que prevê dispensa de licitação apenas para aquisições de até R\$ 65 mil. O município teria firmado 12 contratos com a mesma empresa que chegaram a R\$ 229.184,10, quantia 3,5 vezes maior do que o limite estabelecido pela legislação. Outro ponto destacado pelo parlamentar é que a empresa selecionada para a prestação do serviço aparece como vendedora de peças na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

REAJUSTE DOS UNIFORMES PARA ALUNOS DO 6º AO 9º ANO E DIFERENÇA DE 40% COMPARADO A OUTROS MUNICÍPIOS

Vinícius Pires também questiona o reajuste de 106,7% nos uniformes pagos para alunos do 6º ao 9º ano do fundamental, enquanto a variação de 2025 para 2026 das demais séries foi de 20% - da creche ao 5º ano - e de apenas 6,7% no caso dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ainda conforme dados do vereador, **Palmas** também teria desembolsado 39,8% a mais do que a média entre os pregões de Gurupi, Miranorte, Bandeirantes, Darcinópolis e Araguaianã.

FISCALIZAR É PROTEGER O DINHEIRO PÚBLICO

GRÁFICOS NO TELÃO NÃO DIZEM NADA

O vereador Eudes Assis (PSDB) é quem foi rebater Vinícius Pires da Tribuna. O tucano defendeu que "gráficos colocados no telão não dizem nada" e indicou que apenas levaria em consideração o apontamento de irregularidades vindas do Tribunal de Contas ou qualquer outra autoridade da área. O parlamentar também exaltou os órgãos de controle próprios do município para atestar as ações da gestão. "Eu não acredito que funcionários concursados da Procuradoria, da Controladoria, vão assinar contratos superfaturados. Tem que ter limite o denunciismo", disse.

VINÍCIUS MENTIRINHA

Eudes Assis também contestou o fato de Vinícius Pires afirmar que tem sido questionado no âmbito pessoal. Para o vereador, é o próprio republicano que age desta forma e cita publicações nas redes sociais como exemplo. "Não existe um vereador que ataca os colegas mais pessoalmente do que ele, porque o único projeto que tem é construir uma candidatura de deputado estadual em cima dos outros. E mentindo. Já comecei a chamar: "Vinícius Mentirinha". Me desculpa pela falta de decoro", afirmou.

PIRES IRONIZA

Vinícius Pires poderia ter aproveitado uma réplica,

mas declinou o registro nas comunicações parlamentares para dar agilidade na apreciação de matérias em uma sessão extraordinária subsequente. "Eudes foi tão duro comigo que me senti abalado. Eu vou tirar meu nome da discussão final porque hoje ele me desmascarou. Estou acabado", ironizou o republicano, tirando risos dos colegas.

A Coluna do CT também acionou o Paço sobre a denúncia do vereador e aguarda manifestação.

Confira o pronunciamento de Vinícius Pires:

Veja a resposta de Eudes Assis:

Site: <https://clebertoledo.com.br/politica/vinicius-pires-denuncia-suostas-irregularidades-na-compra-de-uniformes-da-rede-municipal-de-ensino-eudes-assis-reage-e-batiza-colega-de-mentirinha/>

Compras sem planejamento em hospital de Dueré; TCE encontra equipamentos de laboratório comprados há seis anos e ainda encaixotados (Cidades)

Atitude Tocantins

A vistoria foi conduzida pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) e apontou um conjunto de falhas administrativas, estruturais e operacionais. Um dos principais achados, segundo o relatório técnico, é a ociosidade de equipamentos laboratoriais adquiridos pela gestão municipal, apesar da demanda por exames na rede pública.

De acordo com o Tribunal, a falta de planejamento na compra dos aparelhos contribuiu para que os equipamentos permanecessem sem uso. Ao mesmo tempo, o município mantém contrato com laboratório terceirizado para realização de exames, o que, para os auditores, levanta questionamentos sobre a eficiência do gasto público e o impacto dessa escolha na organização do atendimento.

A partir das irregularidades registradas, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria, determinou que a Prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação com medidas e prazos para corrigir os problemas identificados.

O relatório técnico também registra situações que exigem correção na rotina do hospital. Entre os pontos listados estão escalas com jornadas de até 72 horas consecutivas, além de falhas no controle de frequência de servidores.

Na farmácia hospitalar, a fiscalização encontrou fragilidades na gestão do estoque de medicamentos. O Tribunal recomenda providências como:

Além dos itens laboratoriais, a equipe verificou a subutilização de outros equipamentos. Um aparelho de ultrassonografia, por exemplo, estava disponível, mas não era utilizado. A recomendação do **TCETO** é que a unidade passe a ofertar o exame, para ampliar a capacidade de diagnóstico e reduzir a dependência de serviços externos.

A inspeção identificou problemas em duas

ambulâncias, com irregularidades como:

O relatório cita ainda pendências administrativas, como a falta de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, além de necessidade de manutenção em equipamentos e ausência de documentos e protocolos internos que orientem o funcionamento da unidade.

Após a entrega do plano de ação e o prazo para execução das medidas, o Tribunal deve retornar ao hospital para verificar se as correções foram implementadas.

O caso de Dueré expõe um problema recorrente na saúde pública municipal: compras sem planejamento e sem garantia de uso efetivo, mesmo quando a população depende de exames e serviços básicos. Guardar equipamentos por anos, enquanto se terceiriza o mesmo serviço, não indica apenas desperdício - aponta falhas de gestão que podem custar tempo, dinheiro e atendimento a quem mais precisa. A fiscalização do TCE reforça a necessidade de transparência, controle e responsabilização sobre cada real aplicado na saúde.

Site: <https://atitudeto.com.br/cidade/compras-sem-planejamento-em-hospital-de-duere-tce-encontra-equipamentos-de-laboratorio-comprados-ha-seis-anos-e-ainda-encaixotados/>

Equipamentos comprados há 6 anos seguem encaixotados em hospital público no Tocantins

Notícias do **Tocantins** - Equipamentos laboratoriais comprados com dinheiro público e que jamais chegaram a ser usados para atender pacientes. A situação foi constatada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** durante fiscalização no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Dueré. Os aparelhos, adquiridos há pelo menos seis anos, permanecem até hoje guardados dentro das caixas, sem qualquer utilização na unidade de saúde.

A irregularidade foi identificada durante vistoria realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) nos dias 9 e 10 de fevereiro, dentro das ações do projeto **TCE** de Olho, iniciativa do Tribunal que monitora de perto a estrutura e o funcionamento de unidades de saúde em diversos municípios do estado.

Diante das falhas encontradas, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria, determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação com medidas concretas para corrigir as irregularidades identificadas.

Equipamentos parados e exames terceirizados

De acordo com o relatório técnico, a compra dos equipamentos ocorreu sem planejamento adequado, o que resultou na completa ociosidade dos aparelhos, mesmo diante da demanda por exames laboratoriais na rede pública municipal.

Apesar de possuir os equipamentos, o município mantém contrato com um laboratório terceirizado para realizar exames, o que levanta questionamentos sobre a eficiência e o uso correto dos recursos públicos.

Jornadas excessivas e falhas na gestão

A fiscalização também revelou uma série de problemas administrativos e estruturais no hospital. Entre os pontos destacados estão profissionais de saúde escalados para jornadas de até 72 horas consecutivas, ausência de controle adequado de frequência dos servidores e fragilidades na gestão do estoque de medicamentos da farmácia hospitalar.

Os auditores recomendaram reforço nos mecanismos de controle de remédios, incluindo a realização de inventário completo do estoque, definição de quantidade mínima de medicamentos e implantação de protocolos para garantir mais segurança na dispensação aos pacientes.

Equipamentos médicos sem uso

Outro problema identificado foi a subutilização de equipamentos médicos disponíveis na unidade. Um aparelho de ultrassonografia, por exemplo, estava parado e sem utilização. O Tribunal recomendou que o hospital passe a oferecer o exame diretamente à população, ampliando a capacidade de diagnóstico e atendimento.

Irregularidades em ambulâncias

Durante a inspeção, duas ambulâncias apresentavam diversas irregularidades: ausência de placas, falhas no sistema de sinalização sonora e luminosa, ar-condicionado sem funcionamento adequado e bancos mal fixados. Além disso, os veículos estavam sem a vistoria obrigatória junto ao Detran.

Pendências administrativas

A equipe técnica também encontrou pendências importantes na parte administrativa, como a falta de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, necessidade de manutenção em equipamentos médicos e ausência de documentos e protocolos que orientem o funcionamento da unidade.

Após a apresentação do plano de ação e o prazo para cumprimento das medidas, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** deverá retornar ao hospital para verificar se as irregularidades foram corrigidas e se as determinações foram efetivamente cumpridas.

Site: <https://afnoticias.com.br/estado/tce-encontra-equipamentos-comprados-ha-seis-anos-ainda-encaixotados-em-hospital-de-duere>

TCE e Seciju discutem plano para melhorar qualidade da alimentação em presídios do Tocantins

por Redação

O conselheiro do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE)**, **Manoel Pires dos Santos**, titular da Primeira Relatoria, comandou uma reunião com representantes da Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju) e equipe técnica da Corte. O encontro foi realizado na sexta-feira, 6.

ALIMENTAÇÃO NO SISTEMA CARCERÁRIO

Na ocasião, os responsáveis pelo sistema penitenciário informaram ao conselheiro sobre a protocolização do plano de ação voltado ao aprimoramento da política de alimentação no sistema carcerário. O documento, em cumprimento ao despacho do Relator, foi juntado no âmbito da Auditoria Operacional realizada pelo **TCE** (processo e-Contas nº 10.963/2025), que identificou diversos apontamentos relacionados ao tema.

MEDIDAS CORRETIVAS

Durante a reunião, os representantes da Secretaria abordaram alguns pontos do plano de ação que prevê medidas corretivas para os problemas apontados no relatório de auditoria, além da criação de uma estrutura de governança para acompanhar a execução das ações, incluindo a formação de uma Comissão Especial de Acompanhamento e Monitoramento.

DIÁLOGO INSTITUCIONAL

O conselheiro destacou a importância do diálogo institucional entre os órgãos para o fortalecimento das políticas públicas. O chefe de gabinete da Primeira Relatoria, Flávio Godinho, também ressaltou a relevância da formalização do plano de ação pela Secretaria, pois demonstra uma conduta proativa do gestor em efetivar o cumprimento das medidas propostas e, assim, solucionar os apontamentos identificados na auditoria.

AUDITORIA

Durante o encontro, a equipe técnica relembrou que a auditoria realizada pela Primeira Diretoria de Controle

Externo do Tribunal analisou quatro eixos principais relacionados ao fornecimento de alimentação no sistema penitenciário estadual:

IDENTIFICAR FRAGILIDADES

O objetivo do trabalho foi identificar fragilidades e propor melhorias para fortalecer a política pública de alimentação no sistema prisional do **Tocantins**.

MEDIDAS PREVISTAS

A Secretaria da Cidadania e Justiça procederá com a implementação das medidas previstas no plano de ação formalmente juntado nos autos da auditoria operacional. O plano de ação será examinado pela equipe técnica da Primeira Diretoria de Controle Externo que emitirá manifestação com proposta de encaminhamento ao conselheiro Manoel Pires.

Presença

Participaram da reunião :

Site: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/tce-e-seciju-discutem-plano-para-melhorar-qualidade-da-alimentacao-em-presidios-do-tocantins/>

TCE abre licitação de R\$ 2,5 milhões para banco pagar folha salarial

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** abriu uma licitação para escolher a instituição financeira que ficará responsável pelo pagamento da folha salarial do órgão. O processo prevê valor estimado de R\$ 2,5 milhões.

De acordo com o aviso publicado pela Corte, o banco contratado será responsável por realizar o pagamento dos salários de servidores e membros ativos do tribunal. A instituição vencedora também deverá executar outros repasses vinculados ao órgão, como indenizações e bolsas destinadas a estagiários.

A seleção será feita por meio do Pregão Eletrônico nº 90004/2026, vinculado ao Processo SEI nº 26.000244-5, e está aberta apenas a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Além da folha de pagamento, o banco escolhido poderá realizar outros pagamentos determinados pelo tribunal a beneficiários vinculados ao órgão.

O processo adotará como critério de julgamento a maior oferta financeira, em disputa aberta entre os participantes. A abertura das propostas está prevista para 26 de março de 2026, às 10h, no horário de Brasília.

O aviso também informa que não haverá tratamento diferenciado para microempresas ou empresas de pequeno porte. A licitação segue as regras estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, que trata das contratações públicas, além da Resolução Administrativa nº 7/2023 do próprio tribunal.

Mais informações podem ser obtidas junto à Coordenadoria de Licitações, Contratos e Convênios do **TCE-TO**, pelo e-mail . O edital completo está disponível no site do tribunal e também no Portal de Compras do Governo Federal.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/tce-abre-licitacao-de-r-25-milhoes-para-banco-pagar-folha-salarial/>

TCE encontra equipamentos comprados há seis anos ainda encaixotados em hospital de Dueré

Fiscalização do projeto **TCE** de Olho encontrou falhas na gestão da unidade, problemas em ambulâncias e fragilidades no controle de medicamentos

Da Assessoria

Equipamentos laboratoriais comprados com recursos públicos e que nunca foram utilizados para atender a população. Esse foi um dos problemas identificados pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** durante fiscalização realizada no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Dueré. Os aparelhos foram adquiridos há pelo menos seis anos e continuam guardados nas caixas, sem qualquer utilização na unidade de saúde.

A situação foi constatada durante vistoria realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), entre os dias 9 e 10 de fevereiro, dentro das ações do projeto **TCE** de Olho, iniciativa que acompanha de perto a estrutura e o funcionamento de unidades de saúde em diversos municípios do estado.

Com essa e outras irregularidades identificadas no hospital, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria, determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação com as medidas necessárias para corrigir as falhas apontadas na fiscalização.

Apontamentos

O relatório da equipe técnica aponta que a falta de planejamento na aquisição dos equipamentos resultou na ociosidade dos aparelhos, mesmo com a necessidade de exames laboratoriais na rede municipal. Apesar de possuir os equipamentos, o município mantém contrato com laboratório terceirizado para realização de exames, o que levanta questionamentos sobre a eficiência no uso dos recursos públicos.

Além desse caso, os auditores identificaram uma série de falhas administrativas e estruturais no hospital. Entre elas, profissionais de saúde escalados para jornadas de até 72 horas consecutivas, ausência de controle adequado de frequência dos servidores e

fragilidades na gestão do estoque de medicamentos da farmácia hospitalar.

A fiscalização também apontou a necessidade de melhorar os mecanismos de controle de medicamentos, incluindo a realização de inventário completo do estoque, definição de quantidade mínima de remédios e implantação de protocolos para garantir maior segurança na dispensação dos produtos aos pacientes.

Outro ponto observado foi a subutilização de equipamentos médicos. Um aparelho de ultrassonografia disponível na unidade, por exemplo, não estava sendo utilizado. A recomendação do Tribunal é que o hospital passe a oferecer esse tipo de exame diretamente à população, ampliando a capacidade de diagnóstico e atendimento da unidade.

Problemas também foram encontrados na estrutura e nos veículos utilizados no atendimento. Durante a inspeção, duas ambulâncias apresentavam irregularidades, como ausência de placas, falhas no sistema de sinalização sonora e luminosa, ar-condicionado sem funcionamento adequado e bancos mal fixados. Além disso, os veículos estavam sem a devida vistoria junto ao Detran.

A equipe técnica identificou ainda pendências administrativas importantes, como a ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, necessidade de manutenção em equipamentos médicos e falta de documentos e protocolos que orientem o funcionamento da unidade hospitalar.

Retorno

Após a apresentação do plano e o prazo para execução das medidas, o Tribunal deverá retornar à unidade hospitalar para verificar se as correções foram efetivamente implementadas.

Site: <http://www.oparalelo13.com.br/component/k2/tce-encontra-equipamentos-comprados-ha-seis-anos-ainda-encaixotados-em-hospital-de-duere>

TCE/TO encontra equipamentos comprados há seis anos ainda encaixotados em hospital municipal

Redação

Equipamentos laboratoriais comprados com recursos públicos e que nunca foram utilizados para atender a população. Esse foi um dos problemas identificados pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** durante fiscalização realizada no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Dueré. Os aparelhos foram adquiridos há pelo menos seis anos e continuam guardados nas caixas, sem qualquer utilização na unidade de saúde.

A situação foi constatada durante vistoria realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), entre os dias 9 e 10 de fevereiro, dentro das ações do projeto **TCE** de Olho, iniciativa que acompanha de perto a estrutura e o funcionamento de unidades de saúde em diversos municípios do estado.

Com essa e outras irregularidades identificadas no hospital, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria, determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação com as medidas necessárias para corrigir as falhas apontadas na fiscalização.

Foto: Divulgação **TCE/TO**

O relatório da equipe técnica aponta que a falta de planejamento na aquisição dos equipamentos resultou na ociosidade dos aparelhos, mesmo com a necessidade de exames laboratoriais na rede municipal. Apesar de possuir os equipamentos, o município mantém contrato com laboratório terceirizado para realização de exames, o que levanta questionamentos sobre a eficiência no uso dos recursos públicos.

Foto: Divulgação **TCE/TO**

Além desse caso, os auditores identificaram uma série de falhas administrativas e estruturais no hospital. Entre elas, profissionais de saúde escalados para jornadas de até 72 horas consecutivas, ausência de controle adequado de frequência dos servidores e fragilidades na gestão do estoque de medicamentos da farmácia hospitalar.

A fiscalização também apontou a necessidade de melhorar os mecanismos de controle de medicamentos, incluindo a realização de inventário completo do estoque, definição de quantidade mínima de remédios e implantação de protocolos para garantir maior segurança na dispensação dos produtos aos pacientes.

Outro ponto observado foi a subutilização de equipamentos médicos. Um aparelho de ultrassonografia disponível na unidade, por exemplo, não estava sendo utilizado. A recomendação do Tribunal é que o hospital passe a oferecer esse tipo de exame diretamente à população, ampliando a capacidade de diagnóstico e atendimento da unidade.

Problemas também foram encontrados na estrutura e nos veículos utilizados no atendimento. Durante a inspeção, duas ambulâncias apresentavam irregularidades, como ausência de placas, falhas no sistema de sinalização sonora e luminosa, ar-condicionado sem funcionamento adequado e bancos mal fixados. Além disso, os veículos estavam sem a devida vistoria junto ao Detran.

Foto: Divulgação **TCE/TO**

A equipe técnica identificou ainda pendências administrativas importantes, como a ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, necessidade de manutenção em equipamentos médicos e falta de documentos e protocolos que orientem o funcionamento da unidade hospitalar.

Após a apresentação do plano e o prazo para execução das medidas, o Tribunal deverá retornar à unidade hospitalar para verificar se as correções foram efetivamente implementadas. (**TCE/TO**)

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/03/11/tce-to-encontra-equipamentos-comprados-ha-seis-anos-ainda-encaixotados-em-hospital-municipal>

Hospital de Dueré mantém equipamentos laboratoriais sem uso enquanto município contrata exames terceirizados, diz TCE

Rozeane Feitosa

Equipamentos laboratoriais adquiridos com recursos públicos permanecem sem utilização no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Dueré. A situação foi identificada durante fiscalização do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, que constatou que os aparelhos, comprados há pelo menos seis anos, continuam armazenados nas caixas e não foram utilizados para atendimento à população.

A constatação ocorreu durante vistoria realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (Coes), entre os dias 9 e 10 de fevereiro, no âmbito das ações do projeto **TCE** de Olho, iniciativa que acompanha a estrutura e o funcionamento de unidades de saúde em diversos municípios do estado.

Com essa e outras irregularidades identificadas no hospital, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria, determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação com as medidas necessárias para corrigir as falhas apontadas na fiscalização.

Apontamentos

De acordo com o relatório da equipe técnica, a ausência de planejamento na aquisição dos equipamentos resultou na ociosidade dos aparelhos, mesmo diante da demanda por exames laboratoriais na rede municipal. Apesar de possuir os equipamentos, o município mantém contrato com laboratório terceirizado para a realização dos exames, situação que levanta questionamentos sobre a eficiência na utilização dos recursos públicos.

Além desse caso, os auditores registraram outras falhas administrativas e estruturais no hospital. Entre elas, a existência de profissionais de saúde escalados para jornadas de até 72 horas consecutivas, ausência de controle adequado de frequência dos servidores e fragilidades na gestão do estoque de medicamentos da farmácia hospitalar.

A fiscalização também indicou a necessidade de aprimorar os mecanismos de controle de

medicamentos, incluindo a realização de inventário completo do estoque, definição de quantidade mínima de remédios e implantação de protocolos para ampliar a segurança na dispensação dos produtos aos pacientes.

Outro ponto apontado foi a subutilização de equipamentos médicos. Um aparelho de ultrassonografia disponível na unidade, por exemplo, não estava sendo utilizado. A recomendação do Tribunal é que o hospital passe a oferecer esse tipo de exame diretamente à população, ampliando a capacidade de diagnóstico e atendimento da unidade.

Durante a inspeção, também foram identificados problemas na estrutura e nos veículos utilizados no atendimento. Duas ambulâncias apresentavam irregularidades, como ausência de placas, falhas no sistema de sinalização sonora e luminosa, ar-condicionado sem funcionamento adequado e bancos mal fixados. Além disso, os veículos estavam sem a devida vistoria junto ao Detran.

A equipe técnica identificou ainda pendências administrativas, entre elas a ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, necessidade de manutenção em equipamentos médicos e falta de documentos e protocolos que orientem o funcionamento da unidade hospitalar.

Retorno

Após a apresentação do plano e o prazo para execução das medidas, o Tribunal deverá retornar à unidade hospitalar para verificar se as correções foram efetivamente implementadas.

Sítio:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/hospital-de-duere-mantem-equipamentos-laboratoriais-sem-uso-enquanto-municipio-contrata-exames-terceirizados-diz-tce-583394/>

Auditoria aponta falhas em hospital de Dueré

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2026/03/11/TVNORTETOCA>

NTINSAFSBTTO-13.27.55-13.29.50-1773259419.mp4

TCE encontra equipamentos comprados há seis anos ainda encaixotados em hospital de Dueré

Fiscalização do projeto **TCE** de Olho encontrou falhas na gestão da unidade, problemas em ambulâncias e fragilidades no controle de medicamentos

Equipamentos laboratoriais comprados com recursos públicos e que nunca foram utilizados para atender a população. Esse foi um dos problemas identificados pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** durante fiscalização realizada no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Dueré. Os aparelhos foram adquiridos há pelo menos seis anos e continuam guardados nas caixas, sem qualquer utilização na unidade de saúde.

A situação foi constatada durante vistoria realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), entre os dias 9 e 10 de fevereiro, dentro das ações do projeto **TCE** de Olho, iniciativa que acompanha de perto a estrutura e o funcionamento de unidades de saúde em diversos municípios do estado.

Com essa e outras irregularidades identificadas no hospital, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria, determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação com as medidas necessárias para corrigir as falhas apontadas na fiscalização.

Apontamentos

O relatório da equipe técnica aponta que a falta de planejamento na aquisição dos equipamentos resultou na ociosidade dos aparelhos, mesmo com a necessidade de exames laboratoriais na rede municipal. Apesar de possuir os equipamentos, o município mantém contrato com laboratório terceirizado para realização de exames, o que levanta questionamentos sobre a eficiência no uso dos recursos públicos.

Além desse caso, os auditores identificaram uma série de falhas administrativas e estruturais no hospital. Entre elas, profissionais de saúde escalados para jornadas de até 72 horas consecutivas, ausência de controle adequado de frequência dos servidores e fragilidades na gestão do estoque de medicamentos da farmácia hospitalar.

A fiscalização também apontou a necessidade de melhorar os mecanismos de controle de medicamentos, incluindo a realização de inventário completo do estoque, definição de quantidade mínima de remédios e implantação de protocolos para garantir maior segurança na dispensação dos produtos aos pacientes.

Outro ponto observado foi a subutilização de equipamentos médicos. Um aparelho de ultrassonografia disponível na unidade, por exemplo, não estava sendo utilizado. A recomendação do Tribunal é que o hospital passe a oferecer esse tipo de exame diretamente à população, ampliando a capacidade de diagnóstico e atendimento da unidade.

Problemas também foram encontrados na estrutura e nos veículos utilizados no atendimento. Durante a inspeção, duas ambulâncias apresentavam irregularidades, como ausência de placas, falhas no sistema de sinalização sonora e luminosa, ar-condicionado sem funcionamento adequado e bancos mal fixados. Além disso, os veículos estavam sem a devida vistoria junto ao Detran.

A equipe técnica identificou ainda pendências administrativas importantes, como a ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, necessidade de manutenção em equipamentos médicos e falta de documentos e protocolos que orientem o funcionamento da unidade hospitalar.

Retorno

Após a apresentação do plano e o prazo para execução das medidas, o Tribunal deverá retornar à unidade hospitalar para verificar se as correções foram efetivamente implementadas.

Site: <https://ocoletivo.com.br/tce-encontra-equipamentos-comprados-ha-seis-anos-ainda-encaixotados-em-hospital-de-duere/>

TCE/TO abre licitação de R\$ 2,5 milhões para banco operar folha de servidores

Samir Leão

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** publicou aviso de licitação para selecionar uma instituição financeira responsável pela prestação de serviços de pagamento da folha salarial da Corte. O processo prevê valor estimado de R\$ 2,5 milhões.

O certame ocorre por meio do Pregão Eletrônico nº 90004/2026, vinculado ao Processo SEI nº 26.000244-5, e tem como objetivo contratar banco autorizado pelo Banco Central do Brasil para realizar o pagamento integral da folha de servidores e membros ativos do tribunal.

Além dos salários, a instituição vencedora também ficará responsável pelo pagamento de indenizações e bolsas do programa de estágio mantido pelo **TCE-TO**, além de outros repasses que venham a ser determinados pelo tribunal aos beneficiários.

A licitação adota como critério de julgamento a maior oferta, com modo de disputa aberto. A abertura das propostas está marcada para 26 de março de 2026, às 10h, horário de Brasília.

O aviso informa ainda que não há preferência para microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas. O processo segue as regras da Lei nº 14.133/2021, além da Resolução Administrativa nº 7/2023 do Pleno do **TCE-TO**.

Informações adicionais podem ser obtidas junto à Coordenadoria de Licitações, Contratos e Convênios pelo e-mail licit@tceto.tc.br. O edital também está disponível no site do **TCETO** e no Portal de Compras do Governo Federal.

Site: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/tocantins/tce-to-abre-licitacao-de-r-25-milhoes-para-banco-operar-folha-de-servidores-583383/>

Tribunal encontra equipamentos comprados há seis anos ainda encaixotados em hospital no sul do TO

Equipamentos laboratoriais comprados com recursos públicos e que nunca foram utilizados para atender à população. Esse foi um dos problemas identificados pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** durante fiscalização realizada no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Dueré. Os aparelhos foram adquiridos há pelo menos seis anos e continuam guardados nas caixas, sem qualquer utilização na unidade de saúde.

A situação foi constatada durante vistoria realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), entre os dias 9 e 10 de fevereiro, dentro das ações do projeto **TCE** de Olho, iniciativa que acompanha de perto a estrutura e o funcionamento de unidades de saúde em diversos municípios do estado.

Com essa e outras irregularidades identificadas no hospital, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria, determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação com as medidas necessárias para corrigir as falhas apontadas na fiscalização.

O relatório da equipe técnica aponta que a falta de planejamento na aquisição dos equipamentos resultou na ociosidade dos aparelhos, mesmo com a necessidade de exames laboratoriais na rede municipal. Apesar de possuir os equipamentos, o município mantém contrato com laboratório terceirizado para realização de exames, o que levanta questionamentos sobre a eficiência no uso dos recursos públicos.

Além desse caso, os auditores identificaram uma série de falhas administrativas e estruturais no hospital. Entre elas, profissionais de saúde escalados para jornadas de até 72 horas consecutivas, ausência de controle adequado de frequência dos servidores e fragilidades na gestão do estoque de medicamentos da farmácia hospitalar.

A fiscalização também apontou a necessidade de melhorar os mecanismos de controle de medicamentos, incluindo a realização de inventário completo do estoque, definição de quantidade mínima de remédios e implantação de protocolos para garantir

maior segurança na dispensação dos produtos aos pacientes.

Outro ponto observado foi a subutilização de equipamentos médicos. Um aparelho de ultrassonografia disponível na unidade, por exemplo, não estava sendo utilizado. A recomendação do Tribunal é que o hospital passe a oferecer esse tipo de exame diretamente à população, ampliando a capacidade de diagnóstico e atendimento da unidade.

Problemas também foram encontrados na estrutura e nos veículos utilizados no atendimento. Durante a inspeção, duas ambulâncias apresentavam irregularidades, como ausência de placas, falhas no sistema de sinalização sonora e luminosa, ar-condicionado sem funcionamento adequado e bancos mal fixados. Além disso, os veículos estavam sem a devida vistoria junto ao Detran.

A equipe técnica identificou ainda pendências administrativas importantes, como a ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, necessidade de manutenção em equipamentos médicos e falta de documentos e protocolos que orientem o funcionamento da unidade hospitalar.

Após a apresentação do plano e o prazo para execução das medidas, o Tribunal deverá retornar à unidade hospitalar para verificar se as correções foram efetivamente implementadas.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/noticias/tribunal-encontra-equipamentos-comprados-ha-seis-anos-ainda-encaixotados-em-hospital-no-sul-do-to/>

Conselheiros do TCE faturaram próximo de meio milhão com verbas indenizatórias e rendimentos em fevereiro. Subsídio é R\$ 41 mil e teto do STF de R\$ 46 mil. Uma esculhambação no nariz do Judiciário, MPE e Legislativo

Por: Redação

E o que se vê ali é uma afronta ao Estado e às determinações do STF tomadas em fevereiro.

O presidente do **TCE/TO**, **Alberto Sevilha**, teve creditados na sua conta (rendimento, indenização e diárias) a soma de R\$ 428 mil e 59 em fevereiro.

É dez vezes mais o subsídio de um conselheiro (R\$ 41.845,49). E nove vezes superior ao teto constitucional do STF (R\$ 46.366,19).

Só de indenizações foram R\$ 345.941,91. Em janeiro, foram R\$ 121 mil só de indenizações pagas ao presidente.

A farra se estendeu aos demais conselheiros em fevereiro. **Severiano Costandrade** (R\$ 426 mil e 804), **Wagner Praxedes** (R\$ 404 mil e 737), Doris Coutinho (R\$ 447 mil e 302), Napoleão Sobrinho (R\$ 404 mil e 739), Manoel Pires (R\$ 398 mil e 288) e **André Matos** (R\$ 387 mil e 464).

Todos os conselheiros tiveram de indenizações em fevereiro (individualmente) o valor de R\$ 345 mil e 941.

No Estado, estão registradas nesta quarta-feira no Bolsa Família 418 mil e 468 pessoas. O cadastro único do governo federal registra uma fila de 912 mil pessoas no **Tocantins**. Destas pessoas, 683 mil são pardas e 66 mil negras.

O **Tocantins** (Síntese dos Indicadores Sociais/dezembro/2025) registra 23,9% da população na extrema pobreza, tendo rendimento médio per capita de R\$ 694,00 mensais.

Ou seja: um conselheiro do **TCE** equivaleria a 615 dessas almas pungentes.

Uma esculhambação com o aval do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

Site:

<https://www.tribunadopovoto.com.br/noticia/95712/conselheiros-do-tce-faturaram-proximo-de-meio-milhao-com-verbas-indenizatorias-e-rendimentos-em-fevereiro-subsidio-e-r-41-mil-e-teto-do-stf-de-r-46-mil-uma-esculhambacao-no-nariz-do-judiciario-mpe-e-legislativo>

Plano de ação para melhorar alimentação no sistema penitenciário é discutido pelo TCETO e Seciju

Reunião tratou de medidas para corrigir falhas apontadas em auditoria do **Tribunal de Contas**

A alimentação no sistema penitenciário do **Tocantins** foi tema de reunião entre representantes do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** e da Secretaria da Cidadania e Justiça do **Tocantins** (Seciju). O encontro ocorreu na sexta-feira (6) e discutiu um plano de ação para aprimorar a política de alimentação nas unidades prisionais do estado.

A reunião foi conduzida pelo conselheiro **Manoel Pires dos Santos**, titular da Primeira Relatoria. Além disso, contou com a participação de representantes da secretaria e da equipe técnica do tribunal.

Durante o encontro, gestores do sistema prisional informaram que protocolaram um plano de ação voltado à melhoria da alimentação no sistema penitenciário do **Tocantins**. O documento atende a despacho do relator e integra a Auditoria Operacional realizada pelo tribunal no processo e-Contas nº 10.963/2025.

A alimentação no sistema penitenciário do **Tocantins** foi tema de reunião entre representantes do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** e da Secretaria da Cidadania e Justiça do **Tocantins** (Seciju). O encontro ocorreu na sexta-feira (6) e discutiu um plano de ação para aprimorar a política de alimentação nas unidades prisionais do estado.

A reunião foi conduzida pelo conselheiro **Manoel Pires dos Santos**, titular da Primeira Relatoria. Além disso, contou com a participação de representantes da secretaria e da equipe técnica do tribunal.

Durante o encontro, gestores do sistema prisional informaram que protocolaram um plano de ação voltado à melhoria da alimentação no sistema penitenciário do **Tocantins**. O documento atende a despacho do relator e integra a Auditoria Operacional realizada pelo tribunal no processo e-Contas nº 10.963/2025.

Segundo os representantes da Seciju, o plano prevê medidas corretivas para enfrentar problemas

apontados no relatório de auditoria. Além disso, o documento estabelece uma estrutura de governança para acompanhar a execução das ações.

Entre as iniciativas previstas está a criação de uma Comissão Especial de Acompanhamento e Monitoramento. Dessa forma, o grupo deverá supervisionar a implementação das melhorias propostas para o sistema prisional.

Durante a reunião, a equipe técnica relembrou os principais pontos analisados na auditoria conduzida pela Primeira Diretoria de Controle Externo do tribunal.

O trabalho avaliou quatro eixos ligados ao fornecimento de alimentação no sistema penitenciário do **Tocantins**. Entre eles, a qualidade e a quantidade das refeições oferecidas aos detentos.

Além disso, os auditores analisaram o acesso à água potável nas unidades prisionais. Também avaliaram a estrutura destinada à alimentação dos policiais penais.

Outro ponto observado foi a fiscalização e execução dos contratos relacionados ao fornecimento de refeições no sistema prisional. Com isso, o tribunal buscou identificar fragilidades e propor melhorias na política pública.

Após a apresentação do plano, a equipe técnica do tribunal deverá analisar o documento apresentado pela secretaria. Em seguida, será emitida manifestação com proposta de encaminhamento ao relator do processo.

O chefe de gabinete da Primeira Relatoria, Flávio Godinho, destacou que a formalização do plano demonstra iniciativa da gestão em atender às recomendações do tribunal.

Além disso, os auditores analisaram o acesso à água potável nas unidades prisionais. Também avaliaram a estrutura destinada à alimentação dos policiais penais.

Outro ponto observado foi a fiscalização e execução dos contratos relacionados ao fornecimento de refeições no sistema prisional. Com isso, o tribunal

buscou identificar fragilidades e propor melhorias na política pública.

Após a apresentação do plano, a equipe técnica do tribunal deverá analisar o documento apresentado pela secretaria. Em seguida, será emitida manifestação com proposta de encaminhamento ao relator do processo.

O chefe de gabinete da Primeira Relatoria, Flávio Godinho, destacou que a formalização do plano demonstra iniciativa da gestão em atender às recomendações do tribunal.

Segundo ele, a medida representa uma postura proativa para cumprir as orientações da auditoria e resolver os apontamentos identificados.

Também participaram do encontro o secretário da Cidadania e Justiça, Hélio Pereira Marques; a chefe de gabinete Bárbara Risomar; e o superintendente de Administração do Sistema Penitenciário, Eldison Arruda Cunha.

Além deles, estiveram presentes técnicos do tribunal e servidores da secretaria, responsáveis por acompanhar a execução das medidas previstas no plano de ação.

Assim, o debate entre os órgãos busca fortalecer a política pública de alimentação no sistema penitenciário do **Tocantins** e garantir melhores condições nas unidades prisionais do estado.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/11/plano-de-acao-para-melhorar-alimentacao-no-sistema-penitenciario-e-discutido-pelo-tceto-e-seciju/>

Plano de ação para aprimorar alimentação no sistema penitenciário é pauta de reunião do TCETO e Seciju

Reunião foi conduzida pelo conselheiro Manoel Pires e tratou das medidas para enfrentar apontamentos identificados em auditoria do Tribunal

Com Assessoria

O conselheiro do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, **Manoel Pires dos Santos**, titular da Primeira Relatoria, comandou na sexta-feira, 6 de março, uma reunião com representantes da Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju) e equipe técnica da Corte.

Na ocasião, os responsáveis pelo sistema penitenciário informaram ao conselheiro sobre a protocolização do plano de ação voltado ao aprimoramento da política de alimentação no sistema carcerário. O documento, em cumprimento ao despacho do Relator, foi juntado no âmbito da Auditoria Operacional realizada pelo **TCETO** (processo e-Contas nº 10.963/2025), que identificou diversos apontamentos relacionados ao tema.

Durante a reunião, os representantes da Secretaria abordaram alguns pontos do plano de ação que prevê medidas corretivas para os problemas apontados no relatório de auditoria, além da criação de uma estrutura de governança para acompanhar a execução das ações, incluindo a formação de uma Comissão Especial de Acompanhamento e Monitoramento.

O conselheiro Manoel Pires destacou a importância do diálogo institucional entre os órgãos para o fortalecimento das políticas públicas. O chefe de gabinete da Primeira Relatoria, Flávio Godinho, também ressaltou a relevância da formalização do plano de ação pela Secretaria, pois demonstra uma conduta proativa do gestor em efetivar o cumprimento das medidas propostas e, assim, solucionar os apontamentos identificados na auditoria.

Auditoria

Durante o encontro, a equipe técnica relembrou que a auditoria realizada pela Primeira Diretoria de Controle Externo do Tribunal analisou quatro eixos principais relacionados ao fornecimento de alimentação no

sistema penitenciário estadual: qualidade e quantidade das refeições oferecidas aos detentos; acesso à água potável nas unidades prisionais; estrutura destinada à alimentação dos policiais penais; fiscalização e execução dos contratos relacionados ao fornecimento de alimentação.

O objetivo do trabalho foi identificar fragilidades e propor melhorias para fortalecer a política pública de alimentação no sistema prisional do **Tocantins**.

Encaminhamento

A Secretaria da Cidadania e Justiça procederá com a implementação das medidas previstas no plano de ação formalmente juntado nos autos da auditoria operacional. O plano de ação será examinado pela equipe técnica da Primeira Diretoria de Controle Externo que emitirá manifestação com proposta de encaminhamento ao conselheiro Manoel Pires.

Presença

Participaram da reunião o conselheiro **Manoel Pires dos Santos**; o chefe de gabinete da 1ª Relatoria, Flávio Godinho; o secretário da Cidadania e Justiça, Hélio Pereira Marques; a chefe de gabinete Bárbara Risomar; o superintendente de Administração do Sistema Penitenciário e Prisional, Eldison Arruda Cunha; a assessora jurídica Flávia Smith; o chefe do setor de contratos Jeime Alves Santos; o gerente de Procedimentos dos Grupos de Riscos do Sistema Penitenciário e Prisional Alexandre Ramos Bibikow; o diretor da 1ª Diretoria de Controle Externo, Ramon Gomes Queiroz; o auditor de controle externo Carlos Edgar Sousa Ferreira; e o técnico de controle externo Nelito José da Silva.

Site:

<http://www.oparalelo13.com.br/component/k2/plano-de-acao-para-aprimorar-alimentacao-no-sistema-penitenciario-e-pauta-de-reuniao-do-tceto-e-seciju>

Tribunal declara ilegal contrato de R\$ 3,27 milhões da educação e manda apurar reforma em prédio alugado na gestão de Cinthia Ribeiro

TCETO apontou desvio de finalidade em adesão a ata de registro de preços e determinou tomada de contas para apurar possível dano ao erário na gestão da ex-prefeita em **Palmas**

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** declarou ilegal o Contrato nº 05/2023, no valor de R\$ 3.273.177,51, firmado pela Secretaria Municipal da Educação de **Palmas** para serviços em um imóvel utilizado pela pasta. A decisão consta no Acórdão nº 32/2026, aprovado pelo plenário da Corte no final de fevereiro, no processo nº 2101/2024.

O contrato teve origem na adesão da Secretaria da Educação à Ata de Registro de Preços nº 005/2022, resultante de concorrência realizada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (Crea-SP). O instrumento previa a contratação de serviços técnicos de manutenção das instalações físicas prediais.

A análise do tribunal identificou divergência entre o objeto da ata e os serviços executados no imóvel utilizado pela secretaria. Segundo o voto do relator, conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar, as planilhas orçamentárias elaboradas para a Secretaria da Educação descrevem atividades características de reforma predial, e não de manutenção, como previsto no registro de preços.

De acordo com o processo, a contratação ocorreu com a empresa Engix Construções e Serviços Ltda. O contrato foi assinado em 22 de março de 2023, ainda durante a gestão da ex-prefeita de **Palmas**, Cinthia Ribeiro (PSDB).

A decisão também registra a realização de benfeitorias em imóvel particular utilizado pela administração pública, sem comprovação de abatimento dos valores no contrato de locação ou demonstração de providências administrativas relacionadas às melhorias executadas.

Alertas técnicos

Documentos analisados pelo tribunal indicam que manifestações técnicas no âmbito da própria administração municipal apontaram limitações na utilização da ata de registro de preços para serviços de reforma. O voto menciona análise segundo a qual o sistema de registro de preços se destina a serviços de manutenção predial, com intervenções rotineiras e de menor porte.

No caso examinado, a planilha orçamentária indicou serviços classificados como reforma. Conforme consta no processo, R\$ 1.921.945,88 foram gastos em intervenções descritas dessa forma no imóvel utilizado pela Secretaria da Educação.

Multas

O tribunal aplicou multa de R\$ 3.500 à ex-secretária municipal da Educação Maria de Fátima Pereira de Sena e Silva, por ausência de providências relacionadas às benfeitorias executadas no imóvel utilizado pela pasta.

A ex-secretária executiva da Educação Fernanda Rodrigues da Silva recebeu multa de R\$ 7.000. A decisão aponta desvio de finalidade na utilização da ata de registro de preços e utilização de recursos públicos em serviços caracterizados como reforma predial.

Também foi aplicada multa de R\$ 3.500 ao então presidente da Comissão Permanente de Licitação, Antônio Luiz Cardozo Brito, por ausência de cadastro do certame no sistema SICAP-LCO dentro do prazo legal e pela falta de documentação completa exigida pelo **Tribunal de Contas**.

Tomada de contas

O **TCE** determinou ao controlador-geral do município de **Palmas**, Pablo de Matos Lemos, a instauração de Tomada de Contas Especial no prazo de 90 dias. O procedimento tem como objetivo apurar

responsabilidades, individualizar condutas e avaliar a existência de eventual dano ao erário relacionado às benfeitorias realizadas no imóvel utilizado pela Secretaria da Educação.

A decisão também prevê a identificação do valor total gasto nas intervenções, a natureza das benfeitorias executadas e eventual incorporação dessas melhorias ao patrimônio do proprietário do imóvel.

Os responsáveis terão prazo de 30 dias para comprovar o pagamento das multas ao Fundo de Aperfeiçoamento e Reequipamento Técnico do **Tribunal de Contas**. O acórdão autoriza parcelamento em até 24 parcelas mensais, caso solicitado.

Posição

A equipe da ex-prefeita de **Palmas** afirmou ao Jornal Opção **Tocantins** por meio de nota que a decisão do **TCE/TO** trata de um procedimento administrativo específico no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e envolve gestores técnicos da pasta. Segundo a assessoria, não há responsabilização direta da então prefeita no caso. A nota também afirma que a gestão de Cinthia Ribeiro colaborou com os órgãos de controle e defendeu transparência nos procedimentos administrativos, além da apuração dos fatos relacionados ao uso de recursos públicos.

Site: <https://www.palmasaqui.com.br/destaque/tribunal-declara-ilegal-contrato-de-r-327-milhoes-da-educacao-e-manda-apurar-reforma-em-predio-alugado-na-gestao-de-cinthia-ribeiro/>

Vistoria do TCE-TO localiza equipamentos comprados há seis anos ainda encaixotados em hospital de Dueré

Equipamentos laboratoriais comprados com recursos públicos e que nunca foram utilizados para atender a população. Esse foi um dos problemas identificados pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** durante fiscalização realizada no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Dueré. Os aparelhos foram adquiridos há pelo menos seis anos e continuam guardados nas caixas, sem qualquer utilização na unidade de saúde.

A situação foi constatada durante vistoria realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), entre os dias 9 e 10 de fevereiro, dentro das ações do projeto **TCE** de Olho, iniciativa que acompanha de perto a estrutura e o funcionamento de unidades de saúde em diversos municípios do estado.

Com essa e outras irregularidades identificadas no hospital, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria, determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação com as medidas necessárias para corrigir as falhas apontadas na fiscalização.

Apontamentos

O relatório da equipe técnica aponta que a falta de planejamento na aquisição dos equipamentos resultou na ociosidade dos aparelhos, mesmo com a necessidade de exames laboratoriais na rede municipal. Apesar de possuir os equipamentos, o município mantém contrato com laboratório terceirizado para realização de exames, o que levanta questionamentos sobre a eficiência no uso dos recursos públicos.

Além desse caso, os auditores identificaram uma série de falhas administrativas e estruturais no hospital. Entre elas, profissionais de saúde escalados para jornadas de até 72 horas consecutivas, ausência de controle adequado de frequência dos servidores e fragilidades na gestão do estoque de medicamentos da farmácia hospitalar.

A fiscalização também apontou a necessidade de melhorar os mecanismos de controle de medicamentos, incluindo a realização de inventário

completo do estoque, definição de quantidade mínima de remédios e implantação de protocolos para garantir maior segurança na dispensação dos produtos aos pacientes.

Outro ponto observado foi a subutilização de equipamentos médicos. Um aparelho de ultrassonografia disponível na unidade, por exemplo, não estava sendo utilizado. A recomendação do Tribunal é que o hospital passe a oferecer esse tipo de exame diretamente à população, ampliando a capacidade de diagnóstico e atendimento da unidade.

Problemas também foram encontrados na estrutura e nos veículos utilizados no atendimento. Durante a inspeção, duas ambulâncias apresentavam irregularidades, como ausência de placas, falhas no sistema de sinalização sonora e luminosa, ar-condicionado sem funcionamento adequado e bancos mal fixados. Além disso, os veículos estavam sem a devida vistoria junto ao Detran.

A equipe técnica identificou ainda pendências administrativas importantes, como a ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, necessidade de manutenção em equipamentos médicos e falta de documentos e protocolos que orientem o funcionamento da unidade hospitalar.

Retorno

Após a apresentação do plano e o prazo para execução das medidas, o Tribunal deverá retornar à unidade hospitalar para verificar se as correções foram efetivamente implementadas.

Site: <https://agora-to.com.br/vistoria-do-tce-to-localiza-equipamentos-comprados-ha-seis-anos-ainda-encaixotados-em-hospital-de-duere/>

TCE identifica aparelhos parados há seis anos em hospital e cobra plano da prefeitura

Da Redação e TCE/TO

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** identificou equipamentos laboratoriais comprados há seis anos ainda encaixotados no Hospital Municipal de Dueré. Durante vistoria realizada pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), a equipe técnica constatou que os aparelhos nunca foram utilizados, enquanto o município mantém contratos com laboratórios terceirizados para a realização de exames.

Diante das irregularidades, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho** determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação para corrigir as falhas. O relatório apontou ainda que profissionais de saúde cumpriam jornadas de até 72 horas consecutivas e que um aparelho de ultrassonografia estava subutilizado na unidade. "A falta de planejamento na aquisição resultou na ociosidade dos aparelhos", frisou o relatório técnico.

Falhas Estruturais A fiscalização também encontrou problemas em duas ambulâncias, que circulavam sem placas, com sirenes defeituosas e ar-condicionado estragado. Além disso, os auditores verificaram a ausência de alvarás atualizados do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária. O Tribunal recomendou a implantação imediata de protocolos para o controle de estoque de medicamentos e a manutenção dos equipamentos médicos parados.

O **Tribunal de Contas** informou que retornará à unidade após o prazo estabelecido para verificar se as medidas corretivas foram implementadas. O projeto **TCE** de Olho, responsável pela inspeção, busca monitorar a eficiência do gasto público e a qualidade do atendimento de saúde nos municípios tocaninenses, garantindo que recursos investidos em tecnologia e infraestrutura revertam em benefícios diretos à população.

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/tce-identifica-aparelhos-parados-ha-seis-anos-em-hospital-e-cobra-plano-da-prefeitura/140517/>

Servidores do TCETO podem destinar parte do Imposto de Renda ao Hospital de Amor (No"ticias)

Girodo

Servidores do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** poderão contribuir com o Hospital de Amor por meio da destinação de parte do Imposto de Renda. A declaração referente ao exercício de 2025 começa no próximo dia 16 de março e segue até 29 de maio.

Na manhã desta terça-feira, 10, o conselheiro substituto Márcio Aluizio Moreira Gomes e o auditor de controle externo Evandro Guimarães Santos receberam os captadores de recursos do Hospital de Amor de Palmas, Leonel Dias e Ana Paula Bucchette, além da voluntária pioneira da instituição filantrópica, Andressa Marçal.

O objetivo do encontro foi incentivar os servidores da Corte de Contas a contribuírem com o Hospital de Amor por meio da destinação do Imposto de Renda. Para reforçar a campanha, a equipe instalou dois banners nas entradas do prédio sede e do edifício Ruy Barbosa, lembrando os servidores sobre a importância da colaboração.

Segundo o conselheiro substituto Márcio Aluizio Moreira Gomes, no ano passado 15 servidores aderiram à iniciativa, o que resultou no repasse de R\$ 35 mil ao Hospital de Amor.

O coordenador de captação de recursos do Hospital de Amor, Leonel Dias, explicou que todo contribuinte que faz a declaração na modalidade completa pode destinar até 6% do imposto devido. "Ou seja, é uma parte do imposto que já seria paga ao governo e que pode ser direcionada para uma instituição que presta um serviço essencial", destacou.

Dias explicou ainda que, dentro da própria declaração, existe o campo destinado aos fundos que permite a opção da doação. O próprio sistema da Receita Federal faz o cálculo e gera um Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) para o pagamento.

Ele ressaltou que, tão importante quanto fazer a destinação, é o contribuinte enviar o comprovante da

doação. "Esse dinheiro será devolvido ao contribuinte com correção na restituição do Imposto de Renda. Ou seja, ele não perde nada e ainda ajuda quem precisa. Acreditamos que neste ano há potencial para ampliar ainda mais as contribuições", afirmou.

O conselheiro substituto reforçou que o objetivo é estimular servidores e membros do **Tribunal de Contas** a fortalecer essa parceria entre a Corte e o Hospital de Amor. "É uma forma de ajudar quem precisa sem tirar dinheiro do bolso, já que os recursos serão devolvidos posteriormente pelo Governo Federal", destacou.

Site: <https://portalgildabonfim.com.br/servidores-do-tceto-podem-destinar-parte-do-imposto-de-renda-ao-hospital-de-amor/>

Plano de ação para aprimorar alimentação no sistema penitenciário é pauta de reunião do TCETO e Seciju

O conselheiro do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**, **Manoel Pires dos Santos**, titular da Primeira Relatoria, comandou na sexta-feira, 6 de março, uma reunião com representantes da Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju) e equipe técnica da Corte.

Na ocasião, os responsáveis pelo sistema penitenciário informaram ao conselheiro sobre a protocolização do plano de ação voltado ao aprimoramento da política de alimentação no sistema carcerário. O documento, em cumprimento ao despacho do Relator, foi juntado no âmbito da Auditoria Operacional realizada pelo **TCETO** (processo e-Contas nº 10.963/2025), que identificou diversos apontamentos relacionados ao tema.

Durante a reunião, os representantes da Secretaria abordaram alguns pontos do plano de ação que prevê medidas corretivas para os problemas apontados no relatório de auditoria, além da criação de uma estrutura de governança para acompanhar a execução das ações, incluindo a formação de uma Comissão Especial de Acompanhamento e Monitoramento.

O conselheiro Manoel Pires destacou a importância do diálogo institucional entre os órgãos para o fortalecimento das políticas públicas. O chefe de gabinete da Primeira Relatoria, Flávio Godinho, também ressaltou a relevância da formalização do plano de ação pela Secretaria, pois demonstra uma conduta proativa do gestor em efetivar o cumprimento das medidas propostas e, assim, solucionar os apontamentos identificados na auditoria.

Auditoria

Durante o encontro, a equipe técnica relembrou que a auditoria realizada pela Primeira Diretoria de Controle Externo do Tribunal analisou quatro eixos principais relacionados ao fornecimento de alimentação no sistema penitenciário estadual: qualidade e quantidade das refeições oferecidas aos detentos; acesso à água potável nas unidades prisionais; estrutura destinada à alimentação dos policiais penais; fiscalização e execução dos contratos relacionados ao fornecimento de alimentação.

O objetivo do trabalho foi identificar fragilidades e propor melhorias para fortalecer a política pública de alimentação no sistema prisional do **Tocantins**.

Encaminhamento

A Secretaria da Cidadania e Justiça procederá com a implementação das medidas previstas no plano de ação formalmente juntado nos autos da auditoria operacional. O plano de ação será examinado pela equipe técnica da Primeira Diretoria de Controle Externo que emitirá manifestação com proposta de encaminhamento ao conselheiro Manoel Pires.

Presença

Participaram da reunião o conselheiro **Manoel Pires dos Santos**; o chefe de gabinete da 1ª Relatoria, Flávio Godinho; o secretário da Cidadania e Justiça, Hélio Pereira Marques; a chefe de gabinete Bárbara Risomar; o superintendente de Administração do Sistema Penitenciário e Prisional, Eldison Arruda Cunha; a assessora jurídica Flávia Smith; o chefe do setor de contratos Jeime Alves Santos; o gerente de Procedimentos dos Grupos de Riscos do Sistema Penitenciário e Prisional Alexandre Ramos Bibikow; o diretor da 1ª Diretoria de Controle Externo, Ramon Gomes Queiroz; o auditor de controle externo Carlos Edgar Sousa Ferreira; e o técnico de controle externo Nelito José da Silva.

Site: <http://www.luizarmandocosta.com.br/noticia/plano-de-acao-para-aprimorar-alimentacao-no-sistema-penitenciario-e-pauta-de-reuniao-do-tceto-e-seciju/53429>

Conselheiros do TCE faturaram próximo de meio milhão com verbas indenizatórias e rendimentos em fevereiro. Subsídio é R\$ 41 mil e teto do STF de R\$ 46 mil. Uma esculhambação no nariz do Judiciário, MPE e Legislativo

O Tribuna de Contas do Estado finalmente publicou ontem os salários dos servidores (referência fevereiro/2026).

E o que se vê ali é uma afronta ao Estado e às determinações do STF tomadas em fevereiro.

O presidente do **TCE/TO**, **Alberto Sevilha**, teve creditados na sua conta (rendimento, indenização e diárias) a soma de R\$ 428 mil e 59 em fevereiro.

É dez vezes mais o subsídio de um conselheiro (R\$ 41.845,49). E nove vezes superior ao teto constitucional do STF (R\$ 46.366,19).

Só de indenizações foram R\$ 345.941,91. Em janeiro, foram R\$ 121 mil só de indenizações pagas ao presidente.

A farra se estendeu aos demais conselheiros em fevereiro. **Severiano Costandrade** (R\$ 426 mil e 804), **Wagner Praxedes** (R\$ 404 mil e 737), Doris Coutinho (R\$ 447 mil e 302), Napoleão Sobrinho (R\$ 404 mil e 739), Manoel Pires (R\$ 398 mil e 288) e **André Matos** (R\$ 387 mil e 464).

Todos os conselheiros tiveram de indenizações em fevereiro (individualmente) o valor de R\$ 345 mil e 941.

No Estado, estão registradas nesta quarta-feira no Bolsa Família 418 mil e 468 pessoas. O cadastro único do governo federal registra uma fila de 912 mil pessoas no **Tocantins**. Destas pessoas, 683 mil são pardas e 66 mil negras.

O **Tocantins** (Síntese dos Indicadores Sociais/dezembro/2025) registra 23,9% da população na extrema pobreza, tendo rendimento médio per

capita de R\$ 694,00 mensais.

Ou seja: um conselheiro do **TCE** equivaleria a 615 dessas almas pungentes.

Uma esculhambação com o aval do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

Site:

<http://www.luizarmandocosta.com.br/noticia/conselheiros-do-tce-faturaram-proximo-de-meio-milhao-com-verbas-indenizatorias-e-rendimentos-em-fevereiro-subsidio-e-r-41-mil-e-teto-do-stf-de-r-46-mil-uma-esculhambacao-no-nariz-do-judiciario-mpe-e-legislativo/53415>

Ministério Público investiga contrato de R\$ 1,9 milhão da Prefeitura de Ananás com empresa ligada a ex-servidor da Câmara

O Ministério Público do Estado do **Tocantins** (MPTO) instaurou um Inquérito Civil Público para investigar possíveis irregularidades na contratação de uma empresa pela Prefeitura de Ananás . A apuração envolve um contrato que chega a R\$ 1.937.184,34 para prestação de serviços de organização e logística de eventos, firmado com a empresa MV Vieira Guedes Serviços .

A investigação foi formalizada por meio da Portaria de Instauração do Inquérito Civil Público nº 0004/2026 , publicada pela Promotoria de Justiça de Ananás , e aponta uma série de indícios de irregularidades administrativas, possíveis violações à legislação de licitações e falhas na fiscalização da execução contratual.

De acordo com a portaria do Ministério Público, o contrato investigado é o Contrato nº 158/2025 , decorrente do Processo Administrativo nº 1305/2025 , da Prefeitura de Ananás.

A contratação foi realizada por meio de adesão a uma ata de registro de preços , mecanismo conhecido como "carona", que permite que um órgão público utilize o resultado de licitação realizada por outro ente.

No caso em questão, a ata utilizada foi a Ata de Registro de Preços nº 38/2025 , originada de processo licitatório realizado pelo município de Xambioá .

O objeto do contrato era a prestação de serviços especializados de logística e execução de eventos , incluindo:

planejamento e organização;

promoção e execução de eventos;

fornecimento de hospedagem;

transporte e alimentação;

contratação de recursos humanos;

fornecimento de materiais e equipamentos;

montagem de estruturas e mobiliários;

locação de espaço físico e serviços correlatos.

O valor global do contrato foi fixado em R\$ 1.937.184,34 .

Um dos pontos que chamou atenção do Ministério Público é o histórico da empresa contratada.

Segundo os documentos analisados, a empresa MV Vieira Guedes Serviços iniciou suas atividades em 18 de abril de 2024 , pouco tempo antes da contratação pelo município.

O capital social da empresa é de R\$ 300 mil , valor significativamente inferior ao montante potencial do contrato firmado com a prefeitura, que ultrapassa R\$ 1,9 milhão.

Essa discrepância levanta questionamentos sobre a capacidade econômico-financeira da empresa para executar integralmente os serviços contratados .

Outro ponto considerado grave pelo Ministério Público envolve a situação funcional do proprietário da empresa.

Conforme apurado, a empresa pertence a Maikon Vinicius Vieira Guedes , que exercia cargo comissionado na Câmara Municipal de Ananás no período relacionado à contratação.

De acordo com a portaria, essa situação pode violar expressamente:

o item 3 do edital da licitação original , que proíbe a participação de pessoas nessas condições;

o artigo 9º da Lei nº 14.133/2021 , a nova Lei de Licitações, que estabelece impedimentos para participação em contratos públicos quando há vínculo com a administração.

Caso confirmada a incompatibilidade, a contratação pode caracterizar conflito de interesses e favorecimento indevido .

Durante a análise da execução contratual, o Ministério Público identificou inconsistências apontadas pelo próprio Controle Interno do município .

Pareceres técnicos mencionam a existência de pontos críticos e ausência de documentos essenciais , como:

relatórios fotográficos dos eventos;

listas de presença;

comprovantes detalhados de despesas, como notas de hotel ou combustível.

Mesmo diante dessas falhas documentais, a controladora municipal Michelle Brasil teria emitido pareceres pela regularidade da execução do contrato .

Para o Ministério Público, essa situação levanta dúvidas sobre a efetividade da fiscalização administrativa .

Outro elemento considerado relevante pela investigação envolve a atuação do fiscal do contrato.

Segundo documento citado na portaria, o fiscal Matheus Lira atestou o recebimento de materiais ou serviços, mas declarou que:

os itens foram recebidos diretamente pelo secretário;

ele não participou da conferência;

não se responsabilizava pela verificação do material entregue.

Na prática, essa declaração indica que o próprio fiscal reconheceu não ter acompanhado a execução do contrato , o que compromete a função de controle administrativo.

A investigação também identificou indícios de possível faturamento duplicado de serviços .

O documento cita duas ordens de serviço:

Ordem nº 16038

Ordem nº 16120

Segundo a análise preliminar, ambas apresentam o mesmo objeto e especificações , o que pode indicar cobrança em duplicidade para o mesmo evento. Se confirmado, o caso pode caracterizar dano ao erário e fraude contratual .

Outro ponto levantado pelo Ministério Público envolve

a emissão de ordens de serviço após a execução dos eventos.

Um exemplo citado é a Ordem de Serviço nº 16120 , que foi emitida em 25 de agosto de 2025 , para um evento que teria ocorrido em 9 de agosto de 2025 .

Essa prática contraria o artigo 60 da Lei nº 4.320/1964 , que estabelece que nenhuma despesa pública pode ser realizada sem prévio empenho .

A investigação também aponta possível uso indevido de recursos públicos .

Segundo o Ministério Público, um dos empenhos analisados menciona a "Festividade de Exposição Agropecuária" , evento tradicionalmente organizado pelo Sindicato Rural .

Caso confirmado que a prefeitura custeou despesas relacionadas ao evento privado, poderá haver desvio de finalidade na aplicação de recursos públicos .

Outro aspecto analisado envolve a possível cobrança por serviços que não teriam sido efetivamente prestados.

Entre os exemplos mencionados estão:

eventos de apenas um dia que teriam sido faturados como cinco dias ;

cobrança por serviços relacionados a energia de alta tensão ;

contratação de locação de espaço , embora o evento tenha sido realizado na Praça São Pedro , um espaço público municipal.

Essas inconsistências podem indicar superfaturamento ou pagamento por serviços inexistentes .

Para aprofundar as investigações, o Ministério Público determinou diversas medidas. Entre elas:

solicitação de relatório técnico ao **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** ;

auditoria para verificar a existência da sede da empresa em Arapoema (TO) ;

requisição de documentos societários à Junta Comercial do **Tocantins** ;

solicitação de informações fiscais à Receita Federal ;

consulta à concessionária Energisa sobre eventual autorização para intervenção em rede de alta tensão

no município.

O objetivo é verificar a regularidade da empresa, da contratação e da execução dos serviços .

Caso as irregularidades sejam confirmadas, os envolvidos podem responder por diferentes tipos de responsabilização. Entre os enquadramentos possíveis estão:

atos de improbidade administrativa , previstos na Lei nº 8.429/1992;

crimes contra a administração pública , como peculato;

crimes de responsabilidade , previstos no Decreto-Lei nº 201/1967.

As investigações ainda estão em fase inicial e buscam identificar eventual dano ao erário, irregularidades administrativas e responsabilidades individuais .

Site: <https://r1palmas.com.br/noticia/1733/ministerio-publico-investiga-contrato-de-r-1-9-milhao-da-prefeitura-de-ananas-com-empresa-ligada-a-ex-servidor-da-camara>

Criação de empresa dias antes da contratação e com vínculo familiar com secretário leva à investigação na Prefeitura de Tupiratins

Samir Leão

Denúncias registradas na Ouvidoria do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** motivaram a abertura de investigação sobre contratações realizadas pela Prefeitura de Tupiratins em 2025. O procedimento analisa possíveis irregularidades em uma dispensa de licitação e em um pregão eletrônico que resultaram na contratação da empresa JR Locações e Serviços Ltda.

O processo envolve atos da gestão da prefeita Filomena Coelho dos Santos Silva (UB) e do secretário municipal de Finanças, Renato Azevedo Souza. A apuração trata da Dispensa de Licitação nº 045/2025 e do Pregão Eletrônico nº 003/2025.

Análise preliminar da área técnica do tribunal apontou indícios de direcionamento na contratação em favor da empresa, além da divisão do objeto em dois ajustes firmados no mesmo mês. O relatório também registra fragilidades no planejamento da contratação e na pesquisa de preços utilizada como base para o processo.

Segundo o documento, parte das cotações apresentadas teria sido obtida junto a fornecedores que não prestam o serviço contratado. A análise também identificou ausência de registro da dispensa de licitação no sistema de acompanhamento de contratações públicas utilizado pela corte de contas.

Outro ponto examinado no processo envolve possível conflito de interesses. A área técnica apontou relação de parentesco entre a sócia-administradora da empresa contratada e o secretário municipal de finanças.

O relatório registra ainda que a empresa foi criada 19 dias antes da primeira contratação com a prefeitura. O processo também menciona ausência de atestado de capacidade técnica anexado aos autos, além de inconsistências na comprovação do endereço da sede da empresa e coincidência entre o número de telefone informado pela empresa e o registrado pelo secretário municipal.

Após análise das justificativas apresentadas pelos gestores, a unidade técnica concluiu pelo não acolhimento de parte dos esclarecimentos relacionados aos apontamentos iniciais e sugeriu a continuidade da apuração por meio da conversão do expediente em processo de representação.

A decisão determina a citação da prefeita e do secretário para apresentação de defesa no prazo de 15 dias úteis. Após a manifestação, o caso seguirá para nova análise técnica e posterior parecer do Ministério Público de Contas antes de eventual julgamento pelo tribunal.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/cidades/criacao-de-empresa-dias-antes-da-contratacao-e-com-vinculo-familiar-com-secretario-leva-a-investigacao-na-prefeitura-de-tupiratins-583310/>

Fiscalização surpresa do TCE chega a hospitais de Itacajá e Goiatins para avaliar atendimento à população

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2026/03/10/RDIOPARASOFM
104FM-10.57.51-10.58.41-1773152193.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2026/03/10/RDIOPARASOFM104FM-10.57.51-10.58.41-1773152193.mp3)**

Servidores protestam contra proposta de terceirização das UPAs de Palmas

A possibilidade de terceirização da gestão das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) de **Palmas** e a eventual transferência de servidores para unidades básicas de saúde motivaram manifestações de profissionais da área e dominaram o debate durante reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de **Palmas**, realizada nesta segunda-feira (9), no auditório da Superintendência do Ministério da Saúde.

Trabalhadores da saúde demonstraram preocupação com mudanças no modelo de gestão das unidades e com a possível realocação de profissionais que hoje atuam na urgência e emergência.

Durante a reunião foi apresentada uma análise situacional das UPAs da capital e a comparação entre diferentes modelos de gestão. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, o estudo que analisa alternativas para o funcionamento das unidades foi iniciado no fim de 2025 e ainda está em fase de avaliação institucional.

Ao apresentar o projeto durante o encontro, a secretária executiva da Secretaria Municipal de Saúde, Dhie-ine Caminski, afirmou que a proposta ainda passará por discussões com órgãos de controle e instâncias do sistema de saúde. Dhieine

acrescentou que a proposta será apresentada a diferentes órgãos antes de qualquer encaminhamento definitivo.

"A gente vai ao Ministério Público apresentar a proposta, a gente vai ao **TCE**, como eu já falei, e estamos trazendo para o Conselho. E para os servidores nós vamos ter as reuniões específicas", afirmou.

Ela também destacou que o estudo não tem como objetivo substituir o trabalho realizado pelos servidores efetivos.

"Nós não estamos fazendo um contraponto entre o servidor efetivo e o serviço que é prestado hoje. Nós estamos fazendo uma análise de um projeto e de uma proposta com uma solução integral", declarou.

Apesar das explicações apresentadas pela gestão municipal, representantes dos trabalhadores criticaram

a forma como o processo foi conduzido e afirmaram que a proposta foi apresentada sem diálogo prévio com as entidades e com o próprio Conselho Municipal de Saúde.

Em entrevista ao Jornal Primeira Página, o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de **Palmas** (Si-semp) e conselheiro municipal de saúde, Heguel Albuquerque, avaliou que a reunião não trouxe resultados positivos para os trabalhadores.

"A primeira conclusão que eu faço é uma falta de diálogo tremenda entre a Prefeitura e as entidades e o próprio trabalhador. Em nenhum momento o Conselho, o sindicato ou os servidores foram chamados para uma análise ou para colaboração na elaboração de uma proposta", afirmou.

Segundo ele, o sindicato foi convidado apenas para acompanhar a apresentação de um projeto que já estaria definido pela gestão municipal.

"A gente foi convidado para a apresentação de uma proposta que já está definida, já foi delineada, já foi desenhada em gabinete. Então isso é muito ruim para o processo na nossa análise."

Heguel também criticou a terceirização como modelo de gestão para o serviço público de saúde, afirmando que esse tipo de contrato tende a provocar instabilidade nas equipes e prejuízos ao atendimento.

"Terceirização geralmente é atrelada à precarização do processo de trabalho. A própria gestão quer justificar que os médicos já são terceirizados, mas essa terceirização não trouxe incremento na qualidade do serviço ofertado. Pelo contrário, fez cair a qualidade do atendimento médico nas UPAs devido à alta rotatividade de profissionais", disse.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/wp-content/uploads/2026/03/PaginaS-6.pdf>

Prefeitura de Paranã ultrapassa limite prudencial de gastos com pessoal e recebe alerta do TCE (Paraná)

Redação

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)** emitiu alerta à Prefeitura de Paranã após identificar que as despesas com pessoal do município ultrapassaram o limite prudencial previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O comunicado consta no Extrato de Alerta nº 28/2026, referente ao processo nº 185/2026, com base em dados do acompanhamento da gestão registrados na 12ª remessa de informações de 2025 enviada ao tribunal.

De acordo com o documento, o alerta foi direcionado ao prefeito Phabio Augustus da Silva Moreira e trata do enquadramento das despesas de pessoal do município acima do limite prudencial de 95% estabelecido pela legislação fiscal.

No ato, o tribunal orienta a gestão municipal a observar as restrições previstas no artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece limitações administrativas quando o gasto com pessoal atinge esse patamar.

Entre as medidas previstas na legislação estão restrições à criação de cargos, concessão de vantagens, reajustes salariais, contratação de pessoal e realização de concursos públicos, salvo em situações específicas previstas na norma.

O documento também registra que a ausência de providências para adequar as despesas aos limites legais poderá resultar na configuração de irregularidades de natureza fiscal e legal, conforme as regras de controle previstas na legislação.

O alerta foi publicado em 6 de março de 2026.

Site: <https://folhacapital.com.br/politica/prefeitura-de-parana-ultrapassa-limite-prudencial-de-gastos-com-pessoal-e-recebe-alerta-do-tce/>

TCE apura possível esquema de abastecimentos irregulares na Prefeitura de Combinado; prefeito e presidente da Câmara são intimados a prestar esclarecimentos

Impacto Tocantins

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** instaurou um Procedimento Apuratório Preliminar para investigar possíveis irregularidades na gestão de despesas com combustíveis na Prefeitura de Combinado, no sudeste do estado. A apuração envolve suspeitas de desvio de recursos públicos, abastecimentos simulados e falta de controle na frota municipal. A reportagem teve acesso aos documentos nesta terça-feira, 10.

No âmbito do processo nº 260/2026, o conselheiro relator Severiano José Costandrade de Aguiar determinou a intimação do prefeito Dione Mendes da Silva Azevedo e do presidente da Câmara Municipal, vereador Eli Pereira de Moraes, para que apresentem esclarecimentos e documentos no prazo de 15 dias.

Denúncia partiu do Ministério Público

A investigação teve origem em um ofício encaminhado ao **Tribunal de Contas** pelo promotor de Justiça Gustavo Schult Júnior, que remeteu cópia de uma Notícia de Fato relatando possíveis irregularidades envolvendo gastos com combustíveis no município.

Segundo o documento, uma denúncia registrada na Ouvidoria do Ministério Público apontou que veículos da prefeitura estariam sendo abastecidos mesmo estando fora de funcionamento, com emissão de notas fiscais de valores considerados elevados.

Veículos parados, mas com registros de abastecimento

Entre os indícios citados na investigação está o caso de uma van Sprinter do Fundo Municipal de Saúde, que teria apresentado motor fundido em agosto de 2025, permanecendo parada em uma oficina mecânica por mais de três meses. Apesar disso, há registros de abastecimento durante esse período.

Situação semelhante foi identificada com um

caminhão-pipa da Secretaria Municipal de Infraestrutura, que também estaria parado em manutenção por cerca de dois meses, mas com registros de consumo de combustível no mesmo intervalo.

Outro ponto apontado no processo envolve um caminhão utilizado na coleta de entulhos na zona urbana, cujo volume de combustível registrado seria incompatível com sua utilização real.

Licitações somam mais de R\$ 6,5 milhões

A denúncia também questiona os valores gastos pelo município com abastecimento da frota. De acordo com os documentos analisados pelo **TCE**, três processos licitatórios foram realizados em menos de 12 meses, somando aproximadamente R\$ 6,58 milhões para contratação de serviços de gerenciamento e fornecimento de combustíveis.

Conforme a análise preliminar, os valores podem ser incompatíveis com a realidade e a necessidade do município, levantando suspeitas de possível superfaturamento ou abastecimentos simulados.

Declaração em sessão da Câmara também é investigada

Outro elemento citado no processo envolve uma declaração feita pelo presidente da Câmara de Combinado durante a 49ª sessão ordinária do Legislativo municipal, realizada em 4 de dezembro de 2025.

Segundo o relato registrado nos autos, o vereador teria afirmado que seria "normal" abastecer veículos que não fazem parte da frota municipal e que, para justificar os gastos junto ao **Tribunal de Contas**, seriam emitidas notas fiscais distribuindo os valores entre os veículos.

Documentos e explicações foram solicitados

Diante dos indícios apresentados, o **TCE** determinou que o prefeito apresente uma série de documentos, entre eles:

contratos de locação de veículos utilizados pela prefeitura;

relatórios detalhados de abastecimentos (com data, hora e litragem);

identificação dos fiscais responsáveis pelo contrato de combustíveis;

informações sobre o sistema de controle de frota;

comprovantes de manutenção dos veículos citados;

esclarecimentos sobre veículos que teriam permanecido em oficinas durante o período de abastecimento registrado.

Já o presidente da Câmara deverá esclarecer se existe lei municipal que autorize o abastecimento de veículos que não integrem a frota do município, conforme a fala atribuída a ele na sessão legislativa.

Possíveis consequências

O **Tribunal de Contas** alertou que o não atendimento à intimação pode resultar na aplicação de multa e prejuízo na análise da gestão dos responsáveis. Após o prazo para apresentação das justificativas, o processo será encaminhado para análise técnica da área de controle externo da Corte.

A reportagem tentou contato com a Prefeitura de Combinado e com a Câmara Municipal para manifestação sobre o caso. O espaço permanece aberto para posicionamento.

por; Juca . Silva

Site: <https://impactotocantins.com.br/tce-apura-possivel-esquema-de-abastecimentos-irregulares-na-prefeitura-de-combinado-prefeito-e-presidente-da-camara-sao-intimados-a-prestar-esclarecimentos/>

TCE aponta falta de remédios e falhas na manutenção de equipamentos no Hospital Municipal de Figueirópolis

REDAÇÃO

Uma fiscalização realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Figueirópolis apontou uma série de irregularidades que envolvem desde falhas na gestão de profissionais e medicamentos até problemas em ambulâncias e pendências na segurança predial.

A vistoria ocorreu nos dias 11 e 12 de fevereiro e foi conduzida por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), dentro do projeto **TCE de Olho**, iniciativa que acompanha a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.

Diante das inconformidades identificadas, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria, determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação com medidas para corrigir as falhas apontadas.

O caso tramita como Procedimento Apuratório Preliminar (PAP), instrumento utilizado pelo tribunal para promover a correção de irregularidades por meio de medidas administrativas e acompanhamento técnico.

Gestão de profissionais

Entre os problemas encontrados estão falhas na organização das escalas e no controle da jornada de trabalho dos profissionais de saúde. Segundo o relatório, a escala de plantão não é divulgada em local acessível aos usuários, o que dificulta a transparência sobre os responsáveis pelo atendimento.

A equipe também identificou casos de profissionais atuando por até 72 horas consecutivas, além de falhas no registro de frequência dos servidores da unidade.

Falta de medicamentos

A fiscalização apontou fragilidades na gestão da farmácia hospitalar. Entre os pontos identificados estão controle considerado precário do estoque de medicamentos, ausência de definição de estoque mínimo para garantir o abastecimento e falta de

transparência sobre a disponibilidade de remédios.

Os técnicos recomendaram a realização de inventário completo dos medicamentos, implantação de protocolos de controle e divulgação periódica dos estoques na internet, conforme previsto na legislação do Sistema Único de Saúde.

Equipamentos sem manutenção

O relatório também destaca a necessidade de melhorias na estrutura diagnóstica do hospital. Foram identificados equipamentos sem comprovação de manutenção preventiva, realização de exames de eletrocardiograma sem emissão de laudos médicos e a necessidade de instalação de um aparelho de raio-X já adquirido pelo município.

Ambulâncias com problemas

A vistoria apontou ainda problemas em três ambulâncias utilizadas pela unidade. Entre as irregularidades estão pendências estruturais e ausência de vistoria obrigatória junto ao órgão de trânsito.

O tribunal determinou que o município realize as adequações necessárias para garantir que os veículos estejam regularizados e aptos para o atendimento da população.

Segurança e infraestrutura

A equipe técnica também identificou pendências relacionadas à segurança do hospital, como ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros, falta de plano de contingência para situações de emergência e necessidade de reforço no controle de acesso e monitoramento da unidade.

Prazos para providências

No despacho, a conselheira determinou que o município apresente um plano de ação detalhando as providências que serão adotadas, os responsáveis por cada medida e os prazos de execução.

Os prazos sugeridos para as correções variam entre cinco e 120 dias, dependendo da complexidade das adequações necessárias. Após esse período, a equipe técnica deverá retornar ao hospital para verificar se as irregularidades foram corrigidas.

Site: <https://www.redeto.com.br/noticia/48490>

Com recomendação do MPTO para revogação de dispositivo de lei sobre regra de gratificações, TCE/TO confirma ter acatado medidas cabíveis

Samir Leão

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** informou ao **Jornal Opção Tocantins** que acatou recomendação do Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) relacionada a um dispositivo da legislação estadual que trata da concessão de gratificações no âmbito da Corte. A manifestação foi encaminhada após questionamento da reportagem.

A recomendação foi expedida pela Procuradoria-Geral de Justiça no âmbito do Procedimento Administrativo de Controle de Constitucionalidade nº 2023.0000989.

O documento trata do artigo 5º da Lei Estadual nº 2.926 de 2014, alterado pela Lei nº 4.074 de 2022. Segundo o Ministério Público, a alteração retirou critérios objetivos de remuneração e permitiu que a definição de valores e percentuais de gratificações ocorresse por meio de resolução do plenário do **Tribunal de Contas**.

Para a Procuradoria-Geral de Justiça, esse modelo pode contrariar o princípio da reserva legal, que exige previsão em lei específica para a fixação de remuneração e vantagens no serviço público.

Na recomendação publicada no Diário Oficial do Ministério Público em 5 de março, o órgão orienta o Ministério Público de Contas a adotar as providências necessárias para iniciar e concluir, no prazo de 120 dias, um processo legislativo destinado à revogação do dispositivo.

O documento aponta que a legislação estadual teria transferido ao tribunal a definição de parâmetros que deveriam constar diretamente na lei. A avaliação também cita entendimento do Supremo Tribunal Federal segundo o qual vantagens pecuniárias dependem de previsão legal expressa e critérios objetivos.

Na resposta enviada à reportagem, o **Tribunal de Contas** informou que adotou providências após

receber a manifestação do Ministério Público.

"A Presidência do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** informa que acatou as recomendações do Ministério Público do Estado do **Tocantins** e adotou as providências legais cabíveis sobre o assunto", declarou a Corte em nota.

O tribunal não detalhou quais medidas foram adotadas nem informou quais resoluções internas tratam atualmente da concessão de gratificações relacionadas ao dispositivo citado na recomendação.

Site: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/justica/com-recomendacao-do-mpto-para-revogacao-de-dispositivo-de-lei-sobre-regra-de-gratificacoes-tce-to-confirma-ter-acatado-medidas-cabiveis-583215/>

I Ecocidadania transforma reconhecimento em cuidado e acesso a direitos para catadores de Palmas

"Foi o melhor de todos os encontros que já participei." A frase de dona Terezinha Soares, 62 anos, catadora de materiais recicláveis, resume o sentimento que marcou a manhã deste sábado (7/3), durante o I Ecocidadania, realizado pela Rede TO Sustentável em Palmas. Entre atendimentos de saúde, orientação jurídica, escolha de roupas no Varal Solidário e encontros com autoridades, o evento reuniu cerca de 70 catadores e catadoras de materiais recicláveis em uma programação voltada ao reconhecimento, à cidadania e ao fortalecimento da economia circular.

A iniciativa integrou as ações alusivas ao Dia Mundial dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, celebrado em 1º de março, e destacou a importância social, ambiental e econômica do trabalho desempenhado por esses profissionais. Responsáveis pela coleta, triagem e destinação correta de resíduos, os catadores evitam que toneladas de materiais sigam para o aterro sanitário, contribuem para a preservação ambiental, ampliam a vida útil dos aterros e fortalecem a saúde pública e a limpeza urbana.

Recepcionados com música e café da manhã, os participantes vieram de cinco cooperativas e associações de catadores de Palmas: Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Sólidos de Palmas (ASCAMARES), Cooperativa de Produção de Recicláveis do **Tocantins** (COOPERAN), Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (Reciclo Palmas/ACMR), Associação Comunitária Recicla e Cria e Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Norte de Palmas (ASCAMPA).

As lideranças das entidades também receberam reconhecimento público pelo trabalho realizado na capital.

Acesso a serviços e cuidado

Além das homenagens, o Ecocidadania ofereceu serviços públicos e atendimentos gratuitos aos catadores e catadoras. Entre os atendimentos disponíveis estiveram orientação jurídica pela Defensoria Pública do Estado, atendimento eleitoral pelo Tribunal Regional Eleitoral, serviços de saúde

promovidos pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) e pela Secretaria Municipal de Saúde e o Varal Solidário, organizado pelo Tribunal de Justiça do **Tocantins**.

O espaço de doação de roupas tornou-se um dos pontos mais procurados da programação. A catadora Aldenice Alves da Silva, 47 anos, que iniciou recentemente na atividade, celebrou a oportunidade de escolher peças de roupa e economizar recursos para outras necessidades da família. "Peguei roupa e sapato de boa qualidade. Isso ajuda muito, porque a gente economiza para comprar outras coisas", contou.

Para dona Terezinha, que atua na reciclagem há anos, a iniciativa representou muito. "Eu me sinto valorizada. Sempre trabalhei como catadora e tenho orgulho disso. Hoje foi um dia muito bom, o melhor de todos que já participei", relatou.

O catador José Santana de Miranda, 75 anos, integrante da Cooperan, também destacou o sentimento de reconhecimento ao participar da programação. Ele aproveitou o evento para cuidar da saúde.

Cidadania e sustentabilidade

Durante a abertura do evento, autoridades presentes destacaram a dimensão humana e ambiental da atividade exercida pelos(as) catadores(as). A desembargadora Ângela Prudente, presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do **Tocantins** e coordenadora da Rede TO Sustentável, ressaltou que o evento representa mais do que uma homenagem.

"Ecocidadania é uma palavra poderosa, que une ecologia e cidadania. E não há ninguém que represente essa união de forma mais concreta do que cada um dos catadores e catadoras. O trabalho de vocês é um dos pilares para o futuro do nosso planeta. Onde muitos veem lixo, vocês enxergam matéria-prima. Vocês são os verdadeiros protagonistas da economia circular", afirmou.

A magistrada também destacou que a iniciativa

aproxima os catadores do acesso a direitos e serviços públicos. Segundo ela, orientação jurídica, atendimento de saúde e apoio institucional fortalecem a autonomia e a dignidade da categoria.

O vice-governador Laurez Moreira ressaltou o impacto social e econômico da atividade. Para ele, o trabalho realizado pelos catadores contribui diretamente para a qualidade de vida nas cidades, ao mesmo tempo em que gera oportunidades e fortalece a consciência ambiental da sociedade.

O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, anunciou medidas voltadas ao fortalecimento da categoria e à estruturação das associações. "Não queremos que o reconhecimento fique apenas no dia de hoje. Hoje é um começo. O município inicia ações de apoio às associações com equipamentos, estrutura e o programa Bolsa Catador. A ideia é fortalecer o trabalho de vocês e garantir mais dignidade para quem ajuda a cuidar da cidade todos os dias", declarou ao anunciar a cessão de uso de um caminhão baú para as associações, além de informar que as será entregue carretinha, prensa e outros benefícios.

O defensor público-geral, Pedro Alexandre, reafirmou o compromisso da instituição com a garantia de direitos e destacou que a economia verde depende do trabalho realizado pelos catadores, responsáveis por manter ativa a cadeia da reciclagem.

O diretor de Assuntos Institucionais da Energisa, Allan Kardec, destacou a importância das parcerias voltadas à sustentabilidade e a diretora de Assistência ao Estudante do Instituto Federal do **Tocantins** (IFTO), Ionara Silva Chaves Dias, disse que a instituição está aberta a iniciativas e projetos ligados à sustentabilidade e à inclusão social.

Apoio às cooperativas

Durante o evento, foram entregues kits de equipamentos de proteção individual (EPIs), cestas básicas e itens de higiene pessoal para os participantes. Os equipamentos contaram com doações da Energisa e da Ferpan, enquanto os kits de higiene tiveram apoio da Ouvidoria da Mulher. A farmácia de manipulação Pharmapele doou protetores solares.

O Instituto Federal do **Tocantins** também contribuiu com sabão líquido produzido em projeto institucional e reforçam o caráter educativo e sustentável da ação.

Durante o evento, a Prefeitura de Palmas também realizou a entrega simbólica de tampinhas e lacres destinados às cooperativas.

A iniciativa reuniu instituições públicas, universidades, empresas e entidades sociais que integram a Rede TO Sustentável, entre elas Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal Regional Eleitoral, **Tribunal de Contas**, IFTO, UFT, Unitins, Embrapa, Energisa, Sesc e Senai.

Site: <https://jalapaonoticias.com.br/noticia/45233/i-ecocidadania-transforma-reconhecimento-em-cuidado-e-acesso-a-direitos-para-catadores-de-palmas>

TCETO entrega Selo Município Amigo do Futuro a prefeitos do Tocantins

O **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** vai entregar, na próxima quinta-feira (12), o Selo Município Amigo do Futuro aos prefeitos e prefeitas que alcançaram 50 pontos ou mais nos indicadores dos eixos I e II da quinta etapa do Programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância.

A cerimônia será realizada às 13h30, no Auditório do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO), localizado na Praça dos Girassóis, em **Palmas**. O evento também marcará o lançamento da edição 2026 do programa, que terá novas fases.

O programa, coordenado pelo **TCETO**, tem como objetivo estimular boas práticas em prol do desenvolvimento integral das crianças tocaninenses.

Rede de parceiros

Participam da iniciativa instituições públicas e privadas, entre elas: Governo do **Tocantins**, Tribunal de Justiça do **Tocantins**, Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), Defensoria Pública (DPE), Setas, Seduc, SES, Seciju, Polícia Militar, Secretaria de Segurança Pública, Controladoria-Geral da União (CGU), Associação Tocantinense de Municípios (ATM), UNICEF, FIETO, Energisa, BRK e o Hospital de Amor.

O programa reforça a aliança entre órgãos públicos e sociedade civil para garantir políticas e ações voltadas à primeira infância no **Tocantins**.

Site: <https://www.portalstylo.com.br/noticia/tceto-entrega-selo-municipio-amigo-do-futuro-a-prefeitos-do-tocantins>

Servidores protestam contra proposta de terceirização das UPAs de Palmas

Mari Silva

A possibilidade de terceirização da gestão das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) de **Palmas** e a eventual transferência de servidores para unidades básicas de saúde motivaram manifestações de profissionais da área e dominaram o debate durante reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de **Palmas**, realizada nesta segunda-feira (9), no auditório da Superintendência do Ministério da Saúde.

Trabalhadores da saúde demonstraram preocupação com mudanças no modelo de gestão das unidades e com a possível realocação de profissionais que hoje atuam na urgência e emergência.

Durante a reunião foi apresentada uma análise situacional das UPAs da capital e a comparação entre diferentes modelos de gestão. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, o estudo que analisa alternativas para o funcionamento das unidades foi iniciado no fim de 2025 e ainda está em fase de avaliação institucional.

Ao apresentar o projeto durante o encontro, a secretária executiva da Secretaria Municipal de Saúde, Dhieine Caminski, afirmou que a proposta ainda passará por discussões com órgãos de controle e instâncias do sistema de saúde. Dhieine acrescentou que a proposta será apresentada a diferentes órgãos antes de qualquer encaminhamento definitivo.

"A gente vai ao Ministério Público apresentar a proposta, a gente vai ao **TCE**, como eu já falei, e estamos trazendo para o Conselho. E para os servidores nós vamos ter as reuniões específicas", afirmou.

Ela também destacou que o estudo não tem como objetivo substituir o trabalho realizado pelos servidores efetivos.

"Nós não estamos fazendo um contraponto entre o servidor efetivo e o serviço que é prestado hoje. Nós estamos fazendo uma análise de um projeto e de uma proposta com uma solução integral", declarou.

Apesar das explicações apresentadas pela gestão municipal, representantes dos trabalhadores criticaram

a forma como o processo foi conduzido e afirmaram que a proposta foi apresentada sem diálogo prévio com as entidades e com o próprio Conselho Municipal de Saúde.

Em entrevista ao Jornal Primeira Página, o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de **Palmas** (Sisemp) e conselheiro municipal de saúde, Heguel Albuquerque, avaliou que a reunião não trouxe resultados positivos para os trabalhadores.

Segundo ele, o sindicato foi convidado apenas para acompanhar a apresentação de um projeto que já estaria definido pela gestão municipal.

Heguel também criticou a terceirização como modelo de gestão para o serviço público de saúde, afirmando que esse tipo de contrato tende a provocar instabilidade nas equipes e prejuízos ao atendimento.

Outro ponto levantado pelo presidente do sindicato é o possível deslocamento de profissionais das UPAs para unidades básicas de saúde, caso o novo modelo de gestão seja implementado.

Para o sindicato, a substituição de servidores efetivos por trabalhadores terceirizados pode comprometer a continuidade do atendimento aos usuários da rede pública.

A discussão sobre o modelo de gestão das UPAs deve continuar nas próximas reuniões do Conselho Municipal de Saúde, que é responsável por deliberar sobre temas relacionados à aplicação de recursos e à organização do sistema público de saúde no município.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/servidores-protestam-contra-proposta-de-terceirizacao-das-upas-de-palmas/>

STF deu prazo de 72 horas ontem para PGJ do Rio de Janeiro informe penduricalhos enquanto TCE do Tocantins ainda não publicou salários de fevereiro. Em janeiro teve conselheiro com rendimentos de R\$ 200 mil

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** - contrariando a Lei da Transparência (12.527/11) não publicou até esta segunda os salários do mês de fevereiro dos servidores no Portal das Transparências.

Pode ser apenas um problema técnico, mas sem informação ou explicação, sugere outras questões.

No mês de janeiro, por exemplo, o presidente do **TCE** teve salários de R\$ 200 mil. Foram R\$ 79.052,04 de rendimentos e outros R\$ 121.091,91 de indenizações (penduricalhos).

Os salários foram creditados no dia 1º de março. Há, portanto, nove dias. Pois bem.

O ministro do STF, Gilmar Mendes, determinou ontem que a Procuradoria Geral de Justiça do Rio de Janeiro informe em 72 horas "(i) indicação detalhada e discriminada de todas as verbas remuneratórias e indenizatórias (gratificações, adicionais, indenizações e outros congêneres), inclusive eventuais valores retroativos, que tenham sido autorizadas e efetivamente pagas nos meses de janeiro e fevereiro de 2026".

E por que? Escreveu o ministro: " Considerando, ainda, que a decisão exarada em 23.2.2026 vedava, de forma imediata, o pagamento de quaisquer valores retroativos, e que somente em 26.2.2026 outra decisão, harmonizando os prazos anteriores, autorizou, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, apenas o pagamento de valores retroativos reconhecidos administrativamente que já se encontravam regularmente programados.

Site: <http://www.luizarmandocosta.com.br/noticia/stf-deu-prazo-de-72-horas-ontem-para-pgj-do-rio-de-janeiro->

***informe-penduricalhos-enquanto-tce-do-tocantins-ainda-
nao-publicou-salarios-de-fevereiro-em-janeiro-teve-
conselheiro-com-rendimentos-de-r-200-mil/53390***

Hospital municipal de Figueirópolis acumula problemas em todos os setores, aponta TCE (Notícias)

Girodo

Notícias do **Tocantins** - Uma fiscalização do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Figueirópolis revelou uma série de irregularidades que vão desde falhas na gestão de profissionais e medicamentos até problemas em ambulâncias e pendências relacionadas à segurança e à infraestrutura da unidade.

A vistoria foi realizada nos dias 11 e 12 de fevereiro por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), dentro do projeto **TCE** de Olho, iniciativa que acompanha de perto a qualidade dos serviços de saúde prestados à população.

Diante das inconformidades apontadas no relatório técnico, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria do **TCE-TO**, determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação detalhando as medidas que serão adotadas para corrigir as falhas encontradas.

O caso tramita como Procedimento Apuratório Preliminar (PAP), mecanismo utilizado pelo Tribunal para identificar irregularidades e acompanhar a adoção de medidas corretivas pelos gestores.

Escalas ocultas e jornadas de até 72 horas

Entre os problemas identificados está a fragilidade na gestão de profissionais de saúde. Durante a fiscalização, os auditores constataram que a escala de plantão não é divulgada em local acessível aos usuários, o que compromete a transparência sobre os responsáveis pelo atendimento.

O relatório também aponta situações de profissionais que chegaram a cumprir jornadas de até 72 horas consecutivas, além de falhas no controle e registro da frequência dos servidores que atuam na unidade hospitalar.

Falhas no controle de medicamentos

A fiscalização também identificou problemas na gestão da farmácia hospitalar. Entre as irregularidades

apontadas estão o controle considerado precário do estoque de medicamentos, a ausência de definição de estoque mínimo para garantir o abastecimento e a falta de transparência sobre a disponibilidade de remédios.

A equipe técnica recomendou a realização de um inventário completo dos medicamentos, a implantação de protocolos mais rigorosos de controle e a divulgação periódica dos estoques na internet, conforme prevê a legislação do Sistema Único de Saúde.

Equipamentos sem manutenção e exames sem laudo

O relatório do Tribunal também aponta fragilidades na estrutura diagnóstica do hospital. Alguns equipamentos utilizados na unidade não possuem comprovação de manutenção preventiva.

Além disso, exames de eletrocardiograma estariam sendo realizados sem emissão de laudos médicos, e o município ainda precisa viabilizar a instalação de um aparelho de raio-X já adquirido, mas que ainda não está em funcionamento.

Ambulâncias com pendências

Outro ponto crítico identificado pela fiscalização envolve três ambulâncias utilizadas pelo hospital. Os técnicos apontaram pendências estruturais nos veículos e ausência de vistoria obrigatória junto ao órgão de trânsito.

O Tribunal determinou que o município realize as adequações necessárias para garantir que as ambulâncias estejam regularizadas e em condições seguras para o transporte de pacientes.

Falhas de segurança e infraestrutura

A vistoria também revelou problemas relacionados à segurança da unidade hospitalar. Entre eles estão a ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros, falta de um plano de contingência para situações de emergência e necessidade de reforço em medidas de segurança, como controle de acesso e sistemas de

monitoramento.

Prazos para correção

No despacho, a conselheira determinou que o município apresente um plano de ação com as providências que serão adotadas, os responsáveis por cada medida e os respectivos prazos de execução.

As correções deverão ser implementadas em prazos que variam de cinco a 120 dias , dependendo da complexidade das adequações exigidas.

Após esse período, a equipe técnica do Tribunal deverá retornar à unidade hospitalar para verificar se as irregularidades foram efetivamente corrigidas.

Acompanhe diariamente as notícias do **Tocantins** pelos nossos canais no WhatsApp , Telegram , Facebook , Threads e Instagram .

Site: <https://portalgildabonfim.com.br/hospital-municipal-de-figueiropolis-acumula-problemas-em-todos-os-setores-aponta-tce/>

Prefeito Flávio Cristo Rei reforça compromisso de Talismã com sustentabilidade em parceria histórica (Cidades)

Jonas Amaral | Portal do Amaral / Fotos: Divulgação

Gestor participa de assinatura de acordo entre Coder e Governo do Estado para implantar projeto de reciclagem e valorização de catadores.

Gestor participa de assinatura de acordo entre Coder e Governo do Estado para implantar projeto de reciclagem e valorização de catadores.

Gestor participa de assinatura de acordo entre Coder e Governo do Estado para implantar projeto de reciclagem e valorização de catadores.

O município de Talismã deu um passo decisivo rumo à modernização da gestão de resíduos sólidos e à inclusão social nesta sexta-feira (06). O prefeito Flávio Cristo Rei marcou presença na sede do Consórcio Público Intermunicipal (Coder), em Gurupi, para a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). O encontro selou a chegada do projeto Pró-Catadores Recicla+ à região, uma iniciativa que une preservação ambiental e dignidade humana.

Fortalecimento da gestão ambiental

Fortalecimento da gestão ambiental

Fortalecimento da gestão ambiental

Para o prefeito Flávio Cristo Rei, a integração de Talismã neste projeto representa uma resposta concreta aos desafios impostos pelos órgãos de fiscalização. "Estamos aqui para reafirmar que nossa gestão não foge à responsabilidade. Esse acordo nos dá o suporte necessário para enfrentar a questão do lixo de forma profissional, tirando do papel soluções que protegem o nosso solo e atendem às exigências do Ministério Público", destacou o gestor, enfatizando a importância da união entre os municípios através do consórcio.

"Estamos aqui para reafirmar que nossa gestão não

foge à responsabilidade. Esse acordo nos dá o suporte necessário para enfrentar a questão do lixo de forma profissional, tirando do papel soluções que protegem o nosso solo e atendem às exigências do Ministério Público",

Valorização e inclusão social

Valorização e inclusão social

Valorização e inclusão social

Um dos pontos mais celebrados pelo prefeito é o foco no ser humano. O projeto prevê a estruturação de cooperativas com a construção de galpões de triagem e aquisição de prensas, beneficiando diretamente famílias de catadores. Segundo Flávio Cristo Rei: "Mais do que tratar resíduos, estamos cuidando de gente. Em Talismã, queremos que o trabalhador da reciclagem seja valorizado e tenha as ferramentas certas para sustentar sua família com segurança e respeito, transformando o que era problema em oportunidade de renda".

"Mais do que tratar resíduos, estamos cuidando de gente. Em Talismã, queremos que o trabalhador da reciclagem seja valorizado e tenha as ferramentas certas para sustentar sua família com segurança e respeito, transformando o que era problema em oportunidade de renda".

Investimentos de alto impacto

Investimentos de alto impacto

Investimentos de alto impacto

A iniciativa conta com um investimento robusto de aproximadamente R\$ 31 milhões, oriundos do Novo PAC e operacionalizados pela Caixa Econômica Federal. Esses recursos serão aplicados na implementação de sistemas de pré-processamento e destinação adequada dos resíduos. Flávio Cristo Rei ressaltou que esse aporte financeiro é vital para que

municípios de pequeno e médio porte consigam avançar na agenda do saneamento básico, garantindo maior eficiência para os habitantes da área abrangida.

Compromisso com o futuro

Compromisso com o futuro

Compromisso com o futuro

Ao final do encontro, o prefeito de Talismã reiterou que a administração municipal está pronta para cumprir sua parte nas exigências técnicas e de mobilização social. Ele destacou que o trabalho de conscientização e as palestras técnicas realizadas pelo Coder e pelo **Tribunal de Contas** são fundamentais para que o projeto tenha continuidade e sucesso a longo prazo. "Talismã segue firme nessa parceria, pois entendemos que o desenvolvimento econômico só é real se for sustentável", concluiu.

"Talismã segue firme nessa parceria, pois entendemos que o desenvolvimento econômico só é real se for sustentável",

View this post on Instagram

- Publicidade -

- Publicidade -

Tags: CODER Flávio Cristo Rei Gestão Ambiental Pró-Catadores Recicla+ Sustentabilidade **Tocantins**. Talismã

CODER

Flávio Cristo Rei

Gestão Ambiental

Pró-Catadores Recicla+

Sustentabilidade **Tocantins**.

Talismã

Site: <https://portaldoamaral.com.br/prefeito-flavio-cristo-rei-reforca-compromisso-de-talisma-com-sustentabilidade-em-parceria-historica/>

Prefeito Cezinha lidera acordo histórico para fortalecer reciclagem e inclusão social no Tocantins (Cidades)

Jonas Amaral | Portal do Amaral / Fotos: Wendell Nunes

Como presidente do Coder, Augusto Cezar, o Cezinha firma parceria com o Governo do Estado para implantar o projeto Pró-Catadores Recicla+ em 20 municípios.

Como presidente do Coder, Augusto Cezar, o Cezinha firma parceria com o Governo do Estado para implantar o projeto Pró-Catadores Recicla+ em 20 municípios.

Como presidente do Coder, Augusto Cezar, o Cezinha firma parceria com o Governo do Estado para implantar o projeto Pró-Catadores Recicla+ em 20 municípios.

O fortalecimento da gestão ambiental e a valorização humana ganharam um novo capítulo no **Tocantins** nesta sexta-feira (06). O prefeito de Peixe e presidente do Consórcio Público Intermunicipal (Coder), Augusto Cezar (Cezinha), protagonizou a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). O ato, realizado na sede do consórcio em Gurupi, marca o início da implantação do projeto Pró-Catadores Recicla+ nas regiões sul e centro-oeste do estado.

Liderança e articulação regional

Liderança e articulação regional

Liderança e articulação regional

À frente do Coder, Cezinha consolidou uma atuação conjunta para estruturar e ampliar a coleta seletiva em 20 municípios integrantes do consórcio. Durante o encontro, o presidente destacou a relevância estratégica da parceria para os gestores locais. "É um prazer tratar desse assunto que é de suma importância para nossa região, para nós prefeitos que estamos com o Ministério Público nos cobrando diariamente", afirmou Cezinha, reforçando a necessidade de respostas efetivas para as demandas de fiscalização.

"É um prazer tratar desse assunto que é de suma importância para nossa região, para nós prefeitos que estamos com o Ministério Público nos cobrando diariamente",

Responsabilidade individual e coletiva

Responsabilidade individual e coletiva

Responsabilidade individual e coletiva

O presidente do Coder enfatizou que o avanço dos recursos aplicados depende do compromisso direto de cada administração municipal. "Temos exigências que precisamos cumprir e o Coder tem corrido atrás junto aos tribunais, mas os próximos passos dependem da atuação individual de cada prefeito", alertou Cezinha. Ele explicou ainda que, embora o consórcio possua mais de 20 membros, municípios como Gurupi, Santa Rita, Sucupira, Lagoa da Confusão e Pium não foram contemplados neste projeto específico por já possuírem processos próprios de coleta seletiva e destinação para aterros licenciados.

"Temos exigências que precisamos cumprir e o Coder tem corrido atrás junto aos tribunais, mas os próximos passos dependem da atuação individual de cada prefeito",

Investimentos de alto impacto

Investimentos de alto impacto

Investimentos de alto impacto

A iniciativa está vinculada a um investimento de aproximadamente R\$ 31 milhões via Novo PAC, com recursos operacionalizados pela Caixa Econômica Federal. O secretário Marcello Lelis destacou que o projeto representa um avanço importante para a política ambiental e para a valorização dos catadores. Para o diretor-executivo do Coder, Pedro Dias Corrêa, a parceria com a Semarh fortalece a agenda de soluções estruturadas para o saneamento básico nos municípios.

Infraestrutura e valorização humana

Infraestrutura e valorização humana

Site: <https://portaldoamaral.com.br/prefeito-cezinha-lidera-acordo-historico-para-fortalecer-reciclagem-e-inclusao-social-no-tocantins/>

Infraestrutura e valorização humana

O projeto prevê a construção de galpões de triagem, aquisição de equipamentos como prensas e a implementação de sistemas de pré-processamento de resíduos. A expectativa é beneficiar diretamente cerca de 150 famílias de catadores, além de melhorar a eficiência na gestão de resíduos para os 113 mil habitantes da área abrangida. Cezinha reiterou que o trabalho de conscientização continuará: "Seguimos junto ao Coder e ao **Tribunal de Contas** realizando palestras sobre as responsabilidades individuais de cada município para podermos avançar em todos eles". Destacou o gestor.

"Seguimos junto ao Coder e ao **Tribunal de Contas** realizando palestras sobre as responsabilidades individuais de cada município para podermos avançar em todos eles".

Presenças

Presenças

Presenças

O encontro contou com a presença dos prefeitos de: Formoso do Araguaia, Israel Borges; Sandolândia, Luciano Barreto; Santa Rita, Luciano Pereira; Palmeirópolis, Wlisses Barros; Talismã, Flávio Cristo Rei; Sucupira, Valdivino Milhomem; São Salvador, André Miguel; Figueirópolis, José Fontoura; Brejinho de Nazaré, Murilo Luiz; além do vice-prefeito de Gurupi, Adailton Fonseca, e secretários municipais de Meio Ambiente da região.

- Publicidade -

- Publicidade -

Tags: Coder **Tocantins** Gestão de resíduos Governo do **Tocantins** inclusão social Prefeito Cezinha Pró-Catadores Recicla+

Coder **Tocantins**

Gestão de resíduos

Governo do **Tocantins**

inclusão social

Prefeito Cezinha

Pró-Catadores Recicla+

Problemas de medicação, , profissionais da saúde e até em ambulâncias foram identificados no Hospital de Figueirópolis pelo TCE (Notícias)

Por: Redação

Uma fiscalização do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Figueirópolis revelou uma série de problemas que vão desde falhas na gestão de profissionais e medicamentos até irregularidades em ambulâncias e pendências de segurança predial.

Entre os pontos identificados pelos técnicos do **TCE** estão problemas relacionados à organização das escalas e ao controle da jornada de trabalho dos profissionais de saúde. Durante a fiscalização, foi constatado que a escala de plantão não é divulgada em local acessível aos usuários, dificultando a transparência sobre quem está responsável pelo atendimento. Também foram encontrados casos de profissionais trabalhando por até 72 horas consecutivas, além de falhas no registro de frequência dos servidores da unidade.

A fiscalização também identificou fragilidades na gestão da farmácia hospitalar. Entre os problemas apontados estão: controle considerado precário do estoque de medicamentos; ausência de definição de estoque mínimo para garantir abastecimento; falta de transparência sobre a disponibilidade de remédios.

Outro ponto destacado no relatório é a necessidade de melhorias na estrutura diagnóstica do hospital. Os técnicos identificaram que alguns equipamentos não possuem comprovação de manutenção preventiva; exames de eletrocardiograma são realizados sem emissão de laudos médicos; e o hospital precisa viabilizar a instalação de um aparelho de raio-X já adquirido pelo município.

Ambulâncias

A vistoria também apontou problemas em três ambulâncias utilizadas pelo hospital. Entre as falhas estão pendências estruturais e ausência de vistoria obrigatória junto ao órgão de trânsito. O Tribunal determinou que o município realize as adequações

necessárias e garanta que os veículos estejam aptos e regularizados para atender a população.

Segurança e infraestrutura

A equipe técnica também identificou pendências relacionadas à segurança da unidade hospitalar como a ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros; falta de plano de contingência para situações de emergência; necessidade de melhorias na segurança da unidade, como controle de acesso e monitoramento.

Prazos

No despacho, a conselheira determinou que o município apresente um plano de ação detalhando as providências que serão adotadas, os responsáveis por cada medida e os respectivos prazos de execução. Os prazos sugeridos para as correções variam entre cinco dias e até 120 dias, dependendo da complexidade das adequações necessárias.

Após o prazo para execução das medidas, a equipe técnica deverá retornar ao hospital para verificar se as irregularidades foram efetivamente sanadas.

A vistoria foi realizada nos dias 11 e 12 de fevereiro por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), dentro do projeto **TCE** de Olho, iniciativa que acompanha de perto a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.

A vistoria foi realizada nos dias 11 e 12 de fevereiro por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), dentro do projeto **TCE** de Olho, iniciativa que acompanha de perto a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.

Site: <https://tonoticia.com.br/noticia/18551/problemas-de-medicao-profissionais-da-saude-e-ate-em-ambulancias-foram-identificados-no-hospital-de-figueiropolis-pelo-tce>

Hospital municipal de Figueirópolis acumula problemas em todos os setores, aponta TCE

Notícias do **Tocantins** - Uma fiscalização do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Figueirópolis revelou uma série de irregularidades que vão desde falhas na gestão de profissionais e medicamentos até problemas em ambulâncias e pendências relacionadas à segurança e à infraestrutura da unidade.

A vistoria foi realizada nos dias 11 e 12 de fevereiro por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), dentro do projeto **TCE** de Olho, iniciativa que acompanha de perto a qualidade dos serviços de saúde prestados à população.

Diante das inconformidades apontadas no relatório técnico, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria do **TCE-TO**, determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação detalhando as medidas que serão adotadas para corrigir as falhas encontradas.

O caso tramita como Procedimento Apuratório Preliminar (PAP), mecanismo utilizado pelo Tribunal para identificar irregularidades e acompanhar a adoção de medidas corretivas pelos gestores.

Escalas ocultas e jornadas de até 72 horas

Entre os problemas identificados está a fragilidade na gestão de profissionais de saúde. Durante a fiscalização, os auditores constataram que a escala de plantão não é divulgada em local acessível aos usuários, o que compromete a transparência sobre os responsáveis pelo atendimento.

O relatório também aponta situações de profissionais que chegaram a cumprir jornadas de até 72 horas consecutivas, além de falhas no controle e registro da frequência dos servidores que atuam na unidade hospitalar.

Falhas no controle de medicamentos

A fiscalização também identificou problemas na gestão da farmácia hospitalar. Entre as irregularidades apontadas estão o controle considerado precário do estoque de medicamentos, a ausência de definição de estoque mínimo para garantir o abastecimento e a falta de transparência sobre a disponibilidade de remédios.

A equipe técnica recomendou a realização de um inventário completo dos medicamentos, a implantação de protocolos mais rigorosos de controle e a divulgação periódica dos estoques na internet, conforme prevê a legislação do Sistema Único de Saúde.

Equipamentos sem manutenção e exames sem laudo

O relatório do Tribunal também aponta fragilidades na estrutura diagnóstica do hospital. Alguns equipamentos utilizados na unidade não possuem comprovação de manutenção preventiva.

Além disso, exames de eletrocardiograma estariam sendo realizados sem emissão de laudos médicos, e o município ainda precisa viabilizar a instalação de um aparelho de raio-X já adquirido, mas que ainda não está em funcionamento.

Ambulâncias com pendências

Outro ponto crítico identificado pela fiscalização envolve três ambulâncias utilizadas pelo hospital. Os técnicos apontaram pendências estruturais nos veículos e ausência de vistoria obrigatória junto ao órgão de trânsito.

O Tribunal determinou que o município realize as adequações necessárias para garantir que as ambulâncias estejam regularizadas e em condições seguras para o transporte de pacientes.

Falhas de segurança e infraestrutura

A vistoria também revelou problemas relacionados à segurança da unidade hospitalar. Entre eles estão a ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros, falta de um plano de contingência para situações de emergência e necessidade de reforço em medidas de segurança, como controle de acesso e sistemas de monitoramento.

Prazos para correção

No despacho, a conselheira determinou que o município apresente um plano de ação com as providências que serão adotadas, os responsáveis por cada medida e os respectivos prazos de execução.

As correções deverão ser implementadas em prazos que variam de cinco a 120 dias , dependendo da complexidade das adequações exigidas.

Após esse período, a equipe técnica do Tribunal deverá retornar à unidade hospitalar para verificar se as irregularidades foram efetivamente corrigidas.

Site: <https://afnoticias.com.br/cidades/vistoria-do-tce-identifica-problemas-estruturais-e-administrativos-no-hospital-municipal-de-figueiropolis>

Prefeitura de Palmas autoriza construção de policlínica, dois Caps, um Centro de Parto Natural e uma USF

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos (Podemos), assinou nesta sexta-feira, 6, as ordens de serviço para a construção de cinco novas unidades de saúde na capital. As obras incluem uma policlínica, dois Centros de Atenção Psicossocial (CAPS II e CAPS III), um Centro de Parto Natural (CPN) e uma Unidade de Saúde da Família (USF).

A cerimônia ocorreu no terreno onde será construída a policlínica da região sul, no setor Jardim Aurenny II. De acordo com os contratos assinados, as obras têm prazo de execução de até 16 meses.

Os projetos integram o Novo Programa de Aceleração do Crescimento e somam investimento de quase R\$ 75 milhões. Desse total, cerca de R\$ 44,2 milhões são provenientes do governo federal e aproximadamente R\$ 30,7 milhões correspondem à contrapartida da gestão municipal. Os recursos contemplam tanto a construção das estruturas quanto a aquisição de equipamentos.

Segundo a prefeitura, as novas unidades devem ampliar a capacidade de atendimento da rede municipal, especialmente nas áreas de atenção especializada, saúde mental, assistência materno-infantil e atenção primária.

Representando o Ministério da Saúde, o secretário-adjunto de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Jerzey Timóteo Ribeiro Santos afirmou que a ampliação da estrutura pode contribuir para aumentar o acesso da população a consultas, exames e outros serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde.

Durante o evento, o prefeito destacou que a assinatura das ordens de serviço marca o início da etapa de execução das obras e afirmou que a gestão municipal pretende acompanhar a realização dos projetos ao longo do prazo previsto.

Unidades previstas

Entre as estruturas anunciadas estão a policlínica da região sul, no Jardim Aurenny II, dois CAPS em Taquaralto e na região da 1301 Sul, um Centro de Parto Natural na região norte da cidade e uma nova

Unidade de Saúde da Família também no Jardim Aurenny II. Juntas, as obras somam investimentos individuais que variam entre cerca de R\$ 4,4 milhões e R\$ 19,8 milhões, dependendo da unidade.

Mais Lidas

1

PROGRAMA FEDERAL

Gás do Povo começa a pagar recarga gratuita para 4,5 milhões; veja como se candidatar ao programa

2

PROVIDÊNCIAS

Prefeitura de **Palmas** afasta guardas e abre sindicância por possível omissão em caso de estupro na Praia da Graciosa

3

OPORTUNIDADE

Salário, número de vagas e nível de escolaridade exigido; veja o que já se sabe sobre o concurso da Sefaz **Tocantins**

4

7 HOMENS E 1 MULHER

TO tem 8 investigados por homicídio, tráfico e latrocínio na lista dos mais procurados do Ministério da Justiça

5

NOVA MISSÃO

Enfermeira Alessandra do JK assume subsecretaria da Saúde de Araguaína e agradece MDB e prefeito pelo apoio

Últimas Notícias

FISCALIZAÇÃO

TCE aponta falta de remédios e falhas na manutenção de equipamentos no Hospital Municipal de Figueirópolis

SEDUC

Concurso da Educação ultrapassa 5 mil convocações após 9ª chamada e novo edital de redistribuição no **Tocantins**

FEMINICÍDIO

Homem que matou esposa com facada na frente da filha é condenado a 22 anos de prisão em Ponte Alta do **Tocantins**

SAÚDE

Prefeitura de **Palmas** autoriza construção de policlínica, dois Caps, um Centro de Parto Natural e uma USF

COMBUSTÍVEIS

Preço do etanol sobe 2,07% e diesel cai 2,23% no **Tocantins**; gasolina se mantém estável, aponta levantamento

Site: <https://www.redeto.com.br/noticia/48486>

I Ecocidadania transforma reconhecimento em cuidado e acesso a direitos para catadores de Palmas

"Foi o melhor de todos os encontros que já participei." A frase de dona Terezinha Soares, 62 anos, catadora de materiais recicláveis, resume o sentimento que marcou a manhã deste sábado (7/3), durante o I Ecocidadania, realizado pela Rede TO Sustentável em Palmas. Entre atendimentos de saúde, orientação jurídica, escolha de roupas no Varal Solidário e encontros com autoridades, o evento reuniu cerca de 70 catadores e catadoras de materiais recicláveis em uma programação voltada ao reconhecimento, à cidadania e ao fortalecimento da economia circular.

A iniciativa integrou as ações alusivas ao Dia Mundial dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, celebrado em 1º de março, e destacou a importância social, ambiental e econômica do trabalho desempenhado por esses profissionais. Responsáveis pela coleta, triagem e destinação correta de resíduos, os catadores evitam que toneladas de materiais sigam para o aterro sanitário, contribuem para a preservação ambiental, ampliam a vida útil dos aterros e fortalecem a saúde pública e a limpeza urbana.

Recepcionados com música e café da manhã, os participantes vieram de cinco cooperativas e associações de catadores de Palmas: Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Sólidos de Palmas (ASCAMARES), Cooperativa de Produção de Recicláveis do **Tocantins** (COOPERAN), Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (Reciclo Palmas/ACMR), Associação Comunitária Recicla e Cria e Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Norte de Palmas (ASCAMPA).

As lideranças das entidades também receberam reconhecimento público pelo trabalho realizado na capital.

Acesso a serviços e cuidado

Além das homenagens, o Ecocidadania ofereceu serviços públicos e atendimentos gratuitos aos catadores e catadoras. Entre os atendimentos disponíveis estiveram orientação jurídica pela Defensoria Pública do Estado, atendimento eleitoral pelo Tribunal Regional Eleitoral, serviços de saúde

promovidos pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) e pela Secretaria Municipal de Saúde e o Varal Solidário, organizado pelo Tribunal de Justiça do **Tocantins**.

O espaço de doação de roupas tornou-se um dos pontos mais procurados da programação. A catadora Aldenice Alves da Silva, 47 anos, que iniciou recentemente na atividade, celebrou a oportunidade de escolher peças de roupa e economizar recursos para outras necessidades da família. "Peguei roupa e sapato de boa qualidade. Isso ajuda muito, porque a gente economiza para comprar outras coisas", contou.

Para dona Terezinha, que atua na reciclagem há anos, a iniciativa representou muito. "Eu me sinto valorizada. Sempre trabalhei como catadora e tenho orgulho disso. Hoje foi um dia muito bom, o melhor de todos que já participei", relatou.

O catador José Santana de Miranda, 75 anos, integrante da Cooperan, também destacou o sentimento de reconhecimento ao participar da programação. Ele aproveitou o evento para cuidar da saúde.

Cidadania e sustentabilidade

Durante a abertura do evento, autoridades presentes destacaram a dimensão humana e ambiental da atividade exercida pelos(as) catadores(as). A desembargadora Ângela Prudente, presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do **Tocantins** e coordenadora da Rede TO Sustentável, ressaltou que o evento representa mais do que uma homenagem.

"Ecocidadania é uma palavra poderosa, que une ecologia e cidadania. E não há ninguém que represente essa união de forma mais concreta do que cada um dos catadores e catadoras. O trabalho de vocês é um dos pilares para o futuro do nosso planeta. Onde muitos veem lixo, vocês enxergam matéria-prima. Vocês são os verdadeiros protagonistas da economia circular", afirmou.

A magistrada também destacou que a iniciativa

aproxima os catadores do acesso a direitos e serviços públicos. Segundo ela, orientação jurídica, atendimento de saúde e apoio institucional fortalecem a autonomia e a dignidade da categoria.

O vice-governador Laurez Moreira ressaltou o impacto social e econômico da atividade. Para ele, o trabalho realizado pelos catadores contribui diretamente para a qualidade de vida nas cidades, ao mesmo tempo em que gera oportunidades e fortalece a consciência ambiental da sociedade.

O prefeito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, anunciou medidas voltadas ao fortalecimento da categoria e à estruturação das associações. "Não queremos que o reconhecimento fique apenas no dia de hoje. Hoje é um começo. O município inicia ações de apoio às associações com equipamentos, estrutura e o programa Bolsa Catador. A ideia é fortalecer o trabalho de vocês e garantir mais dignidade para quem ajuda a cuidar da cidade todos os dias", declarou ao anunciar a cessão de uso de um caminhão baú para as associações, além de informar que as será entregue carretinha, prensa e outros benefícios.

O defensor público-geral, Pedro Alexandre, reafirmou o compromisso da instituição com a garantia de direitos e destacou que a economia verde depende do trabalho realizado pelos catadores, responsáveis por manter ativa a cadeia da reciclagem.

O diretor de Assuntos Institucionais da Energisa, Allan Kardec, destacou a importância das parcerias voltadas à sustentabilidade e a diretora de Assistência ao Estudante do Instituto Federal do **Tocantins** (IFTO), Ionara Silva Chaves Dias, disse que a instituição está aberta a iniciativas e projetos ligados à sustentabilidade e à inclusão social.

Apoio às cooperativas

Durante o evento, foram entregues kits de equipamentos de proteção individual (EPIs), cestas básicas e itens de higiene pessoal para os participantes. Os equipamentos contaram com doações da Energisa e da Ferpan, enquanto os kits de higiene tiveram apoio da Ouvidoria da Mulher. A farmácia de manipulação Pharmapele doou protetores solares.

O Instituto Federal do **Tocantins** também contribuiu com sabão líquido produzido em projeto institucional e reforçam o caráter educativo e sustentável da ação.

Durante o evento, a Prefeitura de Palmas também realizou a entrega simbólica de tampinhas e lacres destinados às cooperativas.

A iniciativa reuniu instituições públicas, universidades, empresas e entidades sociais que integram a Rede TO Sustentável, entre elas Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal Regional Eleitoral, **Tribunal de Contas**, IFTO, UFT, Unitins, Embrapa, Energisa, Sesc e Senai.

Site: <https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/i-ecocidadania-transforma-reconhecimento-em-cuidado-e-acesso-a-direitos-para-catadores-de-palmas>

Vistoria do TCE identifica problemas estruturais e administrativos no hospital municipal de Figueirópolis

Uma fiscalização do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Figueirópolis identificou uma série de irregularidades relacionadas à gestão de profissionais, controle de medicamentos, ambulâncias e segurança da unidade. A vistoria ocorreu nos dias 11 e 12 de fevereiro, realizada por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), dentro do projeto **TCE** de Olho, que monitora a qualidade dos serviços de saúde. Diante das falhas encontradas, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho** determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação para corrigir as irregularidades. O processo tramita como Procedimento Apuratório Preliminar (PAP).

Entre os problemas apontados estão falhas no controle da jornada dos profissionais, escalas de plantão não divulgadas ao público e registros de servidores trabalhando por até 72 horas consecutivas.

Também foram identificadas fragilidades no controle de medicamentos, com estoque considerado precário e falta de transparência sobre a disponibilidade de remédios. A vistoria ainda apontou pendências em três ambulâncias, ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e necessidade de melhorias na segurança e in-fraestrutura do hospital. O município deverá apresentar medidas corretivas com prazos que variam de cinco a 120 dias. Após esse período, o Tribunal realizará nova verificação para avaliar se as irregularidades foram solucionadas.

Vistoria do TCE identifica problemas estruturais e administrativos no hospital municipal de Figueirópolis

Atitude Tocantins

Fiscalização do **TCE** de Olho encontrou irregularidades estruturais e operacionais; município tem prazo para apresentar plano de correção

Por Redação

Uma fiscalização do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Figueirópolis revelou uma série de problemas que vão desde falhas na gestão de profissionais e medicamentos até irregularidades em ambulâncias e pendências de segurança predial.

A vistoria foi realizada nos dias 11 e 12 de fevereiro por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), dentro do projeto **TCE** de Olho, iniciativa que acompanha de perto a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.

Diante das inconformidades encontradas, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria, determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação com as medidas necessárias para corrigir as falhas apontadas na fiscalização.

O processo tramita como Procedimento Apuratório Preliminar (PAP), instrumento que busca solucionar irregularidades por meio de medidas corretivas e acompanhamento técnico do Tribunal.

Gestão de profissionais

Entre os pontos identificados pelos técnicos do **TCE** estão problemas relacionados à organização das escalas e ao controle da jornada de trabalho dos profissionais de saúde. Durante a fiscalização, foi constatado que a escala de plantão não é divulgada em local acessível aos usuários, dificultando a transparência sobre quem está responsável pelo atendimento. Também foram encontrados casos de profissionais trabalhando por até 72 horas consecutivas, além de falhas no registro de frequência dos servidores da unidade.

Controle de medicamentos

A fiscalização também identificou fragilidades na gestão da farmácia hospitalar. Entre os problemas apontados estão: controle considerado precário do estoque de medicamentos; ausência de definição de estoque mínimo para garantir abastecimento; falta de transparência sobre a disponibilidade de remédios.

A equipe técnica recomendou a realização de inventário completo dos medicamentos, implantação de protocolos de controle e divulgação periódica dos estoques na internet, conforme determina a legislação do Sistema Único de Saúde.

Equipamentos

Outro ponto destacado no relatório é a necessidade de melhorias na estrutura diagnóstica do hospital. Os técnicos identificaram que alguns equipamentos não possuem comprovação de manutenção preventiva; exames de eletrocardiograma são realizados sem emissão de laudos médicos; e o hospital precisa viabilizar a instalação de um aparelho de raio-X já adquirido pelo município.

Ambulâncias

A vistoria também apontou problemas em três ambulâncias utilizadas pelo hospital. Entre as falhas estão pendências estruturais e ausência de vistoria obrigatória junto ao órgão de trânsito. O Tribunal determinou que o município realize as adequações necessárias e garanta que os veículos estejam aptos e regularizados para atender a população.

Segurança e infraestrutura

A equipe técnica também identificou pendências relacionadas à segurança da unidade hospitalar, como a ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros; falta de plano de contingência para situações de emergência; necessidade de melhorias na segurança da unidade, como controle de acesso e monitoramento.

Prazos

No despacho, a conselheira determinou que o município apresente um plano de ação detalhando as providências que serão adotadas, os responsáveis por cada medida e os respectivos prazos de execução. Os prazos sugeridos para as correções variam entre cinco dias e até 120 dias, dependendo da complexidade das adequações necessárias.

Após o prazo para execução das medidas, a equipe técnica deverá retornar ao hospital para verificar se as irregularidades foram efetivamente sanadas.

Site: <https://atitudeto.com.br/noticias/saude-noticias/vistoria-do-tce-identifica-problemas-estruturais-e-administrativos-no-hospital-municipal-de-figueiropolis/>

Vistoria do TCE identifica problemas estruturais e administrativos no hospital municipal de Figueirópolis

Fiscalização do **TCE** de Olho encontrou irregularidades estruturais e operacionais; município tem prazo para apresentar plano de correção

Da Assessoria

Uma fiscalização do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Figueirópolis revelou uma série de problemas que vão desde falhas na gestão de profissionais e medicamentos até irregularidades em ambulâncias e pendências de segurança predial.

A vistoria foi realizada nos dias 11 e 12 de fevereiro por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), dentro do projeto **TCE** de Olho, iniciativa que acompanha de perto a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.

Diante das inconformidades encontradas, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria, determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação com as medidas necessárias para corrigir as falhas apontadas na fiscalização.

O processo tramita como Procedimento Apuratório Preliminar (PAP), instrumento que busca solucionar irregularidades por meio de medidas corretivas e acompanhamento técnico do Tribunal.

Gestão de profissionais

Entre os pontos identificados pelos técnicos do **TCE** estão problemas relacionados à organização das escalas e ao controle da jornada de trabalho dos profissionais de saúde. Durante a fiscalização, foi constatado que a escala de plantão não é divulgada em local acessível aos usuários, dificultando a transparência sobre quem está responsável pelo atendimento. Também foram encontrados casos de profissionais trabalhando por até 72 horas consecutivas, além de falhas no registro de frequência dos servidores da unidade.

Controle de medicamentos

A fiscalização também identificou fragilidades na gestão da farmácia hospitalar. Entre os problemas apontados estão: controle considerado precário do estoque de medicamentos; ausência de definição de estoque mínimo para garantir abastecimento; falta de transparência sobre a disponibilidade de remédios.

A equipe técnica recomendou a realização de inventário completo dos medicamentos, implantação de protocolos de controle e divulgação periódica dos estoques na internet, conforme determina a legislação do Sistema Único de Saúde.

Equipamentos

Outro ponto destacado no relatório é a necessidade de melhorias na estrutura diagnóstica do hospital. Os técnicos identificaram que alguns equipamentos não possuem comprovação de manutenção preventiva; exames de eletrocardiograma são realizados sem emissão de laudos médicos; e o hospital precisa viabilizar a instalação de um aparelho de raio-X já adquirido pelo município.

Ambulâncias

A vistoria também apontou problemas em três ambulâncias utilizadas pelo hospital. Entre as falhas estão pendências estruturais e ausência de vistoria obrigatória junto ao órgão de trânsito. O Tribunal determinou que o município realize as adequações necessárias e garanta que os veículos estejam aptos e regularizados para atender a população.

Segurança e infraestrutura

A equipe técnica também identificou pendências relacionadas à segurança da unidade hospitalar, como a ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros; falta de plano de contingência para situações de emergência; necessidade de melhorias na segurança da unidade, como controle de acesso e monitoramento.

Prazos

No despacho, a conselheira determinou que o

município apresente um plano de ação detalhando as providências que serão adotadas, os responsáveis por cada medida e os respectivos prazos de execução. Os prazos sugeridos para as correções variam entre cinco dias e até 120 dias, dependendo da complexidade das adequações necessárias.

Após o prazo para execução das medidas, a equipe técnica deverá retornar ao hospital para verificar se as irregularidades foram efetivamente sanadas.

Site:

<http://www.oparalelo13.com.br/component/k2/vistoria-do-tce-identifica-problemas-estruturais-e-administrativos-no-hospital-municipal-de-figueiropolis>

Vistoria identifica falhas na gestão, ambulâncias irregulares e problemas estruturais em hospital do TO

Uma fiscalização do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Figueirópolis revelou uma série de problemas que vão desde falhas na gestão de profissionais e medicamentos até irregularidades em ambulâncias e pendências de segurança predial.

A vistoria foi realizada nos dias 11 e 12 de fevereiro por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), dentro do projeto **TCE** de Olho, iniciativa que acompanha de perto a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.

Diante das inconformidades encontradas, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria, determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação com as medidas necessárias para corrigir as falhas apontadas na fiscalização.

O processo tramita como Procedimento Apuratório Preliminar (PAP), instrumento que busca solucionar irregularidades por meio de medidas corretivas e acompanhamento técnico do Tribunal.

Entre os pontos identificados pelos técnicos do **TCE** estão problemas relacionados à organização das escalas e ao controle da jornada de trabalho dos profissionais de saúde. Durante a fiscalização, foi constatado que a escala de plantão não é divulgada em local acessível aos usuários, dificultando a transparência sobre quem está responsável pelo atendimento. Também foram encontrados casos de profissionais trabalhando por até 72 horas consecutivas, além de falhas no registro de frequência dos servidores da unidade.

A fiscalização também identificou fragilidades na gestão da farmácia hospitalar. Entre os problemas apontados estão: controle considerado precário do estoque de medicamentos; ausência de definição de estoque mínimo para garantir abastecimento; falta de transparência sobre a disponibilidade de remédios.

A equipe técnica recomendou a realização de inventário completo dos medicamentos, implantação de protocolos de controle e divulgação periódica dos

estoques na internet, conforme determina a legislação do Sistema Único de Saúde.

Outro ponto destacado no relatório é a necessidade de melhorias na estrutura diagnóstica do hospital. Os técnicos identificaram que alguns equipamentos não possuem comprovação de manutenção preventiva; exames de eletrocardiograma são realizados sem emissão de laudos médicos; e o hospital precisa viabilizar a instalação de um aparelho de raio-X já adquirido pelo município.

A vistoria também apontou problemas em três ambulâncias utilizadas pelo hospital. Entre as falhas estão pendências estruturais e ausência de vistoria obrigatória junto ao órgão de trânsito. O Tribunal determinou que o município realize as adequações necessárias e garanta que os veículos estejam aptos e regularizados para atender a população.

A equipe técnica também identificou pendências relacionadas à segurança da unidade hospitalar, como a ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros; falta de plano de contingência para situações de emergência; necessidade de melhorias na segurança da unidade, como controle de acesso e monitoramento.

No despacho, a conselheira determinou que o município apresente um plano de ação detalhando as providências que serão adotadas, os responsáveis por cada medida e os respectivos prazos de execução. Os prazos sugeridos para as correções variam entre cinco dias e até 120 dias, dependendo da complexidade das adequações necessárias.

Após o prazo para execução das medidas, a equipe técnica deverá retornar ao hospital para verificar se as irregularidades foram efetivamente sanadas.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/vistoria-identifica-falhas-na-gestao-ambulancias-irregulares-e-problemas-estruturais-em-hospital-do-to/>

Vistoria do TCE identifica problemas estruturais e administrativos no hospital municipal de Figueirópolis

Uma fiscalização do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Figueirópolis identificou uma série de problemas na unidade de saúde. Entre as irregularidades estão falhas na gestão de profissionais, no controle de medicamentos, além de pendências envolvendo ambulâncias e segurança predial.

A vistoria ocorreu nos dias 11 e 12 de fevereiro. Técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) realizaram a inspeção dentro do projeto **TCE de Olho**, iniciativa que acompanha a qualidade dos serviços públicos de saúde oferecidos à população.

Diante das inconformidades, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria do Tribunal, determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação com medidas para corrigir as falhas identificadas.

Além disso, o caso tramita no Tribunal como Procedimento Apuratório Preliminar (PAP). Esse instrumento busca solucionar irregularidades por meio de medidas corretivas e acompanhamento técnico.

A vistoria ocorreu nos dias 11 e 12 de fevereiro. Técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) realizaram a inspeção dentro do projeto **TCE de Olho**, iniciativa que acompanha a qualidade dos serviços públicos de saúde oferecidos à população.

Diante das inconformidades, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria do Tribunal, determinou que a prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação com medidas para corrigir as falhas identificadas.

Além disso, o caso tramita no Tribunal como Procedimento Apuratório Preliminar (PAP). Esse instrumento busca solucionar irregularidades por meio de medidas corretivas e acompanhamento técnico.

Os auditores identificaram falhas na organização das escalas e no controle da jornada de trabalho dos profissionais de saúde.

Primeiramente, os técnicos verificaram que a escala

de plantão não fica disponível em local acessível aos usuários. Por isso, pacientes e acompanhantes têm dificuldade para saber quais profissionais estão responsáveis pelo atendimento.

Além disso, a equipe encontrou casos de profissionais que trabalharam até 72 horas consecutivas. Também surgiram falhas no registro de frequência dos servidores que atuam na unidade hospitalar.

A fiscalização também identificou problemas na gestão da farmácia hospitalar. Segundo o relatório técnico, o controle do estoque de medicamentos apresenta fragilidades.

Entre os pontos observados estão a ausência de definição de estoque mínimo para garantir o abastecimento e a falta de transparência sobre a disponibilidade de remédios.

Diante desse cenário, os técnicos recomendaram a realização de um inventário completo dos medicamentos. Além disso, sugeriram a implantação de protocolos de controle e a divulgação periódica dos estoques na internet, conforme prevê a legislação do Sistema Único de Saúde (SUS).

O relatório também aponta a necessidade de melhorias na estrutura diagnóstica do hospital.

Durante a inspeção, os auditores identificaram equipamentos sem comprovação de manutenção preventiva. Além disso, profissionais realizam exames de eletrocardiograma sem emissão de laudos médicos.

Entre os pontos observados estão a ausência de definição de estoque mínimo para garantir o abastecimento e a falta de transparência sobre a disponibilidade de remédios.

Diante desse cenário, os técnicos recomendaram a realização de um inventário completo dos medicamentos. Além disso, sugeriram a implantação de protocolos de controle e a divulgação periódica dos estoques na internet, conforme prevê a legislação do Sistema Único de Saúde (SUS).

O relatório também aponta a necessidade de melhorias na estrutura diagnóstica do hospital.

Durante a inspeção, os auditores identificaram equipamentos sem comprovação de manutenção preventiva. Além disso, profissionais realizam exames de eletrocardiograma sem emissão de laudos médicos.

Outro ponto destacado envolve um aparelho de raio-X já adquirido pelo município. No entanto, a unidade ainda precisa viabilizar a instalação do equipamento para colocá-lo em funcionamento.

A vistoria também identificou irregularidades em três ambulâncias utilizadas pelo hospital.

Entre as falhas estão pendências estruturais e ausência de vistoria obrigatória junto ao órgão de trânsito. Portanto, o Tribunal determinou que o município realize as adequações necessárias.

Com isso, a medida busca garantir que os veículos estejam regularizados e aptos para atender a população.

A equipe técnica também encontrou problemas relacionados à segurança da unidade hospitalar.

Entre os pontos apontados estão a ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e a falta de um plano de contingência para situações de emergência. Além disso, os auditores indicaram a necessidade de melhorar o controle de acesso e o monitoramento da unidade.

No despacho, a conselheira determinou que o município apresente um plano de ação detalhado com as providências que pretende adotar.

O documento deve indicar os responsáveis por cada medida e os prazos de execução. As correções sugeridas variam entre cinco e até 120 dias, conforme a complexidade das adequações necessárias.

Por fim, após o prazo de execução das medidas, a equipe técnica do Tribunal deverá retornar ao hospital para verificar se o município solucionou as irregularidades.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/06/vistoria-do-tce-identifica-problemas-estruturais-e-administrativos-no-hospital-municipal-de-figueiropolis/>

Vistoria do TCE identifica problemas estruturais e administrativos no hospital de Figueirópolis

Redação

Uma fiscalização do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Figueirópolis revelou uma série de problemas que vão desde falhas na gestão de profissionais e medicamentos até irregularidades em ambulâncias e pendências de segurança predial.

A vistoria foi realizada nos dias 11 e 12 de fevereiro por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), dentro do projeto **TCE** de Olho, iniciativa que acompanha de perto a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.

Diante das inconformidades encontradas, a conselheira **Doris de Miranda Coutinho**, titular da 5ª Relatoria, determinou que a Prefeitura e o Fundo Municipal de Saúde apresentem um plano de ação com as medidas necessárias para corrigir as falhas apontadas na fiscalização.

O processo tramita como Procedimento Apuratório Preliminar (PAP), instrumento que busca solucionar irregularidades por meio de medidas corretivas e acompanhamento técnico do Tribunal.

Entre os pontos identificados pelos técnicos do **TCE** estão problemas relacionados à organização das escalas e ao controle da jornada de trabalho dos profissionais de saúde. Durante a fiscalização, foi constatado que a escala de plantão não é divulgada em local acessível aos usuários, dificultando a transparência sobre quem está responsável pelo atendimento. Também foram encontrados casos de profissionais trabalhando por até 72 horas consecutivas, além de falhas no registro de frequência dos servidores da unidade.

A fiscalização também identificou fragilidades na gestão da farmácia hospitalar. Entre os problemas apontados estão: controle considerado precário do estoque de medicamentos; ausência de definição de estoque mínimo para garantir abastecimento; falta de transparência sobre a disponibilidade de remédios.

A equipe técnica recomendou a realização de

inventário completo dos medicamentos, implantação de protocolos de controle e divulgação periódica dos estoques na internet, conforme determina a legislação do Sistema Único de Saúde.

Outro ponto destacado no relatório é a necessidade de melhorias na estrutura diagnóstica do hospital. Os técnicos identificaram que alguns equipamentos não possuem comprovação de manutenção preventiva; exames de eletrocardiograma são realizados sem emissão de laudos médicos; e o hospital precisa viabilizar a instalação de um aparelho de raio-X já adquirido pelo município.

Foto: Divulgação **TCE/TO**

A vistoria também apontou problemas em três ambulâncias utilizadas pelo hospital. Entre as falhas estão pendências estruturais e ausência de vistoria obrigatória junto ao órgão de trânsito. O Tribunal determinou que o município realize as adequações necessárias e garanta que os veículos estejam aptos e regularizados para atender a população.

A equipe técnica também identificou pendências relacionadas à segurança da unidade hospitalar, como a ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros; falta de plano de contingência para situações de emergência; necessidade de melhorias na segurança da unidade, como controle de acesso e monitoramento.

No despacho, a conselheira determinou que o município apresente um plano de ação detalhando as providências que serão adotadas, os responsáveis por cada medida e os respectivos prazos de execução. Os prazos sugeridos para as correções variam entre cinco dias e até 120 dias, dependendo da complexidade das adequações necessárias.

Após o prazo para execução das medidas, a equipe técnica deverá retornar ao hospital para verificar se as irregularidades foram efetivamente sanadas.

Site: <http://conexaoto.com.br/2026/03/06/vistoria-do-tce-identifica-problemas-estruturais-e-administrativos-no-hospital-de-figueiropolis>

Instituições discutem fortalecimento de fundos da infância e adolescência e apoio aos Conselhos Tutelares do Tocantins

O Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) participou, na manhã desta quinta-feira, 5, de reunião realizada no gabinete da presidência do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (TCETO) para discutir estratégias de fortalecimento dos fundos destinados à infância e adolescência (FIA) e aprimorar os mecanismos de fiscalização da aplicação desses recursos no estado.

Durante a reunião, foram debatidas medidas para ampliar a efetividade dos fundos, considerados instrumentos importantes para financiar políticas públicas destinadas ao desenvolvimento e à proteção de crianças, especialmente em situação de vulnerabilidade.

Representando o MPTO, o promotor de Justiça da Infância e Juventude Sidney Fiori Júnior destacou que o Ministério Público trabalha há mais de uma década para garantir que os 139 municípios do estado tenham os fundos devidamente implementados por meio de lei e em efetivo funcionamento.

"Há mais de 10 anos atuamos para que todos os municípios tenham seus fundos da infância implementados. Para isso, é necessário cumprir alguns passos básicos, como criar a lei municipal, regulamentar por decreto, abrir conta em banco público e garantir o CNPJ próprio do fundo", explicou.

O fortalecimento dos Conselhos Tutelares, a definição de critérios para fiscalização da aplicação dos recursos e a ampliação de parcerias com a iniciativa privada, com o objetivo de incentivar doações aos fundos e fortalecer projetos voltados ao desenvolvimento infantil, também foram temas debatidos na reunião.

O encontro foi conduzido pelo presidente do **TCE/TO**, **Alberto Sevilha**, e reuniu representantes de instituições públicas que atuam na proteção de crianças e adolescentes.

De acordo com o promotor de Justiça Sidney Fiori, o **Tocantins** já avançou significativamente na implementação desses fundos, mas ainda há municípios que precisam se regularizar.

"Atualmente, mais de 80 municípios já estão com seus fundos regularizados. Faltam cerca de 44 municípios que ainda precisam concluir esse processo", informou ao destacar que a participação do **Tribunal de Contas** no processo tende a acelerar a adesão dos municípios.

"Quando instituições de controle e fiscalização, como o Ministério Público e o **Tribunal de Contas**, atuam juntas, cada uma com suas ferramentas institucionais, os resultados chegam muito mais rápido", ressaltou.

O presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, apontou desafios estruturais para a execução dessas políticas, especialmente nos municípios menores. "Cerca de 90% dos municípios vivem praticamente do Fundo de Participação dos Municípios e têm pouca capacidade financeira para ir além da rotina administrativa. No entanto, as demandas sociais existem e aumentam cada vez mais", afirmou.

Diante desse cenário, o conselheiro do **Tribunal de Contas** defendeu a ampliação da articulação entre instituições públicas e também o envolvimento da iniciativa privada no fortalecimento das políticas voltadas à infância.

"Chegou um momento em que precisamos da ajuda da iniciativa privada e da sociedade civil organizada para dar continuidade às ações. Não é possível responsabilizar apenas o poder público por tudo, porque simplesmente não há orçamento suficiente", ressaltou.

Para ele, o incentivo à destinação de parte do Imposto de Renda para os fundos da infância é uma estratégia simples e que pode ampliar significativamente os recursos disponíveis para programas sociais.

O secretário estadual da Cidadania e Justiça, Hélio Marques, destacou que o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente é vinculado administrativamente à pasta, que oferece suporte técnico e administrativo para o desenvolvimento das ações.

"O papel da Secretaria é dar todo o suporte técnico e administrativo para que as ações do Conselho sejam executadas da melhor forma possível", explicou.

Como explicou o gestor, a Secretaria também atua na capacitação de municípios e Conselheiros Tutelares, especialmente no uso do sistema SIPIA-CT, que reúne informações sobre atendimentos realizados na rede de proteção à infância.

"A Secretaria tem uma gerência específica voltada à primeira infância e tem percorrido os municípios para orientar e qualificar os conselheiros tutelares", afirmou.

A reunião integra um conjunto de iniciativas voltadas ao fortalecimento das políticas públicas para a primeira infância no **Tocantins**, com foco na proteção integral e no desenvolvimento saudável de crianças nos primeiros anos de vida.

Também foi discutida a necessária edição e publicação de um decreto estadual que regulamente o fundo estadual da criança e do adolescente - FECA. Um grupo de trabalho deverá analisar ajustes no texto para garantir maior efetividade às políticas públicas e ampliar o incentivo à destinação de parte do Imposto de Renda devido por contribuintes aos fundos voltados à infância.

Pessoas físicas e jurídicas podem destinar uma pequena parcela do Imposto de Renda devido diretamente para os fundos da infância. No caso das pessoas físicas, até 6%, e das empresas, até 1%. Sidney Fiori destacou que esse é um recurso que deixa de ir integralmente para o governo federal e passa a financiar projetos sociais nos próprios municípios, e essa destinação não representa custo adicional para o contribuinte.

"Na prática, não é exatamente uma doação. O contribuinte apenas direciona parte do imposto que já teria que pagar. Esse valor retorna integralmente na restituição, atualizado pela taxa Selic", esclareceu.

Site:

<https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/instituicoes-discutem-fortalecimento-de-fundos-da-infancia-e-adolescencia-e-apoio-aos-conselhos-tutelares-do-tocantins/>

Prefeito José Salomão deixa legado de obras e projetos estruturantes em Dianópolis e se prepara para disputar vaga na Câmara Federal (Notícias)

Por: Redação

Após quatro mandatos à frente da Prefeitura de Dianópolis, o prefeito José Salomão se prepara para um novo desafio na vida pública. No próximo dia 31 de março, ele deve renunciar ao cargo para disputar uma vaga de deputado federal, com o objetivo de representar a região sudeste do **Tocantins** no Congresso Nacional.

Com uma trajetória marcada por mais de uma década de atuação administrativa no município e participação em dez disputas eleitorais, Salomão construiu uma carreira política consolidada na região. Reconhecido como um dos nomes históricos do Partido dos Trabalhadores no **Tocantins**, o Prefeito também teve atuação destacada em movimentos políticos importantes do estado, incluindo mobilizações relacionadas à consolidação política do próprio **Tocantins**.

Ao longo de sua gestão, Dianópolis passou por um amplo conjunto de investimentos em infraestrutura urbana, esporte, educação e desenvolvimento social. Entre as ações mais expressivas está o maior programa de pavimentação asfáltica já realizado na cidade, que levou asfalto do tipo CBUQ e iluminação 100% LED para diversas ruas e avenidas, incluindo a Avenida 7 de Setembro.

Outro marco da gestão foi a construção do Auditório Municipal Professora Margarida, que passou a sediar eventos culturais, educacionais e celebrações públicas importantes para o município. A obra simboliza, segundo a administração, o investimento contínuo na valorização da cultura e da educação local.

Na área de infraestrutura urbana, a prefeitura também executou obras estruturantes de drenagem e canalização nas ruas Pernambuco e Diamantes, solucionando um problema histórico enfrentado pelos moradores durante o período chuvoso. Em bairros como Santa Luzia, Nova Cidade e Cavalcante, a implantação de gabiões ajudou a conter o avanço da

erosão, trazendo mais segurança para a população.

Entre as obras de integração regional, destacam-se as pontes construídas sobre o Córrego São Martinho, o Rio Gameleira e o Córrego Táboca. As novas estruturas garantiram acesso mais seguro para famílias e produtores da agricultura familiar.

A revitalização da Praça Coronel Wolney, uma das mais tradicionais da cidade, também se tornou símbolo da gestão. O espaço ganhou nova estrutura, áreas de convivência e parquinho infantil, tornando-se novamente ponto de encontro entre famílias e amigos.

No esporte e lazer, a reconstrução do Estádio Dr. Magalhães e a implantação da sede própria da Secretaria de Esportes ampliaram a estrutura esportiva do município. Outras iniciativas incluem o Ginásio do Santa Luzia (Léo Bahia) e a Praça da Juventude, fortalecendo o acesso de jovens e atletas a espaços adequados para a prática esportiva.

A zona rural também recebeu investimentos importantes, como a manutenção da estrada vicinal que liga o distrito de São Dionísio ao povoado Boa Sorte. Há recurso empenhado para pavimentação da Serra da Sucupira e estrada principal do povoado Boa Sorte, em fase de projeto. A usina asfáltica do município operou em mais de 40 ruas da cidade e possibilitou também o asfaltamento do povoado Contagem.

Além das obras físicas, a gestão se destacou por programas sociais e iniciativas de cidadania. O projeto Regulariza Dianópolis - Nossa Casa, Nosso Direito já entregou mais de 1.500 títulos definitivos de propriedade a moradores, garantindo segurança jurídica e inclusão social. O programa tornou o município referência estadual em regularização fundiária, recebendo o Selo Diamante.

As políticas educacionais também renderam reconhecimento nacional e estadual. O município conquistou por duas vezes consecutivas o Selo Ouro

do Compromisso Nacional com a Alfabetização, concedido pelo Ministério da Educação, além de bons resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com destaque para as escolas Batista e Imaculada Conceição.

A gestão municipal ainda recebeu o prêmio Prefeitura Empreendedora do Sebrae, o 1º lugar no Índice de Gestão Municipal do Conselho Federal de Administração e o Selo Diamante (2025) de Transparência concedido pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**.

Relação o Vice

Com a renúncia prevista para o final de março, a administração municipal deverá ser assumida pelo vice-prefeito Hormides (UB). A relação de confiança entre os dois é apontada como um fator que garante estabilidade administrativa durante a transição.

"Dianópolis continuará em mãos seguras e limpas", afirmou o prefeito em recente agenda pública, destacando a importância da continuidade das políticas implantadas.

Durante evento recente do Governo do Estado realizado em Dianópolis, o governador Wanderlei Barbosa elogiou a parceria institucional com o município e se referiu a José Salomão como "gente boa", agradecendo pela cooperação em obras e ações conjuntas.

Ao se preparar para a disputa eleitoral, Salomão afirma que sua candidatura nasce do desejo de dar voz à região sudeste do **Tocantins**, que há anos enfrenta a ausência de representantes diretos nos espaços de decisão política.

"Queremos levar para Brasília a força e as necessidades do nosso povo. O Sudeste do **Tocantins** tem potencial econômico, precisa de investimentos e de uma representação que defenda o desenvolvimento, a geração de emprego e renda", afirmou.

Com um histórico político consolidado e reconhecimento regional, José Salomão inicia agora uma nova etapa na vida pública, apostando na experiência administrativa e no diálogo político para ampliar a representação da região no Congresso Nacional.

Site: <https://tonoticia.com.br/noticia/18547/prefeito-jose-salomao-deixa-legado-de-obras-e-projetos-estruturantes-em-dianopolis-e-se-prepara-para-disputar-vaga-na-camara-federal>

Instituições discutem fortalecimento de fundos da infância e adolescência e apoio aos Conselhos Tutelares

Redação

O Ministério Público do **Tocantins** (MP/TO) participou, na manhã desta quinta-feira, 5, de reunião realizada no gabinete da presidência do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (**TCE/TO**) para discutir estratégias de fortalecimento dos fundos destinados à infância e adolescência (FIA) e aprimorar os mecanismos de fiscalização da aplicação desses recursos no estado.

Durante a reunião, foram debatidas medidas para ampliar a efetividade dos fundos, considerados instrumentos importantes para financiar políticas públicas destinadas ao desenvolvimento e à proteção de crianças, especialmente em situação de vulnerabilidade.

Representando o MP/TO, o promotor de Justiça da Infância e Juventude Sidney Fiori Júnior destacou que o Ministério Público trabalha há mais de uma década para garantir que os 139 municípios do estado tenham os fundos devidamente implementados por meio de lei e em efetivo funcionamento.

"Há mais de 10 anos atuamos para que todos os municípios tenham seus fundos da infância implementados. Para isso, é necessário cumprir alguns passos básicos, como criar a lei municipal, regulamentar por decreto, abrir conta em banco público e garantir o CNPJ próprio do fundo", explicou.

O fortalecimento dos Conselhos Tutelares, a definição de critérios para fiscalização da aplicação dos recursos e a ampliação de parcerias com a iniciativa privada, com o objetivo de incentivar doações aos fundos e fortalecer projetos voltados ao desenvolvimento infantil, também foram temas debatidos na reunião.

O encontro foi conduzido pelo presidente do **TCE/TO**, **Alberto Sevilha**, e reuniu representantes de instituições públicas que atuam na proteção de crianças e adolescentes.

De acordo com o promotor de Justiça Sidney Fiori, o **Tocantins** já avançou significativamente na

implementação desses fundos, mas ainda há municípios que precisam se regularizar.

"Atualmente, mais de 80 municípios já estão com seus fundos regularizados. Faltam cerca de 44 municípios que ainda precisam concluir esse processo", informou ao destacar que a participação do **Tribunal de Contas** no processo tende a acelerar a adesão dos municípios.

"Quando instituições de controle e fiscalização, como o Ministério Público e o **Tribunal de Contas**, atuam juntas, cada uma com suas ferramentas institucionais, os resultados chegam muito mais rápido", ressaltou.

O presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, apontou desafios estruturais para a execução dessas políticas, especialmente nos municípios menores. "Cerca de 90% dos municípios vivem praticamente do Fundo de Participação dos Municípios e têm pouca capacidade financeira para ir além da rotina administrativa. No entanto, as demandas sociais existem e aumentam cada vez mais", afirmou.

Diante desse cenário, o conselheiro do **Tribunal de Contas** defendeu a ampliação da articulação entre instituições públicas e também o envolvimento da iniciativa privada no fortalecimento das políticas voltadas à infância.

"Chegou um momento em que precisamos da ajuda da iniciativa privada e da sociedade civil organizada para dar continuidade às ações. Não é possível responsabilizar apenas o poder público por tudo, porque simplesmente não há orçamento suficiente", ressaltou.

Para ele, o incentivo à destinação de parte do Imposto de Renda para os fundos da infância é uma estratégia simples e que pode ampliar significativamente os recursos disponíveis para programas sociais.

O secretário estadual da Cidadania e Justiça, Hélio Marques, destacou que o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente é vinculado administrativamente à pasta, que oferece suporte técnico e administrativo para o desenvolvimento das

ações.

"O papel da Secretaria é dar todo o suporte técnico e administrativo para que as ações do Conselho sejam executadas da melhor forma possível", explicou.

Como explicou o gestor, a Secretaria também atua na capacitação de municípios e Conselheiros Tutelares, especialmente no uso do sistema SIPIA-CT, que reúne informações sobre atendimentos realizados na rede de proteção à infância.

"A Secretaria tem uma gerência específica voltada à primeira infância e tem percorrido os municípios para orientar e qualificar os conselheiros tutelares", afirmou.

A reunião integra um conjunto de iniciativas voltadas ao fortalecimento das políticas públicas para a primeira infância no **Tocantins**, com foco na proteção integral e no desenvolvimento saudável de crianças nos primeiros anos de vida.

Também foi discutida a necessária edição e publicação de um decreto estadual que regulamente o fundo estadual da criança e do adolescente - FECA. Um grupo de trabalho deverá analisar ajustes no texto para garantir maior efetividade às políticas públicas e ampliar o incentivo à destinação de parte do Imposto de Renda devido por contribuintes aos fundos voltados à infância.

Pessoas físicas e jurídicas podem destinar uma pequena parcela do Imposto de Renda devido diretamente para os fundos da infância. No caso das pessoas físicas, até 6%, e das empresas, até 1%. Sidney Fiori destacou que esse é um recurso que deixa de ir integralmente para o governo federal e passa a financiar projetos sociais nos próprios municípios, e essa destinação não representa custo adicional para o contribuinte.

"Na prática, não é exatamente uma doação. O contribuinte apenas direciona parte do imposto que já teria que pagar. Esse valor retorna integralmente na restituição, atualizado pela taxa Selic", esclareceu.

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/03/06/instituicoes-discutem-fortalecimento-de-fundos-da-infancia-e-adolescencia-e-apoio-aos-conselhos-tutelares>

Fiscalizações do TCE buscam garantir eficiência e segurança nos hospitais do Estado

A equipe do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** visitou os hospitais de Itacajá e Goiatins entre os dias 2 e 5 de março. As ações fazem parte do projeto **TCE** de Olho, que acompanha a qualidade dos serviços de saúde em unidades de pequeno porte.

As fiscalizações foram realizadas de surpresa e conduzidas pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), da 6ª Relatoria do **TCE**, sob responsabilidade do conselheiro **André Luiz de Matos Gonçalves**. Durante as visitas, a equipe checkou escala médica, estrutura física, farmácia, equipamentos, protocolos clínicos, transporte de pacientes e fluxo de atendimento.

O coordenador da COAES, Saulo Souza, explicou que estas unidades foram as de número 13 e 14 fiscalizadas dentro do projeto. "Agimos de forma surpresa para que, junto aos gestores, possamos buscar melhorias e oferecer serviços de saúde mais qualificados à população", afirmou.

O projeto **TCE** de Olho acompanha a realidade das unidades, identifica problemas e orienta gestores para implementar melhorias no atendimento à população. Após cada visita, a equipe elabora um relatório técnico detalhado e entrega ao conselheiro relator, que analisa os dados.

As fiscalizações foram realizadas de surpresa e conduzidas pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES), da 6ª Relatoria do **TCE**, sob responsabilidade do conselheiro **André Luiz de Matos Gonçalves**. Durante as visitas, a equipe checkou escala médica, estrutura física, farmácia, equipamentos, protocolos clínicos, transporte de pacientes e fluxo de atendimento.

O coordenador da COAES, Saulo Souza, explicou que estas unidades foram as de número 13 e 14 fiscalizadas dentro do projeto. "Agimos de forma surpresa para que, junto aos gestores, possamos buscar melhorias e oferecer serviços de saúde mais qualificados à população", afirmou.

O projeto **TCE** de Olho acompanha a realidade das

unidades, identifica problemas e orienta gestores para implementar melhorias no atendimento à população. Após cada visita, a equipe elabora um relatório técnico detalhado e entrega ao conselheiro relator, que analisa os dados.

Com base nesse relatório, o **TCE** define prazos e emite recomendações aos municípios. Dessa forma, os gestores podem corrigir falhas e aprimorar a gestão hospitalar, garantindo mais eficiência, segurança e qualidade nos serviços de saúde.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiuunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/06/fiscalizacoes-do-tce-buscam-garantir-eficiencia-e-seguranca-nos-hospitais-do-estado/>

Fiscalização surpresa do TCE chega a hospitais de Itacajá e Goiatins

Redação

Equipe do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** esteve nos municípios de Itacajá e Goiatins para mais duas ações do projeto **TCE** de Olho, iniciativa que acompanha de perto a qualidade dos serviços de saúde prestados nos hospitais de pequeno porte do Estado. As visitas ocorreram de forma surpresa, entre os dias 2 e 3, em Itacajá, e 4 e 5 de março, em Goiatins. As fiscalizações são conduzidas pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) e integram os trabalhos da 6ª Relatoria do **TCE**, sob responsabilidade do conselheiro **André Luiz de Matos Gonçalves**.

Durante as vistorias técnicas, a equipe analisou diferentes aspectos do funcionamento das unidades, como escala médica, estrutura física, funcionamento da farmácia, equipamentos disponíveis, protocolos clínicos, transporte de pacientes e fluxo de atendimento. A proposta é identificar pontos fortes, eventuais falhas e oportunidades de melhoria no atendimento prestado à população.

Segundo o coordenador da COAES, Saulo Souza, essas foram as unidades de número 13 e 14 fiscalizadas dentro do projeto, em hospitais municipais. "O trabalho segue a mesma linha: realizar fiscalizações surpresa para que, de forma consensual com os gestores, possamos buscar melhorias e garantir serviços de melhor qualidade para a população", destacou.

Foto: Divulgação **TCE/TO**

TCE de Olho

Foto: Divulgação **TCE/TO**

O projeto **TCE** de Olho tem caráter preventivo e orientativo. A iniciativa busca acompanhar a realidade das unidades de saúde do Estado, identificar problemas e orientar gestores para que sejam adotadas medidas capazes de melhorar a qualidade do atendimento oferecido à população.

Após as visitas técnicas, as informações coletadas pela equipe de fiscalização são reunidas em um relatório técnico detalhado. O documento será encaminhado ao conselheiro relator, responsável pela

análise do processo.

Com base nesse relatório, poderão ser estabelecidos prazos e recomendações aos gestores municipais, indicando as melhorias necessárias para corrigir as falhas identificadas e fortalecer a prestação dos serviços de saúde.

A expectativa do Tribunal é que, a partir desse acompanhamento, os municípios consigam aperfeiçoar a gestão das unidades hospitalares, garantindo mais eficiência, segurança e qualidade no atendimento aos cidadãos.

Site: <http://conexaoto.com.br/2026/03/06/fiscalizacao-surpresa-do-tce-chega-a-hospitais-de-itacaja-e-goiatins>

Fiscalização surpresa do TCE avalia atendimento em hospitais de Itacajá e Goiatins

Equipes técnicas do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** realizaram inspeções surpresa em hospitais municipais de Itacajá e Goiatins para verificar as condições de atendimento oferecidas à população. As visitas ocorreram entre os dias 2 e 3 de março em Itacajá e nos dias 4 e 5 em Goiatins.

As ações fazem parte do projeto **TCE de Olho**, iniciativa que acompanha a situação de hospitais de pequeno porte no estado. As fiscalizações são conduzidas pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) e integram os trabalhos da 6ª Relatoria do Tribunal, sob responsabilidade do conselheiro **André Luiz de Matos Gonçalves**.

Durante as vistorias, os auditores analisaram diversos aspectos do funcionamento das unidades de saúde. Entre os pontos avaliados estão a escala médica, a estrutura física dos hospitais, o funcionamento da farmácia, a disponibilidade de equipamentos, os protocolos clínicos adotados, além do transporte de pacientes e do fluxo de atendimento.

A equipe também verificou as condições de trabalho e organização dos serviços prestados nas unidades. O objetivo é levantar informações sobre a realidade do atendimento hospitalar nos municípios e identificar possíveis falhas ou necessidades de melhoria.

De acordo com o coordenador da COAES, Saulo Souza, os hospitais visitados em Itacajá e Goiatins correspondem às unidades de número 13 e 14 fiscalizadas dentro do projeto. Segundo ele, as inspeções são realizadas sem aviso prévio justamente para retratar o funcionamento real das unidades.

Após as visitas, as informações coletadas serão reunidas em um relatório técnico detalhado. O documento será encaminhado ao conselheiro relator responsável pelo processo, que fará a análise dos dados levantados pela equipe de fiscalização.

Com base no relatório, o Tribunal poderá estabelecer recomendações e prazos para que os gestores municipais adotem medidas voltadas à correção de eventuais problemas identificados nas unidades de saúde.

A iniciativa tem caráter preventivo e busca acompanhar a qualidade dos serviços de saúde prestados nos municípios. A expectativa é que o monitoramento contribua para o aprimoramento da gestão hospitalar e para melhorias no atendimento oferecido à população.

Reportagem: Patrícia Alves / Agência **Tocantins**

Site:

<https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/105676/fiscalizacao-surpresa-do-tce-avalia-atendimento-em-hospitais-de-itacaja-e-goiatins>

Ecocidadania leva serviços de saúde, cidadania e orientação jurídica a catadores em Palmas TO

A Rede TO Sustentável realiza neste sábado (7), a partir das 8h, o I Ecocidadania - Direitos e Dignidade para Catadores(as) de Materiais Recicláveis, no campus do Instituto Federal do **Tocantins** (IFTO), em **Palmas**. A ação é coordenada pelo Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO) e conta com a participação de diversas instituições parceiras.

Durante o evento, os participantes terão acesso a serviços gratuitos de cidadania, atendimentos de saúde, orientação jurídica e serviços eleitorais. Além disso, a programação inclui atividades de acolhimento e reconhecimento voltadas aos catadores e catadoras da capital.

A iniciativa também faz parte das ações em alusão ao Dia Mundial dos Catadores de Materiais Recicláveis, celebrado em 1º de março. Dessa forma, o objetivo é valorizar esses trabalhadores e reconhecer sua contribuição para a preservação ambiental e para o desenvolvimento social.

Serviços de cidadania e atendimentos eleitorais

Entre os serviços oferecidos estão atendimentos da Justiça Eleitoral, como alistamento, revisão e transferência de título. Para esses procedimentos, é necessário apresentar documento oficial com foto e comprovante de endereço.

Além disso, para outros atendimentos disponibilizados durante a ação, os participantes devem levar documentos como RG, CPF e a caderneta de vacinação. Ao mesmo tempo, equipes das instituições parceiras prestarão orientações sobre direitos e acesso a serviços públicos.

Durante o evento, os organizadores também realizarão homenagens aos catadores. Na ocasião, serão entregues kits de equipamentos de proteção individual (EPIs), cestas básicas e sabão líquido.

Atendimentos de saúde

A programação inclui diversos serviços voltados à promoção da saúde. Entre eles estão aferição de pressão arterial, verificação de glicemia e orientações

sobre saúde bucal, com a distribuição de kits de higiene.

Além disso, equipes de saúde realizarão a atualização da caderneta do adulto e oferecerão testagens rápidas para infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Da mesma forma, os participantes receberão autotestes de HIV, preservativos e géis lubrificantes.

Participação das associações de catadores

A ação reúne representantes de cinco entidades de reciclagem de **Palmas**. Entre elas estão a Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Norte de **Palmas** (Ascampa), a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Sólidos de **Palmas** (Ascamares) e a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ACMR).

Também participam da iniciativa a Cooperativa de Produção de Recicláveis do **Tocantins** (Cooperan) e o grupo Recicla e Cria. Assim, o evento busca fortalecer a integração entre as entidades que atuam na reciclagem na capital.

Varal Solidário

Outro destaque da programação será o Varal Solidário do TJTO. O espaço contará com roupas e calçados disponibilizados gratuitamente para os catadores e catadoras participantes.

Dessa maneira, cada pessoa poderá escolher peças de acordo com sua necessidade. Com isso, a iniciativa busca promover cuidado, respeito e dignidade aos trabalhadores.

Rede TO Sustentável

A Rede TO Sustentável foi formalizada por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 10/2024. Desde então, a iniciativa reúne órgãos do sistema de Justiça, instituições públicas, universidades e entidades parceiras.

O objetivo da rede é promover cooperação técnica, troca de experiências e a realização de ações

conjuntas voltadas à sustentabilidade. Além disso, a articulação entre as instituições permite ampliar o alcance de projetos sociais e ambientais no **Tocantins**.

Além do TJTO, participam da ação o Ministério Público do **Tocantins** (MPTO), a Defensoria Pública do Estado (DPE-TO), o Instituto Federal do **Tocantins** (IFTO), a Prefeitura de **Palmas**, a Universidade Federal do **Tocantins** (UFT), a Embrapa, o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)**, o Tribunal Regional Eleitoral do **Tocantins** (TRE-TO), a Energisa, o Governo do **Tocantins**, a Universidade Estadual do **Tocantins** (Unitins), o Sesc, o Senai e as federações da indústria e do comércio do Estado.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/06/ecocidadania-leva-servicos-de-saude-cidadania-e-orientacao-juridica-a-catadores-em-palmas-to/>

TCE realiza fiscalizações surpresa em hospitais municipais de Itacajá e Goiatins

Divulgação

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** realizou fiscalizações surpresa em hospitais municipais de Itacajá e Goiatins para avaliar a qualidade dos serviços de saúde prestados à população. As visitas ocorreram entre os dias 2 e 3 de março, em Itacajá, e 4 e 5 de março, em Goiatins.

As ações fazem parte do projeto **TCE** de Olho, iniciativa que acompanha o funcionamento de hospitais de pequeno porte no estado. As fiscalizações são conduzidas pela Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) e integram os trabalhos da 6ª Relatoria do tribunal, sob responsabilidade do conselheiro **André Luiz de Matos Gonçalves**.

Durante as vistorias, a equipe técnica avaliou aspectos como escala médica, estrutura física das unidades, funcionamento da farmácia, equipamentos disponíveis, protocolos clínicos, transporte de pacientes e fluxo de atendimento.

Segundo o coordenador da COAES, Saulo Souza, as unidades visitadas são a 13ª e a 14ª fiscalizadas dentro do projeto.

"O trabalho segue a mesma linha: realizar fiscalizações surpresa para que, de forma consensual com os gestores, possamos buscar melhorias e garantir serviços de melhor qualidade para a população", destacou.

O projeto **TCE** de Olho tem caráter preventivo e orientativo e busca acompanhar a realidade das unidades de saúde do estado, identificar problemas e orientar gestores municipais sobre possíveis melhorias.

Após as visitas técnicas, as informações coletadas são reunidas em um relatório detalhado, que será encaminhado ao conselheiro relator responsável pela análise do processo.

Com base no documento, o tribunal poderá estabelecer prazos e recomendações aos gestores municipais para correção de falhas identificadas nas unidades.

Segundo o **TCETO**, o objetivo do acompanhamento é

contribuir para o aperfeiçoamento da gestão hospitalar e para a melhoria da qualidade do atendimento prestado à população.

Informações: **TCE Tocantins**

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/tce-realiza-fiscalizacoes-surpresa-em-hospitais-municipais-de-itacaja-e-goiatins/>

Catadores de materiais recicláveis da Capital ganham programação especial

Da Redação e TJTO

Catadores de materiais recicláveis recebem programação especial para celebrar o Dia Mundial da categoria (1º de março). A data destaca o trabalho essencial desses profissionais na preservação do meio ambiente. Para marcar a ocasião, a Rede TO Sustentável realiza neste sábado, 7, o I Ecocidadania - Direitos e Dignidade para Catadores(as) de Materiais Recicláveis. A ação ocorre no campus do IFTO, em **Palmas**, a partir das 8h, sob coordenação do Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO).

O evento oferta serviços de cidadania, saúde e orientação jurídica. Os profissionais podem regularizar o título de eleitor, atualizar a caderneta de vacinação e realizar testes rápidos de saúde. Além dos atendimentos, a programação inclui a entrega de kits de proteção individual (EPIs), cestas básicas e o Varal Solidário, que disponibiliza roupas e calçados gratuitamente.

Participam das atividades representantes das associações Ascampa, Ascamares, ACMR, Cooperan e Recicla e Cria. A iniciativa fortalece a cooperação entre as instituições e promove a dignidade e o reconhecimento desses trabalhadores.

A Rede TO Sustentável, formalizada pelo Termo de Cooperação Técnica nº 10/2024, reúne órgãos do sistema de Justiça, instituições públicas, universidades e entidades parceiras. O objetivo é promover cooperação técnica, intercâmbio de experiências e execução de ações conjuntas voltadas à sustentabilidade.

Instituições Parceiras:

A ação integra uma ampla rede de cooperação técnica:

Sistema de Justiça e Controle: TJTO, MPTO, DPETO, TRE-TO e **TCE-TO**.

Educação e Pesquisa: IFTO, UFT, Unitins e Embrapa.

Gestão Pública: Governo do **Tocantins** e Prefeitura de **Palmas**.

Instituições Sociais e Setor Produtivo: Sesc, Senai,

Energisa, Fieto e Fecomércio.

Site: <https://t1noticias.com.br/cidades/catadores-de-materiais-reciclaveis-da-capital-ganham-programacao-especial/140442/>

TCE realiza fiscalização surpresa em hospitais de Itacajá e Goiatins para avaliar atendimento à população

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** realizou uma fiscalização surpresa em hospitais municipais de pequeno porte nos municípios de Itacajá e Goiatins com o objetivo de verificar as condições de atendimento oferecidas à população.

As visitas ocorreram entre os dias 2 e 3 de março em Itacajá e 4 e 5 de março em Goiatins, dentro das ações do projeto "**TCE** de Olho", iniciativa que acompanha a qualidade dos serviços de saúde em unidades hospitalares do interior do estado.

A inspeção foi conduzida por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) e integra os trabalhos da 6ª Relatoria do Tribunal, sob responsabilidade do conselheiro **André Luiz de Matos Gonçalves**.

O que foi analisado

Durante as vistorias, os auditores avaliaram diversos aspectos do funcionamento das unidades de saúde, incluindo:

Segundo o Tribunal, o objetivo das fiscalizações é identificar tanto pontos positivos quanto possíveis falhas que possam comprometer o atendimento à população.

Projeto já fiscalizou várias unidades

De acordo com o coordenador da COAES, Saulo Souza, os hospitais de Itacajá e Goiatins são as 13ª e 14ª unidades vistoriadas dentro do projeto.

A estratégia de realizar visitas surpresa busca retratar a realidade do funcionamento dos hospitais sem aviso prévio à gestão municipal.

Relatório técnico e possíveis recomendações

Após a conclusão das inspeções, todas as informações coletadas serão reunidas em um relatório técnico detalhado, que será encaminhado ao conselheiro relator responsável pela análise do processo.

Com base nesse documento, o Tribunal poderá estabelecer recomendações e prazos para que os gestores municipais adotem medidas corretivas, caso sejam identificadas falhas ou necessidades de melhoria nos serviços de saúde.

A expectativa do **TCE** é que o acompanhamento contribua para aprimorar a gestão hospitalar nos pequenos municípios, fortalecendo a eficiência e a qualidade do atendimento prestado à população.

Site: <https://www.opinativopolitico.com/post/tce-realiza-fiscalizacao-surpresa-em-hospitais-de-itacaja-e-goiatins-para-avaliar-atendimento-a-popu>

Relatório do TCE aponta possível servidor fantasma que recebia como farmacêutico em hospital no interior do Tocantins

Redação

A divulgação de um relatório do **Tribunal de Contas do Estado (TCETO)**, nessa terça-feira, 3, trouxe à tona o caso de um suposto "servidor fantasma" no Hospital Municipal de Lagoa da Confusão. O documento indica que um indivíduo estaria ocupando a função de farmacêutico e recebendo proventos sem, de fato, comparecer ao trabalho. Diante do cenário, o Sindicato dos Farmacêuticos (Sindifato) manifestou-se cobrando transparência e punição aos envolvidos.

A investigação do TCE ressalta um detalhe crítico: o suposto profissional era desconhecido pelos demais servidores da unidade de saúde. O relatório sugere que a ausência física do farmacêutico no posto de trabalho não impediu a manutenção dos pagamentos salariais, o que motivou a intervenção do órgão de controle.

Implicações éticas e jurídicas

O Sindifato alerta que a prática de "servidor fantasma" gera consequências severas para todas as partes. O gestor público pode ser responsabilizado pela falta de fiscalização, enquanto o profissional que aceita a condição pode enfrentar sanções em múltiplas esferas:

Esfera Criminal e Cível: Improbidade administrativa e crime de falsidade ideológica (caso haja preenchimento fraudulento de folhas de ponto).

Esfera Profissional: Abertura de processo ético-disciplinar no Conselho Regional de Farmácia (CRF), com risco de cassação do registro profissional.

Medidas de controle e transparência

O sindicato manifestou apoio à decisão do conselheiro Manoel Pires, que determinou a instalação imediata de sistemas de ponto eletrônico no Hospital Municipal de Lagoa da Confusão como medida para coibir novas irregularidades.

Além do controle tecnológico, a entidade exige que o Ministério Público (MPTO) conduza uma investigação

minuciosa.

Site:

<https://geronimocardoso.com.br/2026/03/05/relatorio-do-tce-aponta-possivel-servidor-fantasma-que-recebia-como-farmacutico-em-hospital-no-interior-do-tocantins/>

Porto Nacional é destaque no resultado preliminar do Selo "Amigo do Futuro"

A Prefeitura de Porto Nacional, por meio do trabalho integrado das Secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde, celebra mais um importante conquista para o município.

Conforme o resultado preliminar divulgado pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, no Boletim Oficial nº 3903, desta terça-feira, 3, Porto Nacional alcançou a pontuação de 80 pontos na avaliação do Selo Município "Amigo do Futuro". O resultado oficial será divulgado dia 09 de março.

O resultado faz parte da quinta etapa do Programa **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância, que visa incentivar e reconhecer gestões municipais comprometidas com o desenvolvimento infantil. As ações desenvolvidas em Porto Nacional estão alinhadas ao Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) e às diretrizes do programa estadual, que priorizam a articulação entre políticas públicas e o monitoramento de resultados.

A primeira-dama e secretária de Assistência Social, Keila Viana, comemorou o resultado e destacou o significado da premiação para a cidade. "Mais um importante conquista para o nosso município. O selo "Amigo do Futuro" representa o nosso compromisso com políticas públicas de qualidade para nossas crianças e adolescentes. É a prova de que, quando trabalhamos juntos, colocando as famílias em primeiro lugar, os resultados aparecem", afirmou.

A solenidade oficial de entrega do Selo Município "Amigo do Futuro" está marcada para o dia 12 de março de 2026, às 13 horas, no Auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins**.

Site: <https://jalapaonoticias.com.br/noticia/45074/porto-nacional-e-destaque-no-resultado-preliminar-do-selo-qamigo-do-futuroq>

Araguaína é destaque em premiação para políticas públicas voltadas à Primeira Infância

A Prefeitura de Araguaína foi destaque no resultado preliminar divulgado pelo **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE-TO)** sobre **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância. A iniciativa concederá, pela primeira vez, o Selo Município Amigo do Futuro, que reconhece as cidades que atingem metas de excelência e transparência em políticas públicas voltadas para a primeira infância.

O projeto avaliou o desempenho do município nos eixos de Resultados Sustentáveis e Indicadores sociais, garantindo a Araguaína 80 pontos gerais. No Eixo I, referente aos Resultados Sustentáveis, é verificada a Governança e Transparência, focando em planejamento orçamentário específico e gestão intersetorial para a primeira infância. Já no Eixo II, referente aos Indicadores Sociais, são analisados indicadores de Saúde, Educação e Assistência social, com base em dados nacionais, como DataSUS e QEdu.

"A conquista do Selo Município Amigo do Futuro é a confirmação de muito trabalho e dedicação da Prefeitura de Araguaína com as políticas públicas voltadas à primeira infância. A cidade é referência nos cuidados com a primeira infância e este selo coloca nossa cidade na vitrine nacional como uma cidade que não apenas cresce economicamente, mas que investe no amanhã", comentou o prefeito de Araguaína, Wagner Rodrigues.

A cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro será realizada no dia 12 de março, no Auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins**, com a presença de representantes de todos os municípios premiados. Na ocasião também será assinado o termo de compromisso dos Municípios para as metas de 2026, garantindo a continuidade do projeto e a conquista do selo.

Cidade modelo

Atualmente Araguaína é considerada referência no **Tocantins**, em cuidados com a primeira infância, acumulando diversos reconhecimentos nacionais e internacionais que atestam a qualidade das suas políticas públicas para esta faixa etária.

Entre os principais prêmios e selos conquistados, está o Selo UNICEF, certificado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, onde Araguaína atingiu 100% das metas de matrículas e crescimento nos indicadores de vacinação e proteção social. O selo conquistado pela Prefeitura de Araguaína foi o Selo Ouro da Alfabetização em 2026, já pelo segundo ano consecutivo, reconhecendo sua excelência na educação pública infantil ao ampliar significativamente o número de crianças alfabetizadas na idade correta.

Site:

<https://jalapaonoticias.com.br/noticia/45071/araguaina-e-destaque-em-premiacao-para-politicas-publicas-voltadas-a-primeira-infancia>

Defensoria Pública prestará atendimento jurídico durante o I Ecocidadania em Palmas

A Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** (DPE-TO) estará presente no I Ecocidadania - Direitos e Dignidade para Catadores(as) de Materiais Recicláveis, que acontecerá sábado, 7, no campus do Instituto Federal do **Tocantins** de **Palmas**, a partir das 8 horas. Os atendimentos serão realizados pela equipe do Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) da Instituição.

Realizado pela Rede TO Sustentável, do qual a DPE-TO é integrante, o I Ecocidadania é uma iniciativa que integra as comemorações do Dia Mundial dos Catadores de Materiais Recicláveis, celebrado anualmente no dia 1º de março, como objetivo de valorizar esses profissionais, reconhecendo sua contribuição essencial para a preservação ambiental e para o desenvolvimento social.

Coordenada pelo Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO) e com a participação de instituições parceiras, a ação ofertará, além do atendimento jurídico da Defensoria Pública, serviços de cidadania, saúde e eleitoral.

Participam da ação a Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Norte de **Palmas** (Ascampa), Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Sólidos de **Palmas** (Ascamares), Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ACMR) e Cooperativa de Produção de Recicláveis do **Tocantins** (Cooperan).

Além do DPE-TO, integram a atividade o Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Energisa, Fieto e Fiesc (Federações da Indústria e do Comércio do Estado do **Tocantins**), Governo do Estado do **Tocantins**, IFTO (Instituto Federal do **Tocantins**), MPTO (Ministério Público Estadual), Prefeitura de **Palmas**, Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), Sesc (Serviço Social do Comércio), **TCE-TO (Tribunal de Contas do Estado do Tocantins)**, **TRE-TO (Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins)**, UFT (Universidade Federal do **Tocantins**) e Unitins (Universidade Estadual do **Tocantins**). (Com informações do TJTO)

Site: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/defensoria-publica-prestara-atendimento-juridico-durante-o-i-ecocidadania-em-palmas>

Araguaína recebe Selo Município Amigo do Futuro por políticas voltadas à Primeira Infância

Felipe Maranhão/Secom - Edição: AN

A Prefeitura de Araguaína foi destaque no resultado preliminar divulgado pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** sobre **TCE de Olho no Futuro Aliança pela Primeira Infância**. A iniciativa concederá, pela primeira vez, o Selo Município Amigo do Futuro, que reconhece as cidades que atingem metas de excelência e transparência em políticas públicas voltadas para a primeira infância.

O projeto avaliou o desempenho do município nos eixos de Resultados Sustentáveis e Indicadores sociais, garantindo a Araguaína 80 pontos gerais. No Eixo I, referente aos Resultados Sustentáveis, é verificada a Governança e Transparência, focando em planejamento orçamentário específico e gestão intersectorial para a primeira infância. Já no Eixo II, referente aos Indicadores Sociais, são analisados indicadores de Saúde, Educação e Assistência social, com base em dados nacionais, como DataSUS e QEdu.

"A conquista do Selo Município Amigo do Futuro é a confirmação de muito trabalho e dedicação da Prefeitura de Araguaína com as políticas públicas voltadas à primeira infância. A cidade é referência nos cuidados com a primeira infância e este selo coloca nossa cidade na vitrine nacional como uma cidade que não apenas cresce economicamente, mas que investe no amanhã", comentou o prefeito de Araguaína, Wagner Rodrigues.

"A conquista do Selo Município Amigo do Futuro é a confirmação de muito trabalho e dedicação da Prefeitura de Araguaína com as políticas públicas voltadas à primeira infância. A cidade é referência nos cuidados com a primeira infância e este selo coloca nossa cidade na vitrine nacional como uma cidade que não apenas cresce economicamente, mas que investe no amanhã", comentou o prefeito de Araguaína, Wagner Rodrigues.

A cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro será realizada no dia 12 de março, no Auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins**, com a presença de representantes de todos os municípios

premiados. Na ocasião também será assinado o termo de compromisso dos Municípios para as metas de 2026, garantindo a continuidade do projeto e a conquista do selo.

Cidade modelo

Atualmente Araguaína é considerada referência no **Tocantins**, em cuidados com a primeira infância, acumulando diversos reconhecimentos nacionais e internacionais que atestam a qualidade das suas políticas públicas para esta faixa etária.

Entre os principais prêmios e selos conquistados, está o Selo UNICEF, certificado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, onde Araguaína atingiu 100% das metas de matrículas e crescimento nos indicadores de vacinação e proteção social.

O selo conquistado pela Prefeitura de Araguaína foi o Selo Ouro da Alfabetização em 2026, já pelo segundo ano consecutivo, reconhecendo sua excelência na educação pública infantil ao ampliar significativamente o número de crianças alfabetizadas na idade correta.

Site: <https://araguainanoticias.com.br/noticia/araguaina-recebe-selo-municipio-amigo-do-futuro-por-politicas-voltadas-a-primeira-infancia/43481>

Prefeitura de Palmas define regras e prazos para execução de emendas parlamentares em 2026

Por: Redação

A Prefeitura de **Palmas** publicou nesta terça-feira, 2, um decreto que estabelece as regras, prazos e procedimentos para a execução das emendas parlamentares ao longo do exercício financeiro deste ano. O ato foi assinado pelo prefeito Eduardo de Siqueira Campos (Podemos) e divulgado no Diário Oficial do Município.

A medida organiza como serão aplicados os recursos provenientes de emendas federais, estaduais e das emendas impositivas indicadas pelos vereadores na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026.

Pelo decreto, a execução das emendas deve seguir as diretrizes previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, além de observar a legislação federal e municipal relacionada a licitações, contratos, finanças públicas e parcerias com organizações da sociedade civil. Também ficam mantidas as exigências de fiscalização e prestação de contas junto ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Como será a execução

No caso das emendas parlamentares federais, a prioridade é que a execução ocorra de forma direta pelas secretarias responsáveis pelas políticas públicas. Os recursos deverão ser movimentados em contas bancárias específicas, vinculadas a cada emenda, quando houver transferência para entidades da sociedade civil, será necessário realizar chamamento público, conforme a legislação vigente.

As emendas parlamentares estaduais seguem lógica semelhante: execução preferencialmente direta pelas pastas municipais e movimentação em contas individualizadas, abertas mediante solicitação formal à Secretaria Municipal da Fazenda.

Já as emendas impositivas, aquelas indicadas pelos vereadores, deverão priorizar a entrega de bens e serviços à população sem distinção quanto à autoria. A execução pode ocorrer diretamente pelo poder público ou por meio de parcerias com entidades, desde que atendidos os requisitos legais, os limites

orçamentários e os prazos definidos.

Prazos definidos

O decreto fixa o dia 5 de maio de 2026 como prazo para que parlamentares formalizem a indicação de entidades beneficiadas, nos casos em que os recursos forem destinados a organizações da sociedade civil e a informação ainda não constar na LOA.

As secretarias terão até 4 de junho de 2026 para analisar e comunicar eventuais impedimentos técnicos nas emendas apresentadas dentro do prazo inicial. Para alterações posteriores, o prazo de avaliação será de até 30 dias a partir do protocolo.

Quando o impedimento for considerado superável, o ajuste deverá ser feito dentro dos prazos estabelecidos, se for classificado como insuperável, o Executivo deverá comunicar formalmente o Legislativo para que haja possibilidade de remanejamento da emenda. A data limite para alteração da destinação das emendas pelos parlamentares é 20 de novembro de 2026.

Transparência e controle

O texto também detalha como as receitas e despesas deverão ser registradas no Sistema Integrado de Gestão (SIG), com códigos específicos que identificam o tipo de emenda, o ano e o autor. A padronização busca facilitar o rastreamento dos recursos.

As secretarias executoras serão responsáveis por elaborar planos de trabalho, prestar informações ao **TCE/TO** e publicar, no Portal da Transparência, dados como autoria da emenda, objeto, valor, local de aplicação e entidade beneficiada, quando houver.

A liquidação das despesas ficará condicionada aos limites da programação financeira do município. A eventual inscrição em restos a pagar dependerá da disponibilidade de recursos e do cumprimento das regras de execução orçamentária.

Site:

<https://www.tribunadopovoto.com.br/noticia/95222/prefei>

***tura-de-palmas-define-regras-e-prazos-para-execucao-
de-emendas-parlamentares-em-2026***

Prefeitura de Palmas define regras e prazos para execução de emendas parlamentares em 2026

Júlia Carvalho

A Prefeitura de **Palmas** publicou nesta terça-feira, 2, um decreto que estabelece as regras, prazos e procedimentos para a execução das emendas parlamentares ao longo do exercício financeiro deste ano. O ato foi assinado pelo prefeito Eduardo de Siqueira Campos (Podemos) e divulgado no Diário Oficial do Município.

A medida organiza como serão aplicados os recursos provenientes de emendas federais, estaduais e das emendas impositivas indicadas pelos vereadores na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026.

Pelo decreto, a execução das emendas deve seguir as diretrizes previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, além de observar a legislação federal e municipal relacionada a licitações, contratos, finanças públicas e parcerias com organizações da sociedade civil. Também ficam mantidas as exigências de fiscalização e prestação de contas junto ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Como será a execução

No caso das emendas parlamentares federais, a prioridade é que a execução ocorra de forma direta pelas secretarias responsáveis pelas políticas públicas. Os recursos deverão ser movimentados em contas bancárias específicas, vinculadas a cada emenda, quando houver transferência para entidades da sociedade civil, será necessário realizar chamamento público, conforme a legislação vigente.

As emendas parlamentares estaduais seguem lógica semelhante: execução preferencialmente direta pelas pastas municipais e movimentação em contas individualizadas, abertas mediante solicitação formal à Secretaria Municipal da Fazenda.

Já as emendas impositivas, aquelas indicadas pelos vereadores, deverão priorizar a entrega de bens e serviços à população sem distinção quanto à autoria. A execução pode ocorrer diretamente pelo poder público ou por meio de parcerias com entidades, desde que atendidos os requisitos legais, os limites

orçamentários e os prazos definidos.

Prazos definidos

O decreto fixa o dia 5 de maio de 2026 como prazo para que parlamentares formalizem a indicação de entidades beneficiadas, nos casos em que os recursos forem destinados a organizações da sociedade civil e a informação ainda não constar na LOA.

As secretarias terão até 4 de junho de 2026 para analisar e comunicar eventuais impedimentos técnicos nas emendas apresentadas dentro do prazo inicial. Para alterações posteriores, o prazo de avaliação será de até 30 dias a partir do protocolo.

Quando o impedimento for considerado superável, o ajuste deverá ser feito dentro dos prazos estabelecidos, se for classificado como insuperável, o Executivo deverá comunicar formalmente o Legislativo para que haja possibilidade de remanejamento da emenda. A data limite para alteração da destinação das emendas pelos parlamentares é 20 de novembro de 2026.

Transparência e controle

O texto também detalha como as receitas e despesas deverão ser registradas no Sistema Integrado de Gestão (SIG), com códigos específicos que identificam o tipo de emenda, o ano e o autor. A padronização busca facilitar o rastreamento dos recursos.

As secretarias executoras serão responsáveis por elaborar planos de trabalho, prestar informações ao **TCE/TO** e publicar, no Portal da Transparência, dados como autoria da emenda, objeto, valor, local de aplicação e entidade beneficiada, quando houver.

A liquidação das despesas ficará condicionada aos limites da programação financeira do município. A eventual inscrição em restos a pagar dependerá da disponibilidade de recursos e do cumprimento das regras de execução orçamentária.

Sítio:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/prefeitura->

*de-palmas-define-regras-e-prazos-para-execucao-de-
emendas-parlamentares-em-2026-582829/*

Ex-presidente da Câmara de São Miguel tem contas do exercício do biênio 2023/24 aprovadas pelo Tribunal de Contas

SÃO MIGUEL - O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** emitiu parecer favorável às contas da Câmara Municipal de São Miguel do **Tocantins** referentes ao biênio 2023/2024. À época, o Legislativo municipal era presidido pelo vereador Clebison Pereira dos Santos, conhecido como Clebão, que atualmente ocupa o cargo de vice-prefeito do município.

A aprovação confirma a regularidade na condução administrativa e financeira da Casa de Leis durante o período analisado, atestando o cumprimento das normas legais e a correta aplicação dos recursos públicos.

Clebão destacou que considera gratificante ter assumido a Presidência do Legislativo e conduzido os trabalhos com transparência e responsabilidade. "Entendo que a função do presidente da Câmara, além de coordenar as atividades legislativas, é administrar com seriedade os recursos repassados pelo Executivo para a manutenção da Casa", afirmou.

Confira, a seguir, a íntegra da nota emitida pelo ex-presidente da Câmara Municipal de São Miguel do **Tocantins**.

(Redação Voz do Bico, com informações assessoria)

Site: <https://www.vozdobico.com.br/destaques/ex-presidente-da-camara-de-sao-miguel-tem-contas-do-exercicio-do-bienio-2023-24-aprovadas-pelo-tribunal-de-contas/>

Sindifato acompanha apuração contra possível servidor fantasma e faz alerta sobre registro profissional: erro grave

Redação

A divulgação feita pelo **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)** nesta terça-feira, 3, sobre a existência de um suposto servidor fantasma no Hospital Municipal de Lagoa da Confusão, levanta um debate que vai além de falha administrativa. Para o Sindicato dos Farmacêuticos (Sindifato), se comprovada, a situação configura um desrespeito inaceitável com a categoria e com a sociedade.

Claro que devemos aguardar todo o processo, mas se confirmado este caso configura um desrespeito flagrante aos tantos profissionais qualificados que buscam uma vaga no mercado de trabalho e aos cidadãos que ficam sem assistência, destaca o presidente Renato Soares.

O relatório do **TCE/TO** aponta que o farmacêutico recebia salários sem exercer suas funções, sendo desconhecido até mesmo pelos próprios colegas de unidade.

Sobre as penalidades para esse tipo de crime, o Sindifato alerta que a corda estica para os dois lados: para o gestor que não fiscaliza e para o profissional que aceita receber sem trabalhar.

O sindicato lembra que profissionais envolvidos em práticas de funcionário fantasma podem responder por improbidade administrativa, crime de falsidade ideológica (ao assinar folhas de ponto falsas) e sofrer processos éticos disciplinares junto ao Conselho Regional de Farmácia (CRF), que podem resultar até na perda do registro profissional.

"O farmacêutico que aceita esse tipo de arranjo comete um erro grave. Ele está sujeito a responder judicialmente e ter sua carreira manchada. A função pública exige contraprestação, ética e, acima de tudo, presença", ressaltou o presidente.

O Sindifato apoia a determinação do conselheiro Manoel Pires para a instalação imediata de ponto eletrônico no hospital e exige que o caso seja apurado com rigor no Ministério Público (MP/TO). A entidade defende que as vagas públicas sejam preenchidas por

quem realmente tem o compromisso de estar na linha de frente.

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/03/04/sindifato-acompanha-apuracao-contra-possivel-servidor-fantasma-e-faz-alerta-sobre-registro-profissional-erro-grave>

TCE/TO identifica possível servidor fantasma e irregularidades em hospital de Lagoa da Confusão

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/03/04/RDIOHITSPALM>

ASTO-07.50.12-07.52.53-1772631115.mp3

TCE barra concorrência milionária da publicidade de Palmas e manda suspender certame (Suspeita de Vazamento)

Redação

O **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** determinou a suspensão imediata da Concorrência Pública nº 002/2025 da Secretaria Municipal de Comunicação de **Palmas**, que prevê a contratação de três agências de publicidade ao custo estimado de R\$ 25,6 milhões.

A decisão cautelar foi assinada pelo conselheiro **José Wagner Praxedes**, da 3ª Relatoria, após abertura de Procedimento Apuratório Preliminar. A apuração teve origem em denúncia encaminhada à Ouvidoria da Corte com relato de possível quebra de sigilo das propostas técnicas e direcionamento do resultado.

Consta no processo que, um dia antes da segunda sessão pública, representante de uma das empresas lavrou declaração em cartório apontando quais seriam as vencedoras. O resultado oficial confirmou a mesma ordem de classificação indicada no documento.

Relatório da área técnica do Tribunal apontou ainda ausência de documentos no sistema oficial de acompanhamento de licitações, como o julgamento de recurso administrativo e a publicação formal da subcomissão de avaliação.

A Prefeitura de **Palmas**, por meio da Secretaria de Comunicação e da Controladoria-Geral do Município, sustentou nos autos que não identificou irregularidades capazes de justificar a suspensão do certame.

Com a decisão, o Município fica impedido de abrir as propostas de preços, homologar o resultado ou firmar contrato até nova deliberação do **TCE**. Os responsáveis pela condução da licitação foram citados para apresentar defesa e enviar cópia integral do processo administrativo.

Site: <https://folhacapital.com.br/palmas/tce-barra-concorrencia-milionaria-da-publicidade-de-palmas-e-manda-suspender-certame/>

Araguaína é destaque no resultado preliminar divulgado pelo Tribunal de Contas sobre à Primeira Infância (Notícias)

A Prefeitura de Araguaína foi destaque no resultado preliminar divulgado pelo **Tribunal de Contas do Tocantins (TCE-TO)** sobre **TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância. A iniciativa concederá, pela primeira vez, o Selo Município Amigo do Futuro, que reconhece as cidades que atingem metas de excelência e transparência em políticas públicas voltadas para a primeira infância.

O projeto avaliou o desempenho do município nos eixos de Resultados Sustentáveis e Indicadores sociais, garantindo a Araguaína 80 pontos gerais. No Eixo I, referente aos Resultados Sustentáveis, é verificada a Governança e Transparência, focando em planejamento orçamentário específico e gestão intersetorial para a primeira infância.

Já no Eixo II, referente aos Indicadores Sociais, são analisados indicadores de Saúde, Educação e Assistência social, com base em dados nacionais, como DataSUS e QEdu.

"A conquista do Selo Município Amigo do Futuro é a confirmação de muito trabalho e dedicação da Prefeitura de Araguaína com as políticas públicas voltadas à primeira infância. A cidade é referência nos cuidados com a primeira infância e este selo coloca nossa cidade na vitrine nacional como uma cidade que não apenas cresce economicamente, mas que investe no amanhã", comentou o prefeito de Araguaína, Wagner Rodrigues.

A cerimônia de entrega do Selo Município Amigo do Futuro será realizada no dia 12 de março, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins**, com a presença de representantes de todos os municípios premiados. Na ocasião também será assinado o termo de compromisso dos Municípios para as metas de 2026, garantindo a continuidade do projeto e a conquista do selo.

Cidade modelo

Atualmente Araguaína é considerada referência no **Tocantins**, em cuidados com a primeira infância, acumulando diversos reconhecimentos nacionais e internacionais que atestam a qualidade das suas

políticas públicas para esta faixa etária.

Entre os principais prêmios e selos conquistados, está o Selo Unicef, certificado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, onde Araguaína atingiu 100% das metas de matrículas e crescimento nos indicadores de vacinação e proteção social.

O selo conquistado pela Prefeitura de Araguaína foi o Selo Ouro da Alfabetização em 2026, já pelo segundo ano consecutivo, reconhecendo sua excelência na educação pública infantil ao ampliar significativamente o número de crianças alfabetizadas na idade correta.

Site: <https://araguainaurgente.com.br/araguaina-e-destaque-no-resultado-preliminar-divulgado-pelo-tribunal-de-contas-sobre-a-primeira-infancia/>

Pente-fino do TCE encontra "servidor fantasma" e caos estrutural em hospital de Lagoa da Confusão

Uma fiscalização recente do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** expôs um cenário crítico no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Lagoa da Confusão. Através do projeto "**TCE de Olho**", auditores da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) realizaram visitas surpresa no final de janeiro de 2026, identificando graves falhas que vão desde a gestão de pessoal até a segurança física da unidade.

O ponto mais polêmico do relatório técnico é a identificação de um possível servidor fantasma. Trata-se de um farmacêutico cedido pelo Governo do Estado que, embora constasse na folha de pagamento da unidade, não era reconhecido pelos próprios colegas de trabalho.

Durante a inspeção, o profissional chegou a comparecer ao hospital no período noturno, mas, segundo os auditores, não soube operar os sistemas da farmácia nem explicar procedimentos básicos do setor. Além disso, o **TCE** investiga se o servidor possui ligações com uma empresa terceirizada que presta serviços laboratoriais ao município, o que pode configurar conflito de interesses.

A auditoria não se limitou ao quadro de funcionários. O relatório descreve uma série de negligências que colocam em risco a saúde pública e a segurança dos pacientes:

A cessão de servidores é legal, mas o município tem o dever de fiscalizar se o trabalho está sendo entregue à população", destacou o conselheiro relator **Manoel Pires dos Santos**.

Diante da gravidade dos fatos, o conselheiro determinou o envio do caso ao Ministério Público do **Tocantins** (MPTO) para apurar possíveis atos de improbidade administrativa.

A gestão municipal e os responsáveis pelo Fundo Municipal de Saúde foram obrigados a apresentar um Plano de Ação imediato. As correções, que incluem a instalação de ponto eletrônico e reformas estruturais, devem ser realizadas em prazos que variam de 5 a 120 dias úteis. A Câmara Municipal também foi

notificada para acompanhar o desdobramento das investigações.

Site: <https://bocamiudadotocantins.com.br/lagoa-da-confusao-to/pente-fino-do-tce-encontra-servidor-fantasma-e-caos-estrutural-em-hospital-de-lagoa-da-confusao/>

Tribunal de Contas aponta suspeita de servidor fantasma e diversas irregularidades em hospital de Lagoa da Confusão

da redação

Uma fiscalização surpresa realizada pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Lagoa da Confusão identificou uma série de irregularidades na unidade de saúde, incluindo a suspeita de servidor que estaria recebendo salário sem exercer regularmente suas funções.

A vistoria ocorreu nos dias 29 e 30 de janeiro deste ano e integra o projeto **TCE** de Olho, iniciativa que promove visitas presenciais a serviços públicos para verificar as condições de atendimento oferecidas à população.

O trabalho foi conduzido por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) e resultou na abertura de Procedimento Apuratório Preliminar, sob relatoria do conselheiro **Manoel Pires dos Santos**.

Indícios de servidor fantasma

Durante a fiscalização, foram encontrados fortes indícios de que um farmacêutico cedido pelo Governo do Estado ao município não exercia suas atividades de forma regular no hospital, apesar de constar oficialmente como em exercício.

De acordo com o relatório técnico, praticamente todos os servidores ouvidos afirmaram não conhecer ou nunca ter visto o profissional atuando na farmácia da unidade. A situação chamou atenção porque a farmácia funcionaria apenas no período diurno, enquanto o servidor estaria escalado para o turno noturno.

Os auditores retornaram ao hospital durante a noite para averiguar a situação. Em um dos momentos, o servidor compareceu à unidade e demonstrou desconhecimento sobre rotinas básicas da farmácia, sistemas utilizados e procedimentos de controle de medicamentos.

Também foram identificadas inconsistências em escalas de trabalho e registros de frequência, além da

suspeita de possível vínculo do farmacêutico com uma empresa contratada para prestar serviços laboratoriais ao município.

Diante dos indícios, o relator determinou o encaminhamento do caso ao Corpo Especial de Auditores do **TCETO**, responsável pela instrução de processos relacionados a atos de pessoal. Cópias da Análise Preliminar nº 03/2026 e do Despacho nº 174/2026-Relt1 também foram enviadas ao Ministério Público do Estado do **Tocantins**, para apuração de eventual prática de improbidade administrativa, conforme a Lei 8.429/1992, alterada pela Lei 14.230/2021.

Estrutura e funcionamento precários

A fiscalização apontou ainda diversas fragilidades na gestão e na estrutura do hospital. Entre os principais problemas identificados estão:

Profissionais trabalhando até 72 horas consecutivas;

Falhas no controle de frequência;

Problemas no armazenamento e controle de medicamentos;

Ausência de transparência sobre estoque de remédios;

Irregularidades na cobertura farmacêutica;

Protocolos clínicos desatualizados;

Equipamentos médicos sem comprovação de manutenção.

As ambulâncias também apresentaram irregularidades, como para-brisas trincados, pneus desgastados, equipamentos com defeito e ausência de vistoria.

Falhas administrativas e estruturais

O relatório técnico apontou ainda ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros, falta de licença da

Vigilância Sanitária, necessidade de adequações na sala de radiologia, inexistência de plano de gerenciamento de resíduos hospitalares, ausência de canais formais para registro de reclamações e necessidade de reforço na segurança da unidade.

Segundo os auditores, muitos usuários desconhecem como formalizar denúncias ou reclamações sobre o atendimento.

Determinações e prazos

Diante das irregularidades, o conselheiro determinou que os gestores do Município de Lagoa da Confusão, do Fundo Municipal de Saúde e do hospital apresentem plano de ação detalhado, com medidas corretivas, responsáveis e prazos para cumprimento.

Entre as exigências estão:

Implantação de controle eletrônico de frequência;

Reorganização das escalas de trabalho;

Melhoria no controle e armazenamento de medicamentos;

Regularização das ambulâncias;

Adequação estrutural do hospital;

Implementação de protocolos médicos e administrativos.

Os prazos para cumprimento variam de cinco a 120 dias úteis, conforme a complexidade das medidas.

Encaminhamentos adicionais

No despacho, o relator esclareceu que a cessão de servidor é mecanismo usual de cooperação entre entes federativos. No entanto, destacou que o controle da frequência e do efetivo exercício do servidor cedido é de responsabilidade do órgão cessionário - neste caso, o Município de Lagoa da Confusão, por meio do Fundo Municipal de Saúde - e não do Governo do Estado.

Mesmo assim, foi determinada a ciência dos secretários estaduais da Administração e da Saúde, para que adotem providências cabíveis, inclusive eventual instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), caso seja comprovado recebimento indevido de remuneração.

O despacho também foi encaminhado ao presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Confusão, considerando as atribuições de fiscalização do

Legislativo municipal previstas na Constituição Federal.

Além disso, a 1ª Diretoria de Controle Externo deverá realizar levantamentos nos sistemas Sicap-LCO e Sicap-Contábil sobre o Contrato de Credenciamento nº 4/2025, firmado entre o Fundo Municipal de Saúde e o Laboratório Exemplo de Análises Clínicas, para apurar eventual descumprimento da Lei 14.133/2021, diante da suspeita de vínculo do farmacêutico com a empresa.

Atuação preventiva

O relator destacou que a fiscalização tem caráter pedagógico e busca possibilitar a correção das falhas identificadas, garantindo melhoria no atendimento à população e evitando prejuízos ao erário. Caso as irregularidades não sejam sanadas, o processo poderá evoluir para responsabilização dos gestores.

Site: <https://www.portalstylo.com.br/noticia/tribunal-de-contas-aponta-suspeita-de-servidor-fantasma-e-diversas-irregularidades-em-hospital-de-lagoa-da-confusao>

TCE flagra possível servidor fantasma e problemas graves em hospital de Lagoa da Confusão (No"ticias)

Girodo

Notícias do **Tocantins** - Uma fiscalização surpresa do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Lagoa da Confusão revelou graves irregularidades na unidade, incluindo a suspeita de um servidor fantasma, que recebia salários sem exercer suas funções regularmente.

A vistoria ocorreu nos dias 29 e 30 de janeiro e faz parte do projeto **TCE** de Olho, que realiza inspeções presenciais em serviços públicos para avaliar a qualidade do atendimento à população. O trabalho foi conduzido por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) e resultou na abertura de um Procedimento Apuratório Preliminar, sob relatoria do conselheiro **Manoel Pires dos Santos**.

Indícios de servidor fantasma

Segundo o relatório técnico, um farmacêutico cedido pelo Governo do Estado ao município não exercia suas atividades de forma regular, embora constasse oficialmente como em exercício. Praticamente todos os servidores da unidade afirmaram nunca ter visto o profissional trabalhando na farmácia do hospital.

O problema ficou ainda mais evidente ao constatar que a farmácia funciona apenas durante o dia, enquanto o servidor estaria escalado para o turno noturno. Em uma visita noturna, a equipe do **TCE** encontrou o profissional no hospital, mas ele demonstrou desconhecimento sobre rotinas básicas da farmácia, sistemas utilizados e procedimentos de controle de medicamentos.

Além disso, foram registradas inconsistências em escalas de trabalho, registros de frequência e indícios de possível vínculo do farmacêutico com uma empresa contratada para serviços laboratoriais, levantando suspeitas sobre irregularidades na prestação de serviços e desvios de função.

O conselheiro Manoel Pires determinou que os fatos fossem encaminhados ao Corpo Especial de Auditores do **TCETO** e também ao Ministério Público do

Tocantins, para apuração de eventuais atos de improbidade administrativa.

Problemas estruturais e de funcionamento

A fiscalização revelou uma série de fragilidades na gestão e operação do hospital:

Profissionais trabalhando até 72 horas consecutivas ;

Profissionais trabalhando até 72 horas consecutivas ;

Falhas no controle de frequência e na escala de trabalho ;

Falhas no controle de frequência e na escala de trabalho ;

Armazenamento inadequado de medicamentos e ausência de transparência sobre o estoque;

Armazenamento inadequado de medicamentos e ausência de transparência sobre o estoque;

Equipamentos médicos sem comprovação de manutenção;

Equipamentos médicos sem comprovação de manutenção;

Ambulâncias com para-brisas trincados, pneus desgastados e equipamentos defeituosos ;

Ambulâncias com para-brisas trincados, pneus desgastados e equipamentos defeituosos ;

Ausência de alvará do Corpo de Bombeiros e licença da Vigilância Sanitária;

Ausência de alvará do Corpo de Bombeiros e licença da Vigilância Sanitária;

Falta de plano de gerenciamento de resíduos hospitalares;

Falta de plano de gerenciamento de resíduos hospitalares;

Inexistência de canais de denúncia ou reclamação para usuários.

Inexistência de canais de denúncia ou reclamação para usuários.

O relatório também apontou a necessidade de atualização de protocolos clínicos, regularização da estrutura do hospital e melhorias na segurança da unidade.

Determinações e prazos

Os gestores do município, do Fundo Municipal de Saúde e do hospital foram obrigados a apresentar um plano de ação , detalhando medidas, responsáveis e prazos para correção dos problemas. Entre as exigências estão:

Implantação de controle eletrônico de frequência ;

Implantação de controle eletrônico de frequência ;

Reorganização das escalas de trabalho;

Reorganização das escalas de trabalho;

Melhorias no controle e armazenamento de medicamentos ;

Melhorias no controle e armazenamento de medicamentos ;

Regularização das ambulâncias ;

Regularização das ambulâncias ;

Adequação da estrutura do hospital e protocolos médicos.

Adequação da estrutura do hospital e protocolos médicos.

Os prazos variam de 5 a 120 dias úteis , dependendo da medida a ser adotada.

Atuação preventiva do **TCE**

O conselheiro ressaltou que a fiscalização tem caráter pedagógico, com objetivo de permitir que os gestores corrijam as falhas antes que causem danos ao erário ou ao atendimento da população. Caso as irregularidades não sejam sanadas, o processo pode evoluir para responsabilização dos gestores.

Acompanhe diariamente as notícias do **Tocantins** pelos nossos canais no WhatsApp , Telegram ,

Facebook , Threads e Instagram .

Site: <https://portalgildabonfim.com.br/tce-flagra-possivel-servidor-fantasma-e-problemas-graves-em-hospital-de-lagoa-da-confusao/>

TCE identifica possível servidor fantasma e irregularidades em hospital de Lagoa da Confusão

Autor(a): Redação

Uma fiscalização surpresa realizada pelo **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Lagoa da Confusão identificou uma série de irregularidades na unidade de saúde, entre elas a suspeita de um servidor que recebia salários sem exercer regularmente suas funções.

A vistoria ocorreu nos dias 29 e 30 de janeiro deste ano e integra o projeto **TCE** de Olho, iniciativa que realiza visitas presenciais em serviços públicos para verificar de perto as condições de atendimento à população.

O trabalho foi conduzido por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) do Tribunal e resultou na abertura de um Procedimento Apuratório Preliminar sob a relatoria do conselheiro **Manoel Pires dos Santos**.

Indícios de servidor fantasma

Durante a fiscalização, a equipe encontrou fortes indícios de que um farmacêutico cedido pelo Governo do Estado ao município não exercia suas atividades de forma regular no hospital, apesar de constar oficialmente como em exercício.

Segundo o relatório técnico, praticamente todos os servidores da unidade ouvidos pela equipe afirmaram não conhecer ou nunca terem visto o profissional trabalhando na farmácia do hospital. A situação chamou ainda mais atenção porque a farmácia funcionaria apenas durante o dia, enquanto o servidor estaria escalado para atuar no período noturno.

Os servidores do **TCE** chegaram a retornar ao hospital à noite para verificar a situação. Em um dos momentos, o servidor apareceu na unidade e demonstrou desconhecimento sobre rotinas básicas da farmácia, sistemas utilizados no setor e procedimentos de controle de medicamentos.

Também foram identificadas inconsistências em escalas de trabalho, registros e relatos de servidores, além da suspeita de possível vínculo do farmacêutico

com uma empresa contratada para prestar serviços laboratoriais ao município.

Sobre os indícios da manutenção de servidor sem aparente efetivo exercício, o conselheiro **Manoel Pires dos Santos** determinou que os fatos sejam encaminhados ao Corpo Especial de Auditores do **TCETO**, que possui competência para presidir a instrução dos procedimentos relativos, dentre outros, às matérias de Atos de Pessoal, conforme determina o parágrafo único do art. 9º da Instrução Normativa nº 5/2002, alterada pela Instrução Normativa nº 3/2021.

Diante dos indícios, o conselheiro determinou, também, o envio de cópias da Análise Preliminar de nº. 03/2026 e do Despacho de nº. 174/2026-Relt1 ao Ministério Público do **Tocantins-MPETO** para, no âmbito de sua esfera de atuação, adotar as providências que entender cabíveis, notadamente por eventuais práticas de atos de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992 alterada pela Lei 14.230/2021) pelos responsáveis.

Estrutura e funcionamento

A fiscalização também apontou diversas fragilidades na gestão e no funcionamento da unidade de saúde.

Entre os principais problemas encontrados estão: profissionais de saúde trabalhando até 72 horas consecutivas; precariedade no controle de frequência dos servidores; falhas no armazenamento e controle de medicamentos; ausência de transparência sobre estoque de remédios; irregularidades na cobertura farmacêutica; necessidade de atualização de protocolos clínicos; equipamentos médicos sem comprovação de manutenção.

Também foram constatados problemas nas ambulâncias utilizadas pelo hospital, como para-brisas trincados, pneus desgastados, equipamentos com defeito e veículos sem vistoria.

Falhas administrativas

O relatório técnico ainda identificou problemas administrativos e estruturais importantes, como:

ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros; falta de licença da Vigilância Sanitária; necessidade de adequações na sala de radiologia; ausência de plano de gerenciamento de resíduos hospitalares; inexistência de canais para reclamações da população; e necessidade de melhorias na segurança da unidade.

A vistoria também mostrou que muitos usuários não sabem como registrar reclamações ou denúncias sobre o serviço de saúde.

Determinações

Diante das irregularidades, o conselheiro Manoel Pires determinou que os gestores do Município de Lagoa da Confusão, do Fundo Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão e do Hospital de Pequeno Porte apresentem um plano de ação contendo as medidas que serão adotadas, os responsáveis por cada ação e os prazos para cumprimento, visando corrigir os problemas identificados.

Entre as providências exigidas estão: implantação de controle eletrônico de frequência; reorganização das escalas de trabalho; melhorias no controle e armazenamento de medicamentos; regularização de ambulâncias; adequação da estrutura do hospital; implementação de protocolos médicos e administrativos.

Os prazos variam de 5 dias a 120 dias úteis, dependendo da medida a ser adotada.

Demais encaminhamentos

No despacho, o conselheiro também esclareceu que a cessão de servidor é mecanismo usual e que visa a cooperação interfederativa (entre União, Estados e Municípios) e se constitui numa medida administrativa que permite a movimentação de um funcionário público para outro órgão ou entidade sem que ocorra a perda do vínculo original. Contudo, o controle da frequência e do efetivo exercício das atividades do servidor cedido não compete ao órgão cedente, no caso, o Governo do Estado do **Tocantins**, mas ao órgão cessionário, ou seja, ao Município de Lagoa da Confusão, por meio do Fundo Municipal de Saúde, unidade em que o profissional estava lotado.

Ainda assim, o relator determinou a ciência dos secretários estaduais da Administração e da Saúde para que tomem conhecimento dos fatos e, comprovada a irregularidade do recebimento de proventos sem a devida contraprestação dos serviços, possam adotar as providências cabíveis visando a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD).

O conselheiro Manoel Pires determinou, ainda, o encaminhamento de cópias da Análise Preliminar de nº. 03/2026 e do Despacho de nº. 174/2026-Relt1 ao Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Confusão, em virtude das atribuições conferidas às Câmaras Municipais pelo art. 31, da CF/88.

O relator determinou, também, que a 1ª Diretoria de Controle Externo proceda aos levantamentos nos sistemas do **Tribunal de Contas** (Sicap-LCO e Sicap-Contábil) sobre o Contrato de Credenciamento de nº. 4/2025, e cujo objeto é a prestação de serviços laboratoriais firmado entre o Fundo Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão e a empresa Laboratório Exemplo de Análises Clínicas, a fim de verificar a existência de eventual descumprimento à Lei 14.133/2021, tendo em vista o suposto vínculo do farmacêutico cedido com o mencionado laboratório, devendo a unidade técnica emitir manifestação contendo proposta de encaminhamento a ser submetida ao juízo da 1ª Relatoria.

Atuação preventiva

No despacho, o relator destacou que a fiscalização tem caráter pedagógico e busca permitir que os gestores corrijam os problemas identificados, garantindo melhorias no atendimento à população e evitando danos ao erário. Caso as irregularidades não sejam sanadas, o processo pode evoluir para responsabilização dos gestores.

Site: <https://agora-to.com.br/tce-identifica-possivel-servidor-fantasma-e-irregularidades-em-hospital-de-lagoa-da-confusao/>

Presidente da Câmara de Monte do Carmo é multado pelo TCE

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2026/03/04/TVANHANGUER>

*APALMASAFGLOBOTO-19.16.54-19.19.26-
1772635282.mp4*

Suspeita de funcionário fantasma em Lagoa da Confusão

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2026/03/04/TVANHANGUER>

***APALMASAFGLOBOTO-19.14.17-19.16.56-
1772635241.mp4***

TCE/TO identifica possível servidor fantasma e irregularidades em hospital de Lagoa da Confusão

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/03/04/RDIOJOVEMFMP>

ALMASTO-18.33.42-18.34.37-1772630165.mp3

TCE/TO determina nova suspensão de contratação de show de R\$ 1,1 milhão em Axixá

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/03/04/RDIOJOVEMFMP>

ALMASTO-18.09.50-18.10.51-1772629903.mp3

TCE flagra possível servidor fantasma e problemas graves em hospital de Lagoa da Confusão

Notícias do **Tocantins** - Uma fiscalização surpresa do **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Lagoa da Confusão revelou graves irregularidades na unidade, incluindo a suspeita de um servidor fantasma, que recebia salários sem exercer suas funções regularmente.

A vistoria ocorreu nos dias 29 e 30 de janeiro e faz parte do projeto **TCE** de Olho, que realiza inspeções presenciais em serviços públicos para avaliar a qualidade do atendimento à população. O trabalho foi conduzido por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) e resultou na abertura de um Procedimento Apuratório Preliminar, sob relatoria do conselheiro **Manoel Pires dos Santos**.

Indícios de servidor fantasma

Segundo o relatório técnico, um farmacêutico cedido pelo Governo do Estado ao município não exercia suas atividades de forma regular, embora constasse oficialmente como em exercício. Praticamente todos os servidores da unidade afirmaram nunca ter visto o profissional trabalhando na farmácia do hospital.

O problema ficou ainda mais evidente ao constatar que a farmácia funciona apenas durante o dia, enquanto o servidor estaria escalado para o turno noturno. Em uma visita noturna, a equipe do **TCE** encontrou o profissional no hospital, mas ele demonstrou desconhecimento sobre rotinas básicas da farmácia, sistemas utilizados e procedimentos de controle de medicamentos.

Além disso, foram registradas inconsistências em escalas de trabalho, registros de frequência e indícios de possível vínculo do farmacêutico com uma empresa contratada para serviços laboratoriais, levantando suspeitas sobre irregularidades na prestação de serviços e desvios de função.

O conselheiro Manoel Pires determinou que os fatos fossem encaminhados ao Corpo Especial de Auditores do **TCETO** e também ao Ministério Público do **Tocantins**, para apuração de eventuais atos de improbidade administrativa.

Problemas estruturais e de funcionamento

A fiscalização revelou uma série de fragilidades na gestão e operação do hospital:

O relatório também apontou a necessidade de atualização de protocolos clínicos, regularização da estrutura do hospital e melhorias na segurança da unidade.

Determinações e prazos

Os gestores do município, do Fundo Municipal de Saúde e do hospital foram obrigados a apresentar um plano de ação, detalhando medidas, responsáveis e prazos para correção dos problemas. Entre as exigências estão:

Os prazos variam de 5 a 120 dias úteis, dependendo da medida a ser adotada.

Atuação preventiva do **TCE**

O conselheiro ressaltou que a fiscalização tem caráter pedagógico, com objetivo de permitir que os gestores corrijam as falhas antes que causem danos ao erário ou ao atendimento da população. Caso as irregularidades não sejam sanadas, o processo pode evoluir para responsabilização dos gestores.

Site: <https://afnoticias.com.br/cidades/tce-flagra-possivel-servidor-fantasma-e-problemas-graves-em-hospital-de-lagoa-da-confusao>

TCE identifica possível servidor fantasma e irregularidades em hospital de Lagoa da Confusão

Fiscalização surpresa encontrou problemas na gestão, medicamentos e infraestrutura; gestores terão que apresentar plano de ação

Uma fiscalização surpresa realizada pelo **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Lagoa da Confusão identificou uma série de irregularidades na unidade de saúde, entre elas a suspeita de um servidor que recebia salários sem exercer regularmente suas funções.

A vistoria ocorreu nos dias 29 e 30 de janeiro deste ano e integra o projeto **TCE** de Olho, iniciativa que realiza visitas presenciais em serviços públicos para verificar de perto as condições de atendimento à população.

O trabalho foi conduzido por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) do Tribunal e resultou na abertura de um Procedimento Apuratório Preliminar sob a relatoria do conselheiro **Manoel Pires dos Santos**.

Indícios de servidor fantasma

Durante a fiscalização, a equipe encontrou fortes indícios de que um farmacêutico cedido pelo Governo do Estado ao município não exercia suas atividades de forma regular no hospital, apesar de constar oficialmente como em exercício.

Segundo o relatório técnico, praticamente todos os servidores da unidade ouvidos pela equipe afirmaram não conhecer ou nunca terem visto o profissional trabalhando na farmácia do hospital. A situação chamou ainda mais atenção porque a farmácia funcionaria apenas durante o dia, enquanto o servidor estaria escalado para atuar no período noturno.

Os servidores do **TCE** chegaram a retornar ao hospital à noite para verificar a situação. Em um dos momentos, o servidor apareceu na unidade e demonstrou desconhecimento sobre rotinas básicas da farmácia, sistemas utilizados no setor e procedimentos de controle de medicamentos.

Também foram identificadas inconsistências em

escalas de trabalho, registros e relatos de servidores, além da suspeita de possível vínculo do farmacêutico com uma empresa contratada para prestar serviços laboratoriais ao município.

Sobre os indícios da manutenção de servidor sem aparente efetivo exercício, o conselheiro **Manoel Pires dos Santos** determinou que os fatos sejam encaminhados ao Corpo Especial de Auditores do **TCETO**, que possui competência para presidir a instrução dos procedimentos relativos, dentre outros, às matérias de Atos de Pessoal, conforme determina o parágrafo único do art. 9º da Instrução Normativa nº 5/2002, alterada pela Instrução Normativa nº 3/2021.

Diante dos indícios, o conselheiro determinou, também, o envio de cópias da Análise Preliminar de nº. 03/2026 e do Despacho de nº. 174/2026-Relt1 ao Ministério Público do **Tocantins-MPETO** para, no âmbito de sua esfera de atuação, adotar as providências que entender cabíveis, notadamente por eventuais práticas de atos de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992 alterada pela Lei 14.230/2021) pelos responsáveis.

Estrutura e funcionamento

A fiscalização também apontou diversas fragilidades na gestão e no funcionamento da unidade de saúde.

Entre os principais problemas encontrados estão: profissionais de saúde trabalhando até 72 horas consecutivas; precariedade no controle de frequência dos servidores; falhas no armazenamento e controle de medicamentos; ausência de transparência sobre estoque de remédios; irregularidades na cobertura farmacêutica; necessidade de atualização de protocolos clínicos; equipamentos médicos sem comprovação de manutenção.

Também foram constatados problemas nas ambulâncias utilizadas pelo hospital, como para-brisas trincados, pneus desgastados, equipamentos com defeito e veículos sem vistoria.

Falhas administrativas

O relatório técnico ainda identificou problemas administrativos e estruturais importantes, como: ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros; falta de licença da Vigilância Sanitária; necessidade de adequações na sala de radiologia; ausência de plano de gerenciamento de resíduos hospitalares; inexistência de canais para reclamações da população; e necessidade de melhorias na segurança da unidade.

A vistoria também mostrou que muitos usuários não sabem como registrar reclamações ou denúncias sobre o serviço de saúde.

Determinações

Diante das irregularidades, o conselheiro Manoel Pires determinou que os gestores do Município de Lagoa da Confusão, do Fundo Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão e do Hospital de Pequeno Porte apresentem um plano de ação contendo as medidas que serão adotadas, os responsáveis por cada ação e os prazos para cumprimento, visando corrigir os problemas identificados.

Entre as providências exigidas estão: implantação de controle eletrônico de frequência; reorganização das escalas de trabalho; melhorias no controle e armazenamento de medicamentos; regularização de ambulâncias; adequação da estrutura do hospital; implementação de protocolos médicos e administrativos.

Os prazos variam de 5 dias a 120 dias úteis, dependendo da medida a ser adotada.

Demais encaminhamentos

No despacho, o conselheiro também esclareceu que a cessão de servidor é mecanismo usual e que visa a cooperação interfederativa (entre União, Estados e Municípios) e se constitui numa medida administrativa que permite a movimentação de um funcionário público para outro órgão ou entidade sem que ocorra a perda do vínculo original. Contudo, o controle da frequência e do efetivo exercício das atividades do servidor cedido não compete ao órgão cedente, no caso, o Governo do Estado do **Tocantins**, mas ao órgão cessionário, ou seja, ao Município de Lagoa da Confusão, por meio do Fundo Municipal de Saúde, unidade em que o profissional estava lotado.

Ainda assim, o relator determinou a ciência dos secretários estaduais da Administração e da Saúde para que tomem conhecimento dos fatos e, comprovada a irregularidade do recebimento de proventos sem a devida contraprestação dos serviços, possam adotar as providências cabíveis visando a

instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD).

O conselheiro Manoel Pires determinou, ainda, o encaminhamento de cópias da Análise Preliminar de nº. 03/2026 e do Despacho de nº. 174/2026-Relt1 ao Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Confusão, em virtude das atribuições conferidas às Câmaras Municipais pelo art. 31, da CF/88.

O relator determinou, também, que a 1ª Diretoria de Controle Externo proceda aos levantamentos nos sistemas do **Tribunal de Contas** (Sicap-LCO e Sicap-Contábil) sobre o Contrato de Credenciamento de nº. 4/2025, e cujo objeto é a prestação de serviços laboratoriais firmado entre o Fundo Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão e a empresa Laboratório Exemplo de Análises Clínicas, a fim de verificar a existência de eventual descumprimento à Lei 14.133/2021, tendo em vista o suposto vínculo do farmacêutico cedido com o mencionado laboratório, devendo a unidade técnica emitir manifestação contendo proposta de encaminhamento a ser submetida ao juízo da 1ª Relatoria.

Atuação preventiva

No despacho, o relator destacou que a fiscalização tem caráter pedagógico e busca permitir que os gestores corrijam os problemas identificados, garantindo melhorias no atendimento à população e evitando danos ao erário. Caso as irregularidades não sejam sanadas, o processo pode evoluir para responsabilização dos gestores.

Site: <https://ocoletivo.com.br/tce-identifica-possivel-servidor-fantasma-e-irregularidades-em-hospital-de-lagoa-da-confusao/>

TCE/TO identifica possível servidor fantasma e irregularidades em hospital de Lagoa da Confusão

Redação

Fiscalização surpresa realizada pelo **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Lagoa da Confusão identificou uma série de irregularidades na unidade de saúde, entre elas a suspeita de um servidor que recebia salários sem exercer regularmente suas funções.

A vistoria ocorreu nos dias 29 e 30 de janeiro deste ano e integra o projeto **TCE** de Olho, iniciativa que realiza visitas presenciais em serviços públicos para verificar de perto as condições de atendimento à população.

O trabalho foi conduzido por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) do Tribunal e resultou na abertura de um Procedimento Apuratório Preliminar sob a relatoria do conselheiro **Manoel Pires dos Santos**.

Durante a fiscalização, a equipe encontrou fortes indícios de que um farmacêutico cedido pelo Governo do Estado ao município não exercia suas atividades de forma regular no hospital, apesar de constar oficialmente como em exercício.

Segundo o relatório técnico, praticamente todos os servidores da unidade ouvidos pela equipe afirmaram não conhecer ou nunca terem visto o profissional trabalhando na farmácia do hospital. A situação chamou ainda mais atenção porque a farmácia funcionaria apenas durante o dia, enquanto o servidor estaria escalado para atuar no período noturno.

Os servidores do **TCE** chegaram a retornar ao hospital à noite para verificar a situação. Em um dos momentos, o servidor apareceu na unidade e demonstrou desconhecimento sobre rotinas básicas da farmácia, sistemas utilizados no setor e procedimentos de controle de medicamentos.

Também foram identificadas inconsistências em escalas de trabalho, registros e relatos de servidores, além da suspeita de possível vínculo do farmacêutico com uma empresa contratada para prestar serviços laboratoriais ao município.

Sobre os indícios da manutenção de servidor sem aparente efetivo exercício, o conselheiro **Manoel Pires dos Santos** determinou que os fatos sejam encaminhados ao Corpo Especial de Auditores do **TCETO**, que possui competência para presidir a instrução dos procedimentos relativos, dentre outros, às matérias de Atos de Pessoal, conforme determina o parágrafo único do art. 9º da Instrução Normativa nº 5/2002, alterada pela Instrução Normativa nº 3/2021.

Diante dos indícios, o conselheiro determinou, também, o envio de cópias da Análise Preliminar de nº. 03/2026 e do Despacho de nº. 174/2026-Relt1 ao Ministério Público do **Tocantins-MPETO** para, no âmbito de sua esfera de atuação, adotar as providências que entender cabíveis, notadamente por eventuais práticas de atos de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992 alterada pela Lei 14.230/2021) pelos responsáveis.

A fiscalização também apontou diversas fragilidades na gestão e no funcionamento da unidade de saúde.

Entre os principais problemas encontrados estão: profissionais de saúde trabalhando até 72 horas consecutivas; precariedade no controle de frequência dos servidores; falhas no armazenamento e controle de medicamentos; ausência de transparência sobre estoque de remédios; irregularidades na cobertura farmacêutica; necessidade de atualização de protocolos clínicos; equipamentos médicos sem comprovação de manutenção.

Também foram constatados problemas nas ambulâncias utilizadas pelo hospital, como para-brisas trincados, pneus desgastados, equipamentos com defeito e veículos sem vistoria.

O relatório técnico ainda identificou problemas administrativos e estruturais importantes, como: ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros; falta de licença da Vigilância Sanitária; necessidade de adequações na sala de radiologia; ausência de plano de gerenciamento de resíduos hospitalares; inexistência de canais para reclamações da população; e necessidade de melhorias na segurança

da unidade.

A vistoria também mostrou que muitos usuários não sabem como registrar reclamações ou denúncias sobre o serviço de saúde.

Diante das irregularidades, o conselheiro Manoel Pires determinou que os gestores do Município de Lagoa da Confusão, do Fundo Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão e do Hospital de Pequeno Porte apresentem um plano de ação contendo as medidas que serão adotadas, os responsáveis por cada ação e os prazos para cumprimento, visando corrigir os problemas identificados.

Entre as providências exigidas estão: implantação de controle eletrônico de frequência; reorganização das escalas de trabalho; melhorias no controle e armazenamento de medicamentos; regularização de ambulâncias; adequação da estrutura do hospital; implementação de protocolos médicos e administrativos.

Os prazos variam de 5 dias a 120 dias úteis, dependendo da medida a ser adotada.

No despacho, o conselheiro também esclareceu que a cessão de servidor é mecanismo usual e que visa a cooperação interfederativa (entre União, Estados e Municípios) e se constitui numa medida administrativa que permite a movimentação de um funcionário público para outro órgão ou entidade sem que ocorra a perda do vínculo original. Contudo, o controle da frequência e do efetivo exercício das atividades do servidor cedido não compete ao órgão cedente, no caso, o Governo do Estado do **Tocantins**, mas ao órgão cessionário, ou seja, ao Município de Lagoa da Confusão, por meio do Fundo Municipal de Saúde, unidade em que o profissional estava lotado.

Ainda assim, o relator determinou a ciência dos secretários estaduais da Administração e da Saúde para que tomem conhecimento dos fatos e, comprovada a irregularidade do recebimento de proventos sem a devida contraprestação dos serviços, possam adotar as providências cabíveis visando a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD).

O conselheiro Manoel Pires determinou, ainda, o encaminhamento de cópias da Análise Preliminar de nº. 03/2026 e do Despacho de nº. 174/2026-Relt1 ao Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Confusão, em virtude das atribuições conferidas às Câmaras Municipais pelo art. 31, da CF/88.

O relator determinou, também, que a 1ª Diretoria de Controle Externo proceda aos levantamentos nos

sistemas do **Tribunal de Contas** (Sicap-LCO e Sicap-Contábil) sobre o Contrato de Credenciamento de nº. 4/2025, e cujo objeto é a prestação de serviços laboratoriais firmado entre o Fundo Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão e a empresa Laboratório Exemplo de Análises Clínicas, a fim de verificar a existência de eventual descumprimento à Lei 14.133/2021, tendo em vista o suposto vínculo do farmacêutico cedido com o mencionado laboratório, devendo a unidade técnica emitir manifestação contendo proposta de encaminhamento a ser submetida ao juízo da 1ª Relatoria.

No despacho, o relator destacou que a fiscalização tem caráter pedagógico e busca permitir que os gestores corrijam os problemas identificados, garantindo melhorias no atendimento à população e evitando danos ao erário. Caso as irregularidades não sejam sanadas, o processo pode evoluir para responsabilização dos gestores. (**TCE/TO**)

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/03/03/tce-to-identifica-possivel-servidor-fantasma-e-irregularidades-em-hospital-de-lagoa-da-confusao>

Após vistoria, Tribunal aponta suspeita de servidor fantasma e irregularidades em hospital no interior do TO

Uma fiscalização surpresa realizada pelo **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Lagoa da Confusão identificou uma série de irregularidades na unidade de saúde, entre elas a suspeita de um servidor que recebia salários sem exercer regularmente suas funções.

A vistoria ocorreu nos dias 29 e 30 de janeiro deste ano e integra o projeto **TCE** de Olho, iniciativa que realiza visitas presenciais em serviços públicos para verificar de perto as condições de atendimento à população.

O trabalho foi conduzido por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) do Tribunal e resultou na abertura de um Procedimento Apuratório Preliminar sob a relatoria do conselheiro **Manoel Pires dos Santos**.

Durante a fiscalização, a equipe encontrou fortes indícios de que um farmacêutico cedido pelo Governo do Estado ao município não exercia suas atividades de forma regular no hospital, apesar de constar oficialmente como em exercício.

Segundo o relatório técnico, praticamente todos os servidores da unidade ouvidos pela equipe afirmaram não conhecer ou nunca terem visto o profissional trabalhando na farmácia do hospital. A situação chamou ainda mais atenção porque a farmácia funcionaria apenas durante o dia, enquanto o servidor estaria escalado para atuar no período noturno.

Os servidores do **TCE** chegaram a retornar ao hospital à noite para verificar a situação. Em um dos momentos, o servidor apareceu na unidade e demonstrou desconhecimento sobre rotinas básicas da farmácia, sistemas utilizados no setor e procedimentos de controle de medicamentos.

Também foram identificadas inconsistências em escalas de trabalho, registros e relatos de servidores, além da suspeita de possível vínculo do farmacêutico com uma empresa contratada para prestar serviços laboratoriais ao município.

Sobre os indícios da manutenção de servidor sem

aparente efetivo exercício, o conselheiro **Manoel Pires dos Santos** determinou que os fatos sejam encaminhados ao Corpo Especial de Auditores do **TCETO**, que possui competência para presidir a instrução dos procedimentos relativos, dentre outros, às matérias de Atos de Pessoal, conforme determina o parágrafo único do art. 9º da Instrução Normativa nº 5/2002, alterada pela Instrução Normativa nº 3/2021.

Diante dos indícios, o conselheiro determinou, também, o envio de cópias da Análise Preliminar de nº. 03/2026 e do Despacho de nº. 174/2026-Relt1 ao Ministério Público do **Tocantins-MPETO** para, no âmbito de sua esfera de atuação, adotar as providências que entender cabíveis, notadamente por eventuais práticas de atos de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992 alterada pela Lei 14.230/2021) pelos responsáveis.

A fiscalização também apontou diversas fragilidades na gestão e no funcionamento da unidade de saúde.

Entre os principais problemas encontrados estão: profissionais de saúde trabalhando até 72 horas consecutivas; precariedade no controle de frequência dos servidores; falhas no armazenamento e controle de medicamentos; ausência de transparência sobre estoque de remédios; irregularidades na cobertura farmacêutica; necessidade de atualização de protocolos clínicos; equipamentos médicos sem comprovação de manutenção.

Também foram constatados problemas nas ambulâncias utilizadas pelo hospital, como para-brisas trincados, pneus desgastados, equipamentos com defeito e veículos sem vistoria.

O relatório técnico ainda identificou problemas administrativos e estruturais importantes, como: ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros; falta de licença da Vigilância Sanitária; necessidade de adequações na sala de radiologia; ausência de plano de gerenciamento de resíduos hospitalares; inexistência de canais para reclamações da população; e necessidade de melhorias na segurança da unidade.

A vistoria também mostrou que muitos usuários não sabem como registrar reclamações ou denúncias sobre o serviço de saúde.

Diante das irregularidades, o conselheiro Manoel Pires determinou que os gestores do Município de Lagoa da Confusão, do Fundo Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão e do Hospital de Pequeno Porte apresentem um plano de ação contendo as medidas que serão adotadas, os responsáveis por cada ação e os prazos para cumprimento, visando corrigir os problemas identificados.

Entre as providências exigidas estão: implantação de controle eletrônico de frequência; reorganização das escalas de trabalho; melhorias no controle e armazenamento de medicamentos; regularização de ambulâncias; adequação da estrutura do hospital; implementação de protocolos médicos e administrativos.

Os prazos variam de 5 dias a 120 dias úteis, dependendo da medida a ser adotada.

No despacho, o conselheiro também esclareceu que a cessão de servidor é mecanismo usual e que visa a cooperação interfederativa (entre União, Estados e Municípios) e se constitui numa medida administrativa que permite a movimentação de um funcionário público para outro órgão ou entidade sem que ocorra a perda do vínculo original. Contudo, o controle da frequência e do efetivo exercício das atividades do servidor cedido não compete ao órgão cedente, no caso, o Governo do Estado do **Tocantins**, mas ao órgão cessionário, ou seja, ao Município de Lagoa da Confusão, por meio do Fundo Municipal de Saúde, unidade em que o profissional estava lotado.

Ainda assim, o relator determinou a ciência dos secretários estaduais da Administração e da Saúde para que tomem conhecimento dos fatos e, comprovada a irregularidade do recebimento de proventos sem a devida contraprestação dos serviços, possam adotar as providências cabíveis visando a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD).

O conselheiro Manoel Pires determinou, ainda, o encaminhamento de cópias da Análise Preliminar de nº. 03/2026 e do Despacho de nº. 174/2026-Relt1 ao Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Confusão, em virtude das atribuições conferidas às Câmaras Municipais pelo art. 31, da CF/88.

O relator determinou, também, que a 1ª Diretoria de Controle Externo proceda aos levantamentos nos sistemas do **Tribunal de Contas** (Sicap-LCO e Sicap-Contábil) sobre o Contrato de Credenciamento de nº.

4/2025, e cujo objeto é a prestação de serviços laboratoriais firmado entre o Fundo Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão e a empresa Laboratório Exemplo de Análises Clínicas, a fim de verificar a existência de eventual descumprimento à Lei 14.133/2021, tendo em vista o suposto vínculo do farmacêutico cedido com o mencionado laboratório, devendo a unidade técnica emitir manifestação contendo proposta de encaminhamento a ser submetida ao juízo da 1ª Relatoria.

No despacho, o relator destacou que a fiscalização tem caráter pedagógico e busca permitir que os gestores corrijam os problemas identificados, garantindo melhorias no atendimento à população e evitando danos ao erário. Caso as irregularidades não sejam sanadas, o processo pode evoluir para responsabilização dos gestores.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/apos-vistoria-tribunal-aponta-suspeita-de-servidor-fantasma-e-irregularidades-em-hospital-no-interior-do-to/>

Fiscalização surpresa do TCE encontra irregularidades e suspeita de servidor que recebia sem trabalhar em hospital de Lagoa da Confusão

Gabes Guizilin

Após uma fiscalização surpresa realizada no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Lagoa da Confusão pelo **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)**, foram identificadas uma série de irregularidades na unidade, sendo uma delas a suspeita de um servidor que recebia salário apesar de não atuar regularmente. A inspeção, que ocorreu nos dias 29 e 30 de janeiro deste ano, integra o projeto **TCE** de Olho, iniciativa que realiza visitas presenciais em serviços públicos para verificar de perto as condições de atendimento à população.

A investigação foi conduzida por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) do Tribunal e resultou na abertura de um Procedimento Apuratório Preliminar sob relatoria do conselheiro **Manoel Pires dos Santos**. Durante a verificação, a equipe encontrou fortes indícios de que um farmacêutico cedido pelo Governo do Estado ao município não exercia suas atividades de forma regular no hospital, apesar de constar oficialmente como em exercício.

Segundo o relatório técnico, praticamente todos os servidores da unidade ouvidos pela equipe afirmaram não conhecer ou nunca terem visto o profissional trabalhando na farmácia do hospital. Além disso, a farmácia funciona apenas durante o dia, enquanto o servidor estaria escalado para atuar no período noturno. Os servidores do **TCE** chegaram a retornar ao hospital à noite para verificar a situação. Em um dos momentos, o servidor apareceu na unidade e demonstrou desconhecimento sobre rotinas básicas da farmácia, sistemas utilizados no setor e procedimentos de controle de medicamentos.

Também foram identificadas inconsistências em escalas de trabalho, registros e relatos de servidores, além da suspeita de possível vínculo do farmacêutico com uma empresa contratada para prestar serviços laboratoriais ao município. Sobre os indícios da manutenção de servidor sem aparente efetivo

exercício, o conselheiro **Manoel Pires dos Santos** determinou que os fatos sejam encaminhados ao Corpo Especial de Auditores do **TCETO**, que possui competência para presidir a instrução dos procedimentos relativos, dentre outros, às matérias de Atos de Pessoal, conforme determina o parágrafo único do art. 9º da Instrução Normativa nº 5/2002, alterada pela Instrução Normativa nº 3/2021.

O conselheiro determinou o envio de cópias da Análise Preliminar de nº. 03/2026 e do Despacho de nº. 174/2026-Relt1 ao Ministério Público do **Tocantins-MPETO** para, no âmbito de sua esfera de atuação, adotar as providências que entender cabíveis, notadamente por eventuais práticas de atos de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992 alterada pela Lei 14.230/2021) pelos responsáveis.

Investigação

A fiscalização também apontou diversas fragilidades na gestão e no funcionamento da unidade de saúde. Entre os principais problemas encontrados estão: profissionais de saúde trabalhando até 72 horas consecutivas; precariedade no controle de frequência dos servidores; falhas no armazenamento e controle de medicamentos; ausência de transparência sobre estoque de remédios; irregularidades na cobertura farmacêutica; necessidade de atualização de protocolos clínicos; equipamentos médicos sem comprovação de manutenção.

Também foram constatados problemas nas ambulâncias utilizadas pelo hospital, como para-brisas trincados, pneus desgastados, equipamentos com defeito e veículos sem vistoria. O relatório técnico ainda identificou problemas administrativos e estruturais importantes, como: ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros; falta de licença da Vigilância Sanitária; necessidade de adequações na sala de radiologia; ausência de plano de gerenciamento de resíduos hospitalares; inexistência de canais para reclamações da população; e necessidade de melhorias na segurança da unidade.

A investigação também mostrou que muitos usuários não sabem como registrar reclamações ou denúncias sobre o serviço de saúde.

Medidas

O conselheiro Manoel Pires determinou que os gestores do Município de Lagoa da Confusão, do Fundo Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão e do Hospital de Pequeno Porte apresentem um plano de ação contendo as medidas que serão adotadas, os responsáveis por cada ação e os prazos para cumprimento, visando corrigir os problemas identificados. Entre as providências exigidas estão: implantação de controle eletrônico de frequência; reorganização das escalas de trabalho; melhorias no controle e armazenamento de medicamentos; regularização de ambulâncias; adequação da estrutura do hospital; implementação de protocolos médicos e administrativos. Os prazos variam de 5 dias a 120 dias úteis, dependendo da medida a ser adotada.

Além disso, foi determinado pelo conselheiro que a cessão de servidor é mecanismo usual e que visa a cooperação interfederativa (entre União, Estados e Municípios) e se constitui numa medida administrativa que permite a movimentação de um funcionário público para outro órgão ou entidade sem que ocorra a perda do vínculo original. O controle da frequência e do efetivo exercício das atividades do servidor cedido não compete ao órgão cedente, no caso, o Governo do Estado do **Tocantins**, mas ao órgão cessionário, ou seja, ao Município de Lagoa da Confusão, por meio do Fundo Municipal de Saúde, unidade em que o profissional estava lotado.

O relator determinou a ciência dos secretários estaduais da Administração e da Saúde para que tomem conhecimento dos fatos e, comprovada a irregularidade do recebimento de proventos sem a devida contraprestação dos serviços, possam adotar as providências cabíveis visando a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD).

O conselheiro Manoel Pires ainda solicitou o encaminhamento de cópias da Análise Preliminar de nº. 03/2026 e do Despacho de nº. 174/2026-Relt1 ao Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Confusão, em virtude das atribuições conferidas às Câmaras Municipais pelo art. 31, da CF/88. A 1ª Diretoria de Controle Externo também necessita proceder aos levantamentos nos sistemas do **Tribunal de Contas** (Sicap-LCO e Sicap-Contábil) sobre o Contrato de Credenciamento de nº. 4/2025, e cujo objeto é a prestação de serviços laboratoriais firmado entre o Fundo Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão e a empresa Laboratório Exemplo de

Análises Clínicas, a fim de verificar a existência de eventual descumprimento à Lei 14.133/2021, tendo em vista o suposto vínculo do farmacêutico cedido com o mencionado laboratório, devendo a unidade técnica emitir manifestação contendo proposta de encaminhamento a ser submetida ao juízo da 1ª Relatoria.

No despacho, o relator ainda destacou que a fiscalização tem caráter pedagógico e busca permitir que os gestores corrijam os problemas identificados, garantindo melhorias no atendimento à população e evitando danos ao erário. O processo pode evoluir para responsabilização dos gestores, caso as medidas não sejam sanadas.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/fiscalizacao-surpresa-do-tce-encontra-irregularidades-e-suspeita-de-servidor-que-recebia-sem-trabalhar-em-hospital-de-lagoa-da-confusao-582750/>

Prefeitos discutem com TCE-TO impacto da queda de receitas e pedem flexibilização de controle fiscal

Rozeane Feitosa

Os efeitos da redução de receitas municipais pautaram reunião realizada na tarde desta segunda-feira, 2, na sede do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, em **Palmas**. O prefeito da Capital, **Eduardo Siqueira Campos**, integrou uma comitiva formada por 11 prefeitos tocaninenses no encontro com o presidente da Corte, conselheiro **Alberto Sevilha**, e com os conselheiros **Manoel Pires dos Santos**, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, **Severiano José Costandrade de Aguiar** e **Orlando Alves da Silva**.

Entre os temas tratados estiveram os desafios enfrentados pelas administrações municipais diante de déficits financeiros e orçamentários decorrentes da frustração de receitas, como a queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e atrasos no repasse de recursos federais.

Durante a reunião, **Eduardo Siqueira Campos** (Podemos) relembrou as dificuldades de 2025, primeiro ano de seu retorno ao comando da Prefeitura de **Palmas**, marcadas por dívidas herdadas e redução de arrecadação. "Percebo o grito dos prefeitos. Tivemos em **Palmas**, no ano passado, um grande trabalho de enxugar as contas para podermos nos enquadrar. Foi necessário fazer cortes nos gastos, otimizar os recursos, reduzir a folha de pagamento e adotar práticas de austeridade", afirmou.

O presidente da Associação Tocantinense dos Municípios, prefeito Big Jow (UB), informou que os gestores buscam entendimento junto ao **TCE** para flexibilizar o controle no quadriênio 2025-2028. O presidente do Tribunal declarou que se reunirá com os demais conselheiros para deliberar sobre as demandas apresentadas.

Também participaram da reunião os prefeitos de Araguaína, Carmolândia, Cristalândia, Gurupi, Juarina, **Palmas**, Paraíso do **Tocantins**, Pedro Afonso, Porto Nacional, Rio dos Bois e Tocantinópolis.

Site:

<https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/prefeitos->

***discutem-com-tce-to-impacto-da-queda-de-receitas-e-
pedem-flexibilizacao-de-controle-fiscal-582746/***

TCE aponta suspeita de servidor fantasma e falhas no hospital de Lagoa da Confusão

Fiscalização surpresa identificou problemas na gestão, medicamentos, ambulâncias e infraestrutura da unidade

A suspeita de servidor fantasma em Lagoa da Confusão motivou a abertura de procedimento no **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**. Além disso, a fiscalização identificou diversas falhas no Hospital Municipal de Pequeno Porte. A vistoria ocorreu nos dias 29 e 30 de janeiro de 2026.

A ação integra o projeto "**TCE** de Olho". Nesse sentido, a iniciativa realiza visitas presenciais para verificar a qualidade dos serviços públicos. Técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais conduziram os trabalhos. Como resultado, o caso passou a tramitar sob relatoria do conselheiro **Manoel Pires dos Santos**.

Durante a inspeção, a equipe identificou indícios de que um farmacêutico cedido pelo Governo do Estado atuava de forma irregular. Apesar de constar oficialmente como em exercício, servidores do hospital afirmaram não conhecer o profissional.

A suspeita de servidor fantasma em Lagoa da Confusão motivou a abertura de procedimento no **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**. Além disso, a fiscalização identificou diversas falhas no Hospital Municipal de Pequeno Porte. A vistoria ocorreu nos dias 29 e 30 de janeiro de 2026.

A ação integra o projeto "**TCE** de Olho". Nesse sentido, a iniciativa realiza visitas presenciais para verificar a qualidade dos serviços públicos. Técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais conduziram os trabalhos. Como resultado, o caso passou a tramitar sob relatoria do conselheiro **Manoel Pires dos Santos**.

Durante a inspeção, a equipe identificou indícios de que um farmacêutico cedido pelo Governo do Estado atuava de forma irregular. Apesar de constar oficialmente como em exercício, servidores do hospital afirmaram não conhecer o profissional.

Segundo o relatório técnico, a farmácia funcionaria apenas durante o dia. No entanto, o servidor estaria escalado para o período noturno. Diante disso, os auditores retornaram à unidade à noite. Em uma das

visitas, o farmacêutico compareceu ao hospital, mas demonstrou desconhecimento sobre rotinas básicas e controle de medicamentos.

Além disso, os técnicos apontaram inconsistências em escalas e registros. O relatório também menciona possível vínculo do servidor com empresa contratada para serviços laboratoriais no município.

O relator determinou o envio dos autos ao Corpo Especial de Auditores, conforme prevê a Instrução Normativa nº 5/2002, alterada pela Instrução Normativa nº 3/2021. Também encaminhou cópias ao Ministério Público do Estado do **Tocantins** para apuração de eventual improbidade administrativa, com base na Lei nº 8.429/1992, atualizada pela Lei nº 14.230/2021.

A fiscalização identificou ainda jornadas de até 72 horas consecutivas para profissionais de saúde. A equipe também encontrou falhas no controle de frequência e no armazenamento de medicamentos.

O relatório aponta ausência de transparência sobre estoques, cobertura farmacêutica insuficiente e protocolos clínicos desatualizados. Equipamentos médicos não apresentaram comprovação de manutenção.

As ambulâncias apresentaram problemas como para-brisas trincados, pneus desgastados e falta de vistoria.

Os auditores constataram ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e falta de licença da Vigilância Sanitária. A unidade também não possui plano de gerenciamento de resíduos hospitalares.

Além disso, usuários relataram dificuldade para registrar reclamações. O hospital não mantém canais claros de atendimento à população.

O relatório aponta ausência de transparência sobre estoques, cobertura farmacêutica insuficiente e protocolos clínicos desatualizados. Equipamentos médicos não apresentaram comprovação de manutenção.

As ambulâncias apresentaram problemas como para-brisas trincados, pneus desgastados e falta de vistoria.

Os auditores constataram ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros e falta de licença da Vigilância Sanitária. A unidade também não possui plano de gerenciamento de resíduos hospitalares.

Além disso, usuários relataram dificuldade para registrar reclamações. O hospital não mantém canais claros de atendimento à população.

Diante dos achados, o conselheiro determinou que a Prefeitura, o Fundo Municipal de Saúde e a direção do hospital apresentem plano de ação. O documento deve indicar medidas corretivas, responsáveis e prazos.

As determinações incluem controle eletrônico de frequência, reorganização de escalas e regularização das ambulâncias. Os prazos variam de cinco a 120 dias úteis.

O relator também comunicou os secretários estaduais da Administração e da Saúde. Caso se confirme pagamento sem prestação de serviço, o Estado poderá instaurar processo administrativo disciplinar.

O despacho seguiu ainda para a Câmara Municipal de Lagoa da Confusão, conforme prevê o artigo 31 da Constituição Federal. Técnicos do Tribunal irão analisar dados contratuais nos sistemas internos para verificar possível descumprimento da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, o relator destacou o caráter preventivo da fiscalização. Segundo ele, a medida busca corrigir falhas e melhorar o atendimento à população. Caso os gestores não adotem as providências, o processo poderá resultar em responsabilização.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/03/tce-aponta-suspeita-de-servidor-fantasma-e-falhas-no-hospital-de-lagoa-da-confusao/>

Prefeitos reúnem-se com conselheiros do Tribunal de Contas e relatam preocupações com déficits financeiros

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/03/03/RDIOPARASOFM104FM-11.43.51-11.52.29-1772552922.mp3>

Com queda de receitas, prefeitos das maiores cidades vão ao TCE discutir déficits nas contas

Notícias do **Tocantins** - Onze prefeitos do **Tocantins** se reuniram, nesta segunda-feira (02/03), com conselheiros do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, na sede da Corte, para apresentar preocupações relacionadas a eventuais déficits financeiros e orçamentários que podem resultar na reprovação de contas municipais. A reunião foi articulada pela Associação Tocantinense de Municípios (ATM) e contou com a participação de membros do Tribunal.

Estiveram presentes os prefeitos das cinco maiores cidades do Estado: Eduardo Siqueira Campos (Palmas), Wagner Rodrigues (Araguaína), Josi Nunes (Gurupi), Ronivon Maciel (Porto Nacional) e Celso Moraes (Paraíso do **Tocantins**). Também participaram Fabion (Tocantinópolis), Joaquim Pinheiro (Pedro Afonso), Joel Rufino (Rio dos Bois), Seu Manoel (Juarina) e Douglas Oliveira (Carmolândia). O grupo estava acompanhado pelo presidente da ATM e prefeito de Cristalândia, Big Jow.

Durante o encontro, os gestores relataram preocupação com a queda de receitas e o aumento das despesas obrigatórias. Entre os fatores apontados estão frustração de arrecadação, redução de repasses constitucionais, crescimento das demandas por serviços públicos e dívidas herdadas de gestões anteriores. Segundo os prefeitos, os déficits não decorrem de dolo ou má gestão, mas de circunstâncias econômicas e estruturais que fogem ao controle das administrações municipais.

O prefeito de Palmas afirmou que houve redução de 15% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Já o prefeito de Porto Nacional relatou queda de 20% nos repasses de ICMS no mês de fevereiro. O prefeito de Araguaína destacou que o cenário atinge os 139 municípios tocantinenses. De acordo com os gestores, enquanto as despesas são fixas e contínuas, as receitas variam conforme o desempenho da economia nacional.

Os prefeitos solicitaram ao Tribunal que avalie a possibilidade de analisar eventuais déficits ao final do mandato, e não anualmente, como ocorre atualmente. A proposta, segundo eles, permitiria a compensação

dos resultados ao longo dos quatro anos de gestão, com a meta de alcançar equilíbrio ou superávit ao término do período. Também foi defendido o restabelecimento de um índice prudencial de até 5% de déficit, parâmetro que já foi considerado em julgamentos anteriores.

O presidente da ATM agradeceu a abertura ao diálogo e afirmou que a entidade busca soluções institucionais que conciliem responsabilidade fiscal e a realidade financeira dos municípios.

Participaram da reunião o presidente do **Tribunal de Contas**, conselheiro **Alberto Sevilha**, os conselheiros Manoel Pires, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho** e **Severiano Costandrade**, além do conselheiro substituto Orlando Alves da Silva.

Ao final, os conselheiros informaram que irão analisar os pleitos apresentados pelos prefeitos, observando os limites da legislação vigente e a responsabilidade fiscal.

Site: <https://afnoticias.com.br/estado/prefeitos-se-reunem-com-conselheiros-do-tce-e-relatam-preocupacoes-com-deficits-financeiros-orcamentarios>

Com aperto nas contas, comitiva de prefeitos pede TCE mais flexível no controle do quadriênio

por Redação

O presidente do Tribunal de Contas (TCE), **Alberto Sevilha**, e os conselheiros **Manoel Pires dos Santos**, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, **Severiano Costandrade** e Orlando Alves da Silva receberam nesta segunda-feira, 11, uma comitiva de 11 prefeitos tocantinenses. Na pauta, prestação de contas, orçamento e finanças, queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), atrasos no repasse de recursos federais, entre outras preocupações com eventuais déficits orçamentários.

FLEXIBILIDADE

O presidente da Associação Tocantinense dos Municípios (ATM) e prefeito de Cristalândia, Big Jow, destacou que os gestores buscam um entendimento junto à Corte de Contas para flexibilizar o controle no quadriênio (2025 a 2028). **Alberto Sevilha** informou que se reunirá com os demais conselheiros para deliberar sobre as demandas apresentadas.

O GRITO DOS PREFEITOS

Durante a reunião, o prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, lembrou as dificuldades de 2025. "Percebo o grito dos prefeitos. Tivemos em **Palmas**, no ano passado, um grande trabalho de enxugar as contas para podermos nos enquadrar. Foi necessário fazer cortes nos gastos, otimizar os recursos, reduzir a folha de pagamento e adotar práticas de austeridade", afirmou.

PRESENÇAS

Também estiveram presentes os prefeitos de Araguaína, Wagner Rodrigues; Gurupi, Josi Nunes; Porto Nacional, Ronivon Maciel; Paraíso, Celso Moraes; Tocantinópolis, Fabion Gomes; Pedro Afonso, Joaquim Pinheiro; Rio dos Bois, Joel Rufino; Juarina, Seu Manoel; e Carmolândia, Douglas Oliveira.

Site: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/com-aperto-nas-contas-comitiva-de-prefeitos-pede-tce-mais-flexivel-no-controle-do-quadrienio/>

Comitiva de 11 prefeitos tocantinenses reúne-se com o TCE-TO para discutir crise fiscal

Redação

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, integrou uma comitiva de 11 prefeitos tocantinenses que se reuniu, na tarde dessa segunda-feira, 2, com o presidente do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e com os conselheiros **Manoel Pires dos Santos**, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, Severiano José Costandrade de Aguiar e Orlando Alves da Silva. O encontro ocorreu na sede do Tribunal, em **Palmas**.

Na pauta, os desafios enfrentados pelos gestores municipais diante dos déficits financeiros e orçamentários provocados pela frustração de receitas, como a queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e atrasos no repasse de recursos federais.

Durante a reunião, Eduardo Siqueira Campos lembrou as dificuldades de 2025, primeiro ano de seu retorno ao comando da Prefeitura de **Palmas**, marcadas por dívidas herdadas e redução de arrecadação. "Percebo o grito dos prefeitos. Tivemos em **Palmas**, no ano passado, um grande trabalho de enxugar as contas para podermos nos enquadrar. Foi necessário fazer cortes nos gastos, otimizar os recursos, reduzir a folha de pagamento e adotar práticas de austeridade", afirmou.

O presidente da Associação Tocantinense dos Municípios (ATM), prefeito Big Jow, destacou que os gestores buscam um entendimento junto ao **TCE** para flexibilizar o controle no quadriênio 2025-2028. O presidente do Tribunal informou que se reunirá com os demais conselheiros para deliberar sobre as demandas apresentadas.

Participaram da reunião os prefeitos dos municípios de Araguaína, Carmolândia, Cristalândia, Gurupi, Juarina, **Palmas**, Paraíso do **Tocantins**, Pedro Afonso, Porto Nacional, Rio dos Bois e Tocantinópolis.

Site: <http://conexaoto.com.br/2026/03/03/comitiva-de-11-prefeitos-tocantinenses-reune-se-com-o-tce-to-para-discutir-crise-fiscal>

MUNICIPIOS NO SUFOCO: Prefeitos se reúnem com conselheiros do Tribunal de Contas e relatam preocupações com déficits financeiros orçamentários (MUNICIPIOS)

Por Vitor Marais - Ascom ATM

Onze prefeitos de municípios do **Tocantins** se reuniram com conselheiros do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, nesta segunda-feira, 02, na sede da Corte, para apresentarem preocupações com eventuais déficits financeiros orçamentários que podem acarretar à reprovação de contas. A reunião foi encabeçada pela Associação Tocantinense de Municípios (ATM), tendo a abertura e receptividade de membros **TCE**.

Participaram os prefeitos das cinco maiores cidades do **Tocantins**: Eduardo Siqueira Campos (**Palmas**), Wagner Rodrigues (Araguaína), Josi Nunes (Gurupi), Ronivon Maciel (Porto Nacional) e Celso Moraes (Paraíso do **Tocantins**). Ainda, os prefeitos Fabion (Tocantinópolis), Joaquim Pinheiro (Pedro Afonso), Joel Rufino (Rio dos Bois), Seu Manoel (Juarina) e Douglas Oliveira (Carmolândia). Os prefeitos estavam acompanhados do presidente da ATM, prefeito de Cristalândia, Big Jow.

Todos os prefeitos presentes relataram preocupações quanto aos déficits financeiros orçamentários, e as situações que levam a esse cenário, como frustrações de receitas, aumento das demandas, dívidas acumuladas de gestões anteriores, entre outras condicionantes. Os gestores foram unânimes em enfatizar que os déficits não são resultados de eventuais dolo ou irresponsabilidades, mas resultado de outros fatores, inclusive que fogem do controle dos prefeitos e prefeitais.

Tivemos redução de 15% do FPM, relatou o prefeito Eduardo Siqueira Campos. Houve uma redução de 20% dos repasses do ICMS para Porto Nacional em fevereiro, disse o prefeito Ronivon. Esse é um problema que afeta os 139 municípios tocantinenses, frisou o prefeito de Araguaína, Wagner Rodrigues. A frustração de receitas é um dos principais fatores que leva aos déficits, apontaram os prefeitos, pois as despesas são fixas, e as receitas variam de acordo com a atividade econômica do país.

Os gestores solicitaram aos conselheiros do **Tribunal de Contas** a possibilidade da Corte analisar eventuais déficits financeiros orçamentários apenas ao término do mandato, e não anualmente, como ocorre atualmente. Isso possibilitaria aos gestores as correções anuais das contas, em busca do superávit ao término do mandato. Ainda, o retorno do índice prudente de 5% de déficit, que já foi aplicado em julgamentos de contas em anos anteriores.

O presidente da ATM agradeceu a atenção, abertura e diálogo dos conselheiros. Temos um **Tribunal de Contas** educativo, atuante, participativo, municipalista, que está ao lado dos gestores, que sabe ouvir e se sensibilizar com os homens de espírito público. Só temos a agradecer pela abertura, por nos ouvir e entender o que estamos vivendo em nossos Municípios, disse Big Jow.

Os conselheiros se comprometeram em se reunirem para discutir a situação e encontrar uma possível solução que possa ir de encontro aos anseios dos gestores e ao cumprimento da legislação.

Participaram o presidente do **Tribunal de Contas**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e os conselheiros Manoel Pires, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho** e **Severiano Costandrade**, e o conselheiro substituto, Orlando Alves da Silva.

Site: <http://jtinoticias.com.br/noticia/municipios-no-sufoco-prefeitos-se-reunem-com-conselheiros-do-tribunal-de-contas-e-relatam-preocupacoes-com-deficits-financeiros-orcamentarios/14048>

Prefeitos se reúnem com conselheiros do Tribunal de Contas e relatam preocupações com déficits financeiros orçamentários (MUNICIPIOS)

Por Vitor Marais - Ascom ATM

Onze prefeitos de municípios do **Tocantins** se reuniram com conselheiros do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, nesta segunda-feira, 02, na sede da Corte, para apresentarem preocupações com eventuais déficits financeiros orçamentários que podem acarretar à reprovação de contas. A reunião foi encabeçada pela Associação Tocantinense de Municípios (ATM), tendo a abertura e receptividade de membros **TCE**.

Participaram os prefeitos das cinco maiores cidades do **Tocantins**: Eduardo Siqueira Campos (**Palmas**), Wagner Rodrigues (Araguaína), Josi Nunes (Gurupi), Ronivon Maciel (Porto Nacional) e Celso Moraes (Paraíso do **Tocantins**). Ainda, os prefeitos Fabion (Tocantinópolis), Joaquim Pinheiro (Pedro Afonso), Joel Rufino (Rio dos Bois), Seu Manoel (Juarina) e Douglas Oliveira (Carmolândia). Os prefeitos estavam acompanhados do presidente da ATM, prefeito de Cristalândia, Big Jow.

Todos os prefeitos presentes relataram preocupações quanto aos déficits financeiros orçamentários, e as situações que levam a esse cenário, como frustrações de receitas, aumento das demandas, dívidas acumuladas de gestões anteriores, entre outras condicionantes. Os gestores foram unânimes em enfatizar que os déficits não são resultados de eventuais dolo ou irresponsabilidades, mas resultado de outros fatores, inclusive que fogem do controle dos prefeitos e prefeitais.

Tivemos redução de 15% do FPM, relatou o prefeito Eduardo Siqueira Campos. Houve uma redução de 20% dos repasses do ICMS para Porto Nacional em fevereiro, disse o prefeito Ronivon. Esse é um problema que afeta os 139 municípios tocantinenses, frisou o prefeito de Araguaína, Wagner Rodrigues. A frustração de receitas é um dos principais fatores que leva aos déficits, apontaram os prefeitos, pois as despesas são fixas, e as receitas variam de acordo com a atividade econômica do país.

Os gestores solicitaram aos conselheiros do **Tribunal de Contas** a possibilidade da Corte analisar eventuais déficits financeiros orçamentários apenas ao término do mandato, e não anualmente, como ocorre atualmente. Isso possibilitaria aos gestores as correções anuais das contas, em busca do superávit ao término do mandato. Ainda, o retorno do índice prudente de 5% de déficit, que já foi aplicado em julgamentos de contas em anos anteriores.

O presidente da ATM agradeceu a atenção, abertura e diálogo dos conselheiros. Temos um **Tribunal de Contas** educativo, atuante, participativo, municipalista, que está ao lado dos gestores, que sabe ouvir e se sensibilizar com os homens de espírito público. Só temos a agradecer pela abertura, por nos ouvir e entender o que estamos vivendo em nossos Municípios, disse Big Jow.

Os conselheiros se comprometeram em se reunirem para discutir a situação e encontrar uma possível solução que possa ir de encontro aos anseios dos gestores e ao cumprimento da legislação.

Participaram o presidente do **Tribunal de Contas**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e os conselheiros Manoel Pires, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho** e **Severiano Costandrade**, e o conselheiro substituto, Orlando Alves da Silva.

Site: <http://jtnoticias.com.br/noticia/prefeitos-se-reunem-com-conselheiros-do-tribunal-de-contas-e-relatam-preocupacoes-com-deficits-financeiros-orcamentarios/14048>

TCE suspende pela 2ª vez contratação de Bruno prefeito Auri lamenta decisão e vê "criação de narrativa" para pressionar órgãos

por Redação

O Pleno do **Tribunal de Contas (TCE)** suspendeu pela 2ª vez o processo de contratação da dupla Bruno & Marrone pela Prefeitura de Axixá do **Tocantins**, feita por meio de inexigibilidade de licitação ao custo de R\$ 1,1 milhão. A decisão atende a um pedido do conselheiro **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, da 2ª Relatoria da Corte. A nova intervenção ocorre após a área técnica identificar que, mesmo depois de uma primeira decisão cautelar sobre o caso, o município abriu outro processo praticamente idêntico, mantendo boa parte das irregularidades já apontadas anteriormente. O prefeito Auri-Wulange (UB) lamentou a decisão em publicação nesta segunda-feira, 2, nas redes sociais.

RELEMBRE

Na suspensão de dezembro do ano passado, a equipe técnica da 2ª Diretoria de Controle Externo identificou falhas na instrução do processo, ausência de documentos essenciais, planejamento considerado deficiente, indícios de direcionamento na estimativa de preços e possíveis prejuízos à administração pública. Também foram apontados indícios de sobrepreço, previsão de pagamento antecipado integral do contrato sem garantias, além de cláusulas consideradas desvantajosas para o Poder Público.

ANULAÇÃO E REABERTURA DO PROCESSO, MAS SEM CORREÇÕES

Após ser notificado da decisão, o prefeito Auri Wulange Ribeiro Jorge chegou a reconhecer as irregularidades e determinou a anulação do processo original de contratação. No entanto, segundo a própria Corte, a prefeitura instaurou um novo procedimento administrativo com o mesmo objeto, mantendo características semelhantes às do processo anterior. Segundo a análise técnica encaminhada à 2ª Relatoria, a nova contratação reproduziu boa parte das falhas já identificadas, além de apresentar novos indícios de irregularidades.

PERSISTÊNCIA DOS PROBLEMAS

Entre os pontos levantados na nova análise está a manutenção do valor global de R\$ 1,1 milhão, sem justificativa técnica suficiente para afastar a suspeita de sobrepreço estimada em aproximadamente R\$ 350 mil. Também permanecem preocupações relacionadas ao pagamento antecipado integral do contrato, à ausência de garantias que protejam o poder público, às cláusulas contratuais consideradas desequilibradas e a possíveis riscos ao erário. Outro aspecto observado pela equipe técnica é o impacto financeiro da contratação para o município, que possui cerca de 10 mil habitantes, e riscos relacionados à capacidade financeira da administração.

TENTATIVA DE CONTORNAR

Na avaliação da 2ª Relatoria, a abertura de um novo processo com características semelhantes pode indicar tentativa de contornar a decisão cautelar anteriormente imposta pelo Tribunal. O documento ressalta que a repetição do procedimento com os mesmos vícios pode representar afronta à autoridade das decisões da Corte de Contas e aos princípios da administração pública, como legalidade, economicidade e interesse público.

PREFEITO LAMENTA DECISÃO,

Em vídeo, o prefeito de Axixá do **Tocantins** anunciou o cancelamento da apresentação da dupla Bruno & Marrone em respeito à determinação do **Tribunal de Contas**, mas reforçou que a realização da 21ª edição do Enduro será mantida. "É uma festa tradicional que está para o Bico do Papagaio como se fosse Carnaval para Salvador, o São João para Campina Grande. Fomenta não apenas a economia do município, mas de toda a região", argumentou Auri-Wulange.

AXIXÁ INVESTIRIA APENAS R\$ 188 MIL

O gestor aproveitou para fazer esclarecimentos sobre o processo. Segundo Auri-Wulange, o processo de contratação foi semelhante aos já realizados em edições anteriores do Enduro. "Sempre funcionou da mesma forma. Agora, o Tribunal entendeu que realmente não é da maneira que a gente vinha fazendo", pontuou. O prefeito ainda afirmou que o

município investiria apenas R\$ 188 mil na apresentação de Bruno & Marrone, e que o restante viria de emendas parlamentares.

REAÇÃO POLÍTICA

Por fim, Auri-Wulange adotou um tom político para abordar o caso. "O que se criou foi uma narrativa para pressionar os órgãos de controle e fiscalização para que acontecesse isso que está acontecendo: este desconforto todo, este constrangimento. Mas nós iremos apontar quem realmente pratica esse tipo de ato, pois vamos apresentar e mostrar quem é o câncer que atua aqui no Bico do Papagaio e quer se expandir por todo estado **Tocantins**", encerra.

Confira a manifestação do prefeito de Axixá, Auri-Wulange:

LEIA MAIS:

Site: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/tce-suspende-pela-2a-vez-contratacao-de-bruno-marrone-em-axixa-prefeito-auri-lamenta-decisao-e-ve-criacao-de-narrativa-para-pressionar-orgaos/>

Redução de 15% no FPM de Palmas, de 20% no ICMS de Porto: a luta dos prefeitos tocantinenses contra a frustração de receitas

Onze prefeitos de municípios do **Tocantins** se reuniram com conselheiros do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, nesta segunda-feira, 02, na sede da Corte, para apresentarem preocupações com eventuais déficits financeiros orçamentários que podem acarretar a reprovação de contas. A reunião foi encabeçada pela Associação Tocantinense de Municípios (ATM), tendo a abertura e receptividade de membros do **TCE**.

Participaram os prefeitos das cinco maiores cidades do **Tocantins**: Eduardo Siqueira Campos (**Palmas**), Wagner Rodrigues (Araguaína), Josi Nunes (Gurupi), Ronivon Maciel (Porto Nacional) e Celso Moraes (Paraíso do **Tocantins**). Ainda, os prefeitos Fabion (Tocantinópolis), Joaquim Pinheiro (Pedro Afonso), Joel Rufino (Rio dos Bois), Seu Manoel (Juarina) e Douglas Oliveira (Carmolândia). Os prefeitos estavam acompanhados do presidente da ATM, prefeito de Cristalândia, Big Jow.

Todos os prefeitos presentes relataram preocupações quanto aos déficits financeiros orçamentários e às situações que levam a esse cenário, como frustrações de receitas, aumento das demandas, dívidas acumuladas de gestões anteriores, entre outras condicionantes. Os gestores foram unânimes em enfatizar que os déficits não são resultados de eventuais dolo ou irresponsabilidades, mas resultado de outros fatores, inclusive que fogem do controle dos prefeitos e prefeitais.

"Tivemos redução de 15% do FPM", relatou o prefeito Eduardo Siqueira Campos. "Houve uma redução de 20% dos repasses do ICMS para Porto Nacional em fevereiro", disse o prefeito Ronivon. "Esse é um problema que afeta os 139 municípios tocantinenses", frisou o prefeito de Araguaína, Wagner Rodrigues. A frustração de receitas é um dos principais fatores que leva aos déficits, apontaram os prefeitos, pois as despesas são fixas, e as receitas variam de acordo com a atividade econômica do país.

Os gestores solicitaram aos conselheiros do **Tribunal de Contas** a possibilidade de a Corte analisar eventuais déficits financeiros orçamentários apenas ao término do mandato, e não anualmente, como ocorre

atualmente. Isso possibilitaria aos gestores as correções anuais das contas, em busca do superávit ao término do mandato. Ainda, o retorno do índice prudente de 5% de déficit, que já foi aplicado em julgamentos de contas em anos anteriores.

O presidente da ATM agradeceu a atenção, abertura e diálogo dos conselheiros. "Temos um **Tribunal de Contas** educativo, atuante, participativo, municipalista, que está ao lado dos gestores, que sabe ouvir e se sensibilizar com os homens de espírito público. Só temos a agradecer pela abertura, por nos ouvir e entender o que estamos vivendo em nossos Municípios", disse Big Jow.

Os conselheiros se comprometeram em se reunirem para discutir a situação e encontrar uma possível solução que possa ir de encontro aos anseios dos gestores e ao cumprimento da legislação.

Participaram o presidente do **Tribunal de Contas**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e os conselheiros Manoel Pires, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho** e **Severiano Costandrade**, e o conselheiro substituto, Orlando Alves da Silva.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/reducao-de-15-no-fpm-de-palmas-de-20-no-icms-de-porto-a-luta-dos-prefeitos-tocantinenses-contr-a-frustracao-de-receitas/>

Presidente da Aleto, Amélio Cayres, prestigia solenidade pelos 37 anos do TCE-TO e reforça importância da Corte

O presidente da Assembleia Legislativa do **Tocantins** (Aleto), deputado Amélio Cayres (Republicanos), participou na tarde dessa quarta-feira, 4, da solenidade que celebrou os 37 anos de criação do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCETO)**.

Durante o evento, Amélio Cayres afirmou que o **TCE-TO** é uma instituição que se mantém como referência no Estado. Segundo ele, o Tribunal é reconhecido pelo compromisso com a transparência e a responsabilidade na gestão pública. A Instituição "é exemplo de seriedade ao longo de todos estes anos, sendo uma das nossas grandes referências quando se trata de gestão comprometida, com transparência e responsabilidade".

A solenidade também foi marcada pela posse do novo procurador-geral de Contas do Ministério Público de Contas do **Tocantins** (MPC-TO), Marcos Antônio da Silva Modes.

Além disso, houve homenagens, como a entrega do Colar do Mérito Governador Siqueira Campos, considerado a maior honraria concedida pela Corte. Amélio Cayres já havia recebido essa mesma homenagem em 2024, por contribuição ao desenvolvimento do **Tocantins**.

Servidores do Tribunal também foram reconhecidos com a Medalha de Mérito Funcional, entregue a profissionais que se destacaram em suas atividades dentro da instituição.

Em seu discurso, o presidente do **TCE-TO**, conselheiro Alberto Servilha, destacou a história do Tribunal desde a criação do Estado e ressaltou o trabalho realizado ao longo dos anos. "É uma trajetória maravilhosa. Os pioneiros começaram já na criação do estado, na criação do **TCE**, sua instalação e consolidação. Com 37 anos, o nosso **Tribunal de Contas** é uma instituição de excelência para a sociedade. Estamos muito felizes, graças ao esforço e à dedicação dos membros e dos servidores em geral. E daqui para a frente, o trabalho é dinâmico".

Site:

<https://www.nortedotocantins.com.br/03/2026/presidente-da-aleto-amelio-cayres-prestigia-solenidade-pelos-37-anos-do-tce-to-e-reforca-importancia-da-corte/>

TCE identifica possível servidor fantasma e irregularidades em hospital de Lagoa da Confusão

Fiscalização surpresa encontrou problemas na gestão, medicamentos e infraestrutura; gestores terão que apresentar plano de ação

Uma fiscalização surpresa realizada pelo **Tribunal de Contas do Tocantins (TCETO)** no Hospital Municipal de Pequeno Porte de Lagoa da Confusão identificou uma série de irregularidades na unidade de saúde, entre elas a suspeita de um servidor que recebia salários sem exercer regularmente suas funções.

A vistoria ocorreu nos dias 29 e 30 de janeiro deste ano e integra o projeto **TCE** de Olho, iniciativa que realiza visitas presenciais em serviços públicos para verificar de perto as condições de atendimento à população.

O trabalho foi conduzido por técnicos da Coordenadoria de Auditorias Especiais (COAES) do Tribunal e resultou na abertura de um Procedimento Apuratório Preliminar sob a relatoria do conselheiro **Manoel Pires dos Santos**.

Indícios de servidor fantasma

Durante a fiscalização, a equipe encontrou fortes indícios de que um farmacêutico cedido pelo Governo do Estado ao município não exercia suas atividades de forma regular no hospital, apesar de constar oficialmente como em exercício.

Segundo o relatório técnico, praticamente todos os servidores da unidade ouvidos pela equipe afirmaram não conhecer ou nunca terem visto o profissional trabalhando na farmácia do hospital. A situação chamou ainda mais atenção porque a farmácia funcionaria apenas durante o dia, enquanto o servidor estaria escalado para atuar no período noturno.

Os servidores do **TCE** chegaram a retornar ao hospital à noite para verificar a situação. Em um dos momentos, o servidor apareceu na unidade e demonstrou desconhecimento sobre rotinas básicas da farmácia, sistemas utilizados no setor e procedimentos de controle de medicamentos.

Também foram identificadas inconsistências em

escalas de trabalho, registros e relatos de servidores, além da suspeita de possível vínculo do farmacêutico com uma empresa contratada para prestar serviços laboratoriais ao município.

Sobre os indícios da manutenção de servidor sem aparente efetivo exercício, o conselheiro **Manoel Pires dos Santos** determinou que os fatos sejam encaminhados ao Corpo Especial de Auditores do **TCETO**, que possui competência para presidir a instrução dos procedimentos relativos, dentre outros, às matérias de Atos de Pessoal, conforme determina o parágrafo único do art. 9º da Instrução Normativa nº 5/2002, alterada pela Instrução Normativa nº 3/2021.

Diante dos indícios, o conselheiro determinou, também, o envio de cópias da Análise Preliminar de nº. 03/2026 e do Despacho de nº. 174/2026-Relt1 ao Ministério Público do **Tocantins-MPETO** para, no âmbito de sua esfera de atuação, adotar as providências que entender cabíveis, notadamente por eventuais práticas de atos de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992 alterada pela Lei 14.230/2021) pelos responsáveis.

Estrutura e funcionamento

A fiscalização também apontou diversas fragilidades na gestão e no funcionamento da unidade de saúde.

Entre os principais problemas encontrados estão: profissionais de saúde trabalhando até 72 horas consecutivas; precariedade no controle de frequência dos servidores; falhas no armazenamento e controle de medicamentos; ausência de transparência sobre estoque de remédios; irregularidades na cobertura farmacêutica; necessidade de atualização de protocolos clínicos; equipamentos médicos sem comprovação de manutenção.

Também foram constatados problemas nas ambulâncias utilizadas pelo hospital, como para-brisas trincados, pneus desgastados, equipamentos com defeito e veículos sem vistoria.

Falhas administrativas

O relatório técnico ainda identificou problemas administrativos e estruturais importantes, como: ausência de alvará atualizado do Corpo de Bombeiros; falta de licença da Vigilância Sanitária; necessidade de adequações na sala de radiologia; ausência de plano de gerenciamento de resíduos hospitalares; inexistência de canais para reclamações da população; e necessidade de melhorias na segurança da unidade.

A vistoria também mostrou que muitos usuários não sabem como registrar reclamações ou denúncias sobre o serviço de saúde.

Determinações

Diante das irregularidades, o conselheiro Manoel Pires determinou que os gestores do Município de Lagoa da Confusão, do Fundo Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão e do Hospital de Pequeno Porte apresentem um plano de ação contendo as medidas que serão adotadas, os responsáveis por cada ação e os prazos para cumprimento, visando corrigir os problemas identificados.

Entre as providências exigidas estão: implantação de controle eletrônico de frequência; reorganização das escalas de trabalho; melhorias no controle e armazenamento de medicamentos; regularização de ambulâncias; adequação da estrutura do hospital; implementação de protocolos médicos e administrativos.

Os prazos variam de 5 dias a 120 dias úteis, dependendo da medida a ser adotada.

Demais encaminhamentos

No despacho, o conselheiro também esclareceu que a cessão de servidor é mecanismo usual e que visa a cooperação interfederativa (entre União, Estados e Municípios) e se constitui numa medida administrativa que permite a movimentação de um funcionário público para outro órgão ou entidade sem que ocorra a perda do vínculo original. Contudo, o controle da frequência e do efetivo exercício das atividades do servidor cedido não compete ao órgão cedente, no caso, o Governo do Estado do **Tocantins**, mas ao órgão cessionário, ou seja, ao Município de Lagoa da Confusão, por meio do Fundo Municipal de Saúde, unidade em que o profissional estava lotado.

Ainda assim, o relator determinou a ciência dos secretários estaduais da Administração e da Saúde para que tomem conhecimento dos fatos e, comprovada a irregularidade do recebimento de proventos sem a devida contraprestação dos serviços, possam adotar as providências cabíveis visando a

instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD).

O conselheiro Manoel Pires determinou, ainda, o encaminhamento de cópias da Análise Preliminar de nº. 03/2026 e do Despacho de nº. 174/2026-Relt1 ao Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Confusão, em virtude das atribuições conferidas às Câmaras Municipais pelo art. 31, da CF/88.

O relator determinou, também, que a 1ª Diretoria de Controle Externo proceda aos levantamentos nos sistemas do **Tribunal de Contas** (Sicap-LCO e Sicap-Contábil) sobre o Contrato de Credenciamento de nº. 4/2025, e cujo objeto é a prestação de serviços laboratoriais firmado entre o Fundo Municipal de Saúde de Lagoa da Confusão e a empresa Laboratório Exemplo de Análises Clínicas, a fim de verificar a existência de eventual descumprimento à Lei 14.133/2021, tendo em vista o suposto vínculo do farmacêutico cedido com o mencionado laboratório, devendo a unidade técnica emitir manifestação contendo proposta de encaminhamento a ser submetida ao juízo da 1ª Relatoria.

Atuação preventiva

No despacho, o relator destacou que a fiscalização tem caráter pedagógico e busca permitir que os gestores corrijam os problemas identificados, garantindo melhorias no atendimento à população e evitando danos ao erário. Caso as irregularidades não sejam sanadas, o processo pode evoluir para responsabilização dos gestores.

Site: <https://ojornal.net/2026/03/03/tce-identifica-possivel-servidor-fantasma-e-irregularidades-em-hospital-de-lagoa-da-confusao/>

Rede TO Sustentável: TJTO e parceiros realizam I Ecocidadania para catadores(as) de materiais recicl

A iniciativa integra as comemorações do Dia Mundial dos Catadores de Materiais Recicláveis, celebrado em 1º de março, e tem como objetivo valorizar esses profissionais, reconhecendo sua contribuição essencial para a preservação ambiental e para o desenvolvimento social.

Serviços

Serão oferecidos serviços eleitorais, como alistamento, revisão e transferência, sendo necessário apresentar documento oficial com foto e comprovante de endereço. Também estão previstas homenagens com a entrega de kits de equipamentos de proteção individual (EPIs), cestas básicas e sabão líquido.

Entre os atendimentos de saúde estarão aferição de pressão arterial, verificação de glicemia, orientações de saúde bucal com distribuição de kits, atualização da caderneta do adulto, testagens rápidas para ISTs, além da entrega de autotestes de HIV, preservativos e géis lubrificantes.

Participam da ação representantes de quatro entidades de reciclagem de **Palmas**: Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Norte de **Palmas** (Ascampa), Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Sólidos de **Palmas** (Ascamares), Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ACMR) e Cooperativa de Produção de Recicláveis do **Tocantins** (Cooperan).

Varal Solidário

Outro destaque da programação é o Varal Solidário do TJTO, espaço preparado com peças de roupas e calçados disponibilizados para que os catadores e catadoras possam escolher gratuitamente, em um gesto de cuidado e respeito à dignidade de cada participante.

Rede TO Sustentável

A Rede TO Sustentável, formalizada por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 10/2024, reúne órgãos do sistema de Justiça, instituições públicas, universidades e entidades parceiras com o objetivo de

promover cooperação técnica, intercâmbio de experiências e execução de ações conjuntas voltadas à sustentabilidade. Além do TJTO, integram a ação o Ministério Público Estadual (MPTO), a Defensoria Pública (DPETO), o Instituto Federal do **Tocantins** (IFTO), a Prefeitura de **Palmas**, a Universidade Federal do **Tocantins** (UFT), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (TCE-TO), o Tribunal Regional Eleitoral do **Tocantins** (TRE-TO), a Energisa, o Governo do Estado do **Tocantins**, a Universidade Estadual do **Tocantins** (Unitins), o Serviço Social do Comércio (Sesc), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e as Federações da Indústria e do Comércio do Estado do **Tocantins** (Fieto e Fiesc).

?MACRODESAFIO Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade

?MACRODESAFIO Promoção da Sustentabilidade

Site: [https://www.grifon.com.br/noticias/rede-to-sustentavel-tjto-e-parceiros-realizam-i-ecocidadania-para-catadores\(as\)-de-materiais-recicl-204875](https://www.grifon.com.br/noticias/rede-to-sustentavel-tjto-e-parceiros-realizam-i-ecocidadania-para-catadores(as)-de-materiais-recicl-204875)

Rede TO Sustentável: TJTO e parceiros realizam I Ecocidadania para catadores(as) de materiais recicláveis neste sábado (7/3)

A Rede TO Sustentável realiza, neste sábado (7/3), a partir das 8h, o I Ecocidadania - Direitos e Dignidade para Catadores(as) de Materiais Recicláveis, no campus do Instituto Federal do **Tocantins**, em **Palmas**. Coordenada pelo Tribunal de Justiça do **Tocantins** (TJTO) e com a participação de instituições parceiras, a ação ofertará serviços de cidadania, saúde, orientação jurídica e eleitoral, além de acolhimento aos participantes.

A iniciativa integra as comemorações do Dia Mundial dos Catadores de Materiais Recicláveis, celebrado em 1º de março, e tem como objetivo valorizar esses profissionais, reconhecendo sua contribuição essencial para a preservação ambiental e para o desenvolvimento social.

Serviços

Serão oferecidos serviços eleitorais, como alistamento, revisão e transferência, sendo necessário apresentar documento oficial com foto e comprovante de endereço. Também estão previstas homenagens com a entrega de kits de equipamentos de proteção individual (EPIs), cestas básicas e sabão líquido.

Entre os atendimentos de saúde estarão aferição de pressão arterial, verificação de glicemia, orientações de saúde bucal com distribuição de kits, atualização da caderneta do adulto, testagens rápidas para ISTs, além da entrega de autotestes de HIV, preservativos e géis lubrificantes.

Participam da ação representantes de quatro entidades de reciclagem de **Palmas**: Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Norte de **Palmas** (Ascampa), Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Sólidos de **Palmas** (Ascamares), Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ACMR) e Cooperativa de Produção de Recicláveis do **Tocantins** (Cooperan).

Varal Solidário

Outro destaque da programação é o Varal Solidário do TJTO, espaço preparado com peças de roupas e calçados disponibilizados para que os catadores e

catadoras possam escolher gratuitamente, em um gesto de cuidado e respeito à dignidade de cada participante.

Rede TO Sustentável

A Rede TO Sustentável, formalizada por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 10/2024, reúne órgãos do sistema de Justiça, instituições públicas, universidades e entidades parceiras com o objetivo de promover cooperação técnica, intercâmbio de experiências e execução de ações conjuntas voltadas à sustentabilidade. Além do TJTO, integram a ação o Ministério Público Estadual (MPTO), a Defensoria Pública (DPETO), o Instituto Federal do **Tocantins** (IFTO), a Prefeitura de **Palmas**, a Universidade Federal do **Tocantins** (UFT), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (TCE-TO), o Tribunal Regional Eleitoral do **Tocantins** (TRE-TO), a Energisa, o Governo do Estado do **Tocantins**, a Universidade Estadual do **Tocantins** (Unitins), o Serviço Social do Comércio (Sesc), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e as Federações da Indústria e do Comércio do Estado do **Tocantins** (Fieto e Fiesc).

?MACRODESAFIO Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade

?MACRODESAFIO Promoção da Sustentabilidade

Site: <https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/tjto-e-parceiros-realizam-i-ecocidadania-para-catadores-de-materiais-reciclaveis-neste-sabado-7-3>

Prefeitos discutem queda do FPM e déficit financeiro em reunião com TCE-TO

Divulgação

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, participou nesta segunda-feira (2) de reunião com o presidente do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, conselheiro **Alberto Sevilha**, para tratar dos impactos da queda de receitas nos municípios. O encontro reuniu 11 prefeitos tocantinenses na sede do Tribunal, em **Palmas**.

Segundo os gestores, a frustração de receitas, como a redução do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e atrasos em repasses federais, tem provocado déficits financeiros e orçamentários nas administrações municipais.

Durante a reunião, Eduardo Siqueira Campos mencionou as dificuldades enfrentadas pela capital em 2025, primeiro ano de seu retorno à prefeitura.

"Percebo o grito dos prefeitos. Tivemos em **Palmas**, no ano passado, um grande trabalho de enxugar as contas para podermos nos enquadrar. Foi necessário fazer cortes nos gastos, otimizar os recursos, reduzir a folha de pagamento e adotar práticas de austeridade", afirmou.

O presidente da Associação Tocantinense dos Municípios (ATM), prefeito Big Jow, informou que os gestores buscam junto ao **TCE** uma flexibilização no controle das contas públicas para o quadriênio 2025-2028, diante do cenário de redução de receitas.

O presidente do Tribunal declarou que irá se reunir com os demais conselheiros para avaliar as demandas apresentadas pelos prefeitos.

Participaram do encontro os prefeitos de Araguaína, Carmolândia, Cristalândia, Gurupi, Juarina, **Palmas**, Paraíso do **Tocantins**, Pedro Afonso, Porto Nacional, Rio dos Bois e Tocantinópolis.

Site: <https://jornalprimeirapaginato.com/prefeitos-discutem-queda-do-fpm-e-deficit-financeiro-em-reuniao-com-tce-to/>

Comitiva de prefeitos e TCE discutem crise fiscal e queda de receitas

Da Redação e Secom Palmas e Ascom ATM

Uma comitiva de 11 prefeitos tocaninenses reuniu-se nesta segunda-feira, 02, com o presidente do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e demais membros da Corte. O encontro, realizado na sede do Tribunal em **Palmas**, tratou da crise fiscal enfrentada pelos municípios devido à queda no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e atrasos em repasses federais.

Todos os prefeitos presentes relataram preocupações quanto aos déficits financeiros orçamentários, e as situações que levam a esse cenário, como frustrações de receitas, aumento das demandas, dívidas acumuladas de gestões anteriores, entre outras condicionantes. Os gestores foram unânimes em enfatizar que os déficits não são resultados de eventuais dolo ou irresponsabilidades, mas resultado de outros fatores, inclusive que fogem do controle dos prefeitos e prefeitais.

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, destacou a necessidade de austeridade, citando o trabalho de enxugamento de gastos e redução da folha de pagamento realizado na capital desde 2025. Percebo o grito dos prefeitos; foi necessário otimizar recursos para nos enquadrar, afirmou ao informar que a Capital teve redução de 15% do FPM",

O prefeito de Porto Nacional, Ronivon Maciel, por sua vez, afirmou que houve uma redução de 20% dos repasses do ICMS para o município em fevereiro. Wagner Rodrigues, prefeito de Araguaína, ressaltou que o problema afeta os 139 municípios do estado. A frustração de receitas é um dos principais fatores que leva aos déficits, apontaram os prefeitos, pois as despesas são fixas, e as receitas variam de acordo com a atividade econômica do país.

Representados pelo presidente da Associação Tocantinense dos Municípios (ATM) e prefeito de Cristalândia, Big Jow, os gestores defenderam junto ao **TCE** a possibilidade da Corte analisar eventuais déficits financeiros orçamentários apenas ao término do mandato, e não anualmente, como ocorre atualmente. Isso possibilitaria aos gestores as correções anuais das contas, em busca do superávit ao término do mandato. Ainda, o retorno do índice prudente de 5% de déficit, que já foi aplicado em

julgamentos de contas em anos anteriores. O Tribunal informou que as demandas serão analisadas pelo colegiado.

Participaram os prefeitos das cinco maiores cidades do **Tocantins**: Eduardo Siqueira Campos (**Palmas**), Wagner Rodrigues (Araguaína), Josi Nunes (Gurupi), Ronivon Maciel (Porto Nacional) e Celso Moraes (Paraíso do **Tocantins**). Ainda, os prefeitos Fabion (Tocantinópolis), Joaquim Pinheiro (Pedro Afonso), Joel Rufino (Rio dos Bois), Seu Manoel (Juarina) e Douglas Oliveira (Carmolândia). Os prefeitos estavam acompanhados do presidente da ATM, prefeito de Cristalândia, Big Jow.

Participaram o presidente do **Tribunal de Contas**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e os conselheiros Manoel Pires, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho** e **Severiano Costandrade**, e o conselheiro substituto, Orlando Alves da Silva.

Municípios participantes: Araguaína, Carmolândia, Cristalândia, Gurupi, Juarina, **Palmas**, Paraíso do **Tocantins**, Pedro Afonso, Porto Nacional, Rio dos Bois e Tocantinópolis.

Site: <https://t1noticias.com.br/estado/comitiva-de-prefeitos-e-tce-discutem-crise-fiscal-e-queda-de-receitas/140382/>

Prefeitos do Tocantins discutem crise fiscal com TCE em Palmas

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, integrou uma comitiva de 11 prefeitos tocaninenses que se reuniu, na tarde desta segunda-feira, 02, com o presidente do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e com os conselheiros **Manoel Pires dos Santos**, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, Severiano José Costandrade de Aguiar e Orlando Alves da Silva. O encontro ocorreu na sede do Tribunal, em **Palmas**.

Na pauta, os desafios enfrentados pelos gestores municipais diante dos déficits financeiros e orçamentários provocados pela frustração de receitas, como a queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e atrasos no repasse de recursos federais.

Durante a reunião, Eduardo Siqueira Campos lembrou as dificuldades de 2025, primeiro ano de seu retorno ao comando da Prefeitura de **Palmas**, marcadas por dívidas herdadas e redução de arrecadação. "Percebo o grito dos prefeitos. Tivemos em **Palmas**, no ano passado, um grande trabalho de enxugar as contas para podermos nos enquadrar. Foi necessário fazer cortes nos gastos, otimizar os recursos, reduzir a folha de pagamento e adotar práticas de austeridade", afirmou.

O presidente da Associação Tocantinense dos Municípios (ATM), prefeito Big Jow, destacou que os gestores buscam um entendimento junto ao **TCE** para flexibilizar o controle no quadriênio 2025-2028. O presidente do Tribunal informou que se reunirá com os demais conselheiros para deliberar sobre as demandas apresentadas.

Participaram da reunião os prefeitos dos municípios de Araguaína, Carmolândia, Cristalândia, Gurupi, Juarina, **Palmas**, Paraíso do **Tocantins**, Pedro Afonso, Porto Nacional, Rio dos Bois e Tocantinópolis.

Site:

<http://www.luizarmandocosta.com.br/noticia/prefeitos-do-tocantins-discutem-crise-fiscal-com-tce-em-palmas/53312>

Prefeitos se reúnem com presidente do TCE-TO para discutir crise fiscal e queda no FPM

da redação

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, integrou uma comitiva formada por 11 prefeitos tocantinenses que se reuniu, na tarde desta segunda-feira (02), com o presidente do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, conselheiro **Alberto Sevilha**. O encontro ocorreu na sede do Tribunal, na Capital, e teve como foco os desafios financeiros enfrentados pelas administrações municipais.

Também participaram da reunião os conselheiros **Manoel Pires dos Santos**, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, Severiano José Costandrade de Aguiar e Orlando Alves da Silva.

Déficits e frustração de receitas

Na pauta, os déficits financeiros e orçamentários provocados pela frustração de receitas, especialmente a queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e os atrasos em recursos federais. Segundo os gestores, o cenário tem comprometido a execução de políticas públicas e exigido medidas severas de contenção de despesas.

Durante a reunião, Eduardo Siqueira Campos lembrou as dificuldades enfrentadas em 2025, primeiro ano de seu retorno ao comando da Prefeitura de **Palmas**. Ele destacou o cenário de dívidas herdadas e a redução na arrecadação municipal.

"Percebo o grito dos prefeitos. Tivemos em **Palmas**, no ano passado, um grande trabalho de enxugar as contas para podermos nos enquadrar. Foi necessário fazer cortes nos gastos, otimizar os recursos, reduzir a folha de pagamento e adotar práticas de austeridade", afirmou o prefeito.

Pedido de flexibilização

O presidente da Associação Tocantinense dos Municípios (ATM), prefeito Big Jow, destacou que os gestores buscam um entendimento junto ao **TCE** para flexibilizar o controle das contas públicas no quadriênio 2025-2028, diante da realidade fiscal enfrentada pelos municípios.

Em resposta, o presidente do Tribunal informou que irá se reunir com os demais conselheiros para deliberar

sobre as demandas apresentadas pelos prefeitos.

Municípios representados

Participaram do encontro prefeitos dos municípios de Araguaína, Carmolândia, Cristalândia, Gurupi, Juarina, **Palmas**, Paraíso do **Tocantins**, Pedro Afonso, Porto Nacional, Rio dos Bois e Tocantinópolis.

A reunião reforça o movimento de articulação conjunta dos gestores municipais em busca de alternativas para equilibrar as contas públicas e garantir a continuidade dos serviços essenciais à população tocantinense.

Site: <https://www.portalstylo.com.br/noticia/prefeitos-se-reunem-com-presidente-do-tce-to-para-discutir-crise-fiscal-e-queda-no-fpm>

Prefeitos de 11 cidades do Tocantins cobram flexibilidade do TCE diante de crise fiscal nos municípios e Eduardo Siqueira destaca ajuste fiscal em Palmas. (Cidades)

Atitude Tocantins

Ao relatar sua experiência à frente da Capital desde 2025, o prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira, ressaltou que assumiu a gestão marcada por dívidas herdadas e queda na arrecadação, o que exigiu um rigoroso ajuste fiscal para equilibrar as contas públicas.

Por Redação

Onze prefeitos tocaninenses estiveram reunidos na tarde desta segunda-feira, 2, com conselheiros do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, em **Palmas**, para discutir os impactos da crise fiscal sobre as gestões municipais e buscar alternativas para equilibrar as contas públicas.

O encontro ocorreu na sede do Tribunal e contou com a participação do presidente do **TCE-TO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e dos conselheiros **Manoel Pires dos Santos**, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, Severiano José Costandrade de Aguiar e Orlando Alves da Silva. A comitiva de gestores foi formada pelos prefeitos de Araguaína, Carmolândia, Cristalândia, Gurupi, Juarina, **Palmas**, Paraíso do **Tocantins**, Pedro Afonso, Porto Nacional, Rio dos Bois e Tocantinópolis.

Na pauta, prefeitos relataram dificuldades decorrentes de déficits financeiros e orçamentários provocados principalmente pela frustração de receitas, queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e atrasos em transferências de recursos federais. O grupo defende um novo olhar do **Tribunal de Contas** para o cenário de crise, de modo a evitar que a rigidez nas exigências legais inviabilize serviços essenciais à população.

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, destacou que o primeiro ano de seu retorno à administração da capital, em 2025, foi marcado por dívidas herdadas e redução de arrecadação, o que exigiu um forte ajuste fiscal.

"Os prefeitos estão em uma situação de grande pressão. Em **Palmas**, no ano passado, tivemos de promover um amplo reequilíbrio das contas para nos adequarmos. Foi necessário cortar despesas, otimizar o uso dos recursos, reduzir a folha de pagamento e adotar medidas de austeridade para garantir o funcionamento dos serviços públicos", afirmou.

Presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), o prefeito Big Jow reforçou que os gestores não pedem anistia, mas condições para atravessar o período de crise sem paralisar políticas públicas. Segundo ele, o objetivo é construir, em conjunto com o **TCE**, parâmetros de análise que considerem o cenário excepcional vivido pelas prefeituras no quadriênio 2025-2028.

"Buscamos um entendimento que permita ao Tribunal levar em conta a queda de receitas e os atrasos de repasses na avaliação das contas municipais, sem abrir mão da responsabilidade fiscal, mas garantindo governabilidade e continuidade dos serviços", pontuou.

O presidente do **TCE-TO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, informou que levará as demandas apresentadas à análise do colegiado. Ele se comprometeu a discutir com os demais conselheiros possíveis encaminhamentos que aliem rigor técnico, segurança jurídica e sensibilidade ao contexto enfrentado pelos municípios.

A expectativa dos prefeitos é que o diálogo com o Tribunal resulte em orientações e ajustes nos critérios de fiscalização que deem fôlego às administrações municipais para manter investimentos prioritários, especialmente em saúde, educação e infraestrutura básica, durante o período de instabilidade fiscal.

Site: <https://atitudeto.com.br/noticias/prefeitos-de-11-cidades-do-tocantins-cobram-flexibilidade-do-tce-diante-de-crise-fiscal-nos-municipios-e-eduardo-siqueira-destaca-ajuste-fiscal-em-palmas/>

Prefeitos do Tocantins discutem crise fiscal com Tribunal de Contas do Estado do Tocantins em Palmas

Gestores municipais relatam queda no FPM e pedem diálogo sobre flexibilização de medidas fiscais no quadriênio 2025-2028

Prefeitos de 11 municípios tocaninenses se reuniram, nesta segunda-feira (2), com a direção do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, em **Palmas**. O encontro tratou da crise fiscal enfrentada pelas administrações municipais.

Participaram da reunião o prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, e o presidente do **TCE-TO**, conselheiro **Alberto Sevilha**. Também estiveram presentes os conselheiros **Manoel Pires dos Santos**, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, Severiano José Costandrade de Aguiar e Orlando Alves da Silva.

Durante o encontro, os prefeitos relataram dificuldades financeiras causadas pela frustração de receitas. Entre os principais fatores, citaram a redução nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Prefeitos de 11 municípios tocaninenses se reuniram, nesta segunda-feira (2), com a direção do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, em **Palmas**. O encontro tratou da crise fiscal enfrentada pelas administrações municipais.

Participaram da reunião o prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, e o presidente do **TCE-TO**, conselheiro **Alberto Sevilha**. Também estiveram presentes os conselheiros **Manoel Pires dos Santos**, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, Severiano José Costandrade de Aguiar e Orlando Alves da Silva.

Durante o encontro, os prefeitos relataram dificuldades financeiras causadas pela frustração de receitas. Entre os principais fatores, citaram a redução nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Além disso, mencionaram atrasos em transferências federais. Segundo os gestores, esses fatores comprometem o equilíbrio orçamentário e a execução de políticas públicas.

O prefeito Eduardo Siqueira Campos relembrou os desafios enfrentados em 2025, primeiro ano de seu

retorno à Prefeitura de **Palmas**. De acordo com ele, a gestão precisou adotar medidas de austeridade.

"Tivemos que enxugar as contas, reduzir gastos e otimizar recursos para nos enquadrar nos limites fiscais", afirmou.

O presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), prefeito Big Jow, destacou que os municípios buscam diálogo com o Tribunal.

Segundo ele, os gestores solicitam análise sobre possível flexibilização de medidas de controle no quadriênio 2025-2028. A proposta considera o cenário de queda de arrecadação.

Por sua vez, o presidente do **TCE-TO** informou que levará as demandas para deliberação interna. Assim, o Tribunal avaliará os pleitos apresentados pelos prefeitos.

Participaram da reunião representantes de Araguaína, Carmolândia, Cristalândia, Gurupi, Juarina, **Palmas**, Paraíso do **Tocantins**, Pedro Afonso, Porto Nacional, Rio dos Bois e Tocantinópolis.

De acordo com os organizadores, o objetivo do encontro foi fortalecer o diálogo institucional. Além disso, os prefeitos defendem medidas que garantam equilíbrio fiscal sem comprometer serviços essenciais.

Segundo ele, os gestores solicitam análise sobre possível flexibilização de medidas de controle no quadriênio 2025-2028. A proposta considera o cenário de queda de arrecadação.

Por sua vez, o presidente do **TCE-TO** informou que levará as demandas para deliberação interna. Assim, o Tribunal avaliará os pleitos apresentados pelos prefeitos.

Participaram da reunião representantes de Araguaína, Carmolândia, Cristalândia, Gurupi, Juarina, **Palmas**, Paraíso do **Tocantins**, Pedro Afonso, Porto Nacional, Rio dos Bois e Tocantinópolis.

De acordo com os organizadores, o objetivo do

encontro foi fortalecer o diálogo institucional. Além disso, os prefeitos defendem medidas que garantam equilíbrio fiscal sem comprometer serviços essenciais.

Surgiu novidades no Instagram: @surgiunews é notícias.

Site: <https://surgiu.com.br/2026/03/02/prefeitos-do-tocantins-discutem-crise-fiscal-com-tribunal-de-contas-do-estado-do-tocantins-em-palmas/>

Prefeitos do Tocantins discutem crise fiscal com TCE em Palmas

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, integrou uma comitiva de 11 prefeitos tocaninenses que se reuniu, na tarde desta segunda-feira, 02, com o presidente do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e com os conselheiros **Manoel Pires dos Santos**, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, Severiano José Costandrade de Aguiar e Orlando Alves da Silva. O encontro ocorreu na sede do Tribunal, em **Palmas**.

Na pauta, os desafios enfrentados pelos gestores municipais diante dos déficits financeiros e orçamentários provocados pela frustração de receitas, como a queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e atrasos no repasse de recursos federais.

Durante a reunião, Eduardo Siqueira Campos lembrou as dificuldades de 2025, primeiro ano de seu retorno ao comando da Prefeitura de **Palmas**, marcadas por dívidas herdadas e redução de arrecadação. "Percebo o grito dos prefeitos. Tivemos em **Palmas**, no ano passado, um grande trabalho de enxugar as contas para podermos nos enquadrar. Foi necessário fazer cortes nos gastos, otimizar os recursos, reduzir a folha de pagamento e adotar práticas de austeridade", afirmou.

O presidente da Associação Tocantinense dos Municípios (ATM), prefeito Big Jow, destacou que os gestores buscam um entendimento junto ao **TCE** para flexibilizar o controle no quadriênio 2025-2028. O presidente do Tribunal informou que se reunirá com os demais conselheiros para deliberar sobre as demandas apresentadas.

Participaram da reunião os prefeitos dos municípios de Araguaína, Carmolândia, Cristalândia, Gurupi, Juarina, **Palmas**, Paraíso do **Tocantins**, Pedro Afonso, Porto Nacional, Rio dos Bois e Tocantinópolis.

Site: <https://ocoletivo.com.br/prefeitos-do-tocantins-discutem-crise-fiscal-com-tce-em-palmas/>

Prefeitos do TO se reúnem com TCE para discutir queda do FPM e pedem flexibilização diante da crise fiscal

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, integrou uma comitiva de 11 prefeitos tocantinenses que se reuniu, na tarde desta segunda-feira, 02, com o presidente do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e com os conselheiros **Manoel Pires dos Santos**, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, Severiano José Costandrade de Aguiar e Orlando Alves da Silva. O encontro ocorreu na sede do Tribunal, em **Palmas**.

Na pauta, os desafios enfrentados pelos gestores municipais diante dos déficits financeiros e orçamentários provocados pela frustração de receitas, como a queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e atrasos no repasse de recursos federais.

Durante a reunião, Eduardo Siqueira Campos relembrou as dificuldades de 2025, primeiro ano de seu retorno ao comando da Prefeitura de **Palmas**, marcadas por dívidas herdadas e redução de arrecadação. "Percebo o grito dos prefeitos. Tivemos em **Palmas**, no ano passado, um grande trabalho de enxugar as contas para podermos nos enquadrar. Foi necessário fazer cortes nos gastos, otimizar os recursos, reduzir a folha de pagamento e adotar práticas de austeridade", afirmou.

O presidente da Associação Tocantinense dos Municípios (ATM), prefeito Big Jow, destacou que os gestores buscam um entendimento junto ao **TCE** para flexibilizar o controle no quadriênio 2025-2028. O presidente do Tribunal informou que se reunirá com os demais conselheiros para deliberar sobre as demandas apresentadas.

Participaram da reunião os prefeitos dos municípios de Araguaína, Carmolândia, Cristalândia, Gurupi, Juarina, **Palmas**, Paraíso do **Tocantins**, Pedro Afonso, Porto Nacional, Rio dos Bois e Tocantinópolis.

Site: <https://gazetadocerrado.com.br/tocantins/prefeitos-do-to-se-reunem-com-tce-para-discutir-queda-do-fpm-e-pedem-flexibilizacao-diante-da-crise-fiscal/>

Prefeitos reúnem-se com conselheiros do Tribunal de Contas e relatam preocupações com déficits financeiros

Redação

Onze prefeitos de municípios do **Tocantins** se reuniram com conselheiros do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, nesta segunda-feira, 02, na sede da Corte, para apresentarem preocupações com eventuais déficits financeiros orçamentários que podem acarretar à reprovação de contas. A reunião foi encabeçada pela Associação Tocantinense de Municípios (ATM), tendo a abertura e receptividade de membros **TCE**.

Participaram os prefeitos das cinco maiores cidades do **Tocantins**: Eduardo Siqueira Campos (**Palmas**), Wagner Rodrigues (Araguaína), Josi Nunes (Gurupi), Ronivon Maciel (Porto Nacional) e Celso Moraes (Paraíso do **Tocantins**). Ainda, os prefeitos Fabion (Tocantinópolis), Joaquim Pinheiro (Pedro Afonso), Joel Rufino (Rio dos Bois), Seu Manoel (Juarina) e Douglas Oliveira (Carmolândia). Os prefeitos estavam acompanhados do presidente da ATM, prefeito de Cristalândia, Big Jow.

Foto: Divulgação/ATM

Todos os prefeitos presentes relataram preocupações quanto aos déficits financeiros orçamentários e as situações que levam a esse cenário, como frustrações de receitas, aumento das demandas, dívidas acumuladas de gestões anteriores, entre outras condicionantes. Os gestores foram unânimes em enfatizar que os déficits não são resultados de eventuais dolo ou irresponsabilidades, mas resultado de outros fatores, inclusive que fogem do controle dos prefeitos e prefeitais.

"Tivemos redução de 15% do FPM", relatou o prefeito Eduardo Siqueira Campos. "Houve uma redução de 20% dos repasses do ICMS para Porto Nacional em fevereiro", disse o prefeito Ronivon. "Esse é um problema que afeta os 139 municípios tocantinenses", frisou o prefeito de Araguaína, Wagner Rodrigues. A frustração de receitas é um dos principais fatores que leva aos déficits, apontaram os prefeitos, pois as despesas são fixas, e as receitas variam de acordo com a atividade econômica do país.

Os gestores solicitaram aos conselheiros do **Tribunal de Contas** a possibilidade da Corte analisar eventuais déficits financeiros orçamentários apenas ao término do mandato, e não anualmente, como ocorre atualmente. Isso possibilitaria aos gestores as correções anuais das contas, em busca do superávit ao término do mandato. Ainda, o retorno do índice prudente de 5% de déficit, que já foi aplicado em julgamentos de contas em anos anteriores.

O presidente da ATM agradeceu a atenção, abertura e diálogo dos conselheiros. "Temos um **Tribunal de Contas** educativo, atuante, participativo, municipalista, que está ao lado dos gestores, que sabe ouvir e se sensibilizar com os homens de espírito público. Só temos a agradecer pela abertura, por nos ouvir e entender o que estamos vivendo em nossos Municípios", disse Big Jow.

Os conselheiros se comprometeram em se reunirem para discutir a situação e encontrar uma possível solução que possa ir de encontro aos anseios dos gestores e ao cumprimento da legislação.

Foto: Divulgação/ATM

Participaram o presidente do **Tribunal de Contas**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e os conselheiros Manoel Pires, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho** e **Severiano Costandrade**, e o conselheiro substituto, Orlando Alves da Silva.

Site: <https://conexaoto.com.br/2026/03/02/prefeitos-reunem-se-com-conselheiros-do-tribunal-de-contas-e-relatam-preocupacoes-com-deficits-financeiros>

Sefaz conclui balanço de 2025 e CGE inicia auditoria final antes de envio ao Tribunal de Contas

por Redação

A Secretaria da Fazenda (Sefaz) entregou à Controladoria-Geral do Estado (CGE) nesta segunda-feira, 2, o balanço geral das atividades do governo referente ao exercício de 2025. A entrega faz parte do processo de prestação de contas anual do Poder Executivo e possibilita ao órgão analisar os dados antes de encaminhá-los ao **Tribunal de Contas (TCE)**, responsável pela avaliação técnica para posterior julgamento pela Assembleia Legislativa (Aleto).

AGENDA

Participaram do ato o titular da Sefaz, Donizeth Silva; a secretária-executiva do Tesouro, Ana Cristina Ribeiro; a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva; e a diretora de Demonstrações Contábeis, Sorayma Soares de Almeida Viana. Pela CGE, além do secretário-chefe, Murilo Centeno, estiveram presentes o superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano; a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda; e o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas, Fleuri Pereira dos Santos.

CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

A prestação de contas consolida as informações relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício. A apresentação cumpre o que determina a Constituição Estadual, segundo a qual o governo deve prestar contas anualmente, evidenciando a gestão dos recursos arrecadados e a situação fiscal e patrimonial do Estado. A consolidação das informações foi realizada pela Superintendência de Contabilidade Geral da Sefaz, com base nos registros do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe) e de outros sistemas estruturantes da administração pública estadual, assegurando consistência, rastreabilidade e transparência aos dados.

ORGANIZAÇÃO

O balanço geral está organizado em volumes que reúnem demonstrativos contábeis, fiscais e relatórios de desempenho governamental, possibilitando análise integrada da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Para garantir amplo acesso às informações, a Prestação de Contas é disponibilizada em meio eletrônico para consulta pública.

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

O secretário-chefe da CGE, Murilo Centeno, destacou o papel orientador e fiscalizador do órgão no processo de prestação de contas. "A controladoria orienta os órgãos a prestarem contas, seguindo as normas e recomendações do **Tribunal de Contas**, para garantir a transparência e o bom uso do patrimônio público. As informações são enviadas à Secretaria da Fazenda, consolidadas, analisadas pela Controladoria e, finalmente, encaminhadas ao **Tribunal de Contas** para avaliação e julgamento pela Assembleia Legislativa", afirmou.

NORMAS TÉCNICAS RIGOROSAS

O secretário da Fazenda, Donizeth Silva, ressaltou que a entrega do balanço geral representa mais do que uma obrigação legal, mas um compromisso institucional com a responsabilidade fiscal e a transparência. "Trabalhamos com base em normas técnicas rigorosas e sistemas integrados que asseguram a confiabilidade das informações. A transparência não é apenas um dever legal, mas um compromisso permanente com a sociedade tocantinense e com o fortalecimento das instituições de controle", enfatizou o secretário Donizeth.

TRÂMITE

Com a entrega formal à Controladoria, o processo segue agora para análise técnica e posterior encaminhamento ao **Tribunal de Contas**, etapa fundamental para o acompanhamento e o controle social das finanças públicas do Estado.

Site: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/sefaz-conclui-balanco-de-2025-e-cge-inicia-auditoria-final-antes-de-envio-ao-tribunal-de-contas/>

Prefeito e vice propõem aumento de 42% nos próprios salários e criação de 13º e férias no TO

Enquanto parte dos servidores municipais reclama de atrasos e cobra o cumprimento de planos de carreira, dois projetos enviados pelo Executivo à Câmara de Formoso do Araguaia propõem reajuste nos salários do prefeito e do vice-prefeito, além da criação de 13º salário e adicional de férias para os cargos.

As matérias, de autoria do prefeito Israel Borges Nunes (PSB), conhecido como Israel Kawê, fixam o subsídio mensal do chefe do Executivo em R\$ 25,8 mil. Atualmente, o valor é de R\$ 18,09 mil, um aumento de aproximadamente 42,6%. Para o vice-prefeito, Ronison Parente (MDB), a proposta estabelece R\$ 12,9 mil, frente aos atuais R\$ 9,03 mil, alta próxima de 42,8%.

Além da recomposição salarial, outro projeto prevê o pagamento de férias anuais remuneradas com adicional de um terço e 13º salário aos dois cargos, com vigência a partir de 2026.

A movimentação provocou reação entre representantes do funcionalismo. O presidente da Associação dos Servidores Públicos Municipais no Estado do **Tocantins** (ASPMET), Ronaldo Sérgio Alves de Sousa, criticou a iniciativa e afirmou que a medida não dialoga com a realidade enfrentada por aposentados e servidores da ativa.

"Enquanto aposentados estão recebendo seus pagamentos com atrasos todos os meses, enquanto o prefeito não cumpre os planos de carreira do quadro geral da saúde e também dos fiscais, manda um projeto de lei para reajustar o seu salário e o salário do vice-prefeito", declarou.

Segundo ele, a entidade pretende encaminhar os textos ao Ministério Público e ao **Tribunal de Contas** para análise. "Prefeito pode aumentar seu salário, mas não pode deixar de pagar o direito daqueles que já trabalharam e precisam receber suas aposentadorias em dia", completou.

Na justificativa enviada ao Legislativo, o Executivo argumenta que a fixação dos subsídios observa os princípios constitucionais e os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. O texto também menciona

entendimento do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO)** sobre a possibilidade de adequação dos valores, desde que sem efeito retroativo.

Sobre o 13º salário e o terço de férias, a prefeitura cita decisões do Supremo Tribunal Federal que reconhecem a legalidade do pagamento desses direitos a prefeitos e vice-prefeitos, desde que haja previsão em lei específica.

Com cerca de 19,3 mil habitantes e renda per capita aproximada de R\$ 19,8 mil, Formoso do Araguaia tem economia baseada principalmente na agropecuária, além do turismo ecológico e de pesca em expansão. Os projetos seguem em tramitação na Câmara e ainda precisam ser votados.

Site:

<https://gazetadocerrado.com.br/municipios/prefeito-e-vice-propoe-aumento-de-42-nos-proprios-salarios-e-criacao-de-13o-e-ferias-no-to/>

Secretaria da Fazenda entrega Balanço Geral do Estado à Controladoria e reforça compromisso com a transparência

por Arlete Carvalho/Governo do Tocantins

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) entregou nesta segunda-feira, 2, à Controladoria-Geral do Estado do **Tocantins** (CGE/TO) o Balanço Geral das atividades do Governo do **Tocantins**, referente ao exercício de 2025. A entrega faz parte do processo de prestação de contas anual do Poder Executivo e possibilita à Controladoria analisar os dados antes de encaminhá-los ao **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (**TCE/TO**), responsável pela avaliação técnica e posterior julgamento pela Assembleia Legislativa.

Participaram do ato, pela Sefaz, o secretário de Estado da Fazenda, Donizeth Silva; a secretária-executiva do Tesouro, Ana Cristina Ribeiro; a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva; e a diretora de Demonstrações Contábeis, Sorayma Soares de Almeida Viana.

Representando a CGE/TO, estiveram presentes o secretário-chefe, Murilo Centeno; o superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano da Costa Neto; a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda; e o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas, Fleuri Pereira dos Santos.

Consolidação das contas públicas

De acordo com o documento apresentado, a Prestação de Contas do Estado consolida as informações relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício, permitindo à sociedade acompanhar a aplicação dos recursos públicos e avaliar os resultados da gestão estadual.

A apresentação cumpre o que determina o artigo 40, inciso VII, da Constituição Estadual, segundo o qual o Governo deve prestar contas anualmente, evidenciando a gestão dos recursos arrecadados e a situação fiscal e patrimonial do Estado.

A consolidação das informações foi realizada pela Superintendência de Contabilidade Geral da Sefaz,

com base nos registros do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe/TO) e de outros sistemas estruturantes da administração pública estadual, assegurando consistência, rastreabilidade e transparência aos dados.

As demonstrações contábeis e relatórios fiscais foram elaborados conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP - 11ª edição), o Manual dos Demonstrativos Fiscais (MDF) e as normas do **TCE/TO**.

O Balanço Geral está organizado em volumes que reúnem demonstrativos contábeis, fiscais e relatórios de desempenho governamental, possibilitando análise integrada da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Para garantir amplo acesso às informações, a Prestação de Contas é disponibilizada em meio eletrônico para consulta pública.

Transparência e controle

O secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Centeno, destacou o papel orientador e fiscalizador do órgão no processo de prestação de contas.

"A controladoria orienta os órgãos a prestarem contas, seguindo as normas e recomendações do **Tribunal de Contas**, para garantir a transparência e o bom uso do patrimônio público. As informações são enviadas à Secretaria da Fazenda, consolidadas, analisadas pela controladoria e, finalmente, encaminhadas ao **Tribunal de Contas** para avaliação e julgamento pela Assembleia Legislativa", afirmou.

O secretário de Estado da Fazenda, Donizeth Silva, ressaltou que a entrega do Balanço Geral representa mais do que uma obrigação legal, sendo um compromisso institucional com a responsabilidade fiscal e a transparência.

"A consolidação e a entrega do Balanço Geral demonstram a seriedade com que o Estado conduz a

gestão dos recursos públicos. Trabalhamos com base em normas técnicas rigorosas e sistemas integrados que asseguram a confiabilidade das informações. A transparência não é apenas um dever legal, mas um compromisso permanente com a sociedade tocantinense e com o fortalecimento das instituições de controle", enfatizou o secretário Donizeth.

Com a entrega formal à Controladoria, o processo segue agora para análise técnica e posterior encaminhamento ao **Tribunal de Contas**, etapa fundamental para o acompanhamento e o controle social das finanças públicas do Estado.

Site: <http://www.to.gov.br/noticias/secretaria-da-fazenda-entrega-balanco-geral-do-estado-a-controladoria-e-reforca-compromisso-com-a-transparencia/1dlldn12a5qgp>

Aumento de 42% para prefeito e vice e criação de 13º e férias geram críticas em Formoso

Notícias do **Tocantins** - Dois projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal de Formoso do Araguaia, no sudoeste do Estado, têm provocado questionamentos de servidores públicos e repercussão nas redes sociais. As propostas tratam da fixação do subsídio do prefeito e do vice-prefeito, além da concessão de 13º salário e adicional de um terço de férias aos chefes do Executivo municipal.

De autoria do prefeito Israel Borges Nunes (PSB), conhecido como Israel Kawê, o Projeto de Lei nº 006/2026 fixa o salário mensal do prefeito em R\$ 25,8 mil - aumento de aproximadamente 42,6% em relação ao subsídio atual de R\$ 18,09 mil.

Para o vice-prefeito, Ronison Parente (MDB), o valor proposto é de R\$ 12,9 mil, o que representa acréscimo de cerca de 42,8% sobre os atuais R\$ 9,03 mil.

Já o Projeto de Lei nº 007/2026 institui o pagamento de férias anuais remuneradas com adicional de um terço e 13º salário ao prefeito e ao vice-prefeito, com vigência a partir de 2026.

Com cerca de 19,3 mil habitantes, o município tem renda per capita aproximada de R\$ 19,8 mil. A economia local é baseada principalmente na agropecuária e, em expansão, no turismo ecológico e de pesca.

Reclamação de servidores

A iniciativa foi criticada por representantes dos servidores municipais, que afirmam que a proposta contrasta com a situação enfrentada por aposentados e servidores da ativa.

O presidente da Associação dos Servidores Públicos Municipais no Estado do **Tocantins** (ASPMET), Ronaldo Sérgio Alves de Sousa, também criticou os projetos: "Enquanto aposentados estão recebendo seus pagamentos com atrasos todos os meses, enquanto o prefeito não cumpre os planos de carreira do quadro geral da saúde e também dos fiscais, manda um projeto de lei para reajustar o seu salário e o salário do vice-prefeito", afirmou.

Segundo ele, a entidade pretende encaminhar cópia dos projetos ao Ministério Público e ao **Tribunal de Contas** para análise. "Prefeito pode aumentar seu salário, mas não pode deixar de pagar o direito daqueles que já trabalharam e precisam receber suas aposentadorias em dia", declarou.

Fundamentação do Executivo

Na exposição de motivos, o prefeito sustenta que a proposta tem respaldo constitucional, desde que respeitados os princípios da moralidade, impessoalidade e responsabilidade fiscal, além dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O texto também menciona entendimento do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)** quanto à possibilidade de fixação ou adequação de subsídios, sem efeitos retroativos.

Quanto ao 13º salário e ao terço de férias, o Executivo cita decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconhecem a possibilidade de pagamento desses direitos a prefeitos e vice-prefeitos, desde que haja previsão em lei específica.

Os projetos aguardam tramitação e votação na Câmara Municipal. Enquanto a base governista defende a legalidade e a regularidade fiscal das medidas, parte dos servidores questiona a prioridade das propostas diante das demandas da categoria.

Site: <https://afnoticias.com.br/cidades/projetos-que-elevam-salario-do-prefeito-e-criam-13o-e-ferias-geram-criticas-em-formoso-do-araguaia>

Governo do Tocantins integra projeto TCE de Olho no Futuro e fortalece políticas para a primeira infância

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2026/03/02/RDIO96FMPALM>

ASTO-10.35.06-10.36.12-1772471790.mp3

Governo do Tocantins entrega prestações de contas dos ordenadores ao Tribunal de Contas dentro do prazo

Por: Helder Peixoto

Reafirmando o compromisso com a transparência, a responsabilidade fiscal e o cumprimento dos prazos legais, o Governo do **Tocantins**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), concluiu na sexta-feira, 27, a entrega das Prestações de Contas Anuais dos Ordenadores de Despesas do Executivo Estadual, referentes ao exercício de 2025, ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Para o secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Francisco Centeno, a entrega das prestações de contas anuais dos ordenadores de despesas evidencia a maturidade dos mecanismos de controle e governança adotados pela Administração Estadual. "O resultado reflete a atuação coordenada dos órgãos e entidades na organização das informações, na correção de inconsistências e no cuidadoso atendimento às exigências legais, promovendo transparência dos atos de gestão e adequada prestação de contas à sociedade", destacou.

A consolidação das prestações de contas contou com atuação diuturna da equipe técnica da CGE, por meio da Superintendência de Gestão e Ações de Controle Interno (Sugaci), que realizou análise criteriosa, validação e acompanhamento permanente dos processos de todas as unidades gestoras do Executivo Estadual, assegurando rigor técnico, consistência das informações e alinhamento às normas de controle interno.

O superintendente Benedito Martiniano da Costa Neto ressaltou a atuação da equipe técnica da Controladoria. "Tratou-se de um trabalho intenso e especializado, executado em prazo exíguo e com acompanhamento permanente das unidades gestoras. Avançamos na coleta e no tratamento dos dados, com ferramentas que possibilitaram o confronto automatizado das informações prestadas pelos órgãos, somadas à avaliação técnica dos servidores para garantir a qualidade das informações encaminhadas ao Tribunal", pontuou.

As prestações de contas anuais consolidam informações de natureza contábil, patrimonial, orçamentária e financeira, bem como dados relativos à gestão de pessoas, contratos administrativos, convênios, patrimônio e controle de almoxarifado.

O conjunto documental abrange ainda a verificação dos limites e exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, a análise de restos a pagar e a regularidade dos atos de gestão. Inclui, também, a apreciação dos objetivos, indicadores, metas e ações previstos no Plano Plurianual, permitindo aferir a execução das políticas públicas e a correta aplicação dos recursos estaduais, bem como o desempenho da gestão e a aderência aos princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Próximas etapas

Com a conclusão da etapa de envio formal, as prestações de contas das unidades gestoras, compostas por secretarias, autarquias e fundos da administração direta e indireta, passam agora à fase de análise técnica pelo **TCE/TO**.

Nos próximos dias, os relatórios de gestão e de auditoria estarão disponíveis para consulta no Portal da Transparência do Governo do **Tocantins**, ampliando o acesso às informações e reafirmando o compromisso com a transparência e o controle social.

Site: <https://www.blogdohp.com/noticia/226683/governo-do-tocantins-entrega-prestacoes-de-contas-dos-ordenadores-ao-tribunal-de-contas-dentro-do-prazo>

Sefaz entrega à CGE/TO Balanço Geral do Governo referente a 2025

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) entregou nesta segunda-feira, 2, à Controladoria-Geral do Estado do **Tocantins** (CGE/TO) o Balanço Geral das atividades do Governo do **Tocantins**, referente ao exercício de 2025. A entrega faz parte do processo de prestação de contas anual do Poder Executivo e possibilita à Controladoria analisar os dados antes de encaminhá-los ao **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** (**TCE/TO**), responsável pela avaliação técnica e posterior julgamento pela Assembleia Legislativa.

Participaram do ato, pela Sefaz, o secretário de Estado da Fazenda, Donizeth Silva; a secretária-executiva do Tesouro, Ana Cristina Ribeiro; a superintendente de Contabilidade Geral, Maria Helany da Silva; e a diretora de Demonstrações Contábeis, Sorayma Soares de Almeida Viana.

Representando a CGE/TO, estiveram presentes o secretário-chefe, Murilo Centeno; o superintendente de Gestão e Ações de Controle Interno, Benedito Martiniano da Costa Neto; a diretora de Controle da Gestão Governamental e Prevenção à Corrupção, Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda; e o gerente de Análise, Demonstração e Consolidação das Contas, Fleuri Pereira dos Santos.

Consolidação das contas públicas

De acordo com o documento apresentado, a Prestação de Contas do Estado consolida as informações relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício, permitindo à sociedade acompanhar a aplicação dos recursos públicos e avaliar os resultados da gestão estadual.

A apresentação cumpre o que determina o artigo 40, inciso VII, da Constituição Estadual, segundo o qual o Governo deve prestar contas anualmente, evidenciando a gestão dos recursos arrecadados e a situação fiscal e patrimonial do Estado.

A consolidação das informações foi realizada pela Superintendência de Contabilidade Geral da Sefaz, com base nos registros do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do **Tocantins** (Siafe/TO) e de outros sistemas estruturantes da administração pública estadual, assegurando consistência, rastreabilidade e transparência aos

dados.

As demonstrações contábeis e relatórios fiscais foram elaborados conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP - 11ª edição), o Manual dos Demonstrativos Fiscais (MDF) e as normas do **TCE/TO**.

O Balanço Geral está organizado em volumes que reúnem demonstrativos contábeis, fiscais e relatórios de desempenho governamental, possibilitando análise integrada da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Para garantir amplo acesso às informações, a Prestação de Contas é disponibilizada em meio eletrônico para consulta pública.

Transparência e controle

O secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Centeno, destacou o papel orientador e fiscalizador do órgão no processo de prestação de contas.

"A controladoria orienta os órgãos a prestarem contas, seguindo as normas e recomendações do **Tribunal de Contas**, para garantir a transparência e o bom uso do patrimônio público. As informações são enviadas à Secretaria da Fazenda, consolidadas, analisadas pela controladoria e, finalmente, encaminhadas ao **Tribunal de Contas** para avaliação e julgamento pela Assembleia Legislativa", afirmou.

O secretário de Estado da Fazenda, Donizeth Silva, ressaltou que a entrega do Balanço Geral representa mais do que uma obrigação legal, sendo um compromisso institucional com a responsabilidade fiscal e a transparência.

"A consolidação e a entrega do Balanço Geral demonstram a seriedade com que o Estado conduz a gestão dos recursos públicos. Trabalhamos com base em normas técnicas rigorosas e sistemas integrados que asseguram a confiabilidade das informações. A transparência não é apenas um dever legal, mas um compromisso permanente com a sociedade tocantinense e com o fortalecimento das instituições de controle", enfatizou o secretário Donizeth.

Com a entrega formal à Controladoria, o processo segue agora para análise técnica e posterior encaminhamento ao **Tribunal de Contas**, etapa fundamental para o acompanhamento e o controle social das finanças públicas do Estado.

Site: <https://www.portalstylo.com.br/noticia/sefaz-entrega-a-cgeto-balanco-geral-do-governo-referente-a-2025>

Prefeitos do Tocantins discutem crise fiscal com TCE em Palmas

-- Publicidade --

Prefeitos do **Tocantins** discutem crise fiscal com **TCE** em **Palmas**

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, integrou uma comitiva de 11 prefeitos tocantinenses que se reuniu, na tarde desta segunda-feira, 02, com o presidente do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e com os conselheiros **Manoel Pires dos Santos**, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, Severiano José Costandrade de Aguiar e Orlando Alves da Silva. O encontro ocorreu na sede do Tribunal, em **Palmas**.

Na pauta, os desafios enfrentados pelos gestores municipais diante dos déficits financeiros e orçamentários provocados pela frustração de receitas, como a queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e atrasos no repasse de recursos federais.

Durante a reunião, Eduardo Siqueira Campos lembrou as dificuldades de 2025, primeiro ano de seu retorno ao comando da Prefeitura de **Palmas**, marcadas por dívidas herdadas e redução de arrecadação. "Percebo o grito dos prefeitos. Tivemos em **Palmas**, no ano passado, um grande trabalho de enxugar as contas para podermos nos enquadrar. Foi necessário fazer cortes nos gastos, otimizar os recursos, reduzir a folha de pagamento e adotar práticas de austeridade", afirmou.

O presidente da Associação Tocantinense dos Municípios (ATM), prefeito Big Jow, destacou que os gestores buscam um entendimento junto ao **TCE** para flexibilizar o controle no quadriênio 2025-2028. O presidente do Tribunal informou que se reunirá com os demais conselheiros para deliberar sobre as demandas apresentadas.

Participaram da reunião os prefeitos dos municípios de Araguaína, Carmolândia, Cristalândia, Gurupi, Juarina, **Palmas**, Paraíso do **Tocantins**, Pedro Afonso, Porto Nacional, Rio dos Bois e Tocantinópolis.

Fotos Edivan Cavalcanti / **TCETO**

-

Site: <https://www.palmasaqui.com.br/destaque/prefeitos-do-tocantins-discutem-crise-fiscal-com-tce-em-palmas/>

Prefeitos se reúnem com conselheiros do TCE e relatam preocupações com déficits financeiros orçamentários

Folha do Bico

Onze prefeitos de municípios do **Tocantins** se reuniram com conselheiros do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, nesta segunda-feira, 02, na sede da Corte, para apresentarem preocupações com eventuais déficits financeiros orçamentários que podem acarretar à reprovação de contas. A reunião foi encabeçada pela Associação Tocantinense de Municípios (ATM), tendo a abertura e receptividade de membros **TCE**.

Participaram os prefeitos das cinco maiores cidades do **Tocantins**: Eduardo Siqueira Campos (**Palmas**), Wagner Rodrigues (Araguaína), Josi Nunes (Gurupi), Ronivon Maciel (Porto Nacional) e Celso Moraes (Paraíso do **Tocantins**). Ainda, os prefeitos Fabion (Tocantinópolis), Joaquim Pinheiro (Pedro Afonso), Joel Rufino (Rio dos Bois), Seu Manoel (Juarina) e Douglas Oliveira (Carmolândia). Os prefeitos estavam acompanhados do presidente da ATM, prefeito de Cristalândia, Big Jow.

Todos os prefeitos presentes relataram preocupações quanto aos déficits financeiros orçamentários, e as situações que levam a esse cenário, como frustrações de receitas, aumento das demandas, dívidas acumuladas de gestões anteriores, entre outras condicionantes. Os gestores foram unânimes em enfatizar que os déficits não são resultados de eventuais dolo ou irresponsabilidades, mas resultado de outros fatores, inclusive que fogem do controle dos prefeitos e prefeitais.

"Tivemos redução de 15% do FPM", relatou o prefeito Eduardo Siqueira Campos. "Houve uma redução de 20% dos repasses do ICMS para Porto Nacional em fevereiro", disse o prefeito Ronivon. "Esse é um problema que afeta os 139 municípios tocantinenses", frisou o prefeito de Araguaína, Wagner Rodrigues. A frustração de receitas é um dos principais fatores que leva aos déficits, apontaram os prefeitos, pois as despesas são fixas, e as receitas variam de acordo com a atividade econômica do país.

Os gestores solicitaram aos conselheiros do **Tribunal de Contas** a possibilidade da Corte analisar eventuais

deficits financeiros orçamentários apenas ao término do mandato, e não anualmente, como ocorre atualmente. Isso possibilitaria aos gestores as correções anuais das contas, em busca do superávit ao término do mandato. Ainda, o retorno do índice prudente de 5% de déficit, que já foi aplicado em julgamentos de contas em anos anteriores.

O presidente da ATM agradeceu a atenção, abertura e diálogo dos conselheiros. "Temos um **Tribunal de Contas** educativo, atuante, participativo, municipalista, que está ao lado dos gestores, que sabe ouvir e se sensibilizar com os homens de espírito público. Só temos a agradecer pela abertura, por nos ouvir e entender o que estamos vivendo em nossos Municípios", disse Big Jow.

Os conselheiros se comprometeram em se reunirem para discutir a situação e encontrar uma possível solução que possa ir de encontro aos anseios dos gestores e ao cumprimento da legislação.

Participaram o presidente do **Tribunal de Contas**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e os conselheiros Manoel Pires, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho** e **Severiano Costandrade**, e o conselheiro substituto, Orlando Alves da Silva.

Site: <https://folhadobico.com.br/prefeitos-se-reunem-com-conselheiros-do-tce-e-relatam-preocupacoes-com-deficits-financeiros-orcamentarios/>

Prefeitos se reúnem com conselheiros do Tribunal de Contas e relatam preocupações com déficits financeiros orçamentários (CIDADES)

Redação do Portal RR10 Notícias

Onze prefeitos de municípios do **Tocantins** se reuniram com conselheiros do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, nesta segunda-feira, 02, na sede da Corte, para apresentarem preocupações com eventuais déficits financeiros orçamentários que podem acarretar à reprovação de contas. A reunião foi encabeçada pela Associação Tocantinense de Municípios (ATM), tendo a abertura e receptividade de membros **TCE**.

Participaram os prefeitos das cinco maiores cidades do **Tocantins**: Eduardo Siqueira Campos (**Palmas**), Wagner Rodrigues (Araguaína), Josi Nunes (Gurupi), Ronivon Maciel (Porto Nacional) e Celso Moraes (Paraíso do **Tocantins**). Ainda, os prefeitos Fabion (Tocantinópolis), Joaquim Pinheiro (Pedro Afonso), Joel Rufino (Rio dos Bois), Seu Manoel (Juarina) e Douglas Oliveira (Carmolândia). Os prefeitos estavam acompanhados do presidente da ATM, prefeito de Cristalândia, Big Jow.

Todos os prefeitos presentes relataram preocupações quanto aos déficits financeiros orçamentários, e as situações que levam a esse cenário, como frustrações de receitas, aumento das demandas, dívidas acumuladas de gestões anteriores, entre outras condicionantes. Os gestores foram unânimes em enfatizar que os déficits não são resultados de eventuais dolo ou irresponsabilidades, mas resultado de outros fatores, inclusive que fogem do controle dos prefeitos e prefeitais.

"Tivemos redução de 15% do FPM", relatou o prefeito Eduardo Siqueira Campos. "Houve uma redução de 20% dos repasses do ICMS para Porto Nacional em fevereiro", disse o prefeito Ronivon. "Esse é um problema que afeta os 139 municípios tocantinenses", frisou o prefeito de Araguaína, Wagner Rodrigues. A frustração de receitas é um dos principais fatores que leva aos déficits, apontaram os prefeitos, pois as despesas são fixas, e as receitas variam de acordo com a atividade econômica do país.

Os gestores solicitaram aos conselheiros do **Tribunal de Contas** a possibilidade da Corte analisar eventuais déficits financeiros orçamentários apenas ao término do mandato, e não anualmente, como ocorre atualmente. Isso possibilitaria aos gestores as correções anuais das contas, em busca do superávit ao término do mandato. Ainda, o retorno do índice prudente de 5% de déficit, que já foi aplicado em julgamentos de contas em anos anteriores.

O presidente da ATM agradeceu a atenção, abertura e diálogo dos conselheiros. "Temos um **Tribunal de Contas** educativo, atuante, participativo, municipalista, que está ao lado dos gestores, que sabe ouvir e se sensibilizar com os homens de espírito público. Só temos a agradecer pela abertura, por nos ouvir e entender o que estamos vivendo em nossos Municípios", disse Big Jow.

Os conselheiros se comprometeram em se reunirem para discutir a situação e encontrar uma possível solução que possa ir de encontro aos anseios dos gestores e ao cumprimento da legislação.

Participaram o presidente do **Tribunal de Contas**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e os conselheiros Manoel Pires, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho** e **Severiano Costandrade**, e o conselheiro substituto, Orlando Alves da Silva.

Site: <https://rr10noticias.com.br/prefeitos-se-reunem-com-conselheiros-do-tribunal-de-contas-e-relatam-preocupacoes-com-deficits-financeiros-orcamentarios/>

ESPERANTINA: Gestão Tota alcança desempenho expressivo em selo que mede planejamento e responsabilidade fiscal

Folha do Bico

Esperantina, no Bico do Papagaio, alcançou 100 dos 110 pontos possíveis no Selo Município Amigo do Futuro, certificação concedida pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** a administrações que atendem critérios rigorosos de planejamento, responsabilidade fiscal e execução eficiente de políticas públicas. A avaliação técnica considera indicadores em áreas estratégicas como educação, saúde, assistência social, transparência, controle interno e gestão orçamentária, medindo a capacidade do município de estruturar ações com foco em resultados de médio e longo prazo.

A pontuação elevada posiciona Esperantina entre os municípios com melhor desempenho na adoção de boas práticas administrativas no estado, sinalizando organização institucional e aderência às normas de governança. O selo busca estimular uma cultura de planejamento contínuo e equilíbrio fiscal, reforçando a importância de políticas públicas sustentáveis e da aplicação responsável dos recursos. Ao atingir esse patamar, o município consolida um modelo de gestão orientado por metas técnicas e compromisso com a melhoria da qualidade de vida da população.

Site: <https://folhadobico.com.br/esperantina-gestao-tota-alcanca-desempenho-expressivo-em-selo-que-mede-planejamento-e-responsabilidade-fiscal/>

Grupo de prefeitos do Tocantins discute crise fiscal com TCE-TO em Palmas

Autor(a): Redação

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, integrou uma comitiva de 11 prefeitos tocaninenses que se reuniu, na tarde desta segunda-feira, 2, com o presidente do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e com os conselheiros **Manoel Pires dos Santos**, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, Severiano José Costandrade de Aguiar e Orlando Alves da Silva. O encontro ocorreu na sede do Tribunal, em **Palmas**.

Na pauta, os desafios enfrentados pelos gestores municipais diante dos déficits financeiros e orçamentários provocados pela frustração de receitas, como a queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e atrasos no repasse de recursos federais.

Durante a reunião, Eduardo Siqueira Campos lembrou as dificuldades de 2025, primeiro ano de seu retorno ao comando da Prefeitura de **Palmas**, marcadas por dívidas herdadas e redução de arrecadação. "Percebo o grito dos prefeitos. Tivemos em **Palmas**, no ano passado, um grande trabalho de enxugar as contas para podermos nos enquadrar. Foi necessário fazer cortes nos gastos, otimizar os recursos, reduzir a folha de pagamento e adotar práticas de austeridade", afirmou.

O presidente da Associação Tocantinense dos Municípios (ATM), prefeito Big Jow, destacou que os gestores buscam um entendimento junto ao **TCE** para flexibilizar o controle no quadriênio 2025-2028. O presidente do Tribunal informou que se reunirá com os demais conselheiros para deliberar sobre as demandas apresentadas.

Participaram da reunião os prefeitos dos municípios de Araguaína, Carmolândia, Cristalândia, Gurupi, Juarina, **Palmas**, Paraíso do **Tocantins**, Pedro Afonso, Porto Nacional, Rio dos Bois e Tocantinópolis.

Site: <https://agora-to.com.br/grupo-de-prefeitos-do-tocantins-discute-crise-fiscal-com-tce-to-em-palmas/>

AXIXÁ: TCE apontou sobrepreço de R\$ 350 mil em show de Bruno & Marrone

Folha do Bico

Ao barra o gasto absurdo da Prefeitura municipal de Axixá, no Bico do Papagaio, com o show de 1h30 da dupla sertaneja Bruno Marrone, o **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins** identificou sobrepreço no valor global de R\$ 1,1 milhão. A decisão cautelar foi aprovada por unanimidade e suspendeu o procedimento administrativo que previa a apresentação da dupla Bruno Marrone em março de 2026. Segundo análise técnica, o valor mantido no segundo processo não apresentou justificativas suficientes para afastar a estimativa de sobrepreço calculada em aproximadamente R\$ 350 mil.

O caso já havia sido objeto de suspensão anterior, quando auditores apontaram falhas na instrução processual, ausência de documentos essenciais, cláusulas consideradas desfavoráveis ao poder público e previsão de pagamento antecipado integral sem garantias contratuais adequadas. Mesmo após a anulação formal do primeiro procedimento, um novo processo foi aberto com características semelhantes, mantendo os mesmos pontos sensíveis identificados anteriormente.

Entre os aspectos que chamaram atenção da área técnica está o impacto financeiro da contratação em um município com cerca de 10 mil habitantes. A análise questiona a compatibilidade da despesa com a realidade fiscal local e alerta para potenciais riscos ao erário. A manutenção do valor elevado, sem comprovação detalhada de parâmetros de mercado, reforçou o entendimento de que ainda há fragilidades na composição do preço contratado.

A decisão cautelar busca evitar dano financeiro e reforça o papel do controle externo na fiscalização de contratos públicos, especialmente quando há indícios de sobrepreço e risco à economicidade.

Site: <https://folhadobico.com.br/axixa-tce-apontou-sobrepreco-de-r-350-mil-em-show-de-bruno-marrone/>

Prefeitos do Tocantins discutem crise fiscal com TCE em Palmas (ATUALIZAÇÕES)

Atualiza Tocantins

O prefeito de **Palmas**, Eduardo Siqueira Campos, integrou uma comitiva de 11 prefeitos tocaninenses que se reuniu, na tarde desta segunda-feira, 02, com o presidente do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO)**, conselheiro **Alberto Sevilha**, e com os conselheiros **Manoel Pires dos Santos**, **Napoleão de Souza Luz Sobrinho**, Severiano José Costandrade de Aguiar e Orlando Alves da Silva. O encontro ocorreu na sede do Tribunal, em **Palmas**.

Na pauta, os desafios enfrentados pelos gestores municipais diante dos déficits financeiros e orçamentários provocados pela frustração de receitas, como a queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e atrasos no repasse de recursos federais.

Durante a reunião, Eduardo Siqueira Campos relembrou as dificuldades de 2025, primeiro ano de seu retorno ao comando da Prefeitura de **Palmas**, marcadas por dívidas herdadas e redução de arrecadação. "Percebo o grito dos prefeitos. Tivemos em **Palmas**, no ano passado, um grande trabalho de enxugar as contas para podermos nos enquadrar. Foi necessário fazer cortes nos gastos, otimizar os recursos, reduzir a folha de pagamento e adotar práticas de austeridade", afirmou.

O presidente da Associação Tocantinense dos Municípios (ATM), prefeito Big Jow, destacou que os gestores buscam um entendimento junto ao **TCE** para flexibilizar o controle no quadriênio 2025-2028. O presidente do Tribunal informou que se reunirá com os demais conselheiros para deliberar sobre as demandas apresentadas.

Participaram da reunião os prefeitos dos municípios de Araguaína, Carmolândia, Cristalândia, Gurupi, Juarina, **Palmas**, Paraíso do **Tocantins**, Pedro Afonso, Porto Nacional, Rio dos Bois e Tocantinópolis. Fotos Edivan Cavalcanti / **TCETO**

Site: <https://atualizatocantins.com/prefeitos-do-tocantins-discutem-crise-fiscal-com-tce-em-palmas/>

Governo do Tocantins integra projeto TCE de Olho no Futuro e fortalece políticas para a primeira infância (Governo do Tocantins)

Redação

O Governo do **Tocantins** participou, nesta sexta-feira, 27, no Instituto de Contas, da apresentação da 2ª edição do projeto **TCE** de Olho no Futuro: Aliança pela Primeira Infância. A iniciativa busca fortalecer a gestão pública e elevar os indicadores sociais voltados ao desenvolvimento infantil no estado. O programa reforça o papel pedagógico e indutor do **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**, estabelecendo um compromisso ético e constitucional com a transformação social por meio de políticas públicas sustentáveis que assegurem os direitos fundamentais de crianças de 0 a 6 anos.

A nova fase do projeto prevista para 2026 foca em escuta ativa, monitoramento e novos indicadores sociais para dar voz à sociedade. O cronograma contempla cinco etapas: o lançamento da segunda edição, capacitações regionais, encontros presenciais em 12 municípios, a definição de indicadores para o selo e a entrega da certificação Município Amigo do Futuro. O objetivo é incentivar a participação comunitária no acompanhamento das ações governamentais.

Na ocasião, representando o Governo do Estado, o gerente de Promoção dos Direitos da Primeira Infância da Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju), Vanilson Silva, destacou a importância da atuação integrada entre os órgãos públicos. "Esse é um momento que evidencia o compromisso do Governo do Estado com uma política séria, contínua e estruturada de proteção às nossas crianças. Estamos enfrentando a realidade com transparência e responsabilidade, fortalecendo a atuação conjunta da Assistência Social, da Saúde e da Educação, para que trabalhem de forma cada vez mais integrada e eficiente. Seguimos firmes na missão de transformar indicadores em resultados concretos para a nossa população", enfatizou.

O presidente do **TCE/TO**, conselheiro **Alberto Sevilha**, defendeu a continuidade e o fortalecimento do programa como estratégia essencial para garantir a proteção integral na primeira infância. "Os resultados demonstram que precisamos seguir avançando, com

ações voltadas às famílias e ao cuidado com as nossas crianças nos primeiros anos de vida. É fundamental que essas iniciativas estejam alinhadas à realidade do **Tocantins**, promovendo políticas públicas eficazes, prevenção e acompanhamento adequado. Investir na primeira infância é assegurar um desenvolvimento mais saudável e um futuro mais digno para toda a sociedade", afirmou.

São parceiros da iniciativa o Governo do **Tocantins**, por meio da Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju), da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Setas), da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), da Secretaria de Estado da Saúde (SES/TO) e da Polícia Militar (PM/TO); o Tribunal de Justiça do Estado do **Tocantins** (TJTO); o Ministério Público do Estado do **Tocantins** (MPTO); a Defensoria Pública do Estado do **Tocantins** (DPE); a Associação Tocantinense de Municípios (ATM); e a Federação das Indústrias do Estado do **Tocantins** (Fieto).

Site: <https://gazetadegurupi.com.br/tocantins/governo-do-tocantins-integra-projeto-tce-de-olho-no-futuro-e-fortalece-politicas-para-a-primeira-infancia/>

Governo do Tocantins entrega prestações de contas dos ordenadores ao Tribunal de Contas dentro do prazo (Governo do Tocantins)

Redação

Reafirmando o compromisso com a transparência, a responsabilidade fiscal e o cumprimento dos prazos legais, o Governo do **Tocantins**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), concluiu nesta sexta-feira, 27, a entrega das Prestações de Contas Anuais dos Ordenadores de Despesas do Executivo Estadual, referentes ao exercício de 2025, ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Para o secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Francisco Centeno, a entrega das prestações de contas anuais dos ordenadores de despesas evidencia a maturidade dos mecanismos de controle e governança adotados pela Administração Estadual. "O resultado reflete a atuação coordenada dos órgãos e entidades na organização das informações, na correção de inconsistências e no cuidadoso atendimento às exigências legais, promovendo transparência dos atos de gestão e adequada prestação de contas à sociedade", destacou.

A consolidação das prestações de contas contou com atuação diuturna da equipe técnica da CGE, por meio da Superintendência de Gestão e Ações de Controle Interno (Sugaci), que realizou análise criteriosa, validação e acompanhamento permanente dos processos de todas as unidades gestoras do Executivo Estadual, assegurando rigor técnico, consistência das informações e alinhamento às normas de controle interno.

O superintendente Benedito Martiniano da Costa Neto ressaltou a atuação da equipe técnica da Controladoria. "Tratou-se de um trabalho intenso e especializado, executado em prazo exíguo e com acompanhamento permanente das unidades gestoras. Avançamos na coleta e no tratamento dos dados, com ferramentas que possibilitaram o confronto automatizado das informações prestadas pelos órgãos, somadas à avaliação técnica dos servidores para garantir a qualidade das informações encaminhadas ao Tribunal", pontuou.

Prestação de Contas

As prestações de contas anuais consolidam informações de natureza contábil, patrimonial, orçamentária e financeira, bem como dados relativos à gestão de pessoas, contratos administrativos, convênios, patrimônio e controle de almoxarifado.

O conjunto documental abrange ainda a verificação dos limites e exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, a análise de restos a pagar e a regularidade dos atos de gestão. Inclui, também, a apreciação dos objetivos, indicadores, metas e ações previstos no Plano Plurianual, permitindo aferir a execução das políticas públicas e a correta aplicação dos recursos estaduais, bem como o desempenho da gestão e a aderência aos princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Próximas etapas

Com a conclusão da etapa de envio formal, as prestações de contas das unidades gestoras, compostas por secretarias, autarquias e fundos da administração direta e indireta, passam agora à fase de análise técnica pelo **TCE/TO**.

Nos próximos dias, os relatórios de gestão e de auditoria estarão disponíveis para consulta no Portal da Transparência do Governo do **Tocantins**, ampliando o acesso às informações e reafirmando o compromisso com a transparência e o controle social.

Site: <https://gazetadegurupi.com.br/tocantins/governo-do-tocantins-entrega-prestacoes-de-contas-dos-ordenadores-ao-tribunal-de-contas-dentro-do-prazo/>

Governo do Tocantins entrega prestações de contas dos ordenadores ao Tribunal de Contas dentro do prazo

Reafirmando o compromisso com a transparência, a responsabilidade fiscal e o cumprimento dos prazos legais, o Governo do **Tocantins**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), concluiu nesta sexta-feira, 27, a entrega das Prestações de Contas Anuais dos Ordenadores de Despesas do Executivo Estadual, referentes ao exercício de 2025, ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Para o secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Francisco Centeno, a entrega das prestações de contas anuais dos ordenadores de despesas evidencia a maturidade dos mecanismos de controle e governança adotados pela Administração Estadual. "O resultado reflete a atuação coordenada dos órgãos e entidades na organização das informações, na correção de inconsistências e no cuidadoso atendimento às exigências legais, promovendo transparência dos atos de gestão e adequada prestação de contas à sociedade", destacou.

A consolidação das prestações de contas contou com atuação diuturna da equipe técnica da CGE, por meio da Superintendência de Gestão e Ações de Controle Interno (Sugaci), que realizou análise criteriosa, validação e acompanhamento permanente dos processos de todas as unidades gestoras do Executivo Estadual, assegurando rigor técnico, consistência das informações e alinhamento às normas de controle interno.

O superintendente Benedito Martiniano da Costa Neto ressaltou a atuação da equipe técnica da Controladoria. "Tratou-se de um trabalho intenso e especializado, executado em prazo exíguo e com acompanhamento permanente das unidades gestoras. Avançamos na coleta e no tratamento dos dados, com ferramentas que possibilitaram o confronto automatizado das informações prestadas pelos órgãos, somadas à avaliação técnica dos servidores para garantir a qualidade das informações encaminhadas ao Tribunal", pontuou.

Prestação de Contas

As prestações de contas anuais consolidam informações de natureza contábil, patrimonial,

orçamentária e financeira, bem como dados relativos à gestão de pessoas, contratos administrativos, convênios, patrimônio e controle de almoxarifado.

O conjunto documental abrange ainda a verificação dos limites e exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, a análise de restos a pagar e a regularidade dos atos de gestão. Inclui, também, a apreciação dos objetivos, indicadores, metas e ações previstos no Plano Plurianual, permitindo aferir a execução das políticas públicas e a correta aplicação dos recursos estaduais, bem como o desempenho da gestão e a aderência aos princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Próximas etapas

Com a conclusão da etapa de envio formal, as prestações de contas das unidades gestoras, compostas por secretarias, autarquias e fundos da administração direta e indireta, passam agora à fase de análise técnica pelo **TCE/TO**.

Nos próximos dias, os relatórios de gestão e de auditoria estarão disponíveis para consulta no Portal da Transparência do Governo do **Tocantins**, ampliando o acesso às informações e reafirmando o compromisso com a transparência e o controle social.

(SECOM-TO)

Site: <https://www.vozdobico.com.br/destaques/governo-do-tocantins-entrega-prestacoes-de-contas-dos-ordenadores-ao-tribunal-de-contas-dentro-do-prazo/>

Augustinópolis alcança nota máxima na 1ª etapa do programa "TCE de Olho no Futuro"

AUGUSTINÓPOLIS - O município de Augustinópolis deu um passo importante no fortalecimento de políticas públicas voltadas à proteção e ao desenvolvimento infantil. O município acaba de conquistar a pontuação máxima de 100 pontos na primeira etapa do Programa "**TCE** de Olho no Futuro - Aliança pela Primeira Infância", iniciativa promovida pelo **Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO)**. O desempenho coloca a gestão municipal em destaque no cumprimento das metas estabelecidas pelo órgão para garantir direitos fundamentais às crianças da região.

O resultado consta no Parecer Técnico de Avaliação (SEI nº 25.007271-8), que analisou os Eixos I - Resultados Sustentáveis e II - Indicadores Sociais, no âmbito do Selo Município Amigo do Futuro.

Desempenho por Eixo

Conforme o parecer técnico, o município obteve:

EIXO I - Resultados Sustentáveis: 60 pontos (6 itens atendidos)

EIXO II - Indicadores Sociais: 40 pontos

Pontuação Final: 100 pontos

No Eixo I, Augustinópolis atendeu integralmente aos seis itens obrigatórios estabelecidos pelo programa, incluindo:

Manutenção de cadastro ativo no SISLOGLab;

Realização de Campanha de Vacinação Extra Muro;

Adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN);

Adesão ao Selo UNICEF;

Elaboração do Plano de Implantação do SIPIA-CT;

Participação integral dos profissionais da educação infantil e anos iniciais nos cursos de formação.

No Eixo II, o município alcançou pontuação máxima em quatro dos cinco indicadores avaliados, contemplando áreas estratégicas como saúde,

educação, segurança alimentar e proteção à infância.

Compromisso com a gestão pública

O Programa "**TCE** de Olho no Futuro" tem como objetivo avaliar e incentivar a efetividade das políticas públicas voltadas à primeira infância, com base em critérios técnicos e indicadores oficiais.

A pontuação máxima obtida por Augustinópolis demonstra o cumprimento integral das exigências documentais e o desempenho positivo nos indicadores sociais analisados, evidenciando organização administrativa, planejamento e execução alinhados às diretrizes do programa.

O resultado reforça o compromisso da gestão municipal com a qualificação das políticas públicas e o fortalecimento das ações voltadas ao desenvolvimento social.

SECOM - Secretaria Municipal de Comunicação

(Secm Pref. Augustinópolis)

Site:

<https://www.vozdobico.com.br/destaques/augustinopolis-alcanca-nota-maxima-na-1a-etapa-do-programa-tce-de-olho-no-futuro/>

Governo do Tocantins entrega prestações de contas dos ordenadores ao Tribunal de Contas

Reafirmando o compromisso com a transparência, a responsabilidade fiscal e o cumprimento dos prazos legais, o Governo do **Tocantins**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), concluiu nesta sexta-feira, 27, a entrega das Prestações de Contas Anuais dos Ordenadores de Despesas do Executivo Estadual, referentes ao exercício de 2025, ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Para o secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Francisco Centeno, a entrega das prestações de contas anuais dos ordenadores de despesas evidencia a maturidade dos mecanismos de controle e governança adotados pela Administração Estadual. O resultado reflete a atuação coordenada dos órgãos e entidades na organização das informações, na correção de inconsistências e no cuidadoso atendimento às exigências legais, promovendo transparência dos atos de gestão e adequada prestação de contas à sociedade, destacou.

A consolidação das prestações de contas contou com atuação diuturna da equipe técnica da CGE, por meio da Superintendência de Gestão e Ações de Controle Interno (Sugaci), que realizou análise criteriosa, validação e acompanhamento permanente dos processos de todas as unidades gestoras do Executivo Estadual, assegurando rigor técnico, consistência das informações e alinhamento às normas de controle interno.

O superintendente Benedito Martiniano da Costa Neto ressaltou a atuação da equipe técnica da Controladoria. Tratou-se de um trabalho intenso e especializado, executado em prazo exíguo e com acompanhamento permanente das unidades gestoras. Avançamos na coleta e no tratamento dos dados, com ferramentas que possibilitaram o confronto automatizado das informações prestadas pelos órgãos, somadas à avaliação técnica dos servidores para garantir a qualidade das informações encaminhadas ao Tribunal, pontuou.

Prestação de Contas

As prestações de contas anuais consolidam informações de natureza contábil, patrimonial,

orçamentária e financeira, bem como dados relativos à gestão de pessoas, contratos administrativos, convênios, patrimônio e controle de almoxarifado.

O conjunto documental abrange ainda a verificação dos limites e exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, a análise de restos a pagar e a regularidade dos atos de gestão. Inclui, também, a apreciação dos objetivos, indicadores, metas e ações previstos no Plano Plurianual, permitindo aferir a execução das políticas públicas e a correta aplicação dos recursos estaduais, bem como o desempenho da gestão e a aderência aos princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Próximas etapas

Com a conclusão da etapa de envio formal, as prestações de contas das unidades gestoras, compostas por secretarias, autarquias e fundos da administração direta e indireta, passam agora à fase de análise técnica pelo **TCE/TO**.

Nos próximos dias, os relatórios de gestão e de auditoria estarão disponíveis para consulta no Portal da Transparência do Governo do **Tocantins**, ampliando o acesso às informações e reafirmando o compromisso com a transparência e o controle social.

Fonte: Gov do estado

Site: <http://www.canal63.com.br/noticias/19422-governo-do-tocantins-entrega-prestacoes-de-contas-dos-ordenadores-ao-tribunal-de-contas>

Governo do Tocantins entrega prestações de contas dos ordenadores ao TCE dentro do prazo

Autor(a): Gabriela Glória

Reafirmando o compromisso com a transparência, a responsabilidade fiscal e o cumprimento dos prazos legais, o Governo do **Tocantins**, por meio da Controladoria-Geral do Estado (CGE/TO), concluiu nesta sexta-feira, 27, a entrega das Prestações de Contas Anuais dos Ordenadores de Despesas do Executivo Estadual, referentes ao exercício de 2025, ao **Tribunal de Contas do Estado (TCE/TO)**.

Para o secretário-chefe da CGE/TO, Murilo Francisco Centeno, a entrega das prestações de contas anuais dos ordenadores de despesas evidencia a maturidade dos mecanismos de controle e governança adotados pela Administração Estadual. "O resultado reflete a atuação coordenada dos órgãos e entidades na organização das informações, na correção de inconsistências e no cuidadoso atendimento às exigências legais, promovendo transparência dos atos de gestão e adequada prestação de contas à sociedade", destacou.

A consolidação das prestações de contas contou com atuação diuturna da equipe técnica da CGE, por meio da Superintendência de Gestão e Ações de Controle Interno (Sugaci), que realizou análise criteriosa, validação e acompanhamento permanente dos processos de todas as unidades gestoras do Executivo Estadual, assegurando rigor técnico, consistência das informações e alinhamento às normas de controle interno.

O superintendente Benedito Martiniano da Costa Neto ressaltou a atuação da equipe técnica da Controladoria. "Tratou-se de um trabalho intenso e especializado, executado em prazo exíguo e com acompanhamento permanente das unidades gestoras. Avançamos na coleta e no tratamento dos dados, com ferramentas que possibilitaram o confronto automatizado das informações prestadas pelos órgãos, somadas à avaliação técnica dos servidores para garantir a qualidade das informações encaminhadas ao Tribunal", pontuou.

As prestações de contas anuais consolidam informações de natureza contábil, patrimonial, orçamentária e financeira, bem como dados relativos à gestão de pessoas, contratos administrativos, convênios, patrimônio e controle de almoxarifado.

O conjunto documental abrange ainda a verificação dos limites e exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, a análise de restos a pagar e a regularidade dos atos de gestão. Inclui, também, a apreciação dos objetivos, indicadores, metas e ações previstos no Plano Plurianual, permitindo aferir a execução das políticas públicas e a correta aplicação dos recursos estaduais, bem como o desempenho da gestão e a aderência aos princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Próximas etapas

Com a conclusão da etapa de envio formal, as prestações de contas das unidades gestoras, compostas por secretarias, autarquias e fundos da administração direta e indireta, passam agora à fase de análise técnica pelo **TCE/TO**.

Nos próximos dias, os relatórios de gestão e de auditoria estarão disponíveis para consulta no Portal da Transparência do Governo do **Tocantins**, ampliando o acesso às informações e reafirmando o compromisso com a transparência e o controle social.

Site: <https://agora-to.com.br/governo-do-tocantins-entrega-prestacoes-de-contas-dos-ordenadores-ao-tce-dentro-do-prazo/>